FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.316 SEXTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2023 R$ 6,00

Lula teme que nova regra fiscal o afaste de promessas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) teme que a nova regra fiscal atraia acusações de estelionato eleitoral, após prometer na campanha contemplar os mais pobres no Orçamento e eliminar teto de gasto. Para assessores, ele pode rever a proposta. Mercado A17

PAINEL S.A.

Bancos suspendem consignado do INSS após corte nos juros

Bancos como BB, Caixa, Itaú, Bradesco, Pan e Mercantil suspenderam o consignado do INSS após Conselho Nacional de Previdência Social aprovar diminuição de 2,14% para 1,7% do teto do empréstimo, o que, segundo executivos, pode inviabilizá-lo. Mercado A18

Priscilla Bacalhau

Luta pela escola pública cabe a todos

Sem esforço conjunto pelo acesso à educação de qualidade para todos e todas, independentemente da condição socioeconômica das famílias, toda a sociedade continuará a sofrer as consequências. Opinião A2

Estabelecimentos comerciais em Santa Ifigênia e Campos Elíseos, São Paulo Danilo Verpa/Folhapress

Cracolândia leva comércio no centro de SP a fechar

Donos de estabelecimentos atribuem sumiço de cliente a roubos; prefeitura diz ter aumentado policiamento

Pelo menos 23 estabelecimentos comerciais nos bairros de Santa Ifigênia e Campos Elíseos, no centro de São Paulo, encerraram suas atividades nos últimos três meses em razão da disseminação de frequentadores da cracolândia pela região.

Uma agência da Caixa Econômica Federal foi relocada. Em determinadas horas do dia, ruas como a Guaianases se tornam intransitáveis devido à aglomeração de usuários de drogas.

O fluxo (concentração de dependentes químicos) se espalhou pelo centro há dez meses, quando ação policial esvaziou a praça Princesa Isabel. Antes da praça, os usuários se reuniam ao redor da estação da Luz.

Segundo comerciantes, a região passou a ser evitada por causa de roubos.

Com a queda de movimento, para a qual contribui a crise econômica, negócios quebraram. A área concentra lojas dedicadas a manutenção e acessórios para motos e à venda de produtos eletrônicos.

Procurada, a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) afirma que intensificou o patrulhamento e instalou 2.500 câmeras de segurança no centro. A 1ª Delegacia Seccional do Centro diz ter detido 20 pessoas desde janeiro. Cotidiano B1

Governo Tarcísio adia entrega de centro para dependentes e câmeras B1

Força Aérea Americana via Reuters

EUA DIVULGAM VÍDEO DE CAÇAS RUSSOS INTERCEPTANDO DRONE AMERICANO

Uma das duas aeronaves Su-27 se aproxima do drone MQ-9 Reaper, que fez a filmagem, e despeja o que seria combustível, segundo o Pentágono, mas Moscou nega contato; incidente sobre o mar Negro, na terça (14), abriu crise entre os países Mundo A14

Macron atropela Assembleia para impor nova Previdência

O presidente da França, Emmanuel Macron, recorreu a artigo da Constituição, que permite a aprovação de projetos sem chancela parlamentar, para impor controversa reforma da Previdência no país. A proposta é vista como aceitável por 23% dos franceses, segundo o instituto de pesquisa Ifop.

Além da rejeição ao texto, que eleva a idade de aposentadoria de 62 para 64 anos, o uso do recurso polêmico inflamará manifestações, segundo líderes sindicais, e é visto como autoritário pela oposição. Parlamentares tentam articular moção de censura para rejeitar a imposição da reforma. Mundo A13

Produção de cocaína no mundo atinge níveis recordes, diz ONU

Mundo A15

Governo federal ampliará Codevasf com novos cargos

Política A7

Lira vê Bolsonaro menor e melhora de relação com Lula

Política A10

Moraes conclui análise de atos do 8/1 e mantém 249 presos A4

guiafolha
o melhor de são paulo - cinema

Tudo em todo lugar

Ranking chega a sua 15ª edição e avalia as melhores salas da cidade em 14 categorias p. 1

\+ Cinépolis JK Iguatemi é o melhor cinema p. 2

\+ Charmosa, Cinesala acolhe cinéfilos p. 8

Barouche Pipoca, bar na Cinesala, em Pinheiros Adriano Vizoni/Folhapress

ilustrada C1

Skank dá adeus aos palcos para não virar cover de si mesmo

esporte B7

Sem oposição, Gianni Infantino é reeleito presidente da Fifa

19ª edição do Prêmio Empreendedor Social abre para inscrições

Cotidiano B3

EDITORIAIS A2

Mãos à obra

Sobre leilão para o último trecho do Rodoanel em SP.

Três dígitos

Acerca de inflação e crise econômica na Argentina.

ATMOSFERA

São Paulo hoje

28° 18°

0h 6h 12h 18h 24h

Fonte: www.climatempo.com.br

ISSN 1414-5723

9 771414 572063 34316

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Claudio Mor

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Mãos à obra

Leilão para finalizar Rodoanel após 25 anos enfim ocorre, mas histórico de problemas requer atenção

Com 176 km de extensão, o Rodoanel Mário Covas é uma megaobra viária que já sofreu com o que de pior pode ocorrer nesse tipo de empreendimento: atraso, suspeitas de superfaturamento e atoleiro jurídico das construtoras envolvidas.

Assim, é com cauteloso otimismo que se recebe a boa notícia do leilão realizado na terça (14) para a finalização do trecho norte da via, que em tese levará a termo o projeto com a ligação de 44 km entre os segmentos leste e oeste.

Totalmente funcional, o Rodoanel é instrumento para desafogar o tráfego de caminhões pesados das artérias marginais da capital paulista, além de opção para cortar caminhos em seu entorno.

Segundo especialistas, o certame com quatro concorrentes foi competitivo. O critério central foi o desconto oferecido pelo consórcio vencedor, Via Appia, de 23,1% sobre parcelas que o governo paulista pagará para compensar a insuficiência na arrecadação de pedágio.

O trecho já consumiu o equivalente a R$ 8,5 bilhões em valores corrigidos. Para completá-lo, operar e fazer manutenção da rodovia, a previsão é de R$ 3,4 bilhões, com o estado bancando cerca de R$ 1,4 bilhão na parceira público-privada.

A construção da parte norte começou em 2013 e foi paralisada em 2018, quando a Justiça declarou inidoniedade das empreiteiras, investigadas pela Lava Jato.

Após 25 anos desde o início das obras pela gestão do governador que hoje dá nome ao Rodoanel, chegou a vez de Tarcísio de Freitas (Republicanos) priorizar a obra iniciada pelo tucanato.

A exemplo do que ocorreu quando cultivou a reputação de bom gestor no Ministério da Infraestrutura, Tarcísio herda um trabalho em andamento. Se em Brasília havia o Programa de Parcerias de Investimentos de Michel Temer (MDB), agora há uma carteira de 8.000 obras deixadas pelos governos João Doria e Rodrigo Garcia.

Assim como antecessores, notadamente Doria, o atual mandatário tem prometido ampliar privatizações, concessões e parcerias. Trata-se de iniciativa corajosa, dado que a desestatização ainda é tabu em consideráveis setores da sociedade e no governo federal petista.

Resta o teste da realidade, já que o objetivo maior de Tarcísio é privatizar a Sabesp, a companhia de saneamento —tarefa que encontra dificuldades no âmbito político.

Mirando liderar a centro-direita após o governo desastroso de seu padrinho, Jair Bolsonaro (PL), o governador de São Paulo parece apostar numa agenda liberal.

Talvez sua figura um tanto exaltada batendo o martelo no leilão renda memes, mas a eventual conclusão do Rodoanel no prazo previsto de 2026 será um ativo de real benefício à população.

Três dígitos

Inflação argentina supera os 100%, enquanto não se vislumbra saída para a crise do país vizinho

Para surpresa de ninguém, a inflação na Argentina chegou ao patamar de três dígitos com os 102,5% acumulados nos 12 meses encerrados em fevereiro. A marca decorre de anos seguidos de má gestão do país, dada a incapacidade de estabelecer regras sólidas para as políticas fiscal e monetária.

Depois do período de relativa prosperidade entre 2002 e 2010, em que o país foi favorecido pela escalada dos preços das matérias-primas por causa da demanda chinesa, a economia se deteriorou.

A secular escassez de divisas se agravou, tendo o governo negociado e rompido seguidos acordos de financiamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A Argentina tem o infeliz título de recordista mundial de calotes —depois do nono, em 2020, praticamente cessou o financiamento externo.

É certo que o quadro inflacionário foi agravado por fatores como a seca, que comprometeu a safra e encareceu alimentos, mas a causa principal é o descontrole orçamentário crônico, além da incapacidade de estabelecer regime monetário crível que estabilize o peso.

A expectativa para o crescimento da economia neste 2023 está próxima de razoáveis 2%. Não é o suficiente, contudo, para reverter o quadro de aumento da pobreza, que atinge 36,5% dos argentinos, segundo as estatísticas oficiais.

As políticas do governo peronista de Alberto Fernández prosseguem no estilo populista, com subsídios às contas de energia e controles cambiais que levam a taxa do dólar paralelo a mais que o dobro da fantasiosa cotação oficial.

Proliferam regimes de exceção, como o caricato peso Qatar, adotado para facilitar o turismo para a Copa do Mundo no ano passado, e outras regras que visam preservar exportações como as de vinhos.

A conta pesa na popularidade do governo. Para as eleições no fim do ano, as perspectivas da Casa Rosada não são animadoras. Sondagem recente dá aos potenciais candidatos da situação —o próprio Fernández, a vice e ex-presidente Cristina Kirchner ou o ministro da Economia, Sergio Massa— não mais de 23% das intenções de voto.

A coligação Juntos por el Cambio, do ex-presidente Mauricio Macri, tem 25,7%, e o direitista antissistema Javier Milei, 20,4%.

O peronismo está em crise, mas sua maleabilidade e apelo popular tornam difícil um alinhamento político em prol de medidas responsáveis para resgatar o país da permanente instabilidade.

Impostura autoritária

Hélio Schwartsman

O Senado instalou sua própria bancada evangélica, com o objetivo de tentar barrar a legalização dos jogos de azar e enfrentar pautas que podem ampliar o acesso ao aborto ou descriminalizar as drogas, além de defender a liberdade religiosa.

Sou liberal. Religiosos têm todo o direito de achar que jogo, aborto (ou mesmo sexo) e drogas são pecado. Sendo este o caso, têm o dever moral de convencer seus fiéis a ficar longe dessas obras do demônio. Podem, se quiserem, jogar pesado na consecução dessa meta. Os católicos, por exemplo, inventaram um engenhoso sistema de excomunhão automática ("excommunicatio latae sententiae") para quem se envolver com abortos. Não sei se funciona (apostaria que não muito), mas não vejo problema em religiões (ou clubes) se valerem de regras próprias, ainda que esdrúxulas ou draconianas, desde que abraçadas voluntariamente por seus membros.

O que me parece inaceitável é que religiosos tentem impor suas preferências também para pessoas que não partilham de sua fé. Vejo aí uma confissão de impotência e uma usurpação. A sensação que dá é que, como não conseguem convencer nem os fiéis a seguir a doutrina, procuram terceirizar para o Estado a função de bedel. Se o jogo é ilegal, fica menos trabalhoso manter o rebanho longe do bingo.

Bem mais grave, me parece, é buscar estender a toda a população um núcleo particular de crenças. Aí já não é mais preguiça, mas um caso de violação a um dos mais fundamentais princípios do Estado liberal democrático, que é a aceitação de que diferentes pessoas e grupos vivam segundo seus próprios valores. Nem todos precisam ver jogo, sexo e drogas como pecado. Tentar universalizar a proibição é uma impostura autoritária.

Pior, a bancada evangélica se põe em contradição. Não dá para defender o banimento e, ao mesmo tempo, propugnar pela liberdade religiosa. Basta lembrar que há religiões que usam drogas em seus cultos.

helio@uol.com.br

'Conjunto da obra' na mira do TSE

Bruno Boghossian

O TSE ouviu o ex-ministro Anderson Torres por uma hora e meia sobre a minuta golpista que ele guardava em casa. O aliado de Jair Bolsonaro fez pouco caso da papelada. Chamou o documento de lixo, ainda que estivesse numa pasta do governo, e disse que o texto era folclórico, embora seu chefe admita que buscava uma saída para a derrota nas urnas.

O tribunal não esperava coisa diferente de Torres, um bolsonarista fiel. Mas o depoimento cumpriu uma etapa no plano para tornar a minuta uma peça central da ação que pode tornar Bolsonaro inelegível.

Ganhou corpo no TSE o entendimento de que a análise isolada das condutas do ex-presidente —como o ataque às urnas feito diante de embaixadores— seriam insuficientes para puni-lo. Bolsonaro estaria mais vulnerável a um julgamento que levasse em conta o "conjunto da obra", nas palavras de um ministro.

A decisão do corregedor Benedito Gonçalves de incluir a minuta na investigação por abuso de poder é descrita como um "pulo do gato". A jogada permitiria considerar um pacote com os ataques às urnas, o uso do governo para ajudar a campanha de Bolsonaro e reduzir a confiança na votação, e o ensaio de uma ação concreta para melar a eleição (representado pelo documento golpista).

O desfecho depende do timing e da composição da corte nos próximos meses. Parte do TSE gostaria de julgar o caso antes da aposentadoria de Ricardo Lewandowski, no início de maio, quando Kassio Nunes Marques pode assumir seu lugar.

Circulava no tribunal o temor de que um ministro pró-Bolsonaro pudesse suspender indefinidamente o processo com um pedido de vista. No fim de fevereiro, no entanto, o TSE fechou essa brecha e estabeleceu prazo máximo de 60 dias para que qualquer ação volte ao plenário.

Uma ala trabalha ainda para garantir que o plenário tenha maioria alinhada ao presidente Alexandre de Moraes. A ideia é buscar esse perfil para nomear os dois juristas que integram a corte após o fim dos mandatos atuais, também em maio.

Voz, contrabaixo e flauta

Ruy Castro

Está nas enciclopédias que o Tamba Trio, o trio pioneiro da bossa nova nos anos 60, era formado por Luiz Eça, piano, Bebeto Castilho, contrabaixo, e Hélcio Milito, bateria. Correto. E que seu disco de estreia, "Tamba Trio", de 1962, abriu os estúdios para outros trios de alto virtuosismo, como o Bossa 3, o Zimbo, o Rio 65, o Jongo, o Milton Banana, os de Johnny Alf, João Donato, Sergio Mendes, Tenorio Jr. e muitos mais.

O que não está nas enciclopédias é que o Tamba nunca foi trio. Era quarteto, com o violão de Durval Ferreira, citado nos créditos, compondo sua possante base rítmica. Ou quinteto, por Bebeto dublar na flauta. Ou sexteto, por Bebeto ser o crooner do grupo. Sem falar nos discos a que Luiz Eça após cordas. Em quatro anos, o Tamba gravou cinco LPs essenciais, um deles "Avanço", com a primeiríssima gravação de "Garota de Ipanema" —ou não?

O Tamba gravou "Garota de Ipanema", na Philips, em janeiro ou fevereiro de 1963. Não há uma data exata, mas sabe-se que foi antes da gravação por Pery Ribeiro, na Odeon, em 26 de março. Só que o Tamba não levou esse galardão para a história. Luizinho Eça passou seis meses trabalhando o master em estúdio, retocando-o com pincel de unhas, garantindo sua perfeição —a perfeição padrão Tamba—, para desespero do produtor Armando Pittigliani. Quando o disco enfim saiu, em setembro, a Odeon já lançara o de Pery em julho.

Em 1966, o Tamba foi para os EUA e gravou grandes LPs para o produtor Creed Taylor. De volta ao Rio, desfez-se e refez-se com diferentes formações, uma delas sem o próprio Luizinho. Só um músico esteve em todas: Bebeto. Voz, contrabaixo e flauta, ele era o som do Tamba Trio. Certa vez perguntaram a João Gilberto quem era o melhor cantor da bossa nova, "depois dele, João, claro". João respondeu: "Bebeto. Mas não depois de mim. Antes."

Bebeto nos deixou no dia 11, no Rio, aos 83 anos.

Educação para quê?

Priscilla Bacalhau

Doutora em economia, consultora de impacto social e pesquisadora do FGV EESP Clear

Quem tem filhos busca, em geral, oferecer as melhores oportunidades para eles. Babás, creche, leituras, plano de saúde, exposição à cultura e diversidade, melhores escolas. Os pais que podem pagar e têm acesso a informação sobre o retorno que diferentes recursos trarão no futuro para seus filhos não poupam esforços na criação dos rebentos.

Esses investimentos das famílias fazem sentido. Os retornos individuais à educação são altos. Quanto mais anos de estudo uma pessoa tiver, maiores serão suas chances de empregabilidade, melhores serão seus empregos e maiores seus salários. Além da quantidade, a qualidade da educação também faz diferença no desempenho profissional das pessoas.

Entretanto, quando seus filhos estão matriculados em escolas privadas, com acesso a todos os recursos possíveis, talvez os pais não enxerguem o que suas famílias podem ganhar com a valorização da educação pública. Por que gastar tempo e energia para lutar por uma educação pública de qualidade para todos se posso só investir individualmente no melhor para mim?

A miopia está em ignorar os retornos coletivos advindos de uma população em que todos têm acesso a boas oportunidades educacionais. Recente levantamento de literatura realizado pela Fundação Getulio Vargas aponta que o aumento da qualidade da educação básica pode elevar o crescimento anual do PIB per capita em até 2 pontos percentuais. Também há evidências recentes de que a melhora da educação está associada a um aumento na geração de empregos entre jovens e a uma redução nos índices de homicídios.

Para alcançar esses resultados de maior crescimento econômico, mais empregos e menos violência não há subterfúgios além de investir em educação pública de qualidade.

A rede pública de ensino básico no Brasil comporta 137 mil escolas, atendendo 38 milhões de crianças e jovens, 81% do total de estudantes matriculados no país. Por isso, oferecer educação pública de qualidade significa melhorar a educação do país como um todo e, consequentemente, trazer resultados positivos coletivos. Ou seja, mesmo que uma família não seja diretamente beneficiada pela escola pública, será afetada positivamente por uma educação de qualidade para todos.

Na compreensível e incessante busca para garantir as melhores oportunidades e condições para que seus filhos tenham sucesso na vida, aos pais pode ser fácil ignorar o cenário macro de desigualdade educacional. Mas, se não houver um esforço conjunto para garantir acesso à educação de qualidade para todos e todas, independentemente das condições socioeconômicas das famílias, toda a sociedade vai continuar sofrendo as consequências.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O ASSUNTO É **REGULAÇÃO DA INTERNET**

O urgente combate à desinformação

Como está, lei das fake news será ineficaz em ambiente em constante evolução

Thiago Rondon
Especialista em tecnologia e democracia, coordenou o programa de enfrentamento à desinformação no TSE nas eleições de 2020 e 2022; diretor-geral do AppCívico, startup que desenvolve tecnologias para a participação cívica

Enquanto a inteligência artificial transforma as dinâmicas sociais e informacionais, a lei das fake news avança no Congresso Nacional com limitações e deficiências: políticos ficam imunes, transparência é ineficaz e não há incentivos para que a sociedade participe do enfrentamento à desinformação. A regulamentação das redes sociais é urgente, mas precisa abordar esses pontos cruciais para ser efetiva.

Nos últimos anos, tenho trabalhado em diversos projetos que envolvem o enfrentamento da manipulação de conteúdo nas plataformas digitais. Como coordenador digital de enfrentamento à desinformação no Tribunal Superior Eleitoral nas eleições de 2020 e 2022, pude perceber que a regulamentação do ambiente digital é crucial. No entanto, há pelo menos três pontos que precisam ser abordados de forma mais consistente no projeto de lei.

O primeiro ponto a ser considerado é a necessidade de responsabilizar influenciadores, políticos e candidatos que utilizam de modo recorrente táticas de manipulação com o objetivo de engajar sua audiência em prol de interesses financeiros ou políticos. É imprescindível que a lei preveja punições para políticos que sejam irresponsáveis do ponto de vista democrático e também para influenciadores que ganham dinheiro enganando seu público sistematicamente.

O segundo ponto é a transparência. É fundamental que o texto da lei seja preciso, com maior detalhamento sobre como isso deve ocorrer, para que a sociedade possa fiscalizar, aprender e propor. Relatórios não fazem a diferença. Precisamos de dados, acessos, APIs (Interfaces de Programação de Aplicação), conhecimento, recursos humanos, investimento e muito mais.

E, por último, uma abordagem essencial para combater a desinformação e a violência política no ambiente digital é a criação de um ecossistema nacional de enfrentamento que inclua incentivos financeiros e tecnológicos para a participação de diversos atores, como pesquisadores, jornalistas, sociedade civil, cientistas, programadores, educadores e autoridades. Uma lei que propõe apenas uma estrutura estática e burocrática não será eficaz neste ambiente em constante evolução. É fundamental propormos um ecossistema diverso e nacional.

Como exemplo dessa evolução, podemos citar o ChatGPT, que em apenas dois meses conquistou 100 milhões de usuários em todo o mundo. Essa solução baseada em inteligência artificial utiliza uma enorme quantidade de dados para gerar respostas sem apresentar suas fontes e, inclusive, pode inventar referências para satisfazer a necessidade dos seus usuários. Tal exemplo é um alerta, pois ilustra como regular funcionalidades de tecnologia ou tipos de plataforma é um erro estratégico.

> [...]
>
> É imprescindível que a lei preveja punições para políticos que sejam irresponsáveis do ponto de vista democrático e também para influenciadores que ganham dinheiro enganando seu público sistematicamente

Um exemplo bem-sucedido de abordagem sistêmica foi o programa de combate à desinformação do TSE nos últimos anos, que envolveu uma rede de mais de 150 organizações nacionais para combater a desinformação durante as eleições. Essa iniciativa demonstrou a importância da colaboração entre diferentes setores da sociedade, como pesquisadores, meios de comunicação, startups, partidos políticos, sociedade civil, escolas digitais, autoridades etc.

As grandes empresas de tecnologia e publicidade devem ser responsabilizadas por conteúdos ilegais que circulam de modo recorrente e com grande viralização nas redes, mas a judicialização deve ser objetiva e baseada em dados mensurados por agentes independentes e nacionais. Por exemplo, responsabilizar as empresas por conteúdos específicos em anúncios de modo preventivo pode prejudicar a liberdade de expressão e o desenvolvimento de novas empresas de tecnologia no Brasil.

A regulamentação é fundamental e urgente. Mas a lei precisa ser mais consistente, sistêmica e considerar os diversos atores para que não seja regulamentado o modelo de autoritarismo digital que já é exercido por poucos agentes atualmente. É essencial incentivar a participação ativa da sociedade, fornecendo recursos financeiros, tecnológicos e educacionais.

É hora de rever o Marco Civil da Internet

Plataformas devem ser responsabilizadas pela desinformação em massa

Tarso Genro e Pedro Abramovay
Advogado e ex-ministro da Justiça (2007-10, governo Lula)
Advogado e diretor para a América Latina da Open Society Foundations

O Marco Civil da Internet, instituído no Brasil e debatido durante o segundo governo Lula (2007-10), a partir de iniciativa do Ministério da Justiça quando ocupávamos os cargos de ministro e secretário da pasta, foi o primeiro projeto de lei do mundo a ser elaborado de maneira colaborativa pela internet.

No conteúdo, o projeto conseguiu reverter uma tendência autoritária que ameaçava a liberdade na internet e construiu uma regulação que teve como eixo fundamental a construção da rede como um espaço de afirmação de direitos. Princípios como a neutralidade da rede e a necessidade de ordem judicial para que conteúdos fossem retirados foram essenciais para que o Brasil se tornasse vanguardista no debate global sobre a internet livre, mas com possibilidade de controlar seus abusos criminosos.

Agora, quando nos aproximamos de uma década de vigência do Marco Civil da Internet (a lei 12.965 foi sancionada em 23 de abril de 2014), é necessário reconhecer que a rede é outra. O marco civil entrou em vigor antes do brexit, dois anos antes da eleição de Donald Trump nos EUA e quatro anos antes da eleição de Jair Bolsonaro. Ou seja: entrou em vigor antes de as redes mostrarem sua face mais perversa diante das democracias do mundo todo.

Uma onda de líderes autoritários, em diversos países, se utilizou de sofisticados mecanismos de desinformação para promover o maior ataque às democracias já visto desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, é impossível não se pensar em uma revisão da regulação prevista no regramento. Em primeiro lugar porque o marco civil é o produto de um processo democrático de debate público. Não há dúvidas de que o consenso alcançado para a sua aprovação seria outro neste momento. Além disso, essa lei não foi pensada para ser um escudo de proteção para atividades golpistas, e sua nova regulação democrática deve estar à altura de seu momento histórico.

Também é forçoso reconhecer que uma revisão do marco civil foi feita a fórceps pelo Tribunal Superior Eleitoral durante as últimas eleições. Revisão necessária para garantir o bom funcionamento da democracia, mas perigosa por ter alijado o Parlamento de seu papel protagonista na elaboração legislativa. Uma revisão que possa responsabilizar as grandes plataformas de internet pelas redes de desinformação em massa, que atentam contra a democracia e, assim, garantir o pleno funcionamento democrático do país. E há várias formas de responsabilização e mitigação dos danos causados que não implicam tolher a liberdade de expressão.

> [...]
>
> O Executivo e o Congresso devem chegar a um acordo sobre uma forma rápida de proteger a internet e a democracia dos ataques extremistas que nos ameaçam. A solução virá do contencioso político democrático que emergirá após as ameaças da hidra totalitária provisoriamente derrotada

O amplo processo participativo que originou o Marco Civil da Internet foi virtuoso. Demorou, porém, cinco anos. A defesa da democracia no Brasil de hoje não pode esperar tanto tempo. O desafio, portanto, é conciliar a necessidade do cuidado para que o processo possa ouvir os diversos argumentos sobre os riscos de uma nova regulação para as redes com a responsabilidade para que essa escuta não crie uma demora que permita o esfacelamento da democracia brasileira.

O Poder Executivo e o Congresso Nacional (que há três anos já discute o projeto de lei 2.630/20, a lei das fake news) devem chegar a um acordo sobre uma forma rápida de proteger a internet e a democracia dos ataques extremistas que nos ameaçam. A solução virá do contencioso político democrático que emergirá após as ameaças da hidra totalitária provisoriamente derrotada.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Alunos e funcionários no refeitório do Cieja Campo Limpo, no Capão Redondo, com pintura do educador Paulo Freire Keiny Andrade/Folhapress

Maracutaia

"Vereador do PSOL dá cargo a filha de colega, mas Câmara de SP detecta e barra" (Painel, 15/3). Muda governo, mas a maracutaia é a mesma, nossa política é uma farra com o dinheiro suado do contribuinte.
Elizabeth Nunes (São Vicente, SP)

Preparo de terreno

"Doria distribui elogios a Haddad em almoço com Tarcísio" (Painel S.A., 13/3). Essa série de elogios que João tece ao governo Lula de forma geral me parece dispersão de sementes para 2026. Por mais diplomático e educado que seja, não me engana com seu conservadorismo elitista. Caso seja de fato um elogio legítimo, me preocupo que estejamos agradando o mercado. Agradar o mercado e fazer um bom trabalho de políticas ambientais e sociais ao mesmo tempo é utópico. Mas deixemos o tempo dizer.
Thiago Henrique Pinto Leite
(São Paulo, SP)

Exploração

"Rosângela Moro apoia setor de turismo em crítica a decisão de Lula para visto" (Painel S.A., 14/3). O que afasta turistas é visto caro, burocrático e demorado (mesmo assim, tem fila para os EUA), infraestrutura e receptivo despreparados e malandragens em geral. O Brasil não explora o turismo: explora o turista.
Nelson Patron Chapira (São Paulo, SP)

Prazo

"TCU manda Bolsonaro devolver joias sauditas e armas em até 5 dias" (Política, 16/3). Nada mais justo do que fazer com que se devolva bens resultantes de uma apropriação indevida. Que bom seria se isso fosse sempre possível.
José Afonso Mota (Caculé, BA)

Ausência

"Estatal barra construtora após abandono de obra com verba indicada por ministro de Lula" (Política, 15/3). O que é isso? Essa leitura enoja. Dá ânsia de ler. Cadê o partido que ia acabar com a mamata? Cadê?
Rosana Gaio (Florianópolis, SC)

*

Corrupção na Codevasf tem a mesma idade da Codevasf.
Nacib Hetti (Belo Horizonte, MG)

Vacinação

"Derrota para o HPV" (Editoriais, 14/3). Se o governo não disponibilizar esta vacina sem limite de idade não podemos esperar que a cobertura aumente de forma representativa nos próximos anos e o problema persistirá. Não basta somente campanha e informação pró vacina, ela precisa alcançar o maior número de pessoas possível.
Rosana Polycarpo Tiberio
(São Paulo, SP)

Afeto

"Erika Hilton pede a Moraes medidas cautelares contra Nikolas Ferreira por transfobia nas redes" (Mônica Bergamo, 14/3). Vendo as recentes manifestações do folclórico deputado cheguei à conclusão que ele só conseguiu a votação bombástica pois os eleitores pensavam estar votando para a eliminação da figura, como no BBB. Não acredito que meus conterrâneos de coração cometeriam erro tão crasso se soubessem estar elegendo tal figura para a Câmara. Não há outra explicação plausível.
Carlos Gonçalves de Faria
(São Paulo, SP)

Nomenclatura

"Ministério Público é acionado após Governo de SP mudar o nome da estação Paulo Freire" (Mônica Bergamo, 15/3). Parece que não temos problemas enormes a serem resolvidos. São Paulo está sem poluição, sem trânsito, sem barulho, sem violência e com a educação pública nas escolas em alto nível. Tenha paciência. Trocar o nome da estação para satisfazer a ideologia dos tontos. Não dá, né.
Larissa Bertani
(São Bernardo do Campo, SP)

*

Não é razoável trocar o nome de Paulo Freire por Fernão Dias! Mas, é compreensível em vista de quem propõe e dos valores dos apoiadores do inominável! A tal pesquisa, se é que existe mesmo, só mostra a triste realidade da educação da população brasileira, que ainda tem como heróis os assassinos de indígenas, os negacionistas da ciência....Dureza!
Eliana Cancello (São Paulo, SP)

*

E por que o metro não gasta este dinheiro em manutenção?
Luiz Almeida (Curitiba, PR)

Bancada evangélica

"Bancada evangélica anula eleição de novo presidente em disputa inédita e tensa" (Política, 2/2). Tem lógica isto? De fato vivemos num país subdesenvolvido, não só economicamente, mas também de cultura e de ideias.
Sandra Regina Vidal
(Goiânia, GO)

Percalços

"Caminhabilidade em São Paulo; lugares bons vazios, lugares ruins lotados" (Mauro Calliari, 10/3). Sem a readequação das calcadas fica impossível falar em caminhabilidade. A prefeitura permite que os proprietários dos imóveis façam todo o tipo de intervenção nas calçadas que atendem unicamente as suas conveniências, ou melhor, dos seus automóveis.
José Padilha Siqueira Neto
(São Paulo, SP)

*

Todos os lugares aqui são péssimos para caminhar. Até a Paulista, larga, é péssima, porque as pessoas adoram chocar-se umas contra as outras estupidamente. Não há mais prazer em caminhar.
Adauto Lima (São Paulo, SP)

Edição

"Chico Buarque decide mudar verso de 'Beatriz' após 40 anos" (Mônica Bergamo, 16/3). Artistas verdadeiramente geniais nunca consideram suas obras perfeitas e acabadas. Chico Buarque dá um exemplo desse perfeccionismo e merece parabéns pela busca da palavra perfeita.
Jonas Nunes dos Santos
(Juiz de Fora, MG)

*

Música maravilhosa. Mas prefiro "vida". Vida é mais comum, por isso muito mais simples, mais genial. Já "sina" é mais óbvia, apesar de menos comum é mais "clichê".
Moara Semeghini (Campinas, SP)

*

No caso, "vida da atriz" tem um "da da" que incomoda um pouco, o que é solucionado com "sina da atriz".
José Cardoso (Rio de Janeiro, RJ)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Irrespirável

Funcionários do Meio Ambiente no governo Jair Bolsonaro (PL) relataram ambiente de "trabalho tóxico e hostil" na área de comunicação, que era comandada por David Boutsiavaras, hoje assessor do gabinete do ex-ministro e atual deputado Ricardo Salles (PL-SP). Na sexta (10), ele recebeu pena de destituição do ministério (espécie de exoneração por motivo grave) após recomendação de comissão criada pela pasta. Campeão de voto em 2022, Salles pretende ser candidato a prefeito de SP no ano que vem.

DESTEMPERO A comissão, que trabalhou por sete meses, apontou demandas fora de horário, episódios em que objetos eram atirados em subordinados e ofensas em grupo de WhatsApp. O assessor também foi alvo de denúncias de assédios moral e sexual entre 2020 e 2022 nas gestões Salles e Joaquim Leite, mas que foram descartadas pela comissão por falta de materialidade. As conclusões foram obtidas via Lei de Acesso à Informação.

OUTRO LADO Os advogados de Boutsiavaras afirmam que foi afastada "toda e qualquer acusação de assédio moral ou sexual" pela comissão, restando apenas as de "falta de urbanidade". Também dizem que fizeram um pedido de reconsideração da decisão, ainda pendente. Salles disse ao Painel que vai analisar o conteúdo do processo, que afirma desconhecer.

AMIGA A senadora Damares Alves (DF) vai assumir a presidência do Republicanos Mulher com a missão de popularizar o partido e atrair filiadas do sexo feminino. Ela deve viajar o país dando palestras e encontrando lideranças locais, com vistas às eleições municipais de 2024. O papel vai ser semelhante ao exercido por Michelle Bolsonaro no PL.

OLHOS E OUVIDOS Em reunião com a deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP) nesta quarta (15), o ministro da Justiça, Flávio Dino, disse que vai criar um observatório em sua pasta que terá como objetivo acompanhar ações relacionadas a violência política de gênero em Ministérios Públicos Estaduais, delegacias, defensorias e partidos. A parlamentar voltou a sofrer ameaças de morte com conteúdo misógino nas últimas semanas.

VESPEIRO Novo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, o deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP) diz ser contra as propostas de mudança no artigo 142 da Constituição, que trata das Forças Armadas.

DEIXA QUIETO A intenção de modificar a Carta partiu de deputados do PT, para deixar mais claro que não existe poder moderador dos militares. "Não há essa necessidade de mudança. Do jeito que está o artigo responde bem ao tema. Mas como presidente vou promover o debate", diz Barbosa.

GOELA ABAIXO O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, perdeu a queda de braço com o Planalto e terá como secretário-executivo Efrain Pereira da Cruz, ex-Aneel. A ideia era emplacar Bruno Eustáquio, servidor com experiência, mas que ocupou cargos de projeção no governo de Jair Bolsonaro (PL), motivo do veto.

CHIADEIRA A ordem deve aumentar as queixas no PSD, partido de Silveira, com o governo Lula. A legenda se sente desprestigiada por não ter conseguido indicar cargos no segundo escalão. O ministro aguarda a definição de quem irá para a secretaria.

Ó NÓIS AQUI A agenda de quarta (15) da ministra da Cultura, Margareth Menezes, registrou reunião da qual participou Zulu Araújo, identificado como secretário de Cidadania e Diversidade Cultural. Como mostrou o Painel, ele vem trabalhando informalmente, pois sua nomeação é vetada por penalidade imposta pela CGU por improbidade administrativa. A pasta diz que houve erro e que ele não esteve na reunião.

ROAD SHOW O governador de SP, Tarcísio de Freitas (Republicanos), fará um giro pela Europa no final do mês. Em Paris, celebrará convênio com o Instituto Pasteur para produção de vacinas. Já em Madri e Londres, terá rodadas com investidores.

ALGEMA Ex-secretário da Fazenda de SP, Felipe Salto diz que a nova regra fiscal, a ser anunciada em breve pelo governo Lula, é uma oportunidade para corrigir "equívocos" do teto de gastos. Segundo ele, a regra atual tornou-se excessivamente rígida, criando dificuldades para o dia a dia do governo.

VISITA À FOLHA 1 Eloisa Bonfá, diretora da Faculdade de Medicina da USP e presidente do Conselho Deliberativo do Complexo Hospital das Clínicas, e Arnaldo Hossepian Jr., diretor-presidente da Fundação Faculdade de Medicina, estiveram no jornal nesta quinta-feira (16).

VISITA À FOLHA 2 Pablo Cesário, presidente-executivo da Associação Brasileiras das Companhias Abertas (Abrasca), esteve no jornal nesta quinta-feira (16). Acompanhavam-no Alexandre Fischer, superintendente-geral, e Ricardo Largman, consultor.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
343.169 exemplares (janeiro de 2023)

Moraes, do STF, fala sobre o papel do Judiciário na democracia em evento no Rio Eduardo Anizelli - 13.mar.23/Folhapress

Moraes conclui análise dos ataques golpistas de 8/1 e mantém 294 presos

Supremo Tribunal Federal diz que continuam detidos suspeitos de depredar sedes dos três Poderes e de financiar atos antidemocráticos

Constança Rezende

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), finalizou a análise de todos os pedidos de liberdade provisória feitos pelas defesas das pessoas presas por envolvimento nos atos golpistas do dia 8 de janeiro.

Nesta quinta (16), ele concedeu liberdade provisória para mais 129 denunciados, que poderão responder em liberdade mediante medidas cautelares, como tornozeleira eletrônica. Foi negada a liberdade de provisória a 294 pessoas.

Segundo o tribunal, permanecem presos os apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) contra os quais há suspeita de efetivamente terem depredado as sedes dos três Poderes, além dos que viraram alvo da Polícia Federal, depois, como possíveis envolvidos no financiamento dos ataques.

Um dos casos de prisão mantida é o de um homem que usou as redes sociais para divulgar dos atos, postando vídeos incentivando invasão, vandalismo e depredação.

Ele foi preso em flagrante no dia 9 de janeiro, em frente ao Quartel-General do Exército, onde incitava a animosidade das Forças Armadas contra os Poderes, segundo Moraes.

"Mostra-se evidente a necessidade de manutenção da custódia cautelar para resguardar a ordem pública, mesmo não sendo o investigado apontado como um dos executores materiais dos mencionados atos antidemocráticos, tendo em vista que claramente os instigava através de suas redes sociais", justificou o ministro.

Sobre os que tiveram os pedidos de liberdade provisória aceitos, Moraes considerou que não representam mais risco processual ou à sociedade o momento e podem responder ao processo em liberdade.

Todos os liberados têm de usar tornozeleira eletrônica, ficar em casa à noite e nos finais de semana, se apresentar à Justiça às segundas-feiras e entregar seus passaportes.

Também não poderão usar as redes sociais ou se comunicar com os demais suspeitos de participação nos atos golpistas. O descumprimento implica na decretação de prisão.

Eles foram denunciados pela PGR (Procuradoria-Geral da República) sob acusação de incitação ao crime e associação criminosa.

Segundo o STF, dos 1.406 que chegaram a ser mantidos presos, assim permanecem assim 181 homens e 82 mulheres, totalizando 263 pessoas. Mais 4 mulheres e 27 homens foram presos por fatos relacionados após o dia 9 de janeiro, em diversas operações policiais. Com isso, estão presas atualmente 294 pessoas —86 mulheres e 208 homens.

O STF diz que, ante a gravidade das condutas atentatórias ao Estado democrático de Direito, a PGR não ofereceu o acordo de não persecução penal aos presos — quando o Ministério Público oferece ao investigado a possibilidade de confessar o delito e se livrar de condenação.

O Supremo declarou que trabalha com celeridade e assegurou a todos os investigados o devido processo legal.

A corte divulgou balanço com números das ações. Em 9 de janeiro, a Polícia Federal prendeu em flagrante 2.151 pessoas que haviam participado dos atos e estavam acampadas diante dos quartéis.

Destas, 745 foram liberadas imediatamente após a identificação —entre elas as maiores de 70 anos, as com idades entre 60 e 70 anos com comorbidades e cerca de 50 mulheres que estavam com filhos menores de 12 anos nos atos.

Na quarta (15), a PGR apresentou cem novas denúncias. Os pedidos de abertura de ação penal foram enviados ao STF. O grupo é acusado de incitar as Forças Armadas contra os Poderes e associação criminosa, cuja pena máxima atinge 3 anos e 3 meses de prisão.

Esses denunciados foram detidos na manhã de 9 de janeiro no Quartel-General do Exército. Com base nos elementos colhidos até o momento pela PGR, não participaram da depredação. Novas denúncias podem ser formalizadas contra os acusados com o avanço das apurações.

A Procuradoria já denunciou 1.037 pessoas. As acusações partem da identificação de três grupos de infratores: os que invadiram os edifícios e atuaram na depredação do patrimônio público, os que ultrapassaram as barreiras policiais de proteção dos edifícios e os que acamparam nas imediações do Quartel-General do Exército, reivindicando golpe das Forças Armadas.

> **"Mostra-se evidente a necessidade de manutenção da custódia cautelar para resguardar a ordem pública, mesmo não sendo o investigado apontado como um dos executores materiais dos mencionados atos antidemocráticos, tendo em vista que claramente os instigava através de suas redes sociais**
>
> **Alexandre de Moraes**
> ministro do STF na decisão que negou liberdade a homem preso em flagrante quando incitava as Forças Armadas contra os Poderes

O próximo passo, agora, será definir quem cuidará das centenas de ações penais.

É consenso que haverá sobrecarga no sistema judiciário e uma necessidade de convocar reforços.

Interlocutores de Moraes afirmam que a intenção era manter os processos sob a tutela do tribunal, o que evitaria que eles ficassem parados e sem julgamento —ou que haja decisões divergentes entre os juízes na primeira instância.

Porém, não há uma equipe no Supremo que possa tocar a fase de instrução das ações, após o recebimento das denúncias. Além disso, segundo o regimento interno, as ações penais devem ser julgadas em plenário pelos 11 ministros.

Se a maioria dos processos não ficar no Supremo, é possível que o ministro envie os casos para a primeira instância após as denúncias serem aceitas pelo tribunal. No STF permaneceriam apenas as ações relacionadas a pessoas com prerrogativa de foro, como deputados federais.

Como as suspeitas envolvem crimes federais ocorridos em Brasília, é esperado que as ações sejam enviadas para uma das três varas criminais da Justiça Federal que existem do Distrito Federal. O que também provocaria um problema de superlotação.

Há sete inquéritos abertos no Supremo para apurar responsáveis pelos atos. Três investigam a participação de deputados federais suspeitos de instigar os atos: André Fernandes (PL-CE), Clarissa Tércio (PP-PE) e Silvia Waiãpi (PL-AP).

Dois inquéritos tentam identificar executores, financiadores e pessoas que auxiliaram materialmente os atos. Outro apura os autores intelectuais e instigadores dos atos. Neste, Jair Bolsonaro é investigado.

Moraes determinou nesta quinta que a PF apure eventual participação do vereador de São Paulo Fernando Holiday (Novo) nos atos. Holiday se manifestou em rede social: "Agora pronto. Chegou a minha vez", escreveu.

+

As ações desde os atos golpistas

Reação
Desde os atos golpistas na praça dos Três Poderes, em Brasília, uma sequência de prisões e operações de segurança foi realizada a fim de prender não somente os executores, mas os financiadores e instigadores dos atos de vandalismo nos prédios do Supremo Tribunal Federal, do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto

Responsabilização
Os manifestantes golpistas que invadiram a Esplanada dos Ministérios podem responder por crime contra o Estado democrático de Direito, associação criminosa e dano contra patrimônio da União. Se identificada omissão, autoridades também poderão ser responsabilizadas, avaliam especialistas ouvidos pela **Folha**

Investigações
Após a conclusão da análise de pedidos de liberdade provisória pelo ministro Alexandre de Moraes, os que seguem presos são os suspeitos de depredação às sedes dos Poderes e de financiamento dos ataques, segundo o tribunal. Prosseguem as investigações sobre a autoria intelectual dos atos, bem como eventual responsabilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e do ex-ministro da Justiça Anderson Torres

Liberdade
A soltura concedida pelo STF aos presos pelos atos vem com algumas limitações aos direitos de ir e vir e livre expressão. Eles devem usar tornozeleira eletrônica e ficar em suas casas à noite e nos fins de semana. Também não podem utilizar redes sociais ou se comunicar com os demais suspeitos de participação nos ataques

1.406
prisões em flagrante após os atos de 8 de janeiro

942
prisões em flagrante convertidas em preventivas

294
seguirão presos a partir de agora, dos quais 31 foram detidos depois de 9/1, por fatos relacionados aos atos golpistas em diversas operações policiais

208
é a quantidade de homens que seguirá presa

86
é a quantidade de mulheres que seguirá presa

109
mandados de busca e apreensão cumpridos pela PF na Operação Lesa Pátria

DENÚNCIAS DA PGR

813
por incitar as Forças Armadas contra os Poderes (delitos de incitação ao crime e associação criminosa)

223
pelos atos diretos de invasão e vandalismo às sedes dos Três Poderes (associação criminosa armada, abolição violenta do Estado democrático de Direito, dano qualificado contra o patrimônio da União)

1
servidor do Senado por omissão

Fontes: Supremo Tribunal Federal, Polícia Federal e Procuradoria-Geral da República

O governador Ibaneis Rocha (MDB) acena durante entrevista coletiva após reassumir o comando do Executivo do Distrito Federal Marcelo Camargo/Agência Brasil

Ibaneis driblou impeachment no DF e expulsão, mas ainda teme o STF

Em entrevista, emedebista diz que ataques de 8 de janeiro foram resultado de 'apagão geral'

Thaísa Oliveira, Cézar Feitoza e Lucas Marchesini

BRASÍLIA De volta ao Palácio do Buriti após decisão do ministro Alexandre de Moraes, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), conseguiu destravar as resistências políticas que surgiram após os ataques de 8 de janeiro.

Mais de dois meses depois do episódio, a oposição desistiu de pedir o impeachment do governador, o MDB parou de ventilar a possibilidade de expulsão e 5 dos 7 integrantes da CPI em funcionamento na Câmara Legislativa são aliados do emedebista.

Questões jurídicas, no entanto, ainda podem comprometer o governador, investigado em inquérito no STF (Supremo Tribunal Federal) por suposta conivência com os golpistas que invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes.

Ibaneis Rocha, que estava afastado desde 9 de janeiro, conseguiu autorização para reassumir o cargo nesta quarta (15). O prazo inicial previsto por Moraes era de 90 dias, mas o ministro entendeu que o retorno dele ao Executivo não compromete as investigações.

Em entrevista coletiva nesta quinta-feira (16) para marcar seu retorno ao governo, o emedebista disse que os ataques de 8 de janeiro foram resultado de um "apagão geral". "O apagão não foi de graça. Alguma coisa aconteceu para que tivesse."

"Foi um conjunto [de erros]. Tivemos falhas da Polícia Militar do DF, do batalhão do Exército, tivemos diversas falhas em conjunto", disse no Palácio do Buriti, onde chegou acompanhado do secretário de Segurança Pública escolhido após aval do governo federal, Sandro Avelar.

Durante o afastamento, Ibaneis duvidou que conseguiria antecipar sua volta, segundo interlocutores. Um dos momentos mais tensos foi após a decisão em que Moraes classificou a conduta dele como ainda pior que a do ex-ministro e ex-secretário de Segurança Pública Anderson Torres, que está preso.

"O descaso do ex-ministro Anderson Torres [...] só não foi mais acintoso do que a conduta dolosamente omissiva do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, que não só deu declarações públicas defendendo uma falsa 'livre manifestação política em Brasília' [...] como também ignorou todos os apelos das autoridades para a realização de um plano de segurança", escreveu à época.

Mesmo sendo o principal nome do MDB no Distrito Federal, Ibaneis também passou a sofrer resistências políticas após a destruição de 8 de janeiro. Longe do poder, o emedebista foi alvo de ataques dentro da sigla e viu movimentações por seu impeachment no Legislativo local.

A representação contra o governador foi anunciada no dia seguinte ao episódio por um dos principais caciques do partido, o senador Renan Calheiros (MDB-AL). Apesar da ameaça, nem sequer o alagoano pediu a expulsão do correligionário.

Renan afirma ter resolvido esperar o resultado das investigações e diz que a saída do governador do DF do partido "é uma consequência inevitável" caso ele seja considerado culpado pela Justiça.

"O fato está sendo investigado. E o mais prudente é aguardar o resultado da investigação. Se não, nós mesmos vamos prejulgar, não é recomendável. Nós estamos aguardando que se conclua a investigação", diz.

Durante o período em que esteve afastado, o governador contou com o apoio do ex-senador Romero Jucá (MDB-RR) e recorreu às principais lideranças do seu partido, incluindo o presidente, Baleia Rossi (SP).

> "O apagão não foi de graça. Alguma coisa aconteceu para que tivesse. [...] Foi um conjunto [de erros]. Tivemos falhas da Polícia Militar do DF, do batalhão do Exército, tivemos diversas falhas em conjunto
>
> **Ibaneis Rocha (MDB)**
> governador do DF, sobre os ataques de 8 de janeiro

Integrantes da executiva do MDB afirmam que o governador é um democrata e pode ter sido levado ao erro. Um deles diz que, se Ibaneis cometeu algum crime, foi de caráter culposo —quando não há intenção.

Apesar disso, até mesmo aliados do emedebista admitem uma possível responsabilização pela insistência na nomeação de Torres para comandar a Segurança Pública do DF, mesmo desaconselhado por ministros do STF e integrantes do governo federal.

Na entrevista desta quinta, o governador afirmou que Torres era pessoa de sua "inteira confiança", e que acreditava "que as coisas iriam transcorrer na maior tranquilidade". O emedebista também evitou responsabilizar o ex-auxiliar.

"Tinha intimidade com ele, posso dizer isso de forma categórica, e enquanto foi ministro da Justiça sempre me atendeu. Entendi que ele seria uma boa pessoa para o governo do DF", disse. "O que aconteceu foi imprevisível. Na minha visão, não foi culpa do Anderson", avaliou. Pouco depois, ele afirmou que o plano de segurança montado para a ocasião estava "extremamente bem montado".

Ibaneis ressaltou que "por duas vezes tentamos tirar os manifestantes da porta do quartel-general do Exército e nas duas vezes fomos impedidos pelo Comando do Exército". "Sabíamos que aquilo era um barril de pólvora."

Na Câmara Legislativa do DF, o governador tem apoio da maioria dos 24 deputados e, com o corporativismo da base, conseguiu conter o avanço de discussões sobre eventual impeachment.

"Politicamente, eu te digo: não existem 16 deputados na Câmara Legislativa dispostos a votar pelo afastamento do Ibaneis. Isso eu cravo para você", diz à **Folha** o deputado distrital Chico Vigilante (PT), presidente da CPI dos Atos Antidemocráticos.

> "Tinha intimidade com ele [Anderson Torres], posso dizer isso de forma categórica, e enquanto foi ministro da Justiça sempre me atendeu. Entendi que ele seria uma boa pessoa para o governo do DF. [...]O que aconteceu foi imprevisível. Na minha visão, não foi culpa do Anderson
>
> **Ibaneis Rocha (MDB)**
> governador do DF

"A situação de Ibaneis não é uma questão política, mas jurídica. Cabe ao Alexandre de Moraes, que deve ter mais informações que nós, comuns e mortais."

O deputado conta que, ainda em dezembro, foi escalado pelo PT para conversar com o governador e tentar evitar que Torres voltasse para a Secretaria de Segurança Pública —sem sucesso.

"Eu disse que era uma temeridade, que não deveria nomear, que havia problema e insatisfação do governo federal, que não era correto. Ele virou e falou 'tudo bem, vou manter o [ex-secretário] Júlio Danilo até a posse [de Lula] e depois eu trago ele [Torres] de volta."

Vigilante afirma que, além da insistência no nome de Torres, o tratamento dado pelo governador à presidente do Supremo, ministra Rosa Weber, pode dificultar sua situação jurídica.

"Foi um tremendo desrespeito do Ibaneis quando a Rosa [Weber] passa a mensagem para ele e ele responde só enviando o telefone do [número 2 da Secretaria de Segurança] Fernando Oliveira. É até meio constrangedor", afirmou o deputado.

Recluso desde 8 de janeiro, Ibaneis voltou às redes sociais nesta quarta e divulgou um vídeo em que promete "trabalhar muito". Nele, o governador também agradece os distritais e sua vice, Celina Leão (PP) —que ficou à frente do governo nesse período.

Pessoas próximas a Celina negam os rumores de que ela tentou impedir a volta do titular. Dizem, no entanto, que ela aproveitou o espaço para se projetar na disputa ao governo daqui a quatro anos.

"A última vez que tinha encontrado Celina foi no dia 9 [de janeiro] quando fui afastado. Ela governou essa cidade com a consciência que estava fazendo o melhor para o DF", afirmou Ibaneis nesta quinta.

Anderson Torres depõe ao TSE e chama minuta golpista de lixo

Ex-ministro da Justiça de Bolsonaro afirma desconhecer autoria do documento apreendido em sua casa

Constança Rezende

BRASÍLIA O ex-ministro da Justiça Anderson Torres afirmou em depoimento ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) nesta quinta-feira (16) que desconhece a autoria da minuta golpista apreendida em sua casa durante busca da Polícia Federal em inquérito sobre os ataques de 8 de janeiro.

De acordo com a defesa de Torres, ele reafirmou o que falou à PF em fevereiro, que a minuta golpista era descartável e "sem viabilidade jurídica". "Essa pseudo-minuta, para mim, era um lixo", disse.

Torres foi interrogado na ação que mira Jair Bolsonaro (PL) pelos ataques ao sistema eleitoral em reunião com embaixadores no Palácio do Alvorada, em julho do ano passado.

Ele respondeu às perguntas por cerca de uma hora e meia por videoconferência, em pedido feito pelo corregedor-geral eleitoral, ministro Benedito Gonçalves.

Segundo pessoas que tiveram acesso às investigações, Torres desqualificou a minuta em seu depoimento e disse que não deu atenção por ser de total absurdo jurídico.

A declaração foi igual à do depoimento prestado anteriormente à PF. Tampouco disse quem deixou a minuta em sua mesa no gabinete para que a levasse para casa junto com outros documentos.

Torres declarou que a sua assessoria era responsável por deixar as pastas para que ele analisasse em sua mesa e, muitas vezes, levava para casa para dar conta do trabalho. Esse teria sido o caso da minuta, mas não soube quem deixou na mesa dele.

Apesar de dizer que foram assessores que deixaram o documento em sua mesa, ainda não há perspetiva de que esses funcionários sejam chamados para depor no processo. Ainda não há informações sobre quem possa ter elaborado o documento.

Em nota, a defesa de Torres disse que entende como muito positivo o retorno do governador Ibaneis de Ibaneis Rocha (MDB) ao governo do Distrito Federal e a revogação de seu afastamento, em decisão do ministro Alexandre de Moraes, nesta quarta-feira (15).

Ibaneis tinha sido afastado das funções por 90 dias por determinação de Moraes horas após os ataques de 8 de janeiro, quando Torres era o responsável pela segurança do DF. Segundo a defesa, a decisão "contribuirá para uma nova reflexão a respeito da prisão cautelar que ainda o mantém afastado da sua família".

A ação de inelegibilidade contra Bolsonaro com andamento mais rápido e tida como primeira candidata a ser julgada foi apresentada pelo PDT e tem como foco a reunião com embaixadores protagonizada pelo então presidente em julho passado, na qual repetiu teorias da conspiração sobre urnas eletrônicas e promoveu ameaças golpistas.

De 16 ações de investigação que podem tornar Bolsonaro inelegível, 2 têm como alvo principal os ataques ao processo eleitoral e às urnas. Apenas a do PDT, porém, teve um episódio único como foco.

Se condenado em alguma delas, Bolsonaro não poderá se candidatar por oito anos a contar da data da eleição.

Uma das linhas da defesa de Bolsonaro foi sustentar que as falas do evento foram feitas enquanto chefe de Estado e como ato de governo, tendo o objetivo de "dissipar dúvidas sobre a transparência do processo eleitoral". Apontam ainda que o público do evento não eram eleitores, mas pessoas sem cidadania brasileira.

Em janeiro, o PDT pediu que fosse incluída na ação a minuta golpista encontrada pela PF em busca e apreensão na casa de Torres, que foi ministro da Justiça e Segurança de Bolsonaro. Tratava-se de uma proposta de decreto para instaurar estado de defesa na sede do TSE.

A defesa de Bolsonaro contestou a inclusão, argumentando que ampliaria o escopo da ação e que, no estágio do processo (em que, por exemplo, os depoimentos das testemunhas já tinham sido iniciados), ela corresponderia à violação ao contraditório e à segurança jurídica.

O PDT, por sua vez sustentou que o documento não faz ampliação da causa da ação e que ele "serve de prova para trazer mais indícios aos fatos essenciais já delimitados".

Em decisão já referendada pelo plenário do TSE, o corregedor-geral eleitoral, Benedito Gonçalves, que é relator das ações de inelegibilidade, considerou que o documento se conecta às alegações iniciais.

Em outra frente de apuração, a CPI dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa do Distrito Federal colheu nesta quinta o depoimento do coronel Jorge Eduardo Naime, ex-comandante de operações da Polícia Militar do DF. A corporação é subordinada à Secretaria de Segurança, então comandada por Torres no dia dos ataques golpistas.

Naime reforçou o que dissera à Polícia Federal sobre o Exército ter barrado a entrada da PM no acampamento montado por apoiadores de Bolsonaro em frente ao QG do Exército logo após os atos e impediu a prisão de golpistas.

Ele relatou que os policiais militares se depararam com uma "linha de choque montada com blindados e, por interessante que parecesse, eles não estavam voltados para o acampamento. Eles estavam voltados para a PM, protegendo o acampamento".

"O tenente que era o oficial de dia no QG queria impedir que a gente prendesse as pessoas no gramado", afirmou Naime, que está preso por determinação do ministro Moraes.

"O argumento foi que o local era uma área do Exército e que a PM não poderia atuar. Presenciei o [interventor na Segurança Pública do DF Ricardo] Cappelli tentando entrar e o general Dutra não permitindo."

Dutra é o general Gustavo Henrique Dutra, então chefe do Comando Militar do Planalto.

Francisco Joseli Parente Camelo toma posse como presidente do STM ao lado de Lula e Rosa Weber Ton Molina/Fotoarena/Agência O Globo

Marinha indica almirante considerado bolsonarista raiz para integrar sua cúpula

Igor Gielow

SÃO PAULO A Marinha do Brasil indicou para integrar sua cúpula um almirante considerado bolsonarista raiz, o comandante do 1º Distrito Naval, Eduardo Vazquez.

A Força foi a que mais apresentou resistência à eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Seu então comandante, Almir Garnier, se recusou a passar o comando para seu sucessor, Márcio Sampaio Olsen.

Ele almoçou com membros da cúpula da Força depois, para tentar desfazer o mal-estar e para apresentar suas razões para a insubordinação.

A decisão do Almirantado, colegiado com dez integrantes liderado pelo comandante da Força, foi tomada na segunda (13). Vazquez é o único com promoção sugerida a almirante de esquadra, com quatro estrelas, o topo da hierarquia. Há outros 12 nomes na lista, para os cargos de contra-almirante (duas estrelas) e vice-almirante (três estrelas).

Ele é conhecido entre os colegas por ter opiniões fortes e seu antipetismo, tendo apoiado internamente Garnier. Segundo esses conhecidos, ele era simpático aos manifestantes contrários à posse de lula acampados em frente a quartéis do Exército pelo Brasil, mas não há relato de comentários seus sobre os atos golpistas do dia 8 de janeiro.

Diferentemente de outros militares, ele não tem vida ativa em redes sociais. É respeitado por ter ocupado o comando da Força-Tarefa Marítima da Unifil, a missão da ONU que patrulha as águas em torno do Líbano, e substituiu Rocha como chefe de gabinete do Comando da Marinha antes de ir para o Rio no ano passado.

A **Folha** procurou Vazquez na manhã desta quinta-feira (16). Assessoria do seu comando pediu perguntas por escrito, que foram enviadas, mas até a conclusão desta edição não houve resposta.

A Marinha divulgou nota no fim da noite dizendo que a reportagem fazia ilações e continha erros e inverdades, sem dizer quais, "além de ser leviano e irresponsável ao sugerir a existência de desgaste entre a Força Naval e o governo".

Vazquez ocupa o prestigioso comando no Rio de Janeiro, o mais tradicional da Marinha, e é bastante próximo do almirante Flávio Rocha, que já chefiou a unidade e foi o secretário de Assuntos Estratégicos do Planalto sob Bolsonaro.

Sua indicação ocorreu um dia antes de um almoço entre a cúpula da Marinha com Lula, mediado por Múcio, que visava distensionar a relação dos almirantes com o petista. O presidente é responsável pela aprovação, por decreto, das promoções decididas pelos Alto-Comando.

Logo depois, foi enviado um comunicado pedindo que qualquer militar que seja filiado a partido político deixe a agremiação. Fardados não podem ser integrantes de siglas, mas levantamento da Marinha mostrou que havia casos na Força. A iniciativa foi lida no Planalto como um sinal de conciliação e despolitização por parte dos almirantes.

Decidir sobre sua indicação é mais um nó para Lula com os fardados. Além da turbulenta transição, quando comandantes da Força Aérea e do Exército também cogitaram deixar o governo com Bolsonaro sem passar o cargo aos sucessores, há o espinho na garganta do 8 de janeiro.

O episódio, que contou com ao menos leniência de militares que deveriam proteger a sede do Executivo, se não com apoio direto aos golpistas, é uma das maiores fontes de contrariedade do presidente. Ele já prometeu que qualquer fardado cuja participação seja comprovada nas apurações judiciais do caso será punido exemplarmente.

No Exército, houve ainda o agravante de que o novo comandante, Julio César Arruda, não aceitou barrar a promoção do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid. Isso acabou por derrubar o general, substituído por Tomás Ribeiro Paiva em janeiro.

Almirante Eduardo Vazquez participa de cerimônia militar no Rio de Janeiro Charles Sholl - 2.jul.22/Brazil Photo Press/Folhapress

Lula terá de consolidar democracia, diz novo presidente do STM

José Marques

BRASÍLIA Recém-empossado como presidente do STM (Superior Tribunal Militar), o tenente-brigadeiro do ar Francisco Joseli Parente Camelo afirmou nesta quinta-feira (16) que o desafio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) será pacificar o Brasil e consolidar de forma definitiva a democracia no país.

Em seu discurso de posse, Joseli fez elogios ao petista, disse que o presidente se empenha em reduzir a desigualdade e afirmou que não vê o Brasil como dividido, mas como "um país que sonha em ser grande e luta para ser grande".

O próprio Lula esteve na posse em gesto às Forças Armadas, setor que tinha maior proximidade com Jair Bolsonaro (PL). O mandato do oficial se encerrará em 2025.

Após a cerimônia, ele disse que a presença dos três Poderes no evento demonstra que "a harmonia está começando a florescer em nosso país".

Além de Lula, estiveram no evento a presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Rosa Weber, e os ministros da corte Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Ricardo Lewandowski. Também participaram o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o ex-presidente José Sarney, e o advogado-geral da União, Jorge Messias.

O presidente do STM afirmou que pacificar o país "é um desafio para o presidente Lula, porque o clima existente de ódio hoje é muito forte, e há uma divisão muito grande".

"Nós vimos pelo resultado das eleições", disse a jornalistas. Sem citar Bolsonaro nominalmente, criticou os ataques feitos entre líderes de Poderes, como o ex-presidente fazia com o Supremo.

"Nós devemos procurar harmonia, e para isso é necessário que haja harmonia entre os três Poderes. Todos nós temos responsabilidades."

O STM é o órgão responsável por processar e julgar os crimes previstos no Código Penal Militar, sendo composto por 15 ministros, dez deles militares e cinco civis.

PF investiga sistema de monitoramento de celulares da Abin

BRASÍLIA A Polícia Federal instaurou nesta quinta (16) um inquérito para investigar o suposto monitoramento da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) da localização de cidadãos brasileiros por meio de dados do celular.

O caso foi revelado pelo jornal O Globo. O acesso, segundo o jornal, se dava por meio de uma ferramenta adquirida pela agência que utiliza informações dos celulares para monitorar a localização.

A investigação será conduzida pela DIP (Diretoria de Inteligência Policial).

Na prática, qualquer celular poderia ser monitorado sem justificativa oficial. Há relatos de que o programa foi usado até mesmo contra agentes da Abin, e um procedimento interno foi aberto para apurar os critérios de uso da tecnologia.

A ferramenta FirstMile permitia monitorar os passos de até 10 mil pessoas a cada 12 meses. Para iniciar o rastreio, bastava digitar o número de celular da pessoa. O programa cria um histórico de deslocamentos e permite a criação de "alertas em tempo real" da movimentação de alvos.

O software foi comprado por R$ 5,7 milhões da israelense Cognyte, com dispensa de licitação, no final do governo Michel Temer (MDB) e foi usado pelo governo Bolsonaro até meados de 2021.

Após a publicação da reportagem, a Abin confirmou a existência da ferramenta.

"A solução tecnológica em questão não está mais em uso na Abin desde então. Atualmente, a agência está em processo de aperfeiçoamento e revisão de seus normativos internos, em consonância com o interesse público e o compromisso com o Estado democrático de Direito", afirmou o órgão em nota.

Como mostrou o Painel, o caso também entrou na mira da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso. O vice-presidente da comissão, senador Renan Calheiros (MDB-AL), disse que irá requisitar os contratos e documentos produzidos com a ferramenta.

Fabio Serapião

Codevasf cresce para atender o toma lá dá cá

Governo Lula prevê ativação da superintendência da Paraíba; Dnocs será dividido entre Avante, União Brasil e PT

Julia Chaib, Thiago Resende e Mateus Vargas

BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai ampliar a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) e criar novos cargos no órgão a serem preenchidos por indicações políticas.

O plano é ativar a superintendência da estatal na Paraíba, que seria a 13ª do país. Hoje funciona só como um escritório de apoio técnico, comandado por um servidor de carreira. Segundo integrantes do governo, esse braço será maior do que outras superintendências que já estão em atividade.

A Codevasf foi entregue pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL) ao centrão e é mantida assim por Lula em troca de apoio no Congresso, no chamado toma lá dá cá. Obras precárias, paralisadas e superfaturadas estão sob a mira de investigações da Polícia Federal.

A Codevasf já aprovou a criação de duas novas superintendências, a da Paraíba e a do Ceará. Agora falta apenas um ato do governo federal –secretaria responsável pelas empresas estatais– para que a abertura dos cargos seja efetivada.

Segundo integrantes do governo, não há ainda planos de abrir o cargo no Ceará. A previsão é de criar a superintendência da Paraíba e tentar acordo para contemplar parlamentares de uma ala da União Brasil e do Republicanos –que flerta com o Palácio do Planalto.

A estatal sob Bolsonaro expandiu o foco e a área de atuação —tudo sem planejamento e com controle precário de gastos. Ela mudou sua vocação histórica de promover projetos de irrigação no semiárido para se transformar em uma estatal entregadora de obras de pavimentação e máquinas até em regiões metropolitanas.

Também se transformou num dos principais instrumentos para escoar a verba recorde das emendas, distribuídas a deputados e senadores com base em critérios políticos e que dão sustentação ao governo no Congresso.

No caso da União Brasil, a ideia do governo é beneficiar Efraim Filho (PB) na Codevasf —líder do partido no Senado. O deputado Hugo Motta (PB) também teria pedido para fazer indicações ao comando da companhia no estado. Motta é líder do Republicanos na Câmara, que tem uma bancada de 42 deputados.

Apesar de o partido ter declarado independência ao Palácio do Planalto, Motta tem se reunido, desde o início do governo, com o ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais), responsável pela articulação política.

Embora o Republicanos não esteja na base do governo, Lula se esforça para atrair deputados do partido e angariar mais votos em matérias consideradas importantes. Parlamentares estimam que o Republicanos pode entregar até 25 votos.

Mas o presidente do partido, Marcos Pereira (SP), disse à **Folha** que só 15 parlamentares topariam aderir à gestão Lula. Reconhece, no entanto, que em certas pautas, toda a bancada pode votar com o Planalto, como a reforma administrativa e o marco fiscal.

O governo ainda negocia mudanças nos comandos de outras superintendências. Indicado pelo deputado Aluísio Mendes (Republicanos-MA) na gestão Bolsonaro, o atual chefe da estatal no Maranhão, Celso Dias, despediu-se nesta quarta-feira (15) da equipe.

Uma das opções é que o senador Weverton (PDT-MA) indique seu sucessor.

O governo ainda exonerou a advogada Juliana e Silva Nogueira Lima, irmã do presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), de uma assessoria da Codevasf, com salário de cerca de R$ 20 mil. Nogueira ainda deve perder um aliado hoje diretor na estatal federal.

A **Folha** mostrou na terça (14) que o governo quer ampliar o espaço da União Brasil na Codevasf. O partido, pelo acordo costurado com parlamentares, indicará a presidência do órgão e duas das três diretorias da estatal –o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), fica com a terceira.

A presidência da Codevasf seguirá com Marcelo Andrade de Moreira Pinto –nome do deputado Elmar Nascimento (BA), líder da União Brasil .

Além da Codevasf, as negociações envolvem cargos no Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas).

Fernando Marcondes de Araújo Leão, nomeado na gestão Bolsonaro, segue presidente do órgão, indicado pelo deputado Luis Tibé (Avante-MG), um dos mais próximos de Lira.

O Dnocs tem três diretorias: Administrativa, Infraestrutura Hídrica e de Desenvolvimento Tecnológico e Produção, que serão divididas entre União Brasil, que deve ficar com dois, e PT, que poderá indicar um.

A tendência é que o PT indique o líder do governo na Câmara, José Guimarães (CE), e aliados do Ceará —a sede do Dnocs é em Fortaleza (CE).

Dnocs e Codevasf são importantes para políticos por terem obras consideradas estratégicas nos estados. Isso as torna cobiçadas pelo potencial de capitalizar com eleitores.

O Dnocs tem quase R$ 900 milhões de orçamento previsto para este ano. A Codevasf tem R$ 1,8 bilhão.

No domingo (11) a **Folha** mostrou que o governo assinou contratos de cerca de R$ 650 milhões herdados de Bolsonaro que levam à atual gestão empreiteiras e condutas suspeitas de prática de cartel em obras de pavimentação. A estatal diz que "o sistema de pregões não provê a nenhum licitante —nem mesmo ao pregoeiro— a possibilidade de identificar as empresas concorrentes e que colabora com órgãos de fiscalização e controle.

Avenida em Imperatriz (MA) seis meses após obra de asfaltamento contratada pela Codevasf Adriano Vizoni - 2.abr.22/Folhapress

Sergio Moro em 2014, ano em que começou a Operação Lava Jato Ricardo Borges - 4.dez.14/Folhapress

Lava Jato faz 9 anos, definha e tem Lula no topo de arquivamentos

Operação mirou caciques partidários, mas diferentes instâncias do Poder Judiciário brecaram apurações

Matheus Teixeira

BRASÍLIA Após atingir a elite política do país, a Lava Jato completa nove anos com uma extensa lista de arquivamentos em todas as instâncias do Judiciário. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Renan Calheiros (MDB-AL) lideram o ranking, respectivamente, com 23 e 19 investigações arquivadas.

A aposta, no início da operação, era que as apurações manchariam a reputação de todos os supostos envolvidos nos desvios de verba da Petrobras e de outros órgãos do governo federal.

Mas, embora tenha criado dificuldades para a trajetória de diversas autoridades, não foi suficiente para enterrar a carreira de quase nenhum cacique da política brasileira.

Lula, por exemplo, chegou a ser preso, mas as condenações foram anuladas. O petista reconquistou os direitos políticos e venceu as eleições presidenciais de 2022.

O senador Ciro Nogueira (PP-PI) é outro que figurou como um dos personagens centrais das investigações e, mesmo assim, não perdeu o protagonismo em Brasília.

O parlamentar teve oito processos arquivados pelo STF (Supremo Tribunal Federal) por falta de provas. Quando já era alvo da operação, em 2018, foi reeleito senador com quase 200 mil votos a mais do que na primeira vez que se elegeu para o cargo, em 2010.

Além disso, em 2021, virou chefe da Casa Civil do governo de Jair Bolsonaro (PL), que venceu a eleição presidencial na esteira da Lava Jato e com fartos elogios às investigações.

A proximidade do ex-presidente com a operação ficou evidente logo após a eleição de 2018, com o convite para Sergio Moro, juiz da Lava Jato, comandar o Ministério da Justiça.

Pouco mais de um ano depois, porém, os dois se desentenderam e Bolsonaro se distanciou dos integrantes da operação. "Eu acabei com a Lava Jato, porque não tem mais corrupção no governo", afirmou, em 2020.

Em 2022, o ex-mandatário e Moro se reaproximaram com objetivo eleitoral. Bolsonaro não se reelegeu, mas o ex-juiz virou senador. Outro cara da operação, o ex-procurador Deltan Dallagnol também ingressou na política e assumiu um assento na Câmara dos Deputados neste ano.

Moro e Deltan adotam o discurso de que é preciso assumir espaços de poder para impedir o que veem como retrocesso no combate à corrupção.

O cientista político Christian Lynch, professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), faz análise em sentido contrário.

"Partidarizaram a Justiça com a Lava Jato, e aí se desmoralizou a ideia de imparcialidade do Judiciário. Esse foi um dos maiores desastres da história do ponto de vista da credibilidade do Judiciário. Passou a ideia de que, se condena o Lula, o juiz é de direita, se condena Bolsonaro, vão dizer que o juiz é comunista."

Lynch diz que essa politização da Lava Jato tornou impossível mensurar o acerto ou não das decisões que determinaram o arquivamento de investigações.

"Não dá para saber. A gente sabe que teve roubalheira, que fulano e sicrano roubaram, mas não sabemos quanto, não tem como medir isso mais, analisar a operação do ponto de vista jurídico", afirma.

Existem também políticos que foram obrigados a se conformar com cargos de menos peso após o desgaste gerado pela Lava Jato. É a situação, por exemplo, de Aécio Neves (PSDB-MG).

Segundo colocado na eleição presidencial de 2014, foi alvo de investigações pouco tempo depois e, no pleito seguinte, em 2018, elegeu-se deputado federal. Teve apurações da Lava Jato arquivadas —como o inquérito, engavetado pelo STF, que apurava suposto crime de caixa 2 na eleição de 2014 pago por empreiteiras alvos da operação.

A investigação que mais o prejudicou politicamente, porém, foi a gravação de um telefonema em que pedia dinheiro ao dono da JBS, Joesley Batista. Ao todo, o mineiro já teve seis inquéritos arquivados.

Os arquivamentos ocorreram por falta de provas e também por mudanças na jurisprudência do Supremo, que precisam ser seguidas por instâncias inferiores, sobre métodos de apuração a serem respeitados por investigadores.

Em 2019, por exemplo, cinco anos após o início da Lava Jato, o STF esvaziou a competência da Justiça comum ao determinar que crimes como corrupção e lavagem de dinheiro, quando investigados junto com o de caixa dois, devem ser processados na Justiça Eleitoral.

Além disso, a própria anulação das condenações de Lula representou uma derrota importante para a Lava Jato e com consequências em outras investigações.

O STF afirmou que os processos contra o petista deveriam ter tramitado na Justiça Federal do Distrito Federal, onde teriam ocorridos os crimes praticados pelo presidente, e não na 13ª Vara Federal de Curitiba, comandada por Moro e que era responsável pela maior parte da operação.

Foi com base nesse precedente, por exemplo, que o Supremo anulou, em 2021, decisão do juiz Marcelo Bretas, responsável pela Lava Jato no Rio de Janeiro, de tornar o ex-presidente Michel Temer (MDB) réu por peculato, corrupção e lavagem de dinheiro.

O advogado de Renan Calheiros, Luís Henrique Machado, afirma que a quantidade de processos arquivados "revela os excessos cometidos por certos membros da Lava Jato que visavam um nítido projeto de poder".

"Inicialmente, o STF foi induzido a erro pela então República de Curitiba. Aos poucos, a corte foi percebendo as reais intenções do grupo de procuradores e fez a intervenção decisiva no momento em que a operação demonstrou o seu lado mais sombrio, isto é, quando veio à tona o vazamento de conversas suspeitas entre promotores e o então juiz que presidia a Lava Jato na primeira instância", afirma.

Para Alberto Toron, defensor de Aécio Neves, os arquivamentos "traduzem a realização de justiça após um árduo trabalho".

A primeira fase da Lava Jato foi deflagrada em 17 de março de 2014 e tinha inicialmente como alvo uma rede de doleiros. Um deles atuava junto a uma casa de câmbio em um posto de gasolina no DF, o que levou a investigação a ser batizada com esse nome.

Na época, Moro determinou a prisão do doleiro Alberto Youssef e de outros suspeitos de crimes financeiros. As investigações incluíam elos políticos de Youssef e, três dias depois, a segunda fase chegou à Petrobras e prendeu o ex-diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa.

Meses depois, os dois presos firmaram acordos de colaboração que provocaram investigações sobre empreiteiras e seus pagamentos a partidos.

No fim do ano passado, foi solto o último dos políticos presos em decorrência da Lava Jato: o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral.

Lira elogia relação de Lula com Congresso e vê Bolsonaro diminuído

Cristina Camargo

SÃO PAULO O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) perdeu tamanho após as eleições e o fim de seu mandato, em dezembro de 2022.

"É lógico que ele perdeu tamanho", disse ele, um dos principais aliados de Bolsonaro até o ano passado.

Em entrevista à jornalista Miriam Leitão, que foi ao ar na noite desta quarta (15) na GloboNews, Lira amenizou o tom da análise que fez sobre a fragilidade das alianças políticas do governo Lula (PT) no Congresso, e disse que o governo Lula está evoluindo na relação com o Congresso, apesar de ainda enfrentar dificuldades.

Lira já afirmou a empresários que Lula não tem margem mínima de votos ou apoio no Legislativo nem para aprovar leis por maioria simples, muito menos para avançar em matérias constitucionais, como é o caso da reforma tributária.

Após a fala em tom crítico, ele e Lula se reuniram em um jantar. Segundo Lira, as conversas com o presidente "sempre são tranquilas e agradáveis". Negou que a pauta tenha sido distribuição de cargos e citou um diálogo sobre questões que interessam ao país.

Apesar de reafirmar a existência de fragilidades na Câmara, Lira agora entende que há avanços e diz acreditar que o governo estará "solidificado" antes da votação da reforma.

Ele elogiou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com quem falou nesta quarta sobre arcabouço fiscal e reforma tributária. "O ministro conta com a simpatia dos líderes da Câmara, com a boa vontade em ouvi-lo e prestigiá-lo", disse.

Lira afirmou que Haddad demonstra equilíbrio, tranquilidade e abertura para o diálogo sobre a proposta de regra fiscal elaborada pela Fazenda para substituir o teto de gastos.

Ele disse ainda que está dialogando pouco com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), mas não fica "de mal" de ninguém.

Lira enfrentou o Senado na quarta e sinalizou mudança constitucional para obter acordo sobre a retomada do funcionamento das comissões mistas responsáveis por analisar as MPs (medidas provisórias).

Afirmou em plenário que é preciso que os integrantes das mesas das duas Casas se sentem "democraticamente, educadamente, civilizadamente [para] encontrar um ritmo adequado".

Explicou que considera as comissões mistas antidemocráticas por terem 12 deputados de uma Câmara que tem 513 parlamentares.

"O Senado [com 12 representantes] está super-representado e a Câmara está sub-representada", analisou, lembrando que o Senado tem 81 parlamentares. Disse que briga pelos partidores menores, que não teriam vagas nas comissões.

"Há de se encontrar uma maneira racional de se evitar a volta das comissões mistas, porque elas eram antidemocráticas com os plenários da Câmara e do Senado. E nós vamos encontrar uma maneira, nem que seja fazendo alteração constitucional para ajustar esse tema", disse o presidente da Câmara também nesta quarta.

PRESIDENTE ENCONTRA FAMÍLIA DE PETISTA ASSASSINADO EM FOZ

De passagem pelo Paraná, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se encontrou nesta quinta-feira (16) com a família de Marcelo Arruda, o guarda municipal e militante petista morto a tiros pelo policial penal bolsonarista Jorge Guaranho em julho de 2022, em Foz do Iguaçu. "Encontrei hoje em Foz do Iguaçu a família de Marcelo Arruda, covardemente assassinado por um ódio que não podemos aceitar. Minha solidariedade a sua companheira, Pâmela Silva, e seus filhos, que carregarão a memória e o orgulho do seu pai", escreveu Lula. Ele divulgou as imagens do encontro em seu perfil oficial no Twitter. Guaranho, que também foi baleado mas sobreviveu, está preso e é réu sob acusação de homicídio duplamente qualificado. Ele ainda aguarda julgamento. Com os filhos, a viúva Pâmela Silva descreveu o encontro como emocionante. "A gente fica até sem saber o que falar porque ele é uma pessoa amável, generosa." Pâmela disse a Lula que ela e o marido haviam planejado esse momento juntos.

Ricardo Stuckert/Divulgação Presidência

'Uzmercáduz' são a nata reacionária

Você pertence ao setor de proteína animal porque consome um bife?

Reinaldo Azevedo

Bio: Jornalista, autor de "O País dos Petralhas".

Pesquisa da Genial-Quaest divulgada na quarta (15) revela mais do que a opinião de 82 executivos do mercado financeiro. Expõe o núcleo do reacionarismo nacional, um pedaço da economia de mercado corroída pelo "mercadismo" burro, a contaminação desses luminares pelo bolsonarismo troglodita, o flerte com um país ética e moralmente degenerado e, adicionalmente, um provável descuido com o dinheiro de terceiros.

Nota: há certo esforço para tornar "Uzmercáduz" um ente metafísico. Nos termos de Gil Vicente, seriam "Todo Mundo" e "Ninguém". Assim, se você tem uns caraminguás depositados, seria mercado também. Conversa mole. A Quaest ouviu 82 pessoas. Acertadamente, não estou na lista. E você? A composição da amostra, ademais, não é a de uma pesquisa eleitoral. O fato de que seríamos todos punidos por um calote da dívida não nos torna parte "d'Uzmercáduz". Não atuo no setor de proteína animal só porque como um bife, embora seja certo que, sem boi, não tem carne.

Antes que se conclua o terceiro mês do governo Lula, 98% dos bravos pensam que a política econômica está errada. Como não são entes etéreos, é provável que concordassem com a de Guedes-Bolsonaro. De que "política econômica" estão a falar agora? Antes que se tenha o novo arcabouço fiscal —o próprio presidente só conhecerá detalhes da proposta nesta sexta (16)—, como ser judicioso a respeito? É só reacionarismo disfarçado de juízo técnico. Quando souberem, vão gostar? Respondo ao fim do texto.

A demonizada PEC da Transição ainda pesa nessa avaliação. Sem ela, teria sido impossível, por exemplo, retomar o Minha Casa Minha Vida no país dos soterrados. Afirmam que a política fiscal não vai gerar sustentabilidade da dívida pública 90% dos exegetas da própria ortodoxia. É só terrorismo influente.

Outro dado encantador: para 68%, o governo não estaria preocupado em combater a inflação, sabe-se lá por quê. Talvez a correta crítica de Lula à Selic alimente essa opinião. Segundo 90%, o BC acertou ao manter a taxa a 13,75%. Dez por cento dizem confiar em Fernando Haddad, ministro da Fazenda; 38% não. Ficam com um "mais ou menos" 52%. Os Belzebus são Gleisi Hoffmann e Aloizio Mercadante, presidentes, respectivamente, do PT e do BNDES. Não confiam neles 98%.

A reserva é até compreensível no caso de Gleisi, sem entrar no mérito de suas opiniões. À frente do principal partido da base, vai para o embate. E no caso de Mercadante? Que decisão tomou ou que declaração fez que afrontaram a responsabilidade fiscal? O índice negativo de Lula, nesse quesito, é de 94% —o de Bolsonaro é menor: 74%. Cuidado! Nada menos de 20% dos que teoricamente velam por sua grana confiam no cara das pistolas & diamantes. Que lama!

Não diminuo a importância dessas pesquisas. Existem e podem provocar grandes estragos. Espetaculares 68% apostam no taco de Roberto Campos Neto, presidente do BC. Comanda a instituição que elevou a Selic de 2% para 13,75% em dois anos, indo de uma taxa real negativa de 0,75% para uma positiva em torno de 8% agora. Como canta Angela Ro Ro em "Gota de Sangue", não se deve confundir carinho com desejo. Nem confiança com gratidão.

A mão invisível "duzmercáduz" anda trêmula. Dois bancos americanos e um europeu foram para o vinagre. São as tais falhas regulatórias em que se homiziam pilantras impunes. Joe Biden e o Banco Central da Suíça garantem: ninguém solta a mão de ninguém, não importa o valor depositado. Afinal, os mercados são o povo, né? A razão é elementar para a entrada da mão visível do Estado: se não houver a garantia dos depósitos integrais, correntistas fugirão dos bancos menores, e surge o fantasma da crise sistêmica.

Continuo fã dos mercados, "como alguns de vocês", aludindo à coluna da semana passada. Sigo atento à sua capacidade de produzir maravilhas —se contido por parâmetros éticos— e horror, se entregue à própria natureza. Assim é com tudo o que é humano. Por aqui, muito horror se produziu em quatro anos, o que maravilhou os nossos gênios, saudosos da "destruição destruidora".

Essa gente vai gostar da proposta de arcabouço fiscal? Camões responde com outra interrogação: "Qual será o amor bastante de ninfa, que sustente o dum Gigante?"

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo | **SÁB. Demétrio Magnoli**

Deputada leva 'vida invisível' de empregada doméstica à Alesp

Integrante do MTST, Ediane Maria foi eleita pelo PSOL com mais de 150 mil votos

Naief Haddad

SÃO PAULO Entre as datas cravadas na memória de Ediane Maria do Nascimento está 3 de setembro de 2002. Nesse dia, perto de completar 19 anos, desembarcou na rodoviária do Tietê, em São Paulo, saída de Floresta, município de pouco mais de 30 mil habitantes no interior de Pernambuco.

Desde então, foi empregada doméstica, babá, cozinheira. Mais tarde, tornou-se coordenadora do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto).

Agora, aos 39 anos, a data que toma os pensamentos de Ediane é 15 de março de 2023, quando foi empossada deputada estadual. Filiada ao PSOL, teve a 20ª maior votação entre os candidatos do estado e a quinta maior entre as mulheres.

Ela é, em diversos sentidos, uma figura que escapa do padrão político paulista. Embora o número de mulheres na Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) neste novo mandato seja um recorde, são apenas 25 cadeiras delas em um total de 94, o que representa 27%.

Além disso, são 19 os que se declaram negros, como Ediane, o equivalente a 20%.

Ela compõe ainda uma minoria de esquerda, que fará oposição ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). A tendência é que não cheguem a 30 na Assembleia os contrários ao titular do Palácio dos Bandeirantes.

Ediane não parece receosa de atuar na contracorrente.

"Perguntam se eu não tenho medo de estar lá dentro [Alesp]. Cheguei em São Paulo aos 18 anos, e todos me falavam 'não, não e não'. Consegui passar por tudo isso e agora será mais um desafio. E não estou sozinha, tenho ao meu lado mais de 175 mil pessoas que votaram em mim", afirmou em entrevista na Casa de Luta do MTST, no bairro de Santa Cecília. "Nossa função é tensionar."

Ediane é a número 7 dos 8 filhos de Raimunda, que foi empregada doméstica e babá, e José Merêncio, pedreiro e feirante.

Uma das filhas de uma patroa de Raimunda foi para São Paulo e precisava de alguém que cuidasse dos serviços de casa. Foi então que Ediane pegou o ônibus rumo à capital paulista e começou a trilhar o caminho da mãe.

"Em Floresta, eu era alguém. Aqui, virei mais uma no meio da multidão, essa era a minha agonia. O trabalho vai te tornando invisível", conta ela, que passou por algumas casas em que dormia no quarto de empregada.

Em 2016, Ediane estava na fila do programa Leve Leite no Jardim Aclimação, bairro de Santo André onde vive até hoje com os quatro filhos — ela é mãe solo.

Seu inconformismo com o tempo de espera e com a quantidade insuficiente de benefícios chamou a atenção de integrantes do MTST, que também aguardavam no local. Eles a convidaram para conhecer o movimento e a história de Ediane mudou de direção.

"A partir daí, eu comecei a olhar o mundo de um outro jeito e comecei a ganhar voz", diz.

Também se sentiu acolhida como nunca havia acontecido em sua vida paulistana. Os apelidos que recebeu são um sinal desse novo momento. "Olha o leãozinho!", diziam os amigos do MTST ao encontrar Ediane, que usa cabelo black power, com as pontas dos fios loiros.

Dentro do movimento, ela foi uma das fundadoras do Raízes da Liberdade, núcleo que discute pautas raciais e participa de manifestações com esse mote.

Em março de 2021, o grupo promoveu um protesto contra a alta de preços dos alimentos no Pão de Açúcar, em Moema. "Fomos lá para criticar a fome e o racismo, sem ofender os consumidores que estavam no supermercado."

Uma das principais propostas de Ediane está ligada diretamente ao seu dia a dia no MTST. Em meio à pandemia, o movimento lançou as cozinhas solidárias, que hoje distribuem refeições gratuitamente em 32 lugares do país.

Nesse seu primeiro mandato, a deputada pretende apresentar um projeto na Alesp que transforme essa iniciativa em política pública, privilegiando as periferias das cidades.

A miséria nas ruas de São Paulo está entre os problemas que a deixam indignada. "Vejam o que aconteceu aqui na Prefeitura de São Paulo. Estão arrancando as barracas do povo em situação de vulnerabilidade", afirma, veemente, citando a responsabilidade do prefeito Ricardo Nunes (MDB).

Ediane apoia a muito provável candidatura de Guilherme Boulos (também do PSOL) para a administração da capital paulistana. Nunes deve ser um dos outros nomes fortes na disputa.

Procurada pela **Folha**, a Secretaria das Subprefeituras informa "que todas as ações da gestão municipal são pautadas na lei 59.246, de 28 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre os procedimentos e o tratamento à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana".

De acordo com a pasta, "poderão ser recolhidos objetos que caracterizem estabelecimento permanente no local público, principalmente quando impedir a livre circulação de pedestres e veículos, tais como camas, sofás, colchões e barracas montadas ou outros bens duráveis que não se caracterizem como de uso pessoal".

Diz ainda que esses bens são guardados pela subprefeitura e podem ser retirados por seus proprietários, que são avisados da apreensão.

Na cultura, a nova deputada quer lutar pela instalação de mais bibliotecas nos bairros periféricos. "Por que as pessoas têm que pegar duas ou três conduções para ter acesso à cultura?"

Em relação à moradia, ela pretende levar as reivindicações dos movimentos sociais à Alesp, entre elas, pedidos de regularização fundiária e de transformações de ocupações em moradias populares.

"Vivemos num estado muito populoso, que é também o mais rico da América Latina. Mas não existe uma política de moradia do estado de São Paulo", ela critica.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do governo Tarcísio, São Paulo tem feito nas últimas décadas "investimentos orçamentários expressivos na construção de moradias populares, garantindo acesso às famílias de menor renda com concessão de subsídios, com atendimento habitacional médio de 20 mil famílias por ano na última década".

Também afirma que "nos problemas estruturais e complexos", tem atuado "na requalificação urbana dos assentamentos urbanos precários, caracterizados por situações de risco, favelas, cortiços, loteamentos irregulares, problemas de acesso à infraestrutura e condições inadequadas de salubridade".

Ediane sabe que sua passagem pela Alesp será cheia de percalços. Por outro lado, ela está ciente de que o avanço de mulheres e negros nos espaços de poder é uma via sem volta. "Teremos enfrentamentos, mas não vamos retroceder, não adianta."

A deputada estadual Ediane Maria (PSOL) na parte interna da Alesp Rubens Cavallari/Folhapress

> Não estou sozinha, tenho ao meu lado mais de 175 mil pessoas que votaram em mim. [...] Nossa função é tensionar
>
> **Ediane Maria do Nascimento (PSOL)**
> deputada estadual

Ediane Maria do Nascimento, 39

De Floresta, interior do Pernambuco, mudou-se para São Paulo aos 18 anos. Na capital paulista, foi empregada doméstica, babá e cozinheira. Em 2017, iniciou a militância ao fazer parte da ocupação Povo Sem Medo, em São Bernardo do Campo. Depois tornou-se coordenadora do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) e do movimento negro Raiz da Liberdade. Foi eleita deputada estadual pelo PSOL por São Paulo, em 2022

mundo

Parlamentares seguram placas em sinal de protesto contra a primeira-ministra francesa, Elizabeth Borne, na Assembleia Nacional, em Paris Pascal Rossignol/Reuters

Macron atropela Assembleia para impor nova Previdência aos franceses

Presidente lança mão de artigo que aprova projetos mesmo sem aval parlamentar e inflama protestos

Fernanda Mena

TOULOUSE (FRANÇA) O presidente da França, Emmanuel Macron, decidiu recorrer ao artigo 49.3 da Constituição, que permite aprovação de projetos de lei apresentados pelo governo mesmo sem a chancela parlamentar, para impor sua controversa reforma da Previdência aos franceses.

A decisão ocorreu em reunião com a primeira-ministra Elisabeth Borne e demais ministros no palácio do Eliseu, sede do governo em Paris, nesta quinta-feira (16), horas antes que o texto aprovado pelo Senado fosse submetido à Assembleia Nacional.

O dispositivo constitucional, de baixa densidade democrática, foi uma aposta radical do governo diante das incertezas sobre a votação na Casa de uma reforma considerada crucial para as finanças públicas e para a agenda reformista de Macron, mas altamente contestada por deputados e pela população.

Desde que foi apresentado pela primeira-ministra, em janeiro deste ano, o projeto provocou a articulação de uma junta intersindical inédita nos últimos 12 anos. Foi o gatilho para uma campanha de greves e manifestações contra o texto e levou milhões de franceses a protestar, paralisando serviços de coleta de lixo, educação, transporte público e geração de energia.

A insatisfação popular é clara. Apenas 23% dos franceses avaliam as propostas desta reforma como "aceitáveis", de acordo com o instituto de pesquisa Ifop, um dos principais do país. Em 2010, quando a última reformulação previdenciária foi aprovada, ainda no governo de Nicolas Sarkozy, esse índice era de 53%. Outro levantamento do Ifop realizado nesta semana apontou que 78% dos franceses rejeitavam o uso do artigo 49.3 para acelerar as mudanças previdenciárias.

O "número maldito", apelido dado pelos franceses, já foi acionado dez vezes por Borne desde o início de seu mandato, em 2022, sempre diante de impasses nas votações de projetos de lei no campo das finanças públicas.

A utilização do dispositivo em um caso controverso e que mobilizou tantos franceses como a reforma da Previdência, porém, pode ter resultados explosivos nas grandes cidades da França. Ainda que as manifestações tenham perdido volume de adesão, os protestos têm se radicalizado.

Na tarde desta quinta, manifestantes se concentraram na porta da Assembleia Nacional para repudiar a decisão do governo. Entre pilhas das mais de sete toneladas de lixo que se acumulam há 13 dias nas ruas de Paris devido à greve dos garis, portavam cartazes contra Macron e Borne.

No horário previsto para a votação do texto, a primeira-ministra chegou à Casa e foi recebida sob vaias dos deputados de oposição. Enquanto Borne anunciava o uso do artigo 49.3, parlamentares do França Insubmissa, partido de ultraesquerda de Jean-Luc Mélenchon, cantavam o hino nacional, e deputados do Reunião Nacional (RN), sigla de ultradireita de Marine Le Pen, puxavam gritos de "demissão".

"Alguns deputados desta Casa fizeram de tudo para bloquear o debate dessa reforma necessária e, portanto, bloquear a própria democracia", disse a primeira-ministra no púlpito da Assembleia, em referência às tentativas de obstrução, lideradas principalmente pela esquerda, nas fases iniciais de tramitação do texto.

Para ela, a medida considerada pouco democrática por cancelar automaticamente os debates parlamentares sobre o projeto é um ato de "responsabilidade do governo". Borne deixou o plenário sob novas vaias e gritos de "democracia".

"Esse texto não tem legitimidade", declarou Mélenchon entre manifestantes que lotaram a praça da Concórdia, perto da Assembleia, depois do anúncio da primeira-ministra.

Fabien Di Filippo, deputado do partido Republicanos e opositor da reforma apesar do apoio oficial de sua legenda ao texto, declarou ao Journal Du Dimanche que "a adoção da reforma previdenciária sem votação é uma vergonha" e "uma negação da democracia".

Questionada sobre uma possível queda da administração Borne, Marine Le Pen declarou ao canal de notícias BFM: "Isso me parece evidente. Trata-se de um fracasso total desse governo."

Em comunicado, a Confederação Geral do Trabalho (CGT), uma das maiores uniões sindicais do país, afirmou que foi a "luta dos trabalhadores que impediu que Borne obtivesse maioria para sua reforma de pensões" e que o recurso ao 49.3 "encoraja a ampliar as manifestações".

Deputados de oposição tentam, às pressas, articular uma aliança multipartidária para a votação de uma moção de censura ao governo Macron. O instrumento, que precisa ser apresentado em até 24 horas após o evento a ser contestado, tem o poder de derrubar a primeira-ministra e rejeitar o texto sobre o qual ela evocou sua responsabilidade ao impor aprovação automática —neste caso, a reforma da Previdência.

A moção de censura precisa de aprovação da maioria absoluta dos parlamentares (289) e, em caso de sucesso, Macron poderia, em reação, reconduzir Borne ao cargo ou mesmo dissolver a Assembleia Nacional. Desde 1958, moções de censura não têm obtido votos suficientes para serem efetivadas, de modo que se tornaram um meio simbólico de manifestação do repúdio de deputados à ausência de debate parlamentar. Num caso envolto em tantas excepcionalidades como o da aprovação dessa reforma, no entanto, todas as possibilidades seguem em suspenso.

Ao menos três partidos já anunciaram que vão apresentar moções de censura contra a ação do governo: França Insubmissa, Reunião Nacional e o pequeno Liot (Liberdade e Territórios). O porta-voz do RN, Sébastien Chenu, afirmou que a sigla votará favoravelmente a todas as ações apresentadas. O Republicanos se posicionou contra, mas alguns deputados da sigla prometeram apoio.

A reforma da Previdência eleva a idade mínima para aposentadoria de 62 para 64 anos até 2030 e de prolongar os anos de contribuição dos franceses para acesso à pensão integral, de 42 para 43 anos, já a partir de 2027.

A reformulação também mexe nos chamados regimes especiais —aqueles dedicados a atividades consideradas mais penosas, como as de garis, bombeiros, policiais e enfermeiros, que podem se aposentar antes das demais categorias, teriam a idade mínima elevada de 57 para 59 anos.

Segundo o governo, a reforma vai representar uma economia de € 18 bilhões (cerca de R$ 101 bilhões). Ela representa uma aproximação da França aos parâmetros adotados por outros países da União Europeia, que já elevaram suas idades mínimas de aposentadoria. Este movimento é repudiado pelos franceses, que prezam a qualidade de seu sistema público de segurança social.

A França tem o maior gasto governamental do planeta, equivalente a 55% do Produto Interno Bruto (PIB). Durante a fase mais crítica da pandemia, essa fatia chegou aos 60%, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). No Brasil, os gastos do governo são de 45%.

O gasto francês com o sistema de aposentadorias é o maior do mundo rico, atrás apenas de Itália e Grécia, e consome cerca de 14% do PIB —montante que se aproxima do desembolso brasileiro somando-se as despesas de União, estados e municípios.

Entenda a reforma da Previdência

O que muda com a reforma da Previdência?
A idade mínima para aposentadoria sobe de 62 para 64 anos gradualmente até 2030, e o tempo de contribuição dos franceses para acesso à pensão integral é prolongado de 42 para 43 anos, já a partir de 2027. Trabalhadores de atividades consideradas mais penosas, como policiais, bombeiros, garis e enfermeiros, ainda poderão se aposentar antes, mas a idade mínima sobe para 59 anos.

O que é o artigo 49.3 da Constituição, usado pelo governo de Emmanuel Macron?
O mecanismo permite a aprovação de projetos de lei apresentados pelo governo mesmo sem a chancela parlamentar. Ele já foi acionado dez vezes pela primeira-ministra Elisabeth Borne, nomeada por Macron, desde o início de seu mandato, e é considerado um instrumento pouco democrático.

Reforma sai barata para a França, mas pode ser insuficiente

ANÁLISE

Fernando Canzian

SÃO PAULO As turbulentas manifestações contra a reforma previdenciária brandа perseguida por Emmanuel Macron reforçam a tradição francesa de erguer barricadas contra a perda de direitos. Mesmo que, neste caso, esteja em jogo o financiamento de um Estado capaz de bancar outras políticas igualitárias.

Os protestos contra a reforma acontecem quatro anos depois dos ruidosos atos dos chamados "coletes amarelos", que agiram, algumas vezes violentamente, contra aumentos de impostos.

Em Paris, são raros os meses ou semanas em que não há protestos de grupos específicos partindo da Praça da República ou da Concórdia, como de agentes da saúde, professores, estudantes ou imigrantes.

Essa tradição talvez ajude a explicar por que a França, em um mundo e numa Europa cada vez mais desiguais, siga como uma ilha de menor disparidade de renda entre ricos e pobres.

Num dos raros exemplos globais, a parcela da renda total apropriada pelos 10% mais ricos na França caiu de 33,3% para 31% nos últimos 20 anos. Já a dos 50% mais pobres aumentou de 20,7% para 23,2%.

De acordo com a base de dados sobre desigualdade WID (World Inequality Database), da Escola de Economia de Paris e da qual participa o economista Thomas Piketty, vários países europeus não reduziram a desigualdade no período ou foram na direção contrária.

Na Alemanha, maior e mais eficiente economia da região, os 10% mais ricos detinham 32,3% da renda há 20 anos. Agora, concentram 37,4% —acima da média europeia, de 37%.

Se esses dados ajudam a corroborar a estratégia dos franceses para manter direitos e conter o aumento da desigualdade, outros indicadores mostram que o país não está levando em conta números que justificam a reforma previdenciária proposta —sobretudo a elevação de 62 para 64 anos na idade mínima geral para aposentadorias.

Nos últimos 20 anos, a expectativa de vida dos franceses aumentou quase o dobro dos anos a mais de trabalho que a reforma propõe. Passou de 79,3 anos para 83 (+3,7 anos), situando-se agora dois anos acima da média dos países da OCDE, clube dos 38 países mais desenvolvidos.

Reformas previdenciárias miram o futuro. Na França de 2050, segundo projeções do Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos francês, a expectativa de vida superará os 88 anos e, mantidas as condições previdenciárias e migratórias atuais, somente uma em cada duas pessoas terá idade para trabalhar —descontando-se crianças, adolescentes e idosos.

Com terceira maior despesa global em aposentadorias e, segundo o FMI, o maior gasto público do mundo, bastante direcionado à área social, a atual proposta de reforma pode não só sair barata para a França como mostrar-se absolutamente insuficiente em poucos anos.

[...]

> Reformas previdenciárias miram o futuro. Na França de 2050, mantidas as condições previdenciárias e migratórias atuais, somente uma em cada duas pessoas terá idade para trabalhar

Polônia rompe tabu e vai enviar caças MiG-29 para Ucrânia

Medida era vetada pelos Estados Unidos por considerar provocação excessiva contra os invasores russos

GUERRA DA UCRÂNIA

Igor Gielow

SÃO PAULO Em uma decisão sem precedente na Guerra da Ucrânia, a Polônia anunciou na quinta (16) que irá enviar aviões de caça para Kiev empregar contra os invasores russos.

É o primeiro país a tomar tal medida, vista até aqui como um tabu, uma linha vermelha a não ser ultrapassada na escalada da ajuda militar ocidental ao governo de Volodimir Zelenski.

Isso porque, na argumentação válida até aqui no governo dos EUA e seguida pelos parceiros da Otan, aliança da qual a Polônia é um dos mais aguerridos membros, Moscou poderia ler tal fornecimento como um incentivo a ataques em seu território ou uma participação direta no conflito.

Na prática, não é bem assim. O presidente polonês, Andrzej Duda, disse em Varsóvia que iria enviar por ora apenas quatro caça MiG-29 de fabricação soviética. Seu país tem uma frota com 28 desses modelos, herdados dos tempos em que fazia parte do bloco comunista do Leste Europeu, a maior frota no continente —na Otan, a Bulgária tem 14 aviões do tipo, enquanto a Eslováquia opera 11. Segundo Duda, os MiG estão perto do fim da vida útil, "mas em condições de uso".

A Ucrânia opera o modelo, o que facilita a transferência, poupando pilotos de treinamento. Antes da guerra, ela tinha 37 MiG-29, e segundo dados coletados pelo site holandês Oryx, ao menos 16 foram derrubados. Kiev também tinha 34 Su-27, mais modernos, dos quais, segundo as contas conservadoras do Oryx, oito foram abatidos.

Simbolicamente, de todo modo, é uma grande mudança, comparável ao anúncio em janeiro de que uma coalizão de países europeus irá fornecer tanques alemães Leopard-2, o mais abundante no continente, para ajudar Kiev. Apenas poucos blindados poloneses chegaram à Ucrânia, com o treinamento de equipes ainda em curso. Não se sabe quando estará disponível os 140 tanques propagandeados por Kiev, e os 31 poderosos modelos americanos Abrams prometidos por Joe Biden talvez levem dois anos para chegar.

Seja como for, a escalada contínua muda o caráter da guerra, especialmente com a perspectiva de um conflito de longa duração, talvez de anos. Reforços mais imediatos para ucranianos, com blindados americanos Bradley por exemplo, ajudam planos de montar ofensivas na primavera do Hemisfério Norte.

Segundo disse nesta semana o ministro da Defesa da Ucrânia, Oleg Reznikov, qualquer contraofensiva de seu país só será efetiva se for possível neutralizar a vantagem aérea dos russos. Baterias antiaéreas já foram fornecidas, mas caças para combate eram sua demanda principal no campo.

Biden até aqui dizia que não enviaria caças americanos para Zelenski, que havia requisitado modelos F-16. Nesta quinta, a Casa Branca afirmou que foi informada da decisão polonesa, numa mudança de postura: quando Varsóvia fez a mesma oferta logo depois do começo da guerra, Biden vetou a transferência.

Alguns países europeus, como a Holanda, haviam dito que poderiam ceder parte de sua frota, desde que houvesse reforço por parte de outros membros da Otan em termos de cobertura aérea. O Reino Unido, por sua vez, ofereceu seus poderosos Eurofighter Typhoon para cumprir essa função. É um esquema que já funciona nos Estados Bálticos, ex-repúblicas soviéticas absorvidas pelo clube militar que não possuem Força Aérea própria.

No caso polonês, a quantidade ainda é baixa, e Duda conta com duas encomendas feitas recentemente de aviões mais modernos, 32 caças americanos F-35 e 48 sul-coreanos FA-50. Eles devem, contudo, demorar alguns anos para chegar.

Resta agora ver o tamanho do protesto, previsível, de Moscou. Quatro caças não mudam a guerra, mas se uma reengenharia das frotas da Otan entrar em curso para permitir a ida de MiG-29 para a Ucrânia em quantidade, a acusação de envolvimento direto no conflito ganha força.

O anúncio, que sem dúvida foi combinado com Washington, eleva os riscos globais do conflito, mas também serve para testar quão elásticas são as linhas vermelhas de Vladimir Putin —que, sempre que pode, lembra que a Rússia é uma potência nuclear e que um confronto direto com a Otan teria consequência funestas.

Tudo isso ocorre na semana em que um drone americano caiu após se chocar com um caça russo sobre o mar Negro, perto da área do conflito. As partes se acusaram mutuamente pelo incidente, mas trabalharam para baixar o risco de uma escalada militar.

Na véspera do anúncio polonês, o grupo de 40 países que apoiam militarmente a Ucrânia havia se reunido para coordenar novos envios de armas. Até 15 de janeiro, segundo o alemão Instituto para a Economia Mundial de Kiel, já foram enviados em ajuda bélica US$ 60 bilhões para Zelenski, US$ 47 bilhões só dos EUA. A Polônia era a terceira maior doadora, com US$ 2,55 bilhões.

Em solo, Kiev segue resistindo em Bakhmut, a cidade foco da guerra no leste do país. Há semanas os russos empreendem um ataque feroz para tomá-la. Já na Rússia, uma explosão atingiu um prédio do FSB, o serviço federal de segurança, na cidade de Rostov-do-Don, mas ninguém assumiu a autoria —uma pessoa morreu.

Vídeo mostra aviões russos interceptando drone dos EUA no mar Negro

SÃO PAULO O Comando Europeu das Forças Armadas dos Estados Unidos divulgou nesta quinta-feira (16) um vídeo com imagens da interceptação de um drone americano por dois caças russos no mar Negro que levou à derrubada do aparelho não tripulado em meio à Guerra da Ucrânia.

O vídeo captado pelo drone MQ-9 Reaper, editado, mostra duas passagens em que os jatos Su-27 russos armados com mísseis ar-ar passam muito perto do aparelho despejando o que o Pentágono disse ser combustível —uma manobra de ataque nunca antes registrada, visando afetar sensores e motor do avião americano.

A imagem causa estranhamento porque válvulas de despejo de combustível ficam nas asas de aviões, e muitos caças nem as têm. A trilha de vapor que aparece no vídeo pode ser apenas o piloto acelerando o caça perto do drone, talvez para causar instabilidade.

Na segunda passagem, bastante próxima, a imagem é cortada. Segundo os americanos, isso prova o choque com a hélice do aparelho, que o levou a cair no mar Negro —tese reforçada pela imagem final, que mostra claramente ao menos uma das pás do mecanismo avariada.

Os russos, até aqui, confirmavam a interceptação, mas negavam ter ocorrido o contato e atribuíram a queda do drone de US$ 30 milhões (R$ 160 milhões) a uma manobra brusca.

O incidente ocorreu na terça (14) e abriu uma crise entre as duas maiores potências atômicas, antagonistas no teatro de operações da Ucrânia, país invadido pelos russos em 24 de fevereiro de 2022 que recebe apoio militar maciço de Washington e seus aliados.

O mar Negro banha a região conflagrada, a Crimeia anexada em 2014 por Vladimir Putin e os arredores, divididos entre a Rússia, países centro-asiáticos e também membros da Otan (aliança militar ocidental) como a Romênia, de onde o Reaper havia decolado para sua missão de espionagem e vigilância.

Ao longo da quarta-feira (15), russos e americanos trocaram acusações, mas de modo a asseverar suas posições políticas e não para escalar a crise. Os chefes da Defesa dos países, o ministro Serguei Choigu e o secretário Lloyd Austin, conversaram por telefone para encerrar o caso. **IG**

JAPÃO E COREIA DO SUL PROMETEM UNIÃO EM CÚPULA ANTECEDIDA POR MÍSSIL DA COREIA DO NORTE

Governo do Japão/Kyodo/Reuters

Os líderes do Japão e da Coreia do Sul se comprometeram a superar diferenças históricas e abrir o que o premiê japonês, Fumio Kishida (à dir.), chamou de "um novo capítulo" em suas relações diplomáticas nesta quinta-feira (16). O encontro, realizado em Tóquio, foi o primeiro entre governantes dos países vizinhos em 12 anos. A união tem um objetivo claro: apresentar, junto aos EUA, uma frente unida diante das ameaças da Coreia do Norte e da expansão da presença da China no continente asiático. Horas antes de o presidente sul-coreano, Yoon Suk-yeol, chegar a Tóquio, Pyongyang disparou um míssil balístico na costa japonesa. Já a China protagonizou embate com o Japão acerca de ilhas no mar do Leste da China reivindicadas por ambos ao enviar, na véspera, navios da guarda costeira à área para expulsar "embarcações indesejadas" japonesas.

MUNDO OUVIU | Livros, filmes, séries, podcasts e o que mais houver para tentar entender o mundo

Podcast discute crise demográfica na China à luz do declínio da população

João Batista Natali

A China perdeu para a Índia o primeiro lugar de país com maior população mundial. Isso já se sabia. O que não se sabia ainda é que o regime chinês não está conseguindo reverter seu declínio demográfico, estimulando a gestação de até três filhos por casal.

A questão foi abordada por quatro especialistas em podcast da BBC. Um deles, Yasheng Huang, professor do MIT, disse que regimes autoritários como o da China são eficientes ao impor políticas restritivas, mas têm menos êxito ao estimular comportamentos mais permissivos.

A medida restritiva à qual ele se refere foi a política de um único filho por família, imposta pelo Partido Comunista Chinês em 1980 e que conseguiu conter o crescimento populacional. Essa determinação vigorou até 2015, quando duas crianças para cada casal foram permitidas.

Mas a nova diretriz não impediu que a população continuasse caindo. Então, em 2021, o PC Chinês determinou que o número de filhos por casal subisse para três. O problema é que ninguém deu bola para a nova política, em que pesem estímulos em dinheiro que o regime passou a oferecer.

O problema, diz Yun Zhou, demógrafa e professora da Universidade de Michigan, é que, de meio século para cá, o perfil da sociedade chinesa mudou. Mulheres procuram ser profissionalmente bem-sucedidas. Sabem que basta um só filho para ficarem enterradas em afazeres domésticos. Três filhos? Nem pensar.

A inadequação da oferta do regime é abordada em outro ângulo por Isabel Hilton, criadora de um portal sobre questões ambientais. Nos anos 1960, diz ela, a China era em grande parte uma sociedade rural, em que os pais trabalhavam no campo, e as crianças numerosas ficavam por conta de um coletivo difuso de adultos. Hoje só 30% da população não mora nas cidades. E os avós tampouco estão ao alcance para cuidar dos netos.

Mas os burocratas do partido se desesperam com a queda da fertilidade. Em 2021, nasciam 7,5 crianças para cada mil habitantes. No ano seguinte já eram 6,7 por mil (são 11 nos EUA e 16,4 na Índia).

Esse conjunto de más notícias se reverteria apenas se os casais aceitassem os estímulos do Partido Comunista e voltassem a procriar como antigamente. Mas não é o caso, diz Victor Gao, vice-presidente de uma ONG com sede em Pequim que trata da globalização.

Gao afirma que a política do filho único teve efeitos positivos por ter impedido que a população chinesa chegasse a 2 bilhões. Teria sido um caos, argumenta, com problemas econômicos e ambientais.

O declínio demográfico não é algo próprio à China. Os convidados da BBC lembraram que o mesmo acontece em países como Japão, Hungria e Espanha. A diferença fundamental entre eles e os chineses está no fato de estarem abertos à imigração para que, na falta de cidadãos nacionais, o sistema produtivo não escorregue ladeira abaixo.

"Mas não vejo", diz Isabel Hilton, "como os chineses se acostumariam com a convivência em suas cidades e seus empregos com cidadãos vindos do Vietnã ou do Paquistão". Em teoria, a imigração em massa criaria mais problemas ideológicos do que os resolveria na economia. Simplesmente não iria funcionar.

The Real Story: What will China's declining population mean for the world?
Podcast da BBC. Disponível em bbc.in/3YTBsu3. Duração: 49 min. (em inglês)

Número de menores que cruzam Darién cresce 10 vezes

Região entre Colômbia e Panamá, conhecida como 'selva da morte', tem salto de migrações em 2023

Mayara Paixão

SÃO PAULO "É a selva da morte, assim a descrevem". Andrés Puerta, 27, nascido em Medellín, na Colômbia, enfrentou nove dias no estreito de Darién, uma das rotas migratórias mais perigosas do mundo, para depois ir ao México, onde busca melhores condições socioeconômicas.

Na região entre a Colômbia e o Panamá, deparou-se com uma região que, como alertam especialistas há tempos, é de controle de grupos armados. "Desde o início da selva, há gente que se aproveita dos imigrantes. Homens imponentes, armados, jovens e encapuzados que cobram US$ 200 só para começarmos o caminho."

Andrés testemunhou mudanças no perfil migratório. "Há muitas mães com às vezes dois filhos pequenos, um nas costas, outro no colo. É impressionante. E muitos nem as ajudam. Tocou-me muito a história de uma recém-nascida que morreu no colo da mãe no caminho", afirma ele.

A crise migratória em Darién escalou. Em janeiro e fevereiro deste ano, quase 50 mil migrantes cruzaram o estreito. O número é cinco vezes maior do que a cifra observada no mesmo período de 2022.

E chama ainda mais atenção o aumento no número de crianças e adolescentes: quase 17 mil nos mesmos dois dois meses, dez vezes mais do que o registrado no período do ano anterior. Se em 2022 eram cerca de 17% do fluxo migratório neste período, agora menores representam 35%.

Pesquisadores ainda tentam entender as razões do fenômeno. Mas apontam que há um claro reflexo do arrefecer da pandemia de Covid e, por óbvio, a crise econômica nos países da América do Sul, de onde parte a maioria dos migrantes para Darién.

"É um 'coquetel explosivo' de fatores e causas estruturais", diz Álvaro Botero Navarro, professor da Universidade Americana, nos EUA. "Para uma região que já tem problemas como altos níveis de pobreza e desigualdade, isso se agrava. Para muitos, a migração vem a ser uma opção normal de sobrevivência."

Mas Darién é apenas "porta de entrada para uma larga rota migratória que se estende até a fronteira sul dos EUA", explica Ligia Bolivar, pesquisadora do Centro de Direitos Humanos de Universidade Católica Andrés Bello, da Venezuela. Do estreito, migrantes passam por Costa Rica, Nicarágua, Honduras, Guatemala e México.

"Não houve um aumento proporcional no número de migrantes na fronteira americana, o que mostra que há um represamento ao longo da rota migratória. Essas pessoas estão ficando no meio do caminho. Não porque querem, mas porque não têm mais dinheiro, foram roubadas, sequestradas ou vítimas de outros tipos de abuso."

O território, como já admitiram os governos de Colômbia e Panamá, está de fora do controle dos Estados. Andrés, o colombiano que cruzou Darién em outubro, relata ter sido extorquido em cada acampamento que parava para descansar. Sem dinheiro, muitas vezes limpava o local em troca de um passe para seguir.

"O primeiro desafio é o cansaço físico. Mas sua vida corre muito risco. Se não der o que as pessoas que te extorquem pedem, você morre", conta. E, ao cruzar Darién, a realidade tampouco é fácil. Andrés relata ter sido hostilizado por policiais no Panamá e narra a passagem por com centros de migração insalubres. "Veem os migrantes como uma oportunidade de dinheiro fácil", diz, acrescentando que teve que pagar cerca de US$ 150 para entrar em cada um dos países da rota até o México.

O aumento do número de menores de 18 anos em uma rota perigosa, onde pelo menos 156 migrantes morreram ou desapareceram desde 2014 —cifra da ONU reconhecidamente subnotificada— preocupa especialistas, que, no entanto, ainda não ventilam uma razão clara para isso.

"Parece ser resultado do fato de que muitas famílias, em especial haitianas e venezuelanas, chegam a Darién depois de passar anos em países como Brasil, Chile, Colômbia e Equador, onde não têm com quem deixar seus filhos", diz Juan Pappier, subdiretor para Américas da Human Rights Watch.

Não há uma solução única para o desafio da chamada "selva da morte", frisam os especialistas. Mas, em consenso, eles apontam que é urgente uma articulação de países da América do Sul e dos Estados Unidos para legalizar rotas de migração.

"A resposta tem sido insuficiente", afirma Ligia Bolivar. "Não há, ao longo da rota migratória, bons centros de apoio para migrantes. O que há são centros de detenção."

A crise migratória no estreito de Darién

MÉXICO, HONDURAS, NICARÁGUA, GUATEMALA, COSTA RICA, PANAMÁ, Cidade do Panamá, Darién, VENEZUELA, Bogotá, COLÔMBIA, EQUADOR, PERU, BRASIL, 250 km

Número de cruzamentos irregulares na região quintuplica

Em milhares

Total / Menores de 18

jan.21 (1,1 / 0,3) — out.22 — fev.23 (24,7 / 8,4)

Em cada 10 migrantes, mais de 3 são menores

Menores de 18, em %

jan.21: 25 — fev.23: 34,2

Brasil segue entre as 10 principais nacionalidades

Ranking do número de cruzamentos, em milhares

2021

1º	Haiti	78,5
2º	Cuba	17,6
3º	Chile	9,6
4º	**Brasil**	8,4
5º	Venezuela	2,3
6º	Bangladesh	1,5
7º	Gana	0,9
8º	Uzbequistão	0,8
9º	Senegal	0,8
10º	Índia	0,5

2022

1º	Venezuela	150,3
2º	Equador	29,4
3º	Haiti	22,4
4º	Cuba	6
5º	Colômbia	5,1
6º	Índia	4,1
7º	**Brasil**	3
8º	Rep. Dominicana	2,5
9º	Afeganistão	2,2
10º	China	2

2023

1º	Haiti	16,7
2º	Equador	11,6
3º	Venezuela	9,4
4º	China	2,2
5º	Chile	1,7
6º	Índia	1,4
7º	**Brasil**	1,4
8º	Colômbia	1
9º	Afeganistão	0,6
10º	Camarões	0,4

Fonte: Governo do Panamá

Nicarágua faz trocas diplomáticas e remove embaixadora no Brasil

SÃO PAULO A ditadura da Nicarágua removeu do posto a embaixadora do país no Brasil, Lorena del Cármen Martínez, de acordo com decisão publicada no Diário Oficial nicaraguense na quinta (16).

Ainda que os motivos não estejam claros, o movimento chama a atenção por ocorrer dias após Brasília manifestar, na ONU, preocupação com a repressão crescente do regime de Daniel Ortega.

Segundo fontes diplomáticas ouvidas pela **Folha**, a remoção configura uma rotação de praxe, e Martínez, no cargo desde 2013, deve ser substituída em breve. Um nome já teria sido ventilado, mas ainda depende da aprovação do Brasil, por meio do processo conhecido como agrément —documento diplomático que indica concordância do governo anfitrião com a nomeação para uma embaixada.

Manágua designou Gabriel Osmani Ace Zepeda como ministro de funções consulares no Brasil. Na hierarquia diplomática, ele será uma espécie de encarregado de negócios e assumirá o comando da representação de forma temporária até a indicação de um novo titular.

A mudança faria parte de uma série de trocas conduzidas pela diplomacia do regime de Ortega. O embaixador nicaraguense na Coreia do Sul também foi retirado do seu cargo, assim como o representante do país no Panamá. Este último teve a saída divulgada nesta quarta (15) —Panamá está entre os países que ofereceram nacionalidade aos nicaraguenses expatriados pela ditadura.

O Brasil acenou na mesma direção no início do mês no Conselho de Direitos Humanos da ONU. O embaixador Tovar da Silva Nunes disse que vê com "extrema preocupação" a decisão de expatriar os dissidentes e as notícias de violações de direitos humanos do país. O representante afirmou também estar disponível para receber expatriados.

No início de fevereiro, a ditadura Ortega-Murillo inaugurou a política de expatriação com 222 presos políticos que foram expulsos do país e enviados aos EUA. Na ocasião, a Assembleia Nacional, dominada por aliados de Ortega, aprovou em um só dia uma reforma constitucional para permitir a retirada da nacionalidade de cidadãos. A medida foi repetida com outros 94 opositores dias depois.

O Brasil vinha sendo criticado por não se manifestar de forma enfática sobre as arbitrariedades de Ortega, líder que, após combater a ditadura dos Somoza nos anos 1970, organizou seu próprio regime autoritário.

Ainda assim, o chanceler Mauro Vieira reconheceu, em recente entrevista à **Folha**, que Manágua já não é uma democracia. Algumas alas do PT são próximas à Frente Sandinista de Libertação Nacional, embora parte delas tenha se distanciado do partido de Ortega.

A política de expatriação aprofundou o isolamento do regime. No último domingo, Ortega ordenou o fechamento da embaixada do Vaticano em Manágua e da embaixada nicaraguense na sede da Igreja Católica —com quem o regime trava queda de braço.

A decisão foi tomada dois dias depois da divulgação de uma entrevista em que o papa Francisco afirma que o líder sofre de "desequilíbrio" e compara seu regime à União Soviética e ao regime nazista. **Daniela Arcanjo e MP**

Produção de cocaína tem níveis recordes no mundo, diz ONU

SÃO PAULO Após observar o impacto das medidas restritivas da pandemia, a oferta de cocaína disparou nos últimos anos e atingiu níveis recordes, aponta relatório da ONU divulgado na quinta (16).

O fenômeno se deve ao aperfeiçoamento do processo de fabricação da droga e ao aumento da demanda e do cultivo de coca, que cresceu 35% entre 2020 e 2021, o maior salto desde 2016.

De acordo com a ONU, em 2020 foram produzidas cerca de 2.000 toneladas de cocaína. Em 2014, quando a produção entrou em crescimento, esse número não chegava à metade dos níveis atuais.

Já a área de plantação de coca, matéria-prima da droga, dobrou de 2013 a 2017, atingiu um pico em 2018 e voltou a crescer em 2021. Há mais de 300 mil hectares de plantações de coca na Colômbia, no Peru e na Bolívia —os três países onde se concentram os campos de cultivo, segundo o UNODC, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.

Depois de coletadas, as folhas são misturadas com gasolina, cal, cimento e sulfato de amônio e formam uma pasta branca. A substância é, então, enriquecida com um coquetel de ácidos e solventes, processo que, segundo a agência, tornou-se mais eficiente nos laboratórios dos cartéis da América do Sul.

"A pandemia foi um pequeno revés para a expansão da produção de cocaína, mas agora ela se recuperou e está ainda maior do que antes", afirmou Antoine Vella, pesquisador do UNODC que trabalha no relatório, ao jornal britânico The Guardian.

Com AFP

TODA MÍDIA | **Nelson de Sá**
nelson.sa@grupofolha.com.br

Bancos chineses viram 'refúgio' em meio à crise, diz Bloomberg

Na Bloomberg, fim da quinta em Xangai e Hong Kong, manhã em Nova York, "Ações de bancos chineses emergem como refúgios em meio aos problemas globais do setor".

No texto, "os ganhos em instituições estatais se destacam, com as ações do Banco da China subindo pelo quarto dia". Cita, de nota distribuída pelo HSBC, que "as exposições soberanas limitadas e a baixa correlação com o ambiente de taxas globais ajudam a proteger os bancos chineses da tempestade que se aproxima".

De resto, como as demais, as manchetes "live" da Bloomberg acompanharam o Credit Suisse cair, ser resgatado, subir e depois "aparar" a recuperação.

Ao fundo, a agência Reuters despachou duas mudanças de projeção, em relação às duas maiores economias do mundo. Na primeira, "Goldman Sachs corta previsão do PIB dos Estados Unidos após crise bancária", de 1,5% para 1,2%.

Na segunda, "Goldman Sachs eleva previsão de crescimento do PIB da China em 2023 para 6%", dos anteriores 5,5%, justificando com "a rápida reabertura do país" neste início de ano.

Biden vs. TikTok

O Wall Street Journal noticia que, de forma "similar" a Donald Trump em 2020, Joe Biden agora "ameaça banir o TikTok se os donos chineses não venderem sua participação".

Mas o jornal avisa que a retirada do aplicativo do ar por Biden "pode enfrentar caminho acidentado" na Justiça, lembrando que Trump "acabou fracassando quando o TikTok foi aos tribunais". Pequim, na época, vetou a transferência do algoritmo do TikTok para um novo dono, o que inviabilizaria a venda.

Horas depois, o WSJ entrevistou o CEO do TikTok, Shou Zi Chew, que vai ao Capitólio na semana que vem e adiantou que uma venda forçada "não irá resolver as preocupações de segurança" de Washington.

O temor não se reflete nos consumidores americanos, alertou o Interconnected, influente página no Substack voltada à "interconexão de tecnologia e geopolítica".

Deu como evidência a lista de downloads nos EUA levantada pela consultoria Sensor Tower, mostrando que o TikTok nem é mais o líder na App Store e no Google Play.

Está na frente o Temu, que vende "brinquedos e bugigangas", e outros concorrentes fortes do TikTok são o CapCut, um editor de vídeo, e a Shein, de "fast fashion". Todos chineses.

Musk e a Amazônia

A agência Associated Press despachou foto obtida junto ao Ibama, mostrando antena e roteador da Starlink, parte da SpaceX de Elon Musk, encontrados pela Polícia Federal em área de exploração ilegal de ouro no território yanomami.

A reportagem é intitulada "Musk trouxe a internet para a Amazônia brasileira. Os criminosos adoram". E diz: "Agentes foram recebidos com tiros e os atiradores escaparam, deixando para trás um achado cada vez mais familiar para as autoridades: unidades Starlink".

Lula teme acusação de estelionato eleitoral em debate sobre regra fiscal

Proposta elaborada pela Fazenda prevê controle de gastos, mas deve sofrer mudanças no Planalto

Catia Seabra e Idiana Tomazelli

BRASÍLIA A iminência do anúncio da nova regra fiscal reacendeu no presidente Lula (PT) o temor de repetir erros de Dilma Rousseff, que deu uma guinada na política econômica no início de seu segundo mandato na tentativa de promover um ajuste nas contas públicas e acabou perdendo apoio popular e político.

Segundo pessoas próximas, a preocupação do petista é ser acusado de estelionato eleitoral, após fazer uma campanha permeada por promessas de colocar o pobre no Orçamento e dar fim ao atual teto —regra que limita o avanço de gastos à inflação e, na avaliação do PT, limita despesas com obras e políticas sociais.

A retomada dos investimentos é considerada a espinha dorsal da plataforma política do terceiro mandato de Lula.

O presidente ainda vai discutir os detalhes da regra com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), nesta sexta-feira (17), mas algumas sinalizações já dadas pela equipe econômica vão justamente na direção de manter algum controle sobre o crescimento dos gastos, ainda que mais flexível do que o teto.

Por isso, assessores palacianos apostam em mudanças no texto que venha a ser apresentado por Haddad, caso seja confirmada a tendência de contenção de despesas, com possível repercussão sobre investimentos em obras e programas sociais.

Nesse caso, a proposta sofreria alterações no Planalto. Esse temor é apontado como uma das justificativas para a discrição que cerca o debate sobre a nova regra fiscal.

Até a noite desta quinta-feira (16), a minuta não havia chegado à Casa Civil nem à Secretaria de Relações Institucionais, encarregadas do envio do texto e de sua articulação no Congresso Nacional.

A expectativa é que os titulares dessas pastas, Rui Costa e Alexandre Padilha, respectivamente, só tenham acesso à proposta nesta sexta.

Segundo aliados, Lula tem desencorajado açodamento na apresentação da proposta.

Os relatos são que o presidente tem muito medo de repetir o que são considerados erros de Dilma, que acabou sofrendo impeachment em 2016. Colaboradores do presidente contam que não é raro Lula orientar em sentido distinto quando informado de alguma prática adotada nos governos da petista.

Ele teria proposto que o ministro Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação Social) fosse mais criativo ao ouvir dele a sugestão para que o futuro programa de obras fosse batizado de "novo PAC".

Em 2015, após reeleita, a ex-presidente nomeou para a Fazenda o economista Joaquim Levy, de viés liberal e com apelido de "mãos de tesoura" (em referência à corte de gastos).

A escolha se deu num contexto em que Dilma era pressionada pela forte deterioração das finanças públicas, pelo escândalo das pedaladas fiscais e pela contabilidade criativa adotada em seu primeiro mandato para maquiar a situação das contas do país.

Levy permaneceu no cargo por 11 meses, período em que travou e perdeu uma série de embates na tentativa de rever benefícios e desonerações e resgatar a credibilidade fiscal.

No mesmo intervalo, a aprovação do governo Dilma começou a derreter. Em dezembro de 2015, 65% dos brasileiros consideravam seu governo ruim ou péssimo, segundo pesquisa Datafolha da época.

Após uma eleição acirrada, Lula teme trilhar caminho semelhante, caso a proposta de Haddad represente ajuste significativo nas despesas do governo. Por isso, o presidente tem evitado se pronunciar sobre a proposta e, assim, se comprometer com apoio integral ao texto da Fazenda.

Por outro lado, há também o cuidado de não desacreditar Haddad, que há quase três meses trabalha na proposta de nova regra fiscal e aposta em sua aprovação para obter a confiança do mercado financeiro de que as contas do país são sustentáveis.

O ministro já sofreu uma derrota no início do ano, quando teve de prorrogar a desoneração de tributos federais sobre o diesel até o fim de 2023 e sobre a gasolina até 28 de fevereiro.

Há pouco mais de duas semanas, Haddad precisou superar críticas até mesmo da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, para conseguir convencer Lula a retomar a cobrança de tributos sobre combustíveis, ainda que parcialmente, para ajudar na recomposição da arrecadação federal e não comprometer os planos de ajuste do ministro.

Nas discussões da nova regra fiscal, Haddad tem adotado cautela extrema. Na Fazenda, apenas o ministro e alguns de seus principais secretários participam das discussões, de forma que os detalhes da proposta permanecem em sigilo até mesmo para demais membros da pasta.

Nos últimos dias, os princípios do projeto foram apresentados, em reuniões também restritas, ao Banco Central, à ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), e ao vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Segundo relatos, o pano de fundo da cautela de Haddad é o receio de que a proposta se torne alvo de fogo amigo do próprio PT, a exemplo do que ocorreu na discussão em torno da tributação dos combustíveis, contribuindo para a desidratação da regra.

Eventual vazamento da proposta da Fazenda também poderia evidenciar uma nova derrota de Haddad, caso algum dos dispositivos seja rejeitado pelo Planalto, diante da expectativa por mudanças.

A equipe econômica vê como fundamental convencer Lula de que o novo conjunto de regras fiscais é necessário e terá efeitos positivos para o país. Daí a intenção de Haddad de apresentar a Lula a proposta em sua integralidade, sem que tenha passado pelas mãos de seus colegas de ministério.

Uma vez alcançado esse objetivo, eventuais divergências internas e também com integrantes do partido teriam mais chances de serem contidas.

A definição do novo arcabouço fiscal é considerada pela Fazenda importante para abrir caminho à redução da taxa de juros pelo BC, como quer Lula. A autoridade monetária tem apontado o risco fiscal como um fator de impulso às projeções de inflação e, consequentemente, uma razão para manter a Selic no patamar atual de 13,75% ao ano.

Haddad, aliás, almejava apresentar o desenho final da proposta de regra fiscal antes da próxima reunião do Copom, na terça (21) e na quarta-feira (22), em busca de emitir uma sinalização consistente ao BC do compromisso com a sustentabilidade das contas.

No entanto, ainda não há certeza sobre a possibilidade de cumprir esse calendário.

Daniel Duarte/AFP

TARIFA DE ITAIPU VAI SUBIR, AFIRMA NOVO DIRETOR-GERAL

A tarifa de Itaipu vai ser revista, e para cima, diz novo diretor-geral de Itaipu, Enio Verri (na foto, é cumprimentado por Lula e observado pelo presidente do Paraguai, Mario Abdo Benitez, em Foz do Iguaçu). O valor de US$ 16,19/Kw (R$ 85,62 por quilowatt) está em vigor desde 1º de janeiro no Brasil, mas foi fixado unilateralmente pela gestão bolsonarista, sem consultar o sócio paraguaio. A tarifa acertada entre os dois países em 2022 foi de US$ 20,75/kW (R$ 109,73). Quando o valor foi anunciado, como uma herança positiva do governo passado, especialistas da área de energia já alertavam para o risco de que o novo governo teria o ônus político de aumentar a tarifa. "A grande questão é que dificilmente o Paraguai vai concordar em baixar para US$ 16. O valor está diretamente relacionado à receita do país, e eles estão em processo eleitoral, a conjuntura não é a melhor para isso", disse Verri à Folha. "Claro que o meu papel como diretor-geral de Itaipu é tentar, ao máximo, a tarifa mais barata possível para o Brasil." Alexa Salomão

Meta individual para diferentes despesas enfrenta resistência

Fábio Pupo e Idiana Tomazelli

BRASÍLIA A ideia de criar metas individuais de gastos para diferentes tipos de despesa —como custeio da máquina pública, investimentos e até pessoal— enfrenta resistências nos debates do governo sobre a nova regra fiscal.

O modelo com metas separadas foi sugerido pelo grupo de economistas da transição em relatório entregue ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), para permitir um controle mais rigoroso ou um crescimento mais flexível de determinadas despesas, de acordo com a categoria.

Despesas com a folha do funcionalismo, por exemplo, poderiam ter uma trava própria, enquanto gastos com obras públicas teriam uma meta à parte.

O modelo ainda desperta discussões. Uma ala do governo vê na ideia um fator de engessamento do Orçamento.

De acordo com relatos feitos à **Folha**, membros do governo defendem uma regra focada no gasto global —o que traria mais flexibilidade e evitaria o agravamento da chamada rigidez orçamentária (quando o governo tem pouca margem de manobra para o uso dos recursos).

Dessa forma, havendo espaço fiscal, o governo poderia em determinado ano alocar mais recursos em investimentos, sem ficar preso a uma meta específica de gasto que cresce conforme uma regra pré-determinada.

Os detalhes da nova regra fiscal ainda não são conhecidos, mas integrantes da Fazenda já deram indicações públicas de que a proposta deve conter mecanismos para controlar a velocidade de crescimento dos gastos.

Em janeiro, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, afirmou que o controle das despesas é o melhor instrumento para administrar a trajetória da dívida pública.

Mello afirmou na ocasião que o próximo arcabouço fiscal brasileiro tem de dialogar com as novas tendências globais e ser uma regra que aponte a trajetória de algumas variáveis centrais, entre elas a dívida pública. Segundo ele, também seria necessário outro instrumento para lidar com isso, o resultado primário.

"E que tenha uma regra que trabalhe com um horizonte de gasto público, que é o que o governo tem mais controle. Ele tem algum sobre receita, mas tem mais controle sobre o gasto", disse há menos de dois meses.

Seja qual for o formato final do texto, representantes do governo afirmam que a regra para despesas será mais flexível que o atual teto de gastos —que limita o crescimento das despesas à variação da inflação. Por isso, a busca por mais receitas será um componente importante da estabilidade fiscal que a Fazenda diz buscar.

Conforme mostrou a **Folha**, o governo prevê que a regra fiscal permitirá alcançar o objetivo de zerar o déficit ainda em 2024. A meta é vista como desafiadora, pois seu cumprimento depende não só da proposta do governo mas de outras variáveis econômicas que, no momento, assumem um viés desfavorável —como uma possível crise no sistema financeiro e seu impacto para a economia global.

Por outro lado, há a interpretação no governo de que a própria apresentação de uma regra fiscal, que por definição significa maior restrição, por um governo de esquerda, com maior tendência a aumento de gastos, pode se tornar um fator de surpresa positiva para o mercado e o setor produtivo. Se essa leitura de fato prevalecer, a economia e a arrecadação poderiam se beneficiar desses ganhos.

A Fazenda pretende apresentar sua proposta de regra fiscal de forma detalhada ao Planalto nesta sexta (17).

O objetivo central da regra, segundo o governo, é não apenas recuperar a sustentabilidade fiscal (a ser medida sobretudo pelo nível de endividamento público) mas também permitir financiar adequadamente as políticas públicas —além de retomar a credibilidade da política macroeconômica, com previsibilidade e transparência, dizem integrantes do governo.

Um dos pontos mais sensíveis é o convencimento da classe política, já que o próprio PT tem sido crítico a propostas de maior restrição fiscal.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Calculadora

Depois que o Conselho Nacional de Previdência Social aprovou, na segunda (13), a queda dos juros do empréstimo consignado do INSS, uma série de bancos suspendeu suas operações de empréstimo na modalidade. Na lista estão instituições como Bradesco, Itaú, Pan, Mercantil, C6 Bank e Daycoval. A onda confirma previsões que executivos do setor já vinham fazendo nos últimos dias de que havia um risco de corte na oferta do produto se a medida fosse confirmada.

MATEMÁTICA No Banrisul, a rede de atendimento própria, integrada por agências, postos bancários e app, está operando normalmente o crédito consignado do INSS, diz a empresa. No entanto, foram suspensas as novas operações da modalidade pela Bem Promotora, um dos canais de relacionamento do Banrisul. "A questão é temporária, até ser definida a estratégia comercial do produto", afirma o banco.

TELA O PagBank PagSeguro também suspendeu as operações com consignados do INSS pelo canal de correspondentes bancários, mas o serviço pode ser contratado pelo aplicativo do PagBank.

PARCELA Bancos públicos como Caixa e Banco do Brasil também suspenderam. Segundo o Mercantil, que tem foco no público acima de 50 anos, a suspensão é temporária. "Estamos avaliando a situação e ajustando o produto às novas condições. O cartão consignado e as demais modalidades de crédito pessoal seguem vigentes", diz o banco.

BOLSO Procurada pelo Painel S.A., a Febraban afirma que não houve nenhuma decisão coletiva. "Os bancos que ofertam o consignado não reportaram à Febraban a suspensão da linha para aposentados. Como essa decisão não é setorial, cada banco tem sua política de concessão de crédito, não cabendo reportar à Febraban as linhas que concedem ou deixam de conceder."

URNA As centrais sindicais reagiram divulgando um comunicado em que classificam o movimento dos bancos como "chantagem" e prometem convocar atos para defender a queda do juro. No texto, assinado por entidades como CUT, Força Sindical e UGT, também afirmam que o corte na taxa está em linha com os anseios do eleitorado de Lula.

VOTO "É necessário que o Estado assuma sua responsabilidade social e garanta o acesso para aposentados. E não ceda aos melindres de um grupo de bancos que não aceitam diminuir seus lucros em tempos tão difíceis", diz o texto, que também leva a assinatura de outras centrais, como CTB, CSB e Nova Central.

TELEFONE SEM FIO A redução dos juros do empréstimo consignado do INSS foi resultado de um ruído entre o ministro Carlos Lupi (Previdência) e o Palácio do Planalto, segundo pessoas ouvidas pela **Folha**. A medida também não teve apoio do Ministério da Fazenda, que agora estuda alternativas. Segundo relatos de integrantes do governo, a medida chegou a ser apresentada a Lula em reunião no dia 8.

NA PAUTA De acordo com esses relatos, o mandatário deu aval para que a proposta começasse a tramitar internamente e ouvisse ministérios envolvidos, em especial a Fazenda. Carlos Lupi, por sua vez, teria entendido que poderia manter a análise do tema na reunião do CNPS realizada na segunda (13).

DE CASTIGO Por causa do episódio, integrantes do Planalto viram Lupi também como um dos alvos da bronca pública de Lula na reunião ministerial de terça (14), dia seguinte à decisão do órgão. O chefe do Executivo afirmou, durante a reunião cujo começo foi transmitido pela TV Brasil, que não quer "propostas de ministros", mas de governo.

GÊNIO DA LÂMPADA Em um tom mais duro, sem citar nomes, pediu que os titulares da pasta que sejam autores de alguma "genialidade" as apresentem ao governo antes de as tornarem públicas.

BANDEIRA A redução dos juros do consignado do INSS vinha sendo defendida por Lupi publicamente. Para ele, seria possível diminuir o patamar cobrado por se tratar de um crédito com baixo risco de inadimplência. Em entrevista no final de fevereiro, ele afirmou que levaria o tema para discussão no CNPS em março e qualificou de "criminoso" o então patamar dos juros.

CONSELHO Segundo relatos, o ministro Haddad (Fazenda) chegou a entrar em contato com o titular da Previdência pedindo que a ideia não fosse levada adiante. Antes do anúncio da medida, membros da pasta econômica se reuniram com representantes do setor financeiro, que defenderam no encontro a inviabilidade econômica do produto.

com Paulo Ricardo Martins, Diego Felix e Nathalia Garcia

INDICADORES

Juros

Jan., em % ao mês — Mínimo / Máximo

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,72	9,80

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência janeiro

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.fev

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 17.fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7.fev. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho.
A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Bancos dos EUA fazem acordo para injetar US$ 30 bi no First Bank

Instituição americana de médio porte de San Francisco ficou fragilizada após episódios com SVB e Credit Suisse

Lucas Bombana

US$ 5 bi
é quanto Bank of America, Citigroup, JPMorgan Chase e Wells Fargo vão injetar, cada um, no First Republic Bank

US$ 2,5 bi
é a quantia que Goldman Sachs e Morgan Stanley colocarão no banco de San Francisco

US$ 1 bi
é a contribuição individual de NY-Mellon, PNC Bank, State Street, Truist e U.S. Bank

SÃO PAULO Um consórcio formado por 11 bancos dos Estados Unidos anunciou nesta quinta-feira (16) um aporte de US$ 30 bilhões no First Republic Bank, que corria risco de colapso depois de enfrentar uma forte queda no valor das ações.

Bank of America, Citigroup, JPMorgan Chase e Wells Fargo vão fazer um aporte de US$ 5 bilhões cada um, enquanto Goldman Sachs e Morgan Stanley entrarão com US$ 2,5 bilhões cada um. Já BNY-Mellon, PNC Bank, State Street, Truist e U.S. Bank farão um aporte somado de US$ 1 bilhão.

O acordo foi costurado com apoio do governo americano, que temia a escalada de uma crise no setor bancário, depois da quebra do SVB (Silicon Valley Bank), nos EUA, na semana passada, e as dificuldades financeiras do Credit Suisse na Europa nos últimos dias.

"Essa demonstração de apoio de um grupo de grandes bancos é muito bem-vinda e mostra a resiliência do sistema bancário", diz comunicado assinado pela secretaria do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, e o presidente do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA), Jerome Powell.

"O apoio coletivo fortalece nossa posição de liquidez e é um voto de confiança para o First Republic e todo o sistema bancário dos EUA", diz comunicado assinado por Jim Herbert e Mike Roffler, fundador e CEO do First Republic, respectivamente.

O banco informou ainda que, na quarta-feira (15), tinha uma posição de caixa de aproximadamente US$ 34 bilhões.

Banco de médio porte fundado em 1985 em San Francisco, nos EUA, focado nas áreas de private banking e gestão de fortunas, o First Republic viu suas ações entrarem em queda livre desde a semana passada, com o receio dos agentes financeiros de que os problemas que culminaram na falência do SVB poderiam também o afetar.

Só na segunda-feira (13), as ações caíram mais de 60%, com desvalorização acumulada de mais de 70% entre os dias 8 e 15 de março.

As ações chegaram a operar em forte queda nesta quinta-feira, com desvalorização acima de 20%, mas inverteram a tendência após o anúncio do aporte e fecharam com ganhos de cerca de 10%.

"O banco está focado em reduzir seus empréstimos e avaliar a composição e o tamanho de seu balanço daqui para a frente", disse o First Republic, que suspendeu a distribuição de dividendos relativos às ações ordinárias.

Ao final de dezembro, o First somava cerca de US$ 210 bilhões em ativos totais, com 80 escritórios em sete estados dos EUA.

O The Wall Street Journal reportou que os clientes da instituição retiraram bilhões de dólares em depósitos nos últimos dias, com o banco já tendo anunciado no domingo um acordo com o Fed e o JP Morgan para acessar uma linha de crédito de US$ 70 bilhões.

Apesar dos esforços, na quarta (15) a agência de classificação de risco rebaixou os ratings do First Republic de A- para BB+, o que resultou na perda do status grau de investimento.

Desde sexta (9), os agentes do mercado financeiro global adotaram um tom de cautela, após a quebra do SVB, banco voltado para o setor de startups que foi duramente atingido pelo aumento dos juros pelo Fed, que causou prejuízos bilionários para a carteira alocada em títulos de longo prazo do governo americano.

A derrocada do SVB elevou as tensões em relação aos demais bancos regionais nos Estados Unidos, que têm capacidade limitada de lidar com um cenário macroeconômico adverso com a alta dos juros pelo banco central norte-americano.

Credit Suisse dispara na Bolsa depois de receber apoio do banco central suíço

Renato Carvalho

INSTITUIÇÃO NEGOCIA VENDA DE FATIA NA VERDE ASSET
O Credit Suisse no Brasil anunciou estar em tratativas que podem resultar na venda de participação na gestora Verde Asset Management, de Luis Stuhlberger. "Lumina Capital Management, Verde Asset Management e Credit Suisse estão negociando um acordo para possibilitar que a Lumina Capital adquira uma participação acionária na Verde Asset", diz nota divulgada pelo banco suíço.
A expectativa é que a Lumina Capital, casa de investimentos focada no crédito privado que tem como um dos principais sócios o ex-presidente do Morgan Stanley no Brasil, Daniel Goldberg, adquira fatia detida pelo Credit na Verde, mas com o banco mantendo ainda participação na gestora de fundos.

SÃO PAULO A ação do Credit Suisse fechou em alta de 19% nesta quinta-feira (16), depois de receber o apoio do banco central da Suíça para tranquilizar os mercados, horas depois de registrar a pior sessão de sua história, quando o papel caiu quase 25%.

O Credit Suisse anunciou na madrugada desta quinta (16) que solicitaria empréstimo de até 50 bilhões de francos suíços (US$ 53,7 bilhões, R$ 284,4 bilhões) do banco central.

O banco também anunciou uma série de operações de recompra de títulos da dívida por quase 3 bilhões de francos suíços.

"Essas medidas são um movimento decisivo para fortalecer o Credit Suisse, à medida que continuamos nossa transformação estratégica para agregar valor aos nossos clientes e outras partes interessadas", afirmou o CEO do banco, Ulrich Koerner, em um comunicado.

"O Credit Suisse atende às exigências em matéria de capital e liquidez impostas aos bancos de importância sistêmica", afirmaram o Banco Nacional Suíço (BNS, banco central) e a Finma (Autoridade Supervisora do Mercado Financeiro), em comunicado.

"Em caso de necessidade, o BNS colocará liquidez à disposição do Credit Suisse", acrescentaram as instituições.

Na tarde de quinta-feira, após o fechamento dos mercados na Europa, a agência Bloomberg noticiou que tanto o Credit Suisse quanto seu maior concorrente na Suíça, o UBS, rejeitam a ideia de uma fusão forçada entre as duas instituições. Segundo as informações, o UBS estaria resistente em assumir os riscos da operação do rival.

O Credit comunicou à sua equipe nesta quinta-feira que o apoio emergencial do banco central suíço não desencadeia um "evento de viabilidade", de acordo com documentos aos quais a Reuters teve acesso.

O banco também atualizou quanto dinheiro devolveu aos investidores em seus fundos de financiamento da cadeia de suprimentos, de acordo com o documento, datado de 16 de março. O banco ainda apontou pontos que devem ser discutidos com os clientes. O Credit Suisse se recusou a comentar o memorando.

O colapso do Credit Suisse aconteceu poucos dias após a falência do banco californiano SVB (Silicon Valley Bank), na esteira de uma onda de saques em larga escala de clientes, o que deixou o estabelecimento em dificuldades para manter o fluxo de caixa por conta própria.

Mas, ao contrário do SVB, o Credit integra o grupo de 30 bancos internacionais considerados muito importantes para quebrar, o que também impõe regras mais rígidas para resistir aos abalos do mercado.

A preocupação supera as fronteiras da Suíça. O Tesouro dos EUA afirmou que estava "monitorando a situação e em contato com as autoridades internacionais".

Apesar da recuperação desta quinta, o mercado ainda deve manter um nível de desconfiança em relação aos bancos internacionais, segundo André Fernandes, Chefe de Renda Variável e sócio da A7 Capital.

"Se instalou uma crise de confiança com relação ao sistema financeiro. Então, enquanto houver esse perigo de que mais algum banco possa aparecer no radar, essa melhora que vimos é momentânea", diz Fernandes.

O colapso da ação do Credit Suisse acelerou na quarta (15), após a recusa de seu principal acionista, o Banco Nacional Saudita, a ampliar sua participação no capital.

O banco está em dificuldades há dois anos, após a falência da empresa financeira Greensill, que marcou o início de uma série de escândalos.

Com AFP e Reuters

Brasil também tem dia de recuperação com ajuda do exterior

A Bolsa fechou em alta e o dólar em queda nesta quinta-feira (16), seguindo a tendência vista nos mercados americano e europeu. A ajuda ao Credit Suisse, anunciada na noite de quarta-feira (15), e à tarde, a confirmação do auxílio de grandes bancos americanos ao First Republic Bank serviram para injetar otimismo no mercado. No Brasil, cresce a expectativa de que o BC comece a cortar a taxa de juros nos próximos meses.

O Ibovespa subiu 0,73%, a 103.433 pontos. O dólar caiu 1,05%, a R$ 5,238, depois de bater R$ 5,31 no início do pregão.

O movimento de salvação dos bancos no exterior ajudou os principais índices de ações globais nesta quinta. Em Nova York, o Dow Jones fechou em alta de 1,17. O S&P 500 avançou 1,76%, e o Nasdaq, 2,48%.

Na Europa, o índice Euro Stoxx 600 fechou em alta de 1,19%. O FTSE 100, em Londres, avançou 0,89%. Em Paris, o índice CAC 40 subiu 2,03%, e, em Frankfurt, o DAX, 1,57%.

Leia mais na coluna de Vinicius Torres Freire, na pág. A20

Bruno Santos - 9.jun.22/Folhapress

Arminio Fraga, 65
Economista pela PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) e doutor na área pela Universidade de Princeton, é sócio-fundador da gestora Gávea Investimentos. Foi diretor-gerente do Soros Fund Management, empresa de investimentos do empresário George Soros (1993 a 1999), e presidente do Banco Central do Brasil (1999 a 2002). Participou da fundação e preside os conselhos do Ieps (Instituto de Estudos para Políticas de Saúde) e do IMDS (Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social)

Arminio Fraga

Melhor defesa contra crise é anunciar metas de resultado primário e gasto

Sistema bancário nacional é sólido, mas empresas sofrem com juros e cura para isso vem de resolver a situação fiscal, diz ex-presidente do BC

ENTREVISTA

Alexa Salomão

BRASÍLIA O economista Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central, não vê risco de que as fragilidades que assombram instituições financeiras nos Estados Unidos e na União Europeia possam ser identificadas no sistema bancário brasileiro.

"Uma contaminação vinda de fora não é o principal fator de risco aqui", diz ele. "Blindado nunca ninguém está. Mas não acredito que esse setor possa sucumbir numa crise bancária. Os bancos aqui no Brasil são mais capitalizados. Tem-se a impressão de que grandes bobeiras como a que vimos nos Estados Unidos não ocorrem aqui. Essa é a minha avaliação."

Fraga, no entanto, afirma que o ciclo econômico não é confortável no Brasil. "Várias empresas dependem de financiamento para capital de giro, e elas estão sofrendo muito. Algumas estão até se mostrando inviáveis."

Na sua avaliação, será mais fácil para o Banco Central atuar nesse ambiente mais adverso, acompanhando uma eventual redução na taxa de juros, se o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) for mais ágil em apresentar definições para o que considera o cerne do problema no Brasil: a fragilidade fiscal.

"Eu diria que aqui, apesar de não estarmos diante de uma corrida bancária —essa é a minha expectativa—, nós temos uma situação macroeconômica muito frágil, com juros já muito altos", afirma. "É claro que os juros altos são um problema, e não é de hoje. Mas a cura para essa condição é fiscal."

Arminio reforça que, apesar de as atenções terem se voltados para a elaboração de novas regras fiscais, a prioridade é a divulgação dos parâmetros de resultado primário e de gasto público para os próximos anos.

"Com ou sem arcabouço, o governo tem que anunciar os principais parâmetros."

*

Já vínhamos sentido risco de crédito, veio perda de confiança, e, na última semana, bancos com problemas. Estamos diante de um risco de crises múltiplas? Sim, mas precisamos olhar a geografia da coisa. Lá fora, temos uma situação muito delicada, e os bancos centrais já avisaram que vão entrar com artilharia pesada. Em geral, isso pelo menos dá tempo. É preciso averiguar quanto se tem de alavancagem no sistema. No setor imobiliário, que foi o problema maior em 2008, acredita-se que haja menos alavancagem.

A novidade do banco da Califórnia [o Silicon Valley Bank, que faliu na semana passada] é que eles tinham uma posição enorme de descasamento de taxa. Ou seja, captavam depósito de curto prazo e aplicavam num prazo longo. Eles quebraram, pelo que se ouve, em razão disso. Foi uma barbeiragem tremenda dos gestores do banco e dos reguladores, que também não viram isso. Não era um portfólio de empréstimos que era difícil de avaliar. Era bem fácil.

Lá fora os bancos centrais vinham correndo atrás dos prejuízos com a inflação. Foi uma aposta que fizeram. Estavam com medo, e, agora, vem a conta. O aperto no crédito é incluído nos cálculos dos banco centrais. Sempre há o risco do que a gente pode chamar de dominância financeira, ou seja, o banco central afrouxar um pouco na inflação para não apertar demais no mundo do crédito. Esse é o estado das artes lá fora.

E no Brasil? Aqui é diferente. Também há uma questão inflacionária, e não é apenas um choque de oferta —e, mesmo que fosse, o BC tem que, no mínimo, cuidar dos efeitos secundários do choque. No nosso caso, a maioria dos especialistas acha que tem também um elemento de demanda.

O BC vinha trabalhando nessa área e, de repente, aqui surge também a questão do crédito. Não é uma grande surpresa, dado que os juros foram de 2% para 13%, mas é, mesmo assim, um assunto a se acompanhar.

Ao mesmo tempo, aqui também está no ar toda essa questão fiscal e sobre o que governo vai fazer.

Num primeiro momento, ele está muito focado no desenho de um arcabouço para substituir os outros que não aguentaram. Mas eu acho que, neste momento, mais importante do que redesenhar um arcabouço —que, claro, é relevante— é anunciar metas bem claras para o saldo primário e, quem sabe, até para gasto, nos próximos três anos.

Esse seria o passo, ao me ver, mais contundente e claro, e não uma discussão de um arcabouço muito sofisticado, em cima de posturas do governo como um todo, inclusive do presidente da República, de que esse tema fiscal ou não é muito relevante, ou é um grande exagero. Mas certamente não se vê grande apreço por esse tema fora do Ministério da Fazenda, por enquanto.

> Aqui, o que tenderia a acalmar as coisas seria justamente dar mais espaço ao BC para trabalhar —e a única forma que existe para fazer isso é resolver o fiscal

Aqui, o que tenderia a acalmar as coisas seria justamente dar mais espaço ao BC para trabalhar —e a única forma que existe para fazer isso é resolver o fiscal. É isso, ou teria algum impacto também no crédito. O BC mais livre, ou que não tenha de carregar um piano mais pesado do que deveria, pode trabalhar um pouco melhor o tema.

Na sua avaliação, o governo está demorando para apresentar as metas? Um pouco. Mas não é anormal um governo que está chegando demorar um pouquinho a engrenar. Isso não preocupa. O que preocupa é essa sensação de que um arcabouço vai resolver o assunto. Não vai. O que vai resolver é o governo apresentar o seu comprometimento. Aí a coisa se acalma.

Já se diz que o Fed, o banco central americano, pode rever os juros. Pelo que o sr. está falando, é mais difícil isso ocorrer aqui enquanto não se resolver o fiscal? Sempre existe —vamos falar assim— uma componente de aversão ao risco. Porém, no nosso caso, estamos diante de um sistema bancário —até onde se percebe, e tendo a concordar— que está sólido, e uma economia razoavelmente fechada.

Temos mais a componente de risco psicológico, geral, alimentado por questões que não são apenas psicológicas. Uma contaminação vinda de fora não é o principal fator de risco aqui.

É importante diferenciar o quadro internacional do nosso. No quadro internacional, temos governos e bancos, em sua grande maioria tidos como sólidos e com espaço de manobra razoável. Eu diria que aqui, apesar de não estarmos diante de uma corrida bancária —essa é a minha expectativa—, nós temos uma situação macroeconômica muito frágil, com juros já muito altos. É claro que os juros altos são um problema, e não é de hoje. Mas a cura para essa condição é fiscal.

O governo, então, precisa anunciar logo o arcabouço com os parâmetros? Esquece o arcabouço. O arcabouço pode até demorar. Com ou sem arcabouço, ele tem que anunciar os principais parâmetros. No fundo, eles vão dar o seguinte sinal: "Olhe só, nós vamos fazer uma tentativa —porque ninguém acredita muito— de ressuscitar a Lei de Responsabilidade Fiscal, o teto do gasto, de uma maneira crível, dentro de um compromisso, de um governo que agora se inicia, que tem tudo para fazer um investimento a médio e longo prazo". Aí a situação tende a se acalmar.

Se tiver uma baita crise no mundo —não estou descartando isso, mas não é o cenário mais provável—, aí o Brasil vai sofrer, não tem como evitar. Mas, como sempre, nossos maiores problemas estão aqui dentro.

O sr. mencionou a questão da barberagem. O CEO da BlackRock, Larry Fink, disse que parte do que vemos agora é fruto do excesso de dinheiro dos últimos anos. O sr. concorda que o ambiente fez com que as instituições fossem permissivas e lenientes com as regras financeiras? Com toda certeza. Isso é algo recorrente na história financeira dos povos e parte de um ciclo natural que atraiu vários estudiosos, como Irving Fisher, Hyman Minsky e o próprio Ben Bernanke. O assunto é conhecido, mas as soluções têm se mostrado difíceis, como estamos vendo.

Acho que é a hora de rever regras. Muitas coisas entendidas como dogmas podem ser revistas, como a questão do prazo. Banco capta curto e empresta longo, mas isso não pode ser interpretado com toda essa flexibilidade. O sistema precisa repensar isso.

Os bancos, eles próprios, já estão sujeitos a várias obrigações em termos da liquidez. Normalmente, não carregam nos balanços créditos muitos longos. Você não vê financiamento a infraestrutura no balanço dos bancos. Isso vai para investidores com passivos adequados, como companhias de seguro e fundos de pensão. Não é que nada foi feito.

Porém, o fato é que vivemos esta crise com sintomas muito parecidos com as de outras. Existe corrida a banco desde que existe banco. Isso não é uma novidade em si. O que é incrível é que não tenha sido bem administrado. As respostas não são fáceis, mas tem muita ideia boa, e está na hora de sentar e discuti-las.

O sr. mencionou que não tem temor de crise bancária no Brasil. Imagino que seja pelo tamanho e solidez das instituições, e até pela concentração. Não há risco também para instituições menores e mais jovens. Os bancos digitais, as fintechs, estão blindados? Blindado nunca ninguém está. Mas não acredito que esse setor possa sucumbir numa crise bancária. Os bancos aqui no Brasil são mais capitalizados. Tem-se a impressão de que grandes bobeiras como a que vimos nos EUA não ocorrem aqui. Essa é a minha avaliação.

E qual é o cenário para as empresas de forma geral? O que se fala é que a restrição de crédito está forte e algumas empresas, no limite. Essa é uma outra história. A economia, além do choque de oferta, aqueceu. O BC apertou. Várias empresas dependem de financiamento para capital de giro, e elas estão sofrendo muito. Algumas estão até se mostrando inviáveis. Essa é uma questão do ciclo econômico típico, não de uma grande crise sistêmica.

Qual a sua perspectiva para a reunião do Copom? Eu fujo dessa pergunta abertamente, até porque sou gestor. Eu acredito que o método de trabalho do BC é bom. Vai acertando. Pode errar aqui e ali, mas o Copom se reúne com frequência, e já, já eles corrigem, se for o caso. O sistema é bom. Ele tem dificuldades quando o fiscal não é bom. Aí complica.

Vaquinhas de bilhões para bancos

Remendos contêm mais falências, mas crises financeiras vêm em ondas e deixam cicatriz

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O banco central da Suíça ofereceu empréstimo de até 50 bilhões de francos suíços para o Credit Suisse. O bancão vai pegar muito desse dinheiro, pois estava no bico do corvo. Esse cheque especial monstruoso equivale a 6,7% do PIB da Suíça. Mal comparando, seria como se o BC do Brasil oferecesse R$ 674 bilhões para um bancão bichado.

O número serve apenas para dar uma ordem de grandeza do problema. Não serve para outra elucubração.

Nos Estados Unidos, bancões e pares menores fizeram uma vaquinha para depositar US$ 30 bilhões (R$ 157 bilhões) no First Republic, banco de ricos da Califórnia, que vinham sacando o dinheiro por temer destino igual ao do SVB.

Os remendos fizeram algum efeito. Bolsas subiram, taxas de juros pararam de despencar etc. Acabou a crise?

Pelo histórico, ao menos, crises financeiras vêm em ondas. É como se uma bomba incendiária houvesse explodido rio acima. Aparecem alguns cadáveres boiando —parece que atingiu uma cidade. E o incêndio, vai até onde? Pode chegar a lugares que nem estão no mapa.

Por vezes, as ondas e os caldos reaparecem meses depois. Já em 2006 havia muitos alertas do tsunami de 2008. Em abril de 2007, começaram as quebras. O Bear Stearns foi à breca em março de 2008. O Lehman Brothers, em setembro.

Este tumulto de agora NADA tem a ver com 2008. A ideia aqui é apenas lembrar como crises financeiras podem se desdobrar até lentamente.

No mínimo, devem ficar cicatrizes deste tumulto.

Bancos médios e pequenos, por exemplo, os mais abalados, vão emprestar mais ou menos depois do choque? Não seria difícil chutar "menos".

Depois da pancada, que atingiu um setor que já vinha balançando, vai aumentar o diminuir a venda de títulos imobiliários? Se a venda aumentar, as taxas de juros de financiamento imobiliário aumentam (ainda mais).

O preço do barril do petróleo levou um tombo, mais um, com o pânico nos bancos. Na segunda-feira, 6 de março, início da semana da agonia do SVB, o barril do tipo Brent estava a US$ 86. Na quarta, 15 de março, baixara a US$ 72. Nesta quinta de "alívio nos mercados", subiu um tico, para US$ 74. No pico do pânico da guerra da Putin, havia passado de US$ 120.

As taxas dos títulos do governo americano subiram um pouquinho também nesta quinta-feira de salva-banco. Mas indicam cortes de juros adiante. Como no Brasil. Aliás, na América do Sul.

Em resumo, há indícios de que o sururu bancário e suas consequências são, em tese, desinflacionários. Isto é, diminuem a atividade econômica e, em princípio, em decorrência, a inflação.

Também nesta quinta-feira (16), o Banco Central Europeu elevou em 0,5 ponto a sua taxa básica de juros, para 3%. Pode ter tentado passar a mensagem de que a crise inflacionária não tem a ver com a crise financeira (como reiterou em discurso e entrevista a presidente do BCE, Christine Lagarde). Hum.

Lagarde disse também que a inflação europeia permanecerá alta por muito tempo. Um cínico poderia dizer que o BCE aproveitou a última chance, no futuro próximo, de aumentar os juros, antes que o tumulto piore.

Como vão agir o Fed, BC dos EUA, e o BC do Brasil, na quarta-feira (22)? Os preços dos mercados indicam cortes das taxas, se não agora, daqui a mês e pouco (no Brasil, mais adiante. Maio?). O Fed vai na mesma linha do BCE? "Seguramos as pontas do pânico e vamos em frente com os juros"? Ou vai indicar que o risco de recessão aumentou? Que essa desaceleração seria bastante para conter a inflação?

Além do mais, é um tempo complicado. O Fed promoveu uma das altas de juros mais rápidas da história, a inflação cedeu um tico, mas é alta, e o país ainda vive uma situação de pleno emprego. Está difícil.

STJ destrava revisão de acordo de leniência da J&F

Julio Wiziack

BRASÍLIA O STJ (Superior Tribunal de Justiça) mandou seguir o processo de revisão do valor do acordo de leniência assinado entre a J&F, empresa que controla a gigante dos alimentos JBS, e o MPF (Ministério Público Federal).

Nesta quinta-feira (16), a corte negou o pedido da companhia para manter o processo de revisão paralisado.

Por força desse congelamento, determinado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), o pagamento das parcelas pela J&F foram atrasados. A ordem valeria até que se julgasse o ingresso da Funcef e do Petros como partes na ação de revisão.

No entanto, a empresa não terá de pagar esses valores imediatamente.

A presidente do STJ, ministra Maria Thereza de Assis Moura, afirmou que "as sanções pecuniárias não podem deixar de ser honradas" só porque, em paralelo, se discute a participação ou não dos fundos de pensão no processo. No entanto, a decisão da juíza não abrange a efetivação dos pagamentos, apenas o prosseguimento da ação de revisão.

Procurada, a empresa não havia se pronunciado até a publicação da reportagem.

A J&F assinou a leniência —espécie de delação premiada destinada a empresas— em 2017 com o MPF. Empresas controladas por ela foram alvo das operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono e Carne Fraca.

Pelos termos do acordo, a empresa comprometeu-se a ressarcir R$ 10,3 bilhões (em valores da época) às instituições lesadas —Caixa, FGTS, Funcef, Petros, BNDES e União.

No entanto, segundo o STJ, após ter voluntariamente assinado o acordo com o MPF, a J&F apontou supostas ilegalidades no cálculo das multas e ajuizou ação de revisão dos valores estabelecidos.

Até agora, a empresa não detalhou no processo quais são as falhas nem aponta uma cifra que considere correta.

Em novembro, a presidente do STJ determinou o prosseguimento da ação de revisão em resposta a um pedido do BNDES. A J&F, porém, recorreu da decisão, sem sucesso.

O banco de fomento foi à Justiça depois que o TRF-1 paralisou o processo de revisão e também o pagamento das parcelas. Em resposta, o BNDES entrou com um recurso no STJ para que a ação de revisão seguisse independentemente do pedido de Funcef e Petros.

Lewandowski flexibiliza Lei das Estatais

BRASÍLIA | REUTERS O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo, concedeu nesta quinta (16) liminar para derrubar a quarentena de 36 meses imposta a dirigentes de partidos ou que tenham atuado em campanhas eleitorais para que ocupem cargos de direção em empresa pública e sociedade de economia mista.

A vedação foi imposta pela Lei das Estatais, aprovada pelo Congresso em 2016.

O PCdoB foi ao STF questionar pontos da lei e, na sexta (10), o tribunal começou a analisar o caso. Mas pedido de vista de André Mendonça interrompeu a análise.

Lewandowski alegou o "perigo da demora" para dar a liminar, sob o argumento de que a eleição de administradores e membros do conselho de administração está próxima e poderia não haver tempo hábil para uma decisão sobre o caso.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 19/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 08/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 17/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2023 - EDITAL Nº. 19/2023 – Acha-se aberto, no município de Aramina, licitação, do tipo menor preço para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA DA SAÚDE POR DOZE MESES, conforme condições editalícias. A sessão pública ocorrerá impreterivelmente no dia 30 de março de 2023, às 08h00min, no Paço Municipal, à Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 - Centro. O processo físico disponível para qualquer cidadão e a cópia do Edital e anexos estão disponíveis aos interessados para aquisição e consulta, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, das 08h00min às 17h00min, no mesmo endereço, telefone 0xx16 – 3752 – 7002 e através do site www.aramina.sp.gov.br. Aramina/SP, 16 de março de 2023. MARIA MADALENA DA SILVA – Prefeita. FÁBIO LIMA DONZELLI – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 20/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 27/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 18/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2023 - EDITAL Nº. 20/2023 – Acha-se aberto, no município de Aramina, licitação, do tipo menor preço para AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS E GERIÁTRICAS, conforme condições editalícias. A sessão pública ocorrerá impreterivelmente no dia 05 de abril de 2023, às 08h00min, no Paço Municipal, à Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 - Centro. O processo físico disponível para qualquer cidadão e a cópia do Edital e anexos estão disponíveis aos interessados para aquisição e consulta, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, das 08h00min às 17h00min, no mesmo endereço, telefone 0xx16 – 3752 – 7002 e através do site www.aramina.sp.gov.br. Aramina/SP, 16 de março de 2023. MARIA MADALENA DA SILVA – Prefeita. FÁBIO LIMA DONZELLI – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO MARCONDES

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 20/2023 – PREGÃO PRESENCIAL 06/2023

A Prefeitura do Município de Alfredo Marcondes-SP. TORNA PÚBLICO aos interessados que se encontra aberto o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2023, do tipo menor preço (menor taxa de administração) que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS DE VEÍCULOS, PRESTADOS POR POSTOS CREDENCIADOS, POR MEIO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO OU MICRO PROCESSADO E DISPONIBILIZAÇÃO DE REDE CREDENCIADA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS NO ESTADO DE SÃO PAULO, DE FORMA A GARANTIR A OPERACIONALIZAÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE ALFREDO MARCONDES/SP.** O Edital na íntegra poderá ser obtido no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal, Rua Osvaldo Cruz, 401, Alfredo Marcondes, tel: (18) 3266-4090, ramal 202, de 2ª a 6ª feira, no horário das 8:00 as 16:00 horas, pelo e-mail:pmlicitacoesmarcondes@hotmail.com, ou no site: https://www.alfredomarcondes.sp.gov.br/. A sessão será realizada no Paço Municipal, no endereço acima, iniciando-se no dia **30 DE MARÇO DE 2023, as 09:00 horas** e será conduzida Pregoeira e Equipe de Apoio. Alfredo Marcondes, 15 de março de 2023.
Celso Pirani Passos - Prefeito Municipal

Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis de Araçatuba e Região. Pelo presente edital, ficam convocados todos os trabalhadores das categorias profissionais da nossa representação sindical, associados ou não ao sindicato, abaixo relacionados juntamente com data e horário da assembleia da categoria Sociedades de Fomento Mercantil Factoring, cuja data-base é 01 de julho, a realizar-se no dia 12 de abril de 2023, às 18h00, em 1ª convocação, com 2/3 (dois terço) de trabalhadores, ou às 18h30, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente. Todas as assembleias se realizarão na Rua Manoel Ferreira Damião nº 340, Bairro São Joaquim, na cidade de Araçatuba/SP, com a seguinte ordem do dia: 1) Aprovar, ou não, a pauta de reivindicações para negociação da convenção coletiva de trabalho, cuja data-base é 1º de Julho de 2023; 2) Aprovar, ou não, a continuidade da Assembleia, que se manterá permanente até o final da solução da negociação de 2023, ficando autorizado o presidente da entidade a convocar através de boletins, sessões de assembleia extraordinária presenciais e virtuais; 3) Deliberar quanto à aprovação, ou não, da contribuição assistencial, e/ou da taxa negocial, e/ou outras para o custeio da entidade, a ser descontada em folha de pagamento de todos os trabalhadores, associados ou não, e revertida ao sindicato como forma de solidariedade e retribuição ao grupo associativo, ou não, pela representação das negociações coletivas, e abrangência do instrumento normativo que delas resultarem; 4) Concessão de poderes à diretoria da Entidade para, em conjunto com a Federação ou isoladamente, manter negociações coletivas, celebrar acordos, convenções coletivas de trabalho ou aditivos, bem como tomar as medidas que julgar necessárias na busca de solucionar as negociações coletivas. Araçatuba, 17 de março de 2023. Adriana Sales Mazarin Borges - Presidente.

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO ATÉ DATA POSTERIOR - CONCORRÊNCIA PÚBLICA NACIONAL No 20220020 - IG No 1211355000

A Secretaria da Casa Civil, torna público o adiamento até data posterior da Licitação Pública Nacional LPN No 20220020/CIDADES de interesse da Secretaria das Cidades - Contrato de Empréstimo No 28320 - Cooperação Financeira Alemã com Brasil, cujo o objeto é a EXECUÇÃO DAS OBRAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO COMPLEXO CAMILOS (LOCALIDADE DE CAMILOS, SÃO JOÃO E SÍTIO DAS ALMAS), NO MUNICÍPIO DE MERUOCA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS. JUSTIFICATIVA: Necessidade de ajustes no edital. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 15 de Março de 2023. MARIA BETÂNIA SABOIA COSTA - VICE-PRESIDENTE DA CCC

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Cotia torna público p/ conhecimento dos interessados que na sala de Licitações do Depto de Compras e Licitações, sito à Estrada Boa Vista, 575 Condomínio Boa Vista – Galpão 11 e 12 - Jd. Atalaia – Cotia/SP, Rod. Raposo Tavares nº 36.720, que será realizada em ato público a licitação descrita abaixo:

1)PA nº 34.142/2022.PPnº11/2023. Às 9:00horas do dia 30/03/2023. Objeto: Contratação de empresa especializada para os serviços de avaliação clínica, exames laboratoriais, vacinação, castração, microchipagem, procedimentos clínicos cirúrgicos, remoção, transporte, recebimento, alojamento, manutenção e assistência veterinária, assim como o acompanhamento e suporte logístico para os eventos de adoção de cães e gatos provenientes do atendimento das demandas recebidas pela Secretaria de Saúde.

a) Magno Sauter - Secretário Municipal de Saúde.

2) PA nº 53.103/2022.PPnº12/2023. Às 9:00horas do dia 31/03/2023. Objeto: Registro de Preços para fornecimento de alimentos perecíveis e não perecíveis.

a) Luís Roberto Mastromauro – Secretário Municipal de Desenvolvimento Social.

Os editais já estão disponíveis para a retirada dos interessados, através do sitio da Prefeitura Municipal de Cotia, www.cotia.sp.gov.br/editais-cotia/ ou pessoalmente no prédio da Secretaria Municipal de Licitações e Logística, no mesmo endereço acima.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA - INFRAESTRUTURA E AFINS DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Pelo presente edital, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada - Infraestrutura e Afins do Estado de São Paulo faz saber aos senhores empregadores dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de estradas, pavimentação e obras de terraplenagem em geral (Barragens, Aeroportos, Canais) e Engenharia Consultiva, as categorias profissionais dos Trabalhadores de empresas que mediante concessão atuam na exploração, conservação, ampliação e demais serviços atribuídos as estradas de rodagem, obras de pavimentação de asfalto (pavimento flexível e rígido, usina de asfalto e de concreto asfáltico), construção, recuperação, reforço, melhoramentos, manutenção e conservação de estradas, pontes, portos, barragens, hidroelétricas, termoelétricas, ferrovias, túneis, eclusas, drenagens, aeroportos, canais, transportes metroviários, dutos para telefonia e eletricidade e obras de saneamento **em todo o Estado de São Paulo**, que ficam desde já notificadas, nos termos do artigo 605 da CLT as empresas a descontar da remuneração de seus empregados **na folha de março de 2023**, o valor equivalente a 01 (um) dia de trabalho, com recolhimento **até dia 28 de abril do ano corrente**, observadas e atendidas as formalidades legais e nos termos do enunciado de número 38 da ANAMATRA e enunciado de número 24 aprovado pela Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério do Trabalho, em 26 de novembro de 2018. Compreendem-se como remuneração do empregado para todos os efeitos legais, além do salário-base, as gratificações, prêmios, abonos, adicionais, comissões e outras vantagens pagas aos empregados naquele mês. A contribuição sindical deverá ser recolhida em guia de recolhimento fornecida pela entidade sindical ou emitidas diretamente pelo site da Caixa Econômica Federal, nas agências da Caixa Econômica Federal ou na Rede Bancária credenciada. O comprovante de pagamento, acompanhado da relação nominal dos respectivos contribuintes, deverão ser remetidos a esta entidade sindical no prazo de 15 (quinze) dias após o recolhimento, conforme Nota Técnica nº 2/02/SRT/MTE/2009, publicada no dia 15 de dezembro de 2009 no Diário Oficial da União. Ficam os interessados cientificados que o não recolhimento nos prazos estabelecidos implicará nas multas e correções legais, conforme estabelecido no Artigo 600 da CLT.
São Paulo, 13 de março de 2023
ARLINDO DA SILVA - Presidente

SILVEIRA LEILÕES
EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ON LINE - COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES FIDUCIANTES DAS DATAS DOS LEILÕES - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º PÚBLICO LEILÃO: 27/MARÇO/2023, ÀS 11:00h – 2º PÚBLICO LEILÃO: 28/MARÇO/2023, ÀS 11:00h - LEILÃO ONLINE

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pelos Credores Fiduciários: **Luciene Rocha de Oliveira Souza, inscrita no CPF/RFB sob nº 269.280.848-71 e Marcio Rogerio de Souza, inscrito no CPF/RFB sob nº 098.607.808-54, venderão** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da LF n.º 9.514/97, alterada pelas LFs n.º 13.043/14, 13.465/17 e demais disposições legais aplicáveis à matéria, em execução da Escritura de Confissão de Dívida com Alienação Fiduciária, lavrada em 11.05.20, pelo 3º Tabelião de Notas de São José dos Campos/SP, Livro 941, Fls. 331/338, os **IMÓVEIS**: **Lote 03 da Quadra D, do Loteamento denominado Jardim Petrópolis**, situado no Parque Industrial, São José do Campos/SP, com área total de 267,50m2, medido e confrontando 10,00m de frente para a Rua Joana Maria Correa Laranjeira de sua situação, nos fundos mede 10,00m, confrontando com a área reservada, pelo lado direito mede 26,75m confrontando com o lote 02 e, pelo lado esquerdo mede 26,75m2, confrontante com o lote 04. Matrícula Imobiliária nº 66.120 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de São José dos Campos/SP; e **Lote 04 da Quadra D, do Loteamento denominado Jardim Petrópolis**, situado no Parque Industrial, São José do Campos/SP, com área total de 267,50m2, medido e confrontando: na frente mede 10,00m, confrontando com a Rua Joana Maria Correa Laranjeira de sua situação, nos fundos mede 10,00m, confrontando com a área reservada, pelo lado direito mede 26,75m confrontando com o lote 03 e, pelo lado esquerdo mede 26,75m2, confrontante com o lote 05. Matrícula Imobiliária nº 66.150 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de São José dos Campos/SP. Referidos imóveis estão cadastrados na prefeitura de São José dos Campos/SP, em área maior sob nº 48.0603.0002.0000. Consolidação das propriedades dos imóveis em 13/01/2023. **VALORES DOS LANCES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 1.400.000,00 2º LEILÃO: R$ 3.061.747,48.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. Os imóveis estão ocupados, ficando a desocupação a cargo do arrematante. As vendas serão feitas em caráter a*d corpus*, imóveis entregues no estado em que se encontram. **Ônus:** R.04, da matrícula nº 66.120, penhora em favor da Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP, processo nº 1029/91; Av. 11, da matrícula nº 66.120, penhora em favor da Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP, processo nº 577.02.505581-9; e R. 05, da matricula nº 66.150, penhora em favor da Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP, processo nº 1031/91. Ficará a cargo do arrematante a responsabilidade pelo levantamento das penhoras existentes nas matrículas dos imóveis. Ficam os Fiduciantes, **Ezequias Jorge da Cruz, inscrito no CPF/RFB sob nº 062.526.298-04 e Sirlene de Carvalho Cruz, inscrita no CPF/RFB: 183.828.108-88,** expressamente comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar ciência do Edital e regras e condições disponíveis no portal eletrônico: **www.silveiraleiloes.com.br**, e se responsabilizam pela análise jurídica e situação dos imóveis, não podendo alegar desconhecimento. Os Comitentes e ao Leiloeiro não caberão qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRAS

Processo Licitatório nº 287/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2023 - DATA DA REALIZAÇÃO: 31/03/2023 às 09h00min.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRAS/SP, situada a Rua Dr. Luiz Vergueiro, 151 comunica a quem possa interessar, que encontra-se aberto no Setor de Licitações o Processo Licitatório para realização do Pregão Eletrônico – Registro de Preços nº 003/2023 cujo objeto é o fornecimento de materiais de massa asfáltica "CBUQ", a serem utilizados nesta municipalidade. O edital completo estará à disposição no Site desta Prefeitura Municipal de Pereiras (www.pereiras.sp.gov.br), e demais informações poderão ser obtidas pelo fone (14) 3888-8100, no Setor de Licitações. PEREIRAS/ SP, 16 DE MARÇO DE 2023. MIGUEL TOMAZELA – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 21/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 38/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 19/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2023 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2023 - EDITAL Nº. 21/2023 – Acha-se aberto, no município de Aramina, licitação, do tipo menor preço para AQUISIÇÃO DE LEITE PASTEURIZADO TIPO C PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme condições editalícias. A sessão pública ocorrerá impreterivelmente no dia 06 de abril de 2023, às 08h00min, no Paço Municipal, à Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 - Centro. O processo físico disponível para qualquer cidadão e a cópia do Edital e anexos estão disponíveis aos interessados para aquisição e consulta, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, das 08h00min às 17h00min, no mesmo endereço, telefone 0xx16 – 3752 – 7002 e através do site www.aramina.sp.gov.br. Aramina/SP, 16 de março de 2023. MARIA MADALENA DA SILVA – Prefeita. FÁBIO LIMA DONZELLI – Pregoeiro.

MUNICÍPIO DE NHANDEARA

COMUNICADO DE ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023 – PROCESSO Nº 327/2023

O Município de Nhandeara comunica a todos os interessados e licitantes participantes da Tomada de Preços nº 003/2023, cujo objeto é a contratação de empresa, por empreitada global, para execução de obras e serviços de infraestrutura em vias urbanas com pavimentação asfáltica, galerias pluviais, guias e sarjetas, calçamento e sinalização horizontal e vertical na Rua do Emissário, no Município de Nhandeara, conforme condições e especificações constantes neste edital e nos termos do Contrato de Repasse nº 912452/2021/MDR/CAIXA, firmado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representado pelo(a) Caixa Econômica Federal, que fica designado para o dia 20 de março de 2023, às 09:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal, a sessão pública para abertura dos envelopes propostas. Nhandeara-SP, 16 de março de 2023. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico Nº 026/23 – PROCESSO 045/23 – Registro de preços

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de computadores e notebooks para diversos setores, conforme edital. **Data de Abertura:** 04 de abril de 2023 as 09h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Prof.ª Hilda Cunha, nº. 58, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 202 – E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César, 14 de março de 2023.**

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico Nº 024/23 – PROCESSO 043/23 – Registro de preços

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos, conforme edital. **Data de Abertura:** 03 de abril de 2023 as 14h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Prof.ª Hilda Cunha, nº. 58, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 202 – E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César, 14 de março de 2023.**

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico Nº 023/23 – PROCESSO 042/23 – Registro de preços

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais de limpeza para diversos setores, conforme edital. **Data de Abertura:** 03 de abril de 2023 as 09h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Prof.ª Hilda Cunha, nº. 58, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 202 – E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César, 14 de março de 2023.**

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA Online
1º Leilão: 29/03/2023 às 13h00
2º Leilão: 31/03/2023 às 13h00

Credora Fiduciária: ADMINCON INCORPORAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
Fiduciantes: ALEXANDRE PEREIRA DOS SANTOS e sua esposa IRACEMA RIBEIRO DE ALMEIDA PEREIRA

LOTE 01 - TABOÃO DA SERRA/SP

Apartamento nº 121, localizado no 12º andar da Torre 02, Edifício Benessere, do Condomínio Spazio Felicità, situado na Estrada Kizaemon Takeuti nº 1.100, no Bairro Caiapiá, na cidade de Taboão da Serra/SP, contendo: área privativa de 45,680 metros quadrados, área de uso comum de 48,042 metros quadrados, com a área total de 93,722 metros quadrados; e fração ideal do terreno de 0,23167%; correspondendo ao mesmo uma vaga para estacionamento de um veículo de passeio na garagem coletiva, sujeito a manobrista. **Imóvel objeto da matrícula nº 11.151 do Oficial de Registro de Imóveis de Taboão da Serra/SP. Observação:** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97.
Lance Mínimo 1º Leilão: R$ 168.000,00 | Lance Mínimo 2º Leilão: R$ 444.343,31

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

PECINI LEILÕES
EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão: 24/03/2023, às 10h00 | 2º Público Leilão: 28/03/2023, às 10h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **JJO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ/RFB nº 02.680.280/0001-51, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 2.518, TIPO "1", 25º ANDAR OU 30º PAVIMENTO DO BLOCO Nº 03 – EDIFÍCIO FIRENZE, INTEGRANTE DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL DUE**, situado na Rua Antonieta, nº 280, Picanço, Guarulhos/SP, contendo as seguintes áreas: Privativa de 58,4375m²; Comum de Divisão Não Proporcional de 25,9450m² da área bruta de garagem, destinada a 01 vaga indeterminada, localizada no 1º, 2º, 3º ou 4º subsolos do edifício garagem coletiva; Comum de Divisão Proporcional de 17,8802m², sendo 10,6873m² de área padrão de construção comum do condomínio e 7,1929m² de área real de infraestrutura comunitária e de lazer; Total de 95,0699m² de área padrão de construção; 102,2627m² de Área Real ou Bruta; FIT de 14,2982m² ou 0,2118% na totalidade do terreno, bem com uma participação nas despesas gerais do condomínio de 0,2118% e de 0,2212% nas despesas específicas do bloco. Matrícula Imobiliária nº 150.366 do 2º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 083.64.38.0418.03.150. **Valores**: **1º Leilão: R$ 558.809,49. 2º Leilão: R$ 560.277,17. Encargos do Arrematante: i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **iv)** Verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; **v)** Venda *AD CORPUS*. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **vi) IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo do arrematante. Ficam os Devedores Fiduciantes **JOSÉ ARIVAN DOS SANTOS**, CPF nº 174.660.278-30 e **ELLEN JULIANA CARDOSO LIMA**, CPF nº 775.240.802-63, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital Completo de Leilão, disponível no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR**. Maiores informações pelo e-mail **contato@pecinileiloes.com.br**; WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

SINDICATO DOS MOTORISTAS EM EMPRESAS DE COLETA DE LIXO INDUSTRIAL DE SÃO PAULO

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente Edital, nos termos que dispõe o estatuto social da entidade, ficam convocados todos os trabalhadores das Empresas de Coleta de Lixo Industrial - Grandes Geradores, filiados ao sindicato, para participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias a serem realizadas nas garagens e/ou sede nas seguintes datas, locais e horários:

Data	Empresa	Setor	Hora	Endereço
22/03/2023	GRI Koleta Ger. de Resíduos Inds. S/A	Garagem	14:00hs	Av. Gonçalo Madeira, 300 / 400, Jaguaré - São Paulo/SP
23/03/2023	Ambipar Environment Waste Logistic Ltda	Garagem	13:00hs	Rua Angatuba 83, Cidade Industrial - São Paulo/SP
27/03/2023	Estre Ambiental S/A	Capela do Socorro	13:00hs	Rua Antonio Pina, 225, Jardim Lídia - São Paulo /SP
28/03/2023	Coleta Industrial Firmavan	Garagem	13:00hs	Rua Queluz, 77 - Cidade Industrial -Satélite - Guarulhos/SP
29/03/2023	Multilixo Remoção de Lixo Ltda	CEAGESP	18:00hs	Av. Gastão Vidigal, 500 - Leopoldina - São Paulo/SP
29/03/2023	Multilixo Remoção de Lixo Ltda	Sede	18:00hs	Estrada Três Cruzes, 80 - Pq. Casa da Pedra - São Paulo/SP
22/12/2022	SINDMOTORLIX SP	Sede	18:00hs	R. Barão de Itapetininga, 255, 4º andar, Sala 402, República, São Paulo/SP

Nas referidas assembleias será discutido o seguinte ponto da **Ordem do Dia: 1** - Discussão, deliberação e aprovação sobre a filiação do Sindicato SINDMOTORLIX a FEMACO - Federação dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação Ambiental, Urbana e Áreas Verdes no Estado de São Paulo; Não havendo nos horários mencionados número legal de trabalhadores para realização das Assembleias, em primeira convocação, serão as mesmas realizadas 01 (uma) hora após, nos mesmos dias e locais, em segunda convocação com qualquer número de trabalhadores presentes. São Paulo, 17 de março de 2023. **Marco Antonio Domingos** - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DELEGADOS - ARSER

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ARSER – N.º 080/2023/ UASG Nº 926703
Processo nº: 5800.129645/2022
Objeto: Registro de preços aquisição de medicamentos REMUME 2022.
Total de Itens Licitados: 15.
Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 20/03/2023 de 08h às 12h e de 14h às 17h30.
Endereços: Avenida da Paz, 900, Jaraguá, Maceió/AL – CEP 57.022-050, ou **www.comprasgovernamentais.gov.br/edital** ou **http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/**
Entrega das Propostas: A partir de 20/03/2023 às 08h no site **http://www.comprasgovernamentais.gov.br/**
Abertura das Propostas: 30/03/2023 às 08h (horário de Brasília) no site **http://www.comprasnet.gov.br/**

PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ARSER – N.º 081/2023/ UASG Nº 926703
Processo nº: 6500.066341/2022
Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentos perecíveis e não perecíveis, para atendimento das Unidades de ensino, escolas e creches da Secretaria Municipal de Educação de Maceió.
Total de Itens Licitados: 106.
Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 21/03/2023 de 08h às 12h e de 14h às 17h30.
Endereços: Avenida da Paz, 900, Jaraguá, Maceió/AL – CEP 57.022-050, ou **www.comprasgovernamentais.gov.br/edital** ou **http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/**
Entrega das Propostas: A partir de 21/03/2023 às 08h no site **http://www.comprasgovernamentais.gov.br/**
Abertura das Propostas: 03/04/2023 às 08h (horário de Brasília) no site **http://www.comprasnet.gov.br/**

PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ARSER – N.º 082/2023/ UASG Nº 926703
Processo nº: 5800.066245/2022
Objeto: Registro de preços aquisição de alimentos (rações e fenos) para animais adultos e filhotes (espécies canina, felina, equina e roedores).
Total de Itens Licitados: 11.
Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 21/03/2023 de 08h às 12h e de 14h às 17h30.
Endereços: Avenida da Paz, 900, Jaraguá, Maceió/AL – CEP 57.022-050, ou **www.comprasgovernamentais.gov.br/edital** ou **http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/**
Entrega das Propostas: A partir de 21/03/2023 às 08h no site **http://www.comprasgovernamentais.gov.br/**
Abertura das Propostas: 10/04/2023 às 08h (horário de Brasília) no site **http://www.comprasnet.gov.br/**

Maceió/AL, 16 de março de 2023.
Cristina de Oliveira Barbosa
Pregoeira

Departamento Autônomo de Água e Esgotos

daae araraquara

Aviso de Licitação
Pregão Presencial nº 025/2023
Processo Daae nº 603 de 10/03/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução do remanejamento da travessia de água bruta captação Anhumas por método não destrutivo (MND). Data para realização da visita técnica (obrigatória): dia 29/03/2023. Data e horário da abertura: dia 30/03/2023, às 10h00min (dez horas). Local: Departamento Autônomo de Água e Esgotos, situado na Rua Domingos Barbieri, 100, Fonte Luminosa, Araraquara-SP. O edital poderá ser retirado na íntegra através do site: www.daaeararaquara.com.br – link: painel de licitações.
Araraquara, 14 de Março de 2023.
Delorges Mano - **Superintendente**

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5701/2022

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão da informação para otimização de receitas e despesas municipais, por meio de plataforma digital, na modalidade de software como serviços (SaaS – Software as Service), com apoio técnico especializado em análise de dados, incluindo hospedagem nuvem e consultoria de implantação no Município, contemplando integração e análise de dados e informações de bases cadastrais, financeiras e tributárias, notificação de contribuintes via correio eletrônico (e-mail) e SMS (Serviço de Mensagens Curtas), suporte técnico especializado e treinamento, de acordo com o Termo de Referência anexo ao edital, a cargo da Secretaria de Administração e Governo Digital. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 30 de março de 2023. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 20/03/2023 até as 13h30min do dia 30/03/2023. Abertura de Propostas Iniciais: 30/03/2023 às 13h35min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 30/03/2023 às 14hs.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br
Estância Turística de Salto, 15 de março de 2023.
Michel Hulmann - Secretário de Administração e Governo Digital

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7722/2022
REPUBLICAÇÃO

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de empresa especializada para implantar solução de controle de frequência, prestação de serviços tendo a totalidade de 90 relógios de ponto e com leitura biométrica de impressão digital, com tecnologia avançada de detecção de dedo ao vivo e por cartão aproximação, contemplando instalação, configuração, treinamento, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico remoto e in loco, com fornecimento de suprimentos e peças, para atender as necessidades das diversas unidades administrativas da Prefeitura, atendendo ao disposto na portaria 971/2021 do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme condições especificações estabelecidas no anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Administração. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 30 de março de 2023**. **Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 20/03/2023 até as 08h30min do dia 30/03/2023. Abertura de Propostas Iniciais: 30/03/2023 às 08h35min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 30/03/2023 às 09hs.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br
Estância Turística de Salto, 15 de março de 2023.
Michel Hulmann - Secretário de Administração e Governo Digital

EDITAL PARA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

O **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DO RAMO FINANCEIRO DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO, atual denominação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo,** inscrito no CNPJ/MF sob nº 61.651.675/0001-95, com registro sindical sob nº L002P051, por sua Presidenta, Ivone Maria da Silva, com endereço à Rua São Bento, nº. 413 – Centro – São Paulo – SP, CEP 01011-100, convoca, nos termos do Estatuto da Entidade, todos os seus associados quites com as mensalidades, dos municípios da sua base territorial (**São Paulo, Osasco, Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Pirapora do Bom Jesus, Santana do Parnaíba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista**), para participarem da Assembleia Geral, que se realizará de forma remota/virtual/eletrônica, no período das 09h00 às 18h00, do dia 21 do mês de Março de 2023, na forma disposta no link http://assembleia.spbancarios.com.br. Uma vez acessado o sistema, os participantes terão disponíveis todas as informações necessárias para a deliberação acerca da seguinte ordem do dia: 1. Apreciação de informações quanto à avaliação do imóvel, de propriedade do Sindicato, localizado à Avenida Dona Belmira Marin, nº 45, Distrito de Parelheiros, antiga Estrada do Bororé, em São Paulo – SP e 2. Autorização à Diretoria da entidade para a alienação, por venda e compra, do referido bem, objeto das matrículas nº 299.513 e 299.514, registrado no 11º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Conveniente esclarecer que a assembleia, ora convocada, será realizada de forma remota/virtual/eletrônica em decorrência das disposições estatutárias da entidade e terá, na sua ordem do dia, tema que objetiva recebimento de receitas para investimento e valorização do patrimônio do Sindicato, consequentemente, dos seus associados.
São Paulo, 16 de Março de 2023.
Ivone Maria da Silva - Presidenta

PECINI LEILÕES
EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão: 24/03/2023, às 10h30 | 2º Público Leilão: 28/03/2023, às 10h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **JJO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ/RFB nº 02.680.280/0001-51, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 1221, TIPO "B", 12º ANDAR OU 17º PAVIMENTO DO BLOCO Nº 04 – EDIFÍCIO JEQUITIBÁ, INTEGRANTE DO RESIDENCIAL UNI – BOSQUE MAIA**, situado na Rua Dona Tecla, nº 350, Picanço, Guarulhos/SP, contendo as seguintes áreas: Privativa de 52,6400m²; Comum de Divisão Não Proporcional de 25,1498m², correspondente a 1/539 da Área Bruta de garagem, destinado a uma vaga para estacionamento de veículo de passeio em lugar indeterminado na garagem coletiva, localizada no 1º, 2º, ou 3º subsolos do edifício; Comum de Divisão Proporcional de 25,3176m², sendo 11,7132m² de Área Padrão de Construção Comum do Condomínio e 13,6044m² de Área Real de Infraestrutura Comunitária e de Lazer; Total de 89,5030m² de Área Padrão de Construção; 103,1074m² de Área Real ou Bruta; FIT de 16,0817m² ou 0,1994% na totalidade do terreno, bem como uma participação nas despesas gerais do condomínio de 0,1994% e de 0,8293% nas despesas específicas do bloco. Matrícula Imobiliária nº 129.295 do 2º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 083.74.09.0001.04.069. **Valores**: **1º Leilão: R$ 387.195,51**. **2º Leilão: R$ 534.321,33**. **Encargos do Arrematante**: **i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **iv)** Verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; **v)** Venda ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **vi) IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo do arrematante. Ficam os Devedores Fiduciantes **JONATHAN BARBOSA DA SILVA**, CPF nº 368.236.708-00 e **JACQUELINE CARDOSO DE OLIVEIRA BARBOSA**, CPF nº 378.065.408-30, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, uma vez que se encontram em local desconhecido, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital Completo de Leilão, disponível no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR**. Maiores informações pelo e-mail **contato@pecinileiloes.com.br**; WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA-SP

A Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia comunica a todos os interessados que se encontra aberto no Departamento de Compras e Licitações o(s) seguinte(s) processo(s): **PREGÃO ELETRONICO Nº 016/2023 (MODO DE DISPUTA ABERTA) – Objeto: Registro de Preços visando à Contratação de empresa especializada visando o fornecimento de oxigênio medicinal, com entregas parceladas pelo período de 12 (doze) meses, para uso da Secretaria Municipal de Saúde, os termos do ANEXO I – DESCRIÇÃO DO OBJETO do presente Edital (Lei n° 8.666/93 – Lei n° 10.520/02)**. Envio das Propostas iniciais e documentos de habilitação a partir de: **22/03/2023 às 09h00;** Abertura de Propostas iniciais: **03/04/2023 às 09h00;** Início do Pregão (fase competitiva): **03/04/2023 às 09h30; ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.bnc.org.br. **O EDITAL** se encontrará disponível de: **22/03/2023 à 31/03/2023** para consulta e retirada nos endereços eletrônicos http://www.aguasdelindoia.sp.gov.br e www.bnc.org.br. **PREGÃO ELETRONICO Nº 017/2023 (MODO DE DISPUTA ABERTA) – Objeto: Registro de Preços visando à aquisição de materiais de curativos para uso da Secretaria de Saúde, com entregas parceladas, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital (Lei n° 8.666/93 – Lei n° 10.520/02)**. Envio das Propostas iniciais e documentos de habilitação a partir de: **23/03/2023 às 09h00;** Abertura de Propostas iniciais: **04/04/2023 às 09h00;** Início do Pregão (fase competitiva): **04/04/2023 às 09h30; ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.bnc.org.br. **O EDITAL** se encontrará disponível de: **23/03/2023 à 03/04/2023** para consulta e retirada nos endereços eletrônicos http://www.aguasdelindoia.sp.gov.br e www.bnc.org.br. **TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2023.** Objeto: **Contratação de empresa especializada em engenharia e mão de obra com fornecimento de materiais visando a Reforma da Creche Lydia Rango D'Aragona, conforme projetos, memoriais descritivos, cronogramas e planilhas orçamentárias, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital. ((Lei n° 8.666/93)** Encerramento para a entrega dos envelopes Nº 01 – Habilitação e Nº 02 – Proposta até **às 14h 30min do dia 13/04/2023, e reunião de Licitação às 14h e 40min.** Período de Disponibilização do Edital: **23/03/2023 à 10/04/2023** - Cadastramento até **10/04/2023.** Disponibilização: Secretaria de Administração, Departamento de Compras e Licitação, sito a Rua Profª Carolina Fróes, 321, Centro, Águas de Lindóia - SP, mediante o recolhimento de R$ 15,00 (Quinze Reais) ou gratuitamente através do site da Prefeitura Municipal www.aguasdelindoia.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (19) 3924-9344, no horário comercial, exceto aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos. As datas acima referem-se aos dias úteis e em que haja expediente na Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia, quer seja, excluindo-se os sábados, domingos, feriados e pontos facultativos **– Diderot Camargo Netto – Secretário Municipal de Administração**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico Nº 027/23 – PROCESSO 046/23 – Registro de preços

Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação de estruturas para atendimento a diversos eventos do município de Cerqueira César, conforme edital. **Data de Abertura:** 30 de março de 2023 as 09h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Prof.ª Hilda Cunha, nº. 58, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 202 – E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César, 16 de março de 2023.**

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico Nº 020/23 – PROCESSO 039/23

Objeto: Contratação de empresa especializada em cessão de uso de sistemas integrados de informática para gestão de convênios e banco de projetos em SAAS (Software como Serviço), conforme edital. **Data de Abertura:** 04 de abril de 2023 as 14h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Prof.ª Hilda Cunha, nº. 58, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 202 – E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César, 16 de março de 2023.**

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico Nº 025/23 – PROCESSO 044/23 – Registro de preços

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de combustíveis para os veículos da frota municipal, conforme edital. **Data de Abertura:** 05 de abril de 2023 as 09h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Prof.ª Hilda Cunha, nº. 58, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 202 – E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César, 16 de março de 2023.**

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico Nº 028/23 – PROCESSO 047/23

Objeto: Contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para execução de paisagismo – plantio de grama ao redor do canteiro central no CDHU, conforme edital **Data de Abertura:** 05 de abril de 2023 as 14h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Prof.ª Hilda Cunha, nº. 58, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 202 – E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César, 16 de março de 2023.**

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico Nº 028/23 – PROCESSO 047/23 – Registro de Preços

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de insumos hospitalares, conforme edital. **Data de Abertura:** 10 de abril de 2023 as 09h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Prof.ª Hilda Cunha, nº. 58, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 202 – E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César, 16 de março de 2023.**

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico Nº 030/23 – PROCESSO 049/23 – Registro de Preços

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de hortifrutigranjeiros, conforme edital. **Data de Abertura:** 10 de abril de 2023 as 14h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Prof.ª Hilda Cunha, nº. 58, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 202 – E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César, 16 de março de 2023.**

AVISO DE EDITAL
Tomada de Preços Nº 013/2023 - PROCESSO 028/2023

Objeto: Contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para pavimentação do prolongamento da Rua das Magnólias, Avenida 1 lado direito e Rua 04 (trecho 1) no CDHU. **Data da Entrega dos Envelopes:** 10 de abril de 2023, às 08:30, Dep. Licitações. **Data de Abertura:** 10 de abril de 2023 as 09:00 horas. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Profª Hilda Cunha, nº. 58, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 202 - E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br – **Prefeitura Municipal de Cerqueira César, 16 de março de 2023.**

AVISO DE EDITAL
Tomada de Preços Nº 015/2023 - PROCESSO 030/2023

Objeto: Contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para execução de calçada ao redor do canteiro Central do CDHU. **Data da Entrega dos Envelopes:** 10 de abril de 2023, às 13:30, Dep. Licitações. **Data de Abertura:** 10 de abril de 2023 as 14:00 horas. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Profª Hilda Cunha, nº. 58, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 202 - E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br – **Prefeitura Municipal de Cerqueira César, 16 de março de 2023.**

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico Nº 031/23 – PROCESSO 050/23

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços médicos nas seguintes especialidades: ginecologia, pediatria, psiquiatria e otorrinolaringologia, conforme edital. **Data de Abertura:** 11 de abril de 2023 as 09h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Prof.ª Hilda Cunha, nº. 58, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 202 – E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César, 16 de março de 2023.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÇARA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 005/2023, EDITAL Nº 009/2023, PROCESSO Nº 018/2023. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET ATRAVÉS DE REDE DE FIBRA ÓPTICA, PARA OS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUAIÇARA-SP, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO ANEXO X. DATA: 31/03/2023, ÀS 09:00 HORAS. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Seção de Licitações, localizada na Rua Tiradentes nº 171 – Centro – CEP 16.430-051 – Telefone (14) 3547-9217, e-mail: licitacao@guaicara.sp.gov.br e no site: www.guaicara.sp.gov.br. Guaiçara-SP, 16 de março de 2023. BRUNO FLORIANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E REABERTURA DE PRAZO – TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2023 – PROCESSO Nº 29/2023 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL – A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS torna público a retificação do Edital e reabertura do prazo da Tomada de Preços acima epigrafada, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada para execução de "Infraestrutura e construção de pavimentação asfáltica do prolongamento da rua Avelino de Ávila Isique, entre as ruas Dr. Átila Ferreira Vaz e Dr. José Ravagnani Filho, Urupês – SP", conforme especificações constantes do Edital. A sessão inaugural fica remarcada para o dia 4/4/2023 (terça-feira), às 9h (nove horas - horário de Brasília/DF).** O texto integral do referido Edital retificado poderá ser lido e obtido no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, de segunda a sexta-feira, nos dias úteis, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como no endereço eletrônico: www.urupes.sp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS, 16 de março de 2023. ALCEMIR CASSIO GREGGIO - Prefeito -**

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ENERGIA ELÉTRICA DE SÃO PAULO (SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE SÃO PAULO) - CNPJ 62.194.683/0001-12 - EDITAL - Ficam convocados os eletricitários associados nesta entidade, de todas as empresas da base territorial, ativos, aposentados e pensionistas, para comparecerem na Assembleia Geral, que será realizada no dia **18 de Abril de 2023,** na sede do Sindicato, sito à Rua Thomaz Gonzaga, 50 - Bairro Liberdade - São Paulo - Capital, às **10h,** para tratar da seguinte **"ORDEM DO DIA": 1)** Discussão e informação sobre o reajuste das mensalidades sindicais dos sócios ativos, aposentados e pensionistas, visando o equilíbrio orçamentário anual, considerando o grande custo judicial, nos processos promovidos pelo Sindicato para toda a categoria. **São Paulo, 16 de Março de 2023. Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato (Chicão), Presidente.**

CASA
FUNDAÇÃO CASA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo FUNDCASASP-PRC-2023/00549 - Código Único 2023024865-8 - Acha-se aberto o Pregão Eletrônico DRL nº 016/2023, OC nº 171309170482023OC00010, que tem como objeto a prestação de serviços de nutrição e alimentação aos adolescentes sob a tutela do Estado, atendidos pela Fundação CASA, nos Centros de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente CASA Diadema, CASA Mauá, CASA de Semiliberdade São Bernardo, CASA São Bernardo I e II e CASA Santo André I e II, vinculados à Divisão Regional Litoral, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", cuja abertura está marcada para o dia 29/03/2023, às 09:00 horas. Os interessados em participar do certame, deverão acessar, a partir de 17/03/2023 o endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital também se encontra disponível no endereço eletrônico www.imprensaoficial.com.br - Negócios Públicos.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR

REPUBLICADO COM ALTERAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PÚBLICO Nº 14/2023 RETIFICADO

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de tecnologia educacional contendo: livros paradidáticos com projetos integradores no formato impresso e virtual, com acesso à plataforma digital, para uso pedagógico na implementação do ensino remoto, destinados aos alunos do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais), das unidades municipais de ensino da Secretaria de Educação do Município de Cajamar-SP, de acordo com as especificações e condições, conforme especificações constantes do Termo de Referência. P.A. 16.786/2022.
Critério de Julgamento da Licitação: Menor Preço Global.
Recebimento e Abertura dos Envelopes: 30/03/2023 às 09:00 horas.
Local: Paço Municipal, sito na Praça José Rodrigues do Nascimento, 30, Água Fria - Cajamar/SP.
Esclarecimentos: Endereço acima, no horário das 08:30 horas às 16:30 horas e/ou através do e-mail disposto no Edital.
Edital disponível no site www.cajamar.sp.gov.br.

Cajamar, 14 de março de 2023
Régis Luiz Lima de Souza - Secretário Municipal de Educação

HOSPITAL MUNICIPAL "DR. TABAJARA RAMOS" – AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos" Pregão Eletrônico nº 015/2023 - UASG 927826 Processo Licitatório nº 000146/2023 - Objeto: fornecimento parcelado de equipo e cessão em comodato com 70 bombas de infusão, por um período de 12 meses, com abertura às 09h00min do dia 30 de março de 2023. **Pregão Eletrônico nº 016/2023 - UASG 927826 Processo Licitatório nº 000156/2023 -** Objeto: fornecimento parcelado de tiras reagentes para mensuração de glicemia capilar e cessão em comodato de 50 (cinquenta) glicosímetros novos, com as lancetas em bonificação, com abertura às 09h00min do dia 31 de março de 2023. **Pregão Eletrônico nº 017/2023 - UASG 927826 Processo Licitatório nº 000157/2023 –** Objeto registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação e manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar, bem como elaboração de PMOC – plano de manutenção e controle dos condicionadores de ar existentes no Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos" e Unidades de Pronto Atendimento – Upas Jd. Novo II e Jd. Santa Marta, conforme portaria do ministério da saúde nº 3523, de 28/08/1998, incluindo materiais de limpeza, fornecimento e reposição de peças, com abertura às 13h30min do dia 31 de março de 2023. Os editais completos encontram-se a disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitações, situada no 2º andar do Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos", sito a Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Planalto Verde, na cidade de Mogi Guaçu/SP, no horário das 08h30min às 16h00min, em dias úteis, e/ou através dos sites www.gov.br/compras/pt-br e www.mogiguacu.sp.gov.br. Mogi Guaçu, 16 de março de 2023. Wagner Tadeu Cezaroni – Superintendente.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE SUSPENSÃO, 1ª ALTERAÇÃO E NOVA DATA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2023

O Município de Jaguariúna, torna público e para conhecimento dos interessados que encontra-se reaberto nesta Prefeitura, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2023, cujo objeto é a aquisição de materiais elétricos para iluminação pública, conforme quantidades demais especificações descritas no Edital. A nova data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia 03 de abril de 2023, às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br). O novo Edital (1ª Alteração) completo poderá ser consultado e adquirido nos sites www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br e https://www.gov.br/compras/pt-br a partir do dia 20 de março de 2023. Mais informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9825, com Renato, (19) 3867-9707, com Luciano, (19) 3867-9807, com Carla, (19) 3867-9757, com Geovani ou pelo endereço eletrônico: aline_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 16 de março de 2023.
Antonia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2023 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Jaguariúna, torna público e para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto nesta Prefeitura, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2023, cujo objeto é o registro de preços de medicamentos, conforme demais especificações descritas no Edital. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia 31 de março de 2023, às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br) O Edital completo poderá ser consultado e adquirido nos sites www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br e https://www.gov.br/compras/pt-br a partir do dia 17 de março de 2023. Mais informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9825, com Renato, (19) 3867-9707, com Luciano, (19) 3867-9807, com Carla, (19) 3867-9757, com Geovani ou pelo endereço eletrônico: carla_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 16 de março de 2023.
Antonia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE ANÁLISE DE DOCUMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 024/2022

Objeto: Execução de obras de construção e instalação, incluindo mão de obra, materiais e equipamentos, de poço artesiano para atender as unidades escolares CEI / EMEI e E.M. "Prof.ª Oscarlina Pires Turato". No décimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e três às 14:00 horas no Auditório da Secretaria de Educação reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações em Sessão Pública para análise de documento apresentado, em envelope lacrado e protocolizado, pela empresa MASTER DRILL POÇOS ARTESIANOS LTDA – CNPJ 35.557.415/0001-45 em razão do prazo concedido por esta C.P.L. em virtude do que dispõe a cláusula 7.6.1 do Edital. Analisada a prova de regularidade com o Fisco municipal de sua sede, feita agora através de Certidão Negativa de Débitos Mobiliários, foi achada conforme e, portanto, mantida sua classificação em 1º lugar e vencedora com o valor global de R$ 149.490,00.

Ariana Aparecida de Almeida - Presidente Comissão Permanente de Licitação

SICOOB CREDICOM
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE DO BRASIL LTDA.

CNPJ: 42.898.825/0001-15 - JUCEMG/NIRE: 31400006150

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

EM 1ª, 2ª E 3ª CONVOCAÇÕES

O Presidente do Conselho de Administração do **SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE DO BRASIL LTDA**., com sede na Av. do Contorno, nº 4.265, bairro São Lucas, na cidade de Belo Horizonte/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 42.898.825/0001-15 e na JUCEMG sob o NIRE nº 31400006150, no cumprimento da atribuição que lhe confere o art. 73, II, do Estatuto Social, convoca os 80 (oitenta) Delegados, que representam 82.218 (oitenta e dois mil e duzentos e dezoito) cooperados, na forma das disposições legais e estatutárias, para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA e ORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL** que será realizada no dia **18 de abril de 2023 (terça-feira)**, em primeira convocação às **17 horas**, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de Delegados, em segunda convocação às **18 horas**, com a presença de metade mais 1 (um) do número total de Delegados ou em terceira convocação às **19 horas**, com a presença de no mínimo 10 (dez) Delegados, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **PAUTA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** a) Reforma do Estatuto Social do Sicoob Credicom; b) Reforma do Regimento Eleitoral de Delegados do Sicoob Credicom. As deliberações da Assembleia Geral Extraordinária serão tomadas com os votos de 2/3 (dois terços) dos Delegados presentes, conforme artigo 56, parágrafo único, do Estatuto Social. **PAUTA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** a) Prestação de contas dos órgãos de administração (exercício de 2022), acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: relatório de gestão; balanços do exercício; relatório da auditoria externa e demonstrativo das sobras apuradas; b) Estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na destinação das sobras líquidas do exercício de 2022 e aprovação da destinação; c) Utilização dos recursos do FATES; d) Eleição dos membros do Conselho Fiscal (3 membros efetivos e 1 suplente, como estabelecido no art. 6º da LC nº 130/2009, alterado pela LC nº 196/2022), para o mandato de 1 ano, conforme demais regras previstas no Estatuto Social e no Regimento Eleitoral; e) Fixação do valor dos honorários do presidente do conselho de administração e dos membros da diretoria executiva e das cédulas de presenças dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal; f) Aprovação da Política Institucional de Controles Internos e Conformidade, em atendimento à obrigatoriedade estabelecida na Resolução CMN nº 4.595, de 28 de agosto de 2017; g) Atualização da Política Institucional de Governança Corporativa, em atendimento à Resolução CCS 097, de 20 de abril 2022 do Centro Cooperativo Sicoob; h) Atualização da Política de Sucessão de Administradores do Sicoob, em atendimento à Resolução CCS 106, de 24 de junho de 2022 do Centro Cooperativo Sicoob; i) Aprovação do Regulamento da Atividade de Auditoria Interna; j) Assuntos de interesse social. As deliberações da Assembleia Geral Ordinária serão tomadas pela maioria simples de votos de Delegados presentes com direito de votar, conforme artigo 42 do Estatuto Social. **NOTAS:** 1. A Assembleia ocorrerá na forma **SEMIPRESENCIAL** no **AUDITÓRIO DO SICOOB CREDICOM**, situado na Av. do Contorno, nº 4.265 - 8º andar, Bairro São Lucas, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e com participação à distância por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play. Os Delegados serão orientados com antecedência, especialmente sobre o modo de acesso ao aplicativo e ao sistema de votação durante a Assembleia, e as informações completas e detalhadas poderão ser obtidas no sítio https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcredicom/age-o-2023. 2. Se, em razão do agravamento da pandemia de covid-19 e/ou por força de norma municipal, estadual ou federal, não for recomendável e/ou permitida a realização da Assembleia na forma semipresencial, será realizada na forma **DIGITAL**, com participação e votação exclusivamente à distância por meio do mesmo aplicativo Sicoob Moob. Os Delegados serão comunicados e orientados com antecedência e as informações completas e detalhadas poderão ser obtidas no sítio https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcredicom/age-o-2023. 3. Em conformidade com artigo 90 do Estatuto Social do Sicoob Credicom, o processo de eleição do Conselho Fiscal é disciplinado em regimento próprio, disponibilizado no sítio https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcredicom/age-o-2023. Fica ressalvada, porém, a nova composição ordenada pelo artigo 6º da LC 130/2009 (3 membros efetivos e 1 suplente). As inscrições de chapas candidatas ao Conselho Fiscal deverão ser realizadas no setor Suporte Jurídico do Sicoob Credicom, localizado na sede social - Avenida do Contorno nº 4.265 - 13º andar - Bairro São Lucas - Belo Horizonte.

Belo Horizonte, 17 de março de 2023.
DR. JOÃO AUGUSTO OLIVEIRA FERNANDES
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prefeitura da Estância Turística de Salto

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10804/2022
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, devidamente autorizado, no uso das atribuições que me são conferidas, conforme disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 08/2001, Lei Federal nº 8666/93 e posteriores alterações e Lei 10.520/02, HOMOLOGO todos os atos praticados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no processo acima citado, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para construção de um quiosque e uma quadra de areia no espaço de lazer do Residencial Vila Martins, situada à Rua Alcides Victorino de Almeida, s/nº, no Município de Salto/SP, incluindo todo o material, mão de obras e equipamentos necessários, conforme anexos I – A, B, C, D e E do edital, a cargo da Secretaria de Obras e Serviços Públicos à empresa **S4A Comércio e Serviços Ltda**, no valor global da contratação de R$ 71.500,00 (setenta e um mil e quinhentos reais).

Salto/SP, 16 de março de 2023.
Sandro Roberto Stivanelli - Secretário de Obras e Serviços Públicos

MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

"AVISO DE LICITAÇÃO"
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2023 - EDITAL Nº 017/2023

Objeto: Registro de Preços para **Aquisição de Material para Construção. Encerramento:** 30 (trinta) de março de 2.023 às 09h00. **Informações:** A Cópia completa do Edital poderá ser adquirida no site da Prefeitura https://www.itapecerica.sp.gov.br/ no Portal da Transparência. O mesmo também poderá ser adquirido, mediante apresentação de mídia, no Departamento de Suprimentos, sito à Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – Itapecerica da Serra, no horário das 08:30 às 16:30 horas, nos dias úteis, ou mediante solicitação através do endereço eletrônico pregao@itapecerica.sp.gov.br, informando os dados cadastrais do interessado, bem como mantendo seu cadastro atualizado para receber todos os comunicados referente ao certame. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone 4668.9000 ramais 9100 ou 9112, com código de acesso (DDD) 0XX11.

Itapecerica da Serra, 16 de março de 2.023.
EDNÉIA P. OLIVEIRA - Assessora Especial - Secretaria de Assuntos Jurídicos

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS – DAP

Processo PCSP-PRC-2022/03326
Pregão Presencial Internacional º 03/2022

Encontra-se aberto na Divisão de Suprimentos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil, procedimento licitatório, na modalidade Pregão Presencial Internacional, tipo menor preço, para aquisição de 800 (oitocentas) espingardas calibre 12GA de funcionamento híbrido, com acessórios e conjunto de reposição imediata, para serem utilizados pela Polícia Civil do Estado de São Paulo. A sessão pública ocorrerá no dia 11 de abril de 2023, às 13h00m na sede do Palácio da Polícia, localizado na Rua Brigadeiro Tobias, nº 527, 13º andar, Centro, São Paulo/SP. Interessados podem tomar conhecimento e obter a documentação relativa ao certame por meio do sitio eletrônico www.imprensaoficial.com.br, através do link Negócios Públicos. Quaisquer dúvidas ou pedidos de informação devem ser solicitados pelo e-mail divsupcompras.eqa@policiacivil.sp.gov.br ou pelo telefone: + 55-11-3311-3700.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BARRETOS

Abertura de licitação
Pregão eletrônico 23/2023 - Processo: 268/2023

Objeto: Prestação de serviços comuns no regime de execução indireta por tarefas para execução de Reforma e Pequenos Reparos nas estruturas das Galerias e Bocas de Lobos, reparos e substituição das Tampas e Guias e sarjetas de concreto, incluindo Limpeza e Desobstrução das Galerias com remoção dos materiais inservíveis (restos de vegetais e entulho), (LOTE 1 E LOTE 2) em diversos locais da cidade de Barretos – SP

Data da sessão pública do Pregão:	30/03/2023
Recebimento das Propostas:	De 17/03/2023 das 08h00 até 30/03/2023 às 14h00
Abertura das Propostas:	30/03/2023 às 14h00
Início da sessão de disputa de lances:	30/03/2023 às 14h30min
Local:	https://bllcompras.com/Home/Login

O edital está disponível no site www.saaeb.com.br.

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO SUL - SP,** avisa que se acham abertas as inscrições à licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, registrada sob nº 10/2023,** que objetiva o **REGISTRO DE PREÇOS** para a futura e eventual execução de serviços de poda conduzida de árvores localizadas em áreas públicas, com formatos e tamanhos variados, com fornecimento de materiais/equipamentos e mão de obra, no Município, por tempo determinado, conforme especificado no Anexo I – Termo de Referência. A sessão de pregão dar-se-á no dia **29 de março de 2023** tendo como início o credenciamento das empresas participantes, que ocorrerá **a partir das 09:00 horas**. O prazo para credenciamento transcorrerá impreterivelmente durante o período de 15 (quinze) minutos a partir do horário anteriormente estabelecido e, ao término deste dar-se-á a abertura os envelopes das propostas, como também, em seguida, transcorrerão os atos de classificação das propostas, interposição de lances e demais atos. Caso seja necessário, a critério do pregoeiro, o prazo de credenciamento poderá ser dilatado. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura do Município de Santa Fé do Sul - SP, sito na Avenida Conselheiro Antônio Prado, nº 1.616, Centro, nesta, pelo e-mail licita@santafedosul.sp.gov.br ou pelo telefone (17) 3631-9500, no horário normal do expediente. O edital de convocação, que determina as condições do certame encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, bem como, no site www.santafedosul.sp.gov.br, podendo ser retirado gratuitamente. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP, aos 16 de março de 2023.

EVANDRO FARIAS MURA - PREFEITO

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, LIMPEZA URBANA, ÁREAS VERDES E TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE SUZANO, MOGI DAS CRUZES, POÁ, ITAQUAQUECETUBA, FERRAZ DE VASCONCELOS E RIO GRANDE DA SERRA. EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Pelo presente Edital, ficam convocados todos os integrantes da categoria que prestam serviços em Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais, Comerciais e Mistos, Sindicalizados (Filiados) ou não, "**excluindo-se as demais categorias de Turismo e Hospitalidade**" para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no **dia 21 de Março de 2023** em Primeira Convocação às 14:00h., em Segunda Convocação às 15:00 horas com qualquer número de presentes, na **Rua Ipes, 95/99 - Vila Urupês - Suzano, Estado de São Paulo**, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1 -** Elaboração e Aprovação das reinvindicações referentes a data base 01/05/2023; **2 -** Delegação de poderes ao Sindicato para entabular e finalizar negociações coletivas com o Sindicato Patronal; firmar convenções coletivas de trabalho; acordos em processos de dissídios coletivos e, caso necessário, instaurar dissídios coletivos e/ou outros procedimentos judiciais junto ao TRT, inclusive processos de mediação e arbitragem; **3 -** Aprovação da Contribuição Assistencial/Negocial para toda a categoria filiados e não filiados; **4** - Percentual e forma a ser realizado o desconto da referida contribuição; **5 -** Forma para os trabalhadores não filiados se oporem ao desconto; **6 -** Delegação de poderes ao Sindicato para firmar termos aditivos emergenciais para adequações nas relações e contratos de trabalho no período de enfrentamento do Covid-19, bem como nas demais situações que se faça necessário. **7 -** Assuntos Gerais. Suzano 17 de Março de 2023. **Carlos José da Silva - Presidente.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DELEGADOS - ARSER

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ARSER – N.º 79/2023 UASG Nº 926703 -

Processo nº: 6500.81726.2021

Objeto: Registro de Preços para aquisição de fardamentos do PECIM.

Total de Itens Licitados: 24.

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 22/03/2023 de 08h00 as 12h00 e de 13h as 17h30.

Endereços: Avenida da Paz, 900, Jaraguá, Maceió/AL, CEP 57.022-050, ou **www.comprasgovernamentais.gov.br/edital** ou **http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/**

Entrega das Propostas: A partir de 22/03/2023 às 08h00 no site **http://www.comprasgovernamentais.gov.br/**

Abertura das Propostas: 04/04/2023 às 9h (horário de Brasília) no site **http://www.comprasnet.gov.br/**

Maceió/AL,16 de março de 2023.
Sandra Raquel dos Santos Serafim
Pregoeira – CPL/ARSER

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DELEGADOS - ARSER

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ARSER – N.º 87/2023 UASG Nº 926703 -

Processo nº: 6700.42329/2021

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa prestadora de serviços continuados de limpeza, conservação e asseio, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e insumos necessários, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 20/03/2023 de 08h00 as 12h00 e de 13h as 17h30.

Endereços: Avenida da Paz, 900, Jaraguá, Maceió/AL, CEP 57.022-050, ou **www.comprasgovernamentais.gov.br/edital** ou **http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/**

Entrega das Propostas: A partir de 20/03/2023 às 08h00 no site **http://www.comprasgovernamentais.gov.br/**

Abertura das Propostas: 31/03/2023 às 9h (horário de Brasília) no site **http://www.comprasnet.gov.br/**

Maceió/AL, 16 de março de 2023.
Sandra Raquel dos Santos Serafim
Pregoeira – CPL/ARSER

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS EMPREGADOS DA EMPRESA COSMOTEC INTERNATIONAL ESPECIALIDADES COSMETICAS LTDA. Pelo presente edital, o Sindicato dos Comerciários de São Paulo, representado por seu Presidente Ricardo Patah, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os comerciários da empresa **COSMOTEC INTERNATIONAL ESPECIALIDADES COSMETICAS LTDA, CNPJ n. 18.323.476/0002-00,** filiados ou não à entidade, da abrangência territorial do município de São Paulo/SP, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada de forma virtual no **24/03/2023, das 10h00 às 16h00,** por intermédio de link próprio a ser disponibilizado para os empregados, com objetivo de deliberarem através de votação, sobre proposta de acordo coletivo de trabalho de compensação de dias pontes e outras cláusulas. São Paulo, SP, 16 de março de 2023. Ricardo Patah. Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Edital de convocação - o SIPROEM - Sindicato dos Professores das Escolas Públicas Municipais de Barueri, Taboão da Serra, Itapecerica da Serra, Embu, Embu-Guaçu, São Lourenço da Serra, Juquitiba, Cotia, Vargem Grande Paulista, **CONVOCA** todos os Professores das Escolas Públicas Municipais de Barueri e FIEB para participar da **Assembleia Geral Extraordinária**, nos termos do Estatuto, a ser realizada às 12h (doze horas) em primeira convocação e em segunda e última convocação, às 12:30h (doze horas e trinta minutos), com qualquer número dos professores presentes, no dia 21 de março de 2023, em frente a Prefeitura de Barueri, sito na R. Prof. João da Mata e Luz, 84 - Centro, Barueri - SP, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1-) Anulação da Avaliação Periódica de Desempenho 2022 e 2-) Encaminhamento da Luta para Reajuste Salarial 2023.** Barueri, 16 de março de 2023. Adenir Segura - Presidente do SIPROEM.

MUNICÍPIO DE SANDOVALINA

Extrato de Aviso de Licitação

O Município de Sandovalina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberta a presente licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 08/2023, do tipo Menor Preço, objetivando o Fornecimento de Combustíveis Líquidos (Etanol Comum, Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum S 500, Diesel S-10 e Arla 32), conforme Edital e seus Anexos, que será realizada no dia 29/03/2023 a partir das 9hs30. O Edital em seu inteiro teor poderá ser retirado pelos interessados diretamente no prédio do Paço Municipal na Av. João Borges Frias, 435 Centro de segunda a sexta-feira no horário das 8hs00 às 11hs0 e das 13hs00 às 17hs00, ou ainda site www.sandovalina.sp.gov.br e também através de solicitação enviada para o e-mail: sandovalina.licitacao@gmail.com. Sandovalina – SP, 16 de março de 2023. Marcos Mendes da Silva Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO DIA 11.03.2023, NO JORNAL FOLHA DE SP, PÁGINA A22 - ALTERAÇÃO DO HORÁRIO

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA

COMUNICADO DE EDITAL - LEILÃO ADMINISTRATIVO 001/2023 - VENDA DE ANIMAIS PARA ABATE

ONDE SE LÊ : Data do Leilão: 31/03/2023 às 11h30 (horário de Brasília/DF).
LEIA-SE : Data do Leilão: 31/03/2023 às 14h30 (horário de Brasília/DF).

ABIMDE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA
Av. Brig. Luís Antônio, 2367 - 12º andar - Conj. 1211 - Edifício Barão de Ouro Branco
Jardim Paulista - São Paulo/SP - CEP: 01.401-000 - Fone: (11) 3170-1860

Consultamos as possíveis empresas nacionais fabricantes do produto ou similar: Lanterna Tática AEGIS TM-18 - Part Number: AEGIS-LTTM - 18-V1 - NCM: 85131010 - Dimensões: L: 160.94mm, D: 34mm - Luminosidade: 1800 lumens - Peso: 320g (sem bateria). Tempo máximo de duração de bateria: 18 horas (modo econômico) - Bateria: 18650 Lítio Recarregável 3.7V 2200mAh (aprox. 50g) - LED: Cree XHP 50.3 3V - Potência Máxima: 18W - Corrente Máxima: 6A - CCT Nominal: 6200K - Temperatura média (LED): 80º Temperatura máxima (LED): 150º - Material: Alumínio ABNT 6351 - Anodização: Classe A23 / Marítimo - Grau de Proteção: IP66. Alimentada por uma bateria circular de li-ion de 2200mA que é carregada através de uma porta USB tipo C. A lanterna possui uma potência luminosa de até 1800 lumens, proporcionada pelo LED da CREE XHP50 3ª geração. O circuito principal é controlado por um microcontrolador que é responsável por acionar, medir e temporizar os componentes da lanterna. Além disso, a lanterna possui diversos circuitos de proteção contra surtos de tensão e corrente, contra surtos de temperatura e para aproveitar ao máximo a vida útil do LED; a se manifestarem com a devida comprovação e em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação deste informe, nos termos de nossa Norma de Emissão de Declaração de Exclusividade. Caso não haja qualquer manifestação em contrário até o fim deste prazo, será expedida a Declaração de Exclusividade. São Paulo, 17 de março de 2023.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2029/2023

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de pessoa jurídica especializada em atividade veterinária para serviços de castração de felinos e caninos de ambos os sexos, de qualquer peso, com o fornecimento e implantação de microchip, antibiótico e anti-inflamatório para o pós-operatório, conforme descritivo/quantitativo dos serviços anexo ao edital, a cargo da Secretaria de Meio Ambiente. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 31 de março de 2023. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 20/03/2023 até as 13h30min do dia 31/03/2023. Abertura de Propostas Iniciais: 31/03/2023 às 13h35min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 31/03/2023 às 14hs.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br

Estância Turística de Salto, 16 de março de 2023.
Flávio Roberto Garcia - Secretário de Meio Ambiente

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA EATON
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA - PRESENCIAL

O Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Eaton, inscrita no CNPJ sob Nº 73.077.398/0001-38 e NIRE nº 35400003910, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os 909 (Novecentos e Nove) associados, em condições de votar, para reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária – Presencial, realizar-se-á no Auditório da Eaton Ltda , situada à Rua Clark 2061-Macuco, nesta cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, por absoluta falta de espaço na sede da Cooperativa, no dia 28 de Março de 2023, obedecendo os seguintes horários e "quorum" para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo o que determina o Estatuto Social: 01) - Em primeira convocação às 09:00hs com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de associados. 02) - Em segunda convocação às 10:00hs, com a presença de metade mais um do número total de associados; 03) - Em terceira e última convocação às 11:00hs, com a presença mínima de 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: **EXTRAORDINÁRIA: 1 –** Reforma ampla do Estatuto Social, destacando adequação a Lei Complementar 196/2022 e Resolução CMN nº 5051/2022 e as regras sistêmica Sicoob. **ORDINÁRIA: 1 -** Prestação de contas do 1º e 2º semestres do exercício de 2022, compreendendo: a) Relatório da Gestão, Demonstração de Sobras ou Perdas e Parecer do Conselho Fiscal; 2 - Destinação das Sobras apuradas e fórmula do cálculo; 3 - Aplicações do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES; 4 - Comunicados de assuntos gerais sem deliberação. Valinhos, 17 de março de 2023. José Ademar da Silveira Correa Conselheiro Presidente **NOTA I:** Conforme determina a Resolução CMN nº 5.051 de 25/11/2022 em seu artigo 40,as demonstrações contábeis do exercício de 2022 acompanhadas do respectivo relatório dos auditores estão à disposição dos associados na sede da Cooperativa. **NOTA II:** A Assembleia Geral ocorrerá de forma **PRESENCIAL**, no Auditório da Eaton Ltda, situada à Rua Clark 2061-Macuco, nesta cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, por absoluta falta de espaço na sede da Cooperativa. **NOTA III:** Os votos serão acolhidos e registrados na Assembleia, sendo o resultado da votação divulgado automaticamente para todos os Associados no momento da Assembleia. **NOTA IV:** Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no sítio https://eaton.sharepoint.com/sites/ExtCOM_CooperativadeCreditoEaton K-17/03

CASA
FUNDAÇÃO CASA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo ROE00468/23 - CÓDIGO ÚNICO 2023019645-3 - Acha-se aberto o Pregão Eletrônico DRO nº 012/23, OC nº 171310170482023OC00007 para Contratação de Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial para o CASA Irapuru I, CASA Irapuru II, CASA Presidente Bernardes, CASA Araça, CASA Araçatuba e CASA Marília, vinculados à Divisão Regional Oeste da Fundação CASA/SP, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo, cuja abertura está marcada para o dia 30/03/23 a 0A9h30. Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 20/03/23 no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital também se encontra disponível no endereço eletrônico www.imprensaoficial.com.br - "negóciospúblicos" (Republicado por conter incorreções).

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, LIMPEZA URBANA, ÁREAS VERDES E TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE SUZANO, MOGI DAS CRUZES, POÁ, ITAQUAQUECETUBA, FERRAZ DE VASCONCELOS E RIO GRANDE DA SERRA. EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Pelo presente Edital, ficam convocados todos os integrantes da categoria que prestam serviços em Instituto de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras, Sindicalizados (Filiados) ou não, "**excluindo-se as demais categorias de Turismo e Hospitalidade**" para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no **dia 21 de Março de 2023** em Primeira Convocação às 12:00h., em Segunda Convocação às 13:00 horas com qualquer número de presentes, na **Rua Ipes, 95/99 - Vila Urupês - Suzano, Estado de São Paulo**, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1 -** Elaboração e Aprovação das reinvindicações referentes a data base 01/06/2023; **2 -** Delegação de poderes ao Sindicato para entabular e finalizar negociações coletivas com o Sindicato Patronal; firmar convenções coletivas de trabalho; acordos em processos de dissídios coletivos e, caso necessário, instaurar dissídios coletivos e/ou outros procedimentos judiciais junto ao TRT, inclusive processos de mediação e arbitragem; **3 -** Aprovação da Contribuição Assistencial/Negocial para toda a categoria filiados e não filiados; **4** - Percentual e forma a ser realizado o desconto da referida contribuição; **5 -** Forma para os trabalhadores não filiados se oporem ao desconto; **6 -** Delegação de poderes ao Sindicato para firmar termos aditivos emergenciais para adequações nas relações e contratos de trabalho no período de enfrentamento do Covid-19, bem como nas demais situações que se faça necessário. **7 -** Assuntos Gerais. Suzano 17 de Março de 2023. **Carlos José da Silva - Presidente.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA

EDITAL DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º 011/2023.

Processo n.º 12.747/2022.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A OBRA DE CONSTRUÇÃO DA UBS DO PARQUE DA LIBERDADE (ESPAÇO SAÚDE), NESTE MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS".
Entrega dos Envelopes: 04 de abril de 2023, das 08h00, às 09h15 horas.
Sessão de abertura dos Envelopes: 04 de abril de 2023, às 09h30 horas.
Prazo para retirada do Edital: A partir do dia 20 de Março de 2023 até o dia 03 de abril de 2023, o Edital estará à disposição dos interessados na Unidade de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Americana, no horário das 09h00 às 16h00, ou no site: **www.americana.sp.gov.br**.
Eu, Tássia Helena Modenesi Tavares, matrícula n.º 14.676 conferi o presente. Eu, José Eduardo da Cruz Rodrigues Flores, Secretário Adjunto de Administração, autorizei a publicação oficial. Americana, 16 de março de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DELEGADOS - ARSER

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ARSER – N.º 084/2023 - UASG Nº 926703

Processo nº: 3000.85397/2022.

Objeto: Registro de Preços de resma de papel A4, 500 fls., 75g/m².

Total de Itens: 02.

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 21/03/2023 das 08h00 às 12h00 e das 13h às 17h30.

Endereços: Av. da Paz, 900, Jaraguá, Maceió/AL – CEP 57.022-050, ou **www.comprasgovernamentais.gov.br/edital** ou **http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/**

Entrega das Propostas: A partir de 21/03/2023 às 08h00 no site **http://www.comprasgovernamentais.gov.br/**

Abertura das Propostas: 05/04/2023 às 10h00 (horário de Brasília) no site **http://www.comprasnet.gov.br/**

Maceió/AL, 16 de março de 2023.
Luci Valério de Albuquerque
Pregoeira – CPL/ARSER

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

ADJUDICAÇÃO

Após o término do PREGÃO PRESENCIAL nº 02/2023 sem a manifestação para interposição de recursos, eu, LUCIANA CRISTINA GOMES, pregoeiro oficial, fiz a adjudicação do objeto do presente PREGÃO PRESENCIAL, da seguinte empresa com o seguinte valor: DU VALLE EVENTOS LTDA-CARLOS EDUARDO MARTINES COLNAGO, apresentou a proposta com valor total de R$ 800,00 (Oitocentos Reais), pela concessão. **OBJETO:** CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO "FESTA DO PEÃO DE BOIADEIRO, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES ALUSIVAS DE 105 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE ÓLEO, A REALIZAR-SE NOS DIAS 13,14 E 15 DE ABRIL, COM FORNECIMENTO DE ESTRUTURA, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, MÃO DE OBRA E OUTROS, OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DADOS ELEMENTOS QUANTITATIVOS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Uma casa

Prefeitura Municipal de Óleo, 15 de março de 2023.
LUCIANA CRISTINA GOMES - CHEFE DE CONVENIOS E LICITAÇÕES

Aviso de Licitação – Tomada de Preços - A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI-SP torna público aos interessados a realização do Tomada de Preços nº 003/2023, Processo nº 041/2023. - **TIPO:** Menor Preço - Global. - **OBJETO:** Construção de sepultura dupla em alvenaria. - **VALOR ESTIMADO:** R$ 150.936,30 - **DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** Quarta-Feira, 12 de abril de 2023, às 08:00 horas, na DIRETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – Rua Firmino Ferreira Luz, nº. 606, Centro – Fone: (17) 3285-9999 – Guaraci/SP. - **EDITAL:** o edital estará disponível para consulta aos interessados no endereço eletrônico: http://www.guaraci.sp.gov.br/ - **DATA:** 16/03/2023 - Renato Azeda Ribeiro de Aguiar - Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N: 04/2023

OBJETO: Eventual Contratação de serviços de locação de sistema de som, iluminação, para realização da festa do peão de boiadeiro, em comemoração as festividades alusivas de 105 anos de emancipação política administrativa do município de óleo, a realizar-se nos dias 13,14 e 15 de abril e Eleição da Rainha do Rodeio, conforme solicitado pelo Departamento de cultura, esporte e lazer. TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM. **Recebimento das propostas:** 30.03.2023 às 8h50min (Oito Horas e Cinquenta Minutos). **Início da sessão de disputa de lances** 30.03.2023 às 9h00min (Nove Horas). **Edital completo e outras informações:** Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Óleo, à Rua Ângelo Vidotto, 95, Vila Martins, Óleo/SP, fone (14) 3357-1211 ou pelo e-mail – administracao@pmoleo.sp.gov.br e ou pelo site www.bll.org.br – Acesso BLL compras.

Óleo/SP, 16 de março de 2023.
Jordão Antônio Vidotto - Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MIRANDÓPOLIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2219/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2023 - EDITAL Nº 06/2023 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - Ademiro Olegário dos Santos, Prefeito do Município de Mirandópolis, no uso de suas atribuições legais e considerando a regularidade do procedimento, resolve, por bem, ADJUDICAR E HOMOLOGAR o Processo Administrativo nº 2219/2023, Processo Licitatório nº 11/2023, na modalidade Pregão Presencial nº 05/2023, destinado ao Registro de Preços para aquisição de medicamentos, fraldas e insumos para diabéticos destinados ao atendimento de demandas de processos judiciais, conforme decisão da Pregoeira, em favor das empresas: INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 43.295.831/0001-40 - Itens: 07, 20, 25 e 40. AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. - CNPJ: 65.817.900/0001-71 - Itens: 17 e 39. SOQUIMICA LABORATÓRIOS LTDA. - CNPJ. 59.225.268/0001-74 - Itens: 44, 45 e 53. CM HOSPITALAR S.A - CNPJ: 12.420.164/0001-57 - Itens: 18, 19, 26, 27 e 32. DAKFILM COMERCIAL LTDA. - CNPJ: 61.613.881/0001-00 - Itens: 24, 30 e 31. CIRÚRGICA UNIÃO LTDA. - CNPJ: 04.063.331/0001-21 - Itens: 10, 48, 50 e 51. MANMED COMERCIAL LTDA – E.P.P - CNPJ: 21.608.296/0001-06 - Itens: 02, 06, 34 e 41. MEDPRIME MEDICAMENTOS LTDA. M.E - CNPJ: 31.662.268/0001-12 - Itens: 16 e 52. PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. CNPJ. 28.123.417/0001-60 - Item: 22 e 42. ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA. - CNPJ. 04.307.650/0012-98 - Item: 38. ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA. - CNPJ. 04.307.650/0025-02 - Item: 15. ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA. - CNPJ: 56.998.701/0034-84 - Item: 49. DROGARIA HS LTDA. M.E - CNPJ: 15.116.187/0001-60 - Itens: 01, 03, 04, 05, 08, 11, 12, 13, 14, 21, 23, 28, 29, 33, 36, 37, 43, 46 e 47. Ficam as empresas acima mencionadas, convocadas a comparecerem ao Departamento de Compras e Licitações, sita à Rua das Nações Unidas, nº. 400, Centro, Mirandópolis-SP, a fim de assinar a respectiva Ata de Registro de Preços. Mirandópolis, 16 de março de 2023. Ademiro Olegário dos Santos – Prefeito.

EDIFÍCIO MOEMA FLAT SERVICE
São Paulo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária

Srs. Condôminos do Edifício Moema Flat Service,
Ficam convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia **22 de Março de 2023**, no salão de convenções do próprio empreendimento, sito na Av. Rouxinol, n.º 57, Moema, São Paulo, SP, em primeira convocação às 18:00 hs, com a presença mínima de 2/3 dos condôminos, ou em segunda convocação às 18:30 hs com qualquer número de condôminos, para tratar da seguinte ordem do dia:

1. *Apresentação dos resultados da Auditoria - Prestação de contas Janeiro a Dezembro 2021;*
2. *Prestação de contas 2022;*
3. *Apresentação e aprovação do Orçamento 2023;*
4. *Contratação de um Asset Manager Pool/Condominio*
5. *Assuntos gerais*

Caso não possa comparecer, Vossa Senhoria poderá se fazer representar por procurador com poderes especiais de voto, devendo o instrumento de procuração, público ou particular, com a qualificação completa do procurador, devidamente datado e assinado pelo outorgante, com a firma reconhecida em cartório, ser entregue ao Presidente da Assembleia.

São Paulo, SP, 12 de Março de 2023.
CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MOEMA FLAT SERVICE
José Carlos Gentile - Síndico

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Aviso de Ata de Sessão Habilitação - Extrato - Tomada de Preços nº 008/2023
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA NOS PRÉDIOS PÚBLICOS DA POLICLÍNICA E DA FARMÁCIA MUNICIPAL. Realização da sessão do processo licitatório em 14/03/2023, abertura envelope 1 "Habilitação" habilitação e propostas dos interessados em participar da Licitação supra, a empresa participante: SB CONSTRUÇÕES ALFA LIMITADA EPP, encaminhou seu representante o Sr. Danilo Antonio Machado Dias, a empresa SINGULAR CONSTRUTORA LTDA EPP, com o representante o Sr. Glaucio Henrique M. dos S. de Oliveira NEry; a empresa VITAL COMPANY LTDA ME, com o representante Sr. Roberto Alves de Oliveira; a empresa CAIO VINICIUS CECCONI DE AVILA EPP, com o representante Sr. Tales Edson Godoi Francisco; a empresa M. FOGAÇA CONSTRUÇÕES LTDA, com o representante o Sr. Geovany Rodrigo de Souza, para acompanhamento da sessão. As empresas JOSE DINIZ RIBEIRO PINTURAS EPP; MK JR. CONSTRUÇÕES LTDA; J & ALVES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA; POOSE EIRELI EPP; CLAUDINEI CAMARGO ZECHI, protocolaram seus envelopes e não enviaram representantes para a sessão. Dando início aos trabalhos, a Presidente autorizou a abertura do envelope contendo a habilitação da licitante, onde todos os presentes no ato licitatório passaram a dar vistas e rubricar a documentação apresentada, onde ficou constatado que as empresas CAIO VINICIUS CECCONI DE AVILA EPP, CLAUDINEI CAMARGO ZECHI, M. FOGAÇA CONSTRUÇÕES LTDA, apresentaram os documentos solicitados em edital. A empresa POOSE EIRELI EPP apresentou o contrato de prestação de serviços com o prestador de serviços sem verificação da validade, foi realizado diligência no site CENAD, mas consta o reparo do documento. A empresa SINGULAR CONSTRUTORA LTDA EPP, apresentou a documentação solicitada, mas as demais presentes, constatou que no balanço patrimonial apresentado, não consta o índice de individamento, após diligência junto ao departamento jurídico, o mesmo informou para encaminhar a documentação ao departamento financeiro, para análise técnica e que o mesmo informe se existe o índice ou não no Balanço apresentado, ou foi somente um erro de digitação da nomenclatura dos itens apresentados. A empresa SB CONSTRUÇÕES ALFA LIMITADA EPP, apresentou a Certidão Débito Municipal vencida em 11/02/2023, a empresa utilizará do § 1º, do artigo 43 da Lei Complementar nº 123, caso vencedora do certame, foi constatado que a empresa apresentou o seu contrato social com a autenticação junto a junta CENAD, e em sessão foi verificado a autenticidade dos documentos, onde conforme anexo. A empresa JOSE DINIZ RIBEIRO PINTURAS EPP, apresentou a Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, vencida em 08/01/2023, e conforme prevê o item 6.2.7.1 - Havendo alguma restrição da comprovação da regularidade fiscal, o edital prevê somente a comprovação da regularidade fiscal para as empresas ME e EPP, desta maneira a empresa foi considerada INABILITADA. A empresa MK JR. CONSTRUÇÕES LTDA, apresentou o contrato de prestação de serviços o profissional, sem a autenticação tanto da autenticidade do documento, quanto das as assinaturas das partes, desta maneira a empresa foi considerada INABILITADA. A empresa J ALVES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, não apresentou o Balanço Patrimonial, conforme solicitado no item 6.2.9.1, apresentando somente Análise Financeira, desta maneira a empresa foi considerada INABILITADA. A empresa VITAL COMPANY LTDA ME, não apresentou a cópia autenticada do CRC, conforme solicitado no item 6.2.1, e não apresentou o item 6.2.4.3 - Fazenda Municipal: Certidão Negativa de Tributos Mobiliário, emitida pela Prefeitura Municipal da sede da licitante, desta maneira a empresa foi considerada INABILITADA. Após a presidente suspendeu a sessão, para a encaminhar os documentos das empresas ao departamento financeiro e ao departamento de obras, para análise técnica da documentação apresentada que deverá emitir parecer da análise, após o Comissão emitirá a Ata de análise da documentação de Habilitação apresentada e assim agendará a data da Sessão de abertura do envelope 2 - Propostas, respeitando todos os prazos exigidos e estipulados pela lei. Em seguida, encerrou-se a presente sessão, onde a presente ata foi lida e assinada pelos presentes. Holambra, 14 de março de 2023. Comissão de Licitação.

Aviso de ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - Extrato - Tomada de Preços nº 003/2023
Diante da Adjudicação e decorrido o prazo recursal sem a interposição de nenhum recurso, a Comissão de Licitações comunica a HOMOLOGAÇÃO do objeto da Tomada de Preços nº 003/2023, cujo o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RESTAURO E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOS PIONEIROS - CONVÊNIO DADETUR Nº 000252/2021, adjudico a licitação à empresa: CAIO VINICIUS CECCONI DE AVILA EPP, no valor global de R$ 142.992,29 (cento e noventa e dois mil novecentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos), por ter apresentado o menor preço por item. Holambra, 16 de março de 2023. Fernando Henrique Capato - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO – Tomada de Preços nº 008/2023 – Processo nº 075/2023
Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de realização de obras de infraestrutura para construção da Praça da Juventude. Tipo: menor preço Global – Encerramento: 03 de Abril de 2023 às 09h00 – Cadastramento: Poderá ser feito até as 17h00 horas do dia 30 de Março de 2023 – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: 14-3269.7022/3269.7088, Fax 14-3263.0040. Lençóis Paulista, 16 de Março de 2023. LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

RESUMO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 02/2022

OBJETO: CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO "FESTA DO PEÃO DE BOIADEIRO, EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES ALUSIVAS DE 105 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE ÓLEO, A REALIZAR-SE NOS DIAS 13,14 E 15 DE ABRIL, COM FORNECIMENTO DE ESTRUTURA, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, MÃO DE OBRA E OUTROS, OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DADOS ELEMENTOS QUANTITATIVOS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. EMPRESAS PARTICIPANTES: 02 (duas): - **1 - DU VALLE EVENTOS LTDA-CARLOS EDUARDO MARTINES COLNAGO - RG: 445613889 - CPF: 349999128-48; 2 - DANIEL VICTOR TAVEIRA PINTO- DANIEL VICTOR TAVEIRA PINTO - RG: 48607565-5 - CPF: 393065718-01. EMPRESA VENCEDORA: 01 (uma): - DU VALLE EVENTOS LTDA-CARLOS EDUARDO MARTINES COLNAGO - RG: 445613889 - CPF: 349999128-48,** apresentou a proposta com valor total de R$ 800,00 (Oitocentos Reais), pela concessão. **ABERTURA:** 01 de março de 2023. **ENCERRAMENTO:** 14 de março de 2023.

14 de março de 2023. **Jordão Antônio Vidotto - PREFEITO MUNICIPAL**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO DE ENTIDADE SINDICAL

Pelo presente Edital, na forma da legislação vigente, a Comissão Pro Fundação do Sindicato Nacional das Lojas de Armas de Fogo e Entidades de Tiro Desportivo e Caça do Brasil, através de seu coordenador Guilherme Henrique Fernandes Rathsam, CPF 220.103.448-63 e RG 30.610.000-9 SSP/SP, com endereço à Rua São Leônidas, 45, São Paulo - SP, CEP 04747-010, e-mail: anclabrasil@gmail.com, CONVOCA todos os presidentes e proprietários, representantes legais de entidades do tiro desportivo, entidades de caça e proprietários de lojas de armas de fogo e munições, considerados como entidades de tiro e entidades de caça as pessoas jurídicas (CNPJs) empresas e clubes com devido registro junto ao Exército Brasileiro (CR) nas modalidades entidade de tiro esportivo e entidade de caça, bem como as lojas de armas de fogo, consideradas como pessoas jurídicas (CNPJs) empresas com CNAE (47.89-0-09) específico de comércio varejista de armas e munições e com registro junto ao Exército Brasileiro (CR) na modalidade comércio de armas de fogo, na base territorial nacional (Brasil) para participarem da Assembleia Geral de Fundação do Sindicato Nacional das Lojas de Armas de Fogo e Entidades de Tiro Desportivo e Caça do Brasil, na forma da Portaria nº 671 do Ministério do Trabalho e Previdência, a se realizar no dia 1º de maio de 2023, segunda-feira, às 10:00 horas, na cidade de Itaquaquecetuba - SP, à Av. Tancredo Neves, 303, bairro Estação, CEP 08571-000, a fim de deliberar sobre a ordem do dia (I) Fundação do Sindicato Nacional das Lojas de Armas de Fogo e Entidades de Tiro Desportivo e Caça do Brasil para representar as empresas do setor do Comércio de Armas de Fogo e Munições e Entidades de Tiro Desportivo e Entidades de Caça do Brasil ,na base territorial nacional; (II) Discussão e Aprovação do Estatuto do Sindicato Nacional das Lojas de Armas de Fogo e Entidades de Tiro Desportivo e Caça do Brasil; (III) Eleição, Apuração e Posse da Diretoria e Conselho Fiscal do Sindicato; e (IV) Deliberação quanto a autorização para solicitação de registro sindical junto aos órgãos competentes. As empresas aqui convocadas deverão apresentar, para credenciamento e participação na Assembleia os documentos: (i) Ficha Cadastral CNPJ e QSA; (ii) Contrato Social ou Estatuto e ata da última eleição da diretoria; (iii) Capa do CR - Certificado de Registro; (iv) Documento válido com foto do representante legal ou procurador; (v) Procuração com firma reconhecida (se for o caso); tais documentos ficarão arquivados juntamente com os demais atos da Assembleia. Itaquaquecetuba, 15 de março de 2023 Guilherme Henrique Fernandes Rathsam coordenador da Comissão Pro Fundação K-17/03

Aviso de Licitação – Tomada de Preços - A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI-SP torna público aos interessados a realização do Tomada de Preços nº 4/2023, Processo nº 50/2023. - **TIPO:** Menor Preço - Global. - **OBJETO:** Reforma de Boca de Lobo. - **VALOR ESTIMADO:** R$ 250.000,00 - **DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** Sexta-Feira, 14 de Abril de 2023, às 08:15 horas, na DIRETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – Rua Firmino Ferreira Luz, nº. 606, Centro – Fone: (17) 3285-9999 – Guaraci/SP. - **EDITAL:** o edital estará disponível para consulta aos interessados no endereço eletrônico: http://www.guaraci.sp.gov.br/ - **DATA:** 16/03/2023 - Renato Azeda Ribeiro de Aguiar – Prefeito.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Guaratinguetá

Aviso de abertura de Licitação. Processo: Tomada de Preços nº 03/23. Objeto: Construção de drenagem e ciclovia em trecho da avenida Nossa Senhora de Fátima -trajeto parcial Vila Angelina em direção ao bairro Santa Rita. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 04/04/2023, às 14:00 horas.

Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 042/23. Objeto: Registro de preços para futura contratação de empresa para prestação de serviço de fornecimento de alimentação, composta por café da manhã, almoço, jantar e lanche da noite, aos atletas, professores e jantar e lanche da noite, aos atletas, professores e coordenadores que participarão do 25º JOMI -Jogos da Melhor Idade, 2º Região Esportiva Guaratinguetá, destinados a Secretaria Municipal de Esportes. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 30/03/2023, às 08:30 horas.

Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 043/23. Objeto: Registro de preços para futura contratação de empresa especializada em locação de impressoras e notebooks, com fornecimento de insumos, visando prover as condições necessárias ao desenvolvimento do 25º JOMI -Jogos da Melhor Idade, 2º Região Esportiva Guaratinguetá, destinados a Secretaria Municipal de Esportes. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 30/03/2023, às 10:00 horas.

Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 044/23. Objeto: Contratação de empresa especializada para captura, transporte, depósito e guarda de animais de médio e grande porte (equinos, muares, bovinos, suínos, caprinos, dentre outros). Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 30/03/2023, às 13:00 horas.

Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 045/23. Objeto: Aquisição de kits lanche para atendimento a Secretaria Municipal de Educação. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 30/03/2023, às 14:30 horas.

Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 046/23. Objeto: Registro de preços para futura contratação de empresa especializada em locação de containers com chuveiro, com fornecimento de insumos, visando prover as condições necessárias ao desenvolvimento do 25º JOMI -Jogos da Melhor Idade, 2º Região Esportiva Guaratinguetá, destinados a Secretaria Municipal de Esportes. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 30/03/2023, às 16:00 horas.

Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 047/23. Objeto: Registro de preços para futura aquisição de material de pintura, pincéis, lixas destinadas as Secretarias Municipais de Segurança e Mobilidade Urbana e Esportes. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 31/03/2023, às 08:30 horas.

Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 048/23. Objeto: Aquisição de material de luminárias de LED e Relê destinada a Secretaria Municipal de Segurança e Mobilidade Urbana. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 31/03/2023, às 13:30 horas.

Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 049/23. Objeto: Registro de preços para futura aquisição de 01 (uma) máquina de demarcação viária completa acompanhado de 01 (uma) carreta para transporte de máquina de pintura, destinada a Secretaria Municipal de Segurança e Mobilidade Urbana e Esportes. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 31/03/2023, às 14:30 horas.

Aviso de Reabertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 027/23. Objeto: Registro de preços para futura contratação de técnicos de topografia a serem desenvolvidos nas vias da cidade de Guaratinguetá. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 31/03/2023, às 16:00 horas.

Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 050/23. Objeto: Registro de preços para futura aquisição de cimento, brita graduada simples, areia média lavada, cal branco e cal hidratada para massa, destinados a Secretaria Municipal de Esportes. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 03/04/2023, às 08:30 horas.

Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 051/23. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços para sinalização viária horizontal automatizada, pintura, aplicação de microesfera e aplicação de tachões para a Secretaria Municipal de Segurança e Mobilidade Urbana. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 03/04/2023, às 10:30 horas.

Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Eletrônico nº 009/23. Objeto: Registro de preços para futura aquisição de pó de café e açúcar destinados para diversas Secretarias. Edital e local da sessão pública: www.bec.sp.gov.br. Data da sessão: 03/04/2023, às 09:00 horas.

Aviso de abertura de Licitação. Processo: Tomada de Preços nº 04/23. Objeto: Constratação de empresa para realização do projeto de Restauração Florestal na Microbacia do Rio Guaratinguetá. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 05/04/2023, às 14:00 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 1321603 - 23/2023. Processo SEI 1320.01.0134667/2022-31. A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, por intermédio da Superintendência de Gestão/Diretoria de Compras, torna pública a licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 1321603 - 23/2023, que tem por objeto a aquisição de inseticida para o controle químico do Aedes aegypti. A sessão pública terá início no dia 31/3/2023, às 10h30. A cópia do Edital poderá ser obtida no site **www.compras.mg.gov.br**. Belo Horizonte, 16 de março de 2023. Laise Sofia de Macedo Rodrigues - Superintendente de Gestão.

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023 – A Prefeitura do Município de Itápolis informa aos interessados a abertura da licitação em epígrafe que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO DE SALAS DE AULA NA EMEB PROF. LOIDE PORTOLANI. ENCERRAMENTO: 04 de Abril de 2023 às 09 horas na sala de licitações da Prefeitura do Município de Itápolis, sito à Avenida Florêncio Terra, 399, Centro. O edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente através do site www.itapolis.sp.gov.br. Maiores informações, através do telefone 16 3263 8000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

ADJUDICAÇÃO

Após o término do PREGÃO ELETRONICO nº 6/2023 sem a manifestação para interposição de recursos, eu, LUCIANA RISTINA GOMES, pregoeiro oficial, fiz a adjudicação do objeto do presente PREGÃOELETRONICO, das seguintes empresas com os seguintes valores: **SHM CONSULTORIA, GESTAO E SERVICOS EM SAUDE LTDA.**, com o valor de R$ 262.080,00 (duzentos e sessenta e dois mil oitenta reais) - Item: 2,3, 5, 6. **Valor Total da Licitação: 262.080,00**

Prefeitura Municipal de Óleo, 16 de março de 2023.
LUCIANA CRISTINA GOMES
CHEFE DO SERVIÇO DE CONVÊNIOS E LICITAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAVÍNIA/SP

HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/23.

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADOS PARA SETORES DA ADMINISTRAÇÃO. O Prefeito de Lavínia/SP, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o procedimento licitatório em face da Adjudicação da Pregoeira, e acolhe o presente objeto em favor das empresas: ECOGELO AR CONDICIONADOS LTDA - CNPJ/MF nº. 44.390.720/0001-86 no valor total de R$ 173.900,00 - EDIVANDRO DE JESUS PINTO - CNPJ/MF nº. 21.573.652/0001-95 no valor total de R$ 140.400,00 - A BAGATOLI CONSTRUTORA & INCORPORADORA LTDA - CNPJ/MF nº. 37.673.034/0001-57 no valor total de R$ 134.450,00 - BRISALAR ELETRO ELETRONICOS COM. E SERVIÇOS LTDA - CNPJ/MF nº. 19.950.400/0001-96 no valor total de R$ 113.825,00.

Lavínia/SP, 15/03/23.
Salvador Cazuo Matsunaka - Prefeito

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/23.
Concessão de uso de bem público para exploração comercial. RECEPÇÃO DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 25/04/23. Edital completo pelo site www.lavinia.sp.gov.br.
Salvador Cazuo Matsunaka - Prefeito.

Cooperativa Sou Vagalume
CNPJ/MF nº 38.596.567/0001-45 (MATRIZ)

Cooperativa Sou Vagalume
CNPJ/MF nº 38.596.567/0002-26 (FILIAL)

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

O Diretor Presidente da Cooperativa Sou Vagalume, com matriz inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.596.567/0001-45, NIRE nº 31400059202, com sede na Rua Tupinambás, nº 13, sala 212, conjunto 68, bairro Melo, na cidade de Montes Claros, estado de Minas Gerais, CEP 39401-509, e, com filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.596.567/0002-26, NIRE nº 26902038534, com sede na Sit Fazenda Rajada Lote 04, S/N, bairro Rajada, na cidade de Petrolina, estado de Pernambuco, CEP 56.320-260, no uso das atribuições que lhe confere no Estatuto Social vigente, CONVOCA OS ASSOCIADOS dessa Sociedade Cooperativa, que nesta data totalizam 4.909 associados, localizados no estado de Minas Gerais, e, 223 associados localizados no estado de Pernambuco para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, A REALIZAR-SE, nos termos do Art.43-A e § único da Lei 5.764/71,; Art. 1.080, § único do Código Civil Brasileiro e IN/DREI nº 81/2020, no dia 29 de março de 2023, POR MEIO DIGITAL, através da plataforma https://teams.microsoft.com, como meio de viabilizar a participação e deliberação dos associados, em primeira convocação às 10h (dez horas), com acesso remoto de 2/3 (dois terços) dos associados para deliberação do item 2 da ordem do dia, e, caso esse quórum não seja atingido no horário determinado, às 11h (onze horas) em segunda convocação, com acesso remoto de metade mais um do quadro de associados, para deliberação do item 2 da ordem do dia, ou, então, se não alcançado esse número, às 12h (doze horas), em terceira e última convocação, com acesso remoto do mínimo de 10 (dez) associados para deliberação do item 2 da ordem do dia. Serão deliberadas em Assembleia Geral Extraordinária a seguinte ordem do dia: 1. Receber e Aprovar a Renúncia do Delegado Efetivo Daniel da Silva Ferreira; 2. Eleição e Posse para as vagas de Delegado Suplente em vacância; 3. Outros assuntos de interesse da cooperativa; **Observações:** 1. Em atenção ao item "2" da ordem do dia, informa aos interessados que as inscrições para eleição das vagas de Delegado Suplente em vacância serão recebidas pelo Comitê Eleitoral até as 17h00 do dia 20/03/2023, e deverão ser realizadas exclusivamente através do endereço de e-mail: atendimento@souvagalume.com.br. Findo o prazo de inscrições, o Comitê Eleitoral examinará o cumprimento dos requisitos legais e estatutários dos candidatos inscritos e terá prazo de até 5 dias para comunicar eventual impedimento do candidato. 2. A relação dos candidatos aptos será divulgada pelo Comitê Eleitoral em até 5 dias que antecedem a Assembleia Geral Extraordinária. 3. Para participar da votação dos assuntos da ordem do dia, os associados deverão acessar o ambiente virtual em que a Assembleia Geral Extraordinária será realizada, através do link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameetingNGQyYzFkZDktYmNmOC00M2RjLWJkMDAtYzI1ZTdkMGNiZmFk%40thread.v2/0?context=%7B%22Tid%22%3A%22df3595d0-10b2-4887-a0be-fbfce961c6bb%22%2C%22Oid%22%3A%22ad8f0347-61b7-4e64-8da8-440a6de1549d%22%2C%22IsBroadcastMeeting%22%3Atrue%2C%22role%22%3A%22a%22%7D&btype=a&role=a. 4. O ambiente virtual em que a Assembleia Geral Extraordinária será realizada, atende aos requisitos legais de participação à distância por meio eletrônico, garantindo segurança, confiabilidade, transparência dos assuntos a serem tratados e o registro de presença dos associados, nos termos do artigo 43-A da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, alterada pela Lei nº 14.030, de 2020; 5. A cooperativa contará com suporte on-line aos associados antes e durante a assembleia, porém recomenda-se associados efetuarem um teste de acesso ao ambiente virtual em que a Assembleia Geral Extraordinária será realizada previamente, evitando assim, o acúmulo de dúvidas sobre o acesso no momento da assembleia; 6. Os associados poderão esclarecer suas dúvidas sobre o acesso e realização da Assembleia em ambiente virtual através do e-mail: atendimento@souvagalume.com.br, ou pelos telefones (11) 3473/2610/ (31) 2342-0010 (Ramal 2625). Montes Claros, 15 de março de 023. **Matheus Nogueira - Diretor Presidente da Cooperativa Sou Vagalume.**

Assembleia Geral Ordinária Virtual - Edital de Convocação

O Diretor Presidente da Cooperativa Sou Vagalume, com matriz inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.596.567/0001-45, NIRE nº 31400059202, com sede na Rua Tupinambás, nº 13, sala 212, conjunto 68, bairro Melo, na cidade de Montes Claros, estado de Minas Gerais, CEP 39401-509, e, com filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.596.567/0002-26, NIRE nº 26902038534, com sede na Sit Fazenda Rajada Lote 04, S/N, bairro Rajada, na cidade de Petrolina, estado de Pernambuco, CEP 56.320-260, no uso das atribuições que lhe confere no Estatuto Social, CONVOCA OS DELEGADOS REPRESENTANTES DE TODOS OS ASSOCIADOS dessa Sociedade Cooperativa, que nesta data totalizam 4.909 associados, localizados no estado de Minas Gerais, e, 223 associados localizados no estado de Pernambuco, representados por 03 (três) Delegados Efetivos, representantes de grupos divididos pelas seguintes regiões: (i) Grupo I: Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG e Zona do Agreste, no Estado de Pernambuco; (ii) Grupo II: Região da Zona da Mata no Estado de Minas Gerais, e Região da Zona da Mata no Estado de Pernambuco; (iii) Grupo III: Demais Regiões do Estado de Minas Gerais, e Região do Sertão do Estado de Pernambuco, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, A REALIZAR-SE, nos termos do Art.43-A e § único da Lei 5.764/71; Art. 1.080, § único do Código Civil Brasileiro e IN/DREI nº 81/2020, no dia 29 de março de 2023, POR MEIO DIGITAL, através da plataforma https://teams.microsoft.com, como meio de viabilizar a participação e deliberação dos associados, neste ato representados na figura dos delegados eleitos para este fim nos termos do Estatuto Social Vigente, em primeira convocação às 10h (dez horas), com acesso remoto de delegados representantes de 2/3 (dois terços) dos associados e, caso esse quórum não seja atingido no horário determinado, às 11h (onze horas) em segunda convocação, com acesso remoto de delegados representantes da metade mais um do quadro de associados, ou, então, se não alcançado esse número, às 12h (doze horas), em terceira e última convocação, com acesso remoto de delegados representante de mínimo 10 (dez) associados, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Aprovação das contas dos órgãos de administração referente ao exercício findo de 2022; **2.** Destinação das sobras apuradas, ou rateio das perdas (se aplicável), deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios; **3.** Recebimento e aprovação da Renúncia do Diretor Presidente Matheus Nogueira; **4.** Eleição e posse dos novos membros da Diretoria Executiva; **5.** Recebimento e aprovação da Renúncia da Conselheira Fiscal Ana Flavia Stechhahn Lacchia; **6.** Eleição e posse dos novos membros do Conselho Fiscal; **7.** Outros assuntos de interesse da cooperativa; **Observações:** 1. Em atenção aos itens "4" e "5" da ordem do dia, informa aos interessados que as inscrições para eleição dos membros do Conselho Fiscal, observados os requisitos de elegibilidade previstos no artigo 37º do Estatuto Social, serão recebidas pelo Comitê Eleitoral até as 17h00 do dia 20/03/2023, e deverão ser realizadas exclusivamente através do endereço de e-mail: atendimento@souvagalume.com.br. Findo o prazo de inscrições, o Comitê Eleitoral examinará o cumprimento dos requisitos legais e estatutários dos candidatos inscritos e terá prazo de até 5 dias para comunicar eventual impedimento do candidato. 2. A relação dos candidatos aptos será divulgada pelo Comitê Eleitoral em até 5 dias que antecedem a Assembleia Geral Ordinária. 3. Para participar da votação dos assuntos da ordem do dia, os delegados eleitos nos termos do Estatuto Social vigente e que representarão os associados, ou ainda, os demais associados que queiram acompanhar a Assembleia Geral Ordinária em ambiente virtual deverão acessar o link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameetingNGQyYzFkZDktYmNmOC00M2RjLWJkMDAtYzI1ZTdkMGNiZmFk%40thread.v2/0?context=%7B%22Tid%22%3A%22df3595d0-10b2-4887-a0be-fbfce961c6bb%22%2C%22Oid%22%3A%22ad8f0347-61b7-4e64-8da8-440a6de1549d%22%2C%22IsBroadcastMeeting%22%3Atrue%2C%22role%22%3A%22a%22%7D&btype=a&role=a **3.** O ambiente virtual em que a Assembleia Geral Ordinária será realizada, atende aos requisitos legais e estatutários de participação à distância por meio eletrônico, garantindo segurança, confiabilidade, transparência dos assuntos a serem tratados e o registro de presença dos delegados representantes dos associados, nos termos do artigo 43-A da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, alterada pela Lei nº 14.030, de 2020, bem como do Artigo 28º do Estatuto Social da Cooperativa Sou Vagalume; 4. A cooperativa contará com suporte on-line aos delegados e associados antes e durante a assembleia, porém recomenda-se aos delegados e associados efetuarem um teste de acesso ao ambiente virtual em que a Assembleia Geral Ordinária será realizada previamente, evitando assim, o acúmulo de dúvidas sobre o acesso no momento da assembleia; 5. Os delegados e associados poderão esclarecer suas dúvidas sobre o acesso e realização da Assembleia em ambiente virtual através do e-mail: atendimento@souvagalume.com.br, ou pelos telefones (11) 3473-2610 / (31) 2342-0010 (Ramal 2625). Montes Claros, 15 de março de 2023. **Matheus Nogueira - Diretor Presidente da Cooperativa Sou Vagalume.**

A Previ-GM Sociedade de Previdência Privada, inscrita sob o CNPJ 53.710.968/0001-78, solicita que os participantes relacionados abaixo ou seus familiares de primeiro grau, contatem a Entidade por meio do e-mail previgm@gm.com ou do telefone 11 4560-7108 até o dia 31/03/2023 para tratativa de assuntos relacionados ao Plano de Previdência Privada.

Nome	CPF	Nome	CPF
JULIO ZANFOLIN FILHO	***39957***	ADELMO GOMES DA SILVA	***53108***
CAZUO SHOJI	***30630***	SINESIO PEREIRA XAVIER	***10274***
PEDRO SHUNGO HASHIMOTO	***80840***	RENATO MAXIMO DA SILVA	***26680***
JULIO CESAR TOFOLO	***54920***	VALTER JOSE CARLIN	***69741***
BERNARDO QUERO CARRILLO	***60847***	JOAO MIRANDA MARTINS NETO	***84883***
JORGE RODRIGUES BATALHA	***88105***	CLAUDIO S SHIMABUKURO	***90409***
LUIZ CARLOS DOS SANTOS	***35969***	ROBERTO DA S TOLESQUINI	***74765***
SUSSUMO INOUE	***20989***	IZIDRO LOPES NETO	***93871***
JOMAR SOARES DOS SANTOS	***61962***	INACIO DAMASO	***79043***
WILSON VIEIRA	***77934***	RODOLFO ARNOSTTI	***35089***
ANTONIO DE OLIVEIRA	***28558***	RICARDO N SIMOES	***84679***
MARIO RODRIGUES DE SOUZA	***88228***	ARTUR HENRIQUE URBANETO	***00792***
DELVAIR MARTINS DA SILVA	***86779***	FLORENTINO L DE OLIVEIRA	***62962***
FANNLIE BOHN CHAO	***58780***	ALDEMIR JESUS F DA SILVA	***05120***
GILMAR CORREIA DE MELOS	***36072***	MAURICIO SCATOLIN MILANI	***70644***
CYRO BURJATO CAYRES	***61190***	MARIA J TANAJURA MOLINA	***33499***
ARLINDO PARRA	***51135***	VALQUIR SILVA DE MORAIS	***21120***
BENIGNO CONDE TOLEDO	***97255***	MARCOS DAL PICCOLO SOTTO	***25791***
SEBASTIAO REIS DA SILVA	***19033***	MARCOS R F FUNCHAL	***92075***
ERASMO SOARES DA SILVA	***61276***	LUIZ MARIA DA SILVA	***50039***

O BNDES e as superstições neoliberais

Países ricos usam bancos de desenvolvimento para construir a nova fronteira tecnológica

André Roncaglia
Professor de economia da Unifesp e doutor em economia do desenvolvimento pela FEA-USP

No artigo da semana passada (13/3), falei da emergente dominância financeira. Em cenário inflacionário e com alto endividamento, a escalada nas taxas de juros pelos bancos centrais produz instabilidade financeira.

No mesmo dia, veio o colapso do Silicon Valley Bank (SVB), convertendo investidores libertários em defensores da intervenção estatal para salvar o banco privado.

Na sequência, o famigerado Credit Suisse recebeu do banco central suíço uma módica ajuda de 7% do PIB do país. Capitalismo na subida, socialismo na queda.

Outra lição do episódio veio em reportagem de 13/2 do jornal The New York Times segundo a qual a quebra do SVB ameaça a continuidade de inovações climáticas. O banco tinha mais de 1.550 empresas dedicadas a projetos de energia solar, hidrogênio e armazenamento de baterias e outros setores estimulados pela agenda de transição verde do governo Biden.

Livres das crendices neoliberais, países desenvolvidos estão usando abertamente subsídios, bancos de desenvolvimento e outros estímulos estatais para construir a nova fronteira tecnológica. Intensivo em inovações disruptivas, o processo combina resultados incertos com investimentos em larga escala, afugentando a precificação de mercado.

No Brasil, a qualidade do debate ainda é "medieval". O desenvolvimento de tecnologias verdes há tempos conta com a atuação do BNDES (por exemplo, os parques eólicos na região Nordeste). A nova direção do banco busca resgatar sua vocação estratégica e, como esperado, tem suscitado temores e críticas infundados.

Vejamos. Além de o banco ser lucrativo e ter um corpo técnico muito capacitado, as evidências mostram que seus desembolsos estimulam investimentos que geram renda e emprego —sobretudo quando os tomadores do crédito são micro, pequenas e médias empresas— e fomentam a nossas exportações.

No caso da transição verde, o recurso a taxas subsidiadas não se deve à natureza estatal do banco, mas à particularidade da aplicação dos recursos em setores repletos de externalidades, mercados incompletos e incerteza radical, traços que afastam capitais privados.

As restrições fiscais resultantes da economia política atual obrigam o banco a diversificar suas fontes de financiamento. A LCD atende a esse objetivo, combinando a particularidade dos investimentos na transição verde com o caráter voluntário do título financeiro (isento de IR).

Dado o alto risco dos projetos aos quais se destinarão os fundos, critérios de regulação bancária limitam o volume de recursos que o banco pode captar por esse meio. A LCD disputará uma pequena fatia do volume captado pelos instrumentos privados nos setores imobiliário e do agronegócio, incentivados por isenções fiscais —como debêntures incentivadas, LCI, LCA etc.

O BNDES não participa desse mercado, que já mobiliza R$ 1 trilhão e não exige contrapartidas ao benefício fiscal concedido. Em contraste, o BNDES já conta, desde 2010, com protocolo robusto de avaliação da efetividade de sua atuação. Isso dará maior transparência à destinação dos recursos da LCD.

A rejeição exagerada da LCD contrasta com a complacência com as operações compromissadas no Banco Central, que já somam 11% do PIB. Essas operações rentabilizam as sobras de caixa das instituições financeiras, inflam as estatísticas de dívida pública e constituem um imenso estoque de recursos ociosos.

A combinação de queda da taxa de juros com um marco fiscal que priorize o investimento público pode destravar esses recursos e canalizá-los para o enfrentamento do desafio que a crise climática impõe ao país. Dispor de um BNDES equipado e capacitado será crucial nesse processo.

Voltarei ao tema em breve, mas fica o alerta: o hemisfério Norte abandonou, há tempos, as superstições neoliberais. O Brasil precisa seguir o exemplo urgentemente.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, **Rodrigo Zeidan**

Patrick Edell/The New York Times

Siri, Alexa e Google ficam para trás em inteligência artificial

Assistentes virtuais foram prejudicados por design pesado e erros de cálculo

TEC

SAN FRANCISCO E SEATTLE | THE NEW YORK TIMES Em uma terça-feira chuvosa em San Francisco, executivos da Apple subiram ao palco num auditório lotado para apresentar a quinta geração do iPhone. O aparelho trazia uma novidade: Siri, uma assistente virtual.

Scott Forstall, então chefe de software, apertou um botão do aparelho para chamar a assistente e lhe fez perguntas. A pedido dele, Siri verificou a hora em Paris ("20h16", respondeu), definiu a palavra "mitose" ("Divisão celular na qual o núcleo se divide em núcleos contendo o mesmo número de cromossomos") e elaborou uma lista de 14 restaurantes gregos altamente cotados.

"Estou no campo da IA há muito tempo, e isso ainda me surpreende", disse Forstall.

Isso foi há 12 anos. Desde então, as pessoas estão longe de se surpreender com a Siri e assistentes concorrentes que são alimentados por IA (inteligência artificial), como a Alexa, da Amazon, e o Google Assistente. A tecnologia permaneceu praticamente estagnada.

Agora, o mundo da tecnologia está entusiasmado com outro tipo de assistente virtual: os chatbots. Esses bots [diminutivo de "robots", ou robôs] com inteligência artificial, como o ChatGPT, da empresa OpenAI, de San Francisco, podem improvisar rapidamente respostas para perguntas digitadas numa caixa de bate-papo. As pessoas estão usando o ChatGPT para lidar com tarefas complexas, como codificar software, redigir propostas de negócios e escrever ficção.

E o ChatGPT, que usa IA para adivinhar qual palavra virá a seguir, está melhorando rapidamente. Alguns meses atrás, ele não conseguia escrever um haicai adequado; agora pode fazê-lo com orgulho. Na terça-feira (14), a OpenAI revelou seu mecanismo de IA de última geração, o GPT-4, que alimenta o ChatGPT.

A empolgação em torno dos chatbots ilustra como Siri, Alexa e outros assistentes de voz —que antes provocavam entusiasmo semelhante— desperdiçaram sua liderança na corrida da IA.

Na última década, os produtos enfrentaram obstáculos. A Siri esbarrou em empecilhos tecnológicos, incluindo um código desajeitado que levou semanas para ser atualizado com recursos básicos, disse John Burkey, ex-engenheiro da Apple que trabalhou no assistente.

A Amazon e o Google calcularam mal como os assistentes de voz seriam usados, levando as empresas a investir em áreas com tecnologia que raramente compensava, disseram ex-funcionários. Quando esses experimentos falharam, o entusiasmo interno pela tecnologia diminuiu.

Os assistentes de voz são "burros como uma pedra", disse Satya Nadella, presidente-executivo da Microsoft. A empresa trabalhou em estreita colaboração com a OpenAI, investiu US$ 13 bilhões na startup e incorporou sua tecnologia à máquina de buscas Bing, além de outros produtos.

A Apple não quis comentar sobre a Siri. O Google disse que está comprometido em fornecer um ótimo assistente virtual para ajudar as pessoas em seus telefones e dentro de suas casas e carros; a empresa está testando separadamente um chatbot chamado Bard. A Amazon disse que houve um aumento de 30% no envolvimento dos clientes com a Alexa globalmente no ano passado e que está otimista sobre sua missão de construir IA de classe mundial.

Os assistentes e chatbots se baseiam em diferentes tipos de IA. Os chatbots são alimentados pelos chamados modelos de linguagem grandes, sistemas treinados para reconhecer e gerar texto com base em enormes conjuntos de dados extraídos da web. Eles podem então sugerir palavras para completar uma frase.

Por outro lado, Siri, Alexa e Google Assistente são basicamente conhecidos como sistemas de comando-e-controle. Eles podem entender uma lista finita de perguntas e solicitações como "Qual é o clima na cidade de Nova York?" ou "Acenda a luz do quarto". Se um usuário pede ao assistente virtual que faça algo que não está em seu código, o bot diz que não pode ajudar.

Siri também tinha um design pesado que consumia muito tempo para adicionar novos recursos, disse Burkey, que recebeu a tarefa de melhorar o assistente de voz em 2014. O banco de dados contém uma lista gigantesca de palavras, incluindo nomes de artistas musicais e locais como restaurantes, em quase duas dúzias de idiomas.

Isso a tornou "uma grande bola de neve", disse. Se alguém quiser adicionar uma palavra ao banco de dados da Siri, acrescentou, "vai para uma grande pilha".

A Alexa e o Google Assistente contavam com tecnologia semelhante à da Siri, mas as empresas tinham dificuldade para gerar receita significativa com os assistentes, disseram ex-diretores da Amazon e do Google —em contraste, a Apple usou a Siri com sucesso para atrair compradores para seus iPhones.

Depois de lançar, em 2014, o alto-falante inteligente Echo, a Amazon esperava que o produto ajudasse a aumentar as vendas em sua loja online, permitindo que os consumidores falassem com Alexa para fazer pedidos, disse um ex-líder da Amazon. Mas, enquanto as pessoas se divertiam brincando com a capacidade de a Alexa responder a consultas climáticas e definir alarmes, poucos pediram a ela que encomendasse produtos, acrescentou ele.

A empresa também investiu pouco na criação de um ecossistema para as pessoas expandirem facilmente as habilidades da Alexa, da mesma forma que a Apple fez com sua App Store, que ajudou a despertar o interesse pelo iPhone.

Os erros da Amazon podem ter desorientado o Google, disse um ex-gerente que trabalhou no Google Assistente. Os engenheiros passaram anos experimentando do seu assistente para imitar o que Alexa fazia, incluindo projetos de alto-falantes inteligentes e telas de tablet sensíveis à voz para controlar acessórios domésticos como termostatos e interruptores de luz. Posteriormente, a empresa integrou anúncios a esses produtos domésticos, que não se tornaram importante fonte de receita.

No futuro, as tecnologias de chatbots e assistentes de voz irão convergir, disseram especialistas em IA. Isso significa que as pessoas poderão controlar chatbots com a voz, e as que usam produtos da Apple, Amazon e Google poderão pedir aos assistentes virtuais para ajudá-las em seu trabalho, não apenas em tarefas como a previsão do tempo.

"Esses produtos não funcionaram no passado porque não tínhamos capacidade de diálogo em nível humano", disse Aravind Srinivas, fundador da Perplexity, startup de IA que oferece um mecanismo de busca baseado em chatbot. "Agora temos."

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Anatel lança site que mostra se TV Box é 'gatonet'

SÃO PAULO A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) lançou na quarta (15) uma página para auxiliar o consumidor na hora de comprar uma TV Box.

O site (bit.ly/42lIWsA) apresenta uma relação de modelos homologados —que garantem padrões mínimos de qualidade e segurança— e inclui informações como a fabricante e o nome de cada produto.

As TV Boxes transformam televisões convencionais em Smart TVs, com conexão à internet, e possibilitam o acesso a canais e apps. Contudo, alguns dos modelos vendidos e usados não são homologados pela agência e oferecem acesso ilegal a conteúdo pirateado.

Muitos desses dispositivos acessam o sinal de televisão via padrão IPTV (sigla em inglês para televisão por protocolo de internet). Algumas operadoras oferecem esse serviço de forma legal para seus assinantes.

As TV Boxes irregulares, porém, conseguem decodificar canais pagos sem repassar os devidos valores às operadoras.

Apple TV, Google Chromecast, Xiaomi Mi TV Stick, Amazon Fire TV e Roku Express são alguns dos modelos autorizados.

Mercado Livre investirá R$ 19 bi no país em 2023

SÃO PAULO | REUTERS O Mercado Livre informou nesta quinta-feira (16) que orçou investimento de R$ 19 bilhões para 2023 no Brasil, um crescimento de 11,5% sobre o injetado na operação no país no ano passado.

O maior portal de comércio eletrônico da América Latina, que em 2018 havia investido R$ 1 bilhão no país, escalou a aposta no Brasil nos últimos anos, em especial depois de a pandemia acelerar a demanda no comércio eletrônico.

Ainda que o patamar seja quase 20 vezes maior do que há cinco anos, a alta de 11,5% ante o ano passado mostra desaceleração, uma vez que em 2022 os recursos haviam subido 70%.

"Teve um salto muito grande, por um momento de oportunidade", disse o vice-presidente sênior da área de ecommerce do Mercado Livre e chefe da operação da companhia no Brasil, Fernando Yunes.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2022, após dois anos de impacto da COVID-19 no andamento dos trabalhos do IPT, puderam-se estabelecer metas e novos contratos, bem como colocar em andamento os projetos e serviços que foram prejudicados pela pandemia. Foram, no entanto, mantidos os cuidados com a saúde, vacinação e organização do ambiente de trabalho para preservação da vida.

Graças ao modelo de retorno seguro ao campus, buscando sempre acompanhar, acolher e atender os colaboradores que vinham de uma grave pandemia pelo qual o país foi acometido, e graças à possibilidade de realização de trabalhos presenciais em laboratórios, bem como em campo, o IPT recuperou-se de maneira efetiva e segura. O orçamento público executado pelo IPT foi de R$ 239 milhões, com crescimento de 43 % de 2022 em relação a 2021, sendo de 54,5% a participação da dotação orçamentária do Governo do Estado de São Paulo - GESP. Considerando a receita bruta realizada pelo IPT e pela FIPT, o total movimentado pelos projetos executados em conjunto pelas instituições foi de R$ 176,5 milhões, representando crescimento de 33,1% em relação ao ano anterior. A receita provém de cerca de 2/3 do setor privado e 1/3 do público. Estes resultados advêm de um direcionamento que vem sendo construído no Instituto na busca de projetos e serviços de maior complexidade, com grande valorização da competência de seus recursos humanos, bem como de seus laboratórios.

No ano de 2022, foi antecipada a data-base da negociação salarial que normalmente é em julho para março, sendo autorizado reajuste salarial de 10,33%, valor referente ao IPC-FIPE acumulado de 12 meses. Após dois anos sem reajustes, em decorrência da pandemia, e após um ano de inflação na casa de dois dígitos, a correção foi aplicada. No mês seguinte, em abril de 2022, o Tribunal Superior do Trabalho se pronunciou sobre o processo de dissídio que estava em julgamento desde 2021 e concedeu ganho de causa à ação impetrada pelo Sindicato, reajustando os salários dos colaboradores em 11,09%. Assim, em 2022, os salários foram corrigidos em 22,60 % aplicado em período de 10 meses, anualizando o índice foi de 17,8%. Vale destacar que, somente foram possíveis estas implementações graças à saúde financeira do IPT, que acumulou aumentos consecutivos em seu caixa apesar da pandemia e desafios enfrentados em seus negócios nos anos de 2020 e 2021. Os reajustes concedidos contribuíram com a redução de caixa de R$ 9,9 milhões no ano.

Durante esse período o Instituto realizou quatro importantes ações voltadas para valorização e retenção de seus colaboradores, algumas ações já implantadas e outras em tratativas com o Governo: (i) implementação do Plano de Demissão Incentivado (PDI), que contou com a adesão de 44 colaboradores e foi implantado em junho; (ii) Plano de Empregos e Salários (PES) que foi estruturado em nova lógica para adequar com a legislação vigente, reorganizar as carreiras e que propõe isonomia para as posições de comando e que encontra-se em trâmite no Governo; (iii) Concurso, etapa importante de renovação do quadro e geração de novas competências que também encontra-se em análise pelo governo e (iv) Programa de Participação de Resultados (PPR) que foi aprovado em dezembro com uma plêiade de indicadores a serem acompanhados durante o ano de 2023, para distribuição, de maneira universalizada, aos servidores do IPT, no início de 2024 como forma de valorização da dedicação e do trabalho da equipe.

O ano de 2022 foi o quarto do processo de implantação do planejamento estratégico quinquenal elaborado em 2019, que traz como bandeiras: transparência, comunicação e agilidade. A metodologia Ágil foi foco relevante das ações do Instituto, sendo realizados treinamentos e colocado em ação o grupo responsável pela estruturação e implantação dessa jornada. Esta iniciativa amplia a geração de valor para o negócio e sua rede de parceiros.

Outro importante projeto que se deu continuidade foi o ObserVamo, grupo de trabalho que estruturou metodologia de prospecção de tecnologia com olhar de mercado, para fundamentar decisões tecnológicas estratégicas das áreas de negócios e direcionando ações. Um dos focos é de organizar as equipes para oferecer projetos de maior complexidade aos parceiros.

O Instituto conta também com duas Unidades EMBRAPII bem estruturadas e com crescente sucesso, uma em Materiais Avançados e outra em Biotecnologia que permitem projetos para várias das oito Unidades de Negócios em que o IPT se organiza. São projetos de inovação disruptivos e que geram desdobramentos de novos contratos e convênios, bem como geração de patentes e taxas de sucesso.

O IPT obteve, em 2022, 41% de sua receita proveniente de inovação tecnológica, mostrando um direcionamento aos projetos disruptivos e que agregam valor ao IPT, à sociedade em geral e ao mercado. Dado importante de se destacar é que em 2022, sua produção tecnológica resultou em 1.830 clientes atendidos e 19.910 documentos técnicos emitidos.

Em sua pesquisa de Satisfação do Cliente o IPT foi reconhecido com uma média de 9,2 tendo como máximo a nota 10,0 e obteve um índice de fidelização (NPS) de 84, demonstrando a elevada e destacada qualidade e satisfação dos clientes.

Projetos importantes foram realizados em 2022, como um importante marco de cooperação do IPT em políticas públicas, no apoio à concepção do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo 2022-2040. O IPT colaborou com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, complementando o trabalho da FIPE, com as Diretrizes para o Desenho de Políticas e Ações Futuras. Destaque para as políticas de Desenvolvimento Sustentável, definindo ações estratégicas principalmente para a transição de uma economia sustentável tendo em vista as questões de mudanças climáticas, com foco na recuperação ambiental, ampliação da segurança hídrica, impulsionando o setor industrial e de turismo. Neste trabalho concebeu-se toda a política de Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, para fortalecimento, aumento da competitividade e estudo da viabilidade de mecanismos para cidades inteligentes. Neste âmbito, de atenção ao desenvolvimento sustentável, foram criados dois novos Núcleos: NUTABES - Núcleo de Tecnologias Avançadas pra Bem-estar e Saúde, e Núcleo de Sustentabilidade e Baixo Carbono, além de, no final de 2022, ter sido inaugurada uma filial em Manaus, AM, para atender ao mercado de biotecnologia, transformação digital, apoio tecnológico às cadeias produtivas e formação de recursos humanos para tecnologia e inovação. Estes núcleos e a filial de Manaus se vinculam de forma direta e precisa a seus principiais setores públicos e privados, com foco em ações, programas e mercados: materiais avançados; energia; cidades, infraestrutura e meio ambiente; habitação e edificações; tecnologias regulatórias e metrológicas; bionanomanufatura; tecnologias digitais; e ensino tecnológico.

Na continuidade de atividades do IPT OPEN, resultados importantes foram alcançados, desde sua criação, em 2019, ilustrada com um dos maiores parceiros hoje do IPT, que vem a ser a empresa de tecnologia LeNovo através de incentivos da Lei de Informática. O Projeto Prometheus, derivado dessa parceria, conta com pesquisadores das áreas de Biotecnologia e de Tecnologias Digitais caracterizando-se por ser disruptivo e multidisciplinar, tendo como objetivo desenvolver tecnologias para viabilizar e futuramente integrar sistemas de armazenamento usando moléculas de DNA como meio físico de armazenamento de dados. Outro projeto com a LeNovo, o Projeto CONNOR consiste na capacitação de especialistas em Cibersegurança, visando formar recursos humanos para o mercado corporativo atuando no desenvolvimento de soluções com foco nos mais diversos ramos da segurança e auditoria. Este projeto iniciou em 2022, com um número de 765 inscritos para o processo seletivo. O conteúdo do curso está sendo ministrado por professores do mestrado do Instituto e possui a colaboração de duas Universidades. O projeto conta com uma estrutura de salas de aula, laboratório e um centro de segurança operacional (Security Operation Center).

Neste aspecto de trazer ao IPT sua participação ativa em ecossistemas de inovação, o IPT participou da Chamada Pública FINEP para a Implantação de Parque Tecnológico. Tendo em vista a experiência sólida adquirida em curto espaço de tempo pelo exitoso projeto IPT OPEN, o IPT teve aprovada sua proposta com excelente classificação na seleção geral brasileira, e recebeu um aporte da FINEP de R$ 9,3 milhões concedidos em dezembro de 2022, pelo prazo de 5 anos. Trata-se de projeto que tem por objetivo promover atividades tecnológicas e criação de um ambiente para promover a inovação aberta, por meio da implementação, no campus do IPT, de Centros de Inovação de Instituições interessadas para o desenvolvimento tecnológico, a Capacitação de Recursos Humanos e o Desenvolvimento de Negócios. Outra importante parceria trazida pelo IPT OPEN é a com Sebrae SP com o projeto Deeplabs, cujo projeto é voltado a empresas nascentes de base tecnológica com duração de 3 anos e orçamento de R$ 13 milhões. Até final de 2022, foram atendidas 64 *startups* de base tecnológica de 19 municípios do Estado de São Paulo. Cinquenta instituições já participaram das jornadas de ativação do ecossistema de Biotecnologia e Inteligência Artificial. O IPT desenvolveu e executa diagnósticos de maturidade no início e no final da jornada para atestar o nível de desenvolvimento tecnológico das soluções.

O IPT vem cumprindo sua missão de promover a qualidade de vida da sociedade, apoiando firmemente as políticas públicas do Estado e brasileira, tanto em sua concepção como em sua implementação em diversas frentes, e sua missão de criar e aplicar soluções tecnológicas para aumentar a competitividade das empresas demonstradas pelo reconhecimento pelos parceiros e atores do ecossistema industrial e de negócios no Brasil.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	N.E.	Exercício Atual 31/12/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	**3**	37.950	47.870
Aplicações financeiras créditos vinculados	**4**	4.186	6.180
Contas a receber	**5**	4.582	6.056
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		1.021	893
Impostos antecipados e a recuperar	**7**	3.328	4.451
Estoques		500	336
Despesas pagas antecipadamente		56	43
Depósitos compulsórios		173	173
Outros valores a receber		31	311
Total do Ativo Circulante		**51.827**	**66.313**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo		3.550	3.573
Imobilizado	**8**	148.601	145.854
Intangível	**9**	1.408	398
Total do Ativo Não Circulante		**153.559**	**149.825**
TOTAL DO ATIVO		**205.386**	**216.138**

PASSIVO	N.E.	Exercício Atual 31/12/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
CIRCULANTE			
Fornecedores		4.846	3.286
Arrendamento mercantil - Dir. de Uso	**10**	1.420	1.364
Receitas à realizar		285	285
Salários a pagar e encargos a recolher		6.145	5.458
Impostos e contribuições a recolher	**11**	12.844	3.511
Adiantamento de clientes		790	787
Obrigações a pagar - férias e encargos		13.863	12.159
Parcelamentos fiscais	**11**	1.381	1.234
Subvenções governamentais-agências de fomento	**12**	7.935	10.227
Outras obrigações		170	195
Total do Passivo Circulante		**49.679**	**38.506**
NÃO CIRCULANTE			
Parcelamentos fiscais	**13**	5.295	5.964
Outras exigibilidades - Receita de doação - Ag. de Fomento	**14**	32.335	31.235
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	**15**	21.744	22.450
Provisão para dissídio coletivo	**15**	5.517	8.430
IRPJ/CSLL diferido sobre C.M. 8200/91	**16**	1.703	1.799
Receitas à realizar		570	854
Arrendamento mercantil - Dir. de Uso		991	783
Total do Passivo Não Circulante		**68.155**	**71.515**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**17**		
Capital social		288.354	288.197
Reservas de capital		9.382	9.382
Reservas de lucros		264	264
Recurso para aumento de capital		1.180	156
Prejuízos acumulados		(211.628)	(191.882)
Total do Patrimônio Líquido		**87.552**	**106.117**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**205.386**	**216.138**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Exercício Atual 01/01/2022 a 31/12/2022	Exercício Anterior 01/01/2021 a 31/12/2021
Receita de serviços e produtos		50.646	44.352
Subvenção econômica - GESP		100.508	98.943
Subvenção econômica - Fomento		28.498	21.330
Receita de doação de bens - Fomento	**14**	3.170	6.407
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		**182.822**	**171.032**
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados		(6.951)	(6.081)
Devoluções e cancelamentos		(126)	(35)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**175.745**	**164.916**
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos		(138.837)	(114.017)
LUCRO BRUTO		**36.908**	**50.899**
(DESPESAS)RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas		(52.601)	(33.204)
Honorários Conselho de Administração, Fiscal e CAE		(1.704)	(1.666)
Serviços de terceiros		(10.161)	(7.376)
Depreciações e amortizações		(1.831)	(1.571)
Provisões diversas		2.854	(12.391)
Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas		3.187	2.493
		(60.256)	**(53.715)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**(23.348)**	**(2.816)**
Receitas financeiras		4.513	1.975
Despesas financeiras		(1.007)	(503)
RESULTADO FINANCEIRO		**3.506**	**1.472**
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(19.842)**	**(1.344)**
Imposto de renda e contribuição social		–	(651)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		**(19.842)**	**(1.995)**
* Por lote de mil ações do capital social final		-0,07	-0,01

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de lucros Incentivos Fiscais	Recurso para Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**287.968**	**9.382**	**264**	**229**	**(189.983)**	**107.860**
Aumento de capital	229	–	–	(229)	–	–
Recurso para aumento de capital	–	–	–	156	–	156
IRPJ/CSLL Diferido - C.M. 8200/91	–	–	–	–	96	96
Prejuízo do período	–	–	–	–	(1.995)	(1.995)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**288.197**	**9.382**	**264**	**156**	**(191.882)**	**106.117**
Aumento de capital	156	–	–	(156)	–	–
Recurso para aumento de capital	–	–	–	1.180	–	1.180
IRPJ/CSLL Diferido - C.M. 8200/91	–	–	–	–	96	96
Prejuízo do período	–	–	–	–	(19.842)	(19.842)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**288.354**	**9.382**	**264**	**1.180**	**(211.628)**	**87.552**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Exercício Atual 01/01/2022 a 31/12/2022	Exercício Anterior 01/01/2021 a 31/12/2021
(PREJUÍZO) DO PERÍODO		**(19.842)**	**(1.995)**
Outros Resultados Abrangentes		–	–
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	**2.19**	**(19.842)**	**(1.995)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

	Exercício Atual 01/01/2022 a 31/12/2022	Exercício Anterior 01/01/2021 a 31/12/2021
Receitas	**185.869**	**173.481**
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	50.520	44.318
Outras Receitas	135.364	129.173
Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	(15)	(10)
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(146.366)**	**(118.977)**
Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(133.593)	(109.764)
Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	(11.681)	(8.470)
Outros	(1.092)	(743)
Valor Adicionado Bruto	**39.503**	**54.504**
Retenções	**(1.831)**	**(1.571)**
Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.831)	(1.571)
Valor Adicionado Líquido Produzido	**37.672**	**52.933**
Vlr Adicionado Recebido em Transferência	**4.514**	**1.975**
Receitas Financeiras	4.514	1.975
Valor Adicionado Total a Distribuir	**42.186**	**54.908**

	Exercício Atual 01/01/2022 a 31/12/2022	Exercício Anterior 01/01/2021 a 31/12/2021
Distribuição do Valor Adicionado	**42.186**	**54.908**
Pessoal	**45.794**	**35.906**
Remuneração Direta	21.305	17.650
Encargos Sociais	12.649	8.431
FGTS	7.158	5.789
Beneficios	4.682	4.036
Impostos, Taxas e Contribuições	**18.094**	**8.114**
Federais	4.917	4.870
Estaduais	94	60
Municipais	13.083	3.184
Remuneração de Capitais de Terceiros	**(1.860)**	**12.883**
Juros	1.007	503
Outros	(2.867)	12.380
Remuneração de Capitais Próprios	**(19.842)**	**(1.995)**
Prejuízo do Exercício	(19.842)	(1.995)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Exercício Atual 31/12/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
Resultado do Exercício antes do IRPJ e CSLL	**(19.842)**	**(1.344)**
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Depreciação/Amortização	9.870	16.016
Demais Provisões	(2.869)	11.638
Provisão/Reversão para perdas de créditos	15	10
Subtotal	**(12.826)**	**26.320**
Variações no Ativo Circulante		
Aplicações financeiras vinculadas	1.994	(7)
Contas a receber	1.459	(1.517)
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	(128)	(703)
Impostos antecipados e a recuperar	1.123	814
Estoques	(164)	15
Despesas pagas antecipadamente	(13)	126
Depósitos compulsórios	–	–
Outros valores a receber	280	(259)
Subtotal	**4.551**	**(1.531)**
Variações no Passivo Circulante		
Fornecedores	1.560	788
Arrendamento Mercantil	264	719
Receitas a realizar	(284)	1.139
Salários a pagar e encargos a recolher	687	(321)
Impostos e contribuições a recolher	9.333	518
Adiantamento de clientes	3	82
Obrigações a pagar - férias e encargos	1.704	249
Subvenções governamentais - agências de fomento	(2.292)	(2.649)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	–	(651)
Realização de provisões	(750)	–
Outras obrigações	(25)	(36)
Subtotal	**10.200**	**(162)**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**1.925**	**24.627**
Atividades de Investimento		
Aumento do realizável a longo prazo	23	(988)
Aquisição de bens do imobilizado	(8.825)	(3.998)
Baixas de bens do imobilizado e intangível	1.454	492
Aumento de Capital	156	229
Doações recebidas em bens	(4.707)	(1.685)
Adição de intangível	(1.548)	(99)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(13.447)**	**(6.049)**
Atividades de Financiamento		
Parcelamentos	(522)	(930)
Outras exigibilidades	1.100	–
Recursos para Aumento de Capital	1.024	(73)
Caixa líquido aplicada nas atividades de financiamento	**1.602**	**(1.003)**
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(9.920)**	**17.575**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período	47.870	30.295
No final do período	37.950	47.870
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(9.920)**	**17.575**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT tem por objetivo atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: **(a)** executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; **(b)** dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; **(c)** formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução dos problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; **(d)** colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo, e por outras instituições de ensino superior em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; **(e)** celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; **(f)** prestar serviços a órgãos e entidades do setor público e privado; **(g)** explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; **(h)** requerer o registro de patentes; **(i)** ceder o uso de patentes e de outros direitos; **(j)** editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.

Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT oferta serviços tecnológicos a empresas públicas e privadas e em alguns projetos acessa por canais competitivos subvenções governamentais de agências de fomento.

O IPT é um instituto vinculado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo e há mais de cem anos colabora para o processo de desenvolvimento tecnológico do País.

O IPT, vem buscando constantemente o uso racional dos recursos de que dispõe, aliando métodos de administração a uma configuração organizacional que reflita suas possibilidades e as finalidades legais a que está adstrita. Neste sentido, em decorrência da Lei federal nº 13.303/16, a Administração aprovou no exercício de 2018, a proposta para o resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 da Lei federal nº 13.303/16. Com essa operação societária, a Companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública.

Considerado um dos maiores institutos de pesquisas tecnológicas do Brasil, o IPT acumula conhecimento voltado para o desenvolvimento do patrimônio científico, tecnológico e de inovação da nação. Do apoio à construção civil à atuação em bionanotecnologia, o IPT conta com laboratórios capacitados e equipe de pesquisadores e técnicos altamente qualificados e oferece ensaios, calibrações, soluções tecnológicas, pesquisa, desenvolvimento e inovação a clientes públicos e privados de diversos segmentos, ampliando assim a competitividade das empresas e promovendo maior qualidade de vida às pessoas.

1.1 Impactos relacionados à pandemia Covid-19

Em conexão com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, a administração do IPT adotou as medidas preventivas recomendadas pelas autoridades sanitárias e seguiu as normas estabelecidas na legislação brasileira, em resposta ao enfrentamento da pandemia do Coronavírus - COVID 19, evento amplamente divulgado pelas mídias com reflexos em escala mundial. Contudo, com o advento da segunda onda de contaminações pela COVID-19, a paralisação temporária da atividade econômica e as indefinições quanto à sua retomada levaram a um cenário de extrema incerteza e de difícil mensuração dos impactos na economia brasileira e mundial.

As políticas internas de prevenção adotadas ao longo do ano de 2021 continuam sendo aplicadas em 2022, para o enfrentamento da crise sanitária e até que essa pandemia esteja completamente superada. Os objetivos das políticas adotadas visam assegurar a saúde e segurança de nossos colaboradores, bem como garantir a continuidade e fluxo normal das operações.

O efeito progressivo da flexibilização das medidas restritivas que se acentuou no primeiro trimestre de 2022, com a normalização das atividades econômicas impactou positivamente nas receitas do IPT, onde é possível supor que projetos que foram adiados com a eclosão da pandemia estejam sendo retomados à medida que que a normalização das atividades se consolida.

quadro A:

Comparativo das Receitas de Serviços - Jan a Dez - 2022 e 2021

Agências de Fomento
Pesquisa e Desenvolvimento
Calibrações e Aferições
Ensaios e Análises
Assessoria Técnica e Estudos
- 5.000.000,00 10.000.000,00 15.000.000,00 20.000.000,00 25.000.000,00 30.000.000,00
2021
2022

quadro B:

Comparativo das Receitas de Produtos - Jan a Dez - 2022 e 2021

Publicações Técnicas e Científicas
Produção Industrial Experimental
- 500.000,00 1.000.000,00 1.500.000,00 2.000.000,00 2.500.000,00 3.000.000,00 3.500.000,00
2021
2022

continua →★

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A expectativa da Administração do IPT é de que as ações concretizadas frente aos impactos mencionados, somadas aos contratos mantidos com seus clientes serão suficientes para honrar seus compromissos e não comprometer a continuidade da instituição.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas, políticas e os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais foram divulgadas em 08 de fevereiro de 2022 e devem ser lidas em conjunto.

As demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela diretoria executiva para divulgação. As demonstrações contábeis preparadas pelo IPT estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.303/16. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de elaboração e apresentação das informações anuais

a) Apresentação das Informações anuais

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do IPT no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

b) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade do IPT em continuar operando normalmente e está convencida de que apesar dos impactos e da incerteza na duração da pandemia COVID-19 possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do IPT e também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.4 Aplicações Financeiras - Créditos Vinculados

Aplicações financeiras de liquidez imediata, dos recursos recebidos das Agências de Fomento, estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida a conta de subvenção governamental-agência de fomento.

2.5 Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** - São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas Financeiras" no período em que ocorrem. Os rendimentos das aplicações financeiras relativos aos créditos vinculados são registrados em conta de "Subvenções Governamentais-Agências de Fomento" **Recebíveis** - Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades do IPT, registradas pelo valor faturado, diminuído, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

O IPT constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do departamento financeiro e no histórico de recebimentos e garantias existentes. Além disso, não há expectativas de perdas adicionais significativas.

2.7 Estoques e demais ativos circulantes

Os estoques, representados substancialmente por materiais laboratoriais, produtos químicos e de proteção individual, foram registrados pelo seu valor de aquisição, deduzidos quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização. Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização.

2.8 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada e contabilizada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, as taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, não considerando o valor residual. nota explicativa nº 7

Entende-se como vida-útil o período de tempo durante o qual a Entidade espera utilizar o ativo permanente, expectando geração de benefícios econômicos, ou quando se trata de indústria, número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

A estimativa da vida-útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com "ativos semelhantes".

O IPT como empresa pública, tem em seu patrimônio bens que entraram através de projetos de fomento com finalidades específicas em inovação, pesquisa e desenvolvimento, serviços tecnológicos, desenvolvimento e apoio metrológico, informação e educação em tecnologia.

Os bens são construídos de forma a atender as necessidades especiais do instituto como empresa prestadora de serviços e ao final da vida útil sendo constatado que não tenha utilidade para o instituto, esses bens que não são considerados comuns poderão ser destinados ao Fundo de Solidariedade do GESP - FUSSESP.

As novas taxas de depreciação e de amortização do intangível foram determinadas com base no valor residual e do tempo de vida útil remanescente dos bens, conforme estabelecido na NBC TG 27(R4), correlação com o IAS 16 (IASB). Essas novas taxas de depreciação e amortização societária foram reconhecidas contabilmente, conforme preceitua o ICPC 10, item 30 e o CPC 23, itens 32 a 38. Esse trabalho foi viabilizado por laudo técnico emitido pela Factum - Avaliações e Consultoria S/S após avaliação de 23.307 itens pertencentes aos bens do ativo imobilizado do instituto.

Este laudo está em consonância com a NBR 14653, partes 1 e 5 prescritas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), e também segue os preceitos do IFRS (International Financial Reporting Standards), ASA (American Society of Appraisers) e SFAS (Statement of Financial Accounting Standards).

O IPT no período contábil de novembro/21 efetuou a apuração e contabilização da depreciação e a amortização societária suportado pelo laudo emitido pela empresa contratada Factum.

Antes do processo de registro, a contabilidade do instituto efetuou exaustivas análises em conjunto com especialistas externos na matéria, buscando a interpretação e o entendimento da aplicação das normas vigentes para ter a segurança necessária de que as demonstrações contábeis estejam aptas para a sua aprovação pelos órgãos fiscalizadores internos e externos. Dessa forma, foram concluídos e aplicados os métodos conforme as Interpretações Técnicas: ICPC 10 (item nº 30) [1] - Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 e também o CPC 23 (itens de nºs 32 a 38) [2] - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em relação a mudança de estimativas contábeis geradas pela nova vida útil daqueles bens.

[1]. INTERPRETAÇÃO TÉCNICA ICPC 10 Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43:

Item nº 30: Revisão inicial das vidas úteis

"Para a entidade que adotar o custo atribuído (deemed cost) citado no item 22, a primeira análise periódica da vida útil econômica coincide com a data de transição (veja item 23). Para os demais casos a primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação, exaustão ou amortização, bem como para determinar o valor residual dos itens, será considerada como mudança de estimativa (Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro) e produzirá efeitos contábeis prospectivamente apenas pelas alterações nos valores das depreciações do período a partir da data da revisão. Nesses casos os efeitos contábeis deverão ser registrados no máximo a partir dos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010 e, por ser mudança prospectiva, os valores de depreciação calculados e contabilizados antes da data da revisão não são recalculados" (grifo nosso).

[2]. **PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 23**

Item nº 38 - MUDANÇAS NAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

"O reconhecimento prospectivo do efeito de mudança na estimativa contábil significa que a mudança é aplicada a transações, a outros eventos e a condições a partir da data das mudanças na estimativa. A mudança em uma estimativa contábil pode afetar apenas os resultados do período corrente ou os resultados tanto do período corrente como de períodos futuros. Por exemplo, a mudança na estimativa de créditos de liquidação duvidosa afeta apenas os resultados do período corrente e, por isso, é reconhecida no período corrente. Porém, a mudança na estimativa da vida útil de ativo depreciável, ou no padrão esperado de consumo dos futuros benefícios desse tipo de ativo, afeta a depreciação do período corrente e de cada um dos futuros períodos durante a vida útil remanescente do ativo. Em ambos os casos, o efeito da mudança relacionada com o período corrente é reconhecido como receita ou despesa no período corrente. O efeito, caso exista, em períodos futuros é reconhecido como receita ou despesa nesses períodos futuros"

O item 38 do CPC nº 23 acima citado, relata que a depreciação societária recalculada pela nova vida útil dos bens caracteriza uma mudança prospectiva de estimativa contábil e que seus efeitos afetam a depreciação do período corrente e de cada um dos períodos futuros da vida útil remanescente do ativo, a partir da data da revisão conforme preceitua o ICPC 10 item nº30.

2.9 Intangível

Estão representados por marcas e patentes e licenças de uso de softwares adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

As marcas e patentes por não terem vida útil definida estão sendo amortizadas no período de dez anos. nota explicativa nº 8.

2.10 Provisão para perdas por Impairment em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando há indicio de perda do valor recuperável (Impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar do seu valor recuperável; ou seja, o maior entre o preço liquido de venda e o valor em uso de um ativo.

No intuito de comprovar que seus ativos geradores de caixa, estão registrados contabilmente pelo seu valor justo de recuperação o referido teste, também conhecido como "Impairment Test", apresenta de forma prudente o valor liquido de realização de um grupo de ativos geradores de caixa.

O referido teste foi efetuado com base na Resolução CFC 2017/NBC TG 01(R4) de 22 de dezembro de 2017 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, utilizando-se um período de 05(cinco) anos de atividades do IPT e comparando o resultado com o valor de mercado do imóvel e seus pertences, através da apólice de seguro em vigor. O maior resultado encontrado foi comparado com o valor registrado no imobilizado da empresa em 31/12/2022.

A administração da empresa realizou estudos nas estimativas de crescimento durante o período de 05 anos, em bases razoáveis de crescimento do mercado, levando em consideração o conjunto de bens existentes como unidade geradora de caixa bem como as condições econômicas.

O orçamento proposto segue o ritmo de crescimento orgânico do Instituto buscando maior eficiência de resultados.

Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do NBC TG 01 (R4) - Redução do valor recuperável dos ativos.

Na data do Balanço Patrimonial findo em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de reconhecimento de perda adicional nas demonstrações financeiras, onde prevalece o estudo efetuado em dezembro de 2022.

2.11 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.12 Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

Geral

Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

2.13 Parcelamentos Fiscais

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 13.

2.14 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda(IRPJ) e a contribuição social(CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

2.15 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto e lei tributária que foram promulgadas na data do Balanço Patrimonial.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado. conforme nota explicativa nº 16.

2.16 Arrendamento Mercantil - IFRS 16

A caracterização de um contrato de arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos, ou ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados no prazo do arrendamento mercantil.

O IPT tem contratos que se enquadram na norma aplicada aos arrendamentos, e foram reconhecidos nas demonstrações contábeis. nota explicativa nº 10.

2.17 Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.18 Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados e vendas de produtos, e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

A NBC TG 47, com correlação com o IFRS 15, estabelece ainda que no início do contrato com o cliente, em relação a cada bem ou serviço a ser entregue, a Entidade deve determinar se sua obrigação é satisfeita ao longo do tempo ou em momento específico no tempo.

Os princípios da citada norma para reconhecimento da receita são aplicados pelo IPT através do modelo básico de cinco etapas, a saber: a) Identificar o contrato com o cliente; b) Identificar obrigações estabelecidas no contrato; c) Determinar o preço da transação; d) Alocar o preço da transação; e e) Reconhecer a receita somente no cumprimento da obrigação.

As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para custeio são reconhecidas no momento de seu recebimento.

2.19 Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

O IPT não possui plano de pensão, operações de hedge, ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda nem conversões monetárias. Neste sentindo, a DRA corresponde ao Lucro/(Prejuízo) Líquido dos períodos apresentados.

2.20 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela companhia durante o período bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	–	5
Bancos conta movimento	19	40
Aplicações financeiras *	37.931	47.825
	37.950	**47.870**

Aplicações financeiras *	31/12/2022	31/12/2021
Sistema de Administr. Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM	23.675	37.821
Fundos de investimento em renda fixa	14.256	10.004
	37.931	**47.825**

O saldo da aplicação financeira no SIAFEM tem como origem a transferência de recursos do Banco do Brasil e são remunerados pela taxa aplicável aos fundos de renda fixa.

4. CONTAS CORRENTES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras vinculadas	4.186	6.180
	4.186	**6.180**

Referem-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos. Esses recursos são disponibilizados a título de Subvenção Governamental por agências de fomento para financiamento de projetos específicos não caracterizados como prestações de serviço.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Subvenções Governamentais - Agência de Fomento", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto, receita financeira do IPT.

5. CONTAS A RECEBER

Referem-se a valores a receber de clientes e quando julgado necessário serão reduzidas, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

O IPT possui uma política de crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais, compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos.

A determinação da liberação do crédito ocorre por meio de análise cadastral, considerando: informações cadastrais; informações econômico-financeiras; histórico de compras e pagamentos; informações restritivas no mercado; consulta ao sistema de informações e garantias apresentadas (conforme relevância da operação).

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber	5.115	6.584
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(533)	(459)
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa - ajuste de acordo com a aplicação da norma CPC 48 (IFRS 09)	–	(69)
	4.582	**6.056**

Não ocorreram movimentações significativas nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021.

No exercício de 2022 a taxa de inadimplência ficou em 0,98%, demonstrando a correta aplicação dos processos de recuperação de créditos junto aos clientes.

Em 31 dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a abertura de contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	**3.844**	**5.418**
De 1 a 30 dias	702	620
De 31 a 60 dias	36	87
De 61 a 90 dias	34	16
Há mais de 91dias	499	443
	1.271	**1.166**
	5.115	**6.584**

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O IPT participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionados, conforme estabelecido na sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com o inciso VII, artigo 8º, da Lei nº 13.303/2016.

Os saldos a receber, decorrentes com partes relacionadas, estão registadas na rubrica "Contas a Receber", no Ativo Circulante conforme abaixo:

CLIENTES

	31/12/2022	31/12/2021
Secretarias do Estado de São Paulo-GESP	200	1.059

7. IMPOSTOS ANTECIPADOS A RECUPERAR

	31/12/2022	31/12/2021
COFINS a Compensar	115	424
PASEP a Compensar	62	128
Contribuição Social a Compensar	629	1.354
Imposto de Renda a Compensar	1.171	1.707
IRRF sobre Aplicações Financeiras	380	75
IRRF a Compensar	919	713
INSS a Compensar	50	50
ISS a Compensar	2	–
	3.328	**4.451**

Os saldos de impostos e contribuições a compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retidos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente.

8. IMOBILIZADO

Composição do imobilizado

	Taxa Anual de	31/12/2022			31/12/2021		
	Depreciação	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	–	37.283	–	37.283	37.283	–	37.283
Edifícios e Benfeitorias	2% a 50%	92.776	(50.020)	42.756	92.776	(48.427)	44.349
Máq. e Equipamentos	2% a 50%	189.161	(157.090)	32.071	182.351	(152.319)	30.032
Instalações	2% a 50%	17.421	(15.587)	1.834	17.379	(15.308)	2.071
Equipamentos de T.I.	5% a 50%	17.554	(13.105)	4.449	14.791	(12.403)	2.388
Instrumentos Diversos	6,67% a 50%	375	(365)	10	375	(363)	12
Veículos	5% a 50%	4.166	(3.537)	629	4.163	(3.374)	789
Móveis e Utensílios	4% a 50%	8.567	(7.539)	1.028	8.379	(7.244)	1.135
Outras imobilizações		30.924	(10.264)	20.660	30.321	(9.502)	20.819
Imobilizado em Andamento		5.437	–	5.437	4.828	–	4.828
Direito de Uso - Máqs. e Equipamentos		3.177	(733)	2.444	3.035	(887)	2.148
Total do Imobilizado		**406.841**	**(258.240)**	**148.601**	**395.681**	**(249.827)**	**145.854**

9. INTANGÍVEL

Movimentação intangível

	Exercício - 2022				
Conta	**Saldo em 31/12/2021**	**Aquisições**	**Transf.**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2022**
1.2.5.01.001 - Marcas e Patentes	695	43	–	–	738
1.2.5.01.002 - Softwares	2.226	1.489	–	(314)	3.401
1.2.5.01.003 - Softwares - Doação	1.611	–	–	–	1.611
1.2.5.01.004 - Marcas e Patentes em Andamento	22	17	–	(11)	28
TOTAL INTANGÍVEL	**4.554**	**1.549**	–	**(325)**	**5.778**
AMORTIZAÇÃO					
1.2.5.30.001 - (–) Amortização Acumulada	(2.141)	(156)	–	–	(2.297)
1.2.5.30.002 - (–) Amortização Acumulada - Doação Software	(1.337)	(57)	–	–	(1.394)
1.2.5.30.003 - (–) Amortização Acumulada - Marcas e Patentes	(678)	(1)	–	–	(679)
TOTAL AMORTIZAÇÃO	**(4.156)**	**(214)**	–	–	**(4.370)**
SALDO	**398**	**1.335**	–	**(325)**	**1.408**

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL - NBC TG 06 (R3) - (IFRS 16)

O IPT analisou os contratos de prestação de serviços que possuem características de Arrendamento Mercantil, conforme conceitua a NBC TG 06 (R3), correlação com o IFRS 16.

Para determinar se um contrato constitui arrendamento, o IPT avaliou se os contratos mantidos identificam um ativo e se tem o direito de aproveitar todos os benefícios econômicos obtidos do uso desse ativo.

De acordo com a nova sistemática da norma, todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e valor do ativo relevante, são reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, ambos a valor presente.

Quanto ao resultado, o impacto será notado pela redução anual na rubrica de custos/despesas de serviços de que passará a ser reconhecida como depreciação e despesa financeira de juros, de acordo com o cálculo individualizado dos contratos.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2022	31/12/2021
ISS	187	258
PASEP e COFINS	338	463
IRRF - Terceiros e Funcionários	2.778	2.031
COFINS - Retenção	111	58
PASEP - Retenção	24	10
IRPJ/CSLL	–	651
IPTU - Adicional (a)	9.313	–
Outros	93	40
Total de Impostos e Contribuições a recolher	**12.844**	**3.511**
Parcelamentos Fiscais - Municipal - P.P.I.	1.381	1.234
	14.225	**4.745**

(a) Está sendo mencionado nesta nota explicativa, o valor de IPTU-Adicional dos exercícios entre 2017 a 2022 em decorrência do processo de regularização das áreas construídas no imóvel do IPT onde foi gerado um processo junto à Prefeitura do Município de São Paulo. Foi realizado o reconhecimento contábil do valor mencionado levando a resultado no mês de dezembro de 2022.

De acordo com a Lei 17.202/19, somente obras concluídas até 31 de julho de 2014 podem ser regularizadas pela Anistia com expedição do alvará de funcionamento e remissão dos impostos pretéritos.

continua →★

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diante disso, destaca-se que a regularização deve atender a alguns requisitos básicos, como a data de conclusão da edificação e a permeabilidade do terreno. O processo de regularização, também, deve estar hígido e sem obras adicionais após 2014, exceto aquelas para dar atendimento às normas do poder Público, tais como atendimento ao AVCB, por exemplo. No entanto, o IPT realizou obras adicionais entre 2017 e 2021 e apenas parte dessas obras tinham esse escopo.

Desta forma, a tese anterior que sustentava a impugnação do lançamento complementar do IPTU, tornou-se frágil e com o avento do indeferimento do processo sem possibilidade de recurso administrativo, o que levou a prefeitura da cidade de São Paulo a lançar o valor de R$ 9.313.000,00 como passivo ao IPT, com pagamentos mensais previstos a partir de novembro de 2022.

12. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS - AGÊNCIAS DE FOMENTO

	31/12/2022	31/12/2021
FEHIDRO	1.778	1.837
FINEP	7	1.720
CNPQ	126	126
EMBRAPII	51	51
MINISTÉRIO DA ECONOMIA	2.285	2.963
OUTROS	3.688	3.530
	7.935	**10.227**

13. PARCELAMENTOS FISCAIS (Não Circulante)

Os débitos que compõem o saldo do parcelamento estão demonstrados como segue:

	ISS	IPTU	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	5.028	936	**5.964**
Saldo em 31/12/2022	4.465	830	**5.295**

(b) Em 16 de Outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos do IPTU inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 1996 a 1999 no PPI - Programa de parcelamento Incentivado-Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.

(c) Em 24 de Outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos de ISS inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 2006 a 2008 e 2011 no PPI - Programa de parcelamento Incentivado-Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.

(d) Os valores são atualizados pela variação da Selic, com vencimento final em outubro de 2027.

14. OUTRAS EXIGIBILIDADES - RECEITA DE DOAÇÃO - AG. DE FOMENTO - NBC TG 07 (R2)

Está sendo mencionado nesta nota explicativa, as particularidades atinentes às transações contábeis das doações e subvenções feitas pelas Agências de Fomento (a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, o Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES, entre outras instituições), para o incentivo e o desenvolvimento de projetos de P,D&I, mediante a celebração de parcerias, convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres com o Instituto.

Na linha do Balanço Patrimonial Outras exigibilidades - Receita de doação - Ag. de Fomento (Não Circulante), estão contabilizados os valores pertencentes aos Ativos recebidos em Doação, que com o tempo sofrerão a depreciação registrada a débito desta conta amortizando o valor principal do bem recebido em doação.

A linha de Subvenções Governamentais - Agências de Fomento (Passivo Circulante) está intrinsicamente relacionada com a linha de Outras Exigibilidades (Passivo Não Circulante).

O roteiro específico contábil das mencionadas doações e subvenções, que seguem os ditames da Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a qual determina a respectiva contabilização diretamente como receita no resultado, está na seguinte conformidade: no caso de recebimento de equipamentos (imobilizado depreciável), mesmo que já sob sua propriedade, por ter cumprido todas as condições, a companhia não poderá reconhecer a receita imediatamente no resultado, tendo em vista que eles provocarão depreciações no futuro. Assim, a apropriação à receita dar-se-á paulatinamente, na medida em que forem sendo efetuadas as depreciações de tais ativos. Esse crédito ao resultado poderá ser feito na forma de receita ou mesmo como redução de despesas de depreciação.

Na medida em que os Projetos de Fomento vão sendo finalizados e os itens comprados com recursos dessa origem são doados ao IPT, aplica-se o roteiro de contabilização no grupo do Balanço de Outras exigibilidades - Receita de doação - Ag. de Fomento (Não Circulante), em contrapartida do aumento do Ativo Imobilizado, tendo em vista que o Instituto não se valeu de recursos próprios para a aquisição de tais bens, os quais, repise-se, não poderão ser registrados como uma *receita de doação*, de acordo com a Lei federal nº 11.638/07.

Partindo-se do pressuposto de que estes valores contidos na linha de Outras exigibilidades - Receita de doação - Ag. de Fomento (Não Circulante) não representam Dívidas assumidas pelo IPT, as análises dos índices financeiros devem ser consideradas de forma segregada desses valores.

15. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

O IPT é parte em ações judiciais e processos perante tribunais de naturezas trabalhistas, civis e tributárias decorrente do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e são quantificadas por meio de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

A administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais conforme apresentado a seguir:

a) Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas (1)	13.585	12.877
Cíveis (1)	5.442	5.442
Fiscais e tributários	88	599
Indenizações contratuais	201	232
Provisão - descontaminação - Jaguaré-S.P. (2)	2.428	3.300
Total de Provisões	**21.744**	**22.450**
Provisão para dissídio coletivo (3)	5.517	8.430
	27.261	**30.880**

(1) Cíveis e Trabalhistas referem-se a riscos para os quais a Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o desfecho desfavorável ao IPT.

(2) No exercício do mês de Abr/2021 o IPT efetuou o registro de provisão para gastos futuros baseado nas estimativas apresentadas pela Diretoria Executiva. para o desenvolvimento do projeto de descontaminação do terreno ocupado pela sua antiga filial-Jaguaré-S.P. no exercício de 2021 conforme o processo CETESB nº 046357/2021-77.

(3) Em 14/10/2021 o IPT foi intimado através de acórdão onde a ação foi julgada parcialmente procedente tendo como adverso o Sindicato de Trabalhadores em Atividades de Pesquisa, Des. Cie. e Tecnologia. O IPT apresentou embargos de declaração e aguardo o julgamento.

a. Após o julgamento dos embargos e também das contrarrazões, o processo foi distribuído em 31/03/2022 para a sessão especializada em dissídios (SDC).

b. O IPT cumpriu a sentença proferida pela justiça do trabalho para o cumprimento do pagamento dos reajustes nos salários e benefícios no percentual de 11,09%, referente ao dissídio 2021/22 em abril/2022.

c. Os demais benefícios pleiteados (vale-refeição, creche para pais e horas extras), continuaram sob a análise da justiça do trabalho, justificando assim o valor provisionado.

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O IPT é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	8.451	8.658
Cíveis	3.155	3.178
	11.606	**11.836**

16. IRPJ E CSLL - DIFERIDO

O IPT vem realizando mensalmente, a parcela de depreciação da C.M. Especial - Lei nº 8.200/91, onde tais valores são adicionados na apuração do lucro real e na base de cálculo da CSLL.

A constituição desta reserva especial foi lançada como reserva de capital, no patrimônio líquido e utilizada para absorver prejuízos acumulados no exercício de 1998.

Conforme preceitua a NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o Lucro, a Entidade deve reconhecer ativos e passivos fiscais diferidos quando observarem diferenças dedutíveis ou tributáveis.

A reserva especial constituída é uma diferença temporária tributável, desta forma o IPT efetuou o reconhecimento fiscal diferido em conta do passivo não circulante, que será realizada na mesma proporção da realização da depreciação.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em agosto de 2022, o IPT subscreveu o aumento de capital no montante de R$ 156.282,00, de acordo com a AGO/AGOE de 27/04/2022 mediante o recurso para aumento de capital autorizado pelo acionista majoritário que é a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

a) Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado é composto de 28.835.371.456 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de Capital: Decorrente de doações e/ou subvenções para investimento devendo ser utilizada para aumento de capital.

c) Recurso para Aumento de Capital: Aporte financeiro por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2023, foi planejado pelo Governo do Estado de São Paulo e aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Dotação Orçamentária no montante de R$ 121.050.975, conforme Lei nº 17.614, de 27 de dezembro de 2022 (Lei Orçamentária Anual 2023).

19. COBERTURA DE SEGUROS

O IPT adota uma política de manter apólices de seguros em montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

O IPT contrata seguros por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras.

Em 31 de dezembro de 2022, existe cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça, dos prédios do Instituto, com vencimento em 05 de dezembro de 2023.

RISCO	COBERTURA	VALOR EM RISCO
Compreensivo Empresarial - Riscos operacionais	Contra danos materiais a edificações, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de T.I.	R$ 329.155
Responsabilidade Civil	Reparações por danos pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações do IPT	R$ 4.153
Responsabilidade Civil de Administradores - D&O	Prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os segurados, em virtude de atos danosos pelos quais se busque sua responsabilização	R$ 20.000

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício findo em 31/12/2022 que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DE DEZEMBRO 2022

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT) é um órgão de governança e foi instalado pelo Conselho de Administração em 2018, composto por quatro membros independentes, sendo o seu Coordenador membro do Conselho de Administração.

O CAE é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, sem poder decisório ou atribuições executivas atuando com independência em relação à Diretoria da IPT, regido pela Lei n° 13.303/16, pelo Estatuto Social e por seu Regimento Interno.

As funções do CAE são desempenhadas com base nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna e dos responsáveis pelo Gerenciamento de Riscos e de Controles Internos e pela elaboração das Demonstrações Financeiras, além das informações obtidas em reuniões com responsáveis pelas diversas áreas operacionais do IPT.

A Administração é responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras do IPT, observada a diretriz de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de Controle e de Gestão de Riscos. Aos Auditores Independentes cabe assegurar que as Demonstrações Financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do IPT, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

O CAE, no desenvolvimento de suas atividades relacionadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, reuniu-se com a Administração, a Auditoria Interna, a Auditoria Independente e o Conselho de Administração.

Dentre as áreas que interagiram com o Comitê de Auditoria, vale destacar:

Auditoria Interna: o CAE obteve informações sobre os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna por meio de reuniões periódicas, bem como acompanhou a execução do Plano de Trabalho para o exercício, revisando os principais pontos identificados pela área.

Auditoria Independente: em virtude do processo licitatório do contrato LPS0004202101, foi contratada a empresa de Auditoria Independente Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S. O CAE reuniu-se diversas vezes com a Auditoria Independente, sendo apreciado seu Plano de Trabalho para o exercício de 2022, bem como os Relatórios Circunstanciados, com os principais temas que suportam as Demonstrações Financeiras. Apreciou o Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 10 de fevereiro de 2023, sem ênfases ou ressalvas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Sistema de Controles Internos e de Gestão de Riscos: o CAE monitorou o processo de Gestão de Riscos e a elaboração da respectiva Política e da Matriz de Riscos Corporativos. Adicionalmente, o CAE revisou a Política de Transações com Partes Relacionadas.

Programa de Integridade e Ouvidoria: o CAE monitorou o tratamento das denúncias de infrações ao Código de Conduta e Integridade, os encaminhamentos para apurações pelo Comitê de Conduta e Integridade e a aplicação de sanções, além dos treinamentos anuais relacionados ao Programa de Integridade.

Demonstrações Financeiras: o CAE avaliou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Valor Adicionado e Notas Explicativas, além das práticas contábeis relevantes utilizadas pelo IPT na elaboração das Demonstrações Financeiras.

3. CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, considerando os trabalhos e avaliações realizadas, com base nas informações da Administração e na opinião do Auditor Independente Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, expressa no relatório da auditoria sem ênfases ou ressalvas, entende que as referidas Demonstrações Financeiras estão adequadas e recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração do IPT.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2023

William Pereira Pinto
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário
Membro do Conselho de Administração

Antônio Edson Maciel dos Santos
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Ivan Stagliano Ismael
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

João Francisco Carvalho Junqueira
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S de 10 de fevereiro de 2023, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho de Administração, em sua 233ª reunião ordinária datada de 23 de fevereiro de 2023, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, que por unanimidade aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

MARCOS VINICIUS DE SOUZA
Presidente do Conselho

JAIRO KLEPACZ
Conselheiro Independente

ROS MARI ZENHA
Conselheira - Representante dos Empregados

LIEDI LÉGI BARIANI BERNUCCI
Conselheira - Diretora-Presidente

JOÃO GABBARDO DOS REIS
Conselheiro

JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI
Conselheiro

LUCIANA HARUMI HASHIBA MAESTRELLI HORTA
Conselheira

SANDRO ROBERTO VALENTINI
Conselheiro

WILLIAM PEREIRA PINTO
Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A – IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S de 10 de fevereiro de 2023, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho Fiscal, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A – IPT, por unanimidade manifestam-se favoravelmente quanto a aprovação e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Paulo, 06 de março de 2023

ELISABETE FRANÇA
Conselheira suplente

HELOISA MARIA DE SALLES PENTEADO PROENÇA
Conselheira

TATIANE GONÇALVES RODRIGUES
Conselheira

GUILHERME BUENO DE CAMARGO
Conselheiro

TZUNG SHEI EU
Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCOS VINICIUS DE SOUZA
Presidente do Conselho

JAIRO KLEPACZ
Conselheiro Independente

SANDRO ROBERTO VALENTINI
Conselheiro

LIEDI LÉGI BARIANI BERNUCCI
Conselheira - Diretora Presidente

JOÃO GABBARDO DOS REIS
Conselheiro

JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI
Conselheiro

LUCIANA HARUMI HASHIBA MAESTRELLI HORTA
Conselheira

WILLIAM PEREIRA PINTO
Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria

ROS MARI ZENHA
Conselheira - Representante dos Empregados

DIRETORIA

LIEDI LÉGI BARIANI BERNUCCI
Diretora-Presidente

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA
Diretora Financeira e Administrativa

CLAUDIA CAPARELLI
Diretora IPT Open

ADRIANO MARIN DE OLIVEIRA
Diretor de Operações

FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador - CRC 1SP154222/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Administração e aos Conselheiros do
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT, as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A - IPT em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A- IPT, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores Correspondentes ao Período Anterior

O balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentado para fins de comparabilidade, foi auditado por outros auditores independentes que emitiram relatório, em 8 de fevereiro de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada pela administração do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A – IPT e apresentada como informação suplementar, para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. A fim de formar uma opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de o IPT continuar operando; divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional; e usar dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do IPT têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Temos o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria com a nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva

continua ★

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

→★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A – IPT;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o IPT a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis – inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante este trabalhos.

Barueri, 10 de fevereiro de 2023

RUSSELL BEDFORD GM
Auditores Independentes S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

ipt INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS

CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Companhia Aberta - CNPJ nº 73.178.600/0001-18
Rua do Rócio nº 109 - 2º andar - Sala 01
CEP 04552-000 - Vila Olímpia - São Paulo - SP

CYRELA

CYRE3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL · abrasca Companhia Associada · AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES · EMPRESA AMIGA DA CRIANÇA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022, como esperado, apresentou obstáculos para o mercado imobiliário e para a Cyrela. A crescente taxa de juros, os elevados níveis de inflação da construção civil, incertezas macroeconômicas nos âmbitos global e local e eventos não recorrentes que impactam vendas, como Copa do Mundo e eleições, fizeram de 2022 um ano bastante desafiador. Mesmo nessas condições e apesar de toda cautela, a Cyrela apresentou sólidos resultados operacionais e financeiros no ano.

A Companhia lançou um total de 48 empreendimentos com VGV potencial de R$9,1 bilhões, sendo R$ 6,5 bilhões no %CBR, mesmo patamar de 2021. As vendas líquidas totalizaram R$ 7,9 bilhões, ou R$ 6,1 bilhões no %CBR, 25% superiores às vendas contratadas em 2021.

O superior desempenho operacional refletiu-se nos indicadores financeiros da Cyrela. No ano, a receita operacional líquida atingiu R$5,4 bilhões, 13% acima do ano anterior, com margem bruta de 32,0%. Apesar de inferior a 2021, a mesma reflete a resiliência da Companhia, mesmo em um ano com todos os desafios citados anteriormente. Além disso, o lucro líquido foi de R$ 809 milhões, com ROE de 12,5%. Por fim, destacamos o conservadorismo financeiro da Companhia, evidenciado pelo baixo endividamento relativo, com alavancagem de 7,8%.

A Companhia entende o tamanho do desafio que o ano de 2023 apresenta e seguirá atuando com diligência para manter seu desempenho positivo, buscando sempre maximizar seu retorno para os clientes, acionistas e demais stakeholders.

CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda ("Deloitte") foi contratada para a prestação dos seguintes serviços: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Notas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	3.882	22.719	129.013	205.944
Títulos e valores mobiliários	4	1.282.209	1.177.927	2.727.728	2.298.888
Contas a receber	5	6.631	6.278	2.150.674	1.724.412
Imóveis a comercializar	6	12.965	22.980	3.821.421	3.498.628
Impostos e contribuições a compensar		11	11	17.813	16.013
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	20	-	-	997	2.221
Despesas com vendas a apropriar		-	-	82.483	51.600
Despesas Antecipadas		23.146	14.255	33.214	22.316
Instrumentos Financeiros e Derivativos	23	5.801	295	5.801	1.051
Demais contas		42.182	27.844	197.851	139.843
		1.376.827	**1.272.309**	**9.166.995**	**7.960.916**
Não Circulante					
Títulos e valores mobiliários	4	186.309	105.584	1.759.011	793.961
Contas a receber	5	758	5.750	558.334	609.232
Contas-correntes com parceiros nos empreendimentos	14	4.522	6.220	9.565	10.559
Créditos a receber com partes relacionadas	13	643.606	564.392	534.936	554.070
Impostos e contribuições a compensar		109.215	85.052	150.411	127.732
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	20	-	-	359	1.177
Imóveis a comercializar	6	21.245	15.882	1.731.437	1.486.656
Demais contas		10.809	11.323	59.039	66.758
		976.465	**794.203**	**4.803.092**	**3.650.145**
Investimentos em controladas e coligadas	7	8.216.267	7.274.923	2.245.704	2.070.208
Imobilizado	8	27.589	28.315	129.357	124.188
Intangível	9	108.479	29.739	214.991	35.713
		8.352.335	**7.332.977**	**2.590.052**	**2.230.109**
		9.328.800	**8.127.180**	**7.393.144**	**5.880.254**
Total do ativo		**10.705.627**	**9.399.489**	**16.560.139**	**13.841.170**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Fornecedores de bens e serviços		41.103	41.535	247.729	219.163
Empréstimos e financiamentos	10	228.713	257.331	728.233	415.498
Instrumentos Financeiros e Derivativos	23	22.598	16.118	24.143	16.118
Debêntures	11	12.948	8.567	121.448	15.214
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	12	483.094	174.375	644.762	272.908
Provisão para manutenção de imóveis	17	-	-	41.861	49.646
Impostos e contribuições a recolher		1.758	1.503	56.010	42.040
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	20	262	-	46.558	36.955
Salários, encargos sociais e participações		100.048	62.137	173.528	108.152
Contas a pagar por aquisição de imóveis	18	-	2.516	348.546	514.205
Dividendos a pagar		192.126	217.160	192.126	217.160
Obrigações a pagar com partes relacionadas	13	106.711	98.193	107.601	110.251
Contas-correntes com parceiros nos empreendimentos	14	-	-	51.879	31.439
Adiantamentos de clientes	16	-	-	254.112	314.704
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e civeis	19	5.146	5.622	129.102	118.351
Demais contas		270.932	193.690	534.225	80.415
		1.465.439	**1.078.747**	**3.701.862**	**2.562.219**
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	10	222.497	263.875	1.106.903	971.836
Debêntures	11	748.798	747.447	948.798	747.447
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	12	902.574	858.531	1.304.722	1.202.567
Provisão para manutenção de imóveis	17	-	-	70.045	50.746
Contas a pagar por aquisição de imóveis	18	-	-	416.708	280.339
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e civeis	19	3.455	3.754	108.411	106.013
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	20	241.120	249.083	317.663	309.068
Adiantamentos de clientes	16	-	-	885.696	809.011
Demais contas		-	-	-	-
		2.118.444	**2.122.690**	**5.158.946**	**4.477.027**
Patrimônio líquido					
Capital social	21 (a)	3.395.744	3.395.744	3.395.744	3.395.744
Outras reservas		(103.967)	(103.967)	(103.967)	(103.967)
Reservas de capital:					
Reserva de outorga de opções de ações	24 (c)	31.212	31.212	31.212	31.212
Reservas de lucros:					
Reserva legal	21 (c)	486.071	445.627	486.071	445.627
Retenção de Lucros	21 (f)	3.201.239	2.625.438	3.201.239	2.625.438
Ações em tesouraria e outras reservas	21 (b)	(298.085)	(192.224)	(298.085)	(192.224)
Lucros/Prejuízos Acumulados		-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		409.530	(3.778)	409.530	(3.778)
Patrimônio líquido atribuído a participação dos:					
Acionistas da controladora		**7.121.744**	**6.198.052**	**7.121.744**	**6.198.052**
Acionistas não controladores		-	-	577.587	603.872
Total do patrimônio líquido		**7.121.744**	**6.198.052**	**7.699.331**	**6.801.924**
Total do passivo e patrimônio líquido		**10.705.627**	**9.399.489**	**16.560.139**	**13.841.170**

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R$)

	Notas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita bruta operacional					
Incorporação e revenda de imóveis		13.436	6.923	5.440.721	4.851.226
Loteamento		44	1.898	23.045	51.769
Locação de imóveis		-	-	-	-
Provisão para Distrato		-	-	(15.086)	(62.954)
Provisão para Distrato - PCLD		505	(496)	6.545	(35.986)
Prestação de serviços e outras		12.903	11.993	100.623	113.605
		26.888	**20.318**	**5.555.848**	**4.917.660**
Deduções da receita bruta		(3.920)	(3.622)	(143.553)	(126.827)
Receita líquida operacional	24	**22.968**	**16.696**	**5.412.295**	**4.790.833**
Dos imóveis vendidos		(12.027)	(2.968)	(3.604.356)	(3.077.353)
Loteamento		61	(4.230)	(5.832)	(23.374)
Provisão para Distrato		-	-	7.779	39.254
Da prestação de serviços		-	-	(75.924)	(63.540)
Custo das vendas e serviços realizados	24	**(11.966)**	**(7.198)**	**(3.678.333)**	**(3.125.013)**
Lucro bruto operacional		**11.002**	**9.498**	**1.733.962**	**1.665.820**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	25	(12.949)	(6.172)	(514.969)	(347.846)
Despesas gerais e administrativas	26	(180.324)	(166.935)	(548.404)	(495.333)
Despesas com honorários da administração	13 (c)	(6.401)	(6.120)	(6.401)	(6.120)
Resultado de participações societárias:					
Equivalência patrimonial	7 (a)	1.093.461	1.132.129	217.085	297.167
Outras Perdas em investimentos		(187.678)	(82.128)	(192.820)	(81.965)
Outros Ganhos em investimentos		274.905	51.723	308.375	66.685
Outras despesas		(41.680)	(7.424)	(100.373)	(48.273)
Outras receitas		11.738	3.055	16.834	12.802
Lucro bruto antes do resultado financeiro		**962.075**	**927.626**	**913.289**	**1.062.937**
Resultado Financeiro		**(160.276)**	**(22.374)**	**68.327**	**42.997**
Despesas financeiras	27	(355.582)	(192.906)	(504.386)	(228.865)
Receitas financeiras	27	195.306	170.532	572.713	271.862
Lucro antes dos impostos		**801.799**	**905.252**	**981.616**	**1.105.934**
Imposto de renda e contribuição social					
Diferido	20 (b)	7.679	9.104	(1.867)	4.399
Corrente	20 (d)	(598)	-	(121.158)	(93.019)
		7.081	**9.104**	**(123.025)**	**(88.620)**
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		**808.880**	**914.356**	**858.591**	**1.017.315**
Parcela do lucro atribuída aos acionistas não controladores		-	-	(49.711)	(102.959)
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	21 (e)	**808.880**	**914.356**	**808.880**	**914.356**
Lucro básico por ação - em R$		**2,15282**	**2,37801**	**2,15282**	**2,37801**
Lucro diluído por ação - em R$		**2,15282**	**2,37801**	**2,15282**	**2,37801**

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício das Operações Continuadas	**808.880**	**914.356**	**858.591**	**1.017.315**
Outros resultados abrangentes:				
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ajustes por conversão de investimentos	1.565	(1.461)	1.565	(1.461)
Ajustes por AVJORA de aplicações financeiras	411.743	(2.416)	411.743	(2.416)
Resultado Abrangente Total do Exercício, Líquido de Impostos	**1.222.188**	**910.479**	**1.271.899**	**1.013.438**
Lucro (Prejuízo) Líquido Atribuível aos:				
Acionistas controladores	1.222.188	910.479	1.222.188	910.479
Acionistas não controladores	-	-	49.711	102.959
	1.222.188	**910.479**	**1.271.899**	**1.013.438**

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	801.799	905.252	981.616	1.105.934
Ajustes por:				
Depreciação e amortização de bens do ativo imobilizado e intangível	9.789	12.467	43.474	40.023
Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	-	-	52.685	(18.907)
Amortização de mais valia de ativos	19.114	5.436	19.799	149
Equivalência patrimonial	(1.093.461)	(1.132.129)	(217.085)	(297.167)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos, debêntures e CRI não realizados	279.314	119.965	392.062	172.371
Impostos diferidos	(22)	(52)	18.373	5.136
Ajustes a valor presente	-	-	31.115	23.094
Provisões para garantia	-	-	67.647	63.477
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(159.613)	(139.764)	(537.935)	(221.719)
Resultado Operacional Swap	34.114	29.515	34.114	29.515
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(728)	(1.223)	74.765	35.640
Ajustes por conversão de investimentos	-	-	-	-
Ajustes por AVJORA de aplicações financeiras	-	-	-	-
Provisões para risco de crédito e distrato	(505)	496	8.541	98.940
Demais impostos e contribuições	-	-	-	-
Provisão Programa de recompra de ações	-	-	-	-
Encargos capitalizados	4.371	517	82.014	46.249
Valor justo de Investimentos	24.816	22.253	24.816	22.253
	(81.012)	(177.267)	1.076.000	1.104.988
Variação nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	5.144	6.096	(415.020)	(392.124)
Imóveis a comercializar	281	9.350	(649.588)	(989.946)
Contas correntes com parceiros nos empreendimentos	1.698	(646)	21.434	(9.935)
De partes relacionadas	(262.805)	(296.526)	(175.625)	(366.941)
Impostos e contribuições a compensar	(24.163)	(17.765)	(24.479)	(3.704)
Despesas com vendas a apropriar	-	-	(30.883)	(19.635)
Despesas antecipadas	(8.891)	(8.840)	(10.898)	(7.297)
Demais contas ativo	(13.825)	(21.629)	(50.289)	(66.036)
Contas a pagar por aquisição de imóveis	(2.516)	(5)	(29.290)	278.782
Impostos e contribuições a recolher	(343)	116	12.012	13.652
Fornecedores de Bens e Serviços	(479)	5.914	(33.050)	67.639
Provisão para manutenção de imóveis	-	-	(56.133)	(40.536)
Salários, encargos sociais e participações	37.911	34.008	65.376	58.576
Adiantamento de clientes	-	-	16.093	168.903
Outros passivos	(28.619)	11.658	347.948	18.086
Caixa e equivalentes provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais:	(377.619)	(455.536)	63.608	(185.528)
Impostos e contribuições pagos	-	-	(119.199)	(94.869)
Juros pagos	(255.311)	(85.067)	(347.207)	(116.361)
Caixa e equivalentes líquidos provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais	(632.930)	(540.603)	(402.798)	(396.758)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
(Aumento) redução de bens do ativo imobilizado	(7.275)	(26.994)	(99.473)	(68.370)
Recebimento de dividendos	1.521.592	1.991.671	581.462	196.667
(Aumento) redução de investimento	(981.509)	(1.198.457)	(563.650)	72.602
(Aumento) redução de ativo intangível	(99.642)	(2.377)	(200.932)	(18.400)
(Aumento) redução de Títulos e Valores Mobiliários	(25.394)	(43.283)	(444.212)	(672.292)
Instrumentos Financeiros e Derivativos	(33.140)	18.594	(30.839)	17.838
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (aplicados nas) atividades de investimento	374.632	739.154	(757.644)	(471.955)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Ingressos de novos empréstimos, financiamentos e CRI	661.854	854.700	2.574.357	1.758.005
Pagamento de empréstimos, financiamentos e CRI	(397.359)	(835.220)	(1.389.816)	(891.548)
Distribuição de Dividendos	(25.034)	(200.901)	(25.034)	(200.901)
Distribuição de dividendos para acionistas não controladores	-	-	(9.887)	21.287
Aumento/(Redução) na participação dos acionistas não controladores	-	-	(66.109)	187.731
Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de financiamento	239.461	(181.421)	1.083.511	874.574
(Redução) Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	**(18.837)**	**17.130**	**(76.931)**	**5.861**
Saldo inicial	22.719	5.589	205.944	200.083
Saldo final	3.882	22.719	129.013	205.944
(Redução) Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	**(18.837)**	**17.130**	**(76.931)**	**5.861**

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO) PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R$)

				Reservas de capital		Reservas de lucros							
	Nota explicativa	Capital social	Outras reservas	Reserva de outorga de opções de ações	Ações em tesouraria	Reserva legal	Retenção de lucros	Ação em tesouraria	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total Controladora	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
Em 31 de Dezembro de 2020		**3.395.744**	**(103.967)**	**31.212**	**(192.224)**	**399.909**	**1.973.960**	**-**	**-**	**99**	**5.504.733**	**291.895**	**5.796.628**
Transações de capital:													
Outras Mutações	21 (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	187.731	187.731
Opções outorgadas reconhecidas/exercidas	23 (c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados do período:													
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	914.356	-	914.356	102.959	1.017.315
Destinação do lucro		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	21 (c)	-	-	-	-	45.718	-	-	(45.718)	-	-	-	-
Ajustes por conversão de investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	(1.461)	(1.461)	-	(1.461)
Ajustes por AVJORA de aplicações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	(2.416)	(2.416)	-	(2.416)
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.287	21.287	
Dividendos Propostos	21 (d) / 21 (e)	-	-	-	-	-	-	-	(217.160)	-	(217.160)	-	(217.160)
Reserva de retenção de lucros	21 (d)	-	-	-	-	-	651.478	-	(651.478)	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2021		**3.395.744**	**(103.967)**	**31.212**	**(192.224)**	**445.627**	**2.625.438**	**-**	**-**	**(3.778)**	**6.198.052**	**603.872**	**6.801.924**
Transações de capital:													
Aumento (redução) de capital	21 (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Mutações	21 (d)	-	-	-	192.224	-	(526)	(192.224)	-	-	(526)	(66.109)	(66.635)
Aumento (redução) de ações em tesouraria	21 (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria Adquiridas		-	-	-	-	-	-	(105.861)	-	-	(105.861)	-	(105.861)
Opções outorgadas reconhecidas/exercidas	23 (c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de pagamento em ações	23 (c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa de investimento no exterior	21 (f)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados do período:													
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	808.880	-	808.880	49.711	858.591
Destinação do lucro		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	21 (c)	-	-	-	-	40.444	-	-	(40.444)	-	-	-	-
Ajustes por conversão de investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	1.565	1.565	-	1.565
Ajustes por AVJORA de aplicações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	411.743	411.743	-	411.743
Dividendos Intermediários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.887)	(9.887)
Dividendos Propostos	21 (d) / 21 (e)	-	-	-	-	-	-	-	(192.109)	-	(192.109)	-	(192.109)
Reserva de retenção de lucros	21 (d)	-	-	-	-	-	576.327	-	(576.327)	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2022		**3.395.744**	**(103.967)**	**31.212**	**-**	**486.071**	**3.201.239**	**(298.085)**	**-**	**409.530**	**7.121.744**	**577.587**	**7.699.331**

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	26.888	20.318	5.555.847	4.917.660
Outras receitas	11.738	3.055	16.613	12.802
	38.626	**23.373**	**5.572.460**	**4.930.462**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos de produtos, mercadorias e serviços vendidos	(11.966)	(7.198)	(3.678.110)	(3.125.007)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(78.533)	(75.503)	(597.176)	(495.251)
Outras despesas	(42.351)	(7.424)	(150.198)	(48.273)
	(132.850)	**(90.125)**	**(4.425.484)**	**(3.668.531)**
Valor Adicionado Bruto	**(94.224)**	**(66.752)**	**1.146.976**	**1.261.931**
Retenções				
Depreciação, amortização, exaustão e outros	(9.789)	(9.024)	(43.474)	(62.239)
Amortização de mais valia de ativos	(19.113)	(10.132)	(19.799)	(6.840)
	(28.902)	**(19.156)**	**(63.273)**	**(69.079)**
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	**(123.126)**	**(85.908)**	**1.083.703**	**1.192.852**
Valor Adicionado Recebido em Transferências				
Resultado de equivalência patrimonial	1.093.461	1.132.129	217.085	297.167
Outros Resultados em Investimentos	106.341	(23.717)	135.354	(13.879)
Receitas financeiras	195.306	170.532	572.713	271.862
Valor Total Adicionado Recebido em Transferências	**1.395.108**	**1.278.944**	**925.152**	**555.150**
Valor Adicionado Total a Distribuir	**1.271.982**	**1.193.036**	**2.008.855**	**1.748.002**
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal e encargos				
Salários e encargos	53.502	43.292	234.343	181.279
Comissões sobre venda	1.790	402	60.506	38.869
Honorários da administração	6.401	6.120	6.401	6.120
Participação de empregados nos lucros	48.988	41.442	78.051	60.108
	110.681	**91.256**	**379.301**	**286.376**
Impostos, taxas e contribuições	(3.161)	(5.482)	266.577	215.446
Juros	355.582	192.906	504.386	228.865
	463.102	**278.679**	**1.150.264**	**730.687**
Remuneração de Capitais Próprios				
Lucro líquido do exercício	808.880	914.356	808.880	914.356
Parcela do lucro atribuída aos acionistas não controladores	-	-	49.711	102.959
	808.880	**914.356**	**858.591**	**1.017.315**
Valor Adicionado Total Distribuído	**1.271.982**	**1.193.036**	**2.008.855**	**1.748.002**

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão - Novo Mercado - sob a sigla CYRE3. A sede social da Companhia está localizada na Rua do Rócio, 109 - 2º andar, Sala 01, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante a incorporação e construção de imóveis residenciais, isoladamente ou em conjunto com outras entidades. As sociedades controladas, sob controle compartilhado e coligadas, compartilham com a controladora as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais da Companhia ou do parceiro, conforme cada situação.

2. Apresentação das Informações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis Adotadas

2.1. Base de apresentação e elaboração das informações financeiras individuais e consolidadas

i) Declaração de conformidade

As informações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (NBC TG21) e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), para as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais e o IFRS 10 - Consolidated Financial Statements, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Os aspectos relacionados a transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da administração da companhia, alinhado àquele manifestado pela CVM no ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e foi elaborada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil NBC TG09 - Demonstração do Valor Adicionado. As normas em IFRS, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras às normas em IFRS, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

ii) Base de elaboração

As informações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis deste relatório.

As informações financeiras individuais da Companhia estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não são consideradas em conformidade com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS), uma vez que consideram a capitalização de juros sobre os ativos qualificáveis das investidas nas informações financeiras da controladora.

As informações financeiras consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Os aspectos relacionados a transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da administração da companhia, alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15).

As informações financeiras foram elaboradas no pressuposto que as operações irão continuar no curso normal dos negócios. A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia sobre continuidade das suas atividades e não identificou dúvidas da capacidade operacional.

iii) Base de consolidação

As informações financeiras consolidadas da Companhia incluem as informações financeiras da Cyrela, de suas controladas diretas e indiretas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e os efeitos de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme, nas transações relevantes, em todas as controladas incluídas nas informações financeiras consolidadas e o exercício social dessas entidades coincide com o da Companhia.

Quando necessário, as informações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas controladas ou controladas em conjunto são eliminadas integralmente nas informações financeiras consolidadas.

iv) Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais, representados pela Administração da Companhia, os quais são responsáveis pela alocação de recursos, avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e pela tomada das decisões estratégicas.

2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos, transações com pagamentos baseados em ações, provisão para demandas judiciais, valor justo de instrumentos financeiros, mensuração do custo orçado de empreendimentos, impostos diferidos ativos, dentre outros.

i) Custos orçados dos empreendimentos

Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas

2.3.1. Apuração do resultado de incorporação imobiliária, venda de imóveis e outras

i) A apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis é feita segundo os seguintes critérios:

a) Nas vendas de unidades concluídas, a receita é reconhecida no momento em que a venda é efetivada (transferência de controle), independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, e as receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos:

A Companhia, suas controladas e investidas, adotaram o CPC 47/IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes", a partir de 1º de janeiro de 2018, contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, de 12 de dezembro de 2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária. Não houve efeitos relevantes com a adoção do CPC 47 e referido ofício circular para o Grupo.

O Ofício circular afirma que a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) às transações de venda de unidades imobiliárias não concluídas, realizadas por entidades registradas na CVM do setor de incorporação imobiliária, têm questões centrais, como: (a) o foco no contrato (unidade de conta); (b) o monitoramento contínuo dos contratos; (c) uma estrutura de controles internos em padrão de qualidade considerado, no mínimo, aceitável para os propósitos aos quais se destina; (d) a realização de ajustamentos tempestivos; e (e) a qualidade da informação (valor preditivo e confirmatório das demonstrações contábeis).

Os contratos de venda firmados entre a Companhia dão-se no modelo no qual a incorporadora financia o promitente durante a fase de construção do projeto, através de recursos próprios e/ou obtenção de financiamento (SFH) junto a instituições financeiras. Em regra, projetos de construção de unidades imobiliárias voltadas a pessoas de média e alta renda. Com a assinatura do contrato, o mutuário se compromete a pagar durante a fase de construção até 30% do valor da unidade imobiliária diretamente à incorporadora, que suporta todo o risco de crédito durante a fase de construção. Findo fisicamente o projeto, o mutuário precisa quitar o saldo devedor com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS, se aplicável) e/ou obter junto a uma instituição financeira - IF o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuência da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato).

Com isso, nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos:

- As receitas de vendas, os custos de terrenos e construção, e as comissões de vendas são apropriados ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos;
- O custo incorrido, (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas, é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque na rubrica "Imóveis a comercializar";
- Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica "Contas a receber". Os montantes recebidos com relação à venda de unidades que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica "Adiantamentos de clientes";
- Os juros e a variação monetária, incidentes sobre o saldo de contas a receber, assim como o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, são apropriados ao resultado de incorporação e venda de imóveis quando incorridos, obedecendo ao regime de competência dos exercícios "pro rata temporis";
- Os encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e os diretamente associados ao financiamento da construção, são capitalizados e registrados aos estoques de imóveis a comercializar, e apropriados ao custo incorrido das unidades em construção até a sua conclusão e observando-se os mesmos critérios de apropriação do custo de incorporação imobiliária na proporção das unidades vendidas em construção;
- Os tributos incidentes e diferidos sobre a diferença entre a receita incorrida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita;
- As demais despesas, incluindo, de propaganda e publicidade são apropriadas ao resultado quando incorridas.

c) Nos distratos de contrato de compromisso de compra e venda de imóveis, a receita e o custo reconhecido no resultado são revertidos, conforme os critérios de apuração mencionados anteriormente. A reversão do custo aumenta os estoques. A Companhia também reconhece, por efeito do distrato, o passivo de devolução de adiantamentos de cliente e os efeitos de ganho ou perda são reconhecidos imediatamente ao resultado.

d) A Companhia efetua a provisão para distratos, quando em sua análise é identificada incertezas quanto à entrada dos fluxos de caixa futuros para a entidade. Estas provisões vinculam-se ao fato de que o reconhecimento de receita está condicionado ao grau de confiabilidade quanto à entrada, para a entidade, dos fluxos de caixa gerados a partir da receita reconhecida. A mensuração da provisão para distratos baseado em premissas que consideram o histórico e perspectivas de perdas esperadas de suas operações correntes e suas estimativas. Exemplos: (a) atrasos no pagamento das parcelas; (b) condições econômicas locais ou nacionais desfavoráveis; entre outros. Caso existam tais evidências, a respectiva provisão é registrada, tais premissas são revisadas anualmente para considerar eventuais alterações nas circunstâncias e históricos.

ii) Prestação de serviços de construção

Receitas decorrentes da prestação de serviços imobiliários são reconhecidas na medida em que os serviços são prestados, e estão vinculadas com a atividade de administração de construção para terceiros e consultoria técnica.

continua...

CYRELA BRAZIL REALTY S.A.
EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

CYRELA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

iii) Operações de permuta
A permuta de terrenos tem por objeto o recebimento de terrenos de terceiros para liquidação por meio da entrega de unidades imobiliárias ou o repasse de parcelas provenientes das vendas das unidades imobiliárias dos empreendimentos. Os terrenos adquiridos pela Companhia e por suas controladas são registrados pelo seu valor justo, como um componente do estoque, em contrapartida a adiantamento de clientes no passivo. As receitas e os custos decorrentes de operações de permutas são apropriados ao resultado ao longo do período de construção dos empreendimentos, conforme critérios descritos no item i) b) acima.

2.3.2. Instrumentos financeiros
Os principais instrumentos financeiros da Companhia e sociedades compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber e a pagar, financiamentos, empréstimos, debêntures e CRI, entre outros.
Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descritos a seguir:

i) Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado
Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado ("VJR") se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial.
Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

ii) Ativos financeiros a custo amortizado (VJR)
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram, quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou quando a Companhia não transfere nem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

iii) Ativos financeiros a valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA)
Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR e custo amortizado:
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.
Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Especificamente sobre o valor justo dos direitos creditórios, são estimados os montantes que seriam pagos por terceiros através das premissas utilizadas quando da transferência dos créditos através das cotas do fundo, ou pelas taxas utilizadas para a transferência de direitos creditórios similares próximos à data-base.
Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

iv) Passivos financeiros a custo amortizado
Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures, CRIs, fornecedores, e outras contas a pagar, são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.
Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.
Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.3. Caixa e equivalentes de caixa
A Companhia e suas controladas classificam nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cuja realização possa ocorrer em um prazo inferior a 90 dias.

2.3.4. Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários incluem certificados de depósitos bancários, títulos públicos emitidos pelo Governo Federal, fundos de investimentos exclusivos que são integralmente consolidados.

2.3.5. Contas a receber
O saldo da rubrica "Contas a receber" é mensurado pelo montante original de venda contratual, atualizado com juros prefixados e apropriados ao resultado observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento.
Nas vendas a prazo de unidades não concluídas, os recebíveis com atualização monetária, inclusive as parcelas das chaves, sem juros, devem ser descontadas a valor presente, uma vez que os índices de atualização monetária contratados não incluem o componente de juros. A constituição do ajuste e sua reversão, quando realizados durante o exercício de construção, são lançadas em contrapartida a receitas de incorporação imobiliária.

2.3.6. Imóveis a comercializar
i) Formação do custo
Os imóveis prontos a comercializar, e os em construção, são demonstrados ao custo de formação, que não excede o seu valor líquido realizável.
O valor realizável líquido é o preço de venda estimado, deduzidos os custos para finalizar o empreendimento (se aplicável), as despesas de vendas e os tributos.
O custo de formação compreende o custo para aquisição do terreno (que inclui operações de permuta descrita na nota explicativa nº 2.3.1 iii)), gastos necessários para aprovação do empreendimento com as autoridades governamentais, gastos com incorporação, gastos de construção relacionados com materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, e compreende também o custo financeiro incorrido durante o exercício de construção, até a finalização da obra.

ii) Segregação entre circulante e não circulante
A classificação entre o circulante e o não circulante é realizada com base na expectativa do lançamento dos empreendimentos imobiliários, revisada periodicamente.

2.3.7. Despesas com vendas a apropriar
Os gastos de corretagem sobre vendas de imóveis são ativados como pagamentos antecipados e são apropriados ao resultado como parte das despesas comerciais, observando-se o mesmo critério adotado para reconhecimento das receitas e dos custos das unidades vendidas (nota explicativa nº 2.3.1 i)), exceto as comissões sobre vendas canceladas, que são lançadas ao resultado no caso de cancelamento ou quando for provável que não haverá pagamento dos valores contratados.
Os encargos relacionados com a comissão de venda pertencente ao adquirente do imóvel não constituem receita ou despesa da Companhia e de suas controladas.

2.3.8. Despesas antecipadas
As despesas pagas antecipadamente são apropriadas ao resultado do exercício quando incorridas pelo regime de competência.

2.3.9. Investimentos em participações societárias
Os investimentos em participações societárias são registrados pelo método de equivalência patrimonial na controladora. No consolidado, as investidas classificadas como controladas em conjunto e coligadas, também são registradas pelo método de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações financeiras levantadas das respectivas investidas substancialmente nas mesmas datas-bases e critérios contábeis utilizados pela Companhia.

Investimentos em sociedades localizadas no exterior
Brazil Realty Serviços e Investimentos Ltd.: Essa controlada está localizada em Bahamas e, na essência, é uma extensão das atividades financeiras da Companhia, sendo sua moeda funcional o dólar.
Cyrsa S.A.: Coligada que possui como objetivo incorporar e comercializar imóveis. Localizada na Argentina, possui gestão própria, bem como independência administrativa, financeira e operacional. Sua moeda funcional é o peso argentino.
Os ativos, passivos e resultados são convertidos para moeda de apresentação da Companhia pelo seguinte método: (i) ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) patrimônio líquido convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; e (iii) receitas e despesas convertidos pela taxa média. Os efeitos desta conversão para moeda de apresentação são registrados na rubrica "Ajustes acumulados de conversão", acumulados na rubrica de "Outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido. Ocorrendo a alienação ou baixa do investimento, os efeitos de conversão registrados em conta de "Outros resultados abrangentes" deverão ser contabilizados no resultado do exercício no mesmo período da alienação ou baixa desse investimento.

2.3.10. Imobilizado
Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens, conforme nota explicativa nº 8.
Os gastos incorridos com a construção dos estandes de vendas, apartamentos-modelo e respectivas mobílias passam a incorporar o ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas. Tais ativos passam a ser depreciados após o lançamento e a efetivação do empreendimento, sendo a despesa registrada no resultado na rubrica "Despesas com vendas", pela vida útil estimada.

2.3.11. Intangível
Os gastos relacionados com a aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software são registrados ao custo de aquisição, sendo amortizados linearmente, e estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment").
Os investimentos em participações societárias da Companhia incluem mais-valia e ágio, quando o custo de aquisição ultrapassa o valor de mercado dos ativos líquidos da empresa adquirida.
As mais-valias são amortizadas na proporção em que os ativos nessas investidas são realizados.

2.3.12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido
i) Imposto de renda e contribuição social correntes
O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro tributável do exercício.
O imposto de renda (25%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (9%) são calculados observando-se suas alíquotas nominais, que conjuntamente, totalizam 34%. O imposto de renda diferido é gerado por diferenças temporárias da data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.
Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro estimado apurado à razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas, respectivamente, sobre o qual se aplica as alíquotas nominais do respectivo imposto e contribuição.
Conforme facultado pela legislação, as incorporações de alguns empreendimentos estão submetidas ao regime da afetação, pelo qual o terreno e as acessões objeto de incorporação imobiliária, bem como os demais bens, direitos e obrigações a ela vinculados, estão apartados do patrimônio do incorporador e constituem patrimônio de afetação, destinado à consecução da incorporação correspondente e à entrega das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes. Adicionalmente, certas controladas efetuaram a opção irrevogável pelo "Regime Especial de Tributação - RET", segundo o qual o imposto de renda e contribuição social são calculados à razão de 1,92% sobre as receitas brutas (4% também considerando PIS e COFINS sobre as receitas).

ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos
O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.
Quando aplicável, a Companhia reconhece o imposto diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social. Os prejuízos fiscais acumulados não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício. Sociedades que optam pelo regime de lucro presumido não podem compensar prejuízos fiscais de um período em anos subsequentes.
Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.3.13. Contas a pagar na aquisição de imóveis e adiantamento de clientes referentes à permuta
As obrigações na aquisição de imóveis são reconhecidas pelos valores correspondentes às obrigações contratuais assumidas. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos ou deduzidos, quando aplicável, de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido e ajuste a valor presente até a data do balanço.
As operações de permutas de terrenos por unidades imobiliárias são registradas ao estoque em contrapartida à rubrica "Adiantamento de clientes". O registro da operação é efetuado somente quando os riscos e benefícios sobre o terreno fluem integralmente para Companhia e os valores são demonstrados ao seu valor justo de realização. O reconhecimento da receita ao resultado é realizado na rubrica "Receita com venda de unidades imobiliárias" pelos mesmos critérios da nota explicativa nº 2.3.1 i).

2.3.14. Demais ativos e passivos
Os demais ativos e passivos são apresentados ao valor de custo ou de realização (ativos), ou para valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e encargos financeiros incorridos.

2.3.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos
O ajuste a valor presente registrado na rubrica "Contas a receber" foi calculado considerando o prazo estimado até a entrega das chaves dos imóveis comercializados, utilizando a taxa média de captação praticada pela Companhia, sem inflação, para os financiamentos obtidos.
O ajuste a valor presente da rubrica "Contas a receber" é registrado no resultado na rubrica "Receita Líquida". A reversão do ajuste a valor presente é reconhecida na mesma rubrica.

2.3.16. Empréstimos, financiamentos, Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI, cédulas de crédito bancário e debêntures
Os recursos financeiros obtidos, sejam eles empréstimos, financiamentos, debêntures, Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI ou Cédula de Crédito Bancário - CCB, são reconhecidos inicialmente, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, e são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido até a data da informação apresentada.

2.3.17. Gastos na emissão de títulos e valores mobiliários
Os gastos com registro de distribuição pública de títulos e valores mobiliários são registrados em conta redutora da que originou os recursos recebidos. Assim, os gastos com distribuição pública de ações estão classificados na rubrica "Reserva de Capital" e os gastos com emissão dos CRIs estão classificados na rubrica "Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs", conforme divulgado na nota explicativa nº 12.

2.3.18. Outros benefícios a empregados
Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros), as remunerações variáveis, tais como as participações nos lucros e os bônus. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas gerais e administrativas", à medida que são incorridos.
O sistema de bônus opera com metas corporativas e individuais, estruturados na eficiência dos objetivos corporativos, seguidos por objetivos de negócios e finalmente por objetivos individuais.
A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada e plano de aposentadoria.

2.3.19. Provisões
i) Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis
A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais cuja expectativa de perda é provável.
Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis e remotas são apenas divulgados em nota explicativa.
Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não há causas envolvendo ativos contingentes registradas nas demonstrações financeiras da Companhia.
A Companhia e suas controladas estão sujeitas no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cíveis, tributárias e trabalhistas.

ii) Provisões de perdas de créditos esperadas
A Companhia mensura a provisão para perdas de créditos esperadas baseado em premissas que consideram o histórico e perspectivas de perdas esperadas de suas operações correntes e suas estimativas. Exemplos: (a) atrasos no pagamento das parcelas; (b) condições econômicas locais ou nacionais desfavoráveis; entre outros. Caso existam tais evidências, a respectiva provisão é registrada, sendo que o modelo adotado pela Companhia é a abordagem simplificada. Tais premissas são revisadas anualmente para considerar eventuais alterações nas circunstâncias e históricos.

iii) Provisão para garantia
Constituída para cobrir gastos com reparos em empreendimentos no exercício de garantia, com base no histórico de gastos incorridos. A provisão é constituída em contrapartida ao resultado (custo), à medida que os custos de unidades vendidas incorrem. Eventual saldo remanescente não utilizado da provisão é revertido após o prazo de garantia oferecida, em geral cinco anos a partir da entrega do empreendimento.

iv) Provisão para redução do valor recuperável de ativos (teste de "impairment")
A Companhia avalia eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos ativos com vida útil definida. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável ("Impairment"), ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. As principais rubricas sujeitas à avaliação de recuperação são: "Imóveis a comercializar", "Investimentos", "Imobilizado", "Intangível" e "Títulos e valores mobiliários". Para os ativos com vida útil indefinida, a Companhia avalia, no mínimo anualmente, independentemente da existência de quaisquer indícios, o valor recuperável. Caso o valor recuperável seja menor que o valor contabilizado, é constituída provisão para redução ao valor recuperável ("Impairment"), ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

v) IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre tratamentos de impostos sobre o lucro
Em 31 de dezembro de 2022, não houve impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, referente ao IFRIC 23.

2.3.20. Impostos sobre vendas
Para as empresas no regime de tributação do lucro real, de incidência não cumulativa, as alíquotas da contribuição para o PIS e da COFINS são, respectivamente, de 1,65% e de 7,6%, calculadas sobre a receita operacional bruta e com desconto de alguns créditos apurados com base em custos e despesas incorridas. Para as empresas optantes do regime de tributação de lucro presumido, no regime de incidência cumulativa, as alíquotas da contribuição para o PIS e da COFINS são, respectivamente, de 0,65% e de 3% sobre a receita operacional bruta.

2.3.21. Ações em tesouraria
São instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, na venda, na emissão ou no cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em "Outras reservas de capital".

2.3.22. Dividendos
A proposta de distribuição de dividendos é efetuada pela Administração da Companhia, e a parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo circulante, na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

2.3.23. Resultado básico e diluído por ação
O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento.

2.4. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas
Embora a adoção antecipada seja permitida, a Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e abaixo relacionadas:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Sem definição
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações à IAS 1 - IFRS Declarações das Práticas Contábeis 2	Divulgação de Politicas Contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 8	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 12	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de Única Transação	01/01/2023

A Companhia não espera nenhum impacto material nas informações financeiras do Grupo, sejam pelas alterações ou novas normas no período de aplicação inicial.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Caixas e Bancos	3.812	1.971	121.727	155.570
Certificado de Depósito Bancário e operações compromissadas (i)	70	20.748	7.286	50.374
	3.882	**22.719**	**129.013**	**205.944**

(i) Aplicações financeiras que possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um significante risco de mudança de valor e a Companhia possui direito de resgate imediato, têm rendimento médio em 31 de dezembro de 2022 de 86,85% (em 31 de dezembro de 2021 de 99,50%) do Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

4. Títulos e Valores Mobiliarios

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Aplicações Financeiras (i)	330.690	88.195	356.307	142.857
Fundos de investimento exclusivo (ii)	810.590	766.441	1.684.544	1.564.220
Títulos do Governo - NTNB	12.058	12.850	12.058	12.850
Letras Financeiras (iii)	151.761	229.195	151.761	229.195
Fundos de investimento diversos (iv)	154.624	171.816	161.097	220.695
Títulos Securitizáveis (v)	909	623	858.418	275.195
AVJORA Títulos Securitizáveis (vi)	-	-	227.142	-
Títulos Securitizados (vii)	-	8.853	843.512	642.299
AVJORA Títulos Securitizados (viii)	-	-	184.016	-
Outros	7.886	5.538	7.884	5.538
	1.468.518	**1.283.511**	**4.486.739**	**3.092.849**
Circulante	**1.282.209**	**1.177.927**	**2.727.728**	**2.298.888**
Não Circulante	**186.309**	**105.584**	**1.759.011**	**793.961**

(i) Aplicações financeiras remuneradas a taxa média de 99,64% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (em 31 de dezembro de 2021 de 99,87%) e não possuem liquidez imediata, sendo R$ 331.190 mensurado via custo amortizado e R$ 25.117 mensurado via AVJ, em linha com o CPC 48/IFRS 9, que considera para esta classificação tanto o modelo de negócios da Companhia, quanto as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.
(ii) A companhia possui aplicação nos fundos de investimentos exclusivos administrados pelos bancos Safra S.A. e Caixa Econômica Federal. A instituição financeira é responsável pela custódia dos ativos integrantes da carteira do fundo e pela liquidação financeira de suas operações. Os fundos são compostos por títulos de renda fixa e foram remunerados à taxa média de 106,89% do CDI, sendo que o valor total é mensurado via AVJ, em linha com o CPC 48/IFRS 9, que considera para esta classificação tanto o modelo de negócios da Companhia, quanto as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.
(iii) Letras financeiras remuneradas à taxa média de 106,78% do CDI, sendo R$ 10.448 mensurado via AVJORA e R$ 131.500 mensurado via custo amortizado, em linha com o CPC 48/IFRS 9, que considera para esta classificação tanto o modelo de negócios da Companhia, quanto as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.
(iv) A Companhia possui aplicação nos fundos de investimentos abertos e multimercado, os fundos são compostos por títulos com renda fixa e variável e foram remunerados à taxa média de 186,27% do CDI.
(v) São representados por CCIs e CCBs adquiridas pela subsidiária CashMe e que deverão ser cedidas futuramente em operação de CRI. Estes títulos possuem taxa média de 14,32% a.a + Inflação e de 12,76% a.a.+ inflação em 31 de dezembro de 2021, R$107.532 no curto prazo e R$750.886 no longo prazo. O saldo aberto nesta linha é mensurado via custo amortizado.
(vi) De acordo com o CPC 48/IFRS 9, ativos financeiros com característica híbrida, ou seja, que tenham seu objetivo atingido tanto pelo recebimento de fluxos contratuais quanto pela venda, devem ser mensurados pelo AVJORA. A diferença entre o AVJORA e o custo amortizado dos títulos do item (v) está expressa nesta linha.
(vii) Saldo de títulos cedidos em operações de CRI da subsidiária CashMe. Sendo o saldo das cotas seniores das respectivas operações, registradas no passivo, na conta de "Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI", conforme 12 a), remunerados a taxa média de 13,08% a.a + inflação em 31 de dezembro de 2022 e de 12,76% a.a.+ inflação em 31 de dezembro de 2021, os saldos estão representados R$ 119.471 no curto prazo e R$ 724.040 no longo prazo,
(viii) De acordo com o CPC 48/IFRS 9, ativos financeiros com característica híbrida, ou seja, que tenham seu objetivo atingido tanto pelo recebimento de fluxos contratuais quanto pela venda, devem ser mensurados pelo AVJORA. A diferença entre o AVJORA e o custo amortizado dos títulos do item (vii) está expressa nesta linha.

A composição do fundo de investimento exclusivo, na proporção das cotas detidas pela Companhia, é demonstrada a seguir:

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Títulos públicos federais (i)	136.146	303.835
Letras financeiras (ii)	809.335	485.357
Fundo de investimento e cotas (iii)	27.197	32.316
CDB/RDB (iv)	392.771	188.804
Operações compromissadas (Over) (v)	183.527	417.750
Debêntures (vi)	135.568	136.158
	1.684.544	**1.564.220**

(i) Título Público Federal (LFT) à taxa média de 100% do SELIC.
(ii) Letras financeiras remuneradas à taxa média de 106,38% do CDI.
(iii) Fundos de investimentos à taxa média de 112,45% do CDI.
(iv) CDB/RDB remunerados à taxa média de 103,85% do CDI.
(v) Over à taxa média de 100,00% do CDI.
(vi) Debêntures à taxa média de 111,58% do CDI.

5. Contas a Receber

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Empreendimentos concluídos	**7.207**	**12.537**	**831.133**	**906.394**
Empreendimentos em construção				
Receita apropriada	-	-	8.062.907	6.787.414
Parcelas recebidas	-	-	(5.714.790)	(4.935.937)
	-	-	2.348.117	1.851.477
Ajuste a valor presente (AVP)	-	-	(80.422)	(49.226)
	-	-	2.267.695	1.802.251
Contas a receber de vendas apropriado	**7.207**	**12.537**	**3.098.828**	**2.708.645**
Provisão para risco de crédito (i)	(20)	(525)	(52.327)	(58.862)
Provisão para distrato (ii)	-	-	(343.423)	(320.660)
Prestação de serviços	202	16	5.930	4.521
Total do contas a receber	**7.389**	**12.028**	**2.709.008**	**2.333.644**
Circulante	**6.631**	**6.278**	**2.150.674**	**1.724.412**
Não Circulante	**758**	**5.750**	**558.334**	**609.232**

(i) Refere-se à provisão para risco de crédito, decorrente da adoção do CPC 48/IFRS 9, que incluiu a provisão para perda esperada.
(ii) Refere-se à provisão para distratos em linha com o Ofício CVM 02/2018, que considera ajustamentos preditivos ao reconhecimento da receita.

A movimentação da provisão para risco de crédito pode ser assim apresentada:

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Saldo Inicial	**58.862**	**22.876**
Adições	31.719	58.486
Baixas	(6.651)	(5.630)
Reversões	(31.603)	(16.870)
Saldo Final	**52.327**	**58.862**

A movimentação da provisão de distrato pode ser assim apresentada:

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Saldo Inicial	**320.660**	**281.042**
Adições	304.165	203.836
Reversões	(281.402)	(164.218)
Saldo Final	**343.423**	**320.660**

O saldo de contas a receber de venda de imóveis em construção é atualizado pela variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC até a entrega das chaves. Após a entrega das chaves, os recebíveis rendem juros de 12% ao ano mais correção monetária pelo IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado ou IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, a partir do terceiro trimestre de 2019. Saldo de parcelas de financiamento de clientes na modalidade associativo, dentro do plano Casa Verde e Amarela, não sofrem correção monetária.
O ajuste a valor presente é calculado sobre os saldos de contas a receber de unidades não concluídas, considerando o prazo estimado até a entrega das chaves, utilizando a maior taxa entre a taxa média de remuneração de títulos públicos (NTN-B) e a taxa média de captação praticada pela Companhia, sem inflação, para os financiamentos obtidos. A taxa média utilizada para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 6,52% ao ano (5,22% em dezembro de 2021). O ajuste a valor presente contabilizado ao resultado, na rubrica de "Receita líquida", totalizou no período findo em 31 de dezembro de 2022 R$31.115 (R$23.094 em 31 de dezembro de 2021).
O saldo das contas a receber de unidades vendidas e ainda não concluídas não está integralmente refletido nas informações financeiras consolidadas, uma vez que o seu registro é limitado à parcela da receita reconhecida pela evolução das obras, líquida das parcelas já recebidas.
Como informação adicional, demonstramos a seguir os saldos integrais, considerando o total de vendas contratadas a apropriar que ainda não estão refletidos nas informações financeiras:

Incorporação e revenda de imóveis:	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Total no ativo circulante	6.449	6.787	2.494.029	2.045.461
Total no ativo não circulante	758	5.750	604.799	663.184
	7.207	12.537	3.098.828	2.708.645
Provisão para risco de crédito (i)	(20)	(525)	(52.327)	(58.862)
Provisão para distrato (ii)	-	-	(343.423)	(320.660)
Total de vendas contratadas a apropriar	-	-	5.243.826	4.353.239
Parcela classificada em adiantamento de clientes	-	-	(36.136)	(78.574)
	7.187	**12.012**	**7.910.768**	**6.603.788**
Circulante	**6.429**	**6.262**	**3.208.574**	**2.702.438**
Não Circulante	**758**	**5.750**	**4.702.194**	**3.901.350**

(i) Refere-se à provisão para risco de crédito, decorrente da adoção do CPC 48/IFRS 9, que incluiu a provisão para perda esperada.
(ii) Refere-se à provisão para distratos em linha com o Ofício CVM 02/2018, que considera ajustamentos preditivos ao reconhecimento da receita. Essa provisão é referente apenas a parcela já reconhecida da carteira de recebíveis.

A classificação no ativo não circulante é determinada pelos montantes que se espera receber, conforme fluxo contratual, com vencimentos a partir do 12º mês após a data destas informações financeiras.

Cronograma da carteira de recebíveis por incorporação e revenda de imóveis
A carteira a seguir é apresentada com base na expectativa de recebimentos, considerando a receita já reconhecida e a reconhecer, como segue:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
12 Meses	6.429	6.262	3.208.574	2.702.438
24 Meses	187	1.013	2.360.829	1.898.312
36 Meses	138	897	1.743.666	1.556.329
48 Meses	89	809	545.891	381.490
Acima de 48 Meses	344	3.031	51.808	65.219
Total	**7.187**	**12.012**	**7.910.768**	**6.603.788**

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de parcelas vencidas há mais de 90 dias em nossa carteira de recebíveis no consolidado era de R$130.225 (R$ 113.821 em 31 de dezembro de 2021).

6. Imóveis a Comercializar
Representados pelos custos das unidades imobiliárias disponíveis para venda (imóveis prontos e em construção), terrenos para futuras incorporações e adiantamentos para aquisição de terrenos, demonstrados a seguir:

		Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Imóveis em construção		-	-	1.718.111	1.275.915
Imóveis concluídos		12.965	22.980	621.579	540.124
Terrenos para futuras incorporações	(a)	21.245	15.882	2.796.707	2.759.500
Adiantamento para aquisição de terrenos		-	-	96.126	103.576
Encargos capitalizados ao estoque	(b)	-	-	94.046	83.935
Provisão para distratos	(c)	-	-	226.289	222.234
		34.210	**38.862**	**5.552.858**	**4.985.284**
Circulante		**12.965**	**22.980**	**3.821.421**	**3.498.628**
Não Circulante		**21.245**	**15.882**	**1.731.437**	**1.486.656**

(a) A classificação dos terrenos para futuras incorporações entre o ativo circulante e o não circulante é realizada mediante a expectativa de prazo para o lançamento dos empreendimentos imobiliários, revisada periodicamente pela Administração. Os imóveis em construção e imóveis concluídos são classificados no ativo circulante, tendo em vista a sua disponibilidade para venda.
(b) Os saldos dos encargos capitalizados no consolidado representaram R$28.381 referente a encargos do Sistema Financeiro de Habitação - SFH e R$65.665 referente a encargos de outras dívidas, perfazendo um total de R$94.046 em 31 de dezembro de 2022, (encargos de SFH de R$18.802, encargos de outras dívidas de R$65.133, perfazendo total de R$83.935 em 31 de dezembro de 2021).
(b.1) A apropriação dos encargos capitalizados na demonstração de resultado consolidada, na rubrica "Custo de imóveis vendidos", totalizaram R$72.643 referentes a encargos do Sistema Financeiro de Habitação - SFH e R$9.371 referentes a encargos de outras dívidas, perfazendo um total de R$82.014 em 31 de dezembro de 2022, (encargos de SFH de R$$31.200, encargos de outras dívidas de R$15.049, perfazendo um total de R$46.249 em 31 de dezembro de 2021), sendo apropriados ao resultado de acordo com a OCPC 01 (R1).
(c) Referente aos custos dos imóveis dos quais possuem provisão para distratos correspondentes. O efeito da provisão está de acordo com a instrução CVM 02/2018, que considera ajustamentos preditivos ao reconhecimento da receita.

7. Investimentos
a) As principais informações das participações societárias diretas estão resumidas a seguir:

		Direta 2022	Direta 2021	Patrimônio Líquido 2022	Patrimônio Líquido 2021	Lucro (Prejuízo) Líquido do período 2022	Lucro (Prejuízo) Líquido do período 2021	Investimento 2022	Investimento 2021	Equivalência 2022	Equivalência 2021
Alleric Participações Ltda		100,00	100,00	31.220	15.437	(594)	(2.042)	31.220	15.437	(594)	(2.042)
Aurea Extrema Empreendimentos Imobiliários		50,00	50,00	96.934	-	43	-	48.467	-	22	-
Av Brasil Invest Imob SA	(ii)	100,00	0,00	12.109	-	(858)	-	12.109	-	(858)	-
Brasil Incorporação 199 Spe Ltda	(ii)	50,00	0,00	10.292	-	1.079	-	5.146	-	540	-
Bretanha Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	11.131	1.302	(244)	-	11.131	1.302	(244)	-
Camargo Correa Cyrela Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		50,00	50,00	24.409	23.836	(2)	96	12.204	11.918	(1)	48
Canoa Quebrada Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	106.185	69.936	24.512	37.447	106.185	69.936	24.512	37.447
Carapa Empreendimentos Imobiliários S/A		60,00	60,00	28.407	28.695	(288)	655	17.044	17.217	(173)	393
Carlos Petit Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	23.983	24.492	8.492	12.584	17.988	18.369	6.369	9.438
Cashme Soluções Financeiras S.A		100,00	100,00	1.237.165	581.652	12.189	(49.440)	1.237.165	581.652	12.189	(49.440)
Cbr 002 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	100,00	99,90	10.253	6.447	(9)	1	10.253	6.441	(9)	1
Cbr 008 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	10.677	14.987	(561)	3.054	10.677	14.987	(561)	81
Cbr 011 Empreendimentos Imobiliários Ltda		32,50	32,50	97.097	78.166	68.726	44.288	31.557	25.404	22.336	14.393
Cbr 024 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	71,14	61,70	215.443	205.326	(5.265)	(5.711)	153.266	126.686	(3.746)	(3.524)
Cbr 029 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	34.234	24.420	3.811	-	34.234	24.420	3.811	-
Cbr 030 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	71,14	61,70	188.898	178.027	(5.773)	(5.531)	134.382	109.843	(4.107)	(3.413)
Cbr 033 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	20.878	35.701	22.662	(1)	20.878	35.701	22.662	(1)
Cbr 046 Empreendimentos Imobiliários Ltda		58,50	58,50	34.083	17.098	7.276	2.163	19.939	10.002	4.257	1.265
Cbr 050 Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	11.359	2.775	1.192	(31)	8.519	2.081	894	(23)
Cbr 051 Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	39.173	117.508	60.665	65.518	19.586	58.754	30.333	32.759
Cbr 053 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	11.495	6.329	13.751	11.299	11.495	6.329	13.751	11.299
Cbr 054 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	13.273	12.396	7.725	2.350	13.273	12.396	7.725	2.350
Cbr 056 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	18.736	12.780	7.265	(1.057)	18.736	12.780	7.265	(1.057)
Cbr 057 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	19.422	16.397	10.729	18.430	19.422	16.397	10.729	18.430
Cbr 059 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	26.199	10.520	14.630	(144)	26.199	10.520	14.630	(144)
Cbr 060 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	22.926	1.168	37.130	2.338	22.926	1.168	37.130	2.069
Cbr 064 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	11.884	7.202	8.936	4.227	11.884	7.202	8.936	4.227
Cbr 068 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	22.881	7.348	13.938	2.053	22.881	7.348	13.938	2.053
Cbr 069 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	100,00	99,99	21.253	1.192	4.777	-	21.253	1.192	4.777	-
Cbr 071 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	18.042	6.808	14.977	1.658	18.042	6.808	14.977	1.658
Cbr 079 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	23.673	5.541	1.674	(571)	23.673	5.541	1.674	(571)
Cbr 081 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	100,00	91,90	49.891	72.378	1.580	23.053	49.891	66.516	1.580	21.186
Cbr 083 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	100,00	99,99	11.699	831	(3.367)	(1)	11.699	831	(3.367)	(1)
Cbr 085 Empreendimentos Imobiliários Ltda		85,00	85,00	47.149	44.968	2.181	20.200	40.077	38.223	1.854	17.170
Cbr 092 Empreendimentos Imobiliários	(i)	100,00	99,99	49.565	36.486	12.901	(5)	49.565	36.482	12.901	(5)
Cbr 097 Empreendimentos Imobiliários	(i)	100,00	89,46	18.542	22.544	9.621	(944)	18.542	20.168	9.621	(844)
Cbr 098 Empreendimentos Imobiliários	(i)	100,00	99,99	26.562	20.862	(183)	-	26.562	20.860	(183)	-
Cbr 102 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	18.880	1.093	(103)	(9)	18.880	1.093	(103)	(9)
Cbr 123 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	20.752	26.154	5.346	40.725	20.752	26.154	5.346	40.725
Cbr 127 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	10.586	1	(1)	-	10.586	1	(1)	-
Cbr Magik 03 Lz Empreendimentos Imobiliários		75,00	75,00	13.235	10.036	6.959	3.936	9.926	7.527	5.219	2.952
Cbr Magik Lz 01 Empreendimentos Imobiliários		75,00	75,00	11.061	9.963	7.708	3.205	8.296	7.472	5.781	2.404
Cbr Magik Lz 04 Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	25.317	11.215	10.552	4.720	18.988	8.411	7.914	3.540
Cbr Magik Lz 05 Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	12.282	6.712	(300)	(921)	9.212	5.034	(225)	(691)
Cbr Magik Lz 07 Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	27.929	26.643	2.986	5.957	20.947	19.983	2.239	4.468
Cbr Magik Lz 08 Empreendimentos Imobiliários		75,00	75,00	17.888	14.692	6.786	(118)	13.416	11.019	5.090	(88)

continua...

CONTINUAÇÃO

CYRELA BRAZIL REALTY S.A.
EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

CYRELA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

...continuação

		Direta		Patrimônio Líquido		Lucro (Prejuízo) Líquido do período		Investimento		Equivalência	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Cbr Magik Lz 10 Empreendimentos Imobiliários		75,00	75,00	27.951	21.174	(1.453)	(1)	20.963	15.881	(1.090)	(1)
Cbr Magik Lz 15 Empreendimentos Imobiliários		75,00	75,00	18.117	3.354	2.993	(1)	13.588	2.516	2.245	-
Cbr Magik Lz 17 Empreendimentos Imobiliários		75,00	75,00	40.323	5.005	2	-	30.242	3.754	1	-
Cbr103 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	55,00	100,00	43.510	76	130	(1)	23.930	76	72	(1)
Cbr120 Empreendimentos Imobiliários Ltda		70,00	70,00	46.154	20.782	9.853	-	32.308	14.547	6.897	-
Cbr122 Empreendimentos Imobiliários S.A	(i)	50,00	100,00	97.621	40.228	(19.958)	(137)	48.811	40.228	(9.979)	(137)
Ccisa90 Incorporadora Ltda		40,00	40,00	10.714	7.832	(112)	(34)	4.286	3.133	(45)	(14)
Cury Construtora e Incorporadora S/A	(i)	23,77	30,97	751.891	662.289	329.884	299.753	178.722	205.095	78.413	92.826
Cy 1 Participações Ltda	(iii)	0,00	100,00	10.801	-	2.140	-	-	-	-	-
Cy 2 Pqnm Empreend Imob L	(i)	20,00	100,00	31.556	1	20	-	6.311	1	4	-
Cyma Desenvolvimento Imobiliário S/A		75,00	75,00	35.478	28.957	6.597	11.308	26.608	21.717	4.948	8.481
Cyrela Aconcagua Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	35,80	100,00	52.480	59.625	(11.979)	(1.849)	18.786	59.625	(4.288)	(1.849)
Cyrela Asteca Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	16.633	12.839	3.143	-	16.633	12.839	3.143	-
Cyrela Belgrado Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	75.829	77.507	23.488	(1.498)	75.829	77.507	23.488	(1.498)
Cyrela Bentevi Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	43.835	528	2.556	(2)	43.835	528	2.556	(2)
Cyrela Boraceia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	23.328	16.354	51.988	(433)	23.328	16.354	51.988	(433)
Cyrela Brazil Realty Rjz Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	55.229	56.325	(635)	(532)	55.229	56.325	(635)	(532)
Cyrela Cravina Empreendimentos Imob	(ii)	100,00	0,00	26.001	-	(1)	-	26.001	-	(1)	-
Cyrela Cristal Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	100,00	95,13	43.126	63.279	10.931	11.588	43.126	60.198	10.931	11.024
Cyrela Cuzco Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	16.918	3.582	1.881	(853)	16.918	3.582	1.881	(853)
Cyrela Df 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	33.759	33.367	177	413	33.759	33.367	177	413
Cyrela Esmeralda Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	35.027	48.330	24.038	(1.335)	35.027	48.330	24.038	(1.335)
Cyrela Extrema Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	26.343	25.392	(697)	(6.744)	26.343	25.392	(697)	(6.744)
Cyrela Genova Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	80,29	100,00	43.640	1.539	(243)	(180)	35.037	1.539	(195)	(180)
Cyrela Grenwood de Investimento Imobiliários Ltda		75,00	75,00	55.754	122.253	29.431	82.962	41.816	91.690	22.073	62.221
Cyrela Holanda Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	24.830	8.600	8.746	2.311	24.830	8.600	8.746	2.311
Cyrela Índico Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	10.269	10.242	23	(2.133)	10.269	10.242	23	(2.133)
Cyrela Magik Monaco Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	16.273	10.270	7.603	1.127	13.018	8.216	6.082	901
Cyrela Magiklz Campinas 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	44.769	75.792	(4.273)	39.391	35.815	60.633	(3.418)	31.513
Cyrela Magiklz Nazca Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	21.240	35.209	12.131	16.665	15.930	26.407	9.098	12.499
Cyrela Maguari Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	84,92	100,00	110.831	87.568	2.008	5.616	94.118	87.568	1.705	5.616
Cyrela Mexico Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	13.776	17.049	4.536	4.801	13.776	17.049	4.536	(1.507)
Cyrela Monza Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	152.180	150.573	(2.079)	403	152.180	150.573	(2.079)	403
Cyrela Normandia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	15.263	31.814	25.286	22.794	15.263	31.814	25.286	22.794
Cyrela Pacifico Empreendimentos Imobiliários S/A		80,00	80,00	29.396	29.396	-	(5)	23.517	23.517	-	(4)
Cyrela Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	64.112	74.514	1.033	4.310	64.112	74.514	1.033	4.310
Cyrela Piracema Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	73.746	34.998	37.385	(28)	73.746	34.998	37.385	(28)
Cyrela Polinesia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	41.977	18.767	13.194	5.351	41.977	18.767	13.194	409
Cyrela Portugal Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	30.231	53.604	24.575	101.106	30.231	53.604	24.575	101.106
Cyrela Puglia Empreendimentos Imobiliários Ltda		90,48	90,48	22.952	48.949	6.361	14.998	20.767	44.292	5.756	13.571
Cyrela Recife Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	194.173	228.123	22.021	(1.108)	194.173	228.123	22.021	(1.108)
Cyrela Rjz Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	82.685	78.709	(35.492)	(32.817)	82.685	78.709	(35.492)	(28.249)
Cyrela Rjz Jcgontijo Empreendimentos Imobiliário Ltda		75,00	75,00	38.030	41.163	7	(9.025)	28.523	30.872	5	(6.769)
Cyrela Roraima Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	14.363	3.353	(1.636)	(830)	14.363	3.353	(1.636)	(830)
Cyrela Safira Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	12.654	2.622	2.304	(1.313)	12.654	2.622	2.304	(1.313)
Cyrela Somerset de Investimentos Imobiliários Ltda		83,00	83,00	16.602	33.584	6.890	21.138	13.780	27.875	5.719	1.667
Cyrela Suecia Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	26.055	27.044	(15.708)	(12.604)	13.028	13.522	(7.854)	(6.302)
Cyrela Trentino Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	28.388	6.616	23.511	20.329	28.388	6.616	23.511	20.329
Cyrela Vermont de Investimento Imobiliário Ltda		85,00	85,00	15.873	15.868	(5)	-	13.492	13.488	(4)	-
Diogo de Faria Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	89.798	87.122	72.366	231	44.899	43.561	36.183	115
Ebm Incorporacoes S.A.	(ii)/(vi)	50,00	0,00	122.879	-	(7.004)	-	61.440	-	(3.502)	-
Embu Investimentos Imobiliários e Participações S.A.	(ii)/(iv)	40,00	0,00	65.754	-	(1.405)	-	26.301	-	(562)	-
Emporio Jardim Shoppings Centers S.A.		80,00	80,00	15.542	13.884	2.174	1.858	12.433	11.107	1.739	1.487
Farroupilha Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	10.090	2.540	(200)	45	10.090	2.540	(200)	(7)
Fazenda Sao Joao Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		85,00	85,00	13.661	13.575	(75)	(12)	11.612	11.538	(64)	(10)
Garibaldi Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	23.350	32.712	3.325	8.148	23.350	32.712	3.325	8.698
Gatrun Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	15.429	11.133	(1.852)	(2)	15.429	11.133	(1.852)	(2)
Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	520.761	596.320	68.421	74.200	520.761	596.320	68.421	74.200
Grc 03 Incorporações e Participações Ltda		100,00	100,00	20.137	17.186	2.703	5.657	20.137	17.186	2.703	5.657
Ibiraja Empre Imob Spe Ltda	(ii)	49,00	0,00	46.450	-	11.882	-	22.761	-	4.497	-
Iracema Incorporadora Ltda		50,00	50,00	98.562	65.760	22.751	5.683	49.281	32.880	11.376	2.841
Laplace Investimentos Imobiliários Spe Ltda		70,00	70,00	29.594	24.983	4.610	2.477	20.716	17.488	3.227	1.734
Lavvi Empreendimentos Imobiliários S.A	(i)	24,53	23,38	1.171.691	1.178.133	114.889	177.732	462.183	454.992	28.178	41.547
Lavvi Madri Empreendimentos Imobiliários Ltda		20,00	20,00	52.369	50.696	15.673	21.697	10.474	10.139	3.135	4.339
Lb 2017 Empreendimentos e Participações Imobiliárias S.A		100,00	100,00	15.838	38.402	10.993	21.602	15.838	38.402	10.993	21.602
Living 006 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	18.708	6.798	11.837	12.815	18.708	6.798	11.837	(36)
Living 007 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	12.324	6.984	2.060	2.659	12.324	6.984	2.060	2.659
Living 008 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	21.380	5.885	7.378	(589)	21.380	5.885	7.378	(589)
Living 011 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	32.754	12.615	14.403	2.388	32.754	12.615	14.403	2.388
Living Abaete Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	17.278	10.871	(1.222)	110	17.278	10.871	(1.222)	(301)
Living Amoreira Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	42.270	39.024	27.960	19.940	42.270	39.024	27.960	7.434
Living Araraquara Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	25.711	18.329	8.945	5.689	25.711	18.329	8.945	5.689
Living Batatais Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	17.160	14.706	6.660	8.673	17.160	14.706	6.660	3.177
Living Botucatu Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	23.703	35.685	(11.982)	(787)	11.852	17.843	(5.991)	(393)
Living Cabreuva Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	12.701	11.574	(2.613)	7.797	12.701	11.574	(2.613)	7.797
Living Cacoal Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	40.359	31.567	16.742	5.507	40.359	31.567	16.742	5.507
Living Cerejeira Empreendimentos Imobiliários Ltda		70,00	70,00	34.578	58.746	8.832	31.830	24.205	41.122	6.182	22.281
Living Emp. Imob. Ltda		100,00	100,00	33.883	33.425	1.110	82.874	33.883	33.425	1.110	82.874
Living Indiana Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	18.394	9.266	11.030	1.123	18.394	9.266	11.030	1.644
Living Ipe Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	18.742	11.772	7.990	1.504	18.742	11.772	7.990	(3.897)
Living Jacaranda Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	16.144	11.973	8.915	13.009	16.144	11.973	8.915	1.905
Living Loreto Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	20.987	43.568	3.830	10.669	20.987	43.568	3.830	10.669
Living Panama Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	11.342	38.531	(1.119)	6.309	11.342	38.531	(1.119)	1.039
Living Provance Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	42.609	44.111	5.471	13.174	42.609	44.111	5.471	2.189
Living Tupiza Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	10.412	12.601	2.259	1.005	10.412	12.601	2.259	(14)
Luanda Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	73.037	64.190	9.988	6.012	73.037	64.190	9.988	6.012
Lyon Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	92,48	100,00	154.487	144.443	1.609	(267)	142.865	144.443	1.488	(267)
M Patri Spe 01 Empreendimentos Imob	(ii)/(v)	20,00	0,00	41.970	-	(98)	-	8.394	-	(20)	-
Maba Emp.Imob. Ltda		60,00	60,00	46.811	46.796	20.014	14.185	28.086	28.078	12.009	8.511
Mac Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	12.511	15.003	(2.492)	(2.750)	6.256	7.502	(1.246)	(1.375)
Marquise 25 Empre Imob Ltda	(ii)	33,00	0,00	26.180	-	26.405	-	8.639	-	8.714	-
Olamp Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	23.621	11.551	2.590	10	17.715	8.663	1.942	8
Pionner-4 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	29.958	23.639	11.418	(978)	29.958	23.639	11.418	(978)
Plano & Plano Construções e Participações Ltda		82,48	82,48	85.986	108.308	(11.228)	(4.368)	70.925	89.336	(9.261)	(3.603)
Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliários S.A	(i)	34,52	33,89	410.238	349.322	133.680	135.086	673.887	662.235	46.144	45.787
Plano Amoreira Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		60,00	60,00	23.320	24.378	(1.057)	(3.019)	13.992	14.627	(634)	(1.811)
Potim Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	14.511	(48)	2.466	2.105	14.511	-	2.466	2.105
Queiroz Galvao Mac Cyrela Veneza Empreendimentos Imobiliários S/A		15,00	15,00	13.954	13.098	856	1.947	2.093	1.965	128	292
Ravenna Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	122.760	73.125	46.621	26.018	122.760	73.125	46.621	26.018
Reserva Casa Grande Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	33.395	42.965	7.391	12.267	16.698	21.483	3.695	6.133
Scp Veredas Buritis Fase II		6,00	6,00	23.183	21.224	1.997	681	1.391	1.273	120	41
Seller Consultoria Imobiliária e Representações Ltda		100,00	100,00	36.257	35.577	(11.649)	(13.601)	36.257	35.577	(11.649)	(13.601)
Sig 10 Empreendimentos		50,00	50,00	60.294	67.247	(6.900)	10.170	30.147	33.624	(3.450)	5.085
Sk Realty Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	175.437	206.051	(1.916)	44.183	87.718	103.025	(958)	22.091
Snowbird Master Fundo de Investimento Imobiliário		20,00	20,00	320.423	249.632	3.937	(3.840)	64.085	49.926	787	(768)
Spe 110 Brasil Incorporacao Ltda		50,00	50,00	12.930	4.153	5.867	3.163	6.465	2.077	2.934	1.581
Spe 131 Brasil Incorporação Ltda		50,00	50,00	19.976	15.603	3.565	330	9.988	7.802	1.782	165
Spe Barbacena Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	14.013	16.739	494	(297)	7.007	8.369	247	(148)
Spe Brasil Incorporação 83 Ltda		50,00	50,00	19.515	40.704	(6.189)	(13.111)	9.758	20.352	(3.095)	(6.555)
Spe Chl Cv Incorporações Ltda		50,00	50,00	17.017	16.302	714	(266)	8.508	8.151	357	(133)
Spe Faiçalville Incorporação 3 Ltda		50,00	50,00	12.018	6.333	3.079	718	6.009	3.167	1.540	359
Tamoios Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		60,00	60,00	31.764	29.666	2.098	690	19.058	17.800	1.259	414
Tarjab-Ares Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	(ii)	49,00	0,00	33.729	-	9.278	-	16.527	-	3.355	-
Toulon Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		100,00	100,00	16.799	16.802	(9)	(4.498)	16.799	16.802	(9)	(4.498)
Vinson Empreendimentos Imobiliários Ltda		49,02	49,02	93.022	69.818	23.204	23.618	45.599	34.225	11.375	11.578
Vivaz Vendas - Consultoria Imobiliária Ltda		100,00	100,00	26.228	24.258	(30.573)	(24.947)	26.228	24.258	(30.573)	(24.947)
Outras SPE's com PL até 10MM				310.911	1.932.025	7.580	252.787	416.204	713.294	24.223	247.641
Sub-total								**8.201.627**	**7.259.371**	**1.094.373**	**1.138.440**
Capitalização de Juros (iii)								**14.640**	**15.552**	**(912)**	**(6.311)**
Total								**8.216.267**	**7.274.923**	**1.093.461**	**1.132.129**

(i) Alteração decorrente de aumento / (redução) na participação
(ii) Refere-se a constituição/ingresso nova empresa
(iii) Os investimentos da controladora possuem a capitalização dos juros dos empréstimos, financiamentos e debêntures, que são identificados diretamente aos empreendimentos imobiliários de suas investidas. No consolidado, esses valores são capitalizados aos estoques, conforme nota explicativa nº 6.
(iv) Em 08 de abril de 2022 a Companhia celebrou o acordo de investimento com a Pátria Real Estate II Multiestratégia - Fundo de Investimento em Participações, para aquisição de terreno através de compras de cotas.
(v) Em 13 de abril de 2022 a Companhia celebrou o acordo de investimento com a Marka do Brasil Empreendimentos e Participações Eireli, para aquisição de terreno através de compras de cotas.
(vi) Em 18 de março de 2022 a Companhia realizou a subscrição de R$79.220, adquirindo 22.598.709 ações, conforme boletim de subscrição realizado pela emissora EBM Incorporações S.A.

A movimentação dos investimentos na Companhia pode ser assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**6.959.722**	**2.066.024**
Subscrição / (Redução) de capital	1.203.307	(74.064)
Valor justo (i)	(22.253)	(22.253)
Dividendos	(1.991.671)	(196.667)
Equivalência patrimonial	1.132.129	297.167
Capitalização dos Juros	(6.311)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**7.274.923**	**2.070.208**
Subscrição / (Redução) de capital	1.395.203	564.689
Valor justo (i)	(24.816)	(24.816)
Dividendos	(1.521.592)	(581.462)
Equivalência patrimonial	1.093.461	217.085
Capitalização dos Juros	(912)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**8.216.267**	**2.245.704**

(i) Em decorrência das ofertas públicas iniciais (IPO) e perda de controle, a Companhia registrou R$14 milhões de valor justo e R$ 756 milhões de goodwill. Em 31 de dezembro de 2022 o montante é representado por R$ 532 milhões (Em 31 de dezembro de 2021 R$ 555 milhões) com a Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S/A e R$176 milhões (Em 31 de dezembro de 2021 R$179 milhões) com a Lavvi Empreendimentos Imobiliários S/A. A Companhia movimentou em 31 de dezembro de 2022 R$24 milhões do total do valor justo em amortizações e teste de recuperabilidade (Em 31 de dezembro de 2021 R$22 milhões). O teste de recuperabilidade foi efetuado utilizando o valor em uso de cada um dos investimentos (Lavvi e Plano e Plano), incluindo goodwill, que são consideradas, de forma separada, 2 unidades geradoras de caixa. As principais premissas utilizadas foram as estimativas de receitas com lançamentos futuros, que se baseiam substancialmente nos montantes históricos apurados pelas Companhias, e as taxas de descontos com base em estimativas usuais de mercado. Alterações em torno de 5% nessas premissas não alteram de forma relevante as conclusões alcançadas sobre o montante do valor recuperável destas unidades geradoras de caixa. A Companhia estimou os fluxos para os próximos 5 (cinco) anos e o montante que seria obtido ao final deste período, sem projeção de crescimento para os exercícios futuros.

b) Os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado das sociedades consolidadas e com controle compartilhado ou coligadas, de forma direta e indireta, considerados nas informações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, podem ser assim demonstrados:

		% Participação		2022				2021			
		2022	2021	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) Líquido do período	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) Líquido do período
Alleric Participações Ltda		100,00	100,00	32.467	1.247	31.220	(594)	16.240	803	15.437	(2.042)
Aurea Extrema Empreendimentos Imobiliários		50,00	50,00	103.227	6.293	96.934	43	-	-	-	-
Av Brasil Invest Imob SA	(ii)	100,00	-	12.124	16	12.109	(858)	-	-	-	-
Brasil Incorporação 127 Spe Ltd	(ii)	0,50	-	43.149	28.868	14.281	843	-	-	-	-
Brasil Incorporação 163 Spe Ltda - Scp T	(ii)	41,57	-	26.647	6.795	19.852	8.580	-	-	-	-
Brasil Incorporação 199 Spe Ltda		50,00	50,00	25.409	15.117	10.292	1.079	17.246	10.333	6.913	(507)
Bretanha Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	45.579	34.448	11.131	(244)	1.335	33	1.302	-
Camargo Correa Cyrela Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		50,00	50,00	24.423	14	24.409	(2)	23.840	4	23.836	96
Canoa Quebrada Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	384.202	278.017	106.185	24.512	211.048	141.112	69.936	37.447
Carapa Empreendimentos Imobiliários S/A		60,00	60,00	30.015	1.608	28.407	(288)	30.251	1.556	28.695	655
Carlos Petit Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	45.754	21.771	23.983	8.492	36.066	11.575	24.492	12.584
Casaviva Ilheus Empreendimentos Imobiliários Ltda - Sp	(i)	16,62	21,66	215.847	169.453	46.394	46.486	95.811	53.903	41.907	19.525
Cashme Soluções Financeiras S.A		100,00	100,00	2.157.605	920.441	1.237.165	12.189	1.037.535	455.883	581.652	(49.440)
Cbr 002 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	10.600	347	10.253	(9)	6.784	337	6.447	1
Cbr 008 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	12.954	2.277	10.677	(561)	18.792	3.805	14.987	3.054
Cbr 011 Empreendimentos Imobiliários Ltda		32,50	32,50	104.217	7.120	97.097	68.726	96.201	18.035	78.166	44.288
Cbr 024 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	71,14	61,70	269.748	54.304	215.443	(5.265)	268.437	63.112	205.326	(5.711)
Cbr 029 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	39.864	5.630	34.234	3.811	29.331	4.911	24.420	-
Cbr 030 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	66,42	61,70	246.597	57.699	188.898	(5.773)	244.730	66.703	178.027	(5.531)
Cbr 033 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	34.340	13.462	20.878	22.662	54.754	19.053	35.701	(1)
Cbr 046 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	68,63	71,35	58.753	24.670	34.083	7.276	53.503	36.405	17.098	2.163
Cbr 050 Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	27.457	16.098	11.359	1.192	2.905	130	2.775	(31)
Cbr 051 Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	114.489	75.316	39.173	60.665	203.235	85.727	117.508	65.518
Cbr 053 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	25.422	13.927	11.495	13.751	43.193	36.864	6.329	11.299
Cbr 054 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	17.562	4.289	13.273	7.725	27.671	15.275	12.396	2.350
Cbr 056 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	33.241	14.506	18.736	7.265	30.589	17.809	12.780	(1.057)
Cbr 057 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	48.791	29.370	19.422	10.729	33.990	17.593	16.397	18.430
Cbr 059 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	30.384	4.186	26.199	14.630	14.984	4.464	10.520	(144)
Cbr 060 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	66.772	43.845	22.926	37.130	15.788	14.619	1.168	2.338
Cbr 064 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	15.931	4.047	11.884	8.936	13.272	6.070	7.202	4.227
Cbr 068 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	39.950	17.069	22.881	13.938	35.245	27.897	7.348	2.053
Cbr 069 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	30.456	9.203	21.253	4.777	1.217	25	1.192	-
Cbr 071 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	29.482	11.439	18.042	14.977	8.971	2.163	6.808	1.658
Cbr 079 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	35.235	11.563	23.673	1.674	13.174	7.632	5.541	(571)
Cbr 081 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	63.678	13.786	49.891	1.580	80.900	8.522	72.378	23.053
Cbr 083 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	27.093	15.394	11.699	(3.367)	928	97	831	(1)
Cbr 085 Empreendimentos Imobiliários Ltda		85,00	85,00	63.874	16.725	47.149	2.181	63.600	18.631	44.968	20.200
Cbr 092 Empreendimentos Imobiliários		100,00	100,00	66.444	16.879	49.565	12.901	58.640	22.154	36.486	(5)
Cbr 097 Empreendimentos Imobiliários		100,00	100,00	26.022	7.480	18.542	9.621	31.682	9.138	22.544	(944)
Cbr 098 Empreendimentos Imobiliários		100,00	100,00	28.534	1.972	26.562	(183)	22.472	1.610	20.862	-
Cbr 102 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	23.945	5.065	18.880	(103)	1.117	24	1.093	(9)
Cbr 123 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	32.032	11.280	20.752	5.346	37.529	11.375	26.154	40.725
Cbr 127 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	74.363	63.776	10.586	(1)	1	-	1	-
Cbr Magik 03 Lz Empreendimentos Imobiliários		75,00	75,00	36.897	23.662	13.235	6.959	22.989	12.954	10.036	3.936
Cbr Magik Lz 01 Empreendimentos Imobiliários		75,00	75,00	20.076	9.015	11.061	7.708	13.642	3.679	9.963	3.205
Cbr Magik Lz 04 Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	65.201	39.884	25.317	10.552	37.559	26.344	11.215	4.720
Cbr Magik Lz 05 Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	74.408	62.126	12.282	(300)	64.838	58.126	6.712	(921)
Cbr Magik Lz 07 Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	30.053	2.124	27.929	2.986	42.919	16.275	26.643	5.957
Cbr Magik Lz 08 Empreendimentos Imobiliários		75,00	75,00	57.184	39.295	17.888	6.786	41.567	26.875	14.692	(118)
Cbr Magik Lz 10 Empreendimentos Imobiliários		75,00	75,00	63.592	35.641	27.951	(1.453)	38.141	16.967	21.174	(1)
Cbr Magik Lz 15 Empreendimentos Imobiliários		75,00	75,00	32.773	14.656	18.117	2.993	3.487	132	3.354	(1)
Cbr Magik Lz 17 Empreendimentos Imobiliários		75,00	75,00	59.372	19.049	40.323	2	5.155	150	5.005	-
Cbr Sul Consul Imob e Rep		100,00	100,00	29.501	4.919	24.582	(4.157)	42.863	4.622	38.242	(3.565)
Cbr103 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	55,00	100,00	59.071	15.561	43.510	130	82	6	76	(1)
Cbr120 Empreendimentos Imobiliários Ltda		70,00	70,00	64.794	18.640	46.154	9.853	33.551	12.769	20.782	-
Cbr122 Empreendimentos Imobiliários S.A	(i)	64,18	100,00	141.042	43.420	97.621	(19.958)	40.235	6	40.228	(137)
Ccisa 03 Incorporadora Ltda	(i)	11,88	15,48	53.401	7.347	46.055	13.373	65.722	21.040	44.682	6.719
Ccisa 05 Incorporadora Ltda	(i)	11,88	15,48	81.827	6.232	75.594	1.404	101.213	8.922	92.291	26.675
Ccisa 71 Incorporadora Ltda	(i)	23,77	30,97	26.919	15.240	11.679	15.529	71.638	48.688	22.950	17.999
Ccisa100 Incorporadora Ltda	(i)	23,77	30,97	46.859	31.208	15.651	2.820	171	3	168	(3)
Ccisa112 Incorporadora Ltda.	(i)	23,77	30,97	184.859	140.573	44.286	28.519	32.560	26.077	6.483	(376)
Ccisa114 Incorporadora Ltda	(i)	23,77	30,97	43.062	28.254	14.808	2.932	32.542	31.231	1.311	(3)
Ccisa116 Incorporadora Ltda	(i)	23,77	30,97	179.422	151.321	28.101	19.354	13.559	9.649	3.910	(3)
Ccisa118 Incorporadora Ltda	(i)	23,77	30,97	154.184	124.040	30.144	11.664	680	12	668	(3)
Ccisa162 Incorporadora Ltda.(Coi) / Lund	(ii)	23,77	-	52.712	9.880	42.832	2.932	-	-	-	-
Ccisa20 Incorporadora Ltda	(i)	23,75	30,94	22.442	3.734	18.708	(2.821)	31.680	8.666	23.014	10.721
Ccisa48 Incorporadora Ltda	(i)	23,77	30,97	374.505	309.146	65.359	52.054	124.537	100.231	24.306	20.811
Ccisa50 Incorporadora Ltda	(i)	23,77	30,97	17.486	2.712	14.774	1.529	17.306	2.513	14.793	15.960
Ccisa54 Incorporadora Ltda	(i)	23,77	30,97	23.312	7.343	15.969	14.261	56.747	28.575	28.173	26.792
Ccisa57 Incorporadora Ltda	(i)	23,75	30,94	38.896	11	38.886	29.216	37.721	3.538	34.183	10.764
Ccisa61 Incorporadora Ltda	(i)	23,75	30,94	95.751	66.953	28.797	9.814	14.683	10.993	3.690	224
Ccisa62 Incorporadora Ltda	(i)	23,77	30,97	83.644	69.276	14.368	39.570	140.585	121.387	19.199	40.641
Ccisa64 Incorporadora Ltda	(i)	23,77	30,97	38.633	16.582	22.051	12.763	21.350	12.034	9.315	2.275
Ccisa66 Incorporadora Ltda.	(i)	23,77	30,97	326.739	247.777	78.962	41.714	109.545	71.122	38.422	7.483
Ccisa67 Incorporadora Ltda.	(i)	23,77	30,97	113.158	84.918	28.240	7.248	62.351	45.022	17.329	21.083
Ccisa68 Incorporadora Ltda.	(i)	23,77	30,97	33.593	20.262	13.331	12.595	44.794	34.558	10.236	4.357
Ccisa69 Incorporadora Ltda.	(i)	23,77	30,97	195.162	165.417	29.745	22.665	39.857	29.167	10.690	(660)
Ccisa70 Incorporadora Ltda	(i)	23,77	30,97	17.088	5.039	12.048	(1.008)	40.341	19.891	20.451	10.356
Ccisa74 Incorporadora Ltda.	(i)	23,75	30,94	47.014	20.367	26.647	4.332	21.015	13.531	7.483	(495)
Ccisa75 Incorporadora Ltda	(i)	23,77	30,97	35.013	19.065	15.949	11.329	62.254	39.861	22.394	9.072
Ccisa76 Incorporadora Ltda	(i)	23,77	30,97	32.886	20.400	12.486	22.913	79.325	60.251	19.074	16.541
Ccisa77 Incorporadora Ltda.	(i)	23,77	30,97	143.237	100.892	42.345	20.350	44.516	24.149	20.368	1.009
Ccisa78 Incorporadora Ltda.	(i)	23,77	30,97	26.605	13.259	13.346	7.401	39.864	31.489	8.374	4.357
Ccisa79 Incorporadora Ltda	(i)	23,77	30,97	109.011	82.149	26.862	30.809	118.580	103.177	15.402	12.936
Ccisa83 Incorporadora Ltda	(i)	23,77	30,97	150.738	127.562	23.176	30.310	169.344	136.471	32.873	26.341
Ccisa85 Incorporadora Ltda.	(i)	23,77	30,97	124.710	107.313	17.397	14.430	464	5	460	(18)
Ccisa87 Incorporadora Ltda	(i)	23,77	30,97	76.345	62.979	13.366	8.300	536	-	536	(12)
Ccisa89 Incorporadora Ltda	(i)	23,77	30,97	60.130	30.952	29.178	15.120	38.215	27.402	10.813	6.887
Ccisa90 Incorporadora Ltda	(i)	54,26	30,97	10.737	23	10.714	(112)	7.837	5	7.832	(34)
Ccisa93 Incorporadora Ltda	(i)	23,77	30,97	48.676	37.044	11.631	4.849	303	100	203	(103)
Ccisa97 Incorporadora Ltda	(i)	23,77	30,97	65.121	52.001	13.121	4.128	13.758	9.056	4.702	798
Ccisa98 Incorporadora Ltda	(i)	23,77	30,97	85.644	62.863	22.782	8.237	517	106	411	(114)
Chillan Investimentos Imobiliários Ltda	(i)	11,88	15,48	17.047	266	16.781	(647)	18.157	335	17.822	1.834
Cury Construtora e Incorporadora S/A	(i)	23,77	30,97	1.473.451	721.560	751.891	329.884	1.230.056	638.957	591.098	299.753
Cy 1 Participações Ltda		-	100,00	10.990	189	10.801	2.140	-	-	-	-
Cy 2 Pqnm Empreend Imob Ltda	(i)	20,00	100,00	36.927	5.371	31.556	20	1	-	1	-
Cyma 10 Emp Imob Ltd		75,00	75,00	89.470	69.767	19.704	(2.234)	20.188	5.526	14.662	91
Cyma Desenvolvimento Imobiliário S/A		75,00	75,00	43.410	7.933	35.478	6.597	37.502	8.545	28.957	11.308
Cyr Sul 034 Empreendimentos Imobiliários	(i)	70,00	80,00	20.781	9.136	11.645	1.292	373	-	373	(2)
Cyr Sul 036 Empreendimentos Imobiliários		80,00	80,00	13.887	3	13.885	2	5	-	5	-
Cyrela Aconcagua Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	67.604	15.124	52.480	(11.979)	62.260	2.635	59.625	(1.849)
Cyrela Asteca Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	16.658	24	16.633	3.143	12.873	34	12.839	-
Cyrela Belgrado Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	89.684	13.855	75.829	23.488	94.013	16.506	77.507	(1.498)
Cyrela Bentevi Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	48.666	4.831	43.835	2.556	540	12	528	(2)
Cyrela Boraceia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	111.611	88.283	23.328	51.988	139.737	123.383	16.354	(433)
Cyrela Brazil Realty Rjz Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	55.689	459	55.229	(635)	57.070	745	56.325	(532)
Cyrela Ccp Canela Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,78	50,78	32.492	-	32.492	2	32.281	21	32.260	(2)
Cyrela Cravina Empreendimentos Imob	(ii)	100,00	-	62.001	36.000	26.001	(1)	-	-	-	-
Cyrela Cristal Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	51.716	8.590	43.126	10.931	71.901	8.622	63.279	11.588
Cyrela Cuzco Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	47.393	30.475	16.918	1.881	25.484	21.903	3.582	(853)
Cyrela Df 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	34.118	359	33.759	177	33.679	312	33.367	413
Cyrela Esmeralda Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	63.709	28.682	35.027	24.038	90.488	42.158	48.330	(1.335)
Cyrela Extrema Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	26.829	486	26.343	(697)	26.621	1.229	25.392	(6.744)
Cyrela Genova Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	105.166	61.526	43.640	(243)	1.541	2	1.539	(180)
Cyrela Grenwood de Investimento Imobiliários Ltda		95,75	95,75	63.825	8.070	55.754	29.431	166.166	43.913	122.253	82.962
Cyrela Holanda Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	36.800	11.970	24.830	8.746	28.303	19.704	8.600	2.311
Cyrela Índico Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	10.274	6	10.269	23	10.319	77	10.242	(2.133)
Cyrela Magik Monaco Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	29.154	12.881	16.273	7.603	14.226	3.956	10.270	1.127
Cyrela Magiklz Campinas 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	131.203	86.435	44.769	(4.273)	154.778	78.986	75.792	39.391
Cyrela Magiklz Nazca Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	85.478	64.238	21.240	12.131	61.908	26.699	35.209	16.665
Cyrela Maguari Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	131.728	20.897	110.831	2.008	108.462	20.894	87.568	5.616
Cyrela Mexico Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	23.914	10.138	13.776	4.536	25.402	8.353	17.049	4.801
Cyrela Monza Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	167.104	14.924	152.180	(2.079)	165.516	14.943	150.573	403
Cyrela Normandia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	83.415	68.152	15.263	25.286	48.066	16.251	31.814	22.794
Cyrela Pacifico Empreendimentos Imobiliários S/A		80,00	80,00	29.406	10	29.396	-	29.397	1	29.396	(5)
Cyrela Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	67.489	3.377	64.112	1.033	84.470	9.955	74.514	4.310
Cyrela Piracema Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	79.181	5.436	73.746	37.385	42.648	7.651	34.998	(28)
Cyrela Polinesia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	50.930	8.953	41.977	13.194	28.681	9.914	18.767	5.351
Cyrela Portugal Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	33.407	3.176	30.231	24.575	57.911	4.307	53.604	101.106
Cyrela Puglia Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	27.546	4.594	22.952	6.361	54.300	5.350	48.949	14.998
Cyrela Recife Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	237.135	42.961	194.173	22.021	283.060	54.937	228.123	(1.108)
Cyrela Rjz Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	92.350	9.665	82.685	(35.492)	86.522	7.813	78.709	(32.817)
Cyrela Rjz Jcgontijo Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	101.594	63.564	38.030	7	102.949	61.785	41.163	(9.025)
Cyrela Roraima Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	18.211	3.847	14.363	(1.636)	9.461	6.108	3.353	(830)
Cyrela Safira Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	15.291	2.637	12.654	2.304	8.229	5.608	2.622	(1.313)
Cyrela Somerset de Investimentos Imobiliários Ltda		83,00	83,00	20.180	3.578	16.602	6.890	33.631	47	33.584	21.138
Cyrela Suecia Empreendimentos Imobiliários Ltda		91,24	91,24	159.700	133.645	26.055	(15.708)	214.157	187.113	27.044	(12.604)
Cyrela Sul 001 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		92,50	92,50	15.991	3.328	12.662	3.718	22.426	2.476	19.950	7.449
Cyrela Sul 004 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		92,50	92,50	15.300	1.128	14.173	(429)	48.947	10.316	38.631	11.608
Cyrela Sul 007 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		80,00	80,00	50.129	29.758	20.372	5.292	34.035	11.615	22.419	2.526
Cyrela Sul 008 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		90,00	90,00	26.603	1.493	25.110	6.628	34.433	678	33.755	2.296
Cyrela Sul 009 Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	78.190	58.925	19.265	18.382	54.711	24.718	29.993	17.914
Cyrela Sul 010 Empreendimentos Imobiliários Ltda		78,00	78,00	102.514	20.142	82.373	15.556	107.741	14.858	92.883	17.908
Cyrela Sul 011 Empreendimentos Imobiliários Ltda		90,00	90,00	16.557	676	15.881	167	19.096	936	18.160	2.811
Cyrela Sul 012 Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	24.239	6.986	17.252	3.388	34.509	11.769	22.740	11.906
Cyrela Sul 014 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		90,00	90,00	33.263	9.011	24.251	(677)	33.497	9.099	24.398	(1.354)
Cyrela Sul 016 Empreendimentos Imobiliários Ltda		90,00	90,00	105.451	63.577	41.874	6.122	58.663	31.009	27.654	2.723
Cyrela Sul 019 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		80,00	80,00	26.616	14.167	12.449	861	29.219	15.747	13.472	3.854
Cyrela Sul 020 Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	22.129	7.005	15.124	2.860	9.220	1.650	7.570	1.208
Cyrela Sul 022 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		68,00	68,00	29.979	4.561	25.418	4.616	33.953	1.189	32.764	7.473
Cyrela Sul 023 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		70,80	70,80	42.701	25.230	17.471	410	22.900	10.738	12.161	(735)
Cyrela Sul 024 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		80,00	80,00	21.546	10.696	10.850	(7)	5	-	5	(299)
Cyrela Sul 025 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		80,00	80,00	26.890	14.079	12.810	1	54	-	54	2
Cyrela Sul 027 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	70,00	80,00	103.365	83.485	19.879	7.339	1.334	3	1.331	(3)
Cyrela Sul 029 Empreendimentos Imobiliários Ltda		68,00	68,00	24.786	4.337	20.449	3.624	21.232	3.805	17.426	9.192
Cyrela Trentino Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	49.220	20.832	28.388	23.511	11.644	5.029	6.616	20.329
Cyrela Vermont de Investimento Imobiliários Ltda		97,90	97,90	16.004	131	15.873	(5)	16.005	137	15.868	-
Diogo de Faria Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	136.707	46.909	89.798	72.366	152.896	65.774	87.122	231
Ea3 Desenvolvimento Urbano Ltda	(ii)	25,00	-	16.239	5.177	11.062	(1.374)	-	-	-	-
Ebm Incorporacoes 31 Spe Ltda	(ii)	4,12	-	30.098	14.905	15.193	7.582	-	-	-	-
Ebm Incorporacoes S.A.	(ii)	50,00	-	138.553	15.674	122.879	(7.004)	-	-	-	-
Eemovel Servicos de Informações S/A	(ii)	30,00	-	14.593	1.183	13.410	3.869	-	-	-	-
Embu Investimentos Imobiliários e Participações S.A.	(ii)	40,00	-	106.017	40.264	65.754	(1.405)	-	-	-	-
Emmerin Incorporações Ltda	(i)	23,75	30,94	19.829	1.023	18.805	(1.629)	23.787	1.347	22.440	599
Emporio Jardim Shoppings Centers S.A.		80,00	80,00	19.277	3.735	15.542	2.174	16.776	2.892	13.884	1.858
Farroupilha Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	24.545	14.455	10.090	(200)	2.829	290	2.540	45
Fazenda Sao Joao Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		85,00	85,00	13.674	13	13.661	(75)	13.575	-	13.575	(12)
Garibaldi Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	32.551	9.201	23.350	3.325	37.009	4.297	32.712	8.148
Gatrun Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	29.211	13.782	15.429	(1.852)	11.211	77	11.133	(2)
Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	586.008	65.246	520.761	68.421	636.012	39.692	596.320	74.200
Grc 03 Incorporações e Participações Ltda		100,00	100,00	23.187	3.050	20.137	2.703	28.359	11.173	17.186	5.657
Hesa 197 - Investimentos Imobiliários Ltda	(ii)	12,50	-	23.027	9.737	13.290	(1.028)	-	-	-	-
Hesa 219 - Investimentos Imobiliários Lt	(ii)	25,00	-	47.296	34.314	12.983	(31)	-	-	-	-
Ibiraja Empre Imob Spe Ltda	(ii)	35,70	-	62.225	15.774	46.450	11.882	-	-	-	-
Imobiliaria 518 do Brasil Projetos Imob. Ltda	(ii)/(iii)	57,76	-	396.597	344.474	52.123	(10.209)	-	-	-	-
Iracema Incorporadora Ltda		50,00	50,00	105.987	7.425	98.562	22.751	73.387	7.627	65.760	5.683
Jardim Leao Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	30.848	5.277	25.571	3.256	40.582	5.903	34.679	3.771
Jardim Loureiro da Silva Empreendimentos Imobiliários Ltda		65,00	65,00	23.229	501	22.728	(75)	36.883	3.745	33.138	1.502
João Wallig Emp Imob	(i)	70,00	80,00	14.958	3.705	11.253	2.625	261	-	261	-
Lamballe Incorporadora Ltda	(i)	54,26	58,58	22.872	564	22.308	439	22.463	594	21.869	1.573
Laplace Investimentos Imobiliários Spe Ltda		70,00	70,00	36.147	6.553	29.594	4.610	32.804	7.821	24.983	2.477
Lavvi Capri Empreendimentos Imobiliários Ltda	(ii)	28,36	-	81.369	16.135	65.234	(191)	-	-	-	-
Lavvi Copenhage Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	28,36	25,82	136.922	27.107	109.815	12.299	85.085	7.327	77.758	(22)
Lavvi Dubai Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	28,36	25,82	229.051	56.735	172.316	(3.199)	176.719	12.359	164.360	(882)
Lavvi Empreendimentos Imobiliários S.A	(i)	28,36	25,82	1.186.506	14.815	1.171.691	114.889	1.234.672	56.539	1.178.133	177.732
Lavvi Lisboa Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	28,36	25,82	184.607	133.730	50.877	19.040	185.897	106.060	79.837	62.591
Lavvi Madri Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	42,69	40,66	61.698	9.329	52.369	15.673	73.126	22.430	50.696	21.697
Lavvi Miami Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	28,36	25,82	88.575	70.991	17.585	18.433	90.898	53.947	36.951	4.991
Lavvi Milao Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	28,36	25,82	81.433	46.967	34.466	3.319	77.065	45.919	31.147	4.854
Lavvi Monaco Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	28,36	25,82	15.908	14	15.894	(2.553)	5.265	8	5.257	(10)
Lavvi Moscou Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	28,36	25,82	78.717	28.044	50.673	22.063	42.303	80	42.223	(633)
Lavvi Noruega Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	22,69	25,82	58.107	6.211	51.896	(155)	52.821	5.069	47.752	(4)
Lavvi Nova Iorque Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	22,69	25,82	62.345	22.341	40.004	5.603	61.538	17.371	44.167	5.568
Lavvi Orlando Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	28,36	25,82	90.419	35.884	54.535	2.660	44.230	1.904	42.326	(494)
Lavvi Portugal Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	28,36	25,82	123.147	84.518	38.629	(968)	108.896	93.299	15.597	(65)
Lavvi Roma Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	22,69	20,66	58.890	12.612	46.278	(1.853)	38.276	4.949	33.327	(68)
Lb 2017 Empreendimentos e Participações Imobiliárias S.A		100,00	100,00	20.669	4.831	15.838	10.993	70.323	31.921	38.402	21.602
Living 006 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	64.231	45.524	18.708	11.837	33.043	26.244	6.798	12.815
Living 007 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	14.394	2.070	12.324	2.060	16.018	9.035	6.984	2.659
Living 008 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	89.308	67.928	21.380	7.378	69.831	63.946	5.885	(589)
Living 011 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	58.300	25.546	32.754	14.403	49.381	36.767	12.615	2.388
Living Abaete Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	23.626	6.348	17.278	(1.222)	18.319	7.448	10.871	110
Living Amoreira Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	169.609	127.339	42.270	27.960	88.617	49.593	39.024	19.940
Living Araraquara Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	39.139	13.428	25.711	8.945	45.178	26.850	18.329	5.689
Living Batatais Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	60.841	43.681	17.160	6.660	32.471	17.765	14.706	8.673
Living Botucatu Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	61,88	65,48	31.162	7.459	23.703	(11.982)	49.840	14.155	35.685	(787)
Living Brotas Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	34,52	33,50	37.390	1.321	36.069	(586)	37.708	1.053	36.656	(54)
Living Cabreuva Empreendimentos Imobiliária Ltda		100,00	100,00	16.045	3.343	12.701	(2.613)	44.361	32.788	11.574	7.797
Living Cacoal Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	90.356	49.997	40.359	16.742	90.170	58.603	31.567	5.507
Living Cerejeira Empreendimentos Imobiliários Ltda		70,00	70,00	68.139	33.561	34.578	8.832	73.069	14.322	58.746	31.830
Living Emp. Imob. Ltda		100,00	100,00	52.453	18.570	33.883	1.110	56.369	22.944	33.425	82.874
Living Indiana Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	22.090	3.696	18.394	11.030	12.183	2.917	9.266	1.123
Living Ipe Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	45.704	26.963	18.742	7.990	49.944	38.172	11.772	1.504
Living Jacaranda Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	55.355	39.211	16.144	8.915	35.157	23.185	11.973	13.009
Living Loreto Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	27.246	6.259	20.987	3.830	71.997	28.430	43.568	10.669
Living Panama Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	25.872	14.530	11.342	(1.119)	69.050	30.520	38.531	6.309
Living Provance Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	49.347	6.738	42.609	5.471	56.217	12.106	44.111	13.174
Living Tupiza Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	11.042	630	10.412	2.259	13.484	883	12.601	1.005
Locadora de Imóveis Inacio Vasconcelos Ltda.		1,78	1,78	24.689	102	24.587	2.728	23.851	2.381	21.470	(299)
Luanda Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	115.344	42.306	73.037	9.988	73.004	8.814	64.190	6.012
Lyon Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	167.666	13.179	154.487	1.609	146.463	2.020	144.443	(267)
M Patri Spe 01 Empreendimentos Imob	(ii)	20,00	-	41.979	10	41.970	(98)	-	-	-	-
Ma Rio Branco Empreendimento Imobiliário	(ii)	17,26	-	67.092	28.996	38.096	(1.805)	-	-	-	-
Maba Emp.Imob. Ltda		60,00	60,00	54.644	7.834	46.811	20.014	55.042	8.246	46.796	14.185
Mac Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	21.186	8.674	12.511	(2.492)	24.956	9.952	15.003	(2.750)
Mãos Dadas Empreendimentos Imobiliários Ltda		40,16	40,16	22.139	8.212	13.927	6	18.716	4.796	13.921	(29)
Marquise - Mandara By Yoo Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	(ii)	33,00	-	105.950	79.770	26.180	26.405	-	-	-	-
Mnr6 Empreendimentos Imobiliários S/A	(i)	16,64	21,68	12.784	689	12.095	(4.125)	16.739	518	16.221	(2.190)
Nova Carlos Gomes Empreendimentos Imobiliários Spe S/A		90,00	90,00	50.834	13.510	37.324	9.295	61.873	33.844	28.029	9.862
Olamp Empreendimentos Imobiliários Ltda		75,00	75,00	25.246	1.626	23.621	2.590	11.580	30	11.551	10
Piedade Spe Empreendiemntos Imobiliários Ltda	(i)	11,88	15,48	38.233	20.671	17.562	(3.986)	48.510	26.962	21.548	(1.251)
Pionner-4 Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	49.724	19.766	29.958	11.418	31.522	7.883	23.639	(978)
Plano & Plano Construções e Participações Ltda		82,48	82,48	124.908	38.922	85.986	(11.228)	149.774	41.466	108.308	(4.368)
Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliários S.A	(i)	34,52	33,50	1.076.679	666.441	410.238	133.680	1.109.761	792.522	317.239	135.086

continua...

CONTINUAÇÃO

CYRELA BRAZIL REALTY S.A.
EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

CYRELA

CYRE3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL · abrasca Companhia Associada · AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

...continuação

		% Participação 2022	% Participação 2021	2022 Ativo	2022 Passivo	2022 Patrimônio Líquido	2022 Lucro (prejuízo) Líquido do período	2021 Ativo	2021 Passivo	2021 Patrimônio Líquido	2021 Lucro (prejuízo) Líquido do período
Plano Amazonas Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	34,52	33,50	146.530	90.572	55.959	9.920	122.702	76.664	46.039	8.810
Plano Amoreira Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		92,99	92,99	24.712	1.391	23.320	(1.057)	26.044	1.666	24.378	(3.019)
Plano Angelim Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	34,52	33,50	40.052	2.148	37.904	(600)	41.417	2.912	38.505	556
Plano Araguaia Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	34,52	33,50	12.386	321	12.064	191	14.660	1.750	12.910	11.244
Plano Cabreuva Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	34,52	33,50	14.398	462	13.936	342	42.954	7.344	35.609	21.973
Plano Cambui Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	34,52	33,50	92.293	22.331	69.963	11.869	86.739	28.646	58.093	17.726
Plano Carvalho Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	34,52	33,50	82.833	16.289	66.544	33.070	82.832	49.358	33.474	18.832
Plano Colorado Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	34,52	33,50	59.834	48.672	11.162	12.573	61.414	62.825	(1.411)	(1.018)
Plano Eufrates Empreendimentos Imobiliários	(i)	34,52	33,50	46.145	33.375	12.769	13.609	23.937	24.777	(840)	(833)
Plano Guarita Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	34,52	33,50	134.567	52.006	82.561	26.680	121.571	65.691	55.881	41.290
Plano Iguaçu Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	34,52	33,50	40.794	26.866	13.928	4.687	47.205	37.963	9.241	(1.420)
Plano Jordao Empreendimentos Imobiliários	(i)	34,52	33,50	133.497	123.414	10.082	10.690	10.380	10.988	(608)	(584)
Plano Limeira Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	34,52	33,50	73.578	36.314	37.264	11.278	62.966	36.979	25.986	4.560
Plano Macieira Empreendimentos Imobiliários Ltda		82,49	82,49	41.797	1.056	40.741	192	40.531	22.375	18.156	(218)
Plano Madeira Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	34,52	33,50	13.550	715	12.834	1.013	77.641	1.014	76.628	3.686
Plano Nilo Empreendimentos Imobiliarios	(i)	34,52	33,50	27.716	4.002	23.715	12.894	41.840	25.994	15.846	13.440
Plano São Francisco Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	34,52	33,50	145.624	133.539	12.084	12.843	68.961	69.720	(759)	254
Plano Tigre Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	34,52	33,50	27.756	8.447	19.308	15.012	48.691	37.669	11.022	10.731
Plano Tocantins Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	34,52	33,50	56.755	38.697	18.059	8.519	63.061	53.522	9.539	2.826
Plano Videira Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	34,52	33,50	22.126	2.108	20.018	10.550	47.637	20.954	26.683	723
Potim Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	25.285	10.773	14.511	2.466	13.815	13.863	(48)	2.105
Queiroz Galvao Mac Cyrela Veneza Empreendimentos Imobiliários S/A		30,00	30,00	46.613	32.659	13.954	856	45.221	32.123	13.098	1.947
R023 Ouvires Empreendimentos Participações Ltda	(i)	11,88	15,48	78.347	51.706	26.641	15.052	86.435	61.346	25.089	6.249
Ravenna Empreendimentos Imobiliários Ltda		100,00	100,00	185.447	62.686	122.760	46.621	81.562	8.437	73.125	26.018
Reserva Casa Grande Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	34.956	1.561	33.395	7.391	45.874	2.909	42.965	12.267
Rio Manso Empreendimentos Imobiliários L		50,00	50,00	11.823	225	11.599	2.062	3.061	26	3.035	(91)
Roque Petroni do Brasil Projetos Imob. Ltda	(ii)	57,76	-	746.347	381.788	364.559	(10.248)	-	-	-	-
Scp Green	(i)	90,35	91,53	101.203	664	100.539	8.484	61.186	658	60.528	959
Scp Plano Pitangueiras	(i)	34,52	33,50	25.115	1.618	23.497	11.562	59.293	35.257	24.037	14.260
Scp Veredas Buritis Fase Ii		60,00	60,00	24.014	832	23.183	1.997	22.261	1.037	21.224	681
Seller Consultoria Imobiliária e Representações Ltda		100,00	100,00	134.245	97.988	36.257	(11.649)	132.438	96.861	35.577	(13.601)
Sig 10 Empreendimentos		50,00	50,00	63.792	3.499	60.294	(6.900)	68.846	1.599	67.247	10.170
Sk Catao Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	67.057	29.168	37.889	(412)	50.107	21.239	28.868	4.774
Sk Demostenes Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	25,00	50,00	35.881	12.098	23.783	438	43.162	16.617	26.545	(2.911)
Sk Franca Empreend Imob S.A	(i)	25,00	50,00	81.873	30.945	50.928	(1.056)	50.931	7.044	43.888	(1.545)
Sk Lisboa Empreend Imobiliários Ltda		50,00	50,00	41.418	23.515	17.903	(612)	3	1	3	(6)
Sk Loefgreen Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	32,50	50,00	100.284	10.509	89.774	(4.590)	47.535	4.817	42.718	(600)
Sk Nilo Empreendimento Imobiliário Ltda		50,00	50,00	13.775	2	13.773	792	12.277	6	12.271	547
SK PINHEIROS EMPREED IMOB LTDA		50,00	50,00	53.599	39.017	14.582	(175)	3	1	3	(6)
Sk Realty Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	317.004	141.567	175.437	(1.916)	321.200	115.149	206.051	44.183
Snowbird Master Fundo de Investimento Imobiliário		20,00	20,00	736.697	416.274	320.423	3.937	363.513	113.880	249.632	(3.840)
Snowbird Parallel Fundo de Investimento Imobiliário		10,00	10,00	795.044	512.097	282.947	17.602	267.595	79.431	188.164	(2.555)
Spe 110 Brasil Incorporacao Ltda		50,00	50,00	38.295	25.365	12.930	5.867	17.617	13.464	4.153	3.163
Spe 131 Brasil Incorporação Ltda		50,00	50,00	35.116	15.140	19.976	3.565	27.290	11.686	15.603	330
Spe Barbacena Empreendimentos Imobiliários LTDA	(i)	100,00	50,00	15.750	1.737	14.013	494	26.960	10.221	16.739	(297)
Spe Brasil Incorporação 83 Ltda		50,00	50,00	19.958	443	19.515	(6.189)	42.231	1.527	40.704	(13.111)
Spe Chl Cv Incorporações Ltda		50,00	50,00	18.789	1.772	17.017	714	18.011	1.709	16.302	(266)
Spe Faiçalville Incorporação 3 Ltda		50,00	50,00	30.070	18.052	12.018	3.079	29.379	23.046	6.333	718
Tamoios Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		60,00	60,00	31.934	170	31.764	2.098	29.807	141	29.666	690
Tarjab-Ares Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	(ii)	35,70	-	78.730	45.001	33.729	9.278	-	-	-	-
Teresopolis Empreendimentos Imobiliários Ltda		80,00	80,00	24.591	12.983	11.608	2	24.444	12.838	11.606	(2)
Toulon Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		100,00	100,00	18.013	1.214	16.799	(9)	18.014	1.212	16.802	(4.498)
Villa Real Incorporações Ltda	(i)	61,88	65,48	10.741	500	10.241	(5)	10.468	500	9.968	(14)
Vinson Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	63,48	62,18	179.133	86.111	93.022	23.204	135.998	66.181	69.818	23.618
Vivaz Vendas - Consultoria Imobiliária Ltda		100,00	100,00	44.048	17.820	26.228	(30.573)	35.765	11.507	24.258	(24.947)
Outras 900 Spes com PL até 10MM				3.505.529	2.601.387	904.142	14.097	4.691.879	2.998.644	1.693.235	419.825

(i) Alteração decorrente de aumento / (redução) na participação
(ii) Refere-se à constituição/ingresso de nova empresa
(iii) Em 30 de junho de 2022 a Companhia celebrou o acordo de investimento com a Hines Roque Petroni Brazil, LLC, para aquisição de terreno através de compras de cotas

c) Investimentos no exterior:

As informações financeiras da sociedade controlada sob controle comum Cyrsa S.A. (sediada na Argentina), cuja moeda funcional corresponde ao peso argentino, foram convertidas para reais utilizando-se a taxa de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2022 R$0,0296 (Em 31 de dezembro de 2021: R$0,0568). Os efeitos de conversão do balanço para a moeda de apresentação da Companhia estão refletidos em "Outros resultados abrangentes" patrimônio líquido, representado por R$(2.792) em 31 de dezembro de 2022 (Em 31 de dezembro de 2021 R$ (453)).

d) Composição dos investimentos apresentados no consolidado:

		% Participação 2022	% Participação 2021	Patrimônio Líquido 2022	Patrimônio Líquido 2021	Lucro (Prejuízo) Líquido do período 2022	Lucro (Prejuízo) Líquido do período 2021	Investimento 2022	Investimento 2021	Equivalência 2022	Equivalência 2021
Aurea Extrema Empreendimentos Imobiliários		50,00	50,00	96.934	-	43	-	48.467	-	22	-
Brasil Incorporacao 199 Spe Ltda	(ii)	50,00	0,00	10.292	-	1.079	-	5.146	-	540	-
Camargo Correa Cyrela Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		50,00	50,00	24.409	23.836	(2)	96	12.204	11.918	(1)	48
Carapa Empreendimentos Imobiliários S/A		60,00	60,00	28.407	28.695	(288)	655	17.044	17.217	(173)	393
Cbr 011 Empreendimentos Imobiliários Ltda		32,50	32,50	97.097	78.166	68.726	44.288	31.557	25.404	22.336	14.393
Cbr 046 Empreendimentos Imobiliários Ltda		58,50	58,50	34.083	17.098	7.276	2.163	19.939	10.002	4.257	1.265
Cbr 051 Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	39.173	117.508	60.665	65.518	19.586	58.754	30.333	32.759
Ccisa90 Incorporadora Ltda		40,00	40,00	10.714	7.832	(112)	(34)	4.286	3.133	(45)	(14)
Cury Construtora e Incorporadora S/A	(i)/(iii)	23,77	30,97	751.891	662.289	329.884	299.753	178.722	183.047	78.413	92.826
Cy 2 Pqnm Empreend Imob Ltda	(i)	20,00	100,00	31.556	1	20	(0)	6.311	-	4	-
Ebm Incorporações S.A.	(ii)	50,00	0,00	122.879	-	(7.004)	-	61.440	-	(3.502)	-
Eemovel Servicos de Informações S/A	(ii)	40,00	0,00	13.410	-	3.869	-	5.364	-	1.548	-
Embu Investimentos Imobiliarios e Participações S.A.	(ii)/(iv)	40,00	0,00	65.754	-	(1.405)	-	26.301	-	(562)	-
Ibiraja Empre Imob Spe Ltda	(ii)	49,00	0,00	46.450	-	11.882	-	22.761	-	4.497	-
Imobiliaria 518 do Brasil Projetos Imob. Ltda	(ii)	90,00	0,00	52.123	-	(10.209)	-	46.911	-	(9.188)	-
Iracema Incorporadora Ltda		50,00	50,00	98.562	65.760	22.751	5.683	49.281	32.880	11.376	2.841
Jardim Loureiro da Silva Empreendimentos Imobiliários Ltda		65,00	65,00	22.728	33.138	(75)	1.502	14.773	21.540	(49)	976
Lamballe Incorporadora Ltda		40,00	40,00	22.308	21.869	439	1.573	8.923	8.748	176	629
Lavvi Empreendimentos Imobiliários S.A		28,36	27,03	1.171.691	1.178.133	114.889	177.732	535.897	526.837	32.579	48.036
Lavvi Madri Empreendimentos Imobiliários Ltda		20,00	20,00	52.369	50.696	15.673	21.697	10.474	10.139	3.135	4.339
Living Botucatu Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	23.703	35.685	(11.982)	(787)	11.852	17.843	(5.991)	(393)
Living Cerejeira Empreendimentos Imobiliários Ltda		70,00	70,00	34.578	58.746	8.832	31.830	24.205	41.122	6.182	22.281
Locadora de Imóveis Inacio Vasconcelos Ltda.		1,92	1,92	24.587	21.470	2.728	(299)	472	412	52	(6)
M Patri Spe 01 Empreendimentos Imob	(ii)	20,00	0,00	41.970	-	(98)	-	8.394	-	(20)	-
Mac Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	12.511	15.003	(2.492)	(2.750)	6.256	7.502	(1.246)	(1.375)
Mãos Dadas Empreendimentos Imobiliários Ltda		40,16	40,16	13.927	13.921	6	(29)	5.593	5.590	3	(12)
Marquise - Mandara By Yoo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	(ii)	33,00	0,00	26.180	-	26.405	-	8.639	-	8.714	-
Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A		34,52	33,89	410.238	349.322	133.680	135.086	673.887	662.235	46.144	45.787
Queiroz Galvao Mac Cyrela Veneza Empreendimentos Imobiliários S/A		15,00	15,00	13.954	13.098	856	1.947	2.093	1.965	128	292
Reserva Casa Grande Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	33.395	42.965	7.391	12.267	16.698	21.483	3.695	6.133
Rio Manso Empreendimentos Imobiliários L		50,00	50,00	11.599	3.035	2.062	(91)	5.799	1.517	1.031	(46)
Scp Veredas Buritis Fase Ii		6,00	6,00	23.183	21.224	1.997	681	1.391	1.273	120	41
Sig 10 Empreendimentos		50,00	50,00	60.294	67.247	(6.900)	10.170	30.147	33.624	(3.450)	5.085
Sk Demostenes Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	23.783	26.545	438	(2.911)	11.891	-	219	-
Sk Franca Empreend Imob S.A	(i)	50,00	99,99	50.928	43.888	(1.056)	(1.545)	25.464	-	(528)	-
Sk Loefgreen Empreendimentos Imobiliários Ltda	(i)	65,00	99,99	89.774	42.718	(4.590)	(600)	58.353	-	(2.984)	-
Snowbird Master Fundo de Investimento Imobiliário		20,00	20,00	320.423	249.632	3.937	(3.840)	64.085	49.926	787	(768)
Snowbird Parallel Fundo de Investimento Imobiliário		20,00	20,00	282.947	188.164	17.602	(2.555)	56.589	37.633	3.520	(511)
Spe 110 Brasil Incorporação Ltda		50,00	50,00	12.930	4.153	5.867	3.163	6.465	2.077	2.934	1.581
Spe 131 Brasil Incorporação Ltda		50,00	50,00	19.976	15.603	3.565	330	9.988	7.802	1.782	165
Spe Barbacena Empreendimentos Imobiliários Ltda		50,00	50,00	14.013	16.739	494	(297)	7.007	8.369	247	(148)
Spe Brasil Incorporação 83 Ltda		50,00	50,00	19.515	40.704	(6.189)	(13.111)	9.758	20.352	(3.095)	(6.555)
Spe Chl Cv Incorporações Ltda		50,00	50,00	17.017	16.302	714	(266)	8.508	8.151	357	(133)
Spe Faiçalville Incorporação 3 Ltda		50,00	50,00	12.018	6.333	3.079	718	6.009	3.167	1.540	359
Tamoios Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda		60,00	60,00	31.764	29.666	2.098	690	19.058	17.800	1.259	414
Tarjab-Ares Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	(ii)	49,00	0,00	33.729	-	9.278	-	16.527	-	3.355	-
Villa Real Incorporações Ltda		50,00	50,00	10.241	9.968	(5)	(14)	5.120	4.984	(2)	(7)
Vinson Empreendimentos Imobiliários Ltda		49,02	49,02	93.022	69.818	23.204	23.618	45.599	34.225	11.375	11.578
Outras SPE's até 10MMM				668.728	790.509	(45.954)	(5.378)	(25.531)	171.539	(34.738)	14.912
								2.245.704	2.070.208	217.085	297.167

(i) Alteração decorrente de aumento / (redução) na participação
(ii) Refere-se a constituição/ingresso nova empresa
(iii) Em setembro de 2022 a Companhia concluiu a venda de 19.643.651 ações da sua investida Cury Construtora e Incorporadora S/A, por um preço médio cotado a valor de mercado de R$9,33. Adicionalmente, em outubro de 2022 foi realizado uma nova venda de 1.838.200 ações, por um preço médio cotado a valor de mercado de R$ 12,26. A movimentação líquida de resultado totalizou um ganho líquido de R$152.079 reconhecido na rubrica de outros resultados em investimentos.
(iv) Os investimentos da controladora possuem a capitalização dos juros dos empréstimos, financiamentos e debêntures, que são identificados diretamente aos empreendimentos imobiliários de suas investidas. No consolidado, esses valores são capitalizados aos estoques, conforme nota explicativa nº 6.

e) Investimento registrado ao valor justo

O investimento da SYN PROP E TECH S.A em 31 de dezembro de 2022 totalizou R$7.526 (R$13.057 em 31 de dezembro de 2021), considerando 1.813.472 ações detidas pela Companhia avaliadas pelo valor de mercado por ação de R$4,15. A movimentação líquida de resultado, já desconsiderada distribuição de dividendos ocorrida no exercício, foi reconhecida na rubrica de outras em investimentos no montante aproximado de R$(5.531). O investimento da Tecnisa S/A em 31 de dezembro de 2022 totalizou R$2.699 (R$3.677 em 31 de dezembro de 2021), considerando 1.018.480 ações detidas pela Companhia avaliadas pelo valor de mercado por ação de R$2,65 conforme montante negociado na Bovespa em 31 de dezembro de 2022. A movimentação líquida de resultado foi reconhecida na rubrica de outras em investimentos no montante aproximado de R$(977).

8. Imobilizado

As movimentações estão demonstradas a seguir:

Controladora

Custo:	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Instalações	Veículos	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros (i)	Direito de Uso (iii)	Total
Saldo em 31.12.2020	**1.406**	**5.925**	**13.103**	**374**	**-**	**30.832**	**13.599**	**65.239**
Adições	45	24	2.912	-	-	-	24.015	26.996
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	**1.451**	**5.949**	**16.015**	**374**	**-**	**30.832**	**37.614**	**92.235**
Adições	778	201	238	-	-	- 1.472	7.530	7.275
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	**2.229**	**6.150**	**16.253**	**374**	**-**	**29.360**	**45.144**	**99.510**

Controladora

Depreciação:	10% a.a. - Máquinas e equipamentos	10% a.a. - Móveis e utensílios	20% a.a. - Computadores	10% a.a. - Instalações	20% a.a. - Veículos	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros (i)	Direito de Uso (iii)	Total
Saldo em 31.12.2020	**(1.317)**	**(5.827)**	**(11.507)**	**(374)**	**-**	**(26.437)**	**(9.435)**	**(54.897)**
Depreciações	(25)	(95)	(672)	-	-	(2.473)	(5.758)	(9.023)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	**(1.342)**	**(5.922)**	**(12.179)**	**(374)**	**-**	**(28.910)**	**(15.193)**	**(63.920)**
Depreciações	(81)	(5)	(1.003)	-	-	(416)	(6.496)	(8.001)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	**(1.423)**	**(5.927)**	**(13.182)**	**(374)**	**-**	**(29.326)**	**(21.689)**	**(71.921)**
Saldo residual em 31.12.2020	**89**	**98**	**1.596**	**-**	**-**	**4.395**	**4.164**	**10.342**
Saldo residual em 31.12.2021	**109**	**27**	**3.836**	**-**	**-**	**1.922**	**22.421**	**28.315**
Saldo residual em 31.12.2022	**806**	**223**	**3.071**	**-**	**-**	**34**	**23.455**	**27.589**

Consolidado

Custo:	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Instalações	Veículos	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros (i)	Direito de Uso (iii)	Estande de Vendas (ii)	Total
Saldo em 31.12.2020	**5.145**	**11.701**	**20.782**	**1.085**	**38**	**46.950**	**22.410**	**167.679**	**275.790**
Adições	198	796	6.821	-	-	1.450	32.029	88.045	129.339
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(60.967)	(60.967)
Saldo em 31.12.2021	**5.343**	**12.497**	**27.603**	**1.085**	**38**	**48.400**	**54.439**	**194.757**	**344.162**
Adições	896	915	1.499	-	-	2.175	12.461	81.527	99.473
Baixas	(11)	-	-	-	-	-	-	(62.853)	(62.864)
Saldo em 31.12.2022	**6.228**	**13.412**	**29.102**	**1.085**	**38**	**50.575**	**66.900**	**213.431**	**380.771**

Consolidado

Depreciação:	10% a.a. - Máquinas e equipamentos	10% a.a. - Móveis e utensílios	20% a.a. - Computadores	10% a.a. - Instalações	20% a.a. - Veículos	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros (i)	Direito de Uso (iii)	Estande de Vendas (ii)	Total
Saldo em 31.12.2020	**(4.879)**	**(11.104)**	**(17.465)**	**(1.074)**	**(38)**	**(40.155)**	**(13.192)**	**(114.449)**	**(202.356)**
Depreciações	(57)	(172)	(2.968)	(4)	-	(4.004)	(8.829)	(20.491)	(36.525)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	18.907	18.907
Saldo em 31.12.2021	**(4.936)**	**(11.276)**	**(20.433)**	**(1.078)**	**(38)**	**(44.159)**	**(22.021)**	**(116.033)**	**(219.974)**
Depreciações	(130)	(199)	(1.975)	(2)	-	(1.618)	(10.472)	(27.223)	(41.619)
Baixas	11	-	-	-	-	-	-	10.168	10.179
Saldo em 31.12.2022	**(5.055)**	**(11.475)**	**(22.408)**	**(1.080)**	**(38)**	**(45.777)**	**(32.493)**	**(133.088)**	**(251.414)**
Saldo residual em 31.12.2020	**266**	**597**	**3.317**	**11**	**-**	**6.795**	**9.218**	**53.230**	**73.434**
Saldo residual em 31.12.2021	**407**	**1.221**	**7.170**	**7**	**-**	**4.241**	**32.418**	**78.724**	**124.188**
Saldo residual em 31.12.2022	**1.173**	**1.937**	**6.694**	**5**	**-**	**4.798**	**34.407**	**80.343**	**129.357**

(i) Os gastos são apropriados ao resultado conforme prazo de locação dos imóveis que variam de três até cinco anos.
(ii) A depreciação é efetuada conforme a vida útil dos ativos, com prazo de até 24 meses, utilizados durante o exercício de comercialização dos empreendimentos e apropriada no resultado na rubrica "Despesas com vendas". Quando o estande de vendas é construído no terreno, a desmobilização ocorre em prazo menor para dar início às obras do empreendimento.
(iii) Adição referente á adoção do IFRS 16 - Arrendamentos, na qual a Companhia é locatária de alguns ativos.
(iv) Referente a alteração de controle em investidas

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram identificados ativos com necessidade de provisão para *"Impairment"*.

9. Intangível

As movimentações estão demonstradas a seguir:

Controladora

Custo:	Marcas, patentes e Direitos	Gastos com implantações	Direito de uso de software	Sub-total	Mais Valia	Total
Saldo em 31.12.2020	**11.966**	**72.860**	**26.148**	**110.974**	**166.592**	**277.566**
Adições	-	4	129	133	11.197	11.330
Baixas	-	-	-	-	(8.951)	(8.951)
Saldo em 31.12.2021	**11.966**	**72.864**	**26.277**	**111.107**	**168.838**	**279.945**
Adições	-	-	-	-	99.642	99.642
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	**11.966**	**72.864**	**26.277**	**111.107**	**268.480**	**379.587**

Controladora

Amortização:	Marcas, patentes e Direitos	14% a.a. - Gastos com implantações	20% a.a. - Direito de uso de software	Sub-total	Mais Valia	Total
Saldo em 31.12.2020	**-**	**(68.426)**	**(24.973)**	**(93.399)**	**(147.927)**	**(241.326)**
Amortizações	-	(2.764)	(680)	(3.444)	(5.436)	(8.880)
Saldo em 31.12.2021	**-**	**(71.190)**	**(25.653)**	**(96.843)**	**(153.363)**	**(250.206)**
Amortizações	-	(1.592)	(196)	(1.788)	(19.114)	(20.902)
Saldo em 31.12.2022	**-**	**(72.782)**	**(25.849)**	**(98.631)**	**(172.477)**	**(271.108)**
Saldo residual em 31.12.2020	**11.966**	**4.434**	**1.175**	**17.576**	**18.666**	**36.242**
Saldo residual em 31.12.2021	**11.966**	**1.674**	**624**	**14.264**	**15.475**	**29.739**
Saldo residual em 31.12.2022	**11.966**	**82**	**428**	**12.476**	**96.003**	**108.479**

Consolidado

Custo:	Marcas, patentes e Direitos	Gastos com implantações	Direito de uso de software	Sub-total	Mais Valia	Total
Saldo em 31.12.2020	**11.966**	**89.788**	**39.227**	**140.981**	**133.960**	**274.941**
Adições	-	4	240	244	19.408	19.652
Baixas	-	-	-	-	(1.252)	(1.252)
Alteração de critério (i)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	**11.966**	**89.792**	**39.467**	**141.225**	**152.116**	**293.341**
Adições	-	-	132	132	200.800	200.932
Saldo em 31.12.2022	**11.966**	**89.792**	**39.599**	**141.357**	**352.916**	**494.273**

Consolidado

Amortização:	Marcas, patentes e Direitos	14% a.a. - Gastos com implantações	20% a.a. - Direito de uso de software	Sub-total	Mais Valia	Total
Saldo em 31.12.2020	**-**	**(85.353)**	**(37.738)**	**(123.091)**	**(130.888)**	**(253.979)**
Amortizações	-	(2.763)	(737)	(3.500)	(149)	(3.649)
Baixas	-	-	-	-	-	
Saldo em 31.12.2021	**-**	**(88.116)**	**(38.475)**	**(126.591)**	**(131.037)**	**(257.628)**
Amortizações	-	(1.592)	(263)	(1.855)	(19.799)	(21.654)
Saldo em 31.12.2022	**-**	**(89.708)**	**(38.738)**	**(128.446)**	**(150.836)**	**(279.282)**
Saldo residual em 31.12.2020	**11.966**	**4.435**	**1.489**	**17.890**	**3.072**	**20.962**
Saldo residual em 31.12.2021	**11.966**	**1.676**	**992**	**14.634**	**21.079**	**35.713**
Saldo residual em 31.12.2022	**11.966**	**84**	**861**	**12.911**	**202.080**	**214.991**

Os saldos de mais-valia de ativos têm vida útil definida de acordo com a construção dos empreendimentos, e são alocados nas rubricas de imóveis a comercializar nas informações financeiras consolidadas, e na controladora ficam no grupo de intangível.

Para os demais intangíveis, a Administração efetua revisão periódica ao final de cada exercício da vida útil dos intangíveis da Companhia.

A movimentação analítica dos saldos de mais-valia de ativos com vida útil definida está demonstrada a seguir:

Controladora

	2021	Mais Valia	Amortização	2022
Mais-valia na Companhia				
Spe Barbacena Empreendimentos Imobiliários S/A	**143**	1	(74)	**70**
Cyma Desenvolvimento Imobiliário S/A	**1.606**	**-**	-	**1.606**
Lb 2017 Empreendimentos e Participações Imobiliárias S/A (i)	**3.782**	-	(860)	**2.922**
Bro 2020 Participações S.A	**2.432**	-	-	**2.432**
Prs Xxi Incorporadora Ltda	**7.512**	-	(2.216)	**5.296**
Embu Investimento Imobiliarios Participações SA	**-**	26.606	(15.964)	**10.642**
M Patri Spe 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda	**-**	22.922	-	**22.922**
EBM Incorporações S.A.	**-**	50.113	-	**50.113**
Total	**15.475**	**99.642**	**(19.114)**	**96.003**

(i) Mais-valia das Investidas, na visão consolidado, são reclassificados para a rubrica de estoque. Baixa do saldo no trimestre devido à venda de participação nas investidas.

Consolidado

	2021	Mais Valia	Amortização	2022
Mais-valia na Companhia				
Cyma Desenvolvimento Imobiliário S/A	**1.606**	-	-	**1.606**
Living Sul Empreendimentos Imobiliários Ltda	**1.174**	**-**	(1.174)	**-**
Spe Barbacena Empreendimentos Imobiliários S/A	**143**	1	(74)	**70**
Bro 2020 Participações S.A	**2.432**	**-**	-	**2.432**
Gruvi Tecnologias S.A.	**1.615**	**-**	-	**1.615**
Charlie Tecnologia e Acomodaco	**2.067**	**528**	-	**2.595**
Prs Xxi Incorporadora Ltda	**7.512**	**-**	(2.216)	**5.296**
Cyma 10 Empreendimentos Imobiliários	**953**	**-**	-	**953**
Edi Anita Lorenzoni Maraschin Karwo	**3.577**	**-**	(371)	**3.206**
Eemovel Serviços de Informação	**-**	6.604	-	**6.604**
Embu Investimento Imobiliarios Participações SA	**-**	26.606	15.964	**10.642**
M Patri Spe 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda	**-**	22.922	-	**22.922**
Imobiliária 518 do Brasil Projetos	**-**	94.026	-	**94.026**
EBM Incorporações S.A.	**-**	50.113	-	**50.113**
Total	**21.079**	**200.800**	**(19.799)**	**202.080**

10. Empréstimos e Financiamentos

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Empréstimos - principal	374.167	499.032	574.814	705.128
Empréstimos - juros a pagar	6.958	7.600	11.761	10.079
Empréstimos - custos de transação	(2.829)	(212)	(2.829)	(212)
Financiamentos - principal	72.497	14.709	1.247.003	670.206
Financiamentos - juros a pagar	417	77	4.387	2.133
Total	**451.210**	**521.206**	**1.835.136**	**1.387.334**
Circulante	**228.713**	**257.331**	**728.233**	**415.498**
Não Circulante	**222.497**	**263.875**	**1.106.903**	**971.836**

Em 31 de dezembro de 2022, os financiamentos de R$ 1.247.002 (R$ 670.206 em 31 de dezembro de 2021) correspondem a contratos de operações de crédito imobiliário, sujeitos a juros entre 7,99% a.a. (acrescido de TR) e Poupança + 5,00% a.a. (acrescido de TR). Possuem cláusulas de vencimento antecipado no caso do não cumprimento dos compromissos neles assumidos, como a aplicação dos recursos no objeto do contrato, registro de hipoteca do empreendimento, cumprimento de cronograma das obras e outros. As garantias dos financiamentos são compostas por caução de recebíveis, representando de 120% a 130% dos valores dos empréstimos, hipoteca do terreno e das futuras unidades, e também o aval da Companhia

Os empréstimos em moeda nacional são representados por:

Emissão	2022	2021	Taxa
dez-13	105.945	123.650	TJLP + 3,78%
jun-18	-	100.000	110% CDI
ago-18	-	29.032	104% CDI
set-18	-	50.000	110% CDI
jul-20	100.000	100.000	CDI + 1,75%
jul-20	99.167	170.000	CDI + 2,50%
nov-20	-	50.000	CDI + 2,10%
out-22	50.000	-	CDI + 2,40%
mar-21	50.000	50.000	CDI + 1,75%
mai-21	29.702	32.446	CDI + 1,83%
jun-22	15.000	-	CDI + 2,40%
dez-22	125.000	-	CDI + 1,25%
Total	**574.814**	**705.128**	

Os juros de empréstimos dos contratos de operações de crédito imobiliário, elegíveis à capitalização aos estoques, líquido de rendimentos de aplicações financeiras, totalizaram, no período findo em 31 de dezembro de 2022, R$92.125 (R$40.309, em 31 de dezembro de 2021).

Os saldos têm a seguinte composição:

Ano	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
12 meses	228.713	257.331	728.233	415.498
24 meses	160.465	99.166	568.060	525.580
36 meses	27.254	154.902	402.293	321.718
48 meses	34.778	9.807	127.853	107.389
60 meses	-	-	8.697	14.057
> 60 meses	-	-	-	3.092
Total	**451.210**	**521.206**	**1.835.136**	**1.387.334**

As movimentações dos saldos estão demonstradas a seguir:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Saldo Inicial	**521.206**	**918.775**	**1.387.334**	**1.208.622**
Adições	181.854	64.700	1.446.003	757.773
Pagamento do principal	(249.864)	(463.381)	(994.407)	(598.115)
Pagamento de juros	(55.557)	(29.578)	(147.453)	(60.872)
Juros e encargos	53.571	30.690	159.845	79.926
Alteração de critério (i)	-	-	(16.186)	-
Total	**451.210**	**521.206**	**1.835.136**	**1.387.334**

(i) Referente a alteração de controle em investidas

Cláusulas contratuais restritivas

Alguns contratos de empréstimos citados acima possuem cláusulas restritivas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer, que devem ser cumpridas trimestralmente. A seguir, demonstramos os índices requeridos:

	Índice requerido contratualmente
Dívida líquida (adicionada de imóveis a pagar e deduzidas de dívida SFH) / Patrimônio Líquido	Igual ou inferior a 0,7
Recebíveis (adicionado de imóveis a comercializar) / dívida líquida (adicionado de imóveis a pagar e custos e despesas a apropriar)	Igual ou superior a 1,5 ou menor que 0

Todas as cláusulas contratuais foram cumpridas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

11. Debêntures (Controladora e Consolidado)

a) O resumo das características e dos saldos das debêntures é como segue:

Características	Cyma 01	CYREA4	CashMe
Série Emitida	Primeira	Primeira	Primeira e Segunda
Tipo de Emissão	Simples	Simples	Simples
Natureza Emissão	Privada	Pública	Pública
Data da Emissão	31/10/17	17/05/21	28/09/22
Data de Vencimento	31/10/22	17/05/26	28/09/27
Espécie da Debêntures	Quirografária	Quirografária	Quirografária
Condição de Remuneração	0,3% da Receita Líquida da venda das unidades autônomas do empreendimento Klabin Cyma	CDI + 1,69%	CDI + 1,25% / CDI + 1,75%
Valor Nominal (unitário)	500	1.000	1.000
Titulos Emitidos (unidade)	8	750.000	300.000
Títulos em Circulação (unidade)	8	750.000	300.000
Títulos Resgatados (unidade)	0	0	0
Forma de Pagamento dos Juros	6 meses após o vencimento	Semestral	Bullet / Semestral
Parcelas de Amortização	1	2	1 / 3

Controladora

	2022 CYREA4	2021 CYREA4
Debêntures a Pagar	750.000	750.000
Juros sobre Debêntures a Pagar	13.471	9.333
Gastos	(1.725)	(3.319)
Total	**761.746**	**756.014**
Circulante	**12.948**	**8.567**
Não Circulante	**748.798**	**747.447**

Consolidado

	2022 CYMA 01	2022 CYREA4	2021 CYMA 01	2021 CYREA4
Debêntures a Pagar	-	1.050.000	4.000	750.000
Juros sobre Debêntures a Pagar	-	23.379	2.647	9.333
Gastos	-	(3.133)	-	(3.319)
Total	**-**	**1.070.247**	**6.647**	**756.014**
Circulante	**-**	**121.448**	**6.647**	**8.567**
Não Circulante	**-**	**948.798**	**-**	**747.447**

As debêntures podem ser resgatadas antecipadamente a exclusivo critério da Companhia. A Companhia também pode adquirir debêntures em circulação no mercado, observando a legislação vigente.

Os saldos têm a seguinte composição:

Prazo	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
12 meses	12.948	8.567	121.448	15.214
24 meses	(525)	(772)	(525)	(772)
36 meses	374.477	(775)	441.137	(775)
48 meses	374.846	374.228	441.516	374.228
60 meses	-	374.766	66.670	374.766
Total	**761.746**	**756.014**	**1.070.246**	**762.661**

As movimentações do saldo da rubrica "Debêntures" são demonstradas a seguir:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Saldo Inicial	**756.014**	**-**	**762.661**	**5.886**
Adições	-	750.000	300.000	750.000
Pagamento do principal	-	-	(4.000)	-
Pagamento de juros	(99.114)	(24.995)	(99.114)	(24.995)
Juros e encargos	104.846	31.009	110.700	31.770
Total	**761.746**	**756.014**	**1.070.247**	**762.661**

continua...

CONTINUAÇÃO

CYRELA BRAZIL REALTY S.A.
EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

CYRELA

CYRE3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL · abrasca Companhia Associada · AÇÃO Nossas ações são negociadas nas bolsas de valores · Empresa Amiga da Criança

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Cláusulas contratuais

Em 17 de maio de 2021, a Companhia concluiu a 14ª emissão de debêntures simples CYREA4, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, de espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no valor total de R$ 750.000. As debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de maio de 2026, sendo sua amortização em 2 (duas) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 4º (quarto) ano (inclusive) contado da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 17 de maio de 2025, e a outra parcela na data de vencimento das debêntures. As debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma de percentual ao ano-base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias uteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de spread (sobretaxa) correspondente a 1,69% (um inteiro e sessenta e nove centésimos por cento) ao ano-base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, pago semestralmente, nos meses de novembro e maio de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 17 de novembro de 2021 e o último pagamento na data de vencimento.

Cláusulas contratuais restritivas

O instrumento particular de escritura da emissão de debêntures possui cláusulas restritivas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e custos a incorrer. A seguir demonstramos os índices requeridos:

	Índice requerido contratualmente
Dívida líquida (adicionada de imóveis a pagar e deduzidas de dívida SFH) / Patrimônio Líquido	Igual ou inferior a 0,8
Recebíveis (adicionado de imóveis a comercializar) / dívida líquida (adicionado de imóveis a pagar e custos e despesas a apropriar)	Igual ou superior a 1,5 ou menor que 0

Essas cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Classificação de risco: em 01 de dezembro de 2022, a agência de rating S&P Global Ratings atribuiu à 1ª Série da 14ª Emissão de Debêntures da Companhia o rating brAAA (escala nacional), perspectiva Estável, através de relatório contemplando a avaliação de risco da emissão. A Companhia acompanha os relatórios de "rating" (avaliação de risco) das operações de securitização periodicamente. O rating encontra-se disponível em: https://webapp.oliveiratrust.com.br/home.

12. Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI (Controladora e Consolidado)

a) Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários S/A ("Securitizadora")

Em 14 de dezembro de 2011, a Securitizadora realizou sua 1ª série da 1ª emissão das operações de CRI, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2011.

Em 09 de maio de 2018 a Securitizadora realizou a 8ª emissão de CRI aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de maio de 2018.

A colocação dos CRIs no mercado da 1ª série da 1ª emissão ocorreu por meio da oferta pública de 900 CRI nominativos e escriturais com valor unitário de R$300, perfazendo R$270.000 e a 8ª emissão com a quantidade de 390.000 CRI nominativos e escriturais com o valor unitário de R$1, perfazendo R$390.000. Conforme definido nos Termos de Securitização de Créditos Imobiliários os CRIs da 1ª emissão contam com garantia representada pela cessão fiduciária de:

- Direitos creditórios oriundos da comercialização de unidades imobiliárias de empreendimentos de titularidade das cedentes fiduciantes (investidas da Controladora) e da Companhia, direitos e valores depositados pelos compradores das unidades imobiliárias, pelas cedentes fiduciantes ou pela Controladora, em contas bancárias designadas especificamente para o recebimento de tais valores, nos termos do contrato de cessão fiduciária.

Os CRIs da 1ª emissão têm como lastro créditos imobiliários decorrentes de CCBs de emissão da Companhia e os CRIs da 8ª emissão têm como lastro créditos imobiliários decorrentes de Debêntures de emissão da Companhia. A Securitizadora instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da controlada e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e, no Sistema Bovespafix da B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão - Novo Mercado, respectivamente.

As principais características das 1ª e 8ª emissões, são:

Características	1ª série da 1ª emissão (i)	1ª série da 8ª emissão (i / ii)
Data de emissão	14/06/2011	09/05/2018
Data de amortização	Juros semestrais e valor principal em 1ª de junho de 2023.	09 de junho de 2020, 09 de junho de 2021 e 09 de junho de 2022.
Valor nominal unitário na emissão	300	1
Quantidade de certificados emitidos	900	390.000
Remuneração	Não haverá atualização monetária e haverá juros incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário, desde a data de emissão, correspondente á taxa de 107% da taxa DI, calculada e divulgada pela CETIP.	Juros remuneratórios correspondentes a 102% (cento e dois por cento) da Taxa DI calculada e divulgada pela CETIP
Retrocessão	Não houve	Não houve
Cláusulas contratuais restritivas	O cálculo do índice de cobertura mínimo é realizado pela divisão entre: (a) o saldo das contas vinculadas multiplicado por fator de ponderação de 1,1, acrescido do montante de equivalente ao saldo devedor dos direitos creditórios imobiliários multiplicado por fator de ponderação equivalente a 1, e (b) o saldo devedor das obrigações garantidas na data do cálculo. O resultado da referida divisão deverá ser igual ou superior a 110%.	O não cumprimento de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem calculados trimestralmente pela Emissora com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e verificados pela Securitizadora até 5 (cinco) dias após o recebimento do cálculo enviado pela Emissora ("Índices Financeiros"): (i) a razão entre (A) a soma de Dívida Líquida e Imóveis a Pagar; e (B) Patrimônio Líquido; deverá ser sempre igual ou inferior a 0,80 (oitenta centésimos); e (ii) a razão entre (A) a soma de Total de Recebíveis e Imóveis a Comercializar; e (B) a soma de Dívida Líquida, Imóveis a Pagar e Custos e Despesas a Apropriar; deverá ser sempre igual ou maior que 1,5 (um e meio) ou menor que 0 (zero).

(i) A inadimplência de recebíveis vinculados à emissão do CRI não possui impacto para operação, pois os recebíveis são apenas garantia do futuro pagamento.

(ii) Classificação de risco: em 30 de julho de 2021, a Companhia obteve, através da agência de "rating" Moody's Local Brasil, relatório contemplando a avaliação de risco da 1ª série da 8ª emissão de CRI da Securitizadora de AA+.br (escala nacional). A Companhia acompanha os relatórios de "rating" (avaliação de risco) das operações de securitização periodicamente.

b) Gaia Securitizadora S/A ("Gaia")

Os CRIs da 4ª emissão da Gaia, da 109ª e 110ª séries têm como lastro uma carteira de recebíveis adquirida pela Gaia, que por sua vez emitiu 147 Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários"). A Gaia instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da Gaia e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da B3.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública com esforços restritos de 802 CRIs Seniores (109ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$126, perfazendo R$101.234 e 213 CRIs Subordinados (110ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$126, perfazendo R$26.910 adquiridos integralmente pela Companhia. Os CRIs Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRIs subordinados. Dessa forma, os CRIs Subordinados não poderão ser resgatados pela Emissora antes do resgate integral dos CRIs Seniores.

Características	109ª série da 4º emissão	110ª série da 4º emissão
Data de emissão	20/06/2018	20/06/2018
Data de amortização	Mensalmente conforme Anexo II ao Termo de Securitização	
Valor nominal unitário na emissão	126.227,55	126.340,07
Remuneração	Juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de spread de 1,2% (um inteiro e dois-décimos por cento) ao ano.	Juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de spread de 5% (cinco por cento) ao ano.
Retrocessão	Não houve	
Cláusulas contratuais restritivas	Pagamento dos CRI Seniores: Os recursos dos pagamentos e pré-pagamentos dos Créditos Imobiliários Totais e dos Créditos Imobiliários Cyrela CCI Emitidas serão utilizados, em sua totalidade e de acordo com a Cascata de Pagamentos, para o pagamento exclusivo dos CRI Seniores ("Pagamento dos CRI Seniores"), sempre que, mensalmente, a razão entre (i) o valor do pagamento devido aos CRI Seniores no período, e (ii) a somatória dos valores totais recebidos no período, for superior ou igual a 80% (oitenta por cento) ("Evento de Pagamento dos CRI Seniores"). Pagamento dos CRI Subordinados: Observada a Cascata de Pagamentos, os recursos dos pagamentos e pré-pagamentos dos Créditos Imobiliários Totais e dos Créditos Imobiliários Cyrela CCI Emitidas devidos aos CRI Subordinados serão retidos na Conta Centralizadora caso seja verificado, mensalmente, que a razão entre a (i) o valor do pagamento devido aos CRI Seniores no período, e (ii) a somatória dos valores totais recebidos no período, for inferior a 80% (oitenta por cento) e superior ou igual a 77,50% (setenta e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento), durante o respectivo mês, conforme verificado pela Emissora ("Evento de Pagamento dos CRI Subordinados"). Os recursos retidos na Conta Centralizadora serão utilizados para pagamento dos CRI Subordinados ("Pagamento dos CRI Subordinados") sempre que: (i) a razão entre (i) o valor do pagamento devido aos CRI Seniores no período, e (ii) a somatória dos valores totais recebidos no período, for inferior a 77,50% (setenta e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento), durante o respectivo mês, conforme verificado pela Emissora; e (ii) houver o cumprimento da seguinte equação, respeitando as datas de pagamento previstas na Tabela Vigente: Saldo CRI Senior/VPL CRI Total ≤ 80%	

Os CRIs da 4ª emissão da Gaia, da 131ª à 134ª séries têm como lastro uma carteira de recebíveis adquirida pela Gaia, que por sua vez emitiu 160 Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários"). A Gaia instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da Gaia e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da B3.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública com esforços restritos de 74.072 unidades de CRIs Seniores (131ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$1, perfazendo R$ 74.072; 10.581 unidades de CRIs Mezaninos 1 (132ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$1, perfazendo R$ 10.852; 3.174 unidades de CRIs Mezaninos 2 (133ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$ 1. perfazendo R$ 3.174. e 17.088 Unidades de CRIs Subordinados (134ª série), nominativos e escriturais com valor unitário de R$ 1, perfazendo R$ 17.989 adquiridos integralmente pela Companhia. Os CRIs Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRIs subordinados. Dessa forma, os CRIs Subordinados não poderão ser resgatados pela Emissora antes do resgate integral dos CRIs Seniores.

Características	131ª série da 4ª emissão	132ª série da 4ª emisssão	133ª série da 4ª emissão	134ª série da 4ª emissão
Data de emissão	13/12/2019	13/12/2019	13/12/2019	13/12/2019
Data de amortização	Mensal			
Remuneração	Juros Remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de um Spread de 1%	Juros Remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de um Spread de 3,4%	Juros Remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de um Spread de 6%	Juros Remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de um Spread de 7%
Retrocessão	Não Há			
Cláusulas contratuais restritivas	4ª Emissão de CRI da GAIA Securitizadora, Séries 131, 132, 133 e 134. A Ordem de pagamentos deve seguir o grau de senioridade de cada série, em sequência da seguinte forma: Série Sênior (nº 131), Série Mezanino 1 (nº 132), Série Mezanino 2 (nº133), Série Subordinada (nº 134) e todos os pagamentos de remuneração aos titulares dos CRI somente serão pagos após os pagamentos dos devidos custos do patrimônio separado da emissão. A Série Subordinada somente será paga após os pagamentos das séries com grau de senioridade mais elevadas; a Série Subordinada ainda contará com distribuição de prêmio por performance de forma não sequencial/mensal. Os recursos retidos na Conta Centralizadora, conforme previsto no item 7.2. do Termo de Securitização, serão utilizados para pagamento dos CRI Juniores sempre que houver o cumprimento da seguinte equação, respeitando as datas de pagamento previstas na Tabela Vigente: (Saldo CRI Sênior, CRI Mezanino 1 e CRI Mezanino 2 / VPL CRITotal) ≤ Índice de Senioridade. A Presente emissão observa as seguintes instruções da CVM (iCVM): Instrução CVM 414; Instrução CVM 476; Instrução CVM 539; Instrução CVM 583. O Processo de emissão se deu por Emissão Pública mediante esforços restritos de distribuição, em observância a iCVM 476. Esta emissão é Aderente as seguintes leis: Lei das Sociedades por Ações" ou "Lei nº 6.404; Lei nº 8.981; Lei nº 9.307; Lei nº 9.514; Lei nº 10.931; Lei nº 12.846 e desde que aplicável, a U.S Foreign Corrupt Practice Act of 1977 e o UK Bribery Act 2000.			

Os CRIs da 4ª emissão da Gaia, das séries 140ª e 141ª têm como lastro uma carteira de recebíveis adquirida pela Gaia, representadas por 80 Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários"). A Gaia instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da Gaia e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da B3.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública com esforços restritos de 86.465 unidades de CRIs Seniores (140ª série), com valor nominal unitário de R$ 1.000,01; e 37.056 Unidades de CRIs Subordinados (141ª série), com valor nominal unitário de R$ 1.000,01, adquiridos integralmente pela Companhia. Os CRIs Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRIs subordinados. Dessa forma, os CRIs Subordinados não poderão ser resgatados pela Emissora antes do resgate integral dos CRIs Seniores.

Características	140ª série da 4ª emissão	141ª série da 4ª emisssão
Data de emissão	30/09/2020	30/09/2020
Valor nominal unitário na emissão	1000,01	1000,01
Data de amortização	Mensal	
Remuneração	IPCA + 5%	IPCA + 7,5%
Retrocessão	Não Há	
Cláusulas contratuais restritivas	4ª Emissão de CRI da GAIA Securitizadora, Séries 140 e 141. Todos os pagamentos de remuneração aos titulares dos CRI somente serão pagos após os pagamentos dos devidos custos do patrimônio separado da emissão. A Série Subordinada somente será paga após os pagamentos das séries com grau de senioridade mais elevadas; a Série Subordinada ainda contará com distribuição de prêmio por performance de forma não sequencial/mensal. Os recursos retidos na Conta Centralizadora, conforme previsto no item 7.2. do Termo de Securitização, serão utilizados para pagamento dos CRI Juniores sempre que houver o cumprimento da seguinte equação, respeitando as datas de pagamento previstas na Tabela Vigente: (Saldo CRI Sênior/ VPL CRITotal) ≤ Índice de Senioridade. A Presente emissão observa as seguintes instruções da CVM (iCVM): Instrução CVM 414; Instrução CVM 476; Instrução CVM 539; Instrução CVM 583. O Processo de emissão se deu por Emissão Pública mediante esforços restritos de distribuição, em observância a iCVM 476. Esta emissão é Aderente as seguintes leis: Lei das Sociedades por Ações" ou "Lei nº 6.404; Lei nº 8.981; Lei nº 9.307; Lei nº 9.514; Lei nº 10.931; Lei nº 12.846 e desde que aplicável, a U.S Foreign Corrupt Practice Act of 1977 e o UK Bribery Act 2000.	

Os CRIs da 4ª emissão da Gaia, das séries 145ª e 146ª têm como lastro uma carteira de recebíveis adquirida pela Gaia, representadas por 74 Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários"). A Gaia instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da Simplific Pavarini DTVM Ltda. como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da Gaia e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da B3.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública com esforços restritos de 33.674 unidades de CRIs Seniores (145ª série), com valor nominal unitário de R$ 1; e 14.431 Unidades de CRIs Subordinados (146ª série), com valor nominal unitário de R$ 1, perfazendo um total de R$ 14.431 adquiridos integralmente pela Companhia. Os CRIs Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRIs subordinados. Dessa forma, os CRIs Subordinados não poderão ser resgatados pela Emissora antes do resgate integral dos CRIs Seniores.

Características	145ª série da 4ª emissão	146ª série da 4ª emisssão
Data de emissão	16/10/2020	16/10/2020
Valor nominal unitário na emissão	1,00	1,00
Data de amortização	Mensal	
Remuneração	CDI + 3,75%	CDI + 5%
Retrocessão	Não Há	
Cláusulas contratuais restritivas	4ª Emissão de CRI da GAIA Securitizadora, Séries 145 e 146A Série Subordinada somente será paga após os pagamentos das séries com grau de senioridade mais elevadas; a Série Subordinada ainda contará com distribuição de prêmio por performance de forma não sequencial/mensal. Os recursos retidos na Conta Centralizadora, conforme previsto nos itens da cláusula 7.2. do Termo de Securitização, serão utilizados para pagamento da cascata normal de pagamentos, incluindo os pagamentos de Prêmio dos CRI Juniores, sempre que não forem acionados os seguintes gatilhos: I) Média movel trimestral de inadimplentes a 90 dias, ou mais, inferior a 10% do saldo devedor dos créditos imobiliáriosII) Média ponderada do LTV inferior a 70%III) Saldo dos CRI Sênior Inferior a 5% do valor dos CRI Senior da data de EmissãoIV) (índice de Cobertura x 70%) / Divido pelo saldo dos Cri Seniores	

Os CRIs da 4ª emissão da Gaia, das séries 167ª e 168ª têm como lastro uma carteira de recebíveis adquirida pela Gaia, representadas por 188 Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários"). A Gaia instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da Gaia e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da B3.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública com esforços restritos de 142.875 unidades de CRIs Seniores (167ª série), com valor nominal unitário de R$ 1; e 47.625 unidades de CRIs Subordinados (168ª série), com valor nominal unitário de R$ 1, perfazendo um total de R$ 47.625 adquiridos integralmente pela Companhia. Os CRIs Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRIs subordinados. Dessa forma, os CRIs Subordinados não poderão ser resgatados pela Emissora antes do resgate integral dos CRIs Seniores.

Características	167ª série da 4ª emissão	168ª série da 4ª emisssão
Data de emissão	15/12/2020	15/12/2020
Valor nominal unitário na emissão	1,00	1,00
Data de amortização	Mensal	
Remuneração	IPCA + 5%	IPCA + 8%
Retrocessão	Não Há	
Cláusulas contratuais restritivas	4ª Emissão de CRI da GAIA Securitizadora, Séries 167 e 168A Ordem de pagamentos deve seguir o grau de senioridade de cada série, em sequência da seguinte forma: Série Sênior (nº 167), Série Subordinada (nº 168), Todos os pagamentos de remuneração aos titulares dos CRI somente serão pagos após os pagamentos dos devidos custos do patrimônio separado da emissão. A Série Subordinada somente será paga após os pagamentos das séries com grau de senioridade mais elevadas; a Série Subordinada ainda contará com distribuição de prêmio por performance de forma não sequencial/mensal. Os recursos retidos na Conta Centralizadora, conforme previsto no item 7.2. do Termo de Securitização, serão utilizados para pagamento dos CRI Juniores sempre que houver o cumprimento da seguinte equação, respeitando as datas de pagamento previstas na Tabela Vigente: (Saldo CRI Sênior/ VPL CRITotal) d Índice de Senioridade. A Presente emissão observa as seguintes instruções da CVM (iCVM): Instrução CVM 414; Instrução CVM 476; Instrução CVM 539; Instrução CVM 583. O Processo de emissão se deu por Emissão Pública mediante esforços restritos de distribuição, em observância a iCVM 476. Esta emissão é Aderente as seguintes leis: Lei das Sociedades por Ações" ou "Lei nº 6.404; Lei nº 8.981; Lei nº 9.307; Lei nº 9.514; Lei nº 10.931; Lei nº 12.846 e desde que aplicável, a U.S Foreign Corrupt Practice Act of 1977 e o UK Bribery Act 2000.	

Os CRIs da 4ª emissão da Gaia, das séries 180ª, 181ª e 182ª têm como lastro uma carteira de recebíveis adquirida pela Gaia, representadas por 241 Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários"). A Gaia instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da Gaia e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da B3.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública com esforços restritos de 105.313 unidades de CRIs Seniores (180ª e 181ª séries), com valor nominal unitário de R$ 1; e 35.104 unidades de CRIs Subordinados (182ª séries), com valor nominal unitário de R$ 1, perfazendo um total de R$ 35.104 adquiridos integralmente pela Companhia. Os CRIs Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRIs subordinados. Dessa forma, os CRIs Subordinados não poderão ser resgatados pela Emissora antes do resgate integral dos CRIs Seniores.

Características	180ª série da 4ª emissão	181ª série da 4ª emissão	182ª série da 4ª emissão
Data de emissão	23/04/2021	23/04/2021	23/04/2021
Valor nominal unitário na emissão	1,00	1,00	1,00
Data de amortização	Mensal		
Remuneração	CDI + 3%	IPCA + 5,5%	IPCA + 8,5%
Retrocessão	Não Há		
Cláusulas contratuais restritivas	4ª Emissão de CRI da GAIA Securitizadora, Séries 180, 181 e 182A Ordem de pagamentos deve seguir o grau de senioridade de cada série, em sequência da seguinte forma: Série Sênior (nº 180 e 181), Série Subordinada (nº 182). Todos os pagamentos de remuneração aos titulares dos CRI somente serão pagos após os pagamentos dos devidos custos do patrimônio separado da emissão. A Série Subordinada somente será paga após os pagamentos das séries com grau de senioridade mais elevadas; a Série Subordinada ainda contará com distribuição de prêmio por performance de forma não sequencial/mensal. Os recursos retidos na Conta Centralizadora, conforme previsto no item 7.2. do Termo de Securitização, serão utilizados para pagamento dos CRI Juniores sempre que houver o cumprimento da seguinte equação, respeitando as datas de pagamento previstas na Tabela Vigente: (Saldo CRI Sênior/ VPL CRITotal) d Índice de Senioridade. A Presente emissão observa as seguintes instruções da CVM (iCVM): Instrução CVM 414; Instrução CVM 476; Instrução CVM 539; Instrução CVM 583. O Processo de emissão se deu por Emissão Pública mediante esforços restritos de distribuição, em observância a iCVM 476. Esta emissão é Aderente as seguintes leis: Lei das Sociedades por Ações" ou "Lei nº 6.404; Lei nº 8.981; Lei nº 9.307; Lei nº 9.514; Lei nº 10.931; Lei nº 12.846 e desde que aplicável, a U.S Foreign Corrupt Practice Act of 1977 e o UK Bribery Act 2000.		

c) Opea Securitizadora S.A. (antiga RB Capital Companhia de Securitização S/A) - ("Opea")

Em 05 de abril de 2019 a Opea emitiu a 211ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública via Instrução CVM nº 476 (esforços restritos) de 100.000 CRI nominativos e escriturais com o valor unitário de R$1, perfazendo R$100.000.

Em 15 de julho de 2019 a Opea emitiu a 212ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública via Instrução CVM nº 400 de 601.809 CRIs nominativos e escriturais com o valor unitário de R$1, perfazendo R$601.809.

Em 23 de julho de 2020 a Opea emitiu a 283ª e 285ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública via Instrução CVM nº 476 (esforços restritos) de 100.000 CRIs nominativos e escriturais com o valor unitário de R$1, perfazendo R$100.000.

Em 02 de junho de 2021 a Opea emitiu a 362ª e 363ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública via Instrução CVM nº 476 (esforços restritos) de 40.000 CRIs nominativos e escriturais com o valor unitário de R$1, perfazendo R$ 40.000.

Em 24 de abril de 2022 a Opea emitiu a 489ª, 490ª e 491ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública via Instrução CVM nº 400 de 480.000 CRIs nominativos e escriturais com o valor unitário de R$1, perfazendo R$ 480.000.

Os CRIs da 211ª, 212ª, 283ª, 285ª, 362ª, 363ª, 489ª, 490ª e 491ª Séries da 1ª Emissão da Opea têm como lastro créditos imobiliários decorrentes de Debêntures de emissão da Companhia. Todos os créditos imobiliários são representados por uma Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) que foram adquiridas pela Opea em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários Opea") por meio de um instrumento particular de contrato de cessão de créditos imobiliários. A Opea instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários Opea, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da Simplific Pavarini DTVM Ltda. como agente fiduciário da 211ª e 212ª séries da 1ª Emissão da RB Capital e a nomeação da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário da 283ª, 285ª, 362ª, 363ª, 489ª, 490ª e 491ª Séries da 1ª Emissão da Opea. Os Créditos Imobiliários Opea e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da controlada e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e, no Sistema Bovespafix da B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão - Novo Mercado, respectivamente.

As principais características das 211ª, 212 ª, 283ª, 285ª, 362ª, 363ª, 489ª, 490ª e 491ª Séries da 1ª Emissão da Opea são:

Características	211ª série da 1ª emissão	212ª série da 1ª emissão (i)	283ª e 285ª Séries da 1ª emissão	362ª e 363ª Séries da 1ª emissão	489ª, 490ª e 491ª Séries da 1ª emissão (ii) (iii)
Data de emissão	05/04/2019	15/07/2019	23/07/2020	02/06/2021	24/04/2022
Data de amortização	Juros trimestrais e valor principal em 09 de abril de 2023, 09 de outubro de 2023 e 09 de abril de 2024	Juros semestrais e valor principal em 15 de janeiro de 2023, 15 de julho de 2023, 15 de janeiro de 2024 e 15 de julho de 2024	Juros e amortização mensais e 87,3% do valor principal no vencimento em 15 de abril de 2025	Juros e amortização mensais entre 10 de setembro de 2021 e 10 de junho de 2024	Juros semestrais e valor principal em: (i) 15 de junho de 2027 para a 489ª e 490ª Séries, e (ii) 15 de junhoo de 2028 e 15 de junho de 2029 para a 491ª Série
Valor nominal unitário na emissão	1	1	1	1	1
Quantidade de certificados emitidos	100.000	601.809	100.000	40.000	489ª: 121.300, 490ª: 259.200, 491ª: 99.500
Remuneração	Não haverá atualização monetária e haverá juros incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário, desde a data de emissão, correspondente á taxa de 100% da taxa DI, calculada e divulgada pela CETIP.	Não haverá atualização monetária e haverá juros incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário, desde a data de emissão, correspondente á taxa de 100% da taxa DI, calculada e divulgada pela CETIP.	As Debêntures lastro terão o seu Valor Nominal Unitario ou saldo do Valor Nominal Unitario, conforme o caso, atualizado monetariamente, a partir da primeira data de integralização das Debêntures, pela variação acumulada do IPCA, calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Sem prejuízo da Atualização Monetária, a remuneração que os Titulares de CRI farão jus corresponde a uma sobretaxa de 3,91% ao ano, base 252 DU, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por DU decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado.	As Debêntures lastro não terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente. A remuneração que os Titulares de CRI farão jus corresponde a uma taxa de 7% (sete por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, em regime de capitalização composta.	Não haverá atualização monetária sobre as Debentures lastro da 489ª Série, e haverá juros incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário, desde a data de emissão, correspondente à taxa de 100% da variação acumulada da taxa DI, calculada e divulgada pela CETIP, acrescida exponencialmente de sobretaxade 0,40% ao ano, base 252 Dias Úteis. As Debêntures lastro da 490ª e 491ª Séries terão o seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado monetariamente, a partir da primeira Data de Integralização das Debêntures até a Data de Vencimento das Debêntures, pela variação acumulada do IPCA, calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis. Sem prejuízo da Atualização Monetária, a remuneração que os Titulares de CRI farão jus corresponde a uma sobretaxa de (i) 5,9068% ao ano para a 490ª Série e (ii) 6,1280% ao ano para a 491ª Série, base 252 DU, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por DU decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado.
Retrocessão	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve
Cláusulas contratuais restritivas	O não cumprimento de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem calculados trimestralmente pela Emissora com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e verificados pela Securitizadora até 5 (cinco) dias após o recebimento do cálculo enviado pela Emissora ("Índices Financeiros"): (i) a razão entre (A) a soma de Dívida Líquida e Imóveis a Pagar; e (B) Patrimônio Líquido; deverá ser sempre igual ou inferior a 0,80 (oitenta centésimos); e (ii) a razão entre (A) a soma de Total de Recebíveis e Imóveis a Comercializar; e (B) a soma de Dívida Líquida, Imóveis a Pagar e Custos e Despesas a Apropriar; deverá ser sempre igual ou maior que 1,5 (um e meio) ou menor que 0 (zero).	O não cumprimento de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem calculados trimestralmente pela Emissora com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e verificados pela Securitizadora até 5 (cinco) dias após o recebimento do cálculo enviado pela Emissora ("Índices Financeiros"): (i) a razão entre (A) a soma de Dívida Líquida e Imóveis a Pagar; e (B) Patrimônio Líquido; deverá ser sempre igual ou inferior a 0,80 (oitenta centésimos); e (ii) a razão entre (A) a soma de Total de Recebíveis e Imóveis a Comercializar; e (B) a soma de Dívida Líquida, Imóveis a Pagar e Custos e Despesas a Apropriar; deverá ser sempre igual ou maior que 1,5 (um e meio) ou menor que 0 (zero).	O não cumprimento de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem calculados trimestralmente pela Emissora com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e verificados pela Securitizadora até 5 (cinco) dias após o recebimento do cálculo enviado pela Emissora ("Índices Financeiros"): (i) a razão entre (A) a soma de Dívida Líquida e Imóveis a Pagar; e (B) Patrimônio Líquido; deverá ser sempre igual ou inferior a 0,80 (oitenta centésimos); e (ii) a razão entre (A) a soma de Total de Recebíveis e Imóveis a Comercializar; e (B) a soma de Dívida Líquida, Imóveis a Pagar e Custos e Despesas a Apropriar; deverá ser sempre igual ou maior que 1,5 (um e meio) ou menor que 0 (zero).	O não cumprimento de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem calculados trimestralmente pela Emissora com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e verificados pela Securitizadora até 5 (cinco) dias após o recebimento do cálculo enviado pela Emissora ("Índices Financeiros"): (i) a razão entre (A) a soma de Dívida Líquida e Imóveis a Pagar; e (B) Patrimônio Líquido; deverá ser sempre igual ou inferior a 0,80 (oitenta centésimos); e (ii) a razão entre (A) a soma de Total de Recebíveis e Imóveis a Comercializar; e (B) a soma de Dívida Líquida, Imóveis a Pagar e Custos e Despesas a Apropriar; deverá ser sempre igual ou maior que 1,5 (um e meio) ou menor que 0 (zero).	O não cumprimento de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem calculados trimestralmente pela Emissora com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e verificados pela Securitizadora até 5 (cinco) dias após o recebimento do cálculo enviado pela Emissora ("Índices Financeiros"): (i) a razão entre (A) a soma de Dívida Líquida e Imóveis a Pagar; e (B) Patrimônio Líquido; deverá ser sempre igual ou inferior a 0,80 (oitenta centésimos); e (ii) a razão entre (A) a soma de Total de Recebíveis e Imóveis a Comercializar; e (B) a soma de Dívida Líquida, Imóveis a Pagar e Custos e Despesas a Apropriar; deverá ser sempre igual ou maior que 1,5 (um e meio) ou menor que 0 (zero).

(i) Classificação de risco: em 23 de fevereiro de 2022, a agência de rating S&P Global Ratings manteve à 212ª Série da 1ª Emissão de CRIs da Opea o rating brAAA (escala nacional), através de relatório contemplando a avaliação de risco da emissão. A Companhia acompanha os relatórios de "rating" (avaliação de risco) das operações de securitização periodicamente. O relatório encontra-se disponível em: http://opeacapital.com/emissoes/0:10240/19G0000001 .

(ii) Classificação de risco: (i) em 7 de junho de 2022, a agência de rating S&P Global Ratings atribuiu à 489ª, 490ª e 491ª Séries da 1ª Emissão de CRIs da Opea o rating brAAA (escala nacional), através de relatório contemplando a avaliação de risco da emissão. A Companhia acompanha os relatórios de "rating" (avaliação de risco) das operações de securitização periodicamente. O relatório encontra-se disponível em: https://opeacapital.com/emissoes/22D1289009, https://opeacapital.com/emissoes/22D1289010 e https://opeacapital.com/emissoes/22D1289011;

(iii) Em 17 de junho de 2022, a agência de rating Moody's Local atribuiu à 489ª, 490ª e 491ª Séries da 1ª Emissão de CRIs da Opea o rating AA+.br (escala nacional), através de relatório contemplando a avaliação de risco da emissão. A Companhia acompanha os relatórios de "rating" (avaliação de risco) das operações de securitização periodicamente. O relatório encontra-se disponível em: https://opeacapital.com/emissoes/22D1289009,https://opeacapital.com/emissoes/22D1289010e https://opeacapital.com/emissoes/22D1289011.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

d) Companhia Província de Securitização S/A ("Província")

Em 01 de setembro de 2021 a Província emitiu a 45ª e a 46ª Série da 3ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Os CRIs da 3ª emissão da Província, das séries 45ª e 46ª têm como lastro uma carteira de recebíveis adquirida pela Província, representadas por 268 Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários"). A Província instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da Gaia e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da B3.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública com esforços restritos de 101.937 unidades de CRIs Seniores (45ª série), com valor nominal unitário de R$ 1; e 25.484 unidades de CRIs Subordinados (46ª série), com valor nominal unitário de R$ 1, perfazendo um total de R$ 25.484 adquiridos integralmente pela Companhia. Os CRIs Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRIs subordinados. Dessa forma, os CRIs Subordinados não poderão ser resgatados pela Emissora antes do resgate integral dos CRIs Seniores.

As principais características das 45ª e 46ª Séries da 3ª Emissão da Província são:

Características	45ª série da 3ª emissão	46ª série da 3ª emisssão
Data de emissão	01/09/2021	01/09/2021
Data de amortização	Mensal	Mensal
Valor nominal unitário na emissão	1	1
Remuneração	IPCA + 5,50%	IPCA + 7,00%
Retrocessão	Não Há	Não Há
Cláusulas contratuais restritivas	3ª Emissão de CRI da Cia Província de Securitzação, Séries 45 e 46. A Ordem de pagamento deve seguir o grau de senioridade de cada série, em sequência da seguinte forma: Série (nº 45), Série Subordinada (nº 46). Todos os pagamentos de remuneração aos titulares dos CRI somente serão pagos após os pagamentos dos devidos custos do patrimônio separado da emissão. A Série Subordinada somente será paga após os pagamentos das séries com grau de senioridade mais elevadas; a Série Subordinada ainda contará com distribuição de prêmio por performance de forma não sequencial/mensal. Os recursos retidos na Conta Centralizadora, conforme previsto no item 7.2 do Termo de Securitização, serão para pagamento dos CRI Juniores sempre que houver o cumprimento da seguinte equação, respeitando as datas de pagamento previstas na tabela Vigente: (Saldo CRI Sênior/ VPL CRITotal) ≤ Índice de Senioridade. A Presente emissão observa as seguintes instruções da CVM (iCVM): Instrução CVM 476; Instrução CVM 539; Instrução CVM 583. O Processo de emissão se deu por Emissão Pública mediante esforços restritos de distribuição, em observância a iCVM 476. Esta emissão é Aderente as seguintes leis: Lei das sociedade por Ações" ou "Lei nº 6.404; Lei nº 8.981; Lei nº 9.307; Lei nº 9.514; Lei nº 10.931; Lei nº 12.846 e desde que aplicável, a *U.S Foreign Corrupt Practice Act of 1977* e o *UK Bribery Act 2000.*	

e) True Securitizadora S.A ("True")

Em 30 de agosto de 2022 a True emitiu a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries da 24ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Os CRIs da 24ª emissão da True, das séries 1ª, 2ª, 3ª e 4ª têm como lastro uma carteira de recebíveis adquirida pela True, representadas por 988 Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI em conformidade com a Lei nº 10.931/04 ("Créditos Imobiliários"). A Província instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, com a nomeação da SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. como agente fiduciário. Os Créditos Imobiliários e a Garantia objeto do Regime Fiduciário serão destacados do patrimônio da True e passarão a constituir patrimônio em separado, destinando-se, especificamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário, nos termos do artigo 11 da Lei nº 9.514/97. Os CRIs foram admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da B3.

A colocação dos CRIs no mercado ocorreu por meio da oferta pública com esforços restritos de 88.612 unidades de CRIs Seniores (1ª série), com valor nominal unitário de R$ 1; 142.715 unidades de CRIs Seniores (2ª série), com valor nominal unitário de R$ 1; 113.788 unidades de CRIs Mezaninos (3ª série), com valor nominal unitário de R$ 1 e 38.596 unidades de CRIs Subordinados (4ª série), com valor nominal unitário de R$ 1, perfazendo um total de R$ 38.596 adquiridos integralmente pela Companhia. Os CRIs Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRIs subordinados. Dessa forma, os CRIs Subordinados não poderão ser resgatados pela Emissora antes do resgate integral dos CRIs Seniores.

As principais características das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries da 24ª Emissão da True são:

Características	1ª série da 24ª emissão	2ª série da 24ª emisssão	3ª série da 24ª emissão	4ª série da 24ª emissão
Data de emissão	30/08/2022	30/08/2022	30/08/2022	30/08/2022
Data de amortização	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal
Valor nominal unitário na emissão	1	1	1	1
Remuneração	CDI + 1,375%	IPCA + 7,1439%	IPCA + 7,8049%	IPCA + 8,15%
Retrocessão	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
Cláusulas contratuais restritivas	24ª Emissão de CRI da True Securitzadora S.A., Séries 1ª, 2ª e 3ª e 4ª. A Ordem de pagamentos deve seguir o grau de senioridade de cada série, em sequência da seguinte forma: Séries Sêniores (nº 1 e nº 2), Série Mezanino (nº 3), Série Subordinada (nº 4) e todos os pagamentos de remuneração aos titulares dos CRI somente serão pagos após os pagamentos dos devidos custos do patrimônio separado da emissão. A Série Subordinada somente será paga após os pagamentos das séries com grau de senioridade mais elevadas; a Série Subordinada ainda contará com distribuição de prêmio por performance de forma não sequencial/mensal. Os recursos retidos na Conta Centralizadora, conforme previsto no item 7.2. do Termo de Securitização, serão utilizados para pagamento dos CRI Juniores sempre que houver o cumprimento da seguinte equação, respeitando as datas de pagamento previstas na Tabela Vigente: (Saldo CRI Sênior/ VPL CRITotal) ≤ Índice de Senioridade. A Presente emissão observa as seguintes instruções da CVM (iCVM): Instrução CVM 414; Instrução CVM 476; Instrução CVM 539; Instrução CVM 583. O Processo de emissão se deu por Emissão Pública mediante esforços restritos de distribuição, em observância a iCVM 476. Esta emissão é Aderente as seguintes leis: Lei das Sociedades por Ações" ou "Lei nº 6.404; Lei nº 8.981; Lei nº 9.307; Lei nº 9.514; Lei nº 10.931; Lei nº 12.846 e desde que aplicável, a U.S Foreign Corrupt Practice Act of 1977 e o UK Bribery Act 2000.			

f) Saldos, vencimentos e movimentações dos CRIs

O saldo consolidado no passivo, apresentado nas informações financeiras, pode ser assim demonstrado:

	Controladora					
	2022			2021		
Emissão	**Saldo**	**Juros a pagar**	**Total**	**Saldo**	**Juros a pagar**	**Total**
1ª série da 1ª emissão - código 12E0019753	43.200	519	**43.719**	43.200	353	**43.553**
menos:						
Despesas com emissão de CRI	(21)	-	**(21)**	(73)	-	**(73)**
1ª série da 8ª emissão - código 18E0907339	-	-	-	130.001	771	**130.772**
menos:						
despesas com emissão de CRI	-	-	-	(755)	-	**(755)**
211ª série da 1ª emissão - código 19D0618118	100.000	3.041	**103.041**	100.000	1.708	**101.708**
menos:						
despesas com emissão de CRI	(412)	-	**(412)**	(673)	-	**(673)**
212ª série da 1ª emissão - código 19G0000001	601.809	36.299	**638.108**	601.809	16.937	**618.746**
menos:						
despesas com emissão de CRI	(3.526)	-	**(3.526)**	(5.610)	-	**(5.610)**
283ª e 285ª Séries da 1ª emissão - código 20G0855350 e 20G0855277	94.913	17.012	111.925	97.983	10.557	108.540
menos:						
despesas com emissão de CRI	-	-	-	-	-	-
362ª e 363ª Séries da 1ª emissão - códigos 21F0001460 e 21F0001459	22.770	98	**22.868**	36.708	167	**36.875**
menos:						
despesas com emissão de CRI	(105)	-	**(105)**	(177)	-	**(177)**
489ª, 490ª e 491ª Séries da 1ª emissão Opea Sec Cód 22D1289009, 22D1289010 e 22D1289011	480.000	2.817	**482.817**	-	-	-
menos:						
despesas com emissão de CRI	(12.746)	-	**(12.746)**	-	-	-
	1.325.882	**59.786**	**1.385.668**	**1.002.413**	**30.493**	**1.032.906**
Circulante	**423.308**	**59.786**	**483.094**	**143.882**	**30.493**	**174.375**
Não circulante	**902.574**	-	**902.574**	**858.531**	-	**858.531**

	Consolidado					
	2022			2021		
Emissão	**Saldo**	**Juros a pagar**	**Total**	**Saldo**	**Juros a pagar**	**Total**
1ª série da 1ª emissão - código 12E0019753	43.200	519	**43.719**	43.200	353	**43.553**
menos:						
Despesas com emissão de CRI	(21)	-	**(21)**	(73)	-	**(73)**
1ª série da 8ª emissão - código 18E0907339	-	-	-	130.001	771	**130.772**
menos:						
despesas com emissão de CRI	-	-	-	(755)	-	**(755)**
109º série da 4º emissão - código 18F0924515	-	-	-	21.942	78	**22.020**
menos:						
despesas com emissão de CRI	-	-	-	-	-	-
131º, 132º e 133º série da 4º emissão - código 19K1139473, 19K1139655 e 19K1139656	7.921	61	**7.982**	49.808	262	**50.070**
menos:						
despesas com emissão de CRI	-	-	-	-	-	-
140º série da 4º emissão - código 20H0794682	33.970	69	**34.039**	60.954	120	**61.074**
menos:						
despesas com emissão de CRI	-	-	-	-	-	-
211ª série da 1ª emissão - código 19D0618118	100.000	3.041	**103.041**	100.000	1.708	**101.708**
menos:						
despesas com emissão de CRI	(412)	-	**(412)**	(673)	-	**(673)**
212ª série da 1ª emissão - código 19G0000001	601.809	36.299	**638.108**	601.809	16.937	**618.746**
menos:						
despesas com emissão de CRI	(3.526)	-	**(3.526)**	(5.610)	-	**(5.610)**
283ª e 285ª Séries da 1ª emissão - código 20G0855350 e 20G0855277	94.913	17.012	**111.925**	97.983	10.557	**108.540**
menos:						
despesas com emissão de CRI	-	-	-	-	-	-
145ª Série da 4ª emissão - código 20J0647410	4.590	36	**4.626**	16.240	105	**16.345**
menos:						
despesas com emissão de CRI	-	-	-	-	-	-
167ª Série da 4ª emissão - código 20L0610016	20.888	44	**20.932**	87.354	184	**87.538**
menos:						
despesas com emissão de CRI	-	-	-	-	-	-
180ª e 181ª séries da 4ª emissão - código 21D0733766 e 21D0733780	69.490	285	**69.775**	100.205	368	**100.573**
menos:						
despesas com emissão de CRI	-	-	-	-	-	-
362ª e 363ª Séries da 1ª emissão - códigos 21F0001460 e 21F0001459	22.770	98	**22.868**	36.708	167	**36.875**
menos:						
despesas com emissão de CRI	(105)	-	**(105)**	(177)	-	**(177)**
45ª série da 3ª emissão Província Sec Código 21I0016224	82.284	130	**82.414**	104.783	166	**104.949**
menos:						
despesas com emissão de CRI	-	-	-			
489ª, 490ª e 491ª Séries da 1ª emissão Opea Sec Cód 22D1289009, 22D1289010 e 22D1289011	480.000	2.817	**482.817**	-	-	-
menos:						
despesas com emissão de CRI	(12.746)	-	**(12.746)**	-	-	-
1ª, 2ª e 3ª séries da 24ª emissão True Sec 22H1664933, 22H1666875 e 22H1697882	342.638	1.410	**344.048**	-	-	-
menos:						
despesas com emissão de CRI	-	-	-	-	-	-
	1.887.663	**61.821**	**1.949.484**	**1.443.699**	**31.776**	**1.475.475**
Circulante	**582.941**	**61.821**	**644.762**	**241.132**	**31.776**	**272.908**
Não circulante	**1.304.722**	-	**1.304.722**	**1.202.567**	-	**1.202.567**

Os saldos têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
Ano	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
12 meses	483.094	174.375	644.762	272.908
24 meses	411.160	463.800	473.215	520.380
36 meses	20.802	381.218	74.521	432.619
48 meses	(2.022)	13.513	46.595	55.426
60 meses	375.866	-	421.282	37.066
> 60 meses	96.768	-	289.109	157.076
Total	**1.385.668**	**1.032.906**	**1.949.484**	**1.475.475**

As movimentações dos saldos são demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Saldo Inicial	**1.032.906**	**1.336.974**	**1.475.475**	**1.488.497**
Adições	480.000	40.000	828.354	250.232
Pagamento do principal	(147.495)	(209.635)	(375.223)	(293.434)
Pagamento de juros	(100.640)	(30.495)	(100.640)	(30.495)
Juros e encargos	120.897	58.266	121.518	60.675
Transferência de ativos (i)	-	(162.204)	-	-
Total	**1.385.668**	**1.032.906**	**1.949.484**	**1.475.475**

(i) Transferência das cotas investidas, sem efeito no consolidado

13. Créditos a Receber e Obrigações a Pagar com Partes Relacionadas

a) Operações de mútuo com partes relacionadas para financiamentos de obras

Os saldos das operações de mútuo mantidas com partes relacionadas não possuem vencimento predeterminado e não estão sujeitos a encargos financeiros, exceto aqueles firmados com as "joint ventures", quando indicado.

Os saldos nas informações financeiras da controladora e do consolidado são assim apresentados:

	Controladora				Consolidado			
	Créditos a receber com partes relacionadas		Obrigações a pagar com partes relacionadas		Créditos a receber com partes relacionadas		Obrigações a pagar com partes relacionadas	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Alleric Participações Ltda	108	-	-	-	9.478	2.933	204	277
Angra dos Reis Empreendimentos Imobiliários Ltda	5.091	5.442	8.850	8.850	-	-	1.074	1.074
Arizona Investimento Imobiliário Ltda	-	-	6.671	7.771	-	-	6.671	7.771
Cashme Soluções Financeiras S.A	601	145	-	-	21.883	34.129	-	311
Cbr 031 Empreendimentos Imobiliários Ltda	1.098	5.082	-	-	-	-	-	-
Cbr 040 Empreendimentos Imobiliários Ltda	227	11.745	-	-	16	1	-	-
Cbr 051 Empreendimentos Imobiliários Ltda	34.281	967	-	-	34.281	967	-	-
Cbr 096 Empreendimentos Imobiliario	3	-	-	-	3.979	2.418	-	-
Cbr 123 Empreendimentos Imobiliarios S.A	9.675	9.672	-	-	-	-	-	170
Cbr122 Empreendimentos Imobiliários S.A	309	-	-	-	-	40.138	42.954	-
Corcovado Emp. Imob. Part. Ltda	-	-	986	16.797	-	-	986	16.797
Cury Construtora e Incorporadora S/A	18.623	24.520	-	-	18.623	24.520	-	-
Cybra de Investimento Imobiliário Ltda	184	118	-	-	-	5.386	-	-
Cyma Desenvolvimento Imobiliário S/A	867	758	-	-	1.907	9.698	7.021	6.079
Cyrela Desenvolvimento Logístico Fu	11.156	-	-	-	11.156	-	-	-
Cyrela Grenwood de Investimento Imobiliário Ltda	161	105	10.350	-	-	-	-	-
Cyrela Investimentos e Participações Ltda	4	3	-	-	388	388	2.522	4.084
Cyrela Jamaica Empreendimentos Imobiliários Ltda	5.918	20	-	-	-	-	-	-
Cyrela Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda	4.628	4.628	-	-	1.514	1.511	-	-
Cyrela Montblanc Empreendimentos Imobiliários Ltda	4	1	4.259	-	106	2.077	2.288	-
Cyrela Normandia Empreendimentos Imobiliários Ltda	20.068	27	-	-	10	-	-	-
Cyrela Piracema Empreendimentos Imobiliários Ltda	8	4.672	-	537	-	5	9	-
Cyrela Recife Empreendimentos Imobiliários Ltda	191	21.472	-	-	1	1	-	-
Cyrela Rjz Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda	377	205	128	128	77.684	68.102	99	99
Cyrela Somerset de Investimentos Imobiliários Ltda	1	-	4.121	981	643	14	986	981
Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda	37.380	212	-	-	45.855	51.972	790	5.620
Jacira Reis Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	1.692	6.233	-	-	1.692	6.233
Joe Horn	1.596	9.541	-	-	1.596	9.541	-	-
Lavvi Empreendimentos Imobiliários S.A	-	10.217	-	-	-	10.217	-	-
Little Hat Participações Ltda	3.379	3.359	1.951	5.023	3.379	3.359	1.951	5.023
Living Amoreira Empreendimentos Imobiliários Ltda	1.387	1.409	7.800	-	1.325	1.325	-	-
Living Emp. Imob. Ltda	2.829	1.260	4.570	5.231	2.133	7.426	8.158	14.888
Living Loreto Empreendimentos Imobiliários Ltda	131	16.362	-	-	1	-	-	-
Living Panama Empreendimentos Imobiliários Ltda	6.735	20.641	-	-	286	284	48	48
Living Salinas Empreendimentos Imobiliários Ltda	7.929	214	-	-	3	2	1	-
Living Tallinn Empreendimentos Imobiliários Ltda	14.634	177	-	-	-	-	72	-
Mac Empreendimentos Imobiliários Ltda	3.407	3.832	100	100	3.407	3.832	100	100
Magik Lz Empreend Imob Ltda	6.781	5.855	-	-	6.781	5.855	-	-
Marquise - Mandara By Yoo Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	10.971	-	-	-	10.971	-	-	-
Oaxaca Incorporadora Ltda	417	666	-	4.259	10	10	-	4.259
Peru Empreendimentos Imobiliários Ltda	66	8.961	-	-	1	1	-	-
Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A	10.960	10.874	156	-	10.960	10.874	156	-
Pre 105 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	4.400	-	-	-	4.400	-	-	-
Pre 45 Empreendimentos Imobiliários Spe	9.780	-	-	-	9.780	-	-	-
Pre 60 Empreendimentos Imobiliários Spe	11.545	-	-	-	11.545	-	-	-
Pre 75 Empreendimentos Imobiliários Spe	5.150	-	-	-	5.150	-	-	-
Pre 83 Empreendimentos Imobiliários	3.800	-	-	-	3.800	-	-	-
Pre 91 Empreendimentos Imobiliários Ltda	12.595	-	-	-	12.595	-	-	-
Precon Engenharia S.A	74.114	132.109	-	-	74.114	132.109	-	-
Ravenna Empreendimentos Imobiliários Ltda	296	948	23.000	-	21	741	-	-
Rcc Empreendimentos e Participação	-	6.464	-	-	-	6.464	-	-
Sabia Salvador Alende Empreendimentos	-	-	3.652	3.652	-	-	3.652	3.652
Seller Consultoria Imobiliária e Representações Ltda	1.784	919	2	2	20.840	21.487	-	-
Sig Empreendimentos Imobiliários Lt	3.176	2.692	1.951	5.165	3.176	2.692	1.951	5.165
Sk Nilo Empreendimento Imobiliário Ltda	-	-	-	-	13.775	-	-	-
Sk Realty Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	-	-	11.462	20.089	1.420	2.954
Spe Barbacena Empreendimentos Imobiliários S/A	159	4.381	140	-	159	4.381	140	-
Spe Brasil Incorporação 59 Ltda	4.150	-	1.550	1.750	4.150	-	1.550	1.750
Spe Brasil Incorporação 83 Ltda	6.385	-	-	115	6.385	-	-	115
Vinson Empreendimentos Imobiliários Ltda	14.361	14.361	-	-	14.361	14.361	-	-
Vix One Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	168.044	148.394	-	-	2.246	2.246	364	364
Outras 756 Spe´S Com Saldos Até R$3,5Mm	101.684	70.959	24.783	31.600	68.602	52.515	20.744	22.438
	643.606	**564.392**	**106.711**	**98.193**	**534.936**	**554.070**	**107.601**	**110.251**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui operações de crédito a receber com a investida Precon Engenharia S/A, no montante de R$ 132.109, mas que devido às incertezas do recebimento de tal montante, registramos no período perda de R$ 57.995, na rubrica de outros resultados de investimentos, permanecendo o montante de R$74.114, e representam substancialmente as garantias reais sobre as quais a Companhia tem direito. Esses recursos são destinados a financiar as incorporações que a Cyrela possui em parceria com a Precon e estão sujeitos a atualização com base na variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2022, na Cyrela Rjz Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda, há um saldo de R$74.085 (R$65.928 em 31 de dezembro de 2021), que corresponde a adiantamentos concedidos à empresa da qual foi adquirido terreno, como estabelecido contratualmente. Os adiantamentos estão sujeitos à atualização com base na variação do CDI. Os juros vencem mensalmente, e o principal será amortizado por meio de recebimentos correspondentes à sua participação no empreendimento.

b) Operações

As operações mantidas com partes relacionadas representam, principalmente, serviços que envolvem a responsabilidade técnica de projetos e o controle de todos os empreiteiros que fornecem mão de obra especializada de construção, aplicada no desenvolvimento dos empreendimentos da Companhia e de suas investidas.

Essas operações são classificadas como custos incorridos das unidades em construção e alocados ao resultado conforme o estágio de comercialização das unidades do empreendimento.

c) Remunerações a administradores

i) Remuneração global

A remuneração global da Companhia para o exercício de 2022, foi definida na Assembleia Geral Ordinária de 22 de abril de 2022 no montante de até R$31.305 (no exercício de 2021, a remuneração global foi fixada em até R$ 23.909) - excluindo os encargos. A remuneração global é composta pela remuneração fixa e variável e esta última é paga no exercício seguinte. Em 31 de dezembro de 2022 o total incorrido referente ao exercício de 2022 foi de R$ 9.798. (Em 31 de dezembro de 2021 o total incorrido referente ao exercício de 2021 foi de R$11.158) - excluindo os encargos.

ii) Remuneração fixa

As remunerações fixas registradas no resultado da Companhia estão na rubrica "Despesas com honorários da Administração" e podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado		Total de membros	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Conselho	2.580	2.448	2.580	2.448	8	8
Conselho fiscal	73	145	73	145	2	3
Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças - CARF	92	45	92	45	1	1
Diretoria	2.590	2.462	2.590	2.462	6	6
Encargos	1.067	1.020	1.067	1.020	-	-
Total	**6.401**	**6.120**	**6.401**	**6.120**	**17**	**18**
Benefícios Conselho	1.008	1.379	1.008	1.379		
Benefícios Diretoria	2.066	2.928	2.066	2.928		
	3.074	**4.307**	**3.074**	**4.307**		
Total	**9.475**	**10.427**	**9.475**	**10.427**		
Conselho - maior	368	360	368	360		
Conselho - menor	46	216	46	216		
Diretoria - maior	480	480	480	480		
Diretoria - menor	384	320	384	320		
Conselho fiscal - maior	24	48	24	48		
Conselho fiscal - menor	24	48	24	48		
Conselho Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças CARF - maior	92	45	92	45		
Conselho Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças CARF - menor	92	45	92	45		

iii) Remuneração variável

De acordo com o artigo 42 do Estatuto Social da Companhia, parágrafo 1º, a atribuição e participação nos lucros aos administradores e empregados, somente poderá ocorrer nos exercícios sociais em que for assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, previsto no inciso IV do Artigo 38 do Estatuto Social.

A Companhia não possui planos de opção de compra de ações ("stock options") vigentes para novas outorgas ou outorgas em período de vesting. Os últimos exercícios ocorreram em 2020 tiveram seus ganhos/perdas registrados em rubrica específica de "Despesas gerais e administrativas".

A Companhia não efetuou pagamentos de valores a título de: (1) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (2) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (3) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

14. Contas-Correntes com Parceiros nos Empreendimentos

Os saldos em ativos e passivos líquidos podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Abc Realty de Investimento Imobiliário Ltda	-	-	2.615	2.137
Consórcio de Urbanização Jundiai	4.522	6.220	4.522	6.220
Cyrela Begonia Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(280)	(637)
Cyrela Brazil Realty Rjz Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	255	-
Cyrela Europa Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(6.122)	(5.668)
Cyrela Imobiliária Ltda	-	-	(314)	(249)
Cyrela Jasmim Ltda	-	-	932	1.065
Cyrela Roraima Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(3.140)	(2.632)
Cyrela Suecia Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(3.759)	(7.686)
Living Indiana Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(707)	(707)
Plano Aroeira Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	1.100	1.100
Plano Pitangueiras Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	-	(35.597)	(11.941)
Vero Santa Isabel Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	-	-	(1.835)	(1.862)
Outras SPE's com saldos de até R$100	-	-	16	(20)
	4.522	**6.220**	**(42.315)**	**(20.880)**
Ativo Não Circulante	**4.522**	**6.220**	**9.565**	**10.559**
Passivo Circulante	-	-	**(51.879)**	**(31.439)**

15. Obras em Andamento

Em decorrência do procedimento determinado pela Deliberação CVM nº 561/08, alterada pela Deliberação nº 624/10, os saldos de receitas de vendas e correspondentes custos orçados, referentes às unidades vendidas e com os custos ainda não incorridos, não estão refletidos nas Informações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Os principais saldos a serem refletidos à medida que os custos incorrem podem ser apresentados conforme segue:

a) Operações imobiliárias contratadas a apropriar das obras em andamento acumulado.

	Consolidado	
	2022	2021
(+) Receita total de vendas	19.066.878	14.290.955
(-) Receita total apropriada	(13.823.052)	(9.937.715)
(=) Saldo de receita a apropriar	**5.243.826**	**4.353.240**
(+) Custo total dos imóveis vendidos	11.621.350	8.521.570
(-) Custo total apropriado	(8.265.213)	(5.778.497)
(=) Saldo de custo a apropriar	**3.356.137**	**2.743.073**
Resultado a apropriar	**1.887.689**	**1.610.167**

b) Compromissos com custos orçados e ainda não ocorridos, referente a unidades vendidas:

	Consolidado	
	2022	2021
Valores não refletidos nas informações financeiras		
12 meses	1.831.421	1.345.093
Acima de 12 meses	1.524.716	1.397.980
	3.356.137	**2.743.073**

16. Adiantamentos de Clientes

	Consolidado	
	2022	2021
Por recebimento da venda de imóveis		
Valores recebidos por venda de empreendimentos:		
Demais antecipações	85.408	101.885
	85.408	**101.885**
Unidades vendidas de empreendimentos efetivados		
Receitas apropriadas	(5.760.145)	(3.143.005)
Receitas recebidas	5.796.281	3.221.579
	121.544	**180.459**
Por permuta física na compra de imóveis		
Valores por permuta com terrenos	1.018.264	943.256
Total de Adiantamento de Clientes	**1.139.808**	**1.123.715**
Circulante	**254.112**	**314.704**
Não Circulante	**885.696**	**809.011**

17. Provisão para Manutenção de Imóveis

	Consolidado	
	2022	2021
Provisão para garantia de obra (i)	115.904	93.680
Demais provisões	278	10.801
Provisão para distrato	(4.276)	(4.089)
Total	**111.906**	**100.392**
Circulante	**41.861**	**49.646**
Não Circulante	**70.045**	**50.746**

(i) A Companhia e suas controladas oferecem garantia para seus clientes na venda de seus imóveis. Essas garantias possuem características específicas de acordo com determinados itens e são prestadas por exercícios que variam até cinco anos após a conclusão da obra e são parcialmente compartilhados com os fornecedores de bens e serviços.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Contas a Pagar por Aquisição de Imóveis

Referem-se a terrenos adquiridos, objetivando o lançamento de novos empreendimentos, de forma isolada ou com a participação de terceiros, com o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
Ano	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
24 meses	-	-	166.304	29.026
36 meses	-	-	248.025	74.981
48 meses	-	-	2.084	134.109
Acima de 48 meses	-	-	295	42.223
Não Circulante	**-**	**-**	**416.708**	**280.339**
Circulante	**-**	**2.516**	**348.546**	**514.205**
Total	**-**	**2.516**	**765.254**	**794.544**

São atualizadas pela variação do INCC, pela variação do IGP-M ou pela variação do índice do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Os juros e atualizações monetárias elegíveis à capitalização aos estoques, referentes ao saldo a pagar de terrenos, totalizaram R$9.903 no período findo de 31 de dezembro de 2022 (Reversão de R$16.129 em 31 de dezembro de 2021).

19. Provisões para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis

As provisões para riscos de perdas prováveis estão resumidas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Processos Cíveis	2.804	3.000	136.508	120.561
Processos Tributários	4.274	4.805	14.424	13.338
Processos Trabalhistas	1.523	1.571	86.581	90.465
Total	**8.601**	**9.376**	**237.513**	**224.364**
Circulante	**5.146**	**5.622**	**129.102**	**118.351**
Não Circulante	**3.455**	**3.754**	**108.411**	**106.013**

O montante total envolvendo processos classificados como perda possível na controladora e no consolidado, é assim apresentado:

	Controladora	
	2022	**2021**
Cível	2.197	2.003
Tributário	23.529	34.845
Trabalhista	485	5
	26.210	**36.853**

	Consolidado	
	2022	**2021**
Cível	27.893	37.224
Tributário	89.491	85.139
Trabalhista	5.820	10.716
	123.205	**133.079**

Os principais processos classificados como perda possível estão descritos a seguir:

- A Companhia e suas investidas possuem processos administrativos tributários, provenientes de despacho decisório da Receita Federal do Brasil, referente à não homologação de impostos pagos por compensação de créditos. Os valores destes créditos são em sua maioria provenientes de utilização de saldo de impostos retidos na fonte apurados em declaração de ajuste anual. Tais processos possuem defesa na esfera administrativa, porém ainda não foram analisadas pela autoridade fiscal. Em 31 de dezembro de 2022, o valor desses processos totalizou R$16.067 (R$15.434 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação dos saldos provisionados pode ser assim apresentada:

	Controladora			
	Cíveis	**Tributárias**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 31.12.2020	**4.828**	**3.990**	**1.781**	**10.599**
Adições	-	1.391	737	2.128
Pagamento	(6.739)	-	(1.401)	(8.140)
Reversão	(5.827)	(197)	(1.397)	(7.421)
Atualizações	10.738	(379)	1.851	12.210
Saldo em 31.12.2021	**3.000**	**4.805**	**1.571**	**9.376**
Adições	285	553	29	867
Pagamento	624	-	(671)	(47)
Reversão	(1.531)	(1.173)	(40)	(2.744)
Atualizações	426	89	634	1.149
Saldo em 31.12.2022	**2.804**	**4.274**	**1.523**	**8.601**

	Consolidado			
	Cíveis	**Tributárias**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 31.12.2020	**94.002**	**7.619**	**87.103**	**188.724**
Adições (i)	20.755	8.693	14.261	43.709
Pagamento	(50.449)	-	(23.511)	(73.960)
Reversão (ii)	(10.990)	(3.377)	(1.294)	(15.661)
Atualizações	67.243	403	13.906	81.552
Saldo em 31.12.2021	**120.561**	**13.338**	**90.465**	**224.364**
Adições	33.618	3.768	10.689	48.075
Pagamento	(38.438)	-	(23.178)	(61.616)
Reversão	(22.056)	(3.573)	(2.053)	(27.682)
Atualizações	42.823	890	10.658	54.371
Saldo em 31.12.2022	**136.508**	**14.424**	**86.581**	**237.512**

(i) Inclui a reclassificação R$6.088, referente a alteração de controle em investidas.
(ii) Inclui a reclassificação R$1.083, referente a alteração de controle em investidas.

A segregação entre circulante e não circulante pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante				
Cíveis	1.262	1.350	61.428	48.802
Tributárias	2.864	3.219	9.663	8.936
Trabalhistas	1.020	1.053	58.010	60.613
	5.146	**5.622**	**129.102**	**118.351**
Não Circulante				
Cíveis	1.542	1.650	75.079	71.758
Tributárias	1.410	1.586	4.760	4.401
Trabalhistas	503	518	28.572	29.854
	3.455	**3.754**	**108.411**	**106.013**
Total	**8.601**	**9.376**	**237.513**	**224.364**

20. Impostos e Contribuições de Recolhimento Diferidos

a) Composição de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS de recolhimentos diferidos

São registrados para refletir os efeitos fiscais decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal, que determina o momento do recolhimento, conforme o recebimento das vendas de imóveis (Instrução Normativa SRF nº 84/79), e a efetiva apropriação do lucro imobiliário, em conformidade com a Resolução CFC nº 1.266/09 e Deliberação CVM nº 561/08, alterada pela Deliberação CVM nº 624/10 (OCPC 01(R1)).

A seguir estão apresentados os saldos dos impostos e das contribuições de recolhimentos diferidos:

	Consolidado	
	2022	**2021**
No Ativo		
IRPJ	426	1.070
CSLL	224	560
Subtotal	**650**	**1.630**
PIS	126	314
COFINS	580	1.454
Subtotal	**706**	**1.768**
Total	**1.356**	**3.398**
Circulante	**997**	**2.221**
Não Circulante	**359**	**1.177**

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
No Passivo				
IRPJ	177.273	182.919	217.771	217.467
CSLL	63.818	65.851	84.965	83.902
Provisão para distratos	-	-	(6.562)	(6.017)
Subtotal	**241.091**	**248.770**	**296.174**	**295.352**
PIS	52	55	13.056	10.174
COFINS	239	258	62.099	47.016
Provisão para distratos	-	-	(7.108)	(6.519)
Subtotal	**291**	**313**	**68.047**	**50.671**
Total	**241.382**	**249.083**	**364.221**	**346.023**
Circulante	**262**	**-**	**46.558**	**36.955**
Não Circulante	**241.120**	**249.083**	**317.663**	**309.068**

O recolhimento efetivo desses tributos ocorre em prazo equivalente ao do recebimento das parcelas de vendas e alienação de participações.

Em decorrência dos créditos e das obrigações tributários anteriormente mencionados, foram contabilizados os correspondentes efeitos tributários (imposto de renda e contribuição social diferidos), como a seguir indicados:

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
No ativo circulante e não circulante				
Diferença de lucro nas atividades imobiliárias - lucro presumido	-	-	26	33
Diferença de lucro nas atividades imobiliárias - RET	-	-	624	1.597
	-	**-**	**650**	**1.630**
No passivo circulante e não circulante				
Diferença de lucro nas atividades imobiliárias - lucro real	(680)	(733)	(1.717)	(1.394)
Diferença de lucro nas atividades imobiliárias - lucro presumido	-	-	(5.587)	(3.341)
Diferença de lucro nas atividades imobiliárias - RET	-	-	(48.458)	(42.580)
Diferença de lucro sob atividade não operacional - lucro real (IPO)	(240.411)	(248.037)	(240.412)	(248.037)
	(241.091)	**(248.770)**	**(296.174)**	**(295.352)**

b) Bases de cálculo das diferenças tributárias de resultados futuros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui ativos fiscais diferidos que não foram reconhecidos no montante do consolidado de R$3.202.928 (Em 31 de dezembro de 2021, o montante era de R$ 2.806.522), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar seus benefícios.

c) Saldo de PIS e COFINS

O PIS e a COFINS diferidos calculados sobre a diferença entre a receita tributada pelo regime de caixa e as receitas reconhecidas pelo regime de competência estão registrados na rubrica "Impostos e contribuições de recolhimento diferidos", no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de liquidação:

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Corrente	500	-	3.652	2.164
Recolhimento diferido	291	313	75.155	57.190
Provisão para distratos	-	-	(7.108)	(6.519)
	791	**313**	**71.699**	**52.835**

d) Despesa com imposto de renda e contribuição social do exercício

As despesas de imposto de renda e contribuição social, referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, podem ser assim conciliadas com o resultado antes dos impostos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**801.799**	**905.252**	**981.615**	**1.105.934**
(x) alíquota nominal de:	**-34%**	**-34%**	**-34%**	**-34%**
(=) Expectativa de créditos (da despesa) de IRPJ e CSLL	**(272.612)**	**(307.786)**	**(333.749)**	**(376.018)**
(+/-) **Efeito da alíquota nominal sobre:**				
Resultado de Equivalência Patrimonial	371.777	384.923	73.809	101.037
Adições e exclusões permanentes, RET e outros	(54.789)	(101.658)	32.202	89.431
Créditos fiscais não constituídos	(i) (37.295)	33.625	104.713	96.930
(=) Despesa de imposto de renda e contribuição social	**7.081**	**9.104**	**(123.025)**	**(88.620)**
Impostos de Recolhimento Diferido	7.679	9.104	(1.867)	4.399
Impostos Correntes	(598)	-	(121.158)	(93.019)
	7.081	**9.104**	**(123.025)**	**(88.620)**
Alíquota Efetiva			**12%**	**8%**

(i) Refere-se a saldo de prejuízos fiscais e base negativa não contabilizados.

21. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$3.395.744 em 31 de dezembro de 2022 (R$3.395.744 em 31 de dezembro de 2021), representado por 399.742.799 ações ordinárias nominativas.

O Conselho de Administração da Companhia está autorizado a aumentar o capital social, independentemente de Assembleia Geral ou reforma estatutária, até o limite de 750.000.000 de ações ordinárias nominativas, para distribuição no País e/ou exterior, sob a forma pública ou privada.

b) Ações em tesouraria

A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir suas próprias ações para permanência em tesouraria e, posteriormente, cancelamento ou alienação.

(i) A quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado é de 265.505.599 ações ordinárias, conforme informado pela instituição depositária em 31 de dezembro de 2022 (274.085.646 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) A quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria é de 24.012.395 e seu valor médio de aquisição é de R$ 12,41 em 31 de dezembro de 2022 (15.238.895 e valor médio de aquisição de R$ 12,61 em 31 de dezembro de 2021).

c) Outras reservas

São representadas por gastos com emissão de ações e movimentações em transações de capital. As reservas de capital são majoritariamente explicadas pela aquisição de participações minoritárias em sociedades que já eram consolidadas nas informações financeiras da Companhia.

d) Destinação do lucro líquido do exercício

O Lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte:

- 5% para a reserva legal, até o limite de 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação para a reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

	2022	**2021**
Lucro líquido do exercício	**808.880**	**914.356**
(-) Prejuízos acumulados	-	-
Lucro Liquido Atribuído aos acionistas da controladora	**808.880**	**914.356**
Constituição da reserva legal - %	5%	5%
(-) Reserva Legal	**40.444**	**45.718**
(=) Base de cálculo sobre o Lucro Líquido	**768.436**	**868.638**
Dividendo mínimo estatutário - %	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório sobre Lucro Líquido	**192.109**	**217.159**
Total de Dividendos a Pagar	**192.109**	**217.159**
Total destinado à reserva de lucros	**576.327**	**651.478**

e) Reserva de Lucros (Expansão)

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após constituição de reserva legal e da proposição de dividendos, no montante de R$ 576.777, foi transferido para a rubrica "Reserva de Lucros" e conforme artigo 39 do Estatuto Social a parcela ou totalidade do saldo remanescente alocado nesta rubrica pode, por proposta da administração, ser retida para execução de orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da lei 6.404.

f) Outras Mutações

O saldo nessa rubrica é substancialmente representado pelas movimentações de aumentos e ou reduções na participação de acionistas não controladores.

22. Benefícios a Diretores e Empregados

Os benefícios aos empregados e administradores são todos na forma de remuneração paga, a pagar, ou proporcionada pela Companhia, ou em nome dela, em troca de serviços que lhes são prestados.

a) Benefícios pós-aposentadoria

A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada para seus empregados, porém efetuam contribuições mensais com base na folha de pagamento de previdência social, as quais são lançadas em despesas pelo regime de competência.

b) Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PLR

A Companhia e demais empresas do Grupo possuem programa de participação de empregados nos resultados, conforme acordo coletivo com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2022, a provisão é de R$68.188 (R$52.688 em 31 de dezembro de 2021), registrada no resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas" e no passivo "Salários, encargos sociais e participações", com base nos indicadores e parâmetros definidos no acordo firmado e projeções de resultados.

23. Instrumentos Financeiros

a) Resumo dos principais instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de moeda e de taxa de câmbio e de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

	Controladora		Consolidado		
	2022	**2021**	**2022**	**2021**	**Classificação**
Ativos Financeiros	**2.127.917**	**1.888.870**	**7.869.261**	**6.197.066**	
Caixa e equivalentes de caixa	3.882	22.719	129.013	205.944	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários (i)	974.009	953.270	1.872.097	2.762.108	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	496.743	299.917	503.383	300.417	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	(2.233)	30.324	2.111.259	30.324	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Contas a receber	7.389	12.028	2.709.008	2.333.644	Custo amortizado
Créditos a receber com partes relacionadas	643.606	564.392	534.936	554.070	Custo amortizado
Contas-correntes com parceiros nos empreendimentos	4.522	6.220	9.565	10.559	Custo amortizado
Passivos Financeiros	**2.746.438**	**2.452.370**	**6.027.329**	**4.780.867**	
Empréstimos e financiamentos	451.210	521.206	1.835.136	1.387.334	Custo amortizado
Debêntures	761.746	756.014	1.070.246	762.661	Custo amortizado
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	1.385.668	1.032.906	1.949.484	1.475.475	Custo amortizado
Contas a pagar por aquisição de imóveis	-	2.516	765.254	794.544	Custo amortizado
Fornecedores de bens e serviços	41.103	41.535	247.729	219.163	Custo amortizado
Obrigações a pagar com partes relacionadas	106.711	98.193	107.601	110.251	Custo amortizado
Contas-correntes com parceiros nos empreendimentos	-	-	51.879	31.439	Custo amortizado

A Companhia possui instrumentos financeiros no qual são mensurados a valor justo, então neste cenário é aplicado a regra de hierarquia do valor justo vide CPC 46, que requer que a Companhia faça uma avaliação da hierarquia do valor justo que são classificados em três níveis a seguir:

(i) Nível 1 - São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso a data da mensuração.
(ii) Nível 2 - São informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1.
(iii) Nível 3 - Informações (inputs) de nível 3 são dados observados para o ativo ou passivo.

b) Análise de sensibilidade para os ativos e passivos financeiros

Ativos Financeiros

A partir do cenário provável para o CDI acumulado para os próximos 12 meses, foram definidos cenários com deteriorações de 25% e 50%, para os ativos financeiros. Definiu-se a taxa provável para o CDI acumulado para os próximos 12 meses de 13,65% ao ano com base nas taxas referenciais de "swap" pré x DI de um ano divulgadas pela BM&FBOVESPA e cenários alternativos considerando o CDI de 10,24% ao ano e 6,83% ao ano. Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade dos títulos e valores mobiliários aos cenários para as remunerações médias mensais, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2022. Para os casos em que o fator de risco é a variação da taxa do dólar norte-americano, a partir do cenário para os próximos 12 meses, de R$ 5,40, foram definidos cenários com deteriorações de 25% e 50%, considerando o dólar norte-americano a R$ 4,05 e R$ 2,70, respectivamente.

A partir do cenário provável para o IPCA acumulado para os próximos 12 meses, foram definidos cenários com deteriorações de 25% e 50%, para títulos e valores mobiliários. Definiu-se a taxa provável para o IPCA acumulado para os próximos 12 meses de 5,42% ao ano com base no relatório divulgado pelo Santander e cenários alternativos considerando o IPCA de 4,06% ao ano e 2,71% ao ano.

A partir do cenário provável para o IGP-M acumulado para os próximos 12 meses, foram definidos cenários com deteriorações de 25% e 50%, para a carteira performada do contas a receber. Definiu-se a taxa provável para o IGP-M acumulado para os próximos 12 meses de 4,07% ao ano com base no relatório divulgado pelo Santander e cenários alternativos considerando o IGP-M de 3,06% ao ano e 2,04% ao ano. As carteiras performadas possuem juros contratuais de 12% ao ano.

A partir do cenário provável para o INCC acumulado para os próximos 12 meses, foram definidos cenários com deteriorações de 25% e 50%, para a carteira não performada do contas a receber. Definiu-se a taxa provável para o INCC acumulado para os próximos 12 meses de 4,51% ao ano com base no relatório divulgado pelo Santander e cenários alternativos considerando o INCC de 3,39% ao ano e 2,26% ao ano.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas de fonte externa.

Operações Financeiras	**Posição 2022**	**Fator de Risco**	**Cenário I Provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
Fundos de investimentos exclusivos	1.684.544	CDI	14,59%	10,94%	7,30%
Receita projetada			245.783	184.337	122.892
Fundo de investimentos diversos	161.097	CDI	25,43%	19,07%	12,71%
Receita projetada			40.960	30.720	20.480
Certificado de depósito bancário	363.593	CDI	13,60%	10,20%	6,80%
Receita projetada			49.452	37.089	24.726
Títulos do Governo - NTNB	12.058	IPCA	5,42%	4,06%	2,71%
Receita projetada			653	490	327
Letras Financeiras	151.761	CDI	14,58%	10,93%	7,29%
Receita projetada			22.120	16.590	11.060
Títulos Securitizáveis	858.418	IPCA	5,42%	4,06%	2,71%
Receita projetada			46.514	34.886	23.257
AVJORA Títulos Securitizáveis	227.142	IPCA	5,42%	4,07%	2,71%
Receita projetada			12.311	9.233	6.156
Títulos Securitizados	843.512	IPCA	5,42%	4,06%	2,71%
Receita projetada			45.707	34.280	22.853
AVJORA Títulos Securitizados	184.016	IPCA	5,42%	4,07%	2,71%
Receita projetada			9.974	7.480	4.987
Outros	7.884	IGPM	4,07%	3,05%	2,04%
Receita projetada			321	241	160
	4.494.025		**473.795**	**355.346**	**236.898**

Contas a Receber	**Posição 2022**	**Fator de Risco**	**Cenário I Provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
Carteira performada (i)	831.133	IGPM	4,07%	3,06%	2,04%
Receita projetada			33.865	25.398	16.932
Carteira não performada (i)	2.267.695	INCC	4,51%	3,39%	2,26%
Receita projetada			102.375	76.782	51.188
	3.098.828		**136.240**	**102.180**	**68.120**

(i) Saldo antes da provisão para risco de crédito e prestação de serviço.

Passivos Financeiros

A Companhia possui valores mobiliários (debêntures e CRIs) em valor total de R$ 3.008.502, bruto dos gastos de emissão, que são remuneradas com taxas de juros que podem variar de IPCA + 3,91% até CDI + 6,0% a.a. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos endividamentos atrelados ao CDI e ao IPCA, fatores de riscos de taxas de juros ao qual a Companhia possuía exposições passivas na data-base 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes. Definiu-se as prováveis taxas para o CDI e o IPCA acumulados para os próximos 12 meses de 13,65% ao ano e 5,42% ao ano respectivamente, com base nas taxas referenciais de "swap" pré x DI de um ano divulgadas pela B3 e com base no relatório divulgado pelo Santander para a projeção do IPCA, o que equivale aos cenários possíveis listados a seguir. A partir da taxa provável para o CDI, foram definidos cenários com deteriorações com a taxa média de 17,06% ao ano e 20,48% ao ano para os próximos 12 meses. A partir da taxa provável para o IPCA, foram definidos cenários com deteriorações com a taxa média de 6,77% ao ano e 8,13% ao ano para os próximos 12 meses. Calculou-se as sensibilidades das despesas financeiras aos cenários para os riscos de variações do CDI e o do IPCA, a partir dos saldos existentes em 31 de dezembro de 2022, bruto dos gastos com emissão, conforme destacado a seguir:

Operações Financeiras	**Posição 2022**	**Fator de Risco**	**Cenário I Provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
14ª Emissão de Debêntures	763.471	CDI	15,57%	19,46%	23,36%
Despesa projetada			118.872	148.591	178.309
CRI - 1ª Emissão (Securitizadora)	43.719	CDI	14,67%	18,34%	22,01%
Despesa projetada			6.414	8.017	9.620
CRI - 4ª Emissão - 109º série (Gaia)	-	CDI	0,00%	0,00%	0,00%
Despesa projetada			-	-	-
CRI - 4° Emissão - 131° 132° e 133° série (Gaia)	7.982	CDI	20,47%	25,59%	30,71%
Despesa projetada			1.634	2.042	2.451
CRI - 4° Emissão - 140° série (Gaia)	34.039	IPCA	10,69%	13,36%	16,04%
Despesa projetada			3.639	4.549	5.458
CRI - 1° Emissão - 211° série (Opea)	103.041	CDI	13,65%	17,06%	20,48%
Despesa projetada			14.065	17.581	21.098
CRI - 1° Emissão - 212° série (Opea)	638.108	CDI	13,65%	17,06%	20,48%
Despesa projetada			87.102	108.877	130.653
CRI - 1° Emissão - 283° e 285° séries (Opea)	111.925	IPCA	9,54%	11,93%	14,31%
Despesa projetada			10.678	13.347	16.016
CRI - 4° Emissão - 145° série (Gaia)	4.626	CDI	17,91%	22,39%	26,87%
Despesa projetada			829	1.036	1.243
CRI - 4° Emissão - 167° série (Gaia)	20.932	IPCA	10,69%	13,36%	16,04%
Despesa projetada			2.238	2.797	3.356
CRI - 4ª Emissão - 180ª e 181ª séries (Gaia)	69.775	CDI	17,06%	21,33%	25,59%
Despesa projetada			11.904	14.880	17.855
CRI - 4ª Emissão - 362ª e 363ª séries (Opea)	22.868	Pré	7,00%	7,00%	7,00%
Despesa projetada			1.601	1.601	1.601
CRI - 3ª Emissão - 45ª série (Província)	82.414	IPCA	11,22%	14,03%	16,83%
Despesa projetada			9.247	11.559	13.870
CRI - 1ª Emissão - 489ª série (Opea)	122.001	CDI	17,06%	21,33%	25,59%
Despesa projetada			20.813	26.017	31.220
CRI - 1ª Emissão - 490ª série (Opea)	260.726	IPCA	11,65%	14,56%	17,48%
Despesa projetada			30.375	37.968	45.562
CRI - 1ª Emissão - 491ª série (Opea)	100.090	IPCA	11,88%	14,85%	17,82%
Despesa projetada			11.891	14.863	17.836
CRI - 24ª Emissão - 1ª, 2ª e 3ª séries (True)	344.048	IPCA	13,65%	17,06%	20,48%
Despesa projetada			46.963	58.703	70.444
1ª Emissão de Debêntures da CashMe	309.908	CDI	15,45%	19,31%	23,18%
Despesa projetada			47.881	59.851	71.821
	3.039.673		**426.146**	**532.279**	**638.413**

A dívida assumida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES possui remuneração de 3,78% ao ano, acrescida à TJLP. Com o intuito de verificar a sensibilidade do endividamento atrelada à TJLP, fatores de risco de taxas de juros às quais a Companhia possuía exposição passiva na data-base 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes, tendo sido utilizada a TJLP de 7,64% ao ano para o cenário provável. A partir dele, foram definidos cenários com deteriorações de 25% e 50% para os próximos 12 meses e recalculou-se a taxa anual aplicada a esses financiamentos.

A Companhia possui empréstimos em moeda nacional remunerados com taxas de juros entre CDI + 1,255% e CDI + 2,50%. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do endividamento atrelado ao CDI, fator de risco de taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição passiva na data-base 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes. Definiu-se a taxa provável para o CDI acumulado para os próximos 12 meses de 13,65% ao ano, com base nas taxas referenciais de "swap" pré x DI de um ano divulgadas pela B3. A partir da taxa provável para o CDI, foram definidos cenários com deteriorações com a taxa média de 17,06% ao ano e 20,48% ao ano para os próximos 12 meses. Calculou-se a sensibilidade das despesas financeiras aos cenários para o risco de variação do CDI, a partir dos saldos existentes em 31 de dezembro de 2022, o que equivale aos cenários possíveis listados.

A Companhia possui financiamentos para a construção em moeda nacional, sendo uma parte remunerados com taxas de juros entre 7,99% a 9,65% ao ano, acrescida à TR e outra parte remunerados com taxas de juros entre Poupança + 2,50% ao ano e Poupança + 5,00% ao ano, acrescida à TR. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos financiamentos para a construção atrelados à TR, CDI e Selic (Poupança), fatores de risco de taxas de juros ao qual a Companhia possuía exposição passiva na data-base 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes, tendo sido utilizada a TR de 2,22% ao ano, CDI acumulado para os próximos 12 meses de 13,65% ao ano e a Selic de 12,00% ao ano, com base nas taxas referenciais de "swap" TR x pré e de "swap" pré x DI de um ano divulgadas pela B3, e com base no relatório divulgado pelo Santander para a projeção da Selic. A partir das taxas prováveis para a TR, CDI e Selic, foram definidos cenários com deteriorações de 25% e 50% para os próximos 12 meses e recalculou-se a taxa anual aplicada a esses financiamentos, assim como a sensibilidade das despesas financeiras aos cenários para o risco de variação da TR, CDI e Selic, a partir dos saldos existentes em 31 de dezembro de 2022, o que equivale aos cenários possíveis listados.

Abaixo estão as análises da dívida assumida com o BNDES, empréstimos nacionais e de financiamentos.

Operações Financeiras	**Posição 2022**	**Fator de Risco**	**Cenário I Provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
BNDES	108.027	TJLP	11,71%	13,69%	15,67%
Despesa projetada			12.650	14.789	16.928
Empréstimo nacionais	478.548	CDI +	15,78%	19,25%	22,73%
Despesa projetada			75.515	92.121	108.774
Financiamento de obra	570.804	TR	11,25%	11,85%	12,45%
Despesa projetada			64.193	67.640	71.088
Financiamento de obra	680.586	Poupança +	11,73%	12,33%	12,94%
Despesa projetada			79.833	83.916	88.068
	1.837.965		**232.191**	**258.466**	**284.858**

c) Operação com instrumento financeiro derivativo

De acordo com a Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica informações sobre todos os seus instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pela Companhia como forma de gerenciamento dos riscos de mercado relacionados à taxa de juros, principalmente para os empréstimos de modalidade CCB que são prefixados.

(i) Swap de fluxo de caixa

Essa modalidade de "swap" proporciona o pagamento de diferencial de juros durante a vigência do contrato, em intervalos periódicos (fluxo constante).

A Companhia possui operações de swap abaixo, no qual tem a posição ativa em taxas pré-fixadas e cotas de fundo e como contrapartida passiva os percentuais do CDI, sendo a amortização do valor principal de acordo com os vencimentos da dívida à qual os contratos estão atrelados.

Operações Financeiras	**Valor Original**	**Contratação**	**Vencimento**	**Ponta Ativa (Cyrela)**	**Ponta Passiva (BTG Pactual)**	**2022**	**2021**
Swap de fluxo de caixa vinculado à captação	164.013	dez/17	fev/22	8,30% a.a	88,70% CDI	-	1
Swap de fluxo de caixa vinculado à captação	93.500	dez/17	jul/22	8,25% a.a	79,30% CDI	-	77
Swap de fluxo de caixa vinculado à captação	16.100	fev/19	set/23	8,26% a.a	105,56% CDI	(658)	(3.622)
Swap de fluxo de caixa vinculado à captação	100.000	mar/20	abr/24	6,20% a.a	79,00% CDI	(3.577)	(2.817)
Swap de fluxo de caixa vinculado à captação	199.928	mar/20	abr/24	6,20% a.a	93,00% CDI	(9.461)	(9.468)
						(13.696)	**(15.829)**

Operações Financeiras	**Valor Original**	**Contratação**	**Vencimento**	**Ponta ativa (Cyrela)**	**Ponta Passiva (Plural)**	**2022**	**2021**
Swap de fluxo de caixa vinculado à mutuo	2.446	mar/21	fev/36	100% Cotas FIDC	100% DI + 3% a.a	-	(211)
						-	**(211)**

Operações Financeiras	**Valor original em R$ mil**	**Contratação**	**Vencimento**	**Ponta ativa (Cyrela)**	**Ponta Passiva (Santander)**	**2022**	**2021**
Swap de fluxo de caixa vinculado à captação	105.081	jun/21	abr/25	IPCA +3,91%	100% CDI + 1,15%	5.801	217
						5.801	**217**

Operações Financeiras	**Valor original em R$ mil**	**Contratação**	**Vencimento**	**Ponta ativa (Cyrela)**	**Ponta Passiva (Santander)**	**2022**	**2021**
Swap de fluxo de caixa vinculado à captação	99.500	jun/22	jun/29	IPCA +6,128%	100% CDI + 0,79%	(3.509)	-
						(3.509)	**-**

Operações Financeiras	**Valor original em R$ mil**	**Contratação**	**Vencimento**	**Ponta ativa (Cyrela)**	**Ponta Passiva (Banco do Brasil)**	**2022**	**2021**
Swap de fluxo de caixa vinculado à captação	259.200	jun/22	jun/27	IPCA +5,9068%	100% CDI + 0,47%	(5.392)	-
						(5.392)	**-**

Operações Financeiras	**Valor original em R$ mil**	**Contratação**	**Vencimento**	**Ponta ativa (Cyrela)**	**Ponta Passiva (Bocom)**	**2022**	**2021**
Swap de fluxo de caixa vinculado à captação	30.000	mai/21	nov/23	100% V.C + 2,41%	100% CDI + 1,41%	(1.545)	756
						(1.545)	**756**

continua...

CONTINUAÇÃO

CYRELA BRAZIL REALTY S.A.
EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

CYRELA

CYRE3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL · abrasca Companhia Associada · AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

d) Considerações sobre riscos e gestão de capital

Os principais riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

(i) Risco de mercado

O risco de mercado está atrelado as flutuações no valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro num mercado ativo. Os preços de mercado são afetados, principalmente, pela variação na taxa de juros (inflação) e pela flutuação da moeda estrangeira. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem títulos e valores mobiliários, contas a receber, contas a pagar, empréstimos a pagar, instrumentos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos.

- Risco de taxa de juros: os resultados da Companhia e de suas controladas estão sujeitos a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e dívidas, e contas a receber de clientes.
- Risco de distratos de clientes: A Companhia aplica com eficiência suas políticas de análise de crédito visando a garantia do crédito ao final da obra e repasse definitivo do cliente ao banco. Apesar disso, há clientes que procuram a Companhia buscando distratar seus respectivos contratos de promessa de compra e venda.
- Risco de moeda: a Companhia mantém operações em moedas estrangeiras que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações dessas moedas. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresentava saldo de empréstimos em moeda estrangeira. Os títulos e valores mobiliários em moeda estrangeira apresentavam saldo de R$6.938 em 31 de dezembro de 2022 e R$8.231 em 31 de dezembro de 2021, sendo essa exposição protegida por recebíveis futuros, em dólares norte-americanos, de empreendimento imobiliário já entregue realizado na Argentina.
- Risco COVID-19: No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o coronavírus (COVID-19) como pandemia. Desde então, o vírus vem se alastrando rapidamente ao redor do mundo. A Companhia está monitorando de perto todas as evoluções e tomando medidas mitigatórias para garantir a segurança de todos os seus stakeholders.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em instrumentos financeiros e contratos de compra e venda de imóveis, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente.

Adicionalmente, a Administração realiza análises periódicas, a fim de identificar se existem evidências objetivas que indiquem que os benefícios econômicos associados à receita apropriada poderão não fluir para a entidade. Exemplos: (i) atrasos no pagamento das parcelas; (ii) condições econômicas locais ou nacionais desfavoráveis; entre outros. Caso existam tais evidências, a respectiva provisão para perdas esperadas é registrada. O montante a ser registrado nesta provisão considera que o imóvel será recuperado pela Companhia, que eventuais montantes poderão ser retidos quando do pagamento das indenizações aos respectivos promitentes compradores, entre outros.

(iii) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em virtude das diferentes moedas e dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
(+) Dívida atualizada (principal): (i)	2.539.356	2.273.443	4.776.289	3.580.324
(-) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários:	(1.472.401)	(1.306.230)	(4.615.753)	(3.298.792)
	1.066.955	**967.213**	**160.536**	**281.532**

(i) Composta por empréstimos e financiamentos, debêntures e CRIs, bruto dos gastos com emissão e excluídos os juros apropriados até 31 de dezembro de 2022.

(iv) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um "rating" de crédito adequado perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada essa estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos e emissões de debêntures.

24. Lucro (Prejuízo) Bruto

Apresentamos a seguir a composição da receita líquida e dos custos relacionados às receitas, apresentada na demonstração do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta				
Incorporação e revenda de imóveis	13.436	6.923	5.440.721	4.851.226
Loteamento	44	1.898	23.045	51.769
Provisão para Distrato	-	-	(15.086)	(62.954)
Provisão para Distrato - PCE	505	(496)	6.545	(35.986)
Prestação de serviços e outras	12.903	11.993	100.623	113.605
	26.888	**20.318**	**5.555.848**	**4.917.660**
Deduções da receita bruta	(3.920)	(3.622)	(143.553)	(126.827)
Receita líquida	**22.968**	**16.696**	**5.412.295**	**4.790.833**
Custo das vendas e serviços realizados				
Dos imóveis vendidos	(12.027)	(2.968)	(3.604.356)	(3.077.353)
Loteamento	61	(4.230)	(5.832)	(23.374)
Provisão para Distrato	-	-	7.779	39.254
Da prestação de serviços	-	-	(75.924)	(63.540)
	(11.966)	**(7.198)**	**(3.678.333)**	**(3.125.013)**
	11.002	**9.498**	**1.733.962**	**1.665.820**

25. Despesas com Vendas

Os principais gastos incorridos nos exercícios podem ser apresentados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Estande de vendas	-	-	(141.660)	(112.638)
Propaganda e publicidade (mídia)	(10)	(28)	(90.841)	(71.761)
Serviços profissionais	(13.800)	(5.689)	(143.486)	(95.173)
Ociosidade	(265)	(455)	(29.567)	(27.205)
Cash Me (i) (ii)	-	-	(42.494)	-
Outras despesas comerciais (iii)	1.126	-	(66.921)	(41.069)
	(12.949)	**(6.172)**	**(514.969)**	**(347.846)**

(i) Consiste em comissões sobre intermediações, serviços de terceiros e folha salarial do comercial da CashMe.

(ii) Em julho de 2022 a equipe de captação e estruturação da CashMe passou a ser considerada como despesas comerciais, até 30 de junho de 2022 o incorrido totalizou R$32 Milhões, alocados no grupo de despesa gerais e administrativas (Em 31 de dezembro 2021 totalizou R$44 Milhões).

(iii) Refere-se à despesas apropriadas de comissão de vendas, salários e outras despesas das empresas de venda do Grupo.

26. Despesas Gerais e Administrativas

Os principais gastos incorridos nos exercícios podem ser assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Salários e Encargos	(53.751)	(44.693)	(197.742)	(157.485)
Participação de empregados e administradores (PLR)	(45.488)	(41.442)	(74.551)	(60.108)
Serviços de Terceiros	(54.861)	(48.158)	(156.514)	(136.947)
Aluguel, utilidades e viagens	(14.761)	(10.700)	(24.890)	(15.839)
Indenizações para riscos diversos (i)	(47)	(8.140)	(61.616)	(73.960)
Outras despesas administrativas	(11.417)	(13.802)	(33.090)	(50.994)
	(180.325)	**(166.935)**	**(548.403)**	**(495.333)**

(i) Conforme nota explicativa 19.

27. Resultado Financeiro

Os principais gastos e receitas incorridas nos exercícios podem ser apresentados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas financeiras:				
Juros do sistema financeiro da habitação (SFH)	(5.123)	(125)	(101.771)	(29.256)
Juros de empréstimos nacionais e estrangeiros	(295.656)	(126.630)	(382.312)	(138.695)
Capitalização de juros	5.123	33	72.116	19.439
Variações monetárias	(4.057)	(896)	(12.651)	(4.818)
Despesas bancárias	(1.923)	(1.928)	(18.027)	(9.949)
Descontos Concedidos	-	-	(13)	(4)
Outras despesas financeiras	(7.862)	(10.977)	(15.645)	(13.917)
Perdas operacionais SWAP	(46.084)	(52.383)	(46.083)	(51.665)
	(355.582)	**(192.906)**	**(504.386)**	**(228.865)**
Receitas financeiras:				
Rendimentos aplicações financeiras	159.613	139.764	537.935	221.719
Receitas financeiras sobre contas a receber	-	-	-	-
Variações monetárias ativas	1.331	1.567	25.758	9.604
Descontos obtidos	6	11	382	171
Juros ativos diversos	25.387	5.025	29.330	29.568
PCE - Ativos financeiros	275	(275)	(18.396)	(6.065)
Outras receitas financeiras	6.011	7	14.285	5.222
Ganhos operacionais SWAP	11.970	22.868	11.970	22.149
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(9.287)	(8.435)	(28.551)	(10.506)
	195.306	**170.532**	**572.713**	**271.862**
Resultado Financeiro	**(160.276)**	**(22.374)**	**68.327**	**42.997**

28. Lucro por Ação

Os lucros básicos e diluídos por ação estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	2022	2021
Lucro diluído por ação:		
Lucro líquido do exercício	808.880	914.356
Número total de ações (-) tesouraria (ações em milhares)	375.730	384.504
Lucro básico por ação - em R$	2,15282	2,37801
Lucro diluído por ação:		
Lucro líquido do período	808.880	914.356
Média ponderada de ações em circulação (ações em milhares)	375.730	384.504
Efeito das opções de compra de ações outorgadas (ações em milhares)	-	-
Média ponderada de ações em circulação - diluído	375.730	384.504
Lucro diluído por ação - em R$	2,15282	2,37801

29. Informações por Segmento

a) Critério de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia definiu a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia o negócio. Os segmentos operacionais apresentados nas informações financeiras são demonstrados a seguir:

(i) Atividade de incorporação.

(ii) Atividade de prestação de serviços.

O segmento de incorporação contempla a venda e revenda de imóveis e também a atividade de loteamentos e está subdividida, conforme apresentado a seguir:

(i) Cyrela: estão classificados os empreendimentos definidos pelo Comitê de Lançamentos como alto padrão e luxo, tanto da controladora como das "joint ventures".

(ii) Living: estão classificados os empreendimentos definidos pelo Comitê de Lançamentos como Living, tanto da controladora como das "joint ventures".

(iii) CVA: estão classificados os empreendimentos definidos pelo Comitê de Lançamento como "Casa Verde e Amarela", tanto da controladora como das "Joint ventures".

As informações sobre as atividades de loteamento e prestação de serviços estão sendo apresentadas nesta nota explicativa com o termo "Demais".

b) Demonstrações consolidadas dos segmentos operacionais

Consolidado 2022	Cyrela	Living	CVA	Demais	Corporativo	Total
Receita líquida	2.774.227	1.466.688	1.135.966	35.414	-	5.412.295
Custo das vendas e serviços	(1.873.592)	(993.943)	(802.341)	(8.457)	-	(3.678.333)
Lucro bruto	**900.635**	**472.745**	**333.625**	**26.957**	**-**	**1.733.962**
Receitas/(Despesas) operacionais	(324.706)	(139.572)	(126.352)	(58.814)	(171.230)	(820.674)
Lucro/(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**575.929**	**333.173**	**207.273**	**(31.857)**	**(171.230)**	**913.288**
Ativo total	**5.368.907**	**2.758.099**	**984.193**	**84.194**	**7.364.746**	**16.560.139**
Passivo total	**2.201.350**	**1.263.200**	**332.295**	**126.363**	**4.937.600**	**8.860.808**
Patrimônio Líquido	**3.167.557**	**1.494.899**	**651.898**	**(42.169)**	**2.427.146**	**7.699.331**

Consolidado 2021	Cyrela	Living	CVA	Demais	Corporativo	Total
Receita líquida	2.688.414	1.217.215	816.661	68.543	-	4.790.833
Custo das vendas e serviços	(1.717.262)	(794.559)	(583.842)	(29.350)	-	(3.125.013)
Lucro bruto	**971.152**	**422.656**	**232.819**	**39.193**	**-**	**1.665.820**
Receitas/(Despesas) operacionais	(277.885)	(78.507)	(115.258)	(55.855)	(75.378)	(602.883)
Lucro/(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**693.267**	**344.149**	**117.561**	**(16.662)**	**(75.378)**	**1.062.937**
Ativo total	**5.111.197**	**2.087.189**	**1.121.533**	**85.862**	**5.435.389**	**13.841.170**
Passivo total	**1.964.976**	**869.330**	**421.826**	**220.932**	**3.562.182**	**7.039.246**
Patrimônio Líquido	**3.146.221**	**1.217.859**	**699.707**	**(135.070)**	**1.873.207**	**6.801.924**

Os valores apresentados como corporativo envolvem, substancialmente, despesas da unidade corporativa não alocadas aos demais segmentos.

c) Informações sobre principais clientes

A Companhia e suas investidas não possuem clientes que concentrem participação relevante (acima de 10%) em seus empreendimentos e que afetem os resultados operacionais.

30. Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros, como indicados a seguir, para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

a) Risco de engenharia:

(i) Básica -R$6.715: acidentes (causa súbita e imprevista) no canteiro de obra tais como: danos da natureza ou de força maior, ventos, tempestades, raios, alagamento, terremoto etc., danos inerentes a construção, emprego de material defeituoso ou inadequado, falhas na construção e desmoronamento de estruturas.

(ii) Projetos - R$6.715: cobre danos indiretos causados por possíveis erros de projeto.

(iii) Outras - R$14.535: referem-se a despesas extraordinárias, desentulho, tumultos, greves e cruzadas com fundações, entre outros.

(iv) "Stand" de vendas: incêndio - R$39, roubo - R$1 e outros riscos - R$8.

(v) Garantias contratuais: R$3.577

(vi) Riscos de Danos Físicos aos Imóveis Hipotecados: R$613

(vii) Riscos de construção: responsabilidade civil: R$533

(viii) Responsabilidade Civil sobre ações de Diretores e Gestores: R$104

31. Eventos Subsequentes

A Companhia até a data da aprovação do conselho de administração não apresentou eventos subsequentes.

32. Aprovação das Informações Financeiras

As informações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração em 13 de março de 2023.

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria da Companhia declarou que discutiu, revisou e concordou com as informações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes relativos ao período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2022.

Declaração para fins do Artigo 25, §1°, Inciso III, da Instrução CVM nº 480/09

"O Conselho Fiscal da **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações** ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, em reunião iniciada em 09 de março de 2023 e finalizada em 13 de março de 2023, no escritório da Companhia localizado na Cidade de Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, 109 - 2º andar - Sala 01 - Parte - CEP: 04552-000, procedeu ao exame e análise **(i)** das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do relatório anual resumido e do parecer do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos Estatutário da Companhia ("Demonstrações Financeiras"); **(ii)** do relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e **(iii)** da proposta da administração para a destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela administração, os membros do Conselho Fiscal opinaram favoravelmente às Demonstrações Financeiras, ao relatório da administração e às contas dos administradores, e à proposta da administração para a destinação dos resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, concluindo que eles expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e autorizando a submissão dos referidos documentos à apreciação da assembleia geral ordinária da Companhia, recomendando aos acionistas a sua aprovação integral."

São Paulo, 13 de março de 2023.

Conselheiros Fiscais

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA, FINANÇAS E RISCOS ESTATUTÁRIO

Aos Srs. Membros do Conselho de Administração da CYRELA BRAZIL REALTY S.A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES. ("Companhia").

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos Estatutário da Companhia ("Comitê") é órgão colegiado, estatutário, de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pelas disposições previstas em seu Regimento Interno ("Regimento Interno do Comitê"), e pela legislação e regulamentação aplicáveis, em especial a Resolução CVM n.º 23 de fevereiro de 2021 ("RCVM 23").

Em reunião realizada em 29 de julho de 2021, o Conselho de Administração aprovou a instalação do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos da Companhia não estatutário.

Posteriormente, em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de setembro de 2022, e condicionada a alteração do estatuto social da Companhia a ser deliberada em assembleia geral extraordinária, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a conversão do Comitê em estatutário, bem como sua composição originária: (i) João Cesar de Queiroz Tourinho foi eleito como Coordenador do Comitê; (ii) Rosangela dos Santos; e (iii) Ricardo Cunha Sales.

Em 07 de novembro de 2022, foi aprovada, pela assembleia geral extraordinária, a previsão do Comitê no estatuto social da Companhia, efetivando, portanto, a sua conversão em estatutário. Na mesma data, o Conselho de Administração aprovou o Regimento Interno do Comitê, o qual foi posteriormente alterado, em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de fevereiro de 2023.

Adicionalmente, em reunião realizada em 01 de março de 2023, o Conselho de Administração deliberou, dentre outas matérias, pela destituição de membro do Comitê e a eleição de seu substituto, passando a ser composto da seguinte forma: (i) João Cesar de Queiroz Tourinho foi eleito como Coordenador do Comitê; (ii) Rosangela dos Santos; e (iii) Rafael Novellino.

O mandato dos atuais membros do Comitê se encerrará na primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a assembleia geral ordinária que examinar as contas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com independência em relação à Diretoria. As suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, em especial a RCVM 23, e ao Regimento Interno do Comitê.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias do Comitê serão realizadas, no mínimo, bimestralmente, previamente às reuniões do Conselho de Administração, de acordo com o calendário corporativo e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação realizada pelo Coordenador ou por quaisquer 2 (dois) membros.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Comitê reuniu-se 6 (seis) vezes, compreendendo, portanto, as reuniões realizadas pelo Comitê antes de sua conversão em estatutário. Adicionalmente, se considerado o período entre abril de 2022 e março de 2023 (isto é, após a última apresentação do relatório anual), foram realizadas 6 (seis) reuniões.

As principais atividades realizadas pelo Comitê no período de abril de 2022 a março de 2023 foram: (a) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes aos períodos encerrados em 31 de março de 2022 (1T22), 30 de junho de 2022 (2T22) e 30 de setembro de 2022 (3T22); (b) Trabalhos voltados ao programa, políticas e controles de gestão de risco; e (c) Análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (DF2022).

3. CONCLUSÕES

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições, apreciaram as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e as eventuais recomendações de melhoria por eles sugeridas, o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, e a proposta de destinação de resultados da Companhia apurados no exercício social de 2022 e, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê ao longo do exercício social, os membros do Comitê manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia, com a posterior recomendação de aprovação aos acionistas em Assembleia Geral.

São Paulo, 13 de março de 2023.

João Cesar de Queiroz Tourinho – Coordenador

Rosangela dos Santos – Membro

Rafael Novellino – Membro

Declaração para fins do Artigo 25, §1°, Inciso V, da Instrução CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua do Rócio, nº 109, 2º andar, sala 1, parte, CEP 04552-000, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.178.600/0001-18 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes) referentes às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 13 de março de 2023.

À Diretoria

Declaração para fins do Artigo 25, §1°, Inciso VI, da Instrução CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua do Rócio, nº 109, 2º andar, sala 1, parte, CEP 04552-000, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.178.600/0001-18 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 13 de março de 2023.

À Diretoria

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO **A DIRETORIA** **RAQUEL ALVES DE ARAÚJO TONHATTO** - CONTADORA - CRC 1SP 281214/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações - São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Imobiliários - CVM.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento da Administração da Companhia quanto à aplicação do CPC 47, alinhado com aquele manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas

A Companhia reconhece a receita com venda de imóveis durante a execução das obras como previsto no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os procedimentos utilizados pela Companhia envolvem o uso de estimativas para o cálculo da apropriação imobiliária, como por exemplo, prever os custos a serem incorridos até o final das obras para determinação do custo orçado, e em comparação aos custos incorridos, determinar o percentual de evolução da obra (POC).

Esse tema foi considerado um assunto principal em nossa auditoria, considerando a relevância dos valores envolvidos, e ao risco de tais estimativas relacionadas ao custo orçado (custos incorridos em adição aos custos a incorrer), para fins da estimativa do percentual de evolução da obra ("POC"), utilizarem premissas que podem ou não se concretizar, e que exigem julgamento e avaliação por parte da Administração. Mudanças nas premissas utilizadas no cálculo do custo orçado e, consequentemente, no percentual de evolução da obra ("POC") podem resultar em ajustes relevantes sob o valor da receita registrado no exercício e em exercícios futuros.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) identificação e testes de efetividade das atividades de controles internos relevantes atreladas ao cálculo do percentual de evolução da obra ("POC") e do reconhecimento contábil da receita; (ii) obtenção das estimativas do custo orçado de obra aprovadas internamente pelas áreas competentes; (iii) projeções analíticas de custos a incorrer para os empreendimentos em construção no exercício, com base em informações históricas, com o objetivo de avaliar a razoabilidade do custo orçado a incorrer; (iv) testes, em base amostral, da documentação suporte dos custos incorridos; (v) testes, em base amostral, da documentação suporte para avaliar a razoabilidade e integridade das informações do valor geral de venda ("VGV"), contido no mapa de apropriação, base para a receita contabilizada do exercício; (vi) recálculo da receita com base no percentual de evolução da obra ("POC"); e (vii) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que: (i) as premissas utilizadas pela Administração para estimar os custos a incorrer, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo; e (ii) os cálculos efetuados pela Administração sobre o percentual de conclusão correspondem substancialmente aos critérios estabelecidos conforme Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018.

Redução ao valor recuperável de ativos com vida útil indefinida

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2.3.19 e nº 7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") reconhecido sob as investidas Plano&Plano Desenvolvimento Imobiliários S.A. ("Plano&Plano") e Lavvi Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Lavvi"), no montante de R$555 milhões e R$179 milhões em 31 de dezembro de 2022, respectivamente. Considerando os preceitos no IAS 36/CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos e IAS 28/CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, sobre a avaliação do valor recuperável de investimento que inclui ágio, a Companhia procedeu com a avaliação anual quanto ao valor recuperável considerando o maior valor entre valor justo líquido de despesa de venda ou valor em uso, no qual foi considerado o valor em uso, baseado na metodologia de fluxo de caixa descontado.

Esse tema foi considerado um assunto principal em nossa auditoria, considerando a relevância dos valores envolvidos, bem como que a avaliação do valor recuperável do investimento incluindo ágio, pois é uma estimativa contábil que se utiliza de premissas que exigem julgamento e utilização de premissas subjetivas por parte da Administração, com certo grau de complexidade e incerteza, principalmente relacionados à definição do valor em uso. Mudanças nas premissas utilizadas no cálculo do valor em uso pode resultar em ajustes relevantes investimento , incluindo o ágio, registrado no exercício.

A Administração efetuou os cálculos necessários e contabilizou perda ao valor realizável durante o exercício, no montante de R$ 22.403, conforme descrito na nota explicativa n° 7.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) entendimento e avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes atreladas para estimar os fluxos de caixa futuros; (ii) a discussão e avaliação dos critérios utilizados para mensuração do valor recuperável dos ativos; (iii) o teste das premissas e desafio se o método utilizado pela Companhia foi aplicado de forma apropriada; (iv) o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela Companhia e na avaliação das principais premissas que suportaram as projeções; e (v) análise das classificações e adequada divulgação nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificados ajustes , a fim de complementar perda ao valor realizável registrada, conforme mencionado anteriormente, relacionados à estimativa do reconhecimento de perdas para redução ao valor recuperável nos ativos de vida útil indefinida, e a Administração, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes, que foram considerados imateriais pela Administração e por nós..

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a apuração e os critérios para cálculo dos valores recuperáveis dos ativos, sua contabilização e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladoras são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, também constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Tarcisio Luiz dos Santos - Contador
CRC nº 1 SP 207626/O

Deloitte.

SECME – COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS

(anteriormente denominada Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários)

C.N.P.J.: 07.119.838/0001-48 - Companhia Aberta

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600 - 12º Andar - Parte - CEP 04538-132 - Itaim Bibi - São Paulo - Telefone: (011) 4502.3153

Relatório da Administração

Estratégia Operacional: Em 14 de setembro de 2004, a **SECME - Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários** ("Companhia") foi constituída com o objetivo de operar integralmente no mercado imobiliário, tendo como atividades a aquisição e securitização de créditos decorrentes de operações de financiamento imobiliário e a emissão e colocação de Certificados de Recebíveis Imobiliários com lastro em tais créditos, podendo emitir outros títulos de crédito, realizar negócios e prestar serviços compatíveis com as suas atividades. A Companhia obteve seu registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM no mês de maio de 2005, condição básica para o desenvolvimento dos negócios. Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") emitidos pela Companhia: (i) Em 14 junho de 2011 emitiu a 1ª série da 1ª emissão no montante de R$270.000.000; (ii) Em 18 de maio de 2012 emitiu a 1ª série da 2ª emissão no montante de R$300.000.006; (iii) Em 07 de outubro de 2013 emitiu a 1ª série da 3ª emissão no montante de R$130.000.000; (iv) Em 24 de junho de 2014 emitiu a 1ª série da 4ª emissão no montante de R$50.000.000; (v) Em 30 de setembro de 2016 emitiu a 1ª série da 5ª emissão no montante de R$150.000.000; (vi) Em 06 de dezembro de 2016 emitiu as 1ª e 2ª séries da 6ª emissão no montante de R$ 200.000.000; (vii) Em 21 de dezembro de 2016 emitiu a 1ª série da 7ª emissão no montante de R$30.000.000; (viii) Em 09 de maio de 2018 emitiu a 1ª série da 8ª emissão no montante de R$390.000.000, (ix) Em 14 de agosto de 2018 emitiu as 1ª e 2ª séries da 9ª emissão no montante de R$110.000.000. (x) Em 07 de outubro de 2019 emitiu a 1ª série da 10ª emissão no montante de R$50.000.000. Resgates antecipados efetuados pela Companhia: (i) Em 2 de junho de 2014 efetuou o resgate parcial da 1ª série da 1ª emissão no montante de R$226.800.000; (ii) Em 10 de março de 2015 efetuou o resgate antecipado total da 1ª série da 3ª emissão no montante de R$130.000.000. Conforme eventos extraordinários relacionados acima e cronograma de pagamentos das operações, em 31 de dezembro de 2022 os CRI da Companhia totalizavam R$ 60.777.110. **Resultados e Patrimônio Líquido:** A Companhia encerrou o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022 com patrimônio líquido/(passivo descoberto) de R$24.545 (Vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e cinco reais), tendo sido destacado R$ 562.951 (Quinhentos e sessenta e dois Mil, novecentos e cinquenta e um reais) de prejuízo. Em decorrência da estrutura operacional da Companhia, as despesas operacionais, estão sendo e serão custeadas pela acionista majoritária e controladora CashME, através de aportes de caixa, por meio de adiantamento futuro de aumento de capital. Dessa forma, garantido a liquidez financeira e continuidade em suas atividades. **Perspectivas Operacionais:** A Companhia pretende manter o seu papel de suporte em operações de securitização da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações ("Cyrela"). Por pertencer ao mesmo grupo econômico da Cyrela, a Companhia poderá ter acesso a volumes significativos de créditos imobiliários que sejam originados por tais empresas e, observadas condições equitativas e de mercado nas operações a serem realizadas, a Companhia terá oportunidade de desenvolver um importante diferencial competitivo no segmento de incorporação. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que os auditores independentes da Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes, não prestaram à **SECME - Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários,** durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, outros serviços que não os de auditoria externa. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

São Paulo, 09 de março de 2023.

A Administração.

Balanço Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - (Em Reais R$)

ATIVO	Notas	2022	2021
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	40.873	13.466
Impostos e contribuições a compensar	5	10.428	37
		51.301	**13.503**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos e contribuições a compensar	5	2.593	2.593
		2.593	**2.593**
Total do ativo		**53.894**	**16.096**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2022	2021
Circulante			
Fornecedores de bens e serviços	6	3.388	-
Impostos e contribuições a recolher		1.765	850
Demais Contas		73.286	-
		78.439	**850**
Patrimônio líquido			
Capital social	9.a)	569.326	384.524
Capital a Integralizar		(30.920)	(97.335)
Lucros/Prejuízos Acumulados		(562.951)	(271.943)
Total do patrimônio líquido		**(24.545)**	**15.246**
Total do passivo e patrimônio líquido		**53.894**	**16.096**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais R$)

	Nota Explicativa	Capital Social	Capital a Integralizar	(Prejuízos) acumulados	Total Controladora
Em 31 de dezembro de 2020		**929.189**	**(45.000)**	**(871.000)**	**13.189**
Aumento de capital	9.a)	326.335	(52.335)	-	274.000
Redução de capital	9.a)	(871.000)	-	871.000	-
Lucro/(Prejuízo) do período		-	-	(271.943)	(271.943)
Em 31 de Dezembro de 2021		**384.524**	**(97.335)**	**(271.943)**	**15.246**
Aumento de capital	9.a)	456.745	66.415	-	523.160
Redução de capital	9.a)	(271.943)	-	271.943	-
Lucro/(Prejuízo) do período		-	-	(562.951)	(562.951)
Em 31 de Dezembro de 2022		**569.326**	**(30.920)**	**(562.951)**	**(24.545)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados do Exercício para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais R$)

	Notas	2022	2021
Receita Bruta Operacional			
Prestação de serviços e outras		21.862	29.150
		21.862	29.150
Deduções da Receita Bruta		(3.115)	(4.154)
Receita Liquida Operacional		**18.747**	**24.996**
Da prestação de serviços		-	-
Custo das Vendas e Serviços Realizados		-	-
Lucro Bruto Operacional	10	**18.747**	**24.996**
Despesas Operacionais		**(238.792)**	**(48.126)**
Despesas gerais e administrativas	11	(233.954)	(42.350)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(4.838)	(5.776)
Lucro/(Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro		**(220.045)**	**(23.130)**
Resultado Financeiro		**(342.906)**	**(248.813)**
Despesas financeiras	12	(346.632)	(249.125)
Receitas financeiras	12	3.726	312
Lucro/(Prejuízo) do Exercício		**(562.951)**	**(271.943)**
Lucro/(Prejuízo) por Ação (Básico e Diluído)		**(1,04559)**	**(0,94691)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - (Em Reais R$)

	2022	2021
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício das Operações Continuadas	**(562.951)**	**(271.943)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	**(562.951)**	**(271.943)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - (Em Reais R$)

	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do exercício	(562.951)	(271.943)
	(562.951)	(271.943)
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Variação nos ativos e passivos operacionais:	67.198	(5.651)
Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Contas a Receber	-	-
Impostos e contribuições a compensar	(10.391)	2.448
Fornecedores	3.388	(8.054)
Impostos e contribuições a recolher	915	(45)
Outros Ativos e Passivos	73.286	-
Caixa e equivalentes provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais:	(495.753)	(277.594)
Impostos e contribuições pagos	-	-
Juros pagos	-	-
Caixa e equivalentes líquidos provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais	(495.753)	(277.594)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	523.160	274.000
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (aplicados nas) atividades de investimento	523.160	274.000
(Redução) Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	**27.407**	**(3.594)**
Saldo inicial	13.466	17.060
Saldo final	40.873	13.466
(Redução) Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	**27.407**	**(3.594)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Valores Adicionados para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais R$)

	2022	2021
Receitas		
Venda de mercadorias, produtos e serviços	21.862	29.150
Outras Receitas	-	-
	21.862	29.150
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(233.954)	(42.350)
Outras despesas	(4.838)	(5.776)
	(238.792)	(48.126)
Valor Adicionado Bruto	**(216.930)**	**(18.976)**
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Despesas Financeiras	(346.632)	(249.125)
Receitas Financeiras	3.726	312
Valor Total Adicionado Recebido em Transferências	**(342.906)**	**(248.812)**
Valor Adicionado Total a Distribuir	**(559.836)**	**(267.789)**
Distribuição do Valor Adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	3.115	4.154
Impostos, taxas e contribuições (Municipal)	1.093	1.458
Impostos, taxas e contribuições (Federais)	2.022	2.696
Juros	-	-
Prejuízo do exercício	(562.951)	(271.943)
Valor Adicionado Total Distribuído	**(559.836)**	**(267.789)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários (Companhia) constituída em 14 de setembro de 2004, por meio de Assembleia Geral de Constituição, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com o nº 01972-0 tem por atividade a aquisição e securitização de créditos decorrentes de operações de financiamento imobiliário e na emissão e colocação de certificados de recebíveis imobiliários, podendo emitir outros títulos de crédito, realizar negócios e prestar serviços compatíveis com suas atividades. Em 07 de dezembro de 2022, através de Instrumento de compra e venda a Cyrela Brazil Realty S.A. e a Cybra de Investimento Imobiliário Ltda vendem a Brazil Realty-Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários para a CashME Soluções Financeiras S.A. Na mesma data por meio de Assembleia Geral Extraordinária houve alteração da razão social da companhia para **SECME – Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários.** A Companhia tem como principal atividade a aquisição de cédulas de créditos imobiliários e/ou cédulas de créditos bancários, e sua securitização através da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) para a CashMe "Holding", suas coligadas e controladas. **1.1. Estratégia Operacional:** A Companhia possui operações com emissão de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) ocorridas em: • 14 de junho de 2011: a colocação dos CRIs no mercado ocorreu pela oferta pública de 900 CRIs nominativos e escriturais, da 1ª série da 1ª emissão, com valor unitário de R$300.000, totalizando R$270.000.000. Em 2 de junho de 2014, a Companhia efetuou o resgate no montante de R$ 226.800.000 e R$43.200.000 permanecem com vencimento em 01 de junho de 2023, restando 144 CRIs nominativos e escriturais; • 09 de maio de 2018: a colocação dos CRIs no mercado ocorreu pela oferta pública de 300.000 CRIs nominativos e escriturais, da 1ª série da 8ª emissão, com valor unitário de R$ 1.000. Em 31 de dezembro de 2022, já haviam sido integralizadas 390.000 CRIs, totalizando R$ 390.000.000 com vencimento em 09 de junho de 2022; • 14 de agosto de 2018: a colocação dos CRIs no mercado ocorreu pela oferta pública de 110.000 CRIs nominativos e escriturais, da 1ª e 2ª série da 9ª emissão, com valor unitário de R$ 1.000, totalizando R$ 110.000.000 com vencimento em 16 de agosto de 2022; • 25 de setembro de 2019: a colocação dos CRIs no mercado ocorreu pela oferta pública de 50.000 CRIs nominativos e escriturais, da 1ª série da 10ª emissão, em 07 de outubro de 2019 ocorreu a 1ª integralização de 18.000 unidades com valor unitário de R$ 1.000, em 26 de junho de 2020 ocorreu a 2ª integralização de 16.000 unidades com o valor unitário de R$ 927,26, em 30 de setembro de 2020 ocorreu a 3ª Integralização de 16.000 com o valor unitário de R$ 852,81. Em 31 de dezembro de 2022, já haviam sido integralizadas 50.000 CRIs, totalizando R$ 45.076.135 com vencimentos até 12 de outubro de 2022. Conforme definido no Termo de Securitização, os CRIs da 1ª série da 1ª emissão contaram com garantia representada pela cessão fiduciária referente aos direitos creditórios oriundos da comercialização de unidades imobiliárias de empreendimentos de titularidade das cedentes fiduciantes, ou seja, da controladora Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações ("Cyrela") ou das investidas da Cyrela, e direitos e valores depositados pelos compradores das unidades imobiliárias, pelas cedentes fiduciantes ou pela Cyrela, em contas bancárias designadas especificamente para o recebimento de tais valores, nos termos do contrato de cessão fiduciária. O cálculo do índice de cobertura mínimo é realizado pela divisão entre: (a) o saldo das contas vinculadas multiplicado por fator de ponderação de 1,1, acrescido do montante de equivalente ao saldo devedor dos direitos creditórios imobiliários multiplicado por fator de ponderação equivalente a 1, e (b) o saldo devedor das garantias garantidas na data do cálculo. O resultado da referida divisão deve ser igual ou superior a 110%. Os CRIs da 1ª emissão têm como lastro os créditos imobiliários decorrentes de cédulas de crédito bancário ("CCB"), os CRIs da 8ª emissão têm como lastro os créditos imobiliários decorrentes de Debêntures de emissão da Cyrela, os CRIs da 9ª emissão têm como lastro os créditos imobiliários decorrentes de CCB de emissão da Cury Construtora e Incorporadora S/A e os CRIs da 10ª emissão tem como lastro os créditos imobiliários decorrentes de CCB Imobiliária onde a José Celso Gontijo Engenharia S.A. figura como devedor, e cessão de créditos imobiliários oriundos de repasses de financiamentos imobiliários. A Companhia instituiu o Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos do Termo de Securitização, na forma da seção III da Lei nº 14.430/22, com a nomeação da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA, como agente fiduciário. Os créditos imobiliários e a garantia objeto do Regime Fiduciário são destacados do patrimônio da Companhia, e passaram a constituir patrimônio destinado exclusivamente ao pagamento dos CRIs e das demais obrigações relativas ao Regime Fiduciário. Os CRIs são admitidos à negociação no Sistema CETIP 21 da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), e no sistema bovespafix da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Em 31 de dezembro de 2022, os créditos vinculados à 1ª série da 1ª, 8ª ,9ª e 10ª emissões, assim como da 2ª série da 9ª emissão de CRI permaneceram adimplentes. Para a continuidade das operações, as despesas da Companhia estão sendo e serão custeadas pela acionista majoritária e controladora CashME.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis Adotadas: 2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras. i) Declaração de Conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil. A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e somente ela, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **ii) Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediarias:** As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras do exercício foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis. Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras do exercício estão expressos em reais (R$), exceto quando indicado de outro modo. **iii) Informações por segmento:** A Companhia atua única e exclusivamente no segmento de securitização de recebíveis imobiliários, motivo pelo qual não se aplica a apresentação das informações de segmentação requeridas pelo pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento. **iv) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **v) Instrumento financeiro: v.i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR). De acordo com o CPC 48, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimento. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos períodos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA). De acordo com o CPC 48, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo através de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) é mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são medidos através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Passivos financeiros não derivativos:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. **v.ii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **vi) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota de 9% do lucro tributável. Considerando-se ainda a limitação de 30% do lucro real para a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. **Impostos diferidos:** Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. Adicionalmente, conforme requerido pela legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio devem compor a redução da base de cálculo pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social. **vii) Resultado por ação:** O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição, quando aplicável. O lucro diluído por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada de ações em circulação, acrescida dos efeitos de todas as ações potenciais. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são consideradas ações potenciais. Os valores comparativos devem ser ajustados para refletir capitalizações, emissões de bônus de subscrição ou desdobramento de ações. Se essas alterações ocorrem depois das datas dos balanços, mas antes da autorização para emissão das demonstrações financeiras, os cálculos por ação das demonstrações financeiras são baseados no novo número de ações. **viii) Provisões contingenciais:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais e constituídas) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Uma provisão para passivos contingentes é reconhecida quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras intermediárias.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa: A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa relativos a saldos bancários disponíveis. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo está representado por R$ 40.873 (Em 31 de dezembro de 2021, o saldo era de R$13.466).

4. Impostos e Contribuições a Compensar: Em 31 de dezembro de 2022, o saldo está representado por R$ 13.021 (sendo R$ 10.428 a curto prazo e R$ 2.593 a longo prazo) e refere-se substancialmente, a créditos a compensar de períodos anteriores, o prazo para repetição de indébito relativo a saldos negativos de IRPJ ou CSLL, é de cinco anos contados da data final no período de apuração a que se refere o crédito (Em 31 de dezembro de 2021, o saldo era de R$2.630).

5. Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2022, o saldo está representado por R$ 3.388 e refere-se, substancialmente, a gastos com serviços de auditoria (Em 31 de dezembro de 2021 a companhia não apresentava fornecedores em aberto).

6. Remuneração dos Administradores: Conforme determinado pela Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022, que elegeu os administradores, não houve determinação de remuneração específica aos mesmos. A Companhia não incorreu em despesas de remuneração com administradores até o momento.

7. Contingências: Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possui contingências.

8. Patrimônio Líquido: a) O capital social da Companhia subscrito é de R$ 569.326 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 384.524 em 31 de dezembro de 2021), representado por 569.326 (384.524 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, dos quais R$ 538.406 foram integralizados e o valor de R$ 30.920 serão integralizados nos próximos 12 meses. Conforme determinado pela Assembleia Geral Extraordinária e boletim de subscrição em 01 de agosto de 2022, houve um aumento de capital no montante de R$ 456.745, passando, portanto, de R$ 384.524 para R$ 841.269 e em ato contínuo e nos termos do artigo 173 da lei 6.404/76 a redução de capital no montante de R$ 271.942 para absorção de prejuízos acumulados. **b)** Prejuízo básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por Ação

Ano	Quantidade de ações em circulação (i)	Prejuízo do período em R$	Prejuízo por ação básico em R$	Prejuízo por ação diluído em R$
2021	287.189	(271.943)	(0,94691)	(0,94691)
2022	538.406	(562.951)	(1,04559)	(1,04559)

(i) Cálculo da quantidade de ações em circulação conforme CPC 41.

9. Instrumentos Financeiros: Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa, representados por saldos bancários, contas a receber, representado pela venda de prestação de serviços referente as emissões dos CRIs, Adiantamento futuro de aumento de capital - AFAC, representados por adiantamentos para futuro aumento de capital e fornecedores, representados substancialmente por gastos referente a serviços de custódia de títulos. A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos efetuando seus depósitos de conta corrente em instituições financeiras de primeira linha. A Companhia não operou com derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Seguem as considerações sobre riscos de instrumentos financeiros: **Risco de estrutura de capital:** Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora os níveis de endividamento de acordo com os critérios definidos pela Administração. **Informação sobre o valor justo dos instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros apresentados estão mensurados pelo custo amortizado e não apresentam diferenças significativas em relação ao valor justo. **Ativo:** Os recebíveis imobiliários, lastros das operações de securitização sem cláusula de coobrigação, foram objeto de baixa quando da emissão de seus respectivos Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs. Tais ativos estão registrados na controladora. **Passivo:** A obrigação referente ao CRI está registrada na controladora, pois a Companhia não é responsável pela liquidação do passivo perante os investidores.

10. Lucro Bruto: O lucro bruto da Companhia é representado pela prestação de serviços, decorrente das subscrições e integralizações dos CRIs da 9ª emissão, tendo como devedora Cury Construtora e Incorporadora S.A.

	01/01/2022 à 31/12/2022	01/10/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021	01/10/2021 à 31/12/2021
Receita Bruta	21.862	-	29.150	7.288
(-) Impostos sobre a Receita	(3.115)	-	(4.154)	(1.039)
(=) Receita Líquida	**18.747**	**-**	**24.996**	**6.249**

11. Despesas Gerais e Administrativas: As principais gastos incorridos no período foram com serviços de auditoria, assessoria e consultoria e podem ser assim demonstrados:

	01/01/2022 à 31/12/2022	01/10/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021	01/10/2021 à 31/12/2021
Serviços de Terceiros	(233.954)	(62.050)	(42.350)	(1.423)
	(233.954)	**(62.050)**	**(42.350)**	**(1.423)**

12. Resultado Financeiro: As principais despesas incorridas são gastos com taxas de escrituração dos certificados de recebíveis imobiliário e as despesas e receitas financeiras líquidas da Companhia podem ser assim demonstradas:

	01/01/2022 à 31/12/2022	01/10/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 30/12/2021	01/10/2021 à 31/12/2021
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	(194.095)	(47.769)	(148.125)	(40.009)
Outras Despesas Financeiras	(152.537)	(23.179)	(101.000)	(17.886)
	(346.632)	**(70.948)**	**(249.125)**	**(57.895)**
Receitas financeiras:				
Rendimentos de Aplicações	3.907	351	327	15
Cofins/Pis s/ Receitas Financeiras	(181)	(17)	(15)	-
	3.726	**334**	**312**	**15**
Resultado financeiro	**(342.906)**	**(70.614)**	**(248.813)**	**(57.880)**

13. Cobertura de Seguros: A Companhia não possui seguros contratados em 31 de dezembro de 2022.

14. Adoção da Instituição CVM nº 60 Regime dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Recebíveis Imobiliários: Em 23 de dezembro de 2021 foi emitida a resolução normativa CVM nº 60/2021, que dispõe sobre as companhias securitizadoras registradas na CVM, bem como sobre as emissões públicas de títulos de securitização e a regulamentação do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), a nova norma mudo o mercado de securitização ao passo que, além de dispor sobre um regime próprio e específico para as atividades das companhias securitizadoras, consolida em uma única norma as regras aplicáveis aos certificados de recebíveis imobiliários – CRI e aos certificados de recebíveis do agronegócio – CRA, revogando as Instruções da CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004 e nº 600 de 1º de agosto de 2018. A Companhia apresenta as demonstrações financeiras individuais de cada patrimônio separado, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às companhias abertas e auditadas por auditores independentes nestas demonstrações financeiras a informação suplementar das demonstrações financeiras fiduciárias, por sua vez serão apresentadas de forma individualizada e entregue à CVM na data em que forem colocadas à disposição do público, o que não deve ultrapassar 03 meses (90 dias) do encerramento do exercício social de cada patrimônio separado, acompanhadas de parecer do auditor independente. Conforme estabelecido pela Resolução CVM nº 60/2021, a data do encerramento do exercício de cada patrimônio separado, para fins de elaboração das demonstrações individuais, deve ser 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro ou 31 de dezembro de cada ano, dessa forma, a Companhia determinou as seguintes datas de encerramento do exercício de cada patrimônio separado da securitizadora:

Série/Emissão	CRI	Data de encerramento do exercício
1 /1	CRI	30/06
1/8	CRI	30/06
1/9	CRI	30/06
1/10	CRI	30/06

15. Eventos Subsequentes: A companhia até a data da aprovação do Conselho de Administração não apresentou eventos subsequentes.

16. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2023.

Em observância às disposições da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 60/2021, a diretoria da Companhia declarou que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações financeiras e com as conclusões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes relativas ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2022.

A DIRETORIA

Raquel Alves de Araújo Tonhatto - Contadora - CRC 1SP 281214/O-0

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, § 1°, inciso VI, DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da SecMe - Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600, 12º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.119.838/0001-48 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 09 de março de 2023.

A Diretoria

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, § 1°, inciso V, DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da SecMe - Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600, 12º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.119.838/0001-48 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações financeiras dos auditores independentes da Companhia (Grant Thornton Auditores Independentes) referentes às informações financeiras da Companhia findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 09 de março de 2023.

A Diretoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

SECME – Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários (anteriormente denominada Brazil Realty Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários) São Paulo – SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da SECME – Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SECME – Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários ("Companhia") em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Receitas de serviços prestados: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a principal atividade da Companhia é a aquisição e a securitização de Certificado de Recebíveis Imobiliários. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação, emissão e a colocação das operações de securitização. Além disso, é a responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos aos investidores. Devido à relevância desta transação para a Companhia, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria. Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser o processo de reconhecimento de receitas, além de área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos procedimentos de auditoria foram, entre outros: **(i)** exame dos lastros por amostragem; **(ii)** recálculo do passivo de emissão de acordo com os princípios constantes em Termo de Securitização; e **(iii)** exame da liquidação financeira tanto das baixas dos recebíveis quanto das amortizações dos passivos de emissão. Com base na abordagem de nossa auditoria, nos procedimentos efetuados e nas evidências obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento e mensuração dos certificados de recebíveis imobiliários e o respectivo resultado obtido no exercício são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras da Companhia. **Ênfase: Continuidade operacional:** Chamamos atenção à Nota nº 1.1 referente a posição estratégica operacional da Companhia para que seja mantida a continuidade. Considerando que os saldos do ativo circulante são insuficientes para o pagamento do passivo circulante, as operações estão sendo custeadas pela acionista majoritária e controladora CashME. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2023

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

Usuários de droga da cracolândia em frente a comércio fechado na rua Guaianases, entre as ruas Vitória e Aurora, na região central de São Paulo Danilo Verpa/Folhapress

Cracolândia faz comerciantes fecharem as portas no centro de SP

Ao menos 23 estabelecimentos deixaram de funcionar na região da Santa Ifigênia e Campos Elíseos

Paulo Eduardo Dias e Mariana Zylberkan

SÃO PAULO Ao menos 23 comerciantes fecharam as portas nos últimos três meses na região da rua Santa Ifigênia e no bairro de Campos Elíseos, no centro de São Paulo, após a chegada de usuários de drogas da cracolândia que antes ocupavam o entorno da praça Júlio Prestes, a poucos quilômetros de distância.

A **Folha** percorreu as ruas Guaianases, dos Gusmões, Conselheiro Nébias, General Osório, Vitória e Aurora na semana passada e contou o número de estabelecimentos sem funcionar com placas de aluga-se ou vende-se.

Na rua Guainases, entre as ruas Vitória e Aurora, há metade de um quarteirão com lojas desocupadas. Ao lado, um estacionamento também encerrou as atividades. Em determinadas horas do dia, a rua se torna intransitável devido à aglomeração de usuários de drogas.

A maior parte dos comércios fechados são lojas de peças para motocicletas e oficinas, mas há também uma agência da Caixa Econômica transferida da rua Vitória e um restaurante italiano que funcionava desde 1971 na rua Aurora.

O fluxo, como é chamada a concentração de usuários de drogas da cracolândia, se espalhou pelas ruas do centro há dez meses, desde a ação policial que esvaziou a praça Princesa Isabel, em maio do ano passado. Antes de ocupar a praça, os dependentes químicos se reuniam no entorno da estação da Luz.

"A cracolândia me quebrou", diz o empresário Julio Cesar, 52, dono de uma loja e de uma oficina de motos na rua dos Gusmões. Ele se mudou em fevereiro para um outro ponto na zona sul de São Paulo.

Com a chegada do fluxo, o empresário conviveu alguns meses com aglomerações de usuários em sua porta.

"Minha oficina e minha loja são especializadas em Harley-Davidson. Quem tem uma Harley-Davidson é um público diferenciado. Com essa multidão de drogados na porta da minha loja, ninguém mais quer vir para cá", afirmou em entrevista para a **Folha** antes de deixar o local.

Para ele, a quantidade de roubos é um dos fatores que contribuem para que a região central passe a ser evitada pelos clientes. "Fica saindo na televisão, [que] estão roubando pra caramba, e estão de verdade. Foi caindo o meu movimento, caindo, eu quebrei."

Julio Cesar conta que recebeu uma proposta de ajuda de um amigo, dono de um imóvel na região da avenida Ricardo Jafet, no Ipiranga, zona sul, para se reerguer.

"Ele me deu seis meses de aluguel, para eu pagar lá na frente, para eu me estabilizar. Estou saindo com uma mão na frente e outra atrás. Perdi tudo, 30 anos de centro", diz.

O comerciante afirma que, mesmo mantendo uma relação cordial com os usuários de drogas, ficou difícil trabalhar nos últimos meses. E diz que deixa a região com aperto no coração, principalmente por ter que se desfazer dos bens que conquistou.

"A partir do momento que você começa a perder todas as coisas que você conseguiu com o teu trabalho, é triste demais. Eu estou saindo daqui muito triste. Gastei uma fortuna para deixar a loja desse jeito. Estou indo para um lugar que não está pronto. Vou para o meio dos escombros, mas paciência."

E continuou: "O que me sobrou foram minhas motos e meu carro. Acabei de falar para o meu gerente: 'bota tudo à venda, porque eu não tenho mais dinheiro'".

Comerciante de itens eletrônicos, Adão Alves de Abreu, 64, tem uma loja na rua Aurora há 17 anos e afirma que está em busca de um novo ponto desde que a cracolândia se instalou na porta de seu comércio.

"Não recebo mercadoria porque a transportadora não vem. O cliente também não vem porque os carros de aplicativo marcam aqui como zona de risco", afirma.

Ele conta que trabalha só com a sobrinha porque o funcionário pediu demissão após ter tido o celular roubado ao sair do trabalho. "Um cliente veio aqui e nem desceu do carro. Tive que entregar a mercadoria no meio da rua", lembra. "'Nunca mais eu venho aqui', ele me disse."

Para o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Alfredo Cotait Neto, o fechamento recorrente de estabelecimentos comerciais no centro é um processo em curso há mais de dez anos.

"Até 2011, mais de mil ônibus de turismo vinham diariamente de todas as partes do país e do Paraguai para fazer compras no centro de São Paulo. Hoje, não passam de 300 ônibus", diz.

A associação não dispõe de um levantamento formal sobre o êxodo de comerciantes da região central, mas Cotait Neto calcula haver uma queda vertiginosa da atividade no local. "O comércio de rua vive do dia a dia e quando tem que ficar fechado não consegue retomar seu negócio", afirma.

Para o coordenador do Instituto Pólis, Rodrigo Iacovini, o encerramento de atividades do comércio é reflexo de um problema maior do que a cracolândia. "A economia não está tão aquecida, e o impacto é generalizado", diz.

Além disso, Iacovini cita a falta de investimentos do poder público no centro da cidade como agravante.

"A situação da cracolândia é consequência da falta de entendimento do poder público de que [os usuários de drogas] são sujeitos de direito que precisam de políticas públicas adequadas."

Em nota, a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) informou que intensificou o patrulhamento nas ruas do centro e que instalou 2.500 câmeras de segurança em pontos com maiores índices de criminalidade. As equipes de zeladoria executam três operações de recolhimento de lixo e limpeza das vias diariamente, segundo a administração.

A 1ª Delegacia Seccional do Centro, responsável pela cracolândia, afirmou que tem feito prisões para coibir o tráfico de drogas na região. Desde janeiro, 20 pessoas foram detidas, sendo 14 por comércio de entorpecentes.

Comércios fecham as portas no centro após chegada da cracolândia

Comércio fechado

pça. Princesa Isabel
av. Rio Branco
r. Guaianases
r. Gal. Osório
r. dos Gusmões
r. Vitória
r. Conselheiro Nébias
r. Guaianases
pça. Júlio Mesquita
r. Aurora
av. São João
pça. da República
N 50 m

Dados cartográficos ©2023 Google

Governo Tarcísio adia entrega de centro para dependentes químicos e instalação de câmeras

SÃO PAULO O centro de triagem para dependentes químicos anunciado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) há cerca de dois meses está com as obras atrasadas. As 500 câmeras com inteligência artificial prometidas na mesma ocasião ainda não foram instaladas nas ruas onde há aglomeração de usuários. A previsão inicial é que elas comecem a funcionar até o fim deste semestre.

As duas medidas foram anunciadas pelo governador no fim de janeiro como emergenciais dentro de um pacote de iniciativas para a cracolândia e com previsão de entrega até o fim deste mês.

Segundo a gestão, as obras estão em andamento e serão entregues até fim de março. Em relação às câmeras, o governo diz que está mantida a previsão de que comecem a funcionar em até seis meses.

As obras em andamento irão transformar o Cratod (Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas), localizado em frente ao parque da Luz, na região central, em um centro que irá funcionar como porta de entrada para os dependentes que buscam tratamento.

O local terá 40 vagas para acolhimento e espaço para a atuação de coletivos da sociedade civil que atuam no território, como associações e igrejas que distribuem refeições na cracolândia.

A ideia do governo é conduzir os usuários abordados que aceitem tratamento até o Cratod de onde serão encaminhados às unidades de saúde.

A **Folha** apurou que as chuvas constantes dos últimos dias e a tragédia no litoral norte, que mobilizou boa parte do governo estadual, estão entre as causas para os atrasos na obra.

Outra promessa do governo estadual ainda não deflagrada é a contratação de profissionais especializados em abordagem de usuários. Hoje, o trabalho é feito apenas por funcionários contratados pela prefeitura.

Segundo a gestão, a contratação está sendo feito pela mesma entidade contratada para gerenciar o Cratod.

O Governo de São Paulo vai transferir, até o começo de abril, a gestão do Cratod para a organização social de saúde SPDM (Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina). A informação foi passada à reportagem por funcionários do local.

Segundo o governo paulista, o convênio prevê que todos os serviços que já acontecem na unidade serão continuados sem quaisquer prejuízos ao cidadão.

"O Cratod seguirá como porta de entrada dos usuários que procuram ajuda no tratamento, com o mesmo perfil do CAPSad (Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas)", diz nota enviada pelo governo.

O Cratod existe desde 2002 e atende principalmente dependentes químicos da região da cracolândia.

Cerca de 160 funcionários da SPDM já atuam nas equipes de atendimento multidisciplinar do Cratod por meio de convênio.

Os demais, que somam pouco mais de 110 servidores públicos, foram comunicados pelo RH nesta terça-feira (14), de que serão transferidos a outros serviços e para isso deverão apresentar duas opções de locais para a realocação.

MZ e Patrícia Pasquini

Imigrantes em situação de rua são recebidos na Casa de Assis, na Bela Vista, região central de São Paulo Francisco Lima Neto/FolhaPress

Número de angolanos em abrigos dispara em São Paulo

Crise econômica e perseguição política estão entre as causas para a migração

Francisco Lima Neto
e Lucas Lacerda

SÃO PAULO O número de imigrantes em situação de rua atendidos pela Prefeitura de São Paulo bateu a maior marca dos últimos quatro anos em 2022. Foram 6.387 pessoas de 93 nacionalidades no ano passado. Atualmente há 1.875 imigrantes acolhidos, segundo a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

Desse contingente, chama a atenção o rápido crescimento do número de pessoas de Angola, que quase quintuplicou de 2020 para 2021, saltando de 267 para 1.208 pessoas, dobrando no ano seguinte para 2.486 acolhidos. Desde 2019, disparou 757%.

Os principais motivos para essa alta são a proximidade linguística e cultural dos países, que falam português, a busca de serviços brasileiros como o SUS e o autoritarismo em Angola. Além disso, angolanos têm uma situação diplomática frágil, com a demora na análise dos pedidos de asilo, o que também dificulta a obtenção de trabalho e aumenta a demanda por assistência.

Para Caio Serra, assistente de gestão e informação do Crai (Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes), um exemplo dessa migração é o de mulheres no fim da gestação que buscam serviços do SUS. Outros fatores são a violência e a perseguição política. Ainda, o Brasil é um país de trânsito para quem tenta chegar a Estados Unidos e Canadá.

Com menos restrições relacionadas à pandemia de Covid-19, cresceu o número de pessoas que procuram o Brasil, mas já em uma situação econômica fragilizada.

A chegada de afegãos entre as três principais nacionalidades atendidas pode estar relacionada à crise com a retomada do Talibã e à facilidade na obtenção do visto humanitário, que pode ser solicitado em países como Irã e Paquistão, antes de chegar ao Brasil.

A questão é que o país não possui um centro de refugiados como na União Europeia, e quem faz o acolhimento de pessoas com mais vulnerabilidade econômica é a rede de atendimento de quem vai para a rua.

Imigrantes da Bolívia, por sua vez, podem ter acessado equipamentos para a população em situação de rua após a queda abrupta na atividade têxtil na cidade. O fechamento de estabelecimentos, aliado a condições precárias de trabalho, fez cair a renda de famílias inteiras, como mostrou reportagem da **Folha** em 2020.

A **Folha** esteve nas imediações do Centro de Acolhida ao Imigrante-Casa de Assis, na rua Japurá, na Bela Vista, região central, e conversou com um grupo de Angola.

Os jovens têm menos de 30 anos, e a maioria pediu para não ser identificada. Eles buscam trabalho para melhorar a vida, mas revelam tristeza e sensação de incapacidade. A Angola, segundo eles, é uma ditadura onde que não existe liberdade de expressão. Dizem que as penas para protestos chegam a cinco anos, sem visita da família.

Um dos jovens diz que chegou a São Paulo em 20 de janeiro, no aeroporto de Guarulhos, e gastou o dinheiro que tinha com um táxi até centro da cidade. Como não conseguiu vaga em centros de acolhimento, circulou por serviços de igreja até conseguir uma vaga na Casa de Assis.

Ele diz que seus conterrâneos buscam o Brasil por causa da facilidade da língua, e que o país é mais bem visto em Angola do que o colonizador Portugal. O jovem deixou mulher e um filho pequeno para trás, para trazê-los quando melhorar de vida.

Mesmo longe de casa, ele não mostra o rosto por temer que a família seja presa e torturada para obrigar o seu retorno.

André José Finda, 25, também acolhido no centro assistencial é uma exceção, tanto por mostrar o rosto quanto pelos motivos da vinda. Ele frequentou a Universidade de Belas e se formou em relações internacionais e ciências políticas. Trabalhava como organizador de festas de casamentos.

"Angola carece de questões muito básicas como alimentação, moradia e assistência médica. Crianças sofrem sem hospitais, mulheres têm os bebês no chão por falta de cama, pessoas morrem por paludismo [malária]. Os casos lá são muito muito elevados porque o saneamento básico não é bom. O Brasil não é o céu, o mar de rosas, mas acaba por ter mais oportunidades para os jovens", explica.

Finda diz que seus compatriotas veem o Brasil como a terra das oportunidades.

"No meu caso eu vim para o Brasil não por sede, fome, mas para expandir o nível profissional. Pensei: já que faço muito aqui, lá posso fazer mais ainda. A gente vê o Brasil como a terra das oportunidades", conta.

"Mas, chegando aqui não é como as coisas são ditas pela televisão. É uma realidade totalmente diferente", diz.

Finda divide um quarto com outros oito angolanos. Assim como os demais, tem de sair do abrigo às 8h30, depois do café da manhã, volta às 11h30 para o almoço, sai novamente às 12h30. O jantar é servido das 17h30 às 18h30. Ele precisa voltar até as 22h, a menos que tenha justificativa de trabalho.

"Passo o dia todo procurando emprego, as pessoas olham a gente de lado. A pessoa não fala que é porque você é negro, imigrante, mas a gente sabe, a gente sente pela forma como a pessoa olha, como a pessoa trata e isso dificulta."

O angolano deixou os pais e seis irmãos no país de origem, mas diz não se arrepender.

"Já fiz muitas entrevistas, estou muito frustrado porque a gente sente que sabe fazer o trabalho. Eu trabalhava, tinha salário, uma casa, dá aquela tristeza no coração. Penso que é só uma fase e que daqui a pouco passa", afirma.

Ele conta que outro jovem que também está no centro de acolhimento fala cinco línguas, mas só consegue trabalhos como ajudante de cozinha e de limpeza.

"Os outros meninos falam para ele que aqui precisa se conscientizar e ter um emprego pequeno, abaixo da formação porque é negro, imigrante. Ele fica muito triste", finaliza.

Paulo Inglês, doutor em sociologia e estudos africanos e vice-reitor para Área de Investigação e Pós-Graduação da Universidade Jean Piaget, em Angola, critica o sistema político de seu país.

"Formalmente é uma democracia, mas é um sistema autoritário", diz. Ele também afirma que os serviços públicos são precários, e que a situação econômica deteriorou-se nos últimos anos.

"Depois da saída do presidente José Eduardo dos Santos, que esteve no poder por 37 anos, pensou-se que o novo presidente, João Lourenço, abriria mais o sistema econômico e democrático, mas fechou mais ainda", avalia.

"Na sua maioria são os jovens que estão a sair de Angola. Além da facilidade da língua, há certa proximidade cultural, já que eles consomem mais produtos brasileiros do que portugueses, de vestuário e alimentação a novelas, filmes e reality shows", afirma.

> Eu vim para o Brasil não por sede, fome, mas para expandir o nível profissional. Pensei: já que faço muito aqui, lá posso fazer mais ainda. A gente vê o Brasil como a terra das oportunidades
>
> **André José Finda**
> angolano

As três nacionalidades mais atendidas pela prefeitura de São Paulo

Número de pessoas em situação de rua acolhidas

Ano	Angolanos	Venezuelanos	Afegãos	Bolivianos	Haitianos
2019	290	751			145
2020	267	832		171	
2021	1.208	829		160	
2022	2.486	854	714		

Fonte: Prefeitura de São Paulo

Flávio Dino visita favela da Maré e deputado critica pouca segurança

Bruna Fantti
e Raquel Lopes

RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, esteve na segunda-feira (13) no Complexo da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro, onde se reuniu com líderes comunitários.

Segundo Dino, a visita ocorreu a convite da ONG Redes da Maré. O encontro foi realizado no chamado Galpão Ritma, uma das sedes da ONG, e na ocasião foi divulgada a 7ª edição do Boletim Direito à Segurança Pública da Maré. O galpão fica no Parque Maré, na rua Teixeira Ribeiro, distante cinco metros da avenida Brasil, uma das principais vias expressas da cidade.

A agenda do ministro na Maré passou a ser alvo de críticas de parlamentares da oposição.

Na quarta-feira (15), o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), por exemplo, publicou nas redes sociais um vídeo que mostra a visita do ministro. Na postagem, Eduardo afirma que Flávio Dino entrou no "complexo de favelas mais armado do Rio com apenas dois carros e sem trocar tiros", o que, segundo ele, mostraria um suposto envolvimento do ministro com o crime.

Segundo informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil participaram da segurança do ministro e de outros integrantes da pasta à Maré. Em nota, a Polícia Federal também confirma que fez a segurança do ministro na ocasião.

Pessoas ouvidas pela **Folha** disseram que o ministro foi escoltado por agentes da Polícia Federal, que não estavam uniformizados.

A PRF disse que ajudou na segurança no acesso ao Complexo da Maré, que fica próximo ao local onde o ministro estava, e também não estava uniformizada.

Nas imagens divulgadas nas redes sociais é possível ver uma viatura da Polícia Militar na esquina da rua que dá acesso ao galpão. O ministro desce de um carro que segue atrás de outro veículo, do mesmo modelo. Ao descer, Dino é cercado por três homens de terno —dois descem do veículo que seguia à frente.

Após a publicação de Eduardo Bolsonaro, Flávio Dino rebateu o que chamou de tentativa de criminalizar sua visita a uma favela.

"Soube que representantes da extrema-direita reiteraram seu ódio a lugares onde moram os mais pobres. Essa gente sem decoro não vai me impedir de ouvir a voz de quem mais precisa do Estado. Não tenho medo de gritos de milicianos nem de milicianinhos", escreveu o ministro nas redes sociais. Na postagem, ele divulgou uma foto da reunião com os líderes comunitários.

O secretário de Acesso à Justiça, Marivaldo Pereira, da pasta de Dino, disse à **Folha** nesta quinta-feira (16) que a visita feita pelo ministro à Maré é só a primeira de várias que ocorrerão ao longo do mandato a locais como esse.

Segundo Pereira, a pasta terá como uma de suas diretrizes a aproximação entre governo e comunidades. "A função da nossa secretaria é esse diálogo com a sociedade civil, e nós iremos a todos os lugares que formos convidados para fazer esse diálogo. Nosso foco é a na população historicamente excluída e que, na gestão anterior, foi a mais prejudicada pela omissão e por ataques odiosos como os que estão sendo reverberados", diz.

Outros deputados criticaram a ida do ministro ao local, como Carlos Jordy (PL-RJ). "Flávio Dino precisa prestar esclarecimentos sobre como conseguiu ir onde nem o Google foi capaz: no coração do tráfico do Complexo da Maré. Será que ele foi recadastrar as armas dos bandidos?", afirmou, nas redes sociais.

O deputado Helio Lopes (PL-RJ) disse que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado pode convocar o ministro a prestar esclarecimentos.

De acordo com a ONG, durante o encontro Flávio Dino "ouviu relatos sobre os impactos da violência armada na vida dos moradores do território e recebeu uma carta com reivindicações das organizações presentes, dentre elas a demanda de que as recomendações da ADPF das Favelas para realização de operações policiais sejam cumpridas, como determinou o Supremo Tribunal Federal".

Ainda na segunda, em vídeos divulgados pela ONG, o ministro afirma que o objetivo da visita era "fazer um processo de escuta, de oitiva, de aprendizado, inclusive com este valiosíssimo processo de produção de dados e evidências, que é o Boletim Direito à Segurança Pública na Maré produzido pela Redes da Maré".

No boletim, no ano de 2022 foram registradas 39 mortes por armas de fogo, 27 delas em contexto de operações policiais.

> Soube que representantes da extrema-direita reiteraram seu ódio a lugares onde moram os mais pobres. Essa gente sem decoro não vai me impedir de ouvir a voz de quem mais precisa do Estado.
>
> **Flávio Dino**
> ministro da Justiça

O ministro Flávio Dino durante visita ao Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, na segunda (13) Reprodução

Vilaria Madalenaria

Iogurterias, temakerias, esfiherias...vou abrir uma NADERIA

Tati Bernardi
Escritora e roteirista de cinema e televisão, autora de "Depois a Louca Sou Eu"

Quando a gente era criança e queria ir a uma padaria ou sorveteria, era só dizer: ei, mãe, ei, pai, vou ali na papelaria. Que ingênuos. Ninguém tinha ideia do risco que estávamos correndo. Não sabíamos muito bem o que aconteceria com o mundo. Mais precisamente com São Paulo, e em especial com dois bairros da cidade: Pinheiros e –ainda pior– Vila Madalena. Não me surpreenderia se mudassem o nome para Vilaria Madalenaria.

A gente não imaginava que, um dia, um herdeiro de avô escravagista —um rapazote cheio de ideias progressistas para um mundo mais justo, que funciona como uma fábrica de justiçaria, e cuja cabeça opera na frequência energética de uma verdadeira sonheria– pensaria que uma lanchonete deveria se chamar hamburgueria. Ou que para vender roupas você teria que abrir uma roupraria.

Ninguém desconfiaria que nesse dia, nessa hora, um portal do "algumacoisaria" se abriria e que livre a gente nunca mais estaria. Perdão se está saindo tudo meio na poesia. (Certeza que na Vila já abriram alguma poesiaria.) Não à toa, nas proximidades do bairro, existe até um bar/ livraria cujos donos, na dúvida entre classificar como drinqueria, botecaria ou livraria, chamaram apenas de Ria.

As paleterias passaram pela vida dos paulistanos deixando a certeza de que nem sempre vale a pena apostar na desejaria de ser o empresário de uma endinheiraria. Mas em seu lugar ficaram as ruas fechadas em dias de feiraria, as posteriMas de gasolina e as modernissimas iogurterias, temakerias, esfiherias, brigaderias, cupcakerias, brownerias, suquerias, polpetonerias, musculaterias, esmalterias, camiseterias, brinquederias e Mãe Terrarias. Para salvar ao menos a Americanas da Vila Madalena, bastaria rebatizá-la de Americanaria.

Meu maior desejo hoje, e por isso escrevo esta crônica, é encontrar patrocínio para abrir, na bequeria do Batman, uma NADERIA. Um lugar que, desculpe se parecer meio óbvio, não tem ninguém. Não vende nada. Não tem paredes. Não tem portas. Não expõe produtos. Ali o capitalismo não impera –tampouco qualquer militância. Lá não se precificam objetos e não se objetificam humanos. É mais do que um não lugar: é o templo intangível e inexistente de um niilismo que nem tenta esnobar qualquer sentido, posto que nem sequer nasceu. Já vejo um futuro tão promissor para o que não funciona que já quero abrir a promissoraria. Eu não consigo parar.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | **SÁB.** Oscar Vilhena Vieira, **Luís Francisco Carvalho Filho**

Prêmio Empreendedor Social abre inscrições da 19ª edição

Concurso busca soluções inspiradoras e respostas para desafios socioambientais

SÃO PAULO O Prêmio Empreendedor Social, realizado pela **Folha** em parceria com a Fundação Schwab, está com inscrições abertas para sua 19ª edição.

Em 2023, a premiação vai dar visibilidade a tecnologias sociais que combatem desigualdades, mudanças climáticas, racismo e pobreza extrema e a soluções inovadoras para preservar biomas ameaçados e resolver problemas de favelas e periferias, como acesso à moradia e à água.

O prêmio elegerá 9 finalistas em 3 categorias, entre os quais o júri definirá os vencedores. Todos os finalistas concorrem ao Troféu Escolha do Leitor, categoria popular que elege a iniciativa de maior destaque na opinião do público e do leitorado do jornal.

As inscrições são feitas na plataforma Prosas, em premiofolha2023.prosas.com.br, até o dia 30 de abril.

Entrega do Prêmio Empreendedor Social, no ano passado Rubens Cavallari - 19.set.22/Folhapress

Quem pode participar do prêmio

Serão aceitas inscrições de ações desenvolvidas em qualquer região do Brasil por empreendedores, assim entendidos como:

Pessoas físicas com mais de 18 anos, residentes e domiciliadas no Brasil (independentemente de sua nacionalidade);

Entidades privadas sem fins lucrativos, também conhecidas como ONGs, organizações da sociedade civil que sejam formalizadas como associação, fundação ou organização religiosa;

Cooperativas, negócios sociais, sociedades simples e empresariais que geram impacto socioambiental positivo (formalizadas como MEI, Eireli, LTDA, S.A., entre outras);

Iniciativas sem personalidade jurídica, como redes, coalizões, grupos, plataformas, articulações multissetoriais e coletivos.

No caso de iniciativas sem personalidade jurídica, devem ser indicadas uma (ou, no máximo, duas) pessoas que estejam à frente da iniciativa para representá-la e que preencham critérios de idade e residência no Brasil. Essas pessoas precisarão demonstrar vínculo com a iniciativa e que seus papéis de liderança estão respaldados/autorizados pelos demais membros do grupo a que pertencem.

Não podem participar do concurso

Empreendedores que não residam no Brasil ou cujas iniciativas foram criadas fora do Brasil. Exceção poderá ser avaliada no caso de o Brasil ter se transformado em sua principal base de trabalho e inovação socioambiental;

Empreendedores que tenham como líderes de sua iniciativa social um servidor público de qualquer esfera de Poder (Executivo, Judiciário ou Legislativo), incluindo os que sejam vinculados a: a) Entidades de pesquisa científica do setor público como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária); b) Organizações sociais (OS) vinculadas ao poder público por meio do contrato de gestão;

Órgãos e entes públicos de esferas de Poder (Executivo, Judiciário ou Legislativo), incluindo governos, secretarias estaduais e municipais, hospitais públicos etc;

Políticos e partidos políticos;

Empreendedores de organizações multilaterais ou organizações internacionais formadas por diversos governos com a finalidade de promover um objetivo comum aos países-membros, como ONU (Organização das Nações Unidas), OMS (Organização Mundial da Saúde) e Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância);

Pessoas físicas ou jurídicas que não tenham autorização das pessoas que criaram a iniciativa para fazer a inscrição;

Empreendedores à frente de iniciativas corporativas de responsabilidade social, inclusive associações de empresas privadas, fundações e institutos empresariais;

Parceiros e apoiadores da premiação;

Não é admitida a participação de empreendedores que sejam servidores públicos, integrantes de órgãos/entes públicos ou políticos;

Não podem participar vencedores e finalistas do prêmio nas edições anteriores, salvo candidatos inscritos nas premiações especiais durante a pandemia (2020 e 2021), desde que se inscrevam com novas iniciativas, com escala e impacto comprovados, que justifiquem uma nova participação.

Após incidentes, PE quer monitorar tubarões por chip e ajusta placas

José Matheus Santos

RECIFE Após três incidentes com tubarões em menos de um mês, Pernambuco busca alternativas para retomar pesquisas sobre a circulação das espécies na costa. O ponto de partida foi com a recuperação de vínculos com universidades, depois de oito anos de suspensão.

Em paralelo, o governo iniciou uma série de trocas de placas de alerta em praias da região metropolitana do Recife como medida de curto prazo.

As parcerias com a UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) e a UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco) incluem o monitoramento e pesquisa sobre a circulação de tubarões na costa pernambucana. Os convênios foram reativados pelo governo após oito anos.

Os incidentes ocorridos em 2023 aconteceram na praia dos Milagres, em Olinda, e na praia de Piedade, em Jaboatão dos Guararapes. Nos três casos, as pessoas mordidas precisaram ser internadas em hospitais.

Dados do Cemit (Centro de Monitoramento de Incidentes com Tubarões) mostram que, desde 1992, Pernambuco registrou 77 incidentes com tubarões. Do total, 26 resultaram em mortes. Recife e Jaboatão dos Guararapes lideram com 27 ataques cada uma ao longo dos últimos 31 anos.

O investimento anunciado pelo governo estadual é de R$ 2 milhões, sendo R$ 1,5 milhão do Porto de Suape e R$ 500 mil da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

A cifra irá para o projeto Megamar, que teve como primeira etapa o mapeamento da biodiversidade do litoral nas proximidades do porto, entre Ipojuca e o Cabo de Santo Agostinho, no Grande Recife. A nova etapa será uma expansão em direção ao norte do litoral, até Olinda.

Já o valor de meio milhão será aplicado em estudos para políticas públicas para prevenção e mitigação de incidentes com tubarões e invasões do peixe-leão.

Além das pesquisas interrompidas, outro fator que dificulta a prevenção a novos incidentes é o estado das placas de alerta. As sinalizações apresentam marcas de deterioração e vandalismo, conforme constatou a **Folha** nos locais dos incidentes mais recentes.

Um ofício enviado pelo Cemit ao Corpo de Bombeiros no dia 9 de março mostra placas com mensagens apagadas ou pichadas, além da praia de Piedade, na Praia do Paiva, no Cabo de Santo Agostinho, também no Grande Recife.

As prefeituras dos municípios do Grande Recife têm intensificado junto com o governo as trocas das placas danificadas nos últimos dias.

saúde

Verba para pesquisar doenças está estagnada

Orçamento não avança desde 2004, e mudanças de governo impactou montante para estudos de dengue e malária

SAÚDE PÚBLICA

Samuel Fernandes

SÃO PAULO A quantia disponível para investimentos em pesquisas sobre doenças tropicais negligenciadas, entre as quais dengue e malária, não teve aumento entre 2004 e 2020, concluiu um estudo brasileiro publicado nesta quinta (16). O montante sofreu uma pequena redução durante os anos, mas, por ser baixa, os autores dizem que o investimento estacionou.

A estagnação preocupa, na avaliação de Gabriela Melo, doutoranda do programa de pós-graduação em ciências e tecnologias em saúde da UnB (Universidade de Brasília).

"[Essas doenças] continuam afetando a população, especialmente as pessoas que vivem em situações vulneráveis, como por exemplo, acesso inadequado a saneamento básico, saúde, educação etc.", diz a autora principal do estudo.

A **Folha** entrou em contato com o Ministério da Saúde para comentar as conclusões do estudo, mas não recebeu resposta até a conclusão desta edição.

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), 14 doenças compõem a categoria de tropicais negligenciadas. Além de dengue e malária, outros exemplos são a doença de chagas, chikungunya e tuberculose.

O Brasil é um país bastante afetado por essas enfermidades. Algumas têm um impacto menor, porém outras representam sérios riscos.

Médico sanitarista e professor da Faculdade de Saúde Pública da USP, Gonzalo Vecina indica dengue, lepra, leishmaniose, malária e tuberculose como as mais relevantes no Brasil, mas acrescenta que as outras precisam de atenção.

"É um conjunto de doenças extremamente importantes do ponto de vista de saúde pública", afirma Vecina.

No artigo, publicado na revista Plos Neglected Tropical Diseases, os autores investigaram investimentos feitos principalmente pelo Decit (Departamento de Ciência e Tecnologia). Vinculado ao Ministério da Saúde, esse órgão impulsiona pesquisas que possam ter direito impacto na área da saúde. Além dos investimentos feitos pelo Decit, outros realizados por parceiros do departamento, como a Capes e o CNPq, foram considerados.

> [Essas doenças] continuam afetando a população, especialmente as pessoas que vivem em situações vulneráveis, como por exemplo, acesso inadequado a saneamento básico, saúde, educação etc.
>
> **Gabriela Melo**
> pesquisadora

Os dados das pesquisas foram acessados por um sistema público do Decit. Depois da análise, os pesquisadores chegaram à conclusão de que foram 1.158 investigações com apoio financeiro, registrando um total de R$ 230 milhões no intervalo de 17 anos. Cerca de 70% desse valor veio do Ministério da Saúde.

Ao considerar os valores divididos por ano, os pesquisadores observaram que houve uma queda média de 5,4% no período analisado. Por ser pequena, a conclusão é que os investimentos se mantiveram estáveis no decorrer dos anos.

O ponto é relativamente positivo considerando os cortes sofridos no orçamento científico nos últimos anos. Ao mesmo tempo, os pesquisadores chamam a atenção para o fato de que, em nível internacional, os investimentos nas doenças negligenciadas passam por aumento.

Outro problema observado foi a troca de governo. Os autores concluíram que as mudanças de gestões causaram queda no montante para pesquisas. O ponto destaca como o fomento a estudos são muito mais adotados como políticas de governo, e não de Estado, fazendo com que não tenham uma grande sobrevida a depender de novas gestões.

"Seria interessante termos uma política de Estado consolidada, com o objetivo de garantir o avanço da ciência em prol da melhoria da qualidade de vida da população brasileira e enfrentamento das doenças tropicais negligenciadas", afirma Melo.

Orçamento para estudos sobre doenças tropicais negligenciadas estacionou nos últimos anos no Brasil

Número de pesquisas com investimento

Lula 1 2004 a 2006* | Lula 2 2007 a 2010 | Dilma 1 2011 a 2014 | Dilma 2 2015 a 2016** | Temer 2017 a 2018 | Bolsonaro 2019 a 2020***

200 · 150 · 100 · 50 · 0 — 94 — 57 — 2004 — 2020

Montante aplicado nos estudos
Em R$ milhões

Lula 1 2004 a 2006* | Lula 2 2007 a 2010 | Dilma 1 2011 a 2014 | Dilma 2 2015 a 2016** | Temer 2017 a 2018 | Bolsonaro 2019 a 2020***

50 · 40 · 30 · 20 · 10 · 0 — 20,9 — 3,8 — 2004 — 2020

*O primeiro governo de Lula também englobou o ano de 2003, mas esses dados não foram considerados no estudo
**O segundo mandato de Dilma Rousseff não foi concluído por conta do processo de impeachment pelo qual passou, de forma que o então vice-presidente, Michel Temer, assumiu a presidência
***O estudo não considerou os dois últimos anos do governo Bolsonaro (2021 e 2022) por não haver dados consolidados
Fonte: artigo "Evolution of research funding for neglected tropical diseases in Brazil, 2004–2020"

A visão de Vecina é parecida. Segundo ele, de todo o rol das doenças tropicais negligenciadas, somente a dengue teve um planejamento público de pesquisa mais direcionado no Brasil — no caso, o desenvolvimento de uma vacina no Instituto Butantan que ainda se encontra em estágio avançado dos testes em humanos.

"Boa parte das publicações que apareceram sobre essas doenças que você tem nesse artigo foi vontade de pesquisador que recebeu dinheiro de uma instituição oficial [...], mas não era um dinheiro estruturado para um esforço."

Outro aspecto encontrado no levantamento assinado por Melo foi a maior concentração de investimento em pesquisas do tipo biomédica: só esse modelo concentra 81% do montante total. Esse tipo de estudo investiga os mecanismos da doença e como ela afeta a saúde em humanos. Com isso, é possível avançar com novas formas de diagnósticos, por exemplo.

Mas existe o impasse de por que outros modelos de pesquisa não tiveram um grande aporte financeiro. Pesquisas clínicas, que envolvem humanos para avaliar novas formas de tratamento e prevenção, como vacinas, só contaram com 11% do aporte total.

"Todos os tipos de pesquisas financiadas têm sua importância [...], cada uma tem sua particularidade e o importante seria garantir que tenham continuidade e que seus resultados possam ser aplicados para melhoria da saúde pública", afirma Melo.

Quimioterapia antes da cirurgia pode reduzir risco de recidiva do câncer de intestino

Claudinei Queiroz

SÃO PAULO Um novo procedimento no tratamento de câncer colorretal avançado diminuiu em 28% a recorrência da doença nos pacientes, mostrou estudo publicado no Journal of Clinical Oncology.

Em vez das tradicionais sessões pós-cirúrgicas de quimioterapia, o estudo incluiu seis semanas de quimio antes de o paciente ser operado, além de 18 semanas de tratamento após a cirurgia. Os resultados mostram que a técnica pode ajudar a reduzir o tamanho e o estágio do tumor, facilitando sua remoção cirúrgica, além de diminuir o risco de derramamento de células tumorais durante a cirurgia, reduzindo a chance de metástase.

O Inca (Instituto Nacional do Câncer) estima que em 2023 serão registrados 45.630 novos casos de câncer de intestino no país, sendo 23.660 em mulheres e 21.970 em homens.

O colorretal é o terceiro câncer mais diagnosticado no mundo. Entre os homens é o terceiro câncer mais comum, depois do câncer de próstata e o de pulmão. Entre as mulheres, o câncer de intestino é o segundo em incidência, atrás apenas do de mama.

O novo procedimento representa uma mudança de paradigma no tratamento do câncer de intestino, principalmente nos casos mais avançados da doença, diz o cirurgião Rodrigo Oliva Perez, coordenador do Núcleo de Coloproctologia e Intestinos do Centro Especializado em Aparelho Digestivo do Hospital Alemão Oswaldo Cruz, de São Paulo.

"No câncer de cólon é a primeira vez que houve modificação na ordem do tratamento", diz Perez. "Para pacientes que tenham tumores claramente avançados, a gente consegue usar esse procedimento com bastante segurança. Em casos óbvios, muda o paradigma. Uma porcentagem significativa vai mudar o tratamento."

O cirurgião, no entanto, faz críticas ao estudo. A primeira é que o resultado final do procedimento levou oito anos para ser divulgado, uma vez que os pesquisadores buscavam um resultado o mais positivo possível.

"Foi feita uma série de revisões e modificações estatísticas, porque os autores tinham interesse de que o resultado fosse positivo. O estudo está dando resultados positivos em dois anos [de tratamento]. A gente habitualmente usa tratamentos em três ou cinco anos, dois anos é um pouco diferente do que estamos habituados", afirma Perez.

Ele afirma que, por causa da demora em divulgar os resultados, o estudo ficou defasado em relação a novas técnicas que surgiram no período, como a pesquisa de DNA tumoral circulante, que detecta o câncer no sangue e é uma ferramenta importante para definir o uso de quimioterapia pós-cirúrgica.

O médico apontou, ainda, que a quimioterapia foi realizada por 24 semanas após a cirurgia, sendo que atualmente o padrão é de 12 semanas.

Sintomas frequentes do câncer de intestino

- Sangue nas fezes
- Alteração do hábito intestinal (diarreia e prisão de ventre alternados)
- Dor ou desconforto abdominal
- Fraqueza e anemia
- Perda de peso sem causa aparente
- Alteração na forma das fezes (fezes muito finas e compridas)
- Massa (tumoração) abdominal

Além disso, segundo o médico, 25% do grupo controle normalmente não precisa fazer quimioterapia depois da operação — por não serem casos muito graves ou porque o tumor diminuiu. No estudo, porém, todos os 354 pacientes do grupo fizeram 24 semanas de quimioterapia pós-operatória. "Isso significa que esses pacientes devem ter feito tratamento desnecessário."

Outra crítica feita pelo cirurgião diz respeito à utilização de tomografia computadorizada para estadiar o tumor — ou seja, analisar a taxa de crescimento e a extensão da doença, além de determinar o tipo de tumor e sua relação com o hospedeiro. O ideal, diz ele, seria a ressonância magnética de alta resolução.

"A tomografia tem limitações, e nisso acabam errando em 20% a 25% dos casos. Hoje em dia a gente faz a cirurgia baseada no resultado da biópsia, para sabermos quando existe o benefício ou não do tratamento."

A preocupação de Perez é seguida pela oncologista e oncogeneticista Isabella Tavares, do Centro de Excelência em Oncologia de Maringá (PR), que reconhece a importância do estudo, mas também faz ressalvas principalmente à quimioterapia neoadjuvante (antes da cirurgia).

"Os efeitos colaterais tóxicos podem tornar o paciente inapto para a cirurgia. Outra possibilidade é causar progressão de tumores quimiorresistentes", afirma. "É importante que mais pesquisas sejam realizadas para determinar os resultados de longo prazo após a quimioterapia neoadjuvante."

Para comparar a eficácia dessa quimioterapia com a adjuvante padrão, os pesquisadores avaliaram a doença residual ou recorrente durante o período de acompanhamento de dois anos após a cirurgia.

A pesquisa foi realizada de maio de 2008 a dezembro de 2016 pelo FoxTrot, grupo colaborativo bancado pela Pesquisa de Câncer do Reino Unido, com 1.053 pacientes de 85 clínicas: 79 no Reino Unido (949 pacientes), três na Dinamarca (88) e três na Suécia (16).

A última fase envolveu em 699 pacientes com câncer colorretal avançado cujos tumores não haviam se tornado metástase.

MORTES | coluna.obituario@grupofolha.com.br

Advogado que cultivou a alegria e a generosidade

ALEXANDRE LUIS OLIVEIRA DE TOLEDO (1959 - 2023)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO O jeito travesso de Alexandre Luis Oliveira de Toledo durante a infância já demonstrava que ele seria popular e uma explosão de alegria quando chegasse à idade adulta.

Foi o que aconteceu. Alexandre era a alma das festas, segundo a advogada Adriana Maria Oliveira de Toledo Buttarello, 60, sua irmã. "Todo mundo o queria nas festas, porque era animado, tinha o papo inteligente e interessante", afirma.

Alexandre nasceu em São Paulo, mas ainda criança, com a separação dos pais, mudou-se para Itápolis (a 353 km da capital paulista).

Voltou a São Paulo para cursar o colegial (atual ensino médio). No período, morou com um amigo em uma república para estudantes.

Alexandre era conhecido como Lelão. O apelido teve como origem a dificuldade da irmã Ana Maria Oliveira de Toledo Rinaldi (já falecida) de pronunciar o seu nome quando criança.

Na década de 1970, Lelão fez cursinho pré-vestibular para ingressar em medicina. No caminho, apaixonou-se pelo direito, que concluiu na USP (Universidade de São Paulo).

Na época, estudava à noite e trabalhava durante o dia para se manter na cidade. Lelão passou direto no exame da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e logo começou a advogar.

"Ele sempre foi alegre, humilde e generoso. Ajudou muitos amigos quando se formaram e não sabiam advogar", diz Adriana.

Segundo ela, o irmão levava esses amigos para o escritório dele para ensiná-los.

Alexandre era considerado por todos como um profissional brilhante. Além de advogar, foi conselheiro fiscal da Sabesp e da CELG (Companhia Energética de Goiás Energia) de Goiás, atual Equatorial Energia.

O maior prazer de Lelão era ficar com a família e os amigos.

No dia 3 deste mês, uma sexta-feira, Alexandre voltava de uma festa, em Itápolis, quando sofreu um acidente de carro. Ele foi encontrado sem vida no dia seguinte.

Lelão morreu aos 63 anos. Deixou a esposa, Valéria, com quem estava casado havia 32 anos, e as filhas, Gabriela e Manuela.

WELLINGTON JERONIMO FERNANDES Aos 38, casado com Cintia Damas Fernandes. Quinta (16/3). Cemitério Municipal de São João Batista, Bebedouro (SP)

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo:
tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Mulheres negras sofrem mais com paradas cardíacas no parto, diz estudo

Casos são raros, mas frequência geral é maior do que a estimada anteriormente; realizar um pré-natal adequado pode diminuir incidência

Luiz Paulo Souza

RIBEIRÃO PRETO Um estudo publicado na segunda-feira (13) mostra que a parada cardíaca durante o trabalho de parto, apesar de uma ocorrência rara, é mais comum em mulheres negras do que em parturientes de outras etnias. Enquanto a taxa geral é de 13,4 a cada 100 mil mulheres, entre as negras a frequência sobe para 25,5 a cada 100 mil.

As chances aumentadas poderiam ser explicadas pela hipertensão, fator de risco para paradas cardíacas, e mais comum entre mulheres negras. Contudo, os pesquisadores afirmam que ao fazer a correção dos dados as diferenças ainda permanecem, segundo experiência prévia de outros estudos científicos. Isso sugere que a causa está no acesso precarizado aos serviços de saúde. Os cientistas afirmam que tratar a população com mais equidade pode diminuir disparidades como essas.

Desenvolvida por pesquisadores do CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças) dos Estados Unidos, o estudo investigou 10.921.784 prontuários de mulheres em trabalho de parto. Foram analisados documentos entre 2017 e 2019 disponíveis no banco de dados públicos de usuários de planos de saúde, o National Inpatient Sample (Amostra nacional de pacientes internados, em português).

A desigualdade no tratamento baseado em raça não é um problema incomum. Um estudo publicado em 2016 mostra que tanto pessoas leigas quanto médicos e estudantes de medicina acreditam que existe uma diferença biológica na maneira como pessoas negras e pessoas brancas percebem a dor.

Entre a população leiga, cerca de 22% acreditavam em frases como "pessoas negras têm a pele mais grossa", enquanto entre os estudantes de medicina esse número poderia chegar a 15% a depender do período da graduação. Segundo o estudo, essa crença equivocada tem como consequência, por exemplo, a menor prescrição de analgésicos para pessoas negras com fraturas periféricas se comparadas a pessoas brancas nas mesmas condições. Crianças negras com apendicite também receberam menos analgésicos do que crianças brancas com níveis equivalentes de dor.

25,5
a cada 100 mil mulheres negras sofrem parada cardíaca durante o trabalho de parto

13,4
a cada 100 mil é a taxa geral entre grávidas de outras etnias

No Brasil, um levantamento de 2017 da Fundação Oswaldo Cruz mostrou que mulheres negras são mais propensas a sofrer violências obstétricas, como ter a presença do acompanhante negada durante o parto ou sofrer episiotomia sem o uso de anestesia.

O novo estudo, publicado na revista Annals of Internal Medicine, também revela que a parada cardíaca materna foi mais comum entre as gestantes usuárias do Medicare ou do Medicaid, planos de saúde gerenciados pelo governo americano destinados a pessoas idosas ou de baixa renda.

Para a doutora em obstetrícia e ginecologia e responsável pela enfermaria de gestação de alto risco do Hospital das Clínicas da USP (Universidade de São Paulo), Maria Rita de Figueiredo Lemos Bortolotto, a assistência pré-natal oferecida às grávidas pelo SUS (Sistema Único de Saúde) é uma oportunidade para contornar esse problema no Brasil, principalmente se levado em consideração que a maioria das gestantes é jovem e, portanto, tem uma grande chance de sobrevida se tratadas de maneira adequada.

O estudo também aponta que a parada cardíaca materna ocorre com uma frequência 34% maior do que a estimada anteriormente. Entre os anos de 1998 e 2011, a taxa entre parturientes era de 1 a cada 12 mil internações. Contudo, uma análise feita entre 2017 e 2019 aponta uma frequência de 1 a cada 9 mil.

Regina Coeli Marques de Carvalho, médica do Hospital Geral de Fortaleza e diretora científica do departamento de Cardiologia da Mulher da SBC (Sociedade Brasileira de Cardiologia), diz que esse número reflete uma mudança nas causas de morte materna nos países em desenvolvimento. Antes relacionadas diretamente à gravidez, como nos casos de hemorragia, hoje são principalmente indiretas e associadas a doenças pré-existentes.

Isso pode ser explicado, parcialmente, pela idade mais avançada que as mulheres tem engravidado. A média das parturientes que sofreram parada cardíaca foi 31,1 anos.

O manual de Gravidez e Planejamento Familiar na Mulher Portadora de Cardiopatia da SBC define a ocorrência como "uma das situações mais dramáticas e desafiadoras da sala de emergência".

João Lopes, conhecido como Kustella (à dir.), diz que já usou anabolizantes Kustella no Instagram

Anabolizantes alvos da Anvisa são comuns em academias no país

Lotes falsos de Deca-Durabolin e Durateston, usados para ganho de massa muscular, foram apreendidos

Danielle Castro

RIBEIRÃO PRETO O uso ilegal de remédios controlados como anabolizantes ganhou um novo alerta: as falsificações. Lotes falsos de Deca-Durabolin e Durateston foram proibidos e apreendidos pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) na última semana. Longamente utilizados de forma indevida para fins estéticos, os medicamentos são originalmente prescritos para reposição de hormônios em organismos que não os produzem adequadamente. Quando usados sem recomendação em indivíduos saudáveis, causam efeitos colaterais graves, que vão desde mudanças físicas até a morte.

Comuns nas academias de musculação e luta, os medicamentos são principalmente buscados por homens que querem alcançar objetivos estéticos com maior rapidez. Deca-Durabolin e Durateston são utilizados, muitas vezes associados, para promover ganho de massa muscular e perda de gordura em um período que o corpo sozinho não conseguiria. Os riscos para a saúde, porém, são altos.

Personal trainers e treinadores esportivos consultados pela **Folha** dizem que o consumo dos anabolizantes para ganho de massa muscular e melhora do desempenho é corriqueiro, mas poucos usuários aceitam falar abertamente sobre o tema.

A SBEM (Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabolismo) é contrária à prática devido aos riscos, que variam de excesso de acne, mudanças na voz, crescimento de mamas em homens e do clitóris em mulheres, até danos hepáticos graves, diminuição da fertilidade, problemas cardíacos e morte súbita.

"São dois remédios importantes para tratar doenças. Os efeitos colaterais estão associados ao seu uso inadequado", afirma Alexandre Hohl, vice-presidente do departamento de Endocrinologia Feminina, Andrologia e Transgeneridade da instituição.

Para ganho de massa muscular para fins estéticos, os medicamentos devem ser usados em doses muito superiores ao indicado na bula, o que gera alto risco aos usuários.

"Um homem que não produz testosterona de maneira adequada vai fazer uma [injeção de] Durateston a cada 15 ou 20 dias. Os caras que fazem anabolizante fazem dez, 20 ampolas por mês deste tipo de hormônios", diz o médico.

Hohl destaca que falsificações dos fármacos são um problema antigo e agravado pelo uso indevido, uma vez que o remédio prescrito precisa ser comprado com receita.

Os lotes falsos eram comercializados sob a marca "Schering-Plough". Os registros desta farmacêutica para os medicamentos, porém, foram cancelados por transferência de titularidade à Aspen Pharma Indústria Farmacêutica, e ocorreram "por iniciativa comercial das próprias empresas", segundo a Anvisa. As versões de Deca-Durabolin e Durateston da Aspen Pharma, denunciante e atual detentora do registro, permanecem autorizadas para venda.

A foto dos produtos apreendidos apresenta fabricação recente e data de vencimento válida. Como a venda é controlada, ficam mais expostos ao problema pacientes com prescrição que buscam os remédios a preços menores na internet.

O Deca-Durabolin tem como princípio ativo é o decanoato de nandrolona e é indicado para a reposição de testosterona em homens com condições associadas ao hipogonadismo, que provoca deficiência do hormônio. Já o Durateston tem como base ésteres de testosterona e é recomendado para reconstruir tecidos enfraquecidos por doenças crônicas ou danos graves, como HIV ou queimaduras.

O atleta de MMA João Lopes, 29, conhecido como Kustella, já recorreu aos anabolizantes. Ele afirma ser comum entre os lutadores o uso de substâncias que melhorem o desempenho, sendo aqueles a base de testosterona os mais comuns.

"Um atleta profissional treina duas a três vezes por dia, aquele que não faz uso do medicamento não consegue treinar em alto rendimento por muito tempo", diz.

O que já foi garantia de vitória, porém, não é mais em decorrência das novas políticas das competições. Lopes conta que os testes eram feitos na semana da luta e, assim, os atletas tinham tempo suficiente para utilizarem o produto, obterem os resultados e tirarem a substância do corpo por meio de diuréticos.

"Com a profissionalização dos eventos, as comissões antidoping proíbem diuréticos no esporte e os testes são feitos de uma maneira aleatória, podendo pegar o atleta na sua academia no meio de um treino e a meses ainda da realização de sua luta", afirma.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO- O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIIOS DE JUNDIAI E REGIÃO, pelo presente edital ficam convocados todos os trabalhadores administrativos e operacionais pertencentes a esta categoria profissional que prestam serviços nas empresas de Transporte Coletivo Urbano Das cidades de: Campo Limpo Paulista (Rápido Luxo Campinas), para comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 31 de Março de 2023 (Sexta-feira) às 10:30 e às 15:30 hs, a Rua baronesa do Japi 398/400, - Bairro: Centro de Jundiai SP (Prox. Ao terminal central) em primeira convocação. Caso não seja atingido o quorum legal a mesma será realizada em trinta minutos após segunda convocação nos termos estatuários com qualquer número de presentes para tratar da seguinte Ordem do Dia: 1°-Leitura, discussão e aprovação da Ata da Assembléia anterior; 2°-Discussão para formulação da Pauta de Reivindicações, a ser apresentada ao sindicato patronal (SETPESP e SETMETRO), tendo em vista a Data Base da Categoria Profissional em 1º de Maio. 3°- Discussão e fixação do valor da Contribuição Assistencial e ou taxa Negocial, respeitando o direito de oposição dos trabalhadores quanto à aludida contribuição ; 4°- Autorização para a Diretoria do Sindicato assinar Convenção Coletiva, Acordo Coletivo de Trabalho ou instaurar Dissídio Coletivo, caso malogre a tentativa conciliatória. Jundiaí, 17 De Março De 2023. Emerson de Moraes Lopes - Presidente.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 056/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PSICOTRÓPICOS I"
Processo Administrativo: 1.534/2023
Data e Hora do Pregão: 31/03/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: AMPLA CONCORRÊNCIA
Número da Oferta de Compra: 855800801002023OC00104
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Saúde Pública, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR PREÇO UNITÁRIO.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 16 de março de 2023.
ADRIANO MAXIMIANO SOARES - Secretário de Saúde Pública Substituto

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO - Encontra-se aberta na Fundação para Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº. E-15/23 - PROCESSO DIGITAL FF.002311/2023-63, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE, OPERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PORTARIAS E EDIFÍCIOS, conforme as especificações constantes do Termo de Referência Anexo I. A abertura das Propostas dar-se-á no dia 30/03/23 às 09:00 horas, no site **www.bec.sp.gov.br**, Oferta de Compra n° 261101260452023OC00023. As propostas serão recebidas no site a partir do dia 17/03/23. Os interessados poderão consultar o Edital completo nos sites **https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/category/edital-licitacao/**; **https://www.imprensaoficial.com.br/**; **http://www.bec.sp.gov.br**. Qualquer dúvida ou esclarecimento deverá ser encaminhado pelo site **http://www.bec.sp.gov.br**, e será respondido no mesmo - PARECER AJ N° 104/2023 DATADO DE 09/03/2023. VISITA OBRIGATÓRIA DE ACORDO COM O ITEM 4.1.6. DO EDITAL. EDITAL REPUBLICADO COM DEVOLUÇÃO DE PRAZO PARA CORREÇÃO DOS ENDEREÇOS DAS UNIDADES

SOFAPE FABRICANTE DE FILTROS S.A.
CNPJ n° 04.155.026/0001-60 - NIRE 35.300.328.663

Ata da AGE em 28/02/23. 1. Data, Hora e Local: No dia 28/02/23, às 09:00h, na sede da Sofape Fabricante de Filtros S.A. ("Cia."), localizada na Rodovia Presidente Dutra, Km 213,8, Jardim Cumbica, Guarulhos/SP. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação prévia, nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista o comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital social da Cia., conforme constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Cia.. **3. Mesa**: Por indicação dos acionistas representando a totalidade do capital social da Cia., os trabalhos foram presididos pelo Sr. Rogel Delgado Santos, e secretariados pelo Sr. Flávio Montanari Boni. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre a autorização para aquisição, pela própria Cia., de 21.408 ações ordinárias de sua emissão, nos termos do art. 16, § único, "e" do seu Estatuto Social. **5. Deliberações**: Primeiramente, os acionistas aprovaram por unanimidade a lavratura da ata da presente Assembleia Geral na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme art. 130, § 1º da Lei das S.A.. Em seguida, os acionistas aprovaram, por unanimidade, autorizar a aquisição pela própria Cia. para manutenção em tesouraria, dentro do limite das suas reservas de capital, de 21.408 ações ordinárias de sua emissão, nos termos do art. 16, § único, "e" do seu Estatuto Social da Cia.. Fica a administração da Cia. autorizada a tomar as providências necessárias para realização da operação ora aprovada. **6. Encerramento e Lavratura da Ata**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, a qual lida, conferida e achada conforme, foi devidamente assinada por todos os presentes. Guarulhos, 28/02/23. **Mesa**: (aa) Rogel Delgado Santos – Presidente; Flávio Montanari Boni – Secretário. **Acionistas Presentes**: (aa) Capitólio Brasil Partners I G – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (p. BRL Trust Investimentos Ltda.); Adriano Benedetti; Alexandre dos Reis Sizoto; Flávio Montanari Boni; Gerson Ferrante; Jocélio Ventura Barbosa; Marcelo Tadeu Rodrigues de Pontes; Márcio André da Silva; Plínio Separovic Fazol; Priscila Kublickas Cesar; Roberto Rualonga Marcos; Rogel Delgado Santos; Sonia Regina de Moraes; e Wagner Vieira dos Santos. Guarulhos, 28/02/23. Mesa: **Rogel Delgado Santos** - Presidente; **Flávio Montanari Boni** - Secretário. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 101.494/23-3 em 14/03/23. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 057/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ELÉTRICA I"
Processo Administrativo: 6.325/2022
Data e Hora do Pregão: 03/04/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA PARA ME/EPP
Números das Ofertas de Compras:
855800801002023OC00102 (COTA PRINCIPAL)
855800801002023OC00103 (COTA RESERVADA)
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde Pública e Secretaria de Trânsito, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR VALOR POR LOTE.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 16 de março de 2023.
SORAIA M. MILAN - Secretária Municipal de Serviços Urbanos

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 29/03/2023, às 10:20hs / 2º Público Leilão: 30/03/2023, às 10:20hs
FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Apartamento nº 32 localizado no 3º andar do Edifício Versailles, situado à Rua Engenheiro Lauro Penteado, nº 180, no 18º Subdistrito Ipiranga, com área útil de 90,9300m², área comum de 19,0700m² e a área de garagem de 24,5454m², perfazendo a área construída de 134,5454m². **AV. 5.** O imóvel objeto desta matrícula fica localizado no 12º subdistrito Cambuci e não como mencionado anteriormente. Imóvel objeto da Matrícula nº 98.114 do 6º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **1º Leilão: R$ 1.094.877,16 (um milhão, noventa e quatro mil, oitocentos e setenta e sete reais e dezesseis centavos) 2º leilão: R$ 2.239.757,42 (dois milhões, duzentos e trinta e nove mil, setecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e dois centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Ficam os Fiduciantes: SILVIA MARIA FERREIRA, brasileira, desquitada, funcionária pública, nascida em 09/03/1949, CPF: 134.809.738-84, C.I: 3.826.585 SSP/SP, residente e domiciliada na Rua Eng. Lauro Penteado, nº 180, Vila Monumento, São Paulo/SP, CEP: 01.551-030, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
Companhia Aberta - CNPJ 73.178.600/0001-18 - NIRE 35.300.137.728 | Código CVM nº 14.460
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: aos 02 de março de 2023, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, nº 109, 2º andar, sala 01 - parte, Vila Olímpia, CEP 04552-000. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: convocação dispensada por estarem presentes todos os membros do Conselho de Administração atualmente em exercício, nos termos do §1º do art. 26 do Estatuto Social da Companhia, com participação por meio de videoconferência ou conferência telefônica, nos termos do §2º do art. 26 do Estatuto Social da Companhia. **3. MESA: Presidente** - Sr. Rogério Frota Melzi; **Secretário** - Sr. Miguel Maia Mickelberg. **4. ORDEM DO DIA**: considerando que a **CASHME SOLUÇÕES FINANCEIRAS S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 34.175.529/0001-68, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, Sala 01 - Parte, Vila Olímpia, CEP 04552-000 (**"CashMe"**), pretende realizar uma operação estruturada de captação de recursos de terceiros no mercado de capitais brasileiro (**"Operação"**), que envolverá, em suma: **(a)** a cessão, pela CashMe à **COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 04.200.649/0001-07, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 550, 4º andar, Cidade Monções, CEP 04571-925 (**"Securitizadora"**), dos créditos imobiliários detidos pela CashMe (**"Créditos Imobiliários"**), em decorrência de *(a.i)* contratos de financiamento imobiliário; *(a.ii)* contratos de empréstimo com garantia imobiliária; *(a.iii)* contratos de cessão de créditos imobiliários, sempre acompanhados dos instrumentos formalizadores das respectivas Alienações Fiduciárias (conforme definidas no Contrato de Cessão de Créditos, abaixo definido), quando pactuadas apartadamente, sendo os créditos imobiliários em questão oriundos de cédulas de crédito bancário e/ou contratos de financiamento imobiliário com garantia imobiliária; cessão esta que se dará na forma do *Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças*, a ser celebrado entre a CashMe, a Securitizadora e outros (**"Contrato de Cessão de Créditos"**); **(b)** a vinculação dos Créditos Imobiliários, representados pelas cédulas de créditos imobiliários de titularidade da CashMe, pela Securitizadora, aos certificados de recebíveis imobiliários, em 3 (três), séries da 30ª emissão da Securitizadora (**"CRI"**), na forma do *Termo de Securitização dos Créditos Imobiliários da 30ª Emissão, da 1ª (primeira), 2ª (segunda) e 3ª (terceira) Séries, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Companhia Província de Securitização*, a ser celebrado entre a Securitizadora e o agente fiduciário dos CRI (**"Termo de Securitização"**); **(c)** a emissão dos CRI Seniores e dos CRI Subordinados Mezanino (conforme definidos no Termo de Securitização) no âmbito da oferta pública de distribuição de valores mobiliários, a ser realizada sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 160, de 13 de julho de 2022; e **(d)** a constituição de determinadas garantias em favor da Securitizadora, nos termos do Contrato de Cessão de Créditos, a fim de assegurar o integral e fiel cumprimento de todas as obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela CashMe e por sua garantidora (**"Obrigações Garantidas"**), por força e nos termos dos instrumentos firmados no âmbito da Operação ou a ela relacionados, que compreende o Contrato de Cessão de Créditos, o Termo de Securitização, garantias e demais instrumentos correlatos, incluindo seus eventuais aditamentos, sem prejuízo de outros instrumentos celebrados em conjunto (**"Documentos da Operação"**); a Companhia resolve por deliberar sobre as seguintes matérias; (i) a anuência da Companhia à realização da Operação pela CashMe; (ii) a outorga da seguinte garantia pela Companhia em favor da Securitizadora, de modo a assegurar o cumprimento das Obrigações Garantidas: garantia fidejussória, na forma de fiança, constituindo-se a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, na condição de solidariamente coobrigada e principal pagadora das Obrigações Garantidas, em favor da Securitizadora, pelo prazo de 07 (sete) anos, a contar da assinatura do Contrato de Cessão de Créditos, e nos termos previstos no referido instrumento (**"Fiança"**); (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para implementar as medidas necessárias conforme as deliberações a serem tomadas com relação aos itens acima; e (iv) a ratificação de atos praticados pela Diretoria da Companhia referentes à Operação. **5. DELIBERAÇÕES**: após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos e sem restrições: (i) aprovar a anuência da Companhia à realização da Operação pela CashMe, mediante a celebração dos Documentos da Operação pertinentes, inclusive eventuais aditamentos que se fizerem necessários; (ii) aprovar a outorga da Fiança pela Companhia em favor da Securitizadora, pelo prazo de 07 (sete) anos a contar da assinatura do Contrato de Cessão de Créditos, nos termos estabelecidos no Contrato de Cessão de Créditos, para assegurar o cumprimento das Obrigações Garantidas; (iii) autorizar os Diretores da Companhia a assinar os Documentos da Operação pertinentes, inclusive eventuais aditamentos, bem como praticar todos e quaisquer atos para a realização da Operação, incluindo, sem limitação: negociar termos e condições dos Documentos da Operação, inclusive eventuais aditamentos; contratar prestadores de serviços; requerer registros perante órgãos públicos e serventias extrajudiciais; cumprir quaisquer condições; e nomear procuradores ou designar procuradores já constituídos, desde que lhes tenham sido atribuídos poderes específicos, para a prática de atos relacionados à Operação, conforme necessário; e (iv) ratificar todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia até a presente data para fins de realização da Operação. **6. ENCERRAMENTO**: nada mais havendo a tratar e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual, lida e aceita, foi assinada por todos os presentes. *Confere com o original lavrada em livro próprio.* São Paulo/SP, 02 de março de 2023. Mesa: **ROGÉRIO FROTA MELZI** - Presidente; **MIGUEL MAIA MICKELBERG** - Secretário. JUCESP nº 101.377/23-0 em 13.03.2023, Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

COTRALTI - Cooperativa de Transporte e Logistica do Alto Tiete
Edital de Convocação
De acordo com a Lei 5.764/1971 o Presidente da **COTRALTI - Cooperativa de Transporte e Logistica do Alto Tiete**, localizada na Rua Coronel Souza Franco, 64, anexo 3, Vila Maluf na cidade de Suzano - SP, convoca os Senhores cooperados a se reunirem na Rua Romanato Domenico nº 100 Box dois Vila Maluf - Suzano SP em Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 01 de abril de 2.023 às 09:00 (nove) horas em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados em condições de votar, não havendo quorum a Assembléia se reúne 1 (uma) hora mais tarde com metade mais 1 (um) dos cooperados em segunda convocação, persistindo a falta de quorum a Assembléia reúne-se às 11:00 (onze) horas em terceira e última convocação, com o mínimo de 10 (dez) Cooperados, para deliberar validamente na seguinte ordem do dia: **1-** Leitura e votação do relatório da Diretoria, do Balanço Geral e das Demonstrações de sobras e perdas, prestação de contas e parecer do Conselho Fiscal do ano de 2022. **2 -** Eleição de novos membros do Conselho Fiscal. **3 -** Deliberação orçamentária para o Exercício de 2023. **4 -** Outros assuntos de interesse sociais. Nota: Para efeito de quorum o número de cooperados é de 125 (Cento e vinte e cinco).
Suzano, 16 de março de 2023. **Enio Fillinger - Presidente.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO- O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIIOS DE JUNDIAI E REGIÃO, pelo presente edital ficam convocados todos os trabalhadores administrativos e operacionais pertencentes a esta categoria profissional que prestam serviços nas empresas de Transporte Coletivo Urbano e Suburbano Das cidades de: Itatiba (TCI, ITT) Jarinu (FENIX) Morungaba (FENIX) Jundiaí (FENIX), para comparecerem em Assembléia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 29 de Março de 2023 (quarta-feira) em Itatiba as 10:00 hs e as 15:30 hs Travessa Ema Lucia Castelleto 16 Jd Matheus Centro de Itatiba em primeira convocação. Caso não seja atingido o quorum legal a mesma será realizada em trinta minutos após segunda convocação nos termos estatuários com qualquer número de presentes para tratar da seguinte Ordem do Dia: 1°-Leitura, discussão e aprovação da Ata da Assembléia anterior; 2°-Discussão para formulação da Pauta de Reivindicações, a ser apresentada ao sindicato patronal (SETMETRO), tendo em vista a Data Base da Categoria Profissional em 1-° de Maior. 3°- Discussão e fixação do valor da Contribuição Assistencial e ou taxa Negocial, respeitando o direito de oposição dos trabalhadores quanto à aludida contribuição ; 4°-- Autorização para a Diretoria do Sindicato assinar Convenção Coletiva, Acordo Coletivo de Trabalho ou instaurar Dissídio Coletivo, caso malogre a tentativa conciliatória. Jundiaí, 17 De Março De 2023. Emerson de Moraes Lopes - Presidente.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE FERRO, METAIS E FERRAMENTAS EM GERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO
Assembleia Geral Extraordinária - Convocação
Será realizada no dia 24 de março de 2023 (sexta-feira) às 08h em sua sede social na Rua Minas Gerais, 190 - Higienópolis - CEP: 01244-010 - São Paulo - SP, a Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato da Indústria de Artefatos de Ferro, Metais e Ferramentas em Geral no Estado de São Paulo - SINAFER, a fim de deliberar sobre o seguinte: a) Mudança de endereço da sede social do Sindicato da Indústria de Artefatos de Ferro, Metais e Ferramentas em Geral no Estado de São Paulo - SINAFER. Caso não haja número legal para instalação da Assembleia, em primeira convocação, a mesma será realizada em segunda convocação às 08h30min do mesmo dia, conforme dispõe o Artigo 36 do Estatuto Social.
São Paulo, 13 de março de 2023
(a) CHRISTIAN ARNTSEN - Presidente do SINAFER

Retificando a publicação - Edital de convocação do 13º Congresso do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo, publicada nos dias 02, 03 e 04 de março de 2023, leia-se como consta: **Edital de Convocação do 13º Congresso do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo - O Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo - SINDSEP**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, especialmente o disposto no artigo 37 e seguintes do Estatuto Social da entidade, faz saber que será realizado, na Cidade de São Paulo, o **13º Congresso do SINDSEP -** com o Tema Valorização de quem controla os serviços públicos: Salários, direitos e democracia, com as seguintes etapas: **1)** Eleição de delegadas/os nas unidades de trabalho, no período de 06 de março a 30 de junho de 2023; **2)** Plenária de Abertura oficial no dia 07 de julho de 2023; **3)** Etapas Setoriais para os debates de propostas, apresentação de moções, confecção de emendas e elaboração de novas propostas a serem discutidas na Plenária Final, no período de 03 de agosto de 2023 a 06 de outubro de 2023; **4)** Plenária Final de Resoluções do 13º Congresso, nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 2023. A eleição de delegadas/os seguirá os critérios quantitativos utilizados em eleições de Representantes Sindicais de Unidade (RSUs) acrescidos de 50%, em conformidade com as normas regulamentadoras que serão disponibilizadas no site do sindicato link: http://www.sindsep-sp.org.br/13oCongresso bem como afixadas na sede da entidade e publicadas em jornal de grande circulação.
São Paulo, 01 de março de 2023.
João Gabriel Guimarães Buonavita - Presidente

ABAS – Associação Brasileira de Aerossóis e Saneantes Domissanitários
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Hora: 31 de março de 2023 10:00hrs
Prezados Senhores(as) Associados(as). **A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AEROSSÓIS E SANEANTES DOMISSANITÁRIOS (ABAS)**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 45.884.590/0001-09, com sede na Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, Torre B – 24º andar, Chácara Santo Antônio, São Paulo - SP, CEP 04711-905, no uso de suas atribuições, convoca todos os associados para **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA** a realizar-se no dia **31 de março de 2023**, por meio de plataforma digital, cujo acesso será disponibilizado no link abaixo, iniciando-se os trabalhos às **10:00hrs**, em primeira convocação, ou na falta de quórum necessário, às **10:30hrs** em segunda convocação, com qualquer número de presentes para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (I) Publicação e Aprovação de contas de 2022; (II) Ratificação das alterações estatutárias; (III) Publicação Dados de Mercado 2022; (IV) Publicação da Agenda 2023; (V) Demais tópicos pertinentes; Link para participação: **Em caso de dúvidas acerca da referida Assembleia, entrar em contato através: ABAS** abas@abas.eco.br.

A CONTRATADA, em conformidade com cláusula estabelecida no "Regimento Interno" e "Contrato de Concessão", dá ciência aos contratantes abaixo relacionados, que em 15 (quinze) dias, contados da publicação do presente, ocorrerá, conforme previsão contratual, a exumação dos falecidos sepultados provisoriamente em jazigo comunitário [de uso compartilhado] e guarda de restos mortais em ossuário geral. Todas as despesas envolvendo as exumações e guarda dos despojos, além das despesas já existentes, são de responsabilidade do concessionário". Proposta [P]-3747 Concessionário [C]-DÉBORA MARIA DE ANDR CPF-944.7XX.XX6-49 /P-3275 C-WALMIR SANTOS RAMOS CPF-364.8XX.XX8-33 /P-3226 C-LEANDRO GOMES TRINDA CPF-288.4XX.XX8-09 /P-4349 C-LUIZ CARLOS MARTINS CPF-166.2XX.XX8-61 /P-4 C-VALCI ANTONIO DOS SA CPF-948.3XX.XX8-49 /P-5473 C-GILSON ANDRADE DOS S CPF-066.7XX.XX8-71 /P-7452 C-HELLEN CRISTINA DOS CPF-397.5XX.XX8-63 /P-7541 C-CARLOS APARECIDO LOU CPF-112.9XX.XX8-43 /P-2391 C-EDUARDO VICENTE FERR CPF-135.1XX.XX8-90 /P-8855 C-JARBAS DA SILVA DOS CPF-025.4XX.XX4-00 /P-1085 C-DANIELA ALEXANDRA DE CPF-271.8XX.XX8-42 /P-598 C-LUIZ BERNARDO XAVIER CPF-339.6XX.XX8-34 /P-91031 C-JOÃO BATISTA COSTA N CPF-014.5XX.XX8-57 /P-90945 C-MARCOS FRANCISCO ZEC CPF-079.3XX.XX8-85 /P-90971 C-JOSE TEIXEIRA DA SIL CPF-841.8XX.XX8-30 /P-7203 C-FABIANA MESSIAS PERE CPF-224.0XX.XX8-08 /P-3 C-CRISTINA CÉLIA SOARE CPF-255.9XX.XX8-51 /P-4337 C-JUBRASIL DE PAULA PA CPF-048.3XX.XX8-90 /P-5779 C-ADALBERTO BATISTA CPF-183.0XX.XX8-48 /

Autopista Régis Bittencourt S.A.
CNPJ/ME nº 09.336.431/0001-06 – NIRE 35.300.352.335 | Companhia Aberta
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de fevereiro de 2023
1. Data, Hora e Local: Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 2023, às 19:00 horas, no Município de Registro, Estado de São Paulo, na SP 139, nº 226, São Nicolau. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 2º do Artigo 11 do Estatuto Social da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Companhia"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sra. Simone Aparecida Borsato; Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. **4. Ordem do Dia: 4.1.** Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; **4.2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; e **4.3.** Convocar a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia, para fins de atendimento ao Artigo 132 e conforme dispõe o Artigo 142, inciso IV, ambos da Lei nº 6.404/76. **5. Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: **5.1.** Foram aprovadas, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação; **5.2.** Tendo em vista a não apuração de resultado positivo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme consta nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas, a Companhia não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco distribuirá dividendos aos seus acionistas; **5.3.** Foi aprovada a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia para o dia 28 de abril de 2023, às 15:00 horas, no Município de Registro, Estado de São Paulo, na SP 139, nº 226, São Nicolau; e **5.4.** Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por: Mesa: Sra. Simone Aparecida Borsato e a Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; Conselheiros: Sr. Sergio Moniz Barretto Garcia, Sr. Roberto Paolini e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. Registro, 16 de fevereiro de 2023. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"*. **Flávia Lúcia Mattioli Tâmega** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 89.315/23-6 em 02/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Arteris S.A.
CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de fevereiro de 2023
1. Data, Hora e Local: Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 2023, às 16:00 horas, na sede da Arteris S.A. ("Companhia"), situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar. **2. Convocação e Presença:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia foram devidamente convocados na forma do § 1º do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, estando todos presentes, por intermédio de conferência telefônica, conforme autorizado nos termos do § 4º do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. Presente ainda, para os fins do disposto na Lei nº 6.404/76, em seu artigo 163, § 3º, representando o Conselho Fiscal da Companhia o Sra. Débora Nogueira Messias de Miranda. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Sergio Moniz Barretto Garcia; Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Manifestar-se sobre o relatório da Administração, sobre as contas da Diretoria e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; 4.2. Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados e do pagamento dos dividendos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; e 4.3. Deliberar sobre a convocação da assembleia geral ordinária e extraordinária dos acionistas da Companhia; **5. Deliberação:** Após análise e discussão, os conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: 5.1. O Conselho Fiscal, devidamente representado, esteve presente à reunião, conforme previsto no § 3º do artigo 163 da Lei 6.404/76. 5.2. Aprovar, sem quaisquer emendas ou ressalvas, o relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia; 5.3. Tendo em vista a Companhia ter registrado, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, prejuízo de R$ 1.620.478.444,37 (um bilhão, seiscentos e vinte milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta e sete centavos), conforme consta das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, sendo que R$ 1.132.809.991,17 (um bilhão, cem e trinta e dois milhões, oitocentos e nove mil, novecentos e noventa e um reais e dezessete centavos) foi absorvido nas contas de reserva de retenção de lucros e reserva legal, e o restante, R$ 487.668.453,20 (quatrocentos e oitenta e sete milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), como prejuízo acumulado. Desta forma, a Companhia não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco foi proposto pela Administração da Companhia a distribuição de dividendos aos seus acionistas; e 5.4. Aprovar a convocação de assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia a ser realizada no próximo dia 28 de abril de 2023, às 10:00 horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar. 5.5. Autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes: **Mesa:** Sergio Moniz Barretto Garcia, Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; **Conselheiros**: Sergio Moniz Barretto Garcia, Marcos Pinto Almeida, Fernando Martinez Caro, Henrique Carsalade Martins, Francisco José Aljaro Navarro, Martí Carbonell Mascaró, Jorge Fernandez Montoli, Carlos Garcia Cabrera e representado o Conselho Fiscal da Companhia o Sra. Débora Nogueira Messias de Miranda. São Paulo, 16 de fevereiro de 2023. Confere com a original lavrada em livro próprio. Assinatura: **Flávia Lúcia Mattioli Tâmega** – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 97.444/23-6 em 06/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Sindicato dos Empregados em Edifícios e Condomínios Residenciais e Comerciais de São Bernardo do Campo, Diadema, Santo André, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
Pelo presente, ficam convocados os associados da Entidade com suas mensalidades quites em pleno gozo de seus direitos sindicais, para participarem da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 30/03/2023 às 17:00 horas em primeira convocação na sede da entidade sindical na Travessa Luíza Setti, nº 65, Centro, São Bernardo do Campo - SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a) Prestação e aprovação de contas do ano de 2022.** Caso não haja número suficiente em primeira convocação, a mesma será realizada (meia hora) após, em segunda convocação, com qualquer número de presentes.
São Bernardo do Campo, 16 de março de 2023. **Edvaldo Moreira Leal - Presidente**

PREFEITURA DE GUARULHOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
A Prefeitura de Guarulhos, através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público: **Licitações Agendadas: PE 137/23 DLC PA 58931/22** menor preço com reserva para Me/Epp/Mei visando RP de caixa perfuro cortante, eletrodo universal, tiras reagentes e outros. Abertura: 04/04/23 8:30 Disputa: 9:30. Os editais poderão ser obtidos no site www.guarulhos.sp.gov.br no link:Licit.Ag.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE AVICULTURA
CNPJ/MF nº 61.652.251/0001-45
Edital de Convocação
Na conformidade do artigo 24 e seguintes do Estatuto Social, ficam convocados todos os associados quites com a Associação Paulista de Avicultura, a comparecerem no dia 30 de março de 2023, na sede social, à Rua Belchior de Azevedo, 150 Vila Leopoldina, São Paulo, Capital, para participar da Assembleia Geral **ORDINÁRIA**, em primeira convocação ás 11.00 horas, e as 12.00 horas, em segunda convocação com a presença de quaisquer números de associados, afim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia : 1. Deliberar sobre o relatório anual da Diretoria Executiva, balanço e contas do exercício anterior e Parecer do Conselho Fiscal; 2. Deliberar sobre o plano de trabalho, orçamento do ano em curso. 3. Eleição do Conselho Fiscal para o exercício de 2023; 4. Eleição da Diretoria Executiva para o biênio 2023/2024; São Paulo, 16 de Março de 2.023.
Érico A Pozzer - Diretor Presidente

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **4006735-84.2013.8.26.0079**. Classe: Assunto: Procedimento Sumário - Espécies de Contratos. Requerente: COOPERATIVA DE CREDITO CREDICITRUS. Requerido: OS COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM OBRAS DE ALVENARIA LTDA e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 4006735-84.2013.8.26.0079. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Botucatu, Estado de São Paulo, Dr(a). José Antonio Tedeschi, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a ANA MARIA SILVA DESTRO, CPF nº 130.928.728-78 que pela 3ª Vara Cível da comarca de Botucatu/SP, tramita Ação de Cobrança nº4006735-84.2013.8.26.0079, movida por COOPERATIVA DE CREDITO CREDICITRUS. Encontrando-se a requerida em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 257, III do CPC, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, pague a quantia de R$ 3.495,01 (três mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e um centavo), devidamente atualizada, proveniente do Contrato de Abertura de Crédito, Instrumento da conta garantida. Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 30 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Botucatu, aos 23 de novembro de 2022.

COTRALTI LOG - Cooperativa de Transporte e Logistica
Edital de Convocação
De acordo com a Lei 5.764/1971 o Presidente da **COTRALTI LOG - Cooperativa de Transporte e Logistica**, localizada na Rua Romanato Domenico N.100 Box dois Vila Maluf na cidade de Suzano SP, convoca os Senhores cooperados a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 01 de abril de 2023 às 08:00 (oito) horas em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados em condições de votar, não havendo quorum a Assembléia se reúne 1 (uma) hora mais tarde com metade mais 1 (um) dos cooperados em segunda convocação, persistindo a falta de quorum a Assembléia reúne-se às 10:00 (dez) horas em terceira e última convocação, com o mínimo de 10 (dez) Cooperados, para deliberar validamente na seguinte ordem do dia: **1 -** Leitura e votação do relatório da Diretoria, do Balanço Geral e das Demonstrações de sobras e perdas, prestação de contas e parecer do Conselho Fiscal do exercício de 2022. **2 -** Eleição dos novos membros do Conselho Fiscal. **3 -** Deliberação orçamentária para o Exercício de 2023. **4 -** Outros assuntos de interesse sociais. Nota: Para efeito de quorum o número de Cooperados é de 125 (Cento e vinte e cinco)
Suzano, 16 de março de 2023. **Enio Fillinger - Presidente.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 037/2023
Proc. Adm. nº. 230131010887400/2023
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de **INSUMOS PARA BOMBAS DE INFUSÃO EXCLUSIVOS ROCHE** para cumprimento de ações judiciais, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 17/03/23, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx, na aba serviços para sua empresa, licitações. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 29/03/2023, às 10h00min.**
Santana de Parnaíba, 16 de março de 2023.
ORDENADOR DE PREGÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PG SABESP RN 04807/22 - Prestação de Serviços de Engenharia para Fornecimento, Instalação e Operação Assistida com Metas de Desempenho do Sistema Mecanizado de Secagem Solar de Lodos Gerados nas Estações de Tratamento de Esgotos do Litoral Norte, a ser implantado na ETE Porto Novo, no Município de Caraguatatuba SP. Edital completo disponível para download a partir de 16/03/2023 www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso "cadastre sua empresa". Problemas c/ site, contatar fone (11) 3388-6984. Envio das propostas a partir da 00h00 de 31/03/2023 até 08h59 de 03/04/2023 no site acima. Às 09h15 do dia 03/04/2023 será dado início a Sessão Pública. Caraguatatuba - UN Lit. Norte - RN.

sabesp — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP n° 744, com escritório à Av. Angélica, n° 1.996, 6° andar, Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pela Credora Fiduciária **BARI COMPANHIA HIPOTECÁRIA,** inscrita no CNPJ sob n° 14.511.781/0001-93, situado à Avenida Sete de Setembro, nº 4.781, Água Verde, Curitiba/PR, nos termos do Instrumento Particular de Empréstimo, com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia, emissão de Cédula de Crédito Imobiliário - Contrato por empréstimo n° 6133-6, firmado em 16/03/2018 e Cédula de Crédito Imobiliário nº 9998-8, Série 2021, emitida em 01/04/2021, conforme averbações n°s 11 e 16 da referida matrícula, no qual figuram como Fiduciantes **CASSIO LUIZ GREGGIO DE MENEZES,** brasileiro, auxiliar administrativo, RG nº 41.297.674-2-SSP/SP, CPF/MF nº 346.822.488-55, e sua esposa **VANUSA PINHEIRO GREGGIO DE MENEZES,** brasileira, do lar, RG n° 558244671- SSP/SP, CPF n° 333.518.992-20, residentes em Jaboticabal/SP, e **LUSMARINA DO CARMO GREGGIO,** brasileira, divorciada, doméstica, RG n° 13.239.180-SSP/SP, CPF n° 020.175.818-01, residente em Jaboticabal/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO,** de modo **On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 29 de março 2023, às 10:30 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br,** em **PRIMEIRO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 167.698,82 (cento e sessenta e sete mil, seiscentos e noventa e oito reais e oitenta e dois centavos), o imóvel abaixo descrito, com a propriedade já consolidada em nome da credora Fiduciária, constituído pelo Lote 23,** da quadra 4 do loteamento Residencial Jaboticabal, situado na cidade e comarca de Jaboticabal, com frente para a Rua 2, lado par, com a área de 160,00 metros quadrados, medindo 8,00 metros de frente para a referida Rua 2; pelo lado direito, 20,00 metros confrontando com o lote n. 22; pelo lado esquerdo, 20,00 metros confrontando com o lote n. 24 e pelo fundo, 8,00 metros confrontando com o lote n. 4. Imóvel este, distante 74,37 metros do angulo formado pela Rua acima referida com a Rua C, lado par, da quadra completada pela Avenida 1 (LE) e Rua A. **Av.4 -** Para constar que a Rua 2 (Dois), passou a denominar-se Rua Momoe Ota. **Av.5 -** Para constar que no terreno desta matrícula foi construído um prédio de uso Residencial, com 50,09 metros quadrados, o qual recebeu o número 630, da Rua Momoe Ota. **Imóvel objeto da matrícula nº 29.372 do Oficial de Registro de Imóveis de Jaboticabal/SP. Observação:** Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **05 de abril 2023,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 97.472,68 (noventa e sete mil, quatrocentos e setenta e dois reais e sessenta e oito centavos).** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE,** com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do www.portalzuk.com.br , respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes, correrão por conta do adquirente. **O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados, já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão.** O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. A Ata de arrematação será firmada em até 05 dias da data do leilão e a Escritura Pública de Compra e Venda será lavrada em até 60 dias, em Tabelionato de Notas a ser indicado pela Credora Fiduciária. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. **Pelo presente, ficam intimados os alienantes fiduciantes: CASSIO LUIZ GREGGIO DE MENEZES, VANUSA PINHEIRO GREGGIO DE MENEZES e LUSMARINA DO CARMO GREGGIO, já qualificado, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenha sido cientificado. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as** alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

vivo

Comunicado
Este comunicado substitui o anterior publicado no Jornal Folha de São Paulo, de 23 de fevereiro de 2023, nos cadernos dos Comunicados do Interior e São Paulo, na pag. B6.

A **Telefônica Brasil S.A.**, em cumprimento ao Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, comunica aos seus clientes residenciais, não residenciais, tronco e usuários em geral que aplicará a partir de 25/02/2023, os novos valores máximo homologados das chamadas fixo-móvel SMP (VC1), em sua Área de Concessão, setor 31 da Região III do PGO, decorrente do Ato Anatel nº 1.239 de 07/02/2023, publicado no Diário Oficial da União - Seção 1, página 12 em 09/02/2023.
Chamadas Locais originadas em telefones fixos e destinadas a telefones móveis SMP (Serviço Móvel Pessoal) – VC1

Planos Básico Local				
Prestadora do STFC de origem		Prestadora do SMP Destino	Valor R$ Bruto	
			Normal	Reduzido
Telefonica Brasil S/A Setor 31	VC-1	Qualquer operadora	0,28297	0,19807

A data-base para futuros reajustes tarifários dos valores máximos homologados, tomando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) básico para o cálculo do reajuste é definido no Ato nº 3.203, de 07 de maio de 2021.
Os valores das tarifas acima incluem impostos, conforme legislação aplicável (ICMS do Estado São Paulo 18%)
TABELA DE HORÁRIOS
NORMAL (dias úteis e sábados, da 7 às 21h.)
REDUZIDO (dias úteis e sábados, da 0 às 7h e das 21 às 24h e aos domingos e feriados nacionais da 0 às 24h.
Mais informações podem ser obtidas em nosso serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) 103 15. Pessoas com necessidades especiais de fala/audição acesso pelo 142. Para sabe qual a loja mais perto de você acesse o site www.vivo.com.br.

esporte

Não é esporte, mas o brasileiro é bom, diz COB sobre eSports

Presidente do comitê rejeita comparação, mas pode rever posição sobre games

ENTREVISTA
PAULO WANDERLEY

Luciano Trindade

SÃO PAULO Em junho, o presidente do COB (Comitê Olímpico do Brasil), Paulo Wanderley, pretende viajar a Singapura para acompanhar a Série eSports Olímpicos, um evento realizado pelo COI (Comitê Olímpico Internacional) como "próximo grande passo no apoio ao desenvolvimento dos esportes virtuais".

"Estarei lá para, quem sabe, mudar de opinião", diz à **Folha** o dirigente que afirma ser contra equiparar os esportes tradicionais com os jogos eletrônicos.

Formado em educação física, judoca e presidente do COB desde 2017, Wanderley compartilha da mesma opinião manifestada recentemente pela ministra do Esporte, Ana Moser. Para eles, os chamados eSports fazem parte da indústria de entretenimento.

O COI trata como uma questão de tempo a entrada dos eSports no programa olímpico. Eles ocupariam o lugar de modalidades esportivas que estão perdendo apelo junto às novas gerações. Para o evento em Singapura, nove títulos foram escolhidos pela entidade.

Todos são simuladores virtuais de esportes tradicionais ou envolvem atividade física, condições básicas para fazerem parte, no futuro, do programa olímpico.

"O que o COI decidir, vou fazer. Vai ter [eSports] nas Olimpíadas? Então vamos montar uma equipe, vamos levar e vamos ganhar. Brasileiro é bom nesse negócio", diz Wanderley.

Não que isso seja uma preocupação do presidente do COB neste momento, afinal os jogos eletrônicos não estarão presentes nas Olimpíadas de Paris, em 2024.

Por enquanto, o cartola está concentrado em outros temas, como o desempenho do Brasil na França e a ampliação da presença do COB em Brasília para discutir leis para o esporte, como a regulamentação das apostas.

*

Depois que o Brasil obteve, em Tóquio, o seu melhor desempenho em uma Olimpíada [recorde de medalhas (21) e a melhor posição no quadro geral (12º)], qual a meta do COB para os Jogos de Paris? Eu sempre trabalhei, por onde passei, com a superação do que já aconteceu. O que aconteceu, a história, vai para para os livros, fica para trás e serve de lição para você aprimorar. Então, a minha meta com relação a resultados é sempre superar o que foi o passado.

Como o senhor acha que o governo deve tratar o esporte? O esporte é uma questão de Estado no mundo inteiro. Por isso foi boa a recriação do Ministério do Esporte, nós tínhamos essa expectativa. Não foi bom quando saiu o ministério [e virou uma secretaria especial] porque o esporte perde a relevância, a aproximação com o governo de fato e de direito. [Sem ministério], temos que pegar escadinhas até chegar à Presidência.

O senhor compartilha da opinião da ministra Ana Moser a respeito dos esportes eletrônicos? Não é que eu seja contra os esportes eletrônicos. A atividade de jogos eletrônicos é reconhecidamente bastante lucrativa no mundo inteiro. Mas eles não têm necessidade de estar dentro dos Jogos. Os games já têm divulgação, adeptos, resultados, então eles não precisam da gente. Essa é a minha opinião. A ministra comentou a respeito de não reconhecer como esporte. Como eu entendo esporte há 60 anos, não é esporte. É uma atividade de entretenimento bastante praticada no mundo inteiro e não precisa da gente para se firmar dentro do cenário mundial. Agora, eu só vou tomar uma atitude quando o COI tiver essa diretriz. O que o comitê, do qual nós somos filiados, decidir, eu vou fazer. Vai ter nos Jogos Olímpicos? Então vamos montar uma equipe, vamos levar e vamos ganhar. Brasileiro é bom nesse negócio.

No governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o esporte não tinha um ministério e, sim, uma secretaria especial. Isso acarretou prejuízos ao esporte? Nós fizemos nossos programas, nossos projetos foram realizados, tiveram resultados. Nesse sentido, não houve prejuízo. O que de fato faltava era essa conexão direta. Isso era muito mais difícil. Havia muito uma coisa de "daqui para lá" e não havia uma coisa de "vamos juntos" Nós temos que estar juntos, nem acima, nem abaixo, colaborando para que a engrenagem esportiva funcione. Agora, eu tenho uma boa expectativa nesse sentido.

O COB tem um representante em Brasília? Brasília é nossa capital das leis, que dá o direcionamento para toda e qualquer política que se pratique. Ter uma ação próxima é muito importante. Nosso vice-presidente, o Marco La Porta, é residente em Brasília. Então é um caminho que nós temos é o relacionamento dele. Eu, particularmente, penso em estar mais próximo dos nossos parlamentares, do Congresso. É necessário, é útil e é importante que qualquer organismo tenha representação em Brasília. Essa é minha visão. Não foi até agora porque não tivemos oportunidade.

Qual a principal demanda que o senhor pretende levar para os parlamentares? A demanda mais urgente, eu não dirigia urgente, mas como estão sendo tratadas as apostas esportivas. Tem um projeto de lei, que vai entrar em tramitação proximamente, [a demanda] é que envolvam mais os esportes, de fato. Nós somos os atores nesse processo. Aposta esportiva, o esporte. Então, vamos envolver as entidades esportivas. Não estou dizendo só o Comitê Olímpico, não. As confederações, os clubes, o Ministério do Esporte, o Comitê Olímpico do Brasil, o Comitê Paralímpico, todo mundo.

Como o COB entende que as apostas devem ser tratadas? Primeiro temos que ver o que o governo vai definir e determinar em termos de controle. Nós já temos uma área dentro do COB estudando a questão de manipulação de resultados. Nós já temos essa preocupação. E preocupação no sentido de antecipar, não que tenha acontecido nada. Na nossa opinião, o COB e o Comitê Paralímpico têm que estar envolvidos nesse processo. Por exemplo, se for esporte olímpico, nós temos que ter o cuidado de fazer uma fiscalização. Por exemplo, esse jogo, essa modalidade, realmente aconteceu, está dentro das regras internacionais, dentro da regra brasileira, aqui está nosso apoio. Somos totalmente a favor das apostas desde que sejam bem controladas.

Paulo Wanderley, presidente do Comitê Olímpico do Brasil Ana Patrícia - 28.nov.19/Exemplus/COB

Paulo Wanderley Teixeira, 72

Nasceu em em Caicó, no Rio Grande do Norte, graduou-se em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo, foi técnico da seleção brasileira de judô entre 1979 e 1993, eleito presidente da confederação brasileira da modalidade em 2001 e, desde 2017, preside o COB

> **Os games já têm divulgação, adeptos, resultados, então eles não precisam da gente [...] É uma atividade de entretenimento bastante praticada no mundo inteiro e não precisa da gente para se firmar dentro do cenário mundial**
>
> **Paulo Wanderley**
> presidente do Comitê Olímpico do Brasil

Sem oposição, Infantino é reeleito para presidência da Fifa

SÃO PAULO | AFP Sem nenhuma surpresa, o ítalo-suíço Gianni Infantino, 52, foi reeleito para a presidência da Fifa por mais quatro anos. O resultado foi divulgado nesta quinta (16) durante o congresso da entidade, em Ruanda, na África. Infantino, no cargo desde 2016, era o único candidato e sua recondução já era esperada. Ele foi eleito por aclamação.

Também nesta quinta, o presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, foi apresentado como novo integrante do conselho da Fifa, o órgão com 37 membros que toma as principais decisões no futebol. Ele foi escolha unânime das confederações sul-americanas. "Vou trabalhar dentro da filosofia do futebol mundial em prol de todas as bandeiras que possam fazer o futebol um mundo melhor", disse.

A formalidade da reeleição de Infantino foi uma das notícias de menos impacto do congresso. Dias antes, foi anunciado o novo formato do Mundial de Clubes, a ser disputado de quatro em quatro anos a partir de 2025. Além disso, a Copa de 2026, a primeira com 48 seleções, terá 12 grupos de quatro equipes cada. Será um recorde de jogos na história do torneio.

A presidente da Federação Norueguesa, Lise Klaveness, havia afirmado que não apoiaria Infantino e colocou em pauta uma discussão sobre casos de violação dos direitos humanos, ao exigir um balanço sobre as mortes em obras da Copa do Qatar. Os países europeus não conseguiram alcançar um acordo sobre uma candidatura da oposição.

ESPORTE AO VIVO

9h **Lyon x Nantes**
Francês, STAR+

16h30 **Nottingham Forest x Newcastle**
Inglês, ESPN E STAR+

16h45 **Atalanta x Empoli**
Italiano, STAR+

17h00 **Valladolid x Athletic Bilbao**
Espanhol, ESPN4 E STAR+

20h **Flamengo x Atlético-MG**
Campeonato Brasileiro, SPORTV

23h30 **Los Angeles Lakers x Dallas Mavericks**
NBA, ESPN2

Há luz no fim do túnel

Aumento de público mostra que Brasil pode voltar a ser o país do futebol

Paulo Vinicius Coelho

Jornalista e autor de "Escola Brasileira de Futebol". Cobriu sete Copas e oito finais de Champions

O aumento de 48% do público no Campeonato Paulista indica o erro de termos dito, por 20 anos, que o estadual não vale nada. É óbvia a hierarquia dos torneios: Brasileirão, Libertadores, Copa do Brasil, nessa ordem... Depois, estaduais. Também está clara a necessidade de organizar o calendário e tirar os grandes das maratonas do início de ano.

Por outro lado, quando times de camisa, como Corinthians, Palmeiras, São Paulo, Santos, Atlético, Botafogo, Flamengo, Fluminense e Vasco estão em campo, sempre vale muito.

Isso explica, em parte, o crescimento de 57% de são-paulinos no Morumbi, de 47% de corintianos na Neo Química Arena e de 37% de palmeirenses no Allianz Parque, durante o Paulista.

Parte desse sucesso é reflexo dos planos de sócios-torcedores, especialmente os que dão pontos para quem vai sempre. Corintianos e palmeirenses sabem que não conseguirão comprar ingressos para as partidas mais importantes do Brasileiro e da Libertadores se não tiverem 80% de presença durante o ano.

Mas em 2022 já era assim, e a presença foi 48% menor.

Talvez o acréscimo de espectadores se deva à saudade dos clubes, provocada pela Copa do Mundo. Desde novembro não se via o time do coração jogando.

O Paulista deste ano será o primeiro desde 1985 com apenas um grande entre os semifinalistas. Há duas formas de olhar as finais deste ano.

De um lado, haverá menos público em Água Santa x Bragantino, menos audiência na televisão, menos engajamento nas redes sociais, pelas ausências de Corinthians, São Paulo e Santos.

De outro, a demonstração de haver mais forças num campeonato, disputado por cinco equipes da Série A —o único do país— e com o Ituano, que quase subiu no ano passado.

Até 1988, antes de o Brasileirão ter acesso e descenso, havia a chance de revitalizar os campeonatos estaduais e seguir o modelo de classificação por ranking das federações, semelhante ao da Champions League atual.

Rio e São Paulo indicariam quatro representantes, Minas e Rio Grande do Sul, dois, como hoje Inglaterra, Itália, Espanha e Alemanha têm quatro representantes na Champions.

A outra hipótese seria fazer Série A e B, acesso e rebaixamento, e construir um grande campeonato na elite nacional.

Em 35 anos, o Brasil não fez nem uma coisa nem outra.

O Brasileirão teve as edições de 2019 e de 2022 com a segunda e terceira maior média de público de todos os tempos e, mesmo assim, muito abaixo dos espectadores nos estádios de Inglaterra, Espanha, Itália, Alemanha e, pasme!, França.

Na contramão, o presidente da CBF deu um presente aos presidentes de federações ao acabar com o ranking como sistema de classificação para a Copa do Brasil. Ou seja, mais vagas para os estaduais. O resultado é que Corinthians, Santos, São Paulo e Botafogo não têm garantia de disputar a próxima edição do torneio, o que fere de morte os detentores de direitos do mata-mata nacional. Eles correm o risco de transmitir menos jogos do São Paulo e mais do Ituano e do Água Santa.

*

Ednaldo Rodrigues está cada vez mais próximo de Gianni Infantino, o homem que inchou a Copa do Mundo.

Futebol não se faz com política. Faz-se com olhar atento para as questões técnicas.

Esta semana pode haver aproximação das duas ligas, que ainda nos permitem o sonho de construir um Brasileirão de verdade. Ter mais gente nos estádios, e nos falidos estaduais, mostra que o Brasil está perto demais de voltar a ser um país de futebol, para continuar tão longe disso.

GELO E GIM

Daniel de Mesquita Benevides
folha.com/geloegim

Shochu, bebida popular no Japão, vai bem em drinques

O escritor Kenzaburo Oe era um sujeito de opiniões fortes. Vencedor do Nobel de literatura em 1994, dizia gostar de beber, mas não em bares. "É para evitar brigas", explicou numa entrevista à Paris Review.

Morto recentemente, ele acumulou polêmicas no Japão —daí o receio quanto aos izakayas (templos do happy hour). Seu desprezo pela instituição do imperador era uma delas. Chegou a recusar a Ordem de Cultura do país.

Também fez inimigos ao denunciar o suicídio em massa ocorrido em Okinawa, no final da Segunda Guerra. Segundo ele, centenas de pessoas as enfiaram espadas na própria barriga, explodiram-se com granadas ou pularam de montanhas, seguindo ordens de oficiais.

Oe ainda é odiado por nacionalistas de extrema direita, após escrever um livro contando a história do assassinato do presidente do Partido Socialista japonês, cometido por um jovem de 17 anos, em 1960.

Com esse currículo, certamente detestaria o covarde entocado na Flórida. Kissinger, desafeto ideológico, descreveu seu sorriso como "diabólico", o que deve ter divertido o escritor. Não à toa, seus amigos incluíam os pensadores e militantes de esquerda Noam Chomsky e Edward Said.

Escreveu muito sobre o filho com deficiência, que superou limitações sérias, tornando-se um grande compositor e intérprete de música clássica. O livro "Uma questão pessoal", que trata dos conflitos diante de seu nascimento, é de abalar estruturas. Vive na minha cabeceira.

A devastação de Hiroshima é outro tema recorrente em sua obra. Oe sempre combateu o armamento nuclear e o uso pacífico de energia atômica, como se viu no desastre em Fukushima, quando apelou ao Primeiro-Ministro para que não fossem mais construídas usinas nucleares.

Autointitulado "um anarquista que gosta da democracia", apreciava um bom uísque e muito provavelmente shochu, já que é a bebida alcoólica mais consumida no Japão. Com uma história de mais de 500 anos, o shochu era bebido pelos samurais, ancestrais diretos de Oe. Feito à base de arroz, batata doce, açúcar mascavo, trigo ou centeio, varia de gradação alcoólica, podendo ir de 25% a 35%. Há versões mais fortes, como o awamori, destilado de arroz produzido apenas na mencionada Okinawa, que chega a 43%, lembrando um pouco a tequila.

Tradicionalmente o shochu é tomado puro, com gelo, quente ou diluído em água, mas as novas gerações descobriram as possibilidades em coquetéis e nos drinques enlatados, gaseificados e com sabores de frutas, os chu-hai.

Pude experimentar essa versatilidade no segundo evento da Shochu Academy no Brasil. No exercício de popularizar a bebida por aqui, foram preparadas releituras de drinques clássicos americanos dos tempos pré-Lei Seca, a cargo do consultor de mixologia Rodolfo Bob. O sodawari, por exemplo, é um nipônico highball. Já o Kokoronation é a ponte entre o milenar shochu e o vintage coronation.

"Kokoro" vem de "coração"ou "espírito", mas a palavra também pode significar "consciência", "alma" ou "psique". A seu modo, Kenzaburo Oe, leitor de Blake e Baudelaire, também buscava fazer pontes transculturais. Sem coroação, mas com muito kokoro.

A ele, pois, kampai!

Kokoronation

Ingredientes
- 60 ml de shochu tensho
- 25 ml de jerez fino
- 5 ml de jerez oloroso
- 5 ml de St.Germain
- 5 gotas de japanese umami bitter

Preparo
Mexa os ingredientes com gelo e coe para uma taça Nick & Nora gelada. Aromatize com uma casca de laranja bahia

Receita de Rodolfo Bob

ACERVO FOLHA
Há 100 anos **17.mar.1923**

Governo de SP quer desapropriar fontes e refazer Águas da Prata

O governo São Paulo acaba de incumbir o engenheiro Mauro Alvaro Camargo de chefiar as obras de remodelação completa da estância hidroterápica de Águas da Prata (próxima a divisa com Minas Gerais).

De acordo com a autorização legislativa, o governo pretende desapropriar as fontes daquela localidade para transformar a região em uma estância de primeira ordem.

Nesse projeto figuram as construções de pavilhões de captação, chalés, cassinos, parques de recreio e outras obras de vulto. O engenheiro encarregado para comandar as obras iniciará o trabalho em poucos dias.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite
A QUESTÃO DO ASPHALTO
O TEMPO

MANIFESTANTES COM FANTASIAS DA SÉRIE 'O CONTO DE AIA' PROTESTAM CONTRA REFORMA JUDICIAL DO GOVERNO ISRAELENSE
Ato acontece durante visita de Benjamin Netanyahu à Berlim e condena propostas apresentadas pelo primeiro-ministro; mudanças são vistas como ameaça à democracia Christian Mang/Reuters

Jiboia-anã descoberta na Amazônia equatoriana tem nome em homenagem à liderança indígena

Ana Bottallo

SÃO PAULO No início deste ano, uma nova espécie de serpente foi descoberta na floresta Amazônica equatoriana.

Batizada de *Tropidophis cacuangoae* (o nome da espécie homenageia uma liderança indígena local, Dolores Cacuango, que defendeu a causa feminina e de direitos humanos no Equador), o animal faz parte de um grupo conhecido popularmente como jiboia-anã.

O achado representa a segunda espécie encontrada para a região amazônica do Equador e a quinta na região continental da América do Sul —todas as outras espécies do gênero ocorrem nas ilhas das Índias Ocidentais (área conhecida como as Antilhas incluindo as Bahamas). A descoberta foi publicada na revista especializada European Journal of Taxonomy com a colaboração de pesquisadores do Equador, da Alemanha e do Brasil.

Espécie de jiboia-anã descoberta na Amazônia Danilo Medina

De acordo com o biólogo Omar Entiauspe-Neto, mestrando da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e um dos autores do estudo, a cobra foi encontrada na Reserva Biológica Colonso Chalupas, próximo ao município de San Juan de Muyuna, na província de Napo (a cerca de 230 km de Quito). Um segundo exemplar estava presente na coleção do Instituto Nacional de Biodiversidade (Inabio), do Equador.

"Quando vimos a serpente, já tínhamos quase 100% certeza que se tratava de uma espécie nova pelas suas características morfológicas, mas para assegurar foi importante ter um segundo exemplar para comparar com outras e determinar as diferenças morfológicas e moleculares dela", disse.

Com coloração predominantemente marrom claro com manchas escuras, a serpente tem aproximadamente 30 centímetros da ponta do focinho até a cauda e pode ser diferenciada das demais espécies do gênero pela maior fileira de dentes na boca (18 a 21 dentes no maxilar) e a presença de duas vértebras cervicais (versus três ou mais).

Uma análise genética incluindo outras seis espécies e mais 18 serpentes que não têm relação com a nova espécie ajudou a demonstrar que *T. cacuangoae* é uma espécie única.

Segundo Neto, como não era conhecida nenhuma outra cobra do gênero *Tropidophis* no lado amazônico dos Andes (a espécie-irmã *T. taczanowsky* vive na costa oeste dos Andes) é provável que o evento de diferenciação das espécies ocorreu há pelo menos 15 milhões de anos, quando os Andes apresentavam cerca de um terço da sua elevação atual.

"Não temos registros de serpentes do gênero *Tropidophis* escalando árvores, no máximo arbustos ou árvores baixas, então é bem provável que *T. cacuangoae* se separou da outra durante o soerguimento dos Andes. Ela também está distante mais de 4.000 km das outras espécies continentais do grupo, o que indica também que a evolução dos biomas sul-americanos, especialmente a diagonal seca [que criou os biomas do cerrado e da caatinga], contribuíram para a diversificação do grupo", explica Neto.

Consideradas como primitivas na história evolutiva das serpentes, os membros da família *Tropidophiidae* (que inclui ainda o gênero *Trachyboa*) podem ser considerados um grupo relictual, isto é, que manteve características semelhantes às dos ancestrais que deram origem às outras espécies de serpentes nos últimos 50 milhões de anos. Uma característica chama a atenção desses animais: assim como outros grupos mais primitivos de serpentes, o gênero *Tropidophis* apresenta restos de bacia pélvica (os ossos que formam a bacia) e membros vestigiais.

Assim como as jiboias, as jiboias-anãs não possuem veneno e se alimentam de presas inteiras, como pequenos lagartos, camundongos e ovos de pássaros. A diferença é que os boídeos (grupo que inclui as jiboias e sucuris) têm algumas das maiores serpentes vivas atualmente, podendo chegar a mais de 10 metros de comprimento e até 300 kg.

Segundo Neto, como só foram descritas até hoje duas espécies amazônicas, é provável que tanto *T. cacuangoae* quanto *T. taczanowsky* estejam ameaçadas no futuro. Se for confirmado que elas estão restritas a essas duas localidades da Amazônia no Equador, definitivamente elas estão colocadas sob maior risco de extinção.

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

NA MIRA

O Ministério Público Federal (MPF) abriu um procedimento para investigar Jair Bolsonaro (PL) e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro pelo crime de peculato no caso das joias trazidas da Arábia Saudita, a partir de uma representação feita pela deputada Luciene Cavalcante (PSOL-SP). O enquadramento foi decidido nesta semana.

MIRA 2 O delito ocorre quando um funcionário público, em razão do cargo que ocupa, desvia bens públicos em benefício próprio ou de terceiros. O ex-ministro Bento Albuquerque e o ex-secretário da Receita Julio Gomes, que tratou das joias com Bolsonaro, também é citado na notícia-crime recebida pelo órgão.

ESCOLHIDO Nesta semana, o caso foi designado ao procurador da República Caio Vaez Dias. Ele integra o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MPF no Distrito Federal. No início deste ano, Vaez Dias participou de diligências após golpistas serem presos pelos ataques ocorridos em Brasília em 8 de janeiro.

LUPA Autora da representação, a deputada Luciene Cavalcante afirma que as supostas condutas de Bolsonaro, Michelle, Bento Albuquerque e Gomes para liberar os artigos de luxo são marcadas por "imoralidade, desarrazoabilidade e prejuízo aos cofres públicos" e devem ser investigadas.

ABAIXO O juiz Eduardo Appio, da 13ª Vara Federal de Curitiba, decidiu revogar na quinta-feira (16) a prisão preventiva do advogado Rodrigo Tacla Duran, que trabalhou para a empreiteira Odebrecht.

DOMINÓ A determinação se dá na esteira de decisão proferida nesta semana pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski, que suspendeu cinco processos da Operação Lava Jato que usaram provas apresentadas por delatores da empresa.

LIVRE Ao julgar o caso, o juiz afirmou que a prisão preventiva é uma medida excepcional dentro do ordenamento jurídico brasileiro. "Tacla Duran, como qualquer outra pessoa, merece e tem o direito constitucional de receber do Estado brasileiro uma jurisdição serena, apolítica e republicana", defendeu o magistrado.

PEQUENO COMITÊ

Fotos Jefferson D. Modesto/Divulgação

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes 1 participaram de um jantar do grupo Esfera Brasil, na noite de terça (14), em Brasília. O evento homenageou o ministro do Tribunal de Contas da União Jhonatan de Jesus, que compareceu ao lado de sua mulher, Mércia de Jesus 2. O empresário João Camargo, presidente do conselho do Esfera, o ministro Dias Toffoli e o advogado Pierpaolo Cruz Bottini 3 passaram por lá

OLHO VIVO O vereador de São Paulo Toninho Vespoli (PSOL) quer que o Ministério Público de SP (MP-SP) investigue supostos princípios de ilegalidade no Consórcio 3C, contratado pela prefeitura paulista para desenvolver o projeto do aplicativo de corridas MobizapSP.

OLHO 2 A plataforma seria uma alternativa a empresas como Uber e 99. Como mostrou a **Folha**, o consórcio é formado por empresas alvo de investigações por suspeita de desvio de verbas públicas e de pagamento de propina em contratos. As empresas negam acusações, e a Prefeitura de SP diz que licitação respeitou a lei.

CIDADE Urbanistas, arquitetos e coletivos de moradores da capital paulista vão participar do seminário "Plano Diretor Estratégico (PDE): Impactos e Transformações Urbanas", que será realizado na próxima segunda (20), na Câmara Municipal de São Paulo. O evento é uma iniciativa do vereador Eliseu Gabriel (PSB).

NÃO Um abaixo-assinado que pede que o Governo de SP mantenha o nome do educador Paulo Freire em uma futura estação da linha 2-verde do Metrô, na capital paulista, reúne mais de 15 mil signatários. A empresa decidiu batizá-la de Fernão Dias, bandeirante que teve uma trajetória atrelada à exploração de indígenas.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Skank se despede dos palcos para não virar um cover de si mesmo

Após rodar 96 cidades com turnê de encerramento, banda passa por São Paulo antes de seu último show no Mineirão

Lucas Brêda

SÃO PAULO Em algum momento em 1993 ou 1994, em algum momento em que o Skank lançou o primeiro e o segundo disco do grupo, o vocalista Samuel Rosa estava jogando uma partida de futebol no Paraná quando sentiu que fazer parte de uma banda poderia ser uma carreira. "Lembro de comentar 'essa brincadeira está ficando gostosa, né?'. 'Imagina se a gente durar uns dez anos?'", ele diz.

Neste final de semana, o Skank passa por São Paulo com sua turnê de despedida. É o fim de uma trajetória de mais de 30 anos de um dos grupos mais bem-sucedidos da nossa música, com uma lista de sucessos tão extensa quanto seu tempo em atividade, além de nome fundamental no processo de abrasileiramento do rock nos anos 1990.

A decisão de parar, diz Rosa, serve para libertar os integrantes de uma agenda cheia, mas também —e paradoxalmente— para proteger o legado do Skank. "Vamos acabar, parar a banda, dar um tempo e se encontrar mais tarde ou seguir passando pelo 'constrangimento' de —acho que é um pouco exagerado, mas— virar um mero cover de si mesmo?"

Segundo o vocalista, o auge criativo do Skank ficou no passado —ainda que ele tenha durado bastante. É difícil imaginar um artista, solo ou em conjunto, que tenha emplacado sucessos ao longo de tanto tempo —de "Te Ver", de 1994, a "Esquecimento", de 2014, passando por "Vou Deixar", de 2004, a banda nunca deixou de ter um single em alta rotação no rádio e nos shows.

Mas, na última década, lançou só um álbum de inéditas, "Velocia", nove anos atrás. "Conseguimos fazer discos criativos durante duas décadas, e temos três de existência. Acho que foi até demais", diz Rosa.

"O fracasso às vezes está em continuar. Muitas vezes a longevidade não é sinônimo de êxito —é o contrário. Pode ser sinônimo de acomodação, de conformismo. Acho que o Skank parando, ou acabando, se preserva de não virar uma banda velha requentada."

Na opinião do tecladista Henrique Portugal, a maior prova do alcance e da perenidade do sucesso do Skank é a turnê de despedida, que reuniu mais de meio milhão de pessoas em 96 cidades desde dezembro de 2021. O último show está marcado para o estádio do Mineirão, em Belo Horizonte.

Mas, se hoje o Skank é conhecido do Oiapoque ao Chuí, no começo dos anos 1990 as gravadoras não faziam ideia que o quarteto mineiro chegaria tão longe. O rock tinha vivido um auge comercial nos anos 1980, com a geração de Legião Urbana, RPM e Titãs, mas vinha perdendo força para outros gêneros —entre eles axé, pagode e sertanejo.

"Logo de cara, a gente já vendeu um disco de ouro", diz Rosa. "Então, havia aquele ceticismo todo, alegando que o rock havia sido a bola da vez nos anos 1980, que agora era a vez do sertanejo de Leandro & Leonardo. O Skank, goste ou não, sendo ou não criativo, bate o pé e diz que o rock vai continuar sendo viável comercialmente, arrastando multidões para ginásios e festivais."

De fato, nos primeiros anos da década de 1990, várias movimentações aconteciam ao redor do Brasil. Bandas de rock que viriam a fazer enorme sucesso estavam prestes a surgir ou em estágios embrionários, do Planet Hemp no Rio de Janeiro à Nação Zumbi no Recife, passando pelos Raimundos em Brasília, entre outros.

Formado em 1991, o Skank lançou seu disco de estreia há 30 anos, sendo uma das bandas que puxaram o bonde dessa geração, tanto em termos de popularidade quanto em estética. Os mineiros seguiram o caminho aberto pelos Paralamas do Sucesso, que, das bandas de rock da geração anterior, era a que mais havia se aproximado de uma sonoridade brasileira —o álbum "Selvagem?", de 1986, é um marco nesse sentido.

Se o que imperava nos anos 1980 era a frieza do pós-punk e da new wave, o Skank chegava tendo Jorge Ben Jor como maior influência e mirando os desdobramentos do reggae que pipocavam na Jamaica. Na visão de Samuel Rosa, a geração anterior do rock chegou para quebrar com a sisudez ripponga da MPB dos anos 1970, num movimento artístico natural de negar a estética vigente em determinado período.

"A gente ria um pouco das ombreiras do Paulo Ricardo, querendo ser o Duran Duran brasileiro", ele conta. "A gente pensou 'pode ser mais brasileiro, é mais legal'. Queríamos quebrar aquela coisa pomposa, meio Joy Division, da Legião Urbana. Era 'vamos cantar um calango aqui, o máximo que a gente vai imitar são os blacks da Jamaica'."

O calango, que dá nome ao segundo e um dos mais importantes álbuns do Skank, de 1994, é o que Rosa chama de "repente de Minas", estilo incorporado pela banda nos primeiros anos. É uma abordagem que foi se refletindo em todo o rock brasileiro da época —os Raimundos misturaram hardcore com forró, a Nação Zumbi uniu guitarras distorcidas e maracatu, o Planet Hemp juntava punk e rap com samba e por aí vai.

Sempre alinhado ao pop rock, nessa primeira fase o Skank era calango, mas também dancehall e ska, exalava latinidade e até fazia, mas não se limitava, às letras sobre romances juvenis. Em "Calango", "Esmola", sobre desigualdade social, convivia com a apaixonada "Te Ver", enquanto "Jackie Tequila" trazia vocais no estilo do "toasting" jamaicano para pintar um cenário tropical cubista ecoando Gilberto Gil.

Era uma época pós-Caras Pintadas e governo Collor, em que o Brasil queria olhar para si mesmo. "Aquela música ['Esmola'] foi o hino dos Caras Pintadas em Belo Horizonte. Os garotos de lá estavam cansados daquela moda dos anos 1980 de ficar pagando pau para carioca e paulista", diz Rosa. "Começou a dizer 'não, vamos gostar das bandas daqui'."

No álbum "Samba Poconé", de 1996, a banda fez o hino do esporte mais popular do país, "Uma Partida de Futebol", e alcançou sucesso internacional exaltando a mulher brasileira em "Garota Nacional". Também canta com Manu Chao sobre reforma agrária em "Sem Terra" e sobre racismo em "Los Pretos", tudo isso sem deixar a veia pop moderna com a cara das FMs, como em "Tão Seu".

Rosa se lembra de ter ouvido de um executivo de gravadora que, apesar de ter um show redondo e gostar de trabalhar, não tinha um hit no rádio porque suas letras eram muito adultas e não conversavam com os jovens.

"Ele falou isso sobre o 'Calango', que depois veio a ter cinco hits", diz. "Eu falei 'você quer que eu trate o jovem brasileiro como imbecil?'. 'Que eu encha minhas músicas de gírias e me faça parecer um adolescente?' A gente se negou a fazer isso."

Nessa época, o Skank chegou a ter dois álbuns, "Calango" e "Samba Poconé", com mais de 1 milhão de cópias vendidas num período inferior a um ano. Henrique Portugal diz que o fim dos anos 1990 marca também o começo de uma nova fase, a do pop rock mais melódico, com mais violões e menos metais.

Continua na pág. C3

Da esquerda para a direita, Henrique Portugal, Samuel Rosa, Lelo Zaneti e Haroldo Ferretti, integrantes do Skank Weber Pádua/Divulgação

Continuação da pág. C2

O disco "Siderado", de 1998, resume essa transição — "Saideira", depois regravada por Carlos Santana, lembrava o passado, e "Resposta" apontava o futuro. Essa segunda, aliás, foi a faixa que abriu o caminho para o Skank dos anos 2000.

"Teve uma certa resistência — isso é o Skank mesmo?", diz Portugal. "Mudou bastante a característica sonora. 'Resposta' tem uma cara de banda inglesa, né? Com melodias, estruturas, cordas, esse tipo de coisa. Mas o que acho legal é que nosso público acabou se acostumando com isso."

O Skank foi então remodelando seu pop rock, lembrando o Clube da Esquina em "Dois Rios", resvalando na bossa nova em "Balada do Amor Inabalável", abraçando um rock mais direto em "Vou Deixar" ou o folk em "Sutilmente". É difícil achar um álbum da banda que não tenha ao menos um hit.

De certa forma, a inquietação criativa que faz o quarteto "pendurar" as palhetas e as baquetas é a mesma que os fez olhar para Jorge Ben Jor em vez de Joy Division — ou buscar a melodia no auge do balanço latino-jamaicano. Tanto quanto um esgotamento, mais da própria banda do que do público, o fim é um ato de coragem coerente com a trajetória do Skank.

"Não acho que estou exagerando em dizer que o Skank recoloca o pop rock nos trilhos no início dos anos 1990", diz o vocalista. "Antes da gente, nos anos 1990, não teve ninguém com o tamanho que a gente já conseguiu ali de cara. Desculpa se estou sendo pretensioso, mas aí eu vou ser."

Skank
Espaço Unimed - r. Tagipuru, 795, São Paulo. Dias 17 (sex., às 22h30), 18 (sáb., às 22h) e 19 (dom., às 20h) de março. Ingressos esgotados

Mostra relembra Dona Onete, rainha do carimbó

Exposição no Itaú Cultural explora Norte místico e colorido com manuscritos, objetos e vídeos da cantora paraense

Luccas Oliveira

SÃO PAULO Dona Onete, de 83 anos, diz que poucos quilômetros —quatro, para ser exato— separam o Itaú Cultural, na avenida Paulista, do célebre Bar Brahma, no também famoso cruzamento das avenidas Ipiranga e São João.

É no centro cultural que a rica história de vida da cantora e compositora nascida na Ilha de Marajó, no Pará, é contada na "Ocupação Dona Onete", mostra da qual ela é a primeira homenageada do ano.

O bar tem uma importância particular na vida de Dona Onete. Foi lá, no início dos anos 1980, que a então professora Ionete da Silveira aproveitava os intervalos de uma viagem com fins de militância para se divertir cantando.

Ela vinha da pequena Igarapé-Miri, onde lecionou história, foi secretária de Cultura e líder da associação de professores, para participar da fundação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

Até então, ela nem sonhava em ganhar a vida como cantora, ofício que só assumiu profissionalmente depois de se aposentar, primeiro como integrante do coletivo Rádio Cipó e, desde 2012, numa carreira solo que já rendeu três discos de estúdio, com um quarto em fase final de produção, além de turnês internacionais e a alcunha de rainha do carimbó chamegado.

"Já usava esse meu lado cantora na sala de aula. Minhas aulas eram muito recreadas. Não tinha aluno fugindo para jogar bola", afirma a artista.

De fato, nas letras que compõe —são mais de 300 já escritas—, Dona Onete se porta como uma contadora de histórias. Seus versos estão encharcados de cultura e tradições paraenses, da culinária à geografia, dos costumes ao sincretismo religioso, temperados com humor e duplo sentido.

Com uma banda liderada pelo mestre da guitarrada Pio Lobato, suas canções ganham tratamentos musicais que partem da memória musical dela, usando como norte ritmos como carimbó, o bolero, a cúmbia colombiana e o banguê antes de ganhar o chamego característico.

O apelido para sua releitura moderna da música tradicional paraense nasceu de uma faixa do disco de estreia, "Feitiço Caboclo", lançada em 2012, batizada exatamente de "Carimbó Chamegado".

"Quis trazer um suingue diferente, que é só meu. Eu lá, naquela cadeira de rodas, é difícil fazer o que faço, levantar a galera, botar todo mundo para dançar", ela afirma.

Instalada no térreo do centro cultural, a exposição usa elementos audiovisuais e táteis para trazer o Norte fantástico, místico e colorido que Dona Onete canta.

Entre manuscritos originais de letras, depoimentos de Fafá de Belém, Felipe Cordeiro, familiares e, claro, da própria cantora, os visitantes poderão, com os vídeos, aprender a dançar carimbó com uma professora mirim do Instituto de Artes de Igarapé-Miri ou a cozinhar pratos com a flor de jambu, cujas propriedades medicinais e afrodisíacas são cantadas em músicas como "Jamburana" e "Queimoso e Tremoso", dois dos grandes sucessos de Dona Onete.

Depois de contrair Covid-19 duas vezes na pandemia, ela tem ficado mais em casa, no bairro da Pedreira, em Belém, conhecido como o reduto do samba e do amor, e o retorno à rotina dos palcos vem sendo mais cauteloso.

As propostas para turnês internacionais se acumulam desde "Banzeiro", seu álbum de maior sucesso, lançado em 2016. As viagens são retratadas na ocupação com lambelambes expostos em um corredor. As longas jornadas, porém, são um empecilho.

Com isso, "Bagaceira", seu quarto disco de estúdio, o primeiro desde "Rebujo", de 2019, virou o foco. "Estamos naquela fase 'tira uma música, bota outra'", conta ela, antes de adiantar que o álbum terá, como era de se esperar, um clima bastante festivo.

"A bagaceira é a festa do interior do Pará. Se você for a uma, não quer mais sair. É uma bagaceira tremenda. Toca brega, merengue, lambada, carimbó, guitarrada e bebe daqui, toca música de lá. Você sai sem saber se o sapato que está calçando é mesmo o seu."

Ocupação Dona Onete
Itaú Cultural - av. Paulista, 149, São Paulo. Livre. Ter. a sáb., das 11h às 20h, dom., 11h às 19h. Até 18 de abril. Grátis

A cantora de carimbó paraense Dona Onete, tema de mostra no Itaú Cultural, em São Paulo Naiara Jinknss/Divulgação

CRÍTICA SERIAL | *Luciana Coelho*
criticaserial@grupofolha.com.br

O diabo veste terno e entrega apenas obviedades no suspense 'O Consultor'

A recorrente história do pacto com o demônio volta a dar as caras em "O Consultor", série do Amazon Video que traz Christoph Waltz como o coisa-ruim em terno, gravata e farta dissimulação.

Diferentemente das versões dos escritores do século 19, que revestiam esses tratos satânicos com elementos de ciência ou de arte, os roteiristas de hoje preferem Satanás no comando de alguma megacorporação. Não raramente, de uma gigante de tecnologia, porque afinal a metáfora do roubo de almas é explícita demais para ser contornada.

Waltz, catapultado à fama justamente por encarnar o que a história equipara ao mal absoluto em "Bastardos Inglórios", compõe uma versão sofisticada, insidiosa e algo sarcástica do capeta, que às vezes lembra a de Kevin Spacey em "Os Suspeitos".

Não espere, entretanto, mais do que isso. Diante de outra produção recente que se embrenha pela mesma temática, "Ruptura", "O Consultor" não é mais do que uma boa ideia mal-ajambrada, e é a performance do protagonista, sozinha, que segura o espectador por seus oito episódios.

Apresentada como uma trama corporativa com um mistério de motor —o jovem fundador-presidente de uma empresa de games (Brian Yoon) morre de uma forma esdrúxula e deixa o comando da firma para um inescrupuloso consultor (Waltz)— logo avança para uma fábula surrealista de contorno religioso nítido, uma marca do roteirista-chefe Toby Basgallop, que assina também "Servant" (Apple TV+).

O problema é que a mão de Basgallop pesa demais, e, se na série anterior, sob a direção de M. Night Shyamalan, a verossimilhança se vale de personagens bem construídos e interpretações idem, aqui Waltz e seu Regus Patoff foram abandonados à própria sorte.

O restante do elenco, encabeçado por Brittany O'Grady (a amiga adolescente da primeira temporada de "White Lotus") e Nat Wolff é, com alguma boa vontade, insosso. Seus personagens carecem de motivações mais verdadeiras ou complexas, e do restante que está em cena não se vê mais do que um esboço.

Ora "O Consultor" apela à ladainha de executivos de sucesso assumindo o posto de veneração outrora ocupado por santos, deuses e que tais, ora quer oferecer um quebra-cabeças detetivesco, ora quer apenas sinalizar virtuosismo estético que parece ter bebido em David Lynch, sem ter sucesso em nenhum aspecto.

O roteiro se beneficiaria de desenvolver os personagens de O'Grady e Wolff, ela um "contato criativo" (título auto-outorgado, como é praxe hoje) a ser corrompida, ele um programador desleixado que passa a ser atormentado por signos religiosos.

"Ruptura" triunfou porque seus personagens são coalhados de qualidades e defeitos e dores realistas, mas "O Consultor" nem tenta dar dimensão ao que os personagens vivem, tratando-os apenas como acessórios para desenhar o Grande Mistério por trás do consultor (e ainda contemplam o pobre diabo com um sotaque russo, para não haver dúvida do apreço da produção por obviedades).

No fim, esse rocambole de referências fragmentadas rende quatro horas de entretenimento mediano, caso o espectador já esteja no fim de sua lista de coisas a assistir. Contemplado o Mistério, porém, não sobra do que se lembrar.

Os oito episódios de meia hora da primeira temporada de "O Consultor" estão disponíveis no Amazon Video

Novo disco de Vanessa da Mata vai do amor ao dissabor social

MÚSICA
Vem Doce
★★★☆☆
Artista: Vanessa da Mata. Gravadora: VDM. Disponível nas plataformas digitais

Pedro Antunes

Talvez em algum lugar injusto do imaginário popular, Vanessa da Mata tenha parado no tempo, naquela primeira década deste milênio, quando capitaneou o zeitgeist da nova safra de vozes da MPB com os três primeiros álbuns —"Vanessa da Mata", de 2002, "Essa Boneca Tem Manual", de 2004, e "Sim", de 2007.

Mas Vanessa não ficou parada. Ela se desafiou quando cantou Tom Jobim e escreveu o livro "A Filha das Flores", além de gravar mais álbuns, com os quais ela foi indicada ao Grammy Latino.

Recém-lançado, "Vem Doce" é o reflexo de uma artista em ótima forma, desprendida de modismos e maneirismos, capaz de exprimir o que tem de melhor —uma voz flutuante e composições que não desgrudam do chão, que tratam de um Brasil real, cru e distante do imaginário do Leblon dos folhetins de Manoel Carlos tantas vezes traduzido pela música popular tradicional.

"Vem Doce" é um disco político, com maior ou menor carga, a depender da faixa. Vanessa deixa a caneta livre para cantar amores ou dissabores sociais. "Foice", por exemplo, é dolorida como o pingar de gotas de limão na ferida.

O disco também é um ato político quando cria uma versão marota de "Comentário a Respeito de John", composição de Belchior e José Luiz Penna.

A cantora Vanessa da Mata Prisicila Prade/Divulgação

Em um dueto embalado pela cadência do xote dengoso, Vanessa e João Gomes, fenômeno do piseiro, adicionam carga de luz e otimismo à dor da solidão trovoada pela voz original do músico cearense.

"Comentário a Respeito de John" é a única das 13 faixas de "Vem Doce" a não levar a assinatura da artista. De resto, Vanessa usa o gosto pela palavra e a prosa para criar as histórias de "Vizinha Enjoada", "Gêmeos", "Menina (Deus te Dê Juízo)" e "Amiga Fofoqueira".

Já "Fique Aqui" tem jeito, gosto e textura de hit. Ao narrar um último suspiro de amor, a faixa ganha nas intervenções de L7NNON, o rapper que despontou no ano passado ao mostrar invejável flexibilidade estilística no TikTok.

"Vem Doce" é um disco que foge de linearidades rítmicas, algo que passa sem percalços em quase todos os momentos.

Em tempos de playlists, a ordem das músicas deixa de ser importante, mas o salto prejudica a audição em sequência.

No auge da maturidade vocal e dotada de uma boa dose de coragem ao experimentar formas distintas de contar histórias em suas composições, Vanessa faz da experiência de ouvir "Vem Doce" uma aventura por ritmos, gêneros e sabores —às vezes doces, às vezes azedos, como a vida.

O músico Bono, vocalista do U2, em cena da série 'A Sort of Homecoming', que estreia hoje na plataforma de streaming Disney+ Divulgação

U2 refaz os próprios hits em série no streaming

Em 'A Sort of Homecoming', com Bono e The Edge, David Letterman explora lado intimista dos músicos na Irlanda

Rodrigo Salem

LOS ANGELES Três horas da manhã, na biblioteca Marsh, a mais antiga de Dublin, o apresentador David Letterman questiona The Edge, guitarrista do U2, sobre seu processo criativo. Ao lado de Bono, seu colega mais famoso de banda, ele diz que se levanta de madrugada quando tem ideias e registra tudo no celular, onde guarda 6.000 gravações.

O guitarrista tira o aparelho do bolso e toca um trecho captado na noite anterior. Bono começa a cantar por cima a letra do que viraria "The Forty Foot Man", uma faixa instantânea em homenagem a Letterman que adorna os últimos minutos de "Bono & The Edge: A Sort of Homecoming com Dave Letterman".

O programa, disponível na Disney+, vem junto do álbum "Songs of Surrender", no qual o grupo irlandês reimagina 40 das suas músicas em formato mais intimista. A obra foi lançada no teatro Orpheum, no centro de Los Angeles, com a presença de Bono, The Edge e do diretor Morgan Neville, além de Letterman.

A química entre Letterman e os dois músicos do U2 é o principal acerto de "A Sort of Homecoming". Enquanto o entrevistador conhece Dublin, cidade natal da banda, ele traz humor a dois artistas conhecidos pela seriedade. "Dave trouxe comédia à tragédia", afirma Bono. "Nossa música ficou melhor com ele por perto, só por ficar no mesmo recinto, meio que tirando um sarro de tudo."

O especial, com cerca de uma hora e meia de duração, aborda assuntos espinhosos do U2, como o ativismo de Bono. O vocalista admite algumas rusgas com os colegas ao se aproximar de políticos que não compactuam com seu modo de pensar, mesmo que seja para conseguir apoio para causas humanitárias.

No entanto, o filme circula mais pela ideia de amizade e amadurecimento de Bono, The Edge e do próprio Letterman. A espinha dorsal é um show para poucos convidados no The Ambassador Theatre, local onde funcionava uma ala de um complexo hospitalar onde Bono nasceu.

Sem o baixista Adam Clayton, envolvido em um projeto de arte, e o baterista Larry Mullen, que está com um problema nas costas, o vocalista e o guitarrista recrutaram estudantes de música e amigos, como o compositor Glen Hansard, para completar o time da apresentação com os grandes sucessos do U2.

Entre uma versão quase folk de "Invisible" e uma atualização de "Sunday Bloody Sunday", há momentos emocionantes. Bono quase vai às lágrimas ao destacar a importância do guitarrista na banda.

"A única coisa de que não gosto em The Edge é que ele não precisa de mim. Ele poderia compor, cantar, se apresentar, tocar e produzir sozinho, mas não o faz", diz o vocalista, limpando as lágrimas.

Letterman percorre Dublin para encontrar diferentes ligações com o U2, seja no vendedor da única loja de discos de reggae da cidade, seja no sujeito que organiza excursões a pé por lugares relacionados ao grupo de músicos.

O U2 já queria refazer algumas de suas canções havia anos. Durante a pandemia, The Edge transformou o hiato na estrada em trabalho, coincidindo com a imersão de Bono em sua autobiografia, "Surrender", lançada no ano passado já com alguns trechos das faixas que virariam o novo "Songs of Surrender".

"Há uma razão egoísta em relação a este álbum", diz Bono. "Queríamos ouvir nossas músicas de novo como se fosse a primeira vez e questionar se elas poderiam sobreviver sem o poder de fogo de uma banda de rock como o U2."

"Sunday Bloody Sunday" ganha destaque em "A Sort of Homecoming" quando Bono diz que a faixa o faz se lembrar de sua lua de mel na Jamaica, na casa de Bob Marley. "Parte das letras me envergonha, para falar a verdade. Mas tive a oportunidade de terminar todas neste projeto."

Não seria a primeira vez. Bono costuma mudar letras de suas canções com a passagem do tempo, principalmente ao vivo. Fez isso com "One" ou "New Year's Day". "As músicas são nossas chefes. Elas dizem o que você tem que fazer, como deve se vestir e com quem trabalhar. Se você for esperto, vai obedecer."

Bono & The Edge: A Sort of Homecoming com Dave Letterman
Estados Unidos, 2023. Direção: Morgan Neville. Com: Bono, The Edge, David Letterman. 12 anos. No Disney+

A banda americana The War on Drugs, com o vocalista e mentor Adam Granduciel à esquerda Shawn Brackbill/Divulgação

The War on Drugs traz seu rock para ouvir na estrada ao Brasil

João Perassolo

SÃO PAULO Em 2018, uma banda indie em ascensão desbancou pesos pesados como Metallica e Queens of the Stone Age e ganhou o Grammy de melhor álbum de rock.

A premiação a "The Deeper Understanding", disco que empresta sonoridade contemporânea ao rock antigo de FM e no qual a maioria das faixas tem duração superior a seis minutos, popularizou o The War on Drugs num momento em que a banda já tinha o respeito de círculos menores.

Mas o aumento de público e de notoriedade, fatores que levaram o conjunto da Filadélfia a ser escalado para tocar na primeira edição do C6 Fest, em São Paulo e no Rio de Janeiro, em maio, não foram suficientes para pôr os fãs no centro das preocupações do vocalista e mentor da banda, Adam Granduciel.

"Eu só tenho que fazer música para mim mesmo. Eu ganhei o Grammy porque fiz algo que amava. O público não está lá [junto com a banda] porque quer algo, ele está lá porque gosta do que você gosta", afirma o músico, numa entrevista por videoconferência.

"Então, se eu simplesmente seguir meu coração, o público virá. É como um trem — alguns entram, outros saem."

Granduciel, de 44 anos, é o responsável por levar a banda para a frente. Ele tem as ideias das músicas e grava as primeiras versões praticamente sozinho, antes de chamar outros integrantes para executar as faixas em estúdio e aperfeiçoar tudo na estrada, nos shows.

Nas suas referências aparecem Bruce Springsteen e Tom Petty, mas o instrumental do grupo é mais etéreo do que o desses ícones americanos.

O The War on Drugs faz um rock grande e cinematográfico. São músicas que servem como base para as pessoas associarem as suas memórias, e é isso que atrai tantos fãs para a banda, afirma o vocalista.

O grupo se apresenta no Brasil quase dois anos depois de ter lançado seu último disco, "I Don't Live Here Anymore", de músicas um pouco mais curtas e mais fáceis em comparação às dos trabalhos anteriores, frequentemente descritos pelos críticos como trilhas sonoras para ouvir numa viagem de carro na estrada.

Há uma chance de que essa direção artística mais direta, por assim dizer, seja o futuro da banda. Granduciel conta que o disco que está compondo agora é diferente dos últimos dois álbuns do grupo, que considera terem sido muito difíceis de realizar.

"Quero fazer algo que pareça um pouco mais caseiro e um pouco mais direto. Que não pareça que estou tentando me igualar à ilusão de uma grande banda de rock", ele afirma, acrescentando que músicas novas só devem ser lançadas em meados de 2024.

The War on Drugs
C6 Fest. Dia 20 de maio no Rio de Janeiro e 21 de maio em São Paulo. Ingressos a partir de R$ 260 no Sympla

Aline Souza

Ode ao silêncio

No candomblé, isolamento em um quarto é ritual para lidar com desafios

Djamila Ribeiro
Mestre em filosofia política pela Unifesp e coordenadora da coleção de livros Feminismos Plurais

Sou uma pessoa que ama ficar em silêncio. Como medito todos os dias, aprendi a silenciar os pensamentos.

No candomblé, há alguns momentos, parte de alguns rituais, em que precisamos ficar em silêncio dentro de um quarto, oportunidade para lidar com nossos desafios.

Como faço muitos eventos públicos, gosto de ficar quieta, contemplar paisagens, me esconder em algum lugar com natureza. É uma necessidade.

Como escritora, preciso do silêncio para pensar, elaborar um texto, escrever um livro.

Durante muito tempo, o silêncio foi um sonho distante. Comecei a trabalhar cedo, quando mãe de um bebê, foram raros os momentos em que consegui ter tempo de qualidade. Lembro que concluí a minha graduação em quatro anos e meio e defendi o mestrado em dois anos e meio.

Uma vez me perguntaram o porquê disso. Minha resposta: porque sou mãe. Foram muitas as vezes em que precisei faltar às aulas porque minha filha havia ficado doente ou que deixei o arroz queimar porque havia me concentrado na dissertação.

De onde vim, trancar-se num quarto para escrever era algo completamente distante.

Minha mãe se trancava no banheiro por mais de uma hora e acendia um cigarro. Com quatro filhos e uma casa para cuidar, era a forma que encontrava refúgio no silêncio.

Como cresci em Santos, aprendi a contemplar o silêncio andando pela praia, sobretudo em dias nublados ou de chuva, sem raios, claro.

A praia fica vazia e a gente pode fugir do barulho insuportável das caixinhas de som, atualmente cada pessoa leva a sua, e o mar, a grande estrela do lugar, tem seu lindo som abafado pelo individualismo, por pessoas que não respeitam o senso de coletivo.

Hoje consigo ficar em silêncio, mas ainda é um desafio com vizinhos que acham que moram sozinhos na rua e tocam som alto a noite toda.

Ou quando o barulho das britadeiras de alguma obra atormenta os mais profundos pensamentos. Se estou em uma festa, é claro que o som não me incomoda, eu sei que haverá barulho, mas o problema é quando as pessoas não respeitam o horário do silêncio e ambientes coletivos.

Quando estava na graduação, pegava um ônibus no terminal Armênia em São Paulo até o bairro dos Pimentas, em Guarulhos, onde ficava o campus de humanas.

Muitas vezes aproveitei o longo tempo de viagem para ler algum texto ou livro.

Muitas vezes também me irritei com algumas pessoas que tocavam som alto julgando que todo mundo tinha obrigação de ouvir.

Lembro uma idosa que pôs no último volume um louvor de igreja enquanto eu tentava entender o conceito de liberdade ontológica em "O Ser e o Nada", de Sartre. Coloquei meus fones de ouvido —quando não respeitam o coletivo, a saída acaba sendo individual—, mas sem sucesso.

Não houve uma viva alma para reclamar, então coube a mim esse papel. A idosa ficou brava comigo e respondeu: "se fosse funk, você não reclamava!". Ao que respondi: teria reclamado do mesmo jeito, a senhora agora conhece meus gostos musicais? Contrariada, ela baixou o volume, não sem reclamar com outros passageiros.

Por conta de detestar barulho, peguei fama de chata num prédio em que morei por anos. Meu vizinho de cima era DJ e tocava um som enlouquecedor todos os dias. Muitos vizinhos não gostavam, mas tinham medo de reclamar, pois o vizinho já havia se mostrado agressivo algumas vezes.

Lembro de chorar de irritação quando precisava entregar um texto e não conseguia me concentrar por causa das batidas da música. Trabalho muito em casa e era insuportável. Até que passei a reclamar todos os dias para a síndica.

Como ela tinha medo dele, passei eu mesma a interfonar no apartamento dele. Até que um dia, a avó me disse: "ele é DJ, precisa praticar". Eu disse imediatamente: eu sou escritora, mas não fico pondo meus textos embaixo da porta de vocês. Ou ele faz um isolamento para não passar ruídos ou não vai dar certo a convivência.

Passado algum tempo, as coisas melhoraram, mas fiquei com a fama de vizinha chata e infeliz, simplesmente por reivindicar um direito. Eu respeitava que vivia em um ambiente com outras pessoas, logo seria errado impor a minha vontade sobre os outros.

Continuo buscando esses momentos de silêncio a cada dia, mesmo sendo uma luta inglória, muitas vezes.

O individualismo exacerbado faz com que as pessoas fiquem cada vez mais barulhentas e distraídas de si mesmas.

seg. Luiz Felipe Pondé | ter. João Pereira Coutinho | qua. Wilson Gomes | qui. Drauzio Varella, Fernanda Torres | sex. Djamila Ribeiro | **sáb. Mario Sergio Conti**

Crise? Invista em joias

Compro cobre, compro chumbo, compro metal

Renato Terra
Roteirista e autor de 'Diário da Dilma'. Dirigiu o documentário 'Uma Noite em 67'

Credit Suisse negativado? Silicon Valley Bank pedindo empréstimo no Cacique? Dólar subindo, Bolsas caindo, joias aparecendo?

O mercado ficou maluco!

Mas não se assuste.

Jair Bolsonaro e sua família têm as melhores dicas para cuidar das suas economias.

O os espírito empreendedor da família você já conhece.

Os Bolsonaros já prosperaram transformando o patrimônio público em privado.

Também obtiveram êxito inédito na administração de lojas de chocolate, revolucionaram o mercado imobiliário e agora lançaram uma loja online para vender calendários sensuais.

Confirma as dicas de investimento da família.

Dica do Jair: Para não sofrer com fraudes, o segredo é diversificar seu patrimônio em investimentos impressos e auditáveis. Tô falando de dinheiro vivo, joia, barra de ouro, cheques e o caralho a quatro. Outra dica importante é não perder grana com esse mimimi de imposto. Vai trazer joia? Escamoteia na mochila na hora da alfândega. Vai comprar imóvel? Lembre-se que o dinheiro vivo não deixa rastros. Você pode declarar que pagou R$ 100 mil e dar uma nota de R$ 1 que ninguém vai saber, porra.

Dica do Eduardo: Deixe um cabo e um soldado cuidarem dos seus investimentos.

Já viu general pobre?

Dica do Flávio: Ninguém compra uma mansão de R$ 6 milhões à toa. É preciso desenvolver diversas habilidades para obter sucesso.

Experimente combinar alguns Fundos de Rachadinha Fixa com investimentos agressivos em desmobilização de investigações. Junte a isso o Certificado de Recebimento do Agronegócio, que pode agregar resultados impressionantes no ramo de laranjas. E, como cereja no bolo, aposte nas LCs, Lojas de Chocolate.

Dica da Michelle: Os diamantes e os cheques são eternos.

Dica do Carlos: O ocaso dos oráculos atípicos somam-se aos vultos dos gulosinhos por débeis debêntures. Enquanto Tarcísio bate o martelo com força, a foice martela a facção afoita. Fractais! Equinócios! E tudo se repete em espirais tântricas. Canalhas!

Para dar exemplo, Jair Bolsonaro iniciará uma aventura disruptiva quando voltar ao Brasil. Fontes do mercado garantem que o ex-presidente voltará a dirigir a nação.

Mas agora numa Kombi de ferro velho. "Compro cobre, compro chumbo, compro metal. Geladeira velha. Abotoadura saudita. Anéis de brilhante. Colares de rubi usados", dirá Bolsonaro com um megafone enquanto passeia pelo bairro de Rio das Pedras Preciosas.

Débora Gonzales

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | **SÁB. José Simão**

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Série sobre efeitos das mudanças no clima tem Meryl Streep no elenco

Extrapolations - Um Futuro Inquietante
Apple TV+, 16 anos
Oito histórias interligadas imaginam como será o futuro próximo, quando mudanças climáticas estarão afetando ainda mais o cotidiano. Para esta minissérie, o diretor e roteirista Scott Z. Burns reuniu elenco que inclui Meryl Streep, Kit Harrington, Marion Cotillard e dezenas de outras estrelas. Um novo episódio toda sexta; os três primeiros já estão disponíveis.

Dom
Amazon Prime Video, 16 anos
A série que dramatiza a vida do traficante Pedro Dom, figura da classe média carioca, chega à segunda temporada. Foi o último trabalho do diretor e showrunner Breno Silveira, que morreu em maio do ano passado. Com Gabriel Leone e Flávio Tolezani.

Os Segredos da Civilização
History, 18h40, 10 anos
Esta série documental investiga como as forças da natureza afetam a história da humanidade. O episódio de estreia mostra que uma seca devastadora pode ter sido responsável pela extinção das culturas micênica e hitita.

Àkàrà, no Fogo da Intolerância
Curta!, 21h30, livre
O documentário de Cláudia Chávez venceu a categoria sociedade do Festival & Prêmio Curta!, e mostra a luta religiosa e ideológica em torno do acarajé, prato mais tradicional da cozinha baiana.

Emily, a Criminosa
Telecine Premium, 22h, 16 anos
Aubrey Plaza, de "The White Lotus", faz uma jovem que, desempregada e endividada, entra para um esquema de fraude de cartões de crédito. Seduzida pelo dinheiro fácil, ela se afunda no crime.

Poseidon
SBT, 23h15, 12 anos
O diretor alemão Wolfgang Petersen lançou em 2006 este remake do clássico "O Destino do Poseidon", com Kurt Russell e Richard Dreyfuss nos papéis principais.

Globo Repórter
Globo, 23h15, livre
O repórter Fábio Castro mergulha no universo da música sertaneja, visitando um festival em Goiás e contando como são compostos os futuros grandes hits do gênero.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

"A gente bate exigindo o Dia Internacional dos Homens."

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

FÁCIL

	5				7	4		
9			1	8				2
2				4				
	3	7			8			
	9						2	
			7			3	1	
				1				4
8				6	9			1
		4	5				8	

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. (Guevara) Revolucionário argentino / Passagem suave de uma a outra cor **2.** Equipamento que puxa água para o ralo / Quase nada **3.** Muda bota para botija / Instinto, perspicácia **4.** Relativo àquele que protege e favorece as artes e as letras **5.** Antipático **6.** História, narrativa / Dispositivo usado como anticoncepcional **7.** Cargo de juiz de direito / Que se agrava em sentido desfavorável **8.** A letra 6 / O antônimo de sincero **9.** Pequeno pedaço de tecido com que uma pessoa limpa o rosto **10.** Molhado pela transpiração **11.** Operação realizada com tratores / Demi Lovato, cantora **12.** Edifício para moradia / Homem que presta serviço militar **13.** Oduvaldo Vianna (1892-1972), cineasta e dramaturgo / Lutar, resistir.

VERTICAIS
1. Todo e qualquer ato socialmente inaceitável, de consequências desagradáveis / Patife **2.** O dia presente / O fruto da *Coffea arabica*, que produz uma bebida escura e aromática / Trem de Alta Velocidade **3.** O ator Harris, de "Virginia" / Nascidos em Fortaleza **4.** Desacato / Secar ao sol, ao calor do fogo **5.** (Papo de) Um doce / Tecer **6.** Entrada de um edifício / Um molusco marinho, bivalve **7.** Jogo de palavras ambíguas, que dão lugar a equívocos / As iniciais do ex-presidente Geisel **8.** Uma maneira de se escrever segundo ou dois / Execrável / 601, em algarismos romanos **9.** Som que imita um ruído de quem dorme / Elemento químico de símbolo Au, usado em joalheria, próteses dentárias etc. / Parte da planta, precede o fruto.

HORIZONTAIS: 1. Che, Matiz, **2.** Rodo, Triz, **3.** Ij, Faro, **4.** Mecênico, **5.** Enjoado, **6.** Caso, DIU, **7.** Vara, Pior, **8.** Efe, Falso, **9.** Lencinho, **10.** Suado, **11.** Aterro, DL, **12.** Casa, Reco, **13.** OV, Reagir. **VERTICAIS: 1.** Crime, Velhaco, **2.** Hoje, Café, TAV, **3.** Ed, Cearenses, **4.** Ofensa, Curar, **5.** Anjo, Fiar, **6.** Átrio, Pandora, **7.** Trocadilho, EG, **8.** II, Odioso, DCI, **9.** Zzz, Ouro, Flor.

guiafolha
o melhor de são paulo - cinema

FOLHA DE S.PAULO ★★★
SEXTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2023

Sala do Cinépolis JK Iguatemi, que levou o prêmio de melhor cinema no ranking
Rubens Cavallari/Folhapress

Tudo em todo lugar

Em sua 15ª edição, ranking do Guia Folha avalia salas de cinema de rua e de shopping nas cinco regiões da cidade de São Paulo por meio de critérios que levam em conta as condições da tela e dos assentos e os serviços à disposição dos espectadores, além da qualidade da imagem e do som

★ Melhor cinema ★ Melhores cinemas por região (central, oeste, leste, norte e sul) ★ Melhores cinemas de shopping
★ Melhor projeção ★ Melhor som ★ Cinema mais confortável ★ Melhor café/bombonnière ★ Melhor programação
★ Melhor cinema de rua ★ Melhor sala ★ Melhor sala VIP ★ Melhor app ★ Melhor pipoca ★ Melhor acessibilidade

O tamanho importa

Por que ver filmes na telona é uma experiência única *pág. 2*

Como pagar menos

Promoções para economizar na compra do ingresso *pág. 18*

Para o fim de semana

Mostra de longas e dicas do que ver e comer após a sessão *pág. 19*

Público em frente a sala de cinema na cidade americana de Portland, no estado do Oregon Leah Nash/The New York Times

Existe uma mágica na sala de cinema que a TV não traduz

Último Oscar provou que a coragem de correr riscos ainda vale muito a pena

OPINIÃO

Teté Ribeiro
Repórter especial da Folha

No dia 14 de fevereiro, um vídeo incrível viralizou. Nele, Steven Spielberg, em uma conversa informal com Tom Cruise e que estava sendo filmada e fotografada por várias pessoas, diz que o ator e produtor de "Top Gun: Maverick" "salvou a pele de Hollywood" (em inglês, "saved the ass", salvou a bunda, que não faz sentido traduzida).

Cruise olha para o chão e chacoalha a cabeça, como se dissesse "não, não, imagina". É um grande ator. Em seguida, Spielberg se aproxima mais dele, como se fosse contar um segredo, e completa: "Sério, 'Maverick' pode ter salvado toda a indústria cinematográfica".

Os dois participavam de um almoço oferecido pela organização que concede o Oscar. Os vencedores foram anunciados no último domingo, dia 12, e "Maverick" ganhou só uma das seis estatuetas a que concorria, de som. "Os Fabelmans", filme dirigido por Spielberg e que concorria a sete prêmios saiu sem nenhum.

O grande vencedor deste ano não tinha nem um cineasta nem uma estrela tão brilhante quanto os dois nomes citados acima. "Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo", que concorria em 11 categorias, venceu em sete, entre elas as de filme, direção e atriz.

Mas o que estava por trás da curiosa —e muito exagerada— afirmação de Spielberg era que o filme estrelado por Cruise, que, por insistência do ator e produtor foi lançado somente nos cinemas e faturou quase US$ 2 bilhões de bilheteria, teria trazido, sozinho, a esperança de que o público pode voltar às salas de exibição, afinal de contas.

"Top Gun: Maverick" está disponível para ser visto na TV ou em qualquer tela, mas só chegou a elas três longos meses após entrar em cartaz. E muita gente não quis esperar tanto tempo para assistir à continuação do blockbuster de 1986.

Mesmo depois de dois anos de pandemia e do quase domínio absoluto do streaming, que fizeram com que previsões apocalípticas apontassem o fim iminente da era das salas de cinema, Cruise, tal qual o seu personagem em "Top Gun", teria conseguido, sozinho, salvar o mundo.

Não é bem assim. E o grande vencedor do Oscar deste ano é a prova. Sem nenhum super-herói, sem ser continuação de um sucesso, sem uma grande estrela no papel principal, com um roteiro impossível de ser resumido em uma frase e um título extralongo, "Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo" optou pela mesma estratégia de Tom Cruise.

O filme foi lançado somente nos cinemas e o público foi ver, levado pelo boca a boca que uma história tão original, contada de uma maneira tão inusitada, provocou. Além, claro, das ótimas críticas que o longa recebeu no mundo inteiro.

Ele está longe de ser uma unanimidade, mas sua trajetória provou um ponto: histórias estranhas, experimentações cinematográficas e a coragem de correr riscos ainda valem muito a pena na indústria de cinema. O destino para esse tipo de produção não está traçado e não é uma caixinha lá no final de uma longa lista de filmes mais famosos em um canal de streaming.

Ir ao cinema, com horário marcado, deixando todas as preocupações do lado de fora para se entregar a uma história não é o programa favorito de tanta gente por acaso. Tem uma mágica que acontece nas salas de cinema, uma sensação impossível de traduzir sem nenhuma perda para a TV da sala ou do quarto, por mais tentador que isso possa soar.

Por maior que sua TV seja plana, é quase certo que ela não tenha o tamanho de um prédio de três andares.

Não tem intrinsecamente nada errado em ver um filme na TV, no laptop ou no celular. Mas basta comparar a sensação de olhar para um céu estrelado com a de ver uma foto de um céu estrelado no smartphone para que fique evidente que tamanho, aqui, é documento, sim.

E mesmo os mais sociofóbicos concordam que, no escurinho de uma sala de cinema, ter gente em volta é uma vantagem. Um grupo rindo funciona como um gatilho para que a gente tenha vontade de rir, mesmo de piadas e situações que, sozinha, no sofá, não ache graça nenhuma. O mesmo com uma situação de suspense, sentir as outras pessoas de olhos grudados na tela e prendendo a respiração de nervoso faz com que a gente vire quase um só organismo.

A comunicação com amigos, namorados ou familiares com quem, em casa, a gente comenta com total liberdade as maiores superficialidades ou faz piadas politicamente incorretas tem que ser reinventada na sala de exibição. De repente, um sorrisinho de lado ganha um novo significado, um apertão no braço vira sinônimo de outra coisa completamente diferente.

E quando a história contada não precisa disputar a atenção com todos os objetos e seres vivos que coexistem nas nossas casas, quando a única coisa iluminada foi pensada por um diretor de fotografia para exaltar o ponto mais importante de cada cena, cujo som sai por um equipamento profissional na altura exata, quando tudo que você tem nas mãos é um saquinho de pipoca e uma garrafinha de água, fica, de fato, mais fácil se entregar a uma narrativa contada em sons e imagens projetadas numa tela enorme na nossa frente.

E aquela história vai ser contada naquele horário, com ou sem você. Não ter controle —nem remoto nem real— não ter acesso ao botão de pause ou a opção de voltar uma cena (tampar o olho é sempre possível, mas o medo ou o terror podem entrar pelos seus ouvidos ou, pior, pela imaginação) fazem a experiência de ver um filme no cinema a coisa mais próxima de viver uma transformação de verdade.

E quando o filme é bom, o que acontece na tela é mais bem escrito, dirigido, iluminado, encenado por gente mais interessante e com uma trilha sonora perfeita, que nunca toca na vida real.

Funcionário de cinema segura pôster do filme 'RRR: Revolta, Rebelião, Revolução', que venceu o Oscar de melhor canção, na cidade de Hyderabad, no sul da Índia Noah Seelam/AFP

VENCEDORES DESTA EDIÇÃO

Melhor cinema
Cinépolis JK Iguatemi

Melhor projeção
Imax

Melhor som
Dolby Atmos

Cinema de rua
Cinesala

Café/bombonnière
Barouche (Cinesala)

Melhor pipoca
Rede Cinemark

Programação
Itaú Frei Caneca

Melhor sala
Cinesesc

Melhor da região norte/ shopping da região norte
Santana Parque UCI e Lar Center Cinemark

Melhor da região sul / shopping da região sul
Cinépolis JK Iguatemi

Melhor da região leste/ shopping da região leste
UCI Anália Franco

Melhor da região oeste/ shopping da região oeste
Eldorado Cinemark

Melhor da região central/ shopping da região central
Itaú Frei Caneca

Mais confortável
Cinesystem Morumbi Town

Melhor sala VIP
Kinoplex Parque da Cidade

Acessibilidade
Cinépolis Jardim Pamplona

App de ingresso
Ingresso.com

Sala de cinema com projeção a laser no Cinépolis JK Iguatemi Fotos Adriano Vizoni/Folhapress

MELHOR CINEMA
CINÉPOLIS JK IGUATEMI

Complexo oferece experiências para diferentes cinéfilos

Sandro Macedo

SÃO PAULO Inspirado pelo maior vencedor do Oscar deste ano, é possível dizer que o Cinépolis JK Iguatemi oferece tudo ao mesmo tempo. Mas aqui é no mesmo lugar.

Inaugurado em 2012, o complexo no shopping homônimo da região sul de São Paulo foi pela sexta vez escolhido como o melhor cinema de São Paulo na avaliação de melhores salas do Guia.

Aliás, "Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo" volta ao Cinépolis JK após ser consagrado na cerimônia de domingo (12) com sete estatuetas, incluindo a de melhor filme, direção (Daniel Kwan e Daniel Scheinert), roteiro original, atriz (Michelle Yeoh) e ator coadjuvante (Ke Huy Quan). O longa terá uma sessão diária nesta semana, às 20h, em uma das cinco salas VIP do complexo.

No total, são oito salas, todas com alguma característica especial que deve agradar ao público que frequenta o shopping da Vila Nova Conceição, recheado de grifes de luxo, como Balenciaga, Chanel, Prada e Dolce & Gabbana.

A principal sala é a Imax (também eleita como a melhor projeção), com qualidade superior de imagem e de som, e normalmente destinada aos blockbusters apinhados de efeitos visuais.

Nas últimas semanas, por exemplo, o espaço exibiu títulos como "Avatar: O Caminho da Água", "Homem-Formiga e a Vespa: Quantumania" e "Creed 3". Desde quinta (16), a novidade é a sequência "Shazam! Fúria dos Deuses".

Apesar de jovem, o cinema já passou por uma reforma em 2019 e voltou ainda mais moderninho, quando inaugurou a primeira sala LED do Brasil (a de número 5), com tela Samsung Onyx de 455 polegadas e resolução 4K.

Uma das qualidades da tela é o contraste, com luminosidade dez vezes superior ao das salas comuns. Quando foi aberta, a sala era apenas a terceira do gênero em toda a América Latina —as outras duas estão no México e na Colômbia.

Já para quem gosta de uma sessão mais agitada, a sugestão é a sala 4DX (a 4), na qual o espectador experimenta sensações de vento, luz, névoa, água —"Noé" ou outros filmes que retratassem o grande dilúvio por lá seriam um perigo— e até cheiros.

As poltronas também se movimentam de acordo com a ação que se passa na tela —filmes com perseguições automobilísticas se transformam praticamente em um parque de diversões. A 4DX também está reservada nesta semana para o novo longa do herói Shazam.

Entre as cinco salas mais luxuosas, uma delas é a VIP Lounge, que além dos serviços de bombonnière e do conforto oferecido em suas irmãs, tem ainda poltronas lounge nas duas primeiras fileiras, que acomodam duas pessoas (sem separação); portanto, o ingresso ali vale para duas pessoas, não importa que você esteja sozinho.

Para completar, a projeção é a laser, com muito mais luminância (o tal do brilho).

As poltronas grandes, fofas e reclináveis comum a todas as salas VIP oferecem um outro atrativo. Na lateral, uma entrada para cabos USB permite que o cinéfilo deixe o celular carregando durante a sessão de cinema —desligado, obviamente, mas ainda assim, um pequeno luxo.

Enquanto isso, é possível chamar um atendente na sala por um botão (localizado na poltrona) e fazer um pedido, como o hambúrguer de costela, acompanhado de batata chips, ou o sanduíche de pernil. Este atendimento no interior do espaço apenas é permitido enquanto estiverem rolando os trailers. Depois do início do filme, a mordomia termina.

Obviamente, vinhos, espumantes e cerveja long neck também estão disponíveis. No entanto, você só pode entrar com a garrafa na sessão nas salas VIP; na Imax, o atendente despeja a bebida em um copo plástico mesmo.

Com tantos atributos e localizado num shopping dos mais exclusivos, não chega a ser uma surpresa constatar também que o Cinépolis JK Iguatemi tem o valor de ingresso tão salgado quanto o de uma pipoca com sal rosa do Himalaia —sim, é o tíquete mais caro da cidade.

Na sala Imax, o valor da entrada (inteira) chega a R$ 79 entre quinta e domingo nas sessões noturnas, as mais inflacionadas. Nas salas VIP, como na que exibe "Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo", o preço vai a R$ 95.

Na 4K (com tela de LED), o ingresso sobe mais um pouquinho, para R$ 98. E na VIP Laser o valor na poltrona/sofá da frente (área lounge) sai por R$ 175 —mas como aqui cabem dois, melhor convidar um amigo para rachar a conta. Ah, se se o filme em questão for 3D, o valor neste espaço pode custar R$ 186.

Interior da sala VIP Lounge, a mais cara do complexo

CONHEÇA O CINÉPOLIS JK IGUATEMI

- O complexo abriga oito salas, que somam 1.016 lugares
- A sala Imax tem projeção destacada em tela especial
- A sala 4DX produz sensações como vento, cheiros e suas poltronas se movimentam
- Uma das salas VIP tem projeção a laser
- A sala 4K é a primeira sala LED do Brasil
- Ao todo, são 5 salas VIP

Cinépolis JK Iguatemi
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 2.041, piso 4, Vila Nova Conceição, região sul, tel. 3152-6605

Sala Imax do Espaço Itaú de Cinema - Pompeia exibe cena de 'Creed 3' Fotos Adriano Vizoni/Folhapress

MELHOR PROJEÇÃO IMAX

Supertela em formato especial maximiza a experiência do filme

SÃO PAULO Dificilmente você verá um filme de Woody Allen, de Pedro Almodóvar ou de qualquer outro diretor que explore mais os diálogos em uma sala Imax, espaço desses que são ideais para quem busca uma imersão visual.

Em São Paulo, temos três salas do gênero, as campeãs na categoria de projeção. Elas estão espalhadas em diferentes regiões: Cinépolis JK Iguatemi (também o melhor cinema, na região sul), UCI Anália Franco (leste) e Espaço Itaú de Cinema - Pompeia —o mais antigo entre os três, na zona oeste da cidade.

Como característica, o que mais salta aos olhos assim que se entra na sala é a grandiosidade da tela, gigante, que costuma ocupar de uma parede a outra (estilo chamado de stadium), quase do teto ao chão. O formato da tela também é especial, mais côncava, e de qualidade superior. São espaços que maximizam a experiência cinematográfica.

A própria evolução do cinema ajudou a fortalecer a projeção Imax. Quando a sala do grupo Espaço abriu dentro do Bourbon Shopping, em 2009 (foi a primeira sala do formato no Brasil), as opções na programação se resumiam a documentários com cenas na Estação Espacial ou no universo aquático —ou outra coisa de apelo visual.

Eram filmes com imagens belíssimas, mas nos quais as câmeras se movimentavam lentamente. A ideia era apenas contemplar. Afinal, a experiência na sala Imax também depende da captação no formato, feito com equipamento caro e muito pesado.

Aos poucos, os principais estúdios de Hollywood passaram a abraçar a tecnologia nas filmagens de blockbusters, para alegria dos fãs do cinema de ação e ficção —Christopher Nolan, responsável por uma trilogia com Batman e por "Tenet", entre outros, é um defensor fervoroso do formato Imax.

Não são apenas longas de super-heróis ou perseguições que ganharam mais notoriedade —apesar de serem a maioria. Títulos de guerra, como "Dunkirk" e "1917", ampliaram a experiência nas salas com "maximum image".

As três salas Imax disponíveis na cidade não são exatamente iguais, com variações na distribuição do som ou na luminosidade da tela, além do próprio espaço físico que ocupam.

Quando a reportagem visitou as salas não encontrou o mesmo filme em cartaz. Enquanto a JK Iguatemi exibia "Avatar: O Caminho da Água" (vencedor do Oscar de efeitos visuais), Anália Franco e Espaço Pompeia estavam com sessões de "Creed 3".

Talvez até pela diferença visual das produções, a experiência no espaço Imax do Cinépolis JK Iguatemi foi levemente superior, apesar de as três contarem com a mesma tecnologia 4K na projeção, o que confere mais brilho e profundidade na imagem. Nesta semana, o trio Imax coloca em cartaz o mesmo filme, que domina o circuito comercial, "Shazam! Fúria dos Deuses", inspirado em super-herói da DC.

O Cinépolis JK Iguatemi também ganha pontos ao posicionar os cadeirantes na sexta fileira, parte mais alta e com ótima visibilidade da tela —o acesso se dá por meio de um elevador. No Anália Franco, os cadeirantes ocupam a terceira fileira; no Espaço Pompeia, a segunda, mais próxima da tela.

Por outro lado, o Cinépolis tem o ingresso mais caro entre as três opções. A entrada (inteira) num fim de semana à noite custa R$ 79.

No Espaço Itaú - Pompeia, a entrada mais cara sai por R$ 66. Já o Anália Franco é o mais em conta do trio, com tíquete por R$ 49. Os valores nos três exemplos acima são para filmes em 2D; em 3D, aumenta um pouquinho.

Sala de cinema do UCI Santana Parque Shopping, que traz som com sistema Dolby Atmos

PROJEÇÃO
Salas Imax

- **Anália Franco UCI 1**
Av. Regente Feijó, 1.759, Vila Regente Feijó, região leste, tel. 2164-7790
- **Cinépolis JK Iguatemi 1**
(veja na pág. 4)
- **Espaço Itaú de Cinema - Pompeia 1**
R. Palestra Itália, 500, 3º piso, Perdizes, região oeste, tel. 3675-0019

SOM
Dolby Atmos

- **Cine Marquise 1**
Av. Paulista, 2.073, Bela Vista, região central, tel. 2164-7790
- **Cinesystem Morumbi Town 3**
Av. Giovanni Gronchi, 5.819, Vila Andrade, tel. 2164-7711
- **Jardim Sul UCI 9**
Av. Giovanni Gronchi, 5.930, Vila Andrade, tel. 3740-6946
- **Santana Pq. Shopping UCI 8**
R. Cons. Moreira de Barros, 2.780, Lauzane Paulista, região norte, tel. 3131-2211

MELHOR SOM DOLBY ATMOS

Sistema com caixas até no teto já está em 4 salas de SP

SÃO PAULO Infelizmente, “Top Gun: Maverick”, vencedor do Oscar de melhor som, não estava mais em cartaz em nenhuma das salas equipadas com Dolby Atmos durante a visita da reportagem para esta avaliação dos melhores cinemas.

O sistema de som superior da Dolby foi escolhido pela sexta vez como o que tem de melhor na cidade e já está disponível em quatro salas: as duas Xplus da rede UCI (Jardim Sul 9 e Santana Parque Shopping 8), a sala Cinépic, a 3 do Cinesystem Morumbi Town, e o Cine Marquise 1, dentro do Conjunto Nacional, na avenida Paulista.

Nessas salas, a sensação é de estar envolvido pelo som por todos os lados. Isso acontece porque caixas são espalhadas pelo ambiente da sala, inclusive no teto, para dar a sensação de 360º ao redor do espectador.

“Cada sala é diferente da outra, nas quais tamanho, espaço e altura contam. Até o tamanho da caixa de som é dimensioando para isso”, diz Marcelo Lima, proprietário do Cine Marquise. De acordo com Lima, o desenvolvimento da sala 1 foi feito com 48 caixas de som, 12 delas no teto.

Nas amplas salas Xplus do Jardim Sul e do Santana Parque Shopping o sistema conta com 54 caixas de som. Já a assessoria do Cinesystem Morumbi Town —que fica do outro lado da rua do Jardim Sul— informa que a sala Cinépic tem 50 caixas, que chegam a 31 mil watts de potência.

Porém, não são todos os filmes que são mixados para o Dolby Atmos. Portanto é possível que o espectador sinta alguma diferença entre um filme e outro, mesmo que seja visto na mesma sala.

Um exemplo aconteceu na primeira visita da reportagem às salas do Jardim Sul e do Cinesystem, que exibiam uma sessão especial de “Titanic”, de James Cameron. Filmado em 1997, o longa-metragem é bem anterior à implantação do Atmos, que nasceu apenas em 2012.

Com programação que mescla títulos mais comerciais com outros do circuito de arte, o Cine Marquise também exibe muitos filmes na sala que não oferecem a versão Dolby Atmos.

A reportagem acompanhou na sala da avenida Paulista uma sessão de “Homem-Formiga e a Vespa: Quantumania”, este, sim, mixado com o sistema de som imersivo.

Em superproduções recentes, como “Creed 3” e “Avatar: O Caminho da Água”, é mais comum encontrar o Atmos.

Em uma segunda visita à sala Xplus do Jardim Sul, foi usado um aplicativo de celular para medir a intensidade do som na sessão de “Homem-Formiga”. O resultado do decibelímetro chegou a 105 decibéis, o que o app classificou entre o som de uma motocicleta (100 decibéis) e o que chamavam de “limiar da dor” (120 decibéis).

“Pânico 6”, no Marquise, e “Shazam! Fúria dos Deuses”, no Cinesystem e nas salas Xplus, são os títulos em cartaz mixados em Dolby Atmos.

E Lima avisa que o novo “John Wick 4: Baba Yaga”, com estreia marcada para a próxima quinta-feira (23), terá a versão em Dolby Atmos. Boa notícia para quem quiser ouvir com detalhes a pancadaria e a chuva de tiros oferecidos pela franquia de sucesso estrelada por Keanu Reeves.

Já para ver (e ouvir) os caças de “Top Gun”, o jeito agora é investir no home theater.

Sala do UCI Jardim Sul, com som Dolby Atmos
Adriano Vizoni/Folhapress

MELHOR CINEMA DE RUA
CINESALA

Charmoso e histórico, espaço em Pinheiros acolhe os cinéfilos

SÃO PAULO A placa azul redonda na fachada branca do número 361 da rua Fradique Coutinho já indica, trata-se de um lugar histórico de São Paulo.

Ao chegar mais perto, é possível ler na inscrição do projeto Memória Paulistana o nome original do espaço que abriga o Cinesala, assim como uma pequena explicação: "Cine Fiammeta; inaugurado em 1962, recebeu atividades da Cinemateca Brasileira entre 1989 e 1997, transformando-se em ponto de encontro de cinéfilos interessados em filmes clássicos e alternativos".

Mais de 60 anos depois e com vários batismos pelo caminho, o Cinesala, em Pinheiros, na região oeste, é um sobrevivente entre os cinemas de rua de São Paulo —cidade que em outros tempos ostentou mais de 200 salas do gênero.

Com seu espaço acolhedor, um café agradável e uma programação eclética dentro do circuito comercial, a Cinesala é como um abraço afetuoso para qualquer cinéfilo. Assim, foi escolhida como o melhor cinema de rua.

Sua atual configuração é mais recente, data de 2014, quando um grupo de empresários —que inclui o ex-jogador e empresário Raí e Adhemar Oliveira, mais conhecido pelo trabalho nos complexos do Espaço Itaú— reformou o cinema que, desde então, deixou de incorporar o nome de algum patrocinador.

Ainda do lado de fora, a bilheteria na calçada divulga uma tabela com os valores e a programação da semana. Mas é possível comprar o ingresso também num totem que fica no interior do cinema.

No hall, em dois pisos separados por alguns degraus, o Cinesala combina aconchego e nostalgia, cortesia do designer de interiores Marcel Steiner, que redesenhou o saguão na reabertura, nove anos atrás.

Alguns adereços parecem da época em que o cinema era novidade, como a coluna (uma das três) com pastilhas esverdeadas, as luminárias redondas com ares setentistas ou parte da parede com vidro espesso em frente à bombonnière —o Barouche Pipoca. Para completar, tem até um piano que, de acordo com um atendente, funciona.

As paredes de tijolos pintados de branco são ornadas com pôsteres originais de filmes cults, como "Trainspotting - Sem Limites", de Danny Boyle, "Sem Destino", de Dennis Hopper, ou "A Vida de Brian", com os comediantes do Monty Python, entre outros.

O charme continua dentro da sala, que traz logo na entrada a inscrição iluminada, como um neon, "Cinema de rua desde 1962". Na sala funda, com 227 lugares (todos centralizados em relação à tela), as duas primeiras fileiras são ocupadas por confortáveis sofás, para uma ou duas pessoas, ladeados por mesinhas redondas para descansar as bebidas ou lanches adquiridos no Barouche Pipoca.

Na programação, como diz a própria proposta da sala, "buscamos a diversidade de filmes e públicos. Procuramos uma combinação de títulos que sejam populares e, ao mesmo tempo, autorais".

Em tempos de Oscar, esta busca é facilitada. Nesta semana estão em cartaz "A Baleia", que rendeu o prêmio de ator a Brendan Fraser, "Triângulo da Tristeza", que concorreu a três estatuetas, incluindo a de melhor filme, e o belga "Close", de Lukas Dhont, que disputou como filme internacional. Além, é claro, do grande vencedor "Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo".

E, na saída, se precisar usar o wi-fi gratuito para pedir um carro ou contatar um amigo, a senha é "cinemaderua".

No alto, ambiente do Cinesala; à esq., balcão do Barouche Pipoca, no mesmo espaço

Fotos Adriano Vizoni/Folhapress

MELHOR CAFÉ/BOMBONNIÈRE
BAROUCHE PIPOCA

Com vocação para bar, balcão leva clima retrô ao saguão do Cinesala

SÃO PAULO O nome Barouche Pipoca pode confundir quem chega ao espaço, que funciona como um café-bar no saguão do Cinesala, no coração de Pinheiros, na região oeste.

Isso porque antes de ser Pipoca, o Barouche já era um bar, que funcionava no... Arouche. Inaugurado em 2016 no largo da região central, era um pequeno e agradável espaço, com bons coquetéis e comes sob medida.

Foi só em 2018 que Paulo Velasco e Priscila Passos levaram o projeto para dentro do cinema. O estilo retrô que o bar já exalava combinou perfeitamente com o ambiente de cineclube europeu do Cinesala, cujo saguão é rodeado de pôsteres de filmes cults —até o público com ar de descolado lembra um pouco o que frequentava o bar original, que deixou de funcionar em julho de 2019.

Esta é a segunda vez que o espaço gastronômico do cinema vence na categoria de melhor bombonnière na eleição de cinema do Guia. Mas a primeira, em 2016, foi com outro administrador no café.

Com um menu diminuto, o Barouche Pipoca pode não ter os drinques autorais do irmão mais velho, mas oferece boas pedidas para quem quiser tomar um coquetel nas poucas mesas do hall, antes ou depois da sessão, como os clássicos negroni, gim-tônica e portonic —refrescante variação do gim-tônica com vinho do Porto branco no lugar do destilado—, todos por R$ 28.

Há também uma carta de vinhos importados no local, com algumas sugestões de brancos, rosés ou tintos.

Na parte das comidinhas, faz sucesso o cachorro-quente, que pode ser clássico (R$ 16) ou com mostarda Dijon (R$ 18). Eles estão ao lado de outras sugestões, como mix de castanhas, croissants ou pão de queijo.

Os doces da vitrine, como bolos de chocolate, brownies, merengues, croissant de Nutella e outras guloseimas, são fornecidos pela Deli Garage, uma padaria artesanal localizada na Vila Madalena —aliás, reza a lenda que o Barouche Bar pode ter uma unidade no bairro em breve.

Ah, e tem pipoca também, de R$ 12 (pequena) a R$ 14 (grande) —mas se quiser algo mais gelado, a dica é o sorvete de pipoca, lançado em parceria com a sorveteria Pinguina.

Ainda no tema café de cinema, vale uma ressalva. O Café Fellini —que, desde que esta avaliação de salas foi criada, em 2008, é o maior vencedor da categoria— não participou da disputa neste ano.

Isso porque, no período em que ocorreram as visitas às salas, o café estava com data para fechar as portas depois que o imóvel em que ele fica, no anexo do Espaço Itaú de Cinemas - Augusta, foi vendido a uma incorporadora.

Uma decisão judicial, no entanto, deu sobrevida ao café, que continua em funcionamento na altura do número 1.475 da rua Augusta. Além disso, houve a abertura de um processo que enquadra o cinema como Área de Proteção Cultural, o que pode garantir o seu funcionamento.

CONHEÇA O CINESALA
R. Fradique Coutinho, 361, Pinheiros, região oeste, tel. 5096-0585

OUTROS CINEMAS DE RUA DO CIRCUITO COMERCIAL

- **Cine Itaim Paulista**
  Av. Mal. Tito, 7.579, Itaim Paulista, região leste
- **Cine Marquise**
  Av. Paulista, 2.073, Bela Vista, região central
- **Espaço Itaú de Cinema - Augusta**
  R. Augusta, 1.470/1.475, Consolação, região central
- **Marabá Playarte**
  Av. Ipiranga, 757, República, região central
- **Petra Belas Artes**
  R. da Consolação, 2.423, Consolação, região central
- **Reserva Cultural**
  Av. Paulista, 900, térreo, Bela Vista

Pipoca com azeite trufado à venda na rede Cinemark Adriano Vizoni/Folhapress

MELHOR PIPOCA
REDE CINEMARK

Cardápio inclui azeite trufado e até mesmo versão com sorvete

SÃO PAULO Há muito tempo, em uma pipoqueira muito distante, as opções para comer uma simples pipoca no cinema já foram muito mais fáceis. Bastava responder a um simples "salgada ou doce (esta, para os mais ousados)?". Depois evoluiu para um "com ou sem manteiga?".

Sim, lá no fundo, a resposta óbvia para a melhor pipoca de cinema é sempre óbvia: aquela que acabou de ser feita, está quentinha e crocante. Mas os cinemas multiplex transformaram a simples escolha em algo mais complexo.

Neste quesito, a rede Cinemark oferece a melhor variação de pipoca especial (desde que quentinha e crocante).

E o que a torna especial? Os chamados toppings. Por exemplo, a pipoca salgada no cinema do Lar Center —ou em qualquer outra sala VIP— pode ficar mais saborosa se acrescida por lemon pepper (tempero à base de pimenta-do-reino e raspas de limão-siciliano), parmesão, cobertura de azeite extravirgem ou cobertura de azeite trufado —as duas últimas requerem guardanapos extras, muitos deles.

A versão doce pode ser simplesmente uma opção por caramelo ou chocolate. Mas isso não é tudo. Há também a pipoca feita com Oreo (com pequenos biscoitinhos, e que é mais uma opção que precisa de muito, muito guardanapo).

Pensa que acabou? Nada disso. A mais nova queridinha do verão é a pipoca com sorvete, servida em um copo de vidro longo, com sorvete de creme, pipoca de chocolate, chantily e uma calda de chocolate, por (R$ 34).

O menu especial é encontrado apenas em cinemas VIP da rede Cinemark e no complexo do Shopping Villa-Lobos, na região oeste de São Paulo.

O app da própria rede Cinemark ajuda a saber o que está disponível na bombonnière de cada complexo.

O valor dos toppings varia e pode ser de R$ 5 (a lemon pepper) a R$ 28 (com azeite trufado) —os guardanapos são gratuitos. Outros cinemas também oferecem variações de tempero e de sobremesas-pipoca, mas a da Cinemark ainda é campeã de audiência.

Barzinho no fundo do Cinesesc, que permite que o espectador veja os filmes através de um vidro enquanto prova comes e bebes Adriano Vizoni/Folhapress

MELHOR SALA CINESESC

Espaço exibe seleção alternativa em local muito bem equipado

SÃO PAULO Inaugurado no distante 1979 em um espaço que já era um cinema de rua, o Cinesesc pode ser considerado um patrimônio cultural entre as salas de São Paulo. Com uma combinação de programação versátil e equipamentos de qualidade em um local aconchegante, o cinemão da rua Augusta é a melhor sala do circuito especial da capital.

O que destaca esses espaços do circuito de arte é uma seleção muito mais criteriosa do que é exibido, normalmente com uma curadoria que escolhe a dedo produções ou filmografias que sejam relevantes ou que dialoguem e ajudem a entender o próprio cotidiano ao nosso redor.

Na maioria dos casos, cineclubes e salas especiais valorizam a programação, mas não têm condição de oferecer conforto ou uma qualidade mais apurada de projeção ou som.

Pois o Cinesesc alia o melhor dos dois mundos. De um lado, traz uma programação caprichada, que mescla filmes de arte e/ou premiados com mostras e especiais; apresenta filmografias e homenagens a grandes cineastas; exibe curtas e médias-metragens à margem do circuito; e fomenta debates e bate-papos com a participação do público.

Do outro lado, o Cinesesc também oferece uma estrutura melhor do que a de muitos complexos relevantes da cidade em sua espaçosa sala com 279 lugares —com direito a um barzinho no fundo, de onde é possível assistir ao filme através de um vidro. O sistema de som, por exemplo, é o Dolby 7.1, superior ao do Espaço Itaú de Cinema que fica na mesma rua Augusta.

Atualmente, nem é preciso passar pela bilheteria para começar a se divertir. O anexo do cinema e o saguão principal apresentam gratuitamente a exposição "Bob Cuspe - A Arte da Animação Stop Motion", com bonecos, vídeos, cenários e storyboards de "Bob Cuspe - Nós Não Gostamos de Gente", animação de Cesar Cabral baseada nos clássicos personagens do cartunista Angeli, um dos ícones de sua arte.

Com instalação imersiva, a mostra apresenta de forma lúdica o processo da filmagem em stop motion, técnica usada em animações como "A Noiva Cadáver", de Tim Burton, e no recém-oscarizado "Pinóquio", de Guillermo del Toro.

A eclética programação exibia no início de março —em parceria com o CCBB, outra sala especial— parte da filmografia de Steven Spielberg, diretor indicado ao Oscar pelo pessoal "Os Fabelmans".

Foi uma rara oportunidade de ver na tela grande do Cinesesc o filme "Encurralado" (1971), cultuado longa do diretor feito para a TV.

Na semana do Oscar, o belga "Close", indicado para melhor filme internacional, também estava em cartaz.

Até quarta (22), o cinema exibe a mostra Oju - Roda Sesc de Cinemas Negros, destacando a produção de diretores negros no país. Nesta sexta (17), a sessão das 20h inclui o curta "Sethico", de Wagner Montenegro, e o longa "Raízes", de Simone Nascimento, que depois participa de um debate sobre cinema negro coletivo e colaborativo.

Além dos eventos com sua assinatura —com destaque para a retrospectiva Festival Sesc Melhores Filmes, que acontece em abril—, o cinema integra boa parte das mostras mais relevantes da cidade, como o Mix Brasil, que celebra a diversidade, o In-Edit, que alia filmes e música, ou a tradicional Mostra Internacional de Cinema de São Paulo.

Recentemente o circuito de salas especiais ganhou interessantes reforços, como o Cine Satyros Bijou (que estava fechado durante as visitas da reportagem, mas já reabriu na Consolação), o Cine Cortina, na República, e o Cine LT3, em Perdizes.

Corredor que leva à sala do Cinesesc e à entrada do bar que fica nos fundos do cinema

Saguão do Cinesesc, que atualmente exibe uma exposição sobre o personagem Bob Cuspe, de Angeli

CONHEÇA O CINESESC

R. Augusta, 2.075, Cerqueira César, tel. 3087-0500. Ingr.: R$ 20. Em cartaz: Oju - Rodas Sesc de Cinemas Negros. Mais informações: sescsp.org.br

OUTRAS SALAS ESPECIAIS

- **CCBB** R. Álvares Penteado, 112, Centro, tel. 4297-0600
- **CCSP** R. Vergueiro, 1.000, Paraíso, tel. 3397-4002
- **Cine LT3** Rua Apinajés, 135a, Perdizes, tel. 91679-5588
- **Cine Segall** R. Berta, 111 - Vila Mariana, tel. 2159-0400
- **Cineclube Cortina** R. Araújo, 62, República
- **Cine Satyros Bijou** • Praça Franklin Roosevelt, 172
- **Cinemateca Brasileira** Largo Sen. Raul Cardoso, 207, Vila Clementino, tel. 5906-8100
- **Cinusp** R. do Anfiteatro, 109, Butantã, tel. 3091-3540
- **IMS Paulista** Av. Paulista, 2424 - Bela Vista, tel. 2842-9120
- **Matilha Cultural** R. Rego Freitas, 542, República, tel. 3256-2636
- **Spcine Olido** Av. São João, 473, Centro, tel. 95640-8564

Portas das salas do Espaço Itaú de Cinema - Frei Caneca, eleito como o de melhor programação da cidade

MELHOR PROGRAMAÇÃO ESPAÇO ITAÚ DE CINEMA - FREI CANECA

Em 9 salas, complexo combina blockbusters com circuito de arte

SÃO PAULO Antes de trocar o "naming rights", o cinema do shopping Frei Caneca, inaugurado em 2001, era conhecido como Frei Caneca Unibanco Arteplex. Os mais íntimos o chamavam apenas pelo sobrenome, Arteplex.

Novamente vencedor na categoria de melhor programação entre as salas, o Espaço Itaú de Cinema - Frei Caneca mudou o nome, mas mantém até hoje várias características dos tempos de Arteplex, um multiplex com filmes de arte —o cinema também foi eleito o melhor da região central.

"Desde a sua inauguração, o conceito de programação do Espaço Itaú de Cinema - Frei Caneca tem formato diversificado, com oferta de títulos comerciais e de cinematografias que consideramos importantes para a formação cultural dos espectadores", resume Adhemar Oliveira, diretor de programação do complexo, com vasta experiência no universo do cineclubismo.

Uma semana antes do Oscar, período em que cinéfilos de carteirinha e os de bolão se unem em busca de filmes que podem levar a estatueta, o Frei Caneca era o complexo com mais títulos indicados em cartaz. Eram nove longas espalhados por suas nove salas, incluindo o campeão "Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo" e outros cinco finalistas da categoria melhor filme. O Petra Belas Artes veio logo depois, com oito títulos.

No fim de semana que antecedeu a premiação, o número de indicados em exibição caiu para oito —"Os Fabelmans", de Steven Spielberg, perdeu lugar na programação; mas o cinema era o único do circuito a insistir com uma sessão do interminável "Babilônia", filme de 189 minutos dirigido por Damien Chazelle.

Nesta semana, com a festa começando a esfriar, ainda são seis títulos, incluindo os vencedores "Entre Mulheres" (roteiro adaptado) e "A Baleia" (ator, Brendan Fraser).

Como não é só de Oscar que vive o cinema, é possível encontrar por lá também sessões da estreia "Shazam! Fúria dos Deuses", que ocupa duas salas do complexo, uma para sessões dubladas e outra, a maior, para as legendadas.

Animação para a criançada? Tem, o espanhol "As Múmias e o Anel Perdido". Terror pop? Tem, "Pânico 6". E o cinema nacional? Seis filmes estão em cartaz, incluindo as estreias "Segundo Tempo" e os documentários "Biocêntricos" e "Vai Corinthians".

Todas as nove salas do Frei Caneca (como boa parte do circuito) são equipadas com projetor digital, o que facilita também a programação de dois ou às vezes três títulos no mesmo espaço.

O complexo estimula a fidelidade do espectador com o Clube do Cinéfilo, que reverte em pontos os ingressos e outros itens comprados no cinema. Muitos pontos podem voltar em formato de cortesias.

Essa programação versátil não é exclusividade do Frei Caneca. Os outros complexos do Espaço (Augusta e Pompeia) têm estilo similar. A diferença é que o Augusta possui cinco salas (quatro a menos); e, no Pompeia, a balança pende um pouco mais para Hollywood, só um pouco.

Fora do grupo Espaço, outros cinemas da região da Paulista merecem uma menção mais do que honrosa pela eclética oferta de filmes. O Petra Belas Artes, sobrevivente entre os cinemas de rua, não exibe "Shazam!", mas inclui "Pânico 6" em sua grade. O cinema da Consolação também foi o primeiro a reexibir "Tudo em Todo Lugar", assim que as indicações foram anunciadas.

Espaço Itaú de Cinema -Frei Caneca
R. Frei Caneca, 569, 3º piso, Consolação, região central, tel. 3472-2359. Site: itaucinemas.com.br

Corredor do Espaço Itaú de Cinema - Frei Caneca, eleito o melhor cinema da região central e o de melhor shopping da região central Fotos Adriano Vizoni/Folhapress

MELHOR DA REGIÃO CENTRAL/ SHOPPING DA REGIÃO CENTRAL ESPAÇO ITAÚ - FREI CANECA

Complexo consegue dar atenção a vasta gama de público

SÃO PAULO Duas características distinguem os cinemas da região central. É onde se localiza a maioria das salas de rua da cidade, como Espaço Itaú de Cinema - Augusta e Marabá. E, por englobar a região da Paulista, é onde também se encontra uma programação mais eclética, com cinemas que prestigiam o circuito alternativo, como Petra Belas Artes e Reserva Cultural.

Mesmo dentro de um shopping, o melhor cinema da redondeza é o Espaço Itaú de Cinema - Frei Caneca, que tem como principal característica justamente a programação, distribuída em nove salas e capaz de atender aos mais variados públicos —o cinema foi o vencedor geral da primeira eleição do Guia da Folha, feita no ano de 2008.

Todas as salas, localizadas no terceiro piso do shopping, são equipadas com projetor digital e com som Dolby 5.1. A maior delas, a de número 1, abriga 251 pessoas; já a menor tem cem lugares.

Ao todo, o complexo dispõe de 1.281 lugares em poltronas que pouco reclinam, mas que estão sempre em bom estado de conservação. Um café que ficava isolado no hall, separado do restante da bombonnière, encolheu para dividir espaço com uma livraria, aos moldes do que acontece no outro cinema do grupo, na rua Augusta.

O Frei Caneca é também uma das principais sedes da anual e badalada Mostra Internacional de Cinema de São Paulo e costuma ficar apinhado de cinéfilos durante o evento, que ocupa boa parte de suas salas.

Infelizmente, a região da Paulista perdeu dois cinemas depois do início da pandemia, ambos administrados pela Playarte: Splendor, no shopping Pátio Paulista, e o tradicionalíssimo Bristol, no Center 3.

Espaço Itaú de Cinema - Frei Caneca
Shopping Frei Caneca - R. Frei Caneca, 569, Consolação

MELHOR DA REGIÃO OESTE / SHOPPING DA REGIÃO OESTE ELDORADO CINEMARK

Sala XD traz tela gigante, som potente e total visibilidade

SÃO PAULO Para rechear a região mais gastronômica de São Paulo, o espectador tem à disposição 14 complexos. Nenhum canto da cidade é mais abastado. É no lado oeste da capital que se encontra também a maior quantidade de cinemas acima da média, com destaque especial neste ano para o Eldorado Cinemark.

No shopping em Pinheiros, bairro queridinho de boêmios e hipsters, o complexo tem uma das melhores salas da cidade, a XD (sala 1), apelido carinhoso para Extreme Digital. Concorrentes da Imax, são salas com tela gigante e som com 50 mil watts de potência, de acordo com a assessoria da rede —que tem 13 salas do gênero espalhadas pela capital.

Na visita da reportagem, a sessão de "Avatar: O Caminho da Água" alcançou 105dB no decibelímetro, igualando a quantidade de decibéis da sala Jardim Sul 9 com seu Dolby Atmos. A XD também guarda uma grande distância entre a tela e as poltronas, portanto é possível ter boa visibilidade mesmo nas primeiras fileiras.

O cinema tem um hall amplo com vários totens de autoatendimento, necessários para receber espectadores de suas nove salas —apenas uma delas tem capacidade abaixo de 200 lugares; ao todo, o complexo pode acomodar 2.454 espectadores e está entre os maiores da cidade.

Duas das salas (a 1 e a 8) possuem também as poltronas D-Box, a versão da Cinemark que oferece movimentos e outros efeitos para literalmente mexer com o público, incluindo sensações de queda e trepidação. É possível regular a intensidade da agitação para quem não quiser abusar muito da sorte.

Eldorado Cinemark
Shopping Eldorado - Av. Rebouças, 3.970, loja 410, Pinheiros. Site: cinemark.com.br

MELHOR DA REGIÃO LESTE / SHOPPING DA REGIÃO LESTE ANÁLIA FRANCO UCI

Espaços Imax e 4DX destacam o complexo da ZL

SÃO PAULO Dos nove complexos disponíveis na região, o Anália Franco UCI é disparado o principal destaque, localizado dentro do shopping homônimo.

Entre suas nove salas está a única Imax da redondeza —uma das três da cidade, eleita também como a de melhor projeção—, com 326 lugares. Com qualidade de som e imagem superiores, o espaço é normalmente destinado ao lançamento mais badalado do circuito comercial, revezando sessões legendadas e dubladas. É o caso do novo "Shazam! Fúria dos Deuses", em cartaz em português, às 14h e 16h40, e com som original, às 19h20 e 22h.

Aliás, sessões legendadas são raras na ZL. Muitos dos cinemas do lado leste da cidade dedicam quase 100% da programação aos filmes dublados, como foi possível verificar no Metrô Tatuapé, Boulevard Tatuapé, Aricanduva (todos da Cinemark), Cinépolis Metrô Itaquera, Moviecom Penha e Cine Itaim Paulista.

No Boulevard Tatuapé, a própria atendente indicou o Mooca Plaza Shopping, com cinema da mesma Cinemark, para encontrar sessão legendada.

Voltando ao Anália Franco, do lado oposto à sala Imax está a chamativa 4DX (a 9), carregada de iluminação em neon vermelho. O espaço oferece uma experiência mais sensorial, com poltronas que chacoalham em todas as direções e com o espectador recebendo spray para simular chuva ou até neve dependendo da ação na tela. Um parque de diversões em formato de sala de cinema.

A sala também dedica a programação da semana ao novo "Shazam". Seu ingresso (R$ 71, de quinta a domingo, exceto feriados) é o mais caro da região, superando até o valor cobrado na superior Imax.

Para completar, o cinema oferece em cinco salas (2, 3, 6, 7 e 8) as poltronas Super-Seat, que ganham em largura e conforto, com braços individuais e localizadas na parte central da sala, por R$ 4 a mais no tíquete.

Anália Franco UCI
Shopping Anália Franco. Av. Regente Feijó, 1.739, loja 24, Jardim Anália Franco

Sala XD do Eldorado Cinemark, na região oeste da cidade

Sala do Lar Center, um dos melhores da região norte

OUTROS CINEMAS POR REGIÃO EM SP

Centro
Cine Marquise, Cinemark Cidade São Paulo, Cinemark Pátio Higienópolis, Cinemark Pátio Paulista, Cinemark Shopping D, Espaço Itaú de Cinema - Augusta, Marabá Playarte, Petra Belas Artes, Reserva Cultural

Região oeste
Cineflix Shopping ParkCity Sumaré, Cine Araújo Campo Limpo, Cinemark Cidade Jardim, Cinemark Iguatemi, Cinemark Raposo Shopping, Cinemark Villa-Lobos, Cinemark West Plaza, Cinépolis Jardim Pamplona, Cinesala, Cinesystem Morumbi Town, Espaço Itaú de Cinema - Pompeia, Cine Lapa, Jardim Sul UCI

Região leste
Cine Itaim Paulista, Cinemark Boulevard Tatuapé, Cinemark Aricanduva, Cinemark Central Plaza, Cinemark Metrô Tatuapé, Cinemark Mooca Plaza Shopping, Cinépolis Metrô Itaquera, Penha Moviecom

Região norte
Cineflix Cantareira Norte Shopping, Cinemark Center Norte, Cinemark Metrô Tucuruvi, Cinemark Tietê Plaza Shopping

Região sul
Boavista Moviecom, Cinemark Interlagos, Cinemark Market Place, Cinemark Metrô Santa Cruz, Cinemark SP Market, Cinépolis Mais Shopping, Kinoplex Itaim, Kinoplex Parque da Cidade (VIP), Kinoplex Vila Olímpia, Playarte Ibirapuera, UCI Plaza Sul

MELHOR DA REGIÃO NORTE / SHOPPING DA REGIÃO NORTE SANTANA PARQUE UCI E LAR CENTER CINEMARK

Foram os únicos com sessões legendadas durante a avaliação

SÃO PAULO Com apenas seis complexos, a região norte é a mais carente de cinemas na capital. Ainda assim, é a única em que teve um empate para definir a campeã: Santana Parque Shopping UCI e Lar Center Cinemark, cinemas que oferecem sessões legendadas para o espectador nesta semana. Todos os outros apresentam programação 100% dublada.

O destaque no Santana UCI vai para a sala Xplus (a 8), com tela gigante e o som Dolby Atmos (melhor da cidade). A exemplo do Anália Franco, da mesma rede, oferece os assentos Superseats, mais confortáveis, em três salas (1, 4 e 5).

O ponto negativo vai mesmo para a programação majoritariamente dublada, ainda que tenha sessões com som original. Nesta sexta-feira (17), por exemplo, das 32 sessões espalhadas pelas oito salas, apenas cinco são com legendas (e nenhuma delas na Xplus).

Já o Lar Center Cinemark tem apenas três salas, mas todas especiais: duas VIPs (as únicas da ZN) e uma XD —a versão Imax da rede, com supertela e som Dolby 7.1. Aliás, a sala de luxo do complexo tem o ingresso mais em conta se comparado a outros da rede (R$ 64 contra R$ 88 no Iguatemi, por exemplo).

Ao contrário do apinhado vizinho Center Norte, também da Cinemark, o Lar Center é boa sugestão para quem busca uma sala menos concorrida. Em dias diferentes, a reportagem praticamente não encontrou filas na pequena e tranquila bilheteria.

Santana Parque Shopping UCI
R. Conselheiro Moreira de Barros, 2.780, Lauzane Paulista

Lar Center Cinemark
Av. Otto Baumgart, 500, loja 320, Vila Guilherme. Site: cinemark.com.br

MELHOR DA REGIÃO SUL / SHOPPING DA REGIÃO SUL CINÉPOLIS JK IGUATEMI

Cinema combina experiência luxuosa e mais tecnológica

SÃO PAULO A maior região de São Paulo tem 12 complexos à disposição, que de certa forma refletem a desigualdade que existe em seus distritos. É lá que está localizado o Cinépolis JK Iguatemi, melhor cinema da capital, portanto, o melhor das redondezas.

Com suas salas personalizadas, o complexo oferece da Imax à VIP, da 4DX à laser lounge, com ingressos que podem custar de R$ 56 (matinê na Imax de segunda a quarta) a R$ 175 (no fim de semana na laser lounge, espaço para dois, caso esteja acompanhado).

Todas com intenção de oferecer uma experiência única ao espectador que desejar ver um filme no luxuoso shopping homônimo na Vila Nova Conceição.

Também estão no lado sul da cidade as três unidades da rede Kinoplex, incluindo o Parque da Cidade, considerada a melhor sala VIP pela reportagem do Guia, com cinco salas de luxo e um bar com drinques especiais no amplo saguão.

A mesma Cinépolis do JK Iguatemi administra o Mais Shopping, na rua Amador Bueno, em Santo Amaro, com ingressos a R$ 33 em um cinema correto, limpo, simples e confortável na medida, mas com sessões quase sempre dubladas.

Ali perto também está o Boavista Moviecom, onde a entrada sai por R$ 28 entre sexta e domingo, mas cai para R$ 19 entre segunda e quarta —e é outro complexo com programação somente em português.

Cinépolis JK Iguatemi
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 2.041, piso 4, Vila Nova Conceição. Site: cinepolis.com.br

MAIS CONFORTÁVEL
CINESYSTEM MORUMBI TOWN

Complexo aposta em poltrona premium no lugar da convencional

SÃO PAULO Para quem não abre mão do conforto, mas não quer necessariamente investir na sala VIP, o Cinesystem Morumbi Town é a solução para os problemas. O cinema foi escolhido como o mais confortável da cidade pela terceira vez pelo Guia —venceu também em 2017 e 2019.

Sim, o cinema localizado na avenida Giovanni Gronchi, em frente ao Jardim Sul UCI, possui salas VIP (são quatro das nove). Mas todos os outros espaços considerados normais são equipados com as poltronas "premium", mais largas e muito confortáveis, revestidas com couro ecológico. Também são levemente reclináveis, com braços largos no estilo namoradeira, ou seja, removíveis.

Só faltou o apoio para os pés —que está na poltrona VIP, feita com o mesmo material e com mais inclinação.

Batizada de Cinépic, a principal sala do multiplex (também a maior, com 243 lugares) é híbrida, com as três fileiras finais da categoria VIP e todas as demais poltronas "premium". Esta também é a sala equipada com o som Dolby Atmos (considerado o melhor da cidade).

O valor do ingresso não é muito diferente nos dois formatos oferecidos: enquanto a sala "premium" custa R$ 45 (inteira, no fim de semana), a VIP sai por R$ 55; na Cinépic os tíquetes aumentam mais R$ 5 nas duas categorias.

Talvez pouco conhecida do público paulistano, a rede paranaense Cinesystem administra apenas o Morumbi Town na capital, inaugurado em 2017. No entanto, o grupo opera 26 complexos no país, incluindo outros dois no estado de São Paulo: Litoral Plaza Shopping (Praia Grande) e Shopping Hortolândia, na cidade do interior.

Investir em uma experiência mais confortável tem sido uma preocupação atual das redes de cinema. E simplesmente remodelar o espaço para transformá-lo em VIP, como foi feito no Cidade Jardim Cinemark, nem sempre é uma opção viável. Por isso, alguns cinemas criam alternativas que não precisam passar exatamente pela sala de luxo.

A UCI criou os assentos superseat (com custo extra de R$ 4), mais largos e com poltronas acolchoadas, localizados no meio da sala. A opção já está disponível em todas as salas do Jardim Sul e em algumas do Santana Parque Shopping e do Anália Franco.

Já a Cinemark investiu em um meio-termo entre a convencional e a VIP no shopping Villa-Lobos. Lá, as poltronas de couro preto são mais altas e largas, com braços individuais. Mas as primeiras fileiras podem causar torcicolos pela proximidade com a tela. De qualquer forma, é um cinema que vale uma menção honrosa no quesito conforto.

A mesma Cinemark também apostou em um formato híbrido em sua unidade no West Plaza, na região oeste, dividindo a sala 1 com poltronas convencionais e VIP.

O Cinesala (melhor cinema de rua) oferece sofás —que parecem quase um divã— individuais ou para dois. E o Cinépolis JK Iguatemi (melhor cinema da cidade) investiu em duas fileiras "lounge" na sua moderna sala laser, mas apenas na opção para dois.

Tudo pensando no conforto de um consumidor que ainda parece reticente em deixar o aconchego do lar para se aventurar em uma sessão de cinema, principalmente em tempos pós-pandêmicos.

Cinesystem Morumbi Town
Av. Giovanni Gronchi, 5.930, Vila Andrade, região oeste, tel. 3740-6946. Site: cinesystem.com.br

Poltronas premium, que são mais largas do que as normais, em sala do Cinesystem Morumbi Town Adriano Vizoni/Folhapress

MELHOR SALA VIP
KINOPLEX PARQUE DA CIDADE

Luxo do complexo passa por menu e bar antes dos assentos

SÃO PAULO Já vai longe o tempo em que os trailers com avisos de segurança dos cinemas proibiam entrar na sala com garrafas de vidro. Isso era antes das salas VIP, espaços em que elas são um artigo de valor, seja na versão espumante, vinho ou cerveja.

Nos últimos 15 anos, o luxo foi uma tendência que evoluiu nos cinemas da cidade de São Paulo, que buscam oferecer uma experiência cada vez mais exclusiva para o consumidor.

Atualmente, alguns complexos são inteiramente dedicados a quem não se importa em gastar um pouco mais com o ingresso —ou com o petisco durante a sessão. É o caso do Kinoplex Parque da Cidade, novamente vencedor entre as salas VIP —já havia triunfado em 2020 e 2022.

O cenário é bem diferente daquele visto em 2008, ano da primeira eleição do Guia de melhores salas. Na ocasião não havia nenhum cinema VIP na cidade —naquele mesmo ano, a Cinemark inaugurou as primeiras salas, no shopping Cidade Jardim.

Hoje são cerca de 35 salas consideradas de primeira classe. Cinco delas estão no Parque da Cidade, que só perde em quantidade justamente para o Cidade Jardim, que passou de duas para sete depois de uma reforma.

Aliás, em 2019, quando foi inaugurado, o complexo no Parque da Cidade indicava que o cinema teria seis salas. Mas a de número 2 nunca viu a luz do projetor. "Uma questão de arquitetura do shopping nos impediu de abrir a sexta sala e a pandemia atrasou ainda mais esse processo. Portanto, por ora, não temos previsão", informou a assessoria do cinema.

Na rede carioca Kinoplex, as salas luxuosas são chamadas de Platinum —o grupo tem outras duas do gênero no Itaim e mais duas no shopping da Vila Olímpia. Porém, no Parque da Cidade, há também um bar no amplo e elegante hall de pé-direito alto e com vista para a cidade.

Seu menu especial oferece drinques homenageando clássicos do cinema, como O Diabo Veste Prada (espumante, água com gás, creme de cassis, cereja e gelo, por R$ 37) ou Casablanca (espumante e suco de laranja, por R$ 33 —sim, tucanaram a mimosa).

Há também espumantes e vinhos de diferentes cepas. E apesar de a rede Kinoplex ser do Rio e o cinema estar em São Paulo, a cerveja long neck é catarinense, da Eisenbahn.

Entre as comidinhas, é possível degustar um queijo brie com geleia de damasco (R$ 41) ou uma ciabatta caprese, com muçarela de búfala e molho pesto, por R$ 46.

No interior da sala, chama a atenção a quantidade de madeira no entorno —uma marca da Kinoplex—, usada na separação das fileiras e dando a sensação de que o seu lugar está ainda mais isolado. As poltronas de couro preto são largas e confortáveis, reclinando até o ponto ideal. Não é necessário deitá-la inteira, como uma cadeira de dentista.

A programação repete a fórmula da maioria dos shoppings da cidade, com títulos como o oscarizado "A Baleia" e o terror pop de "Pânico 6".

Com 186 lugares, a sala 1 do complexo é o maior espaço VIP (Platinum) de São Paulo. Um inesperado atrativo é o preço (considerando se tratar de uma sala de luxo), um pouco mais em conta do que seus pares. O ingresso para uma sessão no sábado à noite da estreia de "Shazam! Fúria dos Deuses" custa R$ 52 no cinema, mais barato inclusive em relação aos outros cinemas da Kinoplex. Já no Cidade Jardim, em horário semelhante, a entrada sai por R$ 82.

Kinoplex Parque da Cidade
Av. das Nações Unidas, 14.401, Vila Gertrudes, região sul, s/ tel. kinoplex.com.br

Hall do cinema Kinoplex Parque da Cidade, que venceu na categoria de melhor sala VIP Adriano Vizoni/Folhapress

MELHOR ACESSIBILIDADE CINÉPOLIS JARDIM PAMPLONA

Local se destaca por acesso físico e comunicacional

Jairo Marques

SÃO PAULO Definir a sala de cinema com a melhor acessibilidade passa por avaliações que se distanciam da obviedade das condições arquitetônicas do local. Rampas, corrimãos, espaços reservados e com visão digna da tela são importantes, mas não determinam totalmente uma coroação para o quesito de dar boas-vindas a todos.

Oferecer acessibilidade comunicacional —Libras, legendas, audiodescrição, braile—, entender que pessoas com autismo, por exemplo, podem precisar de condições diferentes para curtir um filme e ter empatia com as diferenças são também demandas consideradas fundamentais para inclusão. É como "Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo", o grande vencedor da última edição do Oscar.

Na junção desses pontos, o Cinépolis Jardim Pamplona se destaca dos concorrentes tanto na oferta de instrumentos de acessibilidade como na exposição clara dos recursos que dispõe para receber pessoas as mais plurais. O atendimento também costuma ser gentil e atento às demandas específicas de cada pessoa.

Em todas as suas salas, pessoas cegas e surdas —e outras que lancem mão de recursos de comunicação— contam com dispositivo oferecido pelo cinema, que faz a descrição das cenas em exibição para aqueles que não veem e também oferece a tradução das falas para a Língua Brasileira de Sinais. Há ainda, para aqueles que preferirem, um aplicativo da rede que leva a acessibilidade do filme em cartaz para o celular do usuário.

Cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida podem escolher entre ficar em seus veículos ou se acomodarem em uma das superconfortáveis poltronas VIP, ao lado de seu acompanhante. Cada vez mais, os cinemas têm cortado essa "opção". Mais do que isso, por enquanto, o Cinépolis Pamplona não vende os locais reservados —mesmo as poltronas— para outros públicos. A falha é que a compra desses ingressos só pode ser feita na bilheteria.

Outro detalhe das salas, que pode parecer um luxo, um mimo, mas que para pessoas com deficiência é enorme diferencial, é que apertando um botão na poltrona, um funcionário do cinema traz a pipoca e quaisquer outros quitutes. Tocar uma cadeira de rodas ou andar de muletas equilibrando um copo de refrigerantes costuma ser experiência para além de refrescante.

Embora seja obrigação legal oferecer ao menos uma sessão mensal para que crianças com autismo possam se divertir a sua maneira —com a sala mais iluminada, o som mais baixo e com a possibilidade de não ficarem sentadas—, o Cinépolis Pamplona não está escondendo essa informação dos usuários nem está propagando a medida como "exclusiva", algo comum em outras redes.

O valor do ingresso para essa comodidade toda é mais alto que nos cinemas tradicionais. Um alento é que pessoas com deficiência pagam meia. Infelizmente, no Brasil, ainda é comum que a oferta de acessibilidade mais completa seja artigo de luxo.

Há um aparente movimento da indústria cinematográfica para tornar o universo do cinema mais representativo e legítimo com a diversidade. De nada vai valer essa energia que distribui estatuetas com choro verdadeiramente libertador de asiáticos, negros, pessoas mais velhas e pessoas com deficiência se o reflexo disso não for contundente na ponta final —o consumidor e suas múltiplas formas de ser, estar e se relacionar.

> **De nada vale dar estatuetas com choro libertário se o reflexo não for contundente no lado do consumidor e de suas múltiplas formas de ser**

Cinépolis Jardim Pamplona
R. Pamplona, 1.704, Jardim Paulista, região oeste, tel.: 3882-0130

No alto, app que traduz falas de filmes para Libras; à esq., barras de apoio usadas para acessar sala Cinépolis Jardim Pamplona

Espaço no cinema destinado a cadeirantes no Cinépolis VIP Jardim Pamplona

Informativo do Cinépolis sobre acessibilidade do local, à esq., e botão que ajuda pessoas com deficiência nos pedidos de comida, à dir. Fotos Adriano Vizoni/Folhapress

MELHOR APP
INGRESSO.COM

Aplicativo reúne salas de diferentes redes e traz notícias da área

SÃO PAULO Belas Artes, Cineflix, Cinemark, Cinépolis, Espaço Itaú de Cinemas, Kinoplex, Playarte, Reserva Cultural, UCI... Quase todos os cinemas da cidade estão contemplados por aplicativos para celulares com os sistemas Android ou iOS (este, da Apple, exclusivo para os iPhones).

O que dá vantagem ao Ingresso.com em relação aos demais coleguinhas é justamente o fato de reunir cinemas das diferentes redes, ampliando o número de opções para o consumidor e dando um quadro amplo das estreias a cada semana. Afinal, nem tudo entra em cartaz em todos os cinemas da cidade.

Mas não são todas as salas que estão no app, que não tinha a programação do Cine Itaim Paulista, Cinesala e Cine Lapa disponível.

Em quase todos os apps de redes, as duas abas principais de conteúdo são: Filmes, na qual é possível conferir os longas em cartaz, normalmente com pequena sinopse, ficha técnica e trailer; e Cinemas, com os complexos de salas e a programação por dia da semana e horário.

Uma terceira aba, chamada Notícias, incrementa o conteúdo do Ingresso.com. Nela é possível saber mais sobre estreias, astros de Hollywood e outras curiosidades que estão bombando nas redes, como em qualquer site dedicado às produções cinematográficas.

No início do mês, por exemplo, um post falava das principais estreias de março. Outro avisava quando começaria a pré-venda do novo filme da franquia "John Wick" e um terceiro fazia uma retrospectiva da carreira do ator Michael B. Jordan, de séries e filmes menores ao sucesso em "Creed 3", longa em cartaz em vários cinemas.

Outro diferencial do aplicativo do Ingresso.com está na aba Filmes. A plataforma não tem críticos, mas fornece para cada produção a nota atribuída pelo famoso site americano Rotten Tomatoes. Como no site original, há duas avaliações, da crítica e do público.

Caso o consumidor permita a função que habilita sua geolocalização pelo celular, o aplicativo ainda consegue informar quais são os cinemas mais próximos de sua posição.

Ao buscar um filme ou um cinema, o aplicativo já ordena as salas pelas mais próximas do usuário. Este recurso, vale dizer, também existe no aplicativo da rede Cinemark.

Na hora da compra também é possível fazer a busca por filtros, como dublado ou legendado, ou ainda procurar uma sala com algum atrativo especial, de projeção ou som (VIP, Imax, Dolby Atmos, XD etc.).

O caminho para a venda do ingresso é de fácil navegabilidade e em poucos cliques a compra pode ser concluída —o app repassa as mesmas promoções oferecidas por cada cinema, por exemplo, com as diferentes bandeiras de cartão de débito ou crédito. O pagamento pode ser feito ainda por Gpay ou Paypal.

Se o consumidor acessar o Ingresso.com pelo desktop encontra ainda uma outra aba, que não há no aplicativo. É a chamada Fanshop, uma loja que vende produtos relacionados ao cinema, sobretudo camisetas do Batman e produtos de franquias como "Minions" e "Jurassic Park".

Aplicativo do Ingresso.com, que permite comprar bilhetes e saber a programação em salas de cinema da cidade Gabriel Cabral/Folhapress

Cena do filme 'Pânico 6', de Matt Bettinelli-Olpin e Tyler Gillett, que está passando nos cinemas de São Paulo Fotos Divulgação

Saiba como pagar menos na sessão do filme, mesmo sem ser estudante

Cinemas dão descontos em cartões ou em datas especiais, promovem clubes de fidelidade e até Dia do Beijo

Cena do filme 'Shazam!', uma das estreias da semana, em cartaz em vários cinemas

SÃO PAULO Escolher um filme para assistir é, obviamente, a parte mais importante na hora de procurar o cinema. Mas não é a única. Sempre é bom arrumar um descontinho.

E se você não tiver uma carteirinha de estudante, que garante ao portador meia-entrada, não se preocupe. Muitos cartões de banco dão o mesmo benefício. Outros descontos podem acontecer se o cliente aderir a um programa de fidelidade, se preferir ir ao cinema em dias específicos da semana ou até mesmo se topar dar um beijo em outra pessoa na frente da bilheteria.

Veja a seguir as principais dicas para economizar.

Cinemark
Com 23 complexos espalhados em todas as regiões da cidade, a rede oferece 50% para quem tiver o cartão Bradesco (débito ou crédito). Clientes Vivo e Elo também têm o privilégio. Dependendo do cartão, é possível ganhar desconto no combo pipoca e bebida.

A Cinemark tem ainda dois clubes de fidelidade. No Cinemark Club, por R$ 29,90, o assinante tem direito a uma série de benefícios, incluindo dois ingressos por mês para sessões em 2D. Sócios aniversariantes também levam de presente um combo com pipoca. Já o Meu Cinemark é mais barato. Por R$ 14,90 (valor anual), o cliente ganha um ingresso para ser usado de segunda a quinta. Nos dois clubes, todo dinheiro gasto vira pontos, que podem ser resgatados em forma de ingressos, snacks ou algum mimo.

Cinépolis
A rede oferece meia-entrada todos os dias apenas na unidade do Mais Shopping. Já no JK Iguatemi, o desconto de 50% é oferecido apenas para clientes Esfera com cartões Santander —exceto os cartões SX, Reward e Light; para estes, 25%.

Já o Clube de Vantagens da rede oferece algumas... vantagens, incluindo uma pipoca mini grátis às segundas para quem comprar um tíquete; ingressos em dobro na quinta (compra um, leva dois) e nachos em dobro na terça (uhu!). Aniversariantes têm dois ingressos pelo preço de um todos os dias do seu mês.

Espaço Itaú de Cinema
Como era de se imaginar, portadores de cartão Itaucard têm privilégios e pagam meia, válidos também para as bandeiras Personnalité e Itaú Uniclass (apenas na função crédito). E, melhor, o desconto é estendido ao acompanhante. Às segundas, o valor da entrada na rede é reduzido para R$ 30, inclusive na sala Imax do Espaço Pompeia.

A rede tem ainda seu Clube do Cinéfilo, no qual é possível acumular pontos para trocar por combos, cortesias, descontos ou participar de outros eventos. Já os aniversariantes pagam meia no mês inteiro com direito a acompanhante (mas só de segunda a quinta).

Melhor ainda é o Clube do Professor, que dá desconto de 50% e ainda promove uma sessão gratuita e exclusiva aos sábados, às 11h, na unidade do Frei Caneca. Nesta semana o filme escolhido foi "Entre Mulheres", de Sarah Polley.

Kinoplex
Clientes dos bancos Pan pagam meia com cartões de débito ou crédito, com desconto estendido a acompanhante. A rede oferece o Kinopass, espécie de passaporte que dá bons descontos para compras de lotes de cinco ingressos.

Já o Kinoplex+ é o clube de vantagens, no qual o consumidor soma pontos para trocar posteriormente por ingressos ou itens da bombonnière.

UCI
Com quatro cinemas na cidade, a rede promove a Segunda Mania, com ingressos por R$ 20 no Jardim Sul, Santana e Anália Franco (meia, R$ 10) e R$ 23 nas salas Xplus ou Imax. No Plaza Sul, o deconto vale para todos os dias. A rede também oferece o cartão UCI Unique, que dá direito a meia-entrada todos os dias e vende pipoca com upgrade (paga a pequena e leva a média), entre outras coisas.

Cinesystem Morumbi Town
Se estiver livre na semana, a dica é ir na terça-feira ao cinema do Morumbi, dia do Todo Mundo Paga Meia (válido nas salas premium, não na VIP).

A promoção mais curiosa, porém, é a Quinta do Beijo. É só se apresentar na bilheteria (em dupla, nem precisa ser casal), reproduzir um beijo (vale selinho ou até no rosto) e voilà, ganha um desconto maior que 50%.

Tem ainda Clube da Pipoca, que permite que o cliente acumule pontos para trocar por ingresso e produtos (e ganhar uma pipoca no aniversário).

> **Na Quinta do Beijo, é só se apresentar na bilheteria, reproduzir um beijo (vale selinho ou até no rosto) e voilà, ganha um desconto maior que 50% no Morumbi Town**

Cine Marquise
O cinema do Conjunto Nacional promove o Marquise Pass, um talão com dez ingressos por R$ 130 (R$ 13, cada um). Na quarta, todos pagam R$ 13 também (então não gaste o talão no dia). E neste mês de março, toda mulher paga meia, R$ 19. O ingresso normal custa R$ 38.

Petra Belas Artes
O cinema da Consolação oferece meia-entrada para qualquer trabalhador às segundas (mediante comprovante). Assinantes do streaming Belas Artes à La Carte (R$ 12,90 por mês) também são agraciados com 50% de desconto.

Reserva Cultural
A sala oferece um cartão fidelidade. Com ele, a cada dez ingressos comprados, o espectador ganha um. Às quintas, promove ainda o Dia do Jovem Cinéfilo, com ingressos por R$ 12, mas apenas para os menores de 25 anos.

O MELHOR DO FIM DE SEMANA

PARA COMER

Forno da Vila

A 350 metros da Cinemateca, na rua Capitão Macedo, 552, a pizzaria oferece três tamanhos de pizza: individual, médio e grande. A portuguesa custa entre R$ 69 (individual) e R$ 99,70 (grande). Há opções menos óbvias como a de queijo permigiano reggiano (R$ 149) ou a de brie com amêndoas (R$ 131). A Forno ainda dispõe de carta de drinques com licores importados.

PARA INICIAR O OUTONO

Festival de Trufas Negras

O restaurante Supra di Mauro Maia (r. Leopoldo Couto de Magalhães Jr, 681, Itaim Bibi) traz festival voltado à iguaria. São massas, risotos e carnes, entre entradas e pratos principais, como o gnocchi com funghi (R$ 399).

Os atores Nita Ney e Luiz Soroa em cena de 'Brasa Dormida', de Humberto Mauro, em exibição na Cinemateca Divulgação

Cinemateca traz mostra sobre a origem dos filmes nacionais

Festival exibe obras históricas do início do século 20, como 'Brasa Dormida'

Matheus Ferreira

SÃO PAULO A Cinemateca, que abriga o maior acervo de filmes da América do Sul, exibe uma mostra especial com produções dos primórdios da história do cinema nacional.

Ao todo serão projetadas 20 obras que marcam a irrupção desse tipo de tecnologia, na virada do século 19 para o século 20. Neste final de semana, serão cinco sessões.

O filme "Aitaré da Praia", de 1926, abre as atividades da mostra na sexta-feira (17), às 19h15. Retrata um romance entre um pescador e uma jovem de uma pequena aldeia.

No sábado, às 17h, será exibido "Exemplo Regenerador", filmado em 1919 por José Medina. O curta de 7 min, mostra uma mulher que simula traição com o mordomo para receber atenção do marido.

Em seguida, acontece a projeção de "A Filha do Advogado" (1926). Baseado na novela homônima de Costa Monteiro, acompanha um rapaz que tenta seduzir uma mulher, mas depois descobre que ela é sua meia-irmã.

No domingo (19), às 16h, estão programadas "Fragmentos de Vida" (1929), e "Brasa Dormida" (1928). Este último, de Humberto Mauro, acompanha o amor entre um malandro e a filha de um industrial.

Clássicos na Cinemateca: Das Origens aos Anos 1950
Largo Sen. Raul Cardoso, 207, Vila Clementino. Ingressos gratuitos. Devem ser retirados uma hora antes das sessões

PARA VER

Frans Krajcberg

Vinte obras do artista, como esculturas, fotografias e pinturas, estão expostas na Pinakotheke (r. Min. Nelson Hungria, 200, Morumbi). O trabalho é inspirado pelo ativismo ambiental de Krajciberg. Um vídeo mostra como era o trabalho do artista. A entrada é gratuita. A mostra abre no sábado, às 10h.

É GRÁTIS

Sergei Tchoban

Exposição no Museu de Arte Contemporânea (av. Pedro Álvares Cabral, 1.301; das 10h às 21h) traz 27 desenhos de aparência fantástica do alemão Sergei Tchoban, que imagina estruturas futuristas e distópicas baseadas no trabalho do gravurista Giovanni Battista Piranesi, do séc. 18. Fotografias completam a mostra.